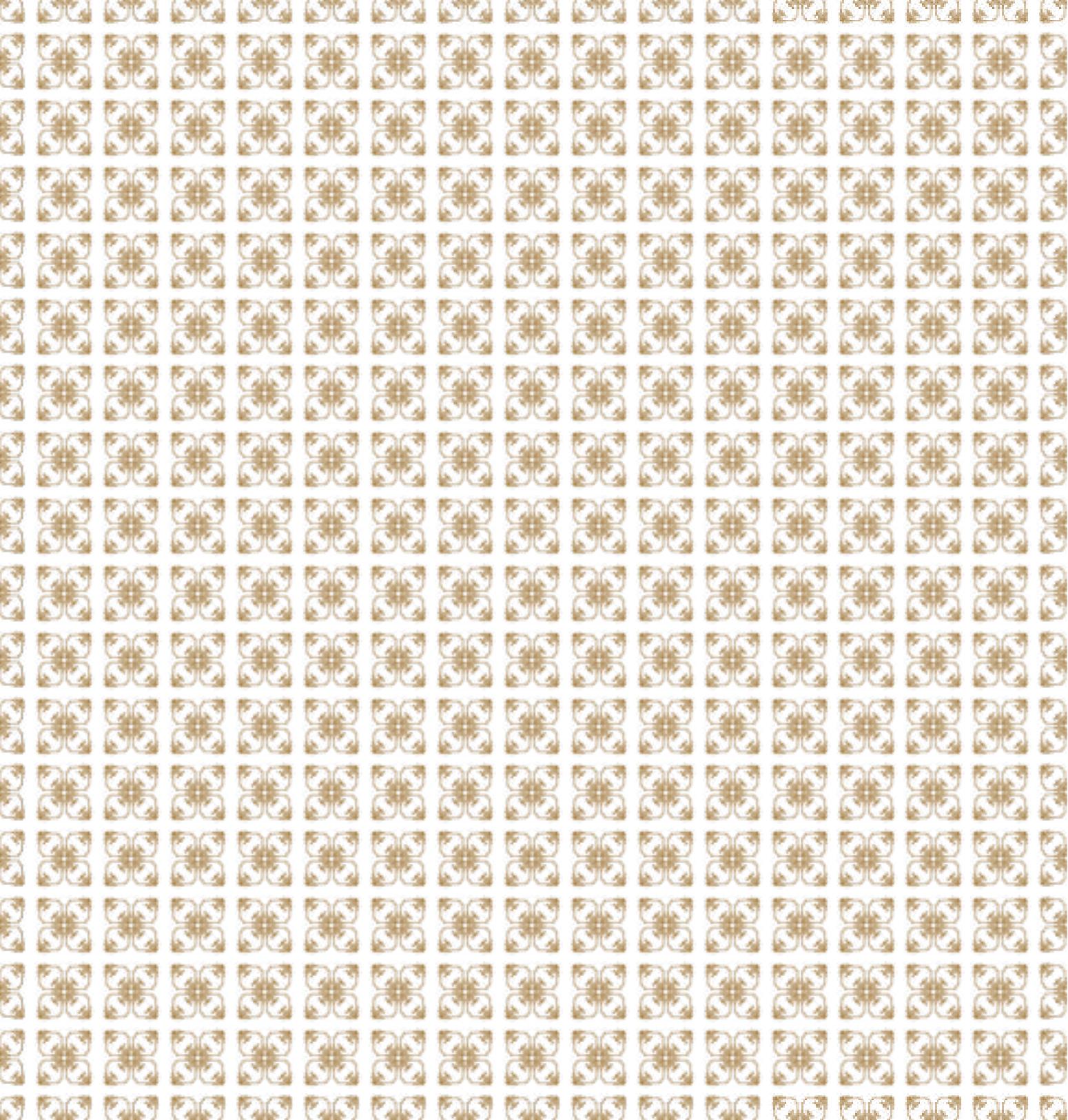


Paulo Rogério Marques Sily

Casa de ciência, casa de educação

ações educativas do Museu Nacional
(1818-1935)









Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRJ

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

*Coordenadora do
Fórum de Ciência
e Cultura*
Tatiana Roque



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial
Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Flávio dos Santos Gomes
João Camillo Barros de Oliveira Penna
Tania Cristina Rivera

Paulo Rogério Marques Sily

Casa de ciência, casa de educação

ações educativas do Museu Nacional
(1818-1935)

© 2022 Paulo Rogério Marques Sily

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7-1878)

S587 Sily, Paulo Rogério Marques.
Casa de ciência, casa de educação [recurso eletrônico] ações educativas do Museu Nacional (1818-1935) / Paulo Rogério Marques Sily. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022.

1 recurso eletrônico (512 p. : il.) ; digital.

Bibliografia: p. [393]-420.

ISBN: 978-85-7108-474-2

1. Museu Nacional (Brasil) – História. 2. Museus de ciências – Aspectos educacionais. 3. Museus – Aspectos educacionais. 4. Museus e escolas. I. Título.

CDD: 508.074

Coordenação editorial

Thiago Lins
Maíra Aves

Preparação de originais

Sonja Cavalcanti

Revisão

Paula Halfeld

Capa, projeto gráfico e diagramação

Marisa Araujo

Ilustração da capa e falsa folha de rosto

Karina Kuschnir

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORIA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio:





A todos(as) que participaram da elaboração deste livro.

Para Sandra, Tathiana, Márcia, Gabriela e Isabela.



Sumário

LISTA DE QUADROS 12

LISTA DE FIGURAS 14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 18

PREFÁCIO 20

O Museu Nacional e suas extremidades: ações educativas

fogo, fumaça e história

José G. Gondra

INTRODUÇÃO 28

1 – Estudar, ensinar e divulgar a cultura e as riquezas do Brasil 47

De Real a Nacional 54

O museu para “pessoas decentemente vestidas” 75

O museu para todos? 106

2 – O paladino das ciências naturais no Brasil 121

O Brasil não é só o café: o Museu Nacional nas exposições nacionais e universais (1865-1922) 123

Cursos e conferências públicos (1876-1919) 170

3 – A história natural do Brasil em revista 201

Archivos, o veículo de comunicação oficial (1877-1933) 210

4 – Ações educativas para um público mais amplo e diversificado 247

Por um estudo curioso da vida: conhecendo a natureza através de coleções didáticas e de quadros murais 249

Produção e circulação de coleções didáticas de história natural 270

Produção e circulação de quadros murais de história natural 291

Os museus e as concepções de educação nos anos de 1920 306

A função dos museus em publicações de professores 322

A função dos museus por Bertha Lutz (1932) 330

O museu em atendimento às escolas 335

A ciência em proveito da vida (1920-1930) 339

O conforto moral da ciência e da arte na *Revista Nacional de Educação* (RNE) (1932-1934) 367

Uma leitura das lições de ciências 373

CONSIDERAÇÕES FINAIS 381

REFERÊNCIAS 388

APÊNDICES 416

APÊNDICE A 418

Trajetória institucional do Museu Nacional, de acordo com seus diretores e legislação referentes ao período de 1818 a 1935

APÊNDICE B 423

Revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* (1876-1933) – volume, ano, autor/função, temáticas ou títulos dos artigos e sobre o que instruem/informam

APÊNDICE C 446

Correspondência entre o Museu Nacional e estabelecimentos escolares sobre material didático de história natural

APÊNDICE D 462

Filmes, diapositivos e gravuras utilizados em aulas e conferências no Museu Nacional nos anos de 1928 e 1929

APÊNDICE E 466

**Aulas práticas oferecidas para professores nos laboratórios
do SAE – ano de 1933**

APÊNDICE F 471

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional – assuntos tratados
e material utilizado durante o ano de 1929**

APÊNDICE G 476

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional e de material
de ensino disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de Assistência
ao Ensino – ano de 1930**

APÊNDICE H 479

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional e de material
de ensino disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de Assistência
ao Ensino – ano de 1932**

APÊNDICE I 481

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional e de material
de ensino disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de Assistência
ao Ensino – ano de 1933**

APÊNDICE J 484

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional e de material
de ensino disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de Assistência
ao Ensino – ano de 1934**

APÊNDICE K 487

**Autores e colaboradores da *Revista Nacional de Educação*,
respectivos títulos dos artigos, áreas temáticas
e números dos exemplares**



Lista de quadros

QUADRO 1 –	Exposições nacionais e internacionais das quais o Museu Nacional participou	86
QUADRO 2 –	Países destinatários da revista <i>Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro</i> , por ano de envio	218
QUADRO 3 –	Distribuição das temáticas por área das ciências naturais em volumes analisados da revista <i>Archivos do Museu Nacional</i>	220
QUADRO 4 –	Número de exemplares da revista <i>Archivos do Museu Nacional</i> distribuídos no ano de 1921	242
QUADRO 5 –	Instituições com as quais o Museu Nacional manteve correspondência no ano de 1922	244
QUADRO 6 –	Materiais para composição do museu escolar, segundo orientações do inspetor-geral Ramiz Galvão, em 1891	270
QUADRO 7 –	Distribuição de coleções didáticas, por estado da Federação	286
QUADRO 8 –	Coleção de mapas murais produzidos pelo Museu Nacional entre 1919 e 1922, por área de conhecimento, temática e respectivos números dos exemplares	295

QUADRO 9 –	Quadro comparativo do movimento da Sala de Cursos do Museu Nacional nos três primeiros anos de sua existência	353
QUADRO 10 –	Quadro comparativo do movimento da 5 ^a seção de 1927 a 1933	365
QUADRO 11 –	Demonstrativo de material determinado pelo SAE, enviado pelos estabelecimentos de ensino no ano de 1934	367
QUADRO 12 –	Quadro demonstrativo das ações educativas desenvolvidas pelo SAE/Museu Nacional junto às escolas na década de 1930	369
QUADRO 13 –	Quantitativo de artigos sobre ciências, publicados na <i>RNE</i> , por área de conhecimento	382



Lista de figuras

FIGURA 1 – Jornal de Coimbra	23
FIGURA 2 – Fachada do Museu Nacional, 1870	24
FIGURA 3 – Primeiro pavimento do Paço de São Cristóvão	25
FIGURA 4 – Paço de São Cristóvão (Paço de São Christovão – 1830-1834) – Desenho retocado à aquarela sobre papel, com assinatura de Dela Michellerie. Retrato do Paço Imperial com o Torreão Sul, projetado por Pierre Pèzerat, em estilo neoclássico	28
FIGURA 5 – Incêndio do Museu Nacional na noite de 2 de setembro de 2018	29
FIGURA 6 – Quinta da Boa Vista – 1808-1831	30
FIGURA 7 – Prédio da praça da Aclamação que abrigou o Museu Nacional entre 1818 e 1892	62
FIGURA 8 – Sala de Cursos do Museu Nacional	115
FIGURA 9 – Capa dos <i>Catálogos dos produtos naturais e industriais remetidos das províncias para a Exposição Nacional de 1861</i>	134

FIGURA 10 – Modelo de locomotiva segundo o sistema de Stephenson, construída e exposta pelo sr. Carlos Petersen na Exposição de 1861, produzida no estabelecimento da Ponta d'Areia, em Niterói	134
FIGURA 11 – Paisagem do Brasil. Quadro a óleo exposto pelo sr. C. Linde	142
FIGURA 12 – Moenda de ferro para cana, movida a vapor	143
FIGURAS 13 E 14 – Peças moldadas em gesso e em papel machê sobre os índios xavantes, instaladas no Museu Nacional para a Exposição Antropológica de 1882. Autoria de Leon Després	163
FIGURA 15 – Reprodução de cena indígena com manequins na Exposição Antropológica de 1882	164
FIGURA 16 – Cenário com manequins na Exposição Antropológica de 1882	165
FIGURA 17 – Sala Hartt, dedicada a objetos etnográficos e arqueológicos, expostos em vitrines	170
FIGURA 18 – João Batista de Lacerda no Laboratório de Biologia do Museu Nacional	193
FIGURA 19 – Sala de Cursos do Museu Nacional em funcionamento na década de 1920	196
FIGURA 20 – Marechal Rondon em visita ao Museu Nacional (1927)	199
FIGURA 21 – Albert Einstein em visita ao Museu Nacional (1925)	202
FIGURA 22 – Ilustração de Theodor de Bry para obra de Las Casas, no século XVI	208

FIGURA 23 – Capa da revista <i>Archivos do Museu Nacional</i> , impressa com as armas do Império	215
FIGURA 24 – Mapas produzidos por viajantes em incursões a Mato Grosso	228
FIGURA 25 – Artefatos de caça e adornos pessoais indígenas	233
FIGURA 26 – Reprodução de inscrições rupestres brasileiras	237
FIGURA 27 – Desenhos de crânio urupá, por A. Childe, estudados pelo professor Roquette-Pinto	246
FIGURAS 28 E 29 – Desenhos anatômicos, por A. Childe, a partir de estudos realizados em cadáver de mulher indígena pelos professores Roquette-Pinto e Benjamim Baptista	247
FIGURAS 30, 31 E 32 – Artefatos indígenas utilizados para estudos sobre anatomia humana	248
FIGURAS 33 E 34 – Objetos de coleção de zoologia	281
FIGURA 35 – Coleção de mineralogia para empréstimo às escolas	284
FIGURA 36 – Quadro mural de zoologia n. 1	297
FIGURAS 37 E 38 – Quadro mural de antropologia n. 1, em suas duas versões	299
FIGURA 39 – Quadro mural de antropologia n. 2	300
FIGURA 40 – Quadro mural de botânica n. 1	302
FIGURAS 41 E 42 – Quadros murais de zoologia n. 2 e n. 3	303
FIGURAS 43 E 44 – Quadros murais de geologia n. 1 e n. 2	305
FIGURA 45 – Quadro mural de botânica n. 2	306
FIGURAS 46 E 47 – Quadros murais de zoologia – Aves, n. 4 e n. 5	308

FIGURA 48 – Meninos em visita ao Educational Museum of Saint Louis Public Schools, manipulando objetos em exposição, de forma interativa	337
FIGURA 49 – Sala de preparação e determinação de materiais do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional	351
FIGURA 50 – Fragmentos de folhas e procedimentos para organização de coleção	378
FIGURA 51 – Microscópio binocular utilizado em laboratórios	379
FIGURA 52 – O céu do Brasil	380
FIGURA 53 – Coleção de cigarros	382



Lista de abreviaturas e siglas

Ince – Instituto Nacional de Cinema Educativo

MN – Museu Nacional do Rio de Janeiro

RNE – *Revista Nacional de Educação*

Sain – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SAE – Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do
Museu Nacional

Semear – Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo



As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam dos trabalhos e dos dias das populações rurais ou urbanas. E é assim com cada coisa, que acaba nesse mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre.

Krzysztof Pomian (1984, p. 53)



Prefácio

O Museu Nacional e suas extremidades Ações educativas, fogo, fumaça e história

José G. Gondra

Uerj/CNPq/Faperj

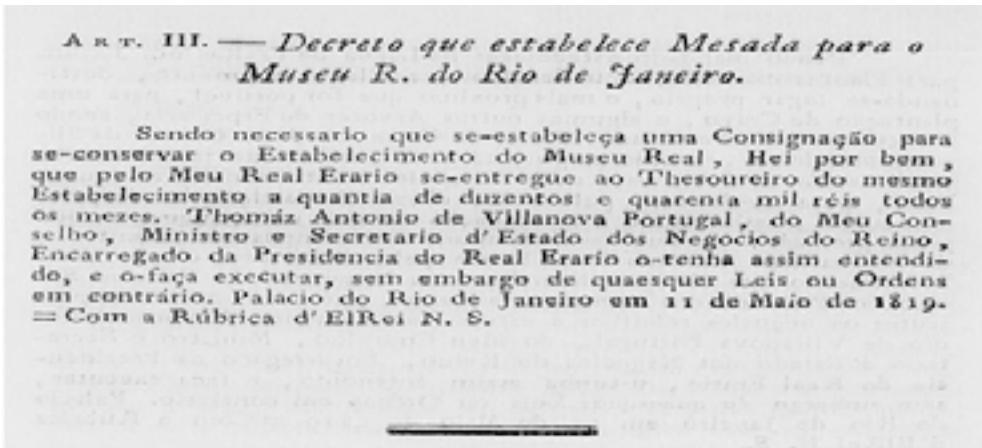


FIGURA 1 – Jornal de Coimbra. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819352&Pesq=museu%20real&pagfis=8024>.
Acesso em: 25 maio 2019.

Em 11 de maio de 1819, onze meses após a criação do Museu Real, o rei de Portugal mandava destinar 240:000 réis mensais para conservar o estabelecimento, sem embargo de quaisquer leis ou ordem em contrário. A política das “mesadas”, contudo, foi descontinuada, fator decisivo para se compreender o desastre que ocorreu duzentos anos depois com o referido museu.

Na noite do dia 2 de setembro de 2018, um clarão de luz e nuvem de fumaça constituía triste sinal de um incêndio que destruiu anos de trabalho, estudo e dedicação às ciências. Na noite daquele domingo, a antiga residência da família real e imperial entrou em chamas. O *coração* da chamada Quinta da Boa Vista foi convertido em escombros, cinza e pó, resultado de anos de descaso e de investimentos insuficientes na ciência e na formação. O incêndio implicou perda de grande parte dos 20 milhões de itens das diversas coleções de geologia, paleontologia, botânica, zoologia, antropologia biológica, etnologia e arqueologia, pacientemente reunidos ao longo de dois séculos de história.



FIGURA 2 – Fachada do Museu Nacional, 1870. Disponível em: <https://museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>. Acesso em: 25 maio 2019.

O atual Museu Nacional consiste na instituição científica mais antiga voltada para os estudos da natureza e das gentes do Brasil, criado por decreto de Dom João VI, datado de 6 de junho de 1818, dez anos após sua chegada ao Brasil. Nascia, assim, o Museu Real, com a função de realizar estudos e propagar conhecimentos no campo das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerrava em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que poderiam ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes. O seu primeiro diretor foi o frei José Batista da Costa Azevedo, franciscano e professor de botânica e zoologia da Academia Real Militar.

No entanto, o primeiro estabelecimento brasileiro de história natural foi fundado pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, antes da chegada da família real, conhecido como “Casa dos Pássaros” por ter aves empalhadas, transferidas, posteriormente, para o então Museu Real, cuja sede inicial se localizava no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro. Após a Proclamação da República, o museu foi transferido para o Paço de São Cristóvão ou palácio da Quinta da Boa Vista.

Após chegar ao Rio de Janeiro, em 1808, a família real se estabeleceu no Paço Imperial da Praça XV, que tinha servido de morada para os vice-reis ou governadores do Brasil colonial.

No final do século XVIII, Elias Antonio Lopes adquiriu uma residência no terreno onde ficava a antiga Fazenda São Cristóvão, pertencente aos jesuítas. Neste espaço, sobre uma colina, ergueu um casarão-palacete, em 1803. Em virtude da localização, oferecia uma bela vista para a baía de Guanabara, decorreu daí o nome Quinta da Boa Vista. Essa propriedade foi doada ao príncipe regente em 1809 e Dom João se mudou para o palácio em 1816, após a morte de dona Maria I, o qual serviu, sucessivamente, como residência de Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II. O palácio, contudo, somente tomou a forma atual, em estilo neoclássico, após reformas e modificações expressivas, inclusive com acréscimo de um terceiro andar.

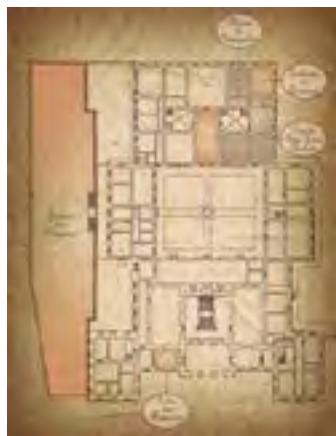


FIGURA 3 – Primeiro pavimento do Palácio de São Cristóvão. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/casa-do-imperador/pavimento1.html>. Acesso em: 25 maio 2019.

Após a independência política (1822), o Museu Nacional passou a ser responsável pelo exame, classificação e avaliação das amostras de produtos naturais encontrados no Brasil, atuando como consultor de algumas repartições públicas. Com essas competências, o museu investigava e recebia inúmeros espécimes dos reinos vegetal, mineral e animal, de modo a conhecer suas propriedades naturais e potencialidades científicas e econômicas, bem como disponibilizar tais conhecimentos aos interessados pela exploração, industrialização e comércio dos novos elementos da natureza.

No que se refere à política de difusão dos saberes produzidos, o Museu Nacional promoveu um conjunto de ações educativas dirigidas a públicos diversificados. Nesse sentido, ofereceu cursos e conferências públicas; participou de exposições nacionais e internacionais; publicou revistas – *Archivos do Museu Nacional* (1876-2005) e *Revista Nacional de Educação* (1932-1934); organizou visitas para que o público tivesse acesso e conhecesse o acervo do museu; bem como produziu coleções didáticas e quadros murais de história natural para serem utilizados em estabelecimentos de ensino de diferentes níveis em todo o Brasil. O exame detalhado das ações ou extremidades do Museu Real/Imperial/Nacional consiste na nervura central deste livro.

Focado nas ações educativas, aspecto ainda pouco estudado no campo da museologia, da história da ciência e da história da educação, este livro se debruça em um conjunto complexo de medidas, considerando as iniciativas em suas regularidades e descontinuidades, marcador extremamente relevante para se fazer uma história dos processos de institucionalização da forma-museu.

Neste caso, a história da instituição-museu, realizada pelo exame acurado das ações educativas, instáveis e constantes, que promove, permite pensar aspectos do processo de racionalização da natureza e da vida entre 1818 e 1935, recortes estabelecidos pelo autor. Neste exercício, o estudo constitui um convite provocativo para tomar distância da velha tese do museu como algo inerte, na medida em que analisa e torna pensáveis diversas medidas ativadas para vincular o museu à sociedade.

Os museus, como se sabe, não possuem existência insular. A rigor, integram um arquipélago disciplinar, relacionando-se com as problemáticas e as exigências de controle da natureza, das gentes, da produção e circula-

ção dos capitais derivados do saber investido sobre o natural e o humano. Em épocas de explosão e concentração demográfica nas cidades, de deslocamentos dos modos de viver, produzir e consumir, as ciências naturais passaram a ocupar um lugar estratégico. Nesse sentido, ao lado de simplesmente expor os saberes acumulados, tratados, classificados, o Museu Nacional é investido de competências para pesquisar os bichos, as terras, as plantas, os ares, as águas e as gentes, de modo a extrair e rentabilizar ao máximo esses elementos.

Nessa linha, compreender os processos de constituição e as ações dos museus de ciências naturais não pode ser separado de uma reflexão aguda e regular a respeito dos processos de racionalização envolvidos na constituição e gestão da natureza e das populações, afastando-se bastante de uma tradicional história das instituições, focada no registro e descrição de atos espetaculares de grandes homens e, via de regra, redutível ao protagonismo do Estado. Não é esta a narrativa contida no livro *Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*, inicialmente tese de doutorado elaborada e aprovada em 2012, por unanimidade,¹ no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped/UERJ).

O projeto empreendido pelo autor deste livro comprehende menos uma macrofísica do Museu Nacional e de suas ações. Trata-se, sobretudo, de compreender a instituição no plano e no registro de uma microfísica do poder, visto que, nessa perspectiva, os agenciamentos não pertencem nem a alguém nem mesmo a um grupo, uma vez que existem e funcionam em uma dispersão, uma rede, um sistema de diferenças que torna possível a configuração e o funcionamento da forma-museu, o que torna comprehensível a emergência das ações educativas mais ou menos regulares promovidas pelo Museu Nacional ao longo de mais de cem anos de sua existência.

Por fim, esse tipo de pesquisa permite interrogar em outros termos os projetos de institucionalização e os efeitos que pretendem produzir e que

¹ A comissão avaliadora foi constituída pelos professores Mario Chagas (Unirio), Claudia Rodrigues (UFRJ), Clarice Nunes (UFF), Alessandra Frota Schueler (UFF), Alda Heizer (Jardim Botânico) e José Gondra (Uerj – orientador).

produzem. Permite, igualmente, compreender as artimanhas encenadas e aquilo que se cria e se inventa nas porosidades dos aparatos de controle, disciplina e subjetivação. Aparatos que, por vezes, são eles mesmos vítimas do descaso e dos desmontes promovidos em nome de formas mais eficazes de gestão do *um* e do *múltiplo*, como testemunham os longos anos de descaso e de descuido, que resultaram nas labaredas e fumaças que ainda consomem o Museu Nacional. No entanto, coletivos do museu e do tecido social, dentro e fora do Brasil, sensíveis às contribuições do Museu Nacional em termos de pesquisa, formação e ações educativas se encontram mobilizados para manter viva a instituição. Este livro, portanto, também pode (e deveria) ser lido como parte das iniciativas relevantes de (re)construção e (r)existência do Museu Nacional.



FIGURA 4 – Paço de São Cristóvão (Paço de São Christovão - 1830-1834) – Desenho retocado à aquarela sobre papel, com assinatura de Dela Michellerie. Retrato do Paço Imperial com o Torreão Sul, projetado por Pierre Pézerat, em estilo neoclássico. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/palacio.htm>.

Acesso em: 30 maio 2019.



FIGURA 5 – Incêndio do Museu Nacional na noite de 2 de setembro de 2018.
Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/incipio-de-destroi-predio-do-museu-nacional-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 maio 2019.



FIGURA 6 – Quinta da Boa Vista – 1808-1831. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/864-arquivo-imperio-palacio-de-sao-cristovao.html>. Acesso em: 31 maio 2019.



Introdução

Reconhecido popularmente como um dos principais espaços de lazer da cidade do Rio de Janeiro, a Quinta da Boa Vista tem dentre seus principais atrativos, além do próprio parque, o Museu Nacional e o antigo Zoológico da cidade, atual BioParque. Nem todos os seus visitantes ou mesmo transeuntes que diariamente cruzam a “Quinta” a pé, dirigindo-se ao largo da Cancela ou às estações de trem e de metrô de São Cristóvão, conhecem suas histórias e sabem, por exemplo, da existência de atividades de ensino e pesquisa em funcionamento no Horto Botânico, onde professores, cientistas e estudantes atuam em cursos de extensão e de pós-graduação vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Não temos por objetivo neste livro contar histórias da Quinta ou do Palácio de São Cristóvão, lugar no qual viveu a família imperial; nasceram o imperador Dom Pedro II e sua filha, a princesa Isabel; funcionou a primeira Assembleia Constituinte republicana e circularam ilustres personagens da história do Brasil e do mundo, dentre tantos outros fatos importantes. O que pretendemos é iluminar o Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do Brasil e um dos grandes museus de história natural e antropologia da América Latina, na intenção de afirmar sua atuação como *casa de ciência*, mas também e, sobretudo, como *casa de educação*, desde sua criação em 1818.

O estudo aqui apresentado é um dos resultados de pesquisas desenvolvidas durante curso de doutorado,¹ tempo no qual foi possível conhecer e assim melhor compreender a importância dos museus e, particularmente, a expressiva atuação do Museu Nacional nos processos de educação e de formação da nação brasileira ao longo do século XIX e início do XX.

O interesse em estudar as práticas educativas de museus teve início ao participar de experiência pedagógica nas seções e setores do Museu Nacional, quando pude frequentá-lo e conhecê-lo para além de suas salas de exposições, permanentes e temporárias, abertas ao público, principalmente às escolas. Dessa forma, entrei em contato com laboratórios, nas seções e nos setores onde são ministradas aulas dos cursos de pós-graduação, desenvolvidas pesquisas, organizadas coleções científicas, preparadas e preservadas peças do acervo do Museu Nacional.

Foi nesses espaços de atuação acadêmica que encontrei uma diversidade de objetos de coleções de história natural, de diferentes formas e tipos, que muito atraíram minha curiosidade: desde quando existiam? Como e para que foram confeccionados? O que representavam? Quais suas funções e utilidades? Quais suas intencionalidades?² Desde quando e quais foram as ações educativas que o Museu Nacional havia desenvolvido anteriormente?

Alguns desses exemplares são utilizados pelos professores do Museu Nacional e por seus estagiários em pesquisas, aulas e cursos, como materiais pedagógicos. Esses artefatos³ foram produzidos em tempos passados

¹ A pesquisa foi desenvolvida anteriormente ao incêndio do Palácio de São Cristóvão (sede do Museu Nacional), ocorrido em 2 de setembro de 2018. Tragédia que resultou na destruição de grande parte do acervo do MN, reunido ao longo de duzentos anos de trabalho científico e acadêmico. A maior parte da documentação analisada para elaboração deste trabalho, sob a guarda do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear/MN/UFRJ), foi completamente perdida. Desde o ocorrido, diversos profissionais têm-se dedicado inteiramente ao processo de recuperação do acervo e de reconstrução do museu.

² Para saber mais sobre o campo da cultura material escolar, cf. Abreu Júnior (2005).

³ A palavra *artefato* tem em sua etimologia a ideia de produto ou obra do trabalho humano e/ou mecânico, realizados pelo ser humano, sob determinadas condições materiais e intelectuais, com finalidades específicas, podendo ser reapropriados e ressignificados ao longo de suas trajetórias de vida. De acordo com Menezes (2006, p. 2), o artefato é um dos componentes, dos mais importantes, sem dúvida, da cultura material.

e constituem patrimônio⁴ científico e institucional. Estão guardados nos laboratórios, preservados e expostos, como testemunhos e suportes de saberes produzidos, de atividades acadêmicas e de práticas educativas desenvolvidas por muitos profissionais que por ali passaram.

São eles exemplares de espécimes naturais, representações da natureza e de grupos humanos de uma determinada cultura local, regional ou universal, reproduzidos seus traços e características físicas numa superfície plana, de forma gráfica ou em três dimensões, podendo ser, nesse caso, um próprio exemplar do espécime ou um similar, confeccionado com materiais apropriados. Permitem ao espectador, aquele que os olha e observa, associá-los a um universo muitas vezes desconhecido, portanto invisível, do qual originalmente fizeram parte, podendo pertencer a um grupo, a uma família, enfim, a um conjunto natural da flora, da fauna, dos minerais ou da espécie humana (Pomian, 1984).

A curiosidade acerca desses objetos e dos contextos nos quais foram produzidos e utilizados instigou lançar sobre eles um olhar de estranhamento, a fim de saber mais e melhor sobre a produção, os objetivos que levaram a serem confeccionados, suas utilidades, significados, usos, bem como as demandas que buscaram atender. Na materialidade produzida pelo Museu Nacional e nas possíveis práticas educativas para as quais foram confeccionados e utilizados, surgiu uma possibilidade de pesquisa que remetia a diferentes tempos da história institucional.

Entre as inúmeras questões relacionadas aos museus, as suas funções social e educativa, que se estabelecem nas relações com o público, estão em permanente debate, desafiando especialistas e educadores. Uma das preocupações centrais dos que se dedicam a essa temática diz respeito à inserção do museu na sociedade a partir da compreensão dessa instituição⁵ como espaço de ciência, agente de formação e de transformação social.

⁴ O conceito de patrimônio está aqui empregado no sentido de legado cultural, servindo como veículo de transmissão, conservação e reprodução da memória social (cf. Magalhães, 2005).

⁵ O termo “instituição” é compreendido e empregado neste livro de acordo com uma das definições citadas por Revel (2010), em que seu uso visa a toda organização que funcione

Considerado como lugar de construção e transmissão de conhecimento, o museu, em sua diversidade de formas e tipologias, tem se constituído como equipamento híbrido e múltiplo em função das características assumidas, como centro de pesquisa, produção e divulgação da ciência, da arte, etc., mas também como espaço de educação e comunicação.

Nesse sentido, a instituição “museu” tem as funções de reunir e estudar objetos e coleções, constituintes de seu acervo; promover a guarda e a preservação desse patrimônio; divulgar para o público o conhecimento produzido, atuando na educação e formação de indivíduos. Para desenvolvê-las, seus administradores traçam estratégias e ações, variáveis de acordo com os objetivos e o público a alcançar.

Ao interagir em rede com um conjunto de outras instituições, conhecimentos, informações e culturas, sendo resultado da prática social e, ao mesmo tempo, mecanismo voltado para conformar outras ações, o museu não pode ser considerado um produto pronto e acabado, mas em permanente transformação, como já apontava Bertha Lutz⁶ em relatório de viagem encaminhado à direção do Museu Nacional, no qual relata suas visitas a museus norte-americanos, em 1932. Já nesse documento, Lutz afirmava que o conceito de museu estava em plena evolução. Nesse sentido, a museologia tem sido considerada como uma ciência em processo permanente de construção (Santos, 2002).

Como espaço de interação social em seus múltiplos aspectos, cabe destacar o caráter sociopolítico do museu como instituição que cria e (re)cria representações da natureza e de culturas de diferentes grupos, classes sociais, povos e sociedades, em diferentes tempos e espaços, e as disponibiliza

de modo regular na sociedade, segundo regras explícitas e implícitas, e de que se presume que responda a uma demanda coletiva particular.

⁶ Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), licenciada em Ciências pela Sorbonne e bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, tradutora, botânica, feminista, deputada federal, zoóloga, ingressou em 1919 no Museu Nacional. Aposentada em 1964, prosseguiu como professora emérita da UFRJ e pesquisadora do CNPq. Foi fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922; cofundadora da Associação Brasileira de Educação, em 1924; integrante da Comissão Organizadora do Anteprojeto da Constituição Brasileira, de 1932, entre outras atividades (Miranda, 2008).

ao público através da materialidade que lhe serve de suporte, reunida em acervos e organizada, em geral, em coleções.

As representações da natureza e do social construídas e presentes nas exposições permanentes e temporárias dos museus históricos e de história natural, por exemplo, serviram para a construção de “comunidades imaginadas” – nações –, através de um discurso histórico e científico que se tornou hegemônico nos dois últimos séculos.⁷

Compreendendo que a função educativa do museu se realiza através de ações que são determinadas e que estão articuladas a um conjunto de fatores conjunturais – da ordem do social, do econômico, do político e do ideológico –, investigamos as ações educativas promovidas pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro consideradas como estratégias de divulgação das ciências naturais e humanas, procurando percebê-las integradas a movimentos que se encontravam em curso durante o processo de construção da nação brasileira no século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX: a institucionalização da educação, a racionalização da pedagogia e a formação social do caráter público da instrução.

Essa articulação entre o museu, a educação e a construção da nação procede na medida em que é possível compreender a institucionalização da educação no mundo ocidental, operada a partir das revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII, como um fenômeno que não se processou sómente no âmbito das escolas modernas, mas também ocorreu no interior dos museus, os quais, ao dar ênfase à sua função educativa, procuraram se afirmar como centros de instrução e formação de cidadania.

Existente desde a Antiguidade, o museu procurou se legitimar pelo relevante atribuído à dimensão educativa. A partir do surgimento das sociedades modernas e da necessidade de formar cidadãos, de preparar indivíduos para atuarem na nova ordem social capitalista, tecnológica e racional que se afirmava e atender às demandas sociais emergentes, a concepção de museu como instituição de pesquisa, produção de conhecimento, mas, sobretudo, de educação tornou-se ainda mais relevante.

⁷ Sobre essa temática, ver Santos (2009), Anderson (2008) e Abreu (1996).

Nesse sentido, concomitante e articulado ao processo de escolarização ocorrido nos três últimos séculos, o museu afirmou seu caráter público e pedagógico, através de transformações internas e múltiplas ações educativas, variáveis no tempo e no espaço, em função de demandas sociais e políticas próprias de diferentes conjunturas.

No Brasil, os museus construídos no século XIX e início do século XX, ao tratarem da criação, da preservação e da difusão do que, a partir da década de 1930, passou a ser denominado de patrimônio cultural – material e imaterial – da sociedade brasileira, buscaram cumprir essas funções para servir como referência cultural e histórica da nação em construção (Chagas, 2009).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818 por Dom João VI como Museu Real, foi por meio século a única instituição brasileira dedicada à história natural. Na segunda metade do século XIX, o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871), em Belém do Pará, e o Museu Paulista (1894), conhecido como Museu do Ipiranga, na cidade de São Paulo, estabeleceram-se como instituições dedicadas aos estudos científicos dessa área. Desde então, no decorrer de quase dois séculos de existência, o Museu Nacional tem atuado como instituto de pesquisa sobre a natureza e o homem, exercendo importante função educativa na sociedade brasileira, através de políticas de divulgação do conhecimento produzido no campo das ciências naturais e humanas.

No sentido de compor um cenário histórico mais amplo que permita situar o Museu Nacional nos contextos sociais em que atuou e nas redes institucionais com as quais interagiu, consideramos que ao longo do século XIX e início do século XX o museu desenvolveu ações educativas para um público cada vez mais amplo, articuladas em função de movimentos que se encontravam em curso no Brasil: a construção/invenção da nação, a institucionalização da educação, a racionalização da pedagogia e a formação social do caráter público da instrução e dos museus no mundo.

Nessa perspectiva, na intenção de ampliar o conhecimento sobre o Museu Nacional e sua história, foram analisadas as ações educativas promovidas pela instituição no período entre 1818 e 1935,⁸ buscando-se, com

⁸ Esses anos correspondem, respectivamente, à criação do Museu Nacional e ao fim da gestão de Roquette-Pinto como diretor da instituição.

este estudo de caso, refletir sobre a importância social dos museus e conferir destaque ao papel desempenhado pelo Museu Nacional na educação e na construção da nação brasileira nesse período.

Para isso, buscamos responder algumas questões: qual lugar ocupava o Museu Nacional na sociedade brasileira no século XIX e início do XX? O que realizou em termos de função educativa? Quais seus objetivos e para qual público procurou dirigir suas ações? Como se organizou internamente para atender a esses objetivos? Quais foram seus agentes⁹? Que relações havia entre essas ações e as demandas internas e externas ao museu? O que intencionava instruir?

Nesse sentido, na condição de uma das instituições pertencentes à rede de agências de governo no período imperial e nas quatro primeiras décadas da República no Brasil, o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi aqui considerado não somente como lugar de poder e de saber científico, mas também como espaço privilegiado de instrução, com funcionamento regular, segundo regras que procuraram definir as formas diretas e indiretas de agir na educação do público. Ao longo do período estudado, seu papel vai sendo redesenhado de acordo com demandas sociais associadas a contextos específicos, com as políticas de governo que buscaram atendê-las, com suas condições internas e com as iniciativas dos agentes do Museu Nacional que contribuíram para que fossem realizadas.

Como desdobramento desse objetivo principal, temos a intenção de aproximar os debates e as pesquisas sobre a educação em museus com os estudos no campo da história da educação, no sentido de afirmar a instituição museal como espaço de formação e de instrução pública, lembrando que as ações educativas em museu, consideradas por pesquisadores como

⁹ Interessante lembrar as observações feitas por Mary Douglas, em seu livro *Comment pensent les institutions*, citado por Revel (2010, p. 133), ao afirmar que “as instituições não pensam, e em particular não pensam no lugar dos agentes sociais” e que “não são também as etapas de uma racionalidade sem sujeito que definiriam a forma e o conteúdo das práticas sociais”.

educação não formal,¹⁰ estiveram presentes em sua trajetória institucional, atuando na instrução e na educação do público.

No caso particular do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a função educativa esteve presente como um de seus objetivos tanto nos decretos e regulamentos de governo que organizaram a instituição, como nas ações voltadas para a divulgação da ciência e a popularização da cultura, desde sua criação, ainda no período joanino, em 1818, até os dias atuais.

O estudo das ações educativas do Museu Nacional,¹¹ por meio da composição e da análise de um amplo conjunto de documentos, em especial dos materiais que lhes serviram de suporte e dos veículos de comunicação para os diferentes tipos de público para os quais essas ações foram dirigidas, fez parte da proposta metodológica deste trabalho e pretende servir como contribuição para estudos em história da educação que apostam na potencialidade de fontes históricas referentes ao patrimônio educacional e museal.

A análise da materialidade produzida pelo Museu Nacional destinada à divulgação científica foi apoiada em estudos no campo da cultura material¹²

¹⁰ A distinção entre tipos de educação está presente em obras de autores brasileiros desde meados do século XX. Por exemplo, Francisco Venâncio Filho (1941, p. 13) aponta para a existência de três tipos de educação: a “orgânica”, a “formal” (escolar) e a “informal, que está por toda parte como o ar que respiramos”; Edgard Sussekind de Mendonça (1946, p. 10) considera a existência de uma “educação escolar intencional, sistemática”, que se diferencia da “educação supletiva, o conjunto da educação que pretende suprir as faltas cometidas pelas instituições comuns de ensino”; e F. dos Santos Trigueiros (1958, p. 61) comprehende o museu como complemento da escola. A consideração da educação em museu como “educação extraescolar” ou “não formal” permanece em autores mais recentes como Köptcke (2001, 2002), Marandino *et al.* (2003), Araújo (2006) e Santos (2008), entre outros. Atualmente, o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Não Formal e Divulgação em Ciências na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (GEENF/USP), criado em 2002, desenvolve atividades de aprofundamento teórico sobre esse tema. Sobre educação não formal, ver também Marandino *et al.* *A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz?* (Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/geenf/textos/oqueopensatrabcongresso5.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2011).

¹¹ Neste livro, o Museu Nacional do Rio de Janeiro pode ser referido simplesmente por “Museu Nacional” ou pela sigla “MN”.

¹² Para Menezes (2006), a expressão *cultura material* se refere a todo segmento do universo físico e socialmente apropriado. De acordo com Bucaille e Pesez (1989, p. 15), “a noção e expressão *cultura material* estão relativamente difundidas na história e, embora em menor

desenvolvidos na perspectiva da antropologia, da ciência da informação e da história, numa tentativa de interpretação dos objetos que compõem as coleções aqui estudadas, de forma a dar visibilidade à sua historicidade, buscando desnaturalizá-los.¹³

Em suma, tendo por objeto as ações educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro ao longo de 117 anos de existência, a intenção foi a de evidenciar e refletir sobre um conjunto de práticas, ainda pouco exploradas por pesquisadores, buscando identificar como ocorreram, o público a que foram dirigidas e sobre o que instruíam, considerando que tal investimento se processou em um contexto de institucionalização da educação e formação da nação brasileira.

De forma geral, os museus têm sido objeto de estudo, principalmente no que diz respeito às trajetórias institucionais, coleções e acervos, à participação e contribuição na construção da memória e da história nacional e coletiva e à institucionalização da ciência, entre outros aspectos. Apesar do reconhecimento da importância da função educativa dos museus por aqueles que se dedicam ao estudo dessas instituições, essa temática ainda carece de maior atenção. No que diz respeito, particularmente, ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e suas ações educativas, são poucos os trabalhos de pesquisa realizados.¹⁴

Em busca de uma ferramenta de análise que permitisse pensar de forma relacional as ações educativas do Museu Nacional e apontasse caminhos para organizar a escrita sobre a questão, organizamos um esquema de investigação a partir dos elementos que constituem e são constituídos por essas práticas, buscando compreender as relações estabelecidas para legitimar o museu.

grau, também, em diversas ciências humanas”, sem, no entanto, haver sobre elas uma definição precisa e rigorosa. A expressão específica “cultura material” surge em 1919 através de um decreto de Lênin, que cria na Rússia a Academia de História Material e Cultura, sendo este o primeiro reconhecimento institucional que conseguimos localizar.

¹³ De acordo com Nunes e Carvalho (2005, p. 46), os objetos culturais e as práticas “que os produzem ou deles se apropriam” ganharam maior atenção dos historiadores a partir dos anos 1960 e 1970 com os estudos da Nova História.

¹⁴ Sobre a literatura produzida a respeito do Museu Nacional, ver Sily (2012).

Como um dos elementos centrais desta análise, ações educativas são aqui consideradas como conjunto de estratégias (políticas) criadas por agentes sociais que podem ou não estar vinculados diretamente a organizações sociais, como instituições, associações, clubes, partidos políticos, etc., em um determinado tempo e contexto histórico (internacional e nacional), que buscam atender a objetivos definidos, articulados às demandas sociais que as orientam, dirigidas para públicos específicos.

Considerando que o processo histórico se encontra em permanente jogo de transformação e permanência, na medida em que é fruto das ações humanas – individuais e coletivas – que ocorrem na sociedade, a todo momento marcadas por conflitos e contradições, as ações educativas compreendidas como produto do processo social não são permanentes, sofrendo alterações, podendo ser interrompidas, reelaboradas, (re)significadas e inovadas, de acordo com os projetos, as ideias e as intenções daqueles que as promovem; com os interesses institucionais em jogo; com a ordem e a hierarquia de saberes; com as condições estruturais e conjunturais de seu tempo; e com os objetivos e as demandas que se busca atender.

A partir dessas considerações, entendemos que para investigar as ações educativas compreendidas como um conjunto de estratégias relativo a determinado tempo histórico e espaço social, torna-se relevante levar em conta as continuidades e as descontinuidades das práticas, assim como observar suas características e os elementos que lhes são comuns.

Para enfrentar esse desafio, trabalhamos com um *corpus* documental diverso, localizado em lugares de guarda da memória, internos e externos ao Museu Nacional. O conjunto de fontes analisado pode ser organizado de acordo com os seguintes tipos: a) legislação brasileira, pertinente à educação e ao Museu Nacional; b) correspondência efetivada entre o museu, ministérios, instituições e autoridades; c) relatórios de diretores, secretário, pesquisadores do Museu Nacional, dos ministérios e de naturalistas e professores; d) livros de registro do Museu Nacional; e) catálogos, programas e guias de exposições nacionais e internacionais; f) publicações de diretores do Museu Nacional e de professores; g) conferências sobre ciência e educação; h) periódicos; i) quadros murais e coleções didáticas.

Procuramos tratar esses documentos como fontes e como objetos de estudo, buscando através deles informações e pistas que nos permitissem

conhecer e compreender os temas pautados na pesquisa, levantando para isso questões referentes à sua produção e circulação: quais seus autores, objetivos e intencionalidades? Em quais contextos foram produzidos? Quais seus destinatários? O que veiculavam, prescreviam e representavam?

A maior parte das fontes pesquisadas encontrava-se na Biblioteca Central e no Setor de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional. Em seus acervos, a pluralidade de documentos disponíveis sugere a preocupação que seus funcionários tiveram ao longo da história do museu em registrar as ações cotidianas da instituição, não só na intenção de preservação de sua memória, mas também no cumprimento de exigências feitas pelas autoridades de governo que buscavam acompanhar de perto o que por lá ocorria.

Um dos dispositivos criados pelos governantes do Império para acompanhar as ações do Museu Nacional foi a obrigatoriedade de envio de relatórios anuais do Museu Nacional para o ministério ao qual se encontrava subordinado.¹⁵ Elaborados pelos diretores do museu, esses relatórios foram organizados a partir de documentos produzidos pelos chefes das seções, com informações sobre as atividades desenvolvidas durante um ano de trabalho.

A análise da produção e circulação desses relatórios nos permitiu observar como estavam constituídas e como operavam as redes de informação, comunicação e controle, nos circuitos internos e externos às agências de governo, como o Museu Nacional, baseadas em um conjunto de cargos, atribuições e funções interligadas, funcionando de acordo com uma determinada hierarquia, estabelecidas por legislação específica.

O fato de esses documentos serem materiais de registro de atividades desenvolvidas e de acontecimentos que diziam respeito à instituição fez deles uma das principais fontes utilizadas em toda a pesquisa, na medida

¹⁵ A prestação de contas dos atos do Museu Nacional foi exigida em 1838 em documentos emitidos pelo regente interino, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em nome do imperador Dom Pedro II, solicitando que fossem preparados pelo diretor do museu relatórios anuais com informações sobre os “objetos que existem depositados”, as aquisições feitas, “os trabalhos realizados no estabelecimento e a seu cargo” e os “melhores assuntos que se fazem necessários” para ser tudo contemplado no relatório a ser apresentado à Assembleia Legislativa (MN, documentos nº 70, 71 e 73, pasta 2 – CDMN01, disponível no Semear/MN). Uma descrição dos conteúdos e dos trâmites dos relatórios anuais encontra-se em Sily (2012).

em que suas informações permitiram ampliar conhecimentos sobre a história do Museu Nacional, além de fornecerem pistas que possibilitaram dar continuidade e desdobramentos à investigação.

Além dos relatórios da diretoria, livros de registro e a correspondência trocada entre o Museu Nacional e ministérios, instituições e autoridades também contribuíram para uma maior aproximação com as ações promovidas e as redes de intercâmbio integradas pelo museu. Nesse sentido, ofícios, avisos e cartas, emitidos e recebidos pelo Museu Nacional, foram consultados e analisados.

Em que pese esse conjunto de documentos ter servido de base à pesquisa desenvolvida para este trabalho, considerando ser o autor, de acordo com Foucault (2010, p. 26), um dos “princípios de rarefação do discurso”,¹⁶ coube a suspeita quanto às intenções e às omissões de seus autores no que diz respeito à filtragem das informações por eles realizadas quando de sua elaboração.

Através desses documentos circularam informações referentes à legislação em vigor – leis, decretos, regulamentos e regimentos –, solicitações e comunicados, convites e agradecimentos de diferentes ordens, em geral encaminhadas por instituições e autoridades para o Museu Nacional, e vice-versa. Além dos conteúdos, esses documentos possuíam destinatário, despedida, local, data e assinatura,¹⁷ compondo um conjunto de elementos que forneceram pistas importantes para a pesquisa.

Tomando alguns dos elementos que constituíram as ações educativas do Museu Nacional como referenciais para análise, tais como os agentes, os objetivos, os públicos a que se destinavam e as demandas sociais correlatas, foi possível perceber permanências e descontinuidades no processo educativo do museu, o que permitiu, para efeito de estudo e organização

¹⁶ Segundo Foucault (2010), os discursos exercem seu próprio controle, através de princípios de classificação, ordenação e distribuição, sendo um deles o autor, por ele compreendido “não como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e como origem de suas significações, como foco de sua coerência”

¹⁷ Para a análise de cartas e ofícios, sugerimos a leitura de Borges (2008).

deste trabalho, propor um recorte temático-temporal, organizando as ações educativas a partir do público para o qual foram dirigidas.

A opção pelo destinatário se justifica na medida em que o percebemos como sendo ao mesmo tempo elemento comum para o conjunto das ações educativas examinadas, mas também como elemento diferenciador destas, as quais, por muitas vezes, foram contemporâneas e complementares. Desse modo, foi possível percebê-las em três situações ao longo do período aqui estudado, tomadas, então, como referenciais para a organização deste livro em quatro capítulos.

Ao longo de sua trajetória institucional estudada (1818-1935), o Museu Nacional desenvolveu ações educativas para atender a um de seus objetivos – a divulgação científica –, de acordo com as condições históricas que as determinaram. Nesse sentido, no primeiro capítulo – *Estudar, ensinar e divulgar a cultura e as riquezas do Brasil* –, procuramos fazer uma análise do Museu Nacional sob o ponto de vista das práticas de difusão da ciência, considerando que o reconhecimento desse traço regular encontra-se articulado ao fato de essa instituição ter atuado e servido como agência de governo, tanto no Império quanto na República.

Para acompanhar e compreender essa trajetória e organizar a narrativa do primeiro capítulo, tomamos como referência as diferentes formas de organização assumidas pelo museu, analisando para isso a legislação que as determinou – decretos, regulamentos e regimentos –, assim como buscamos situar as ações educativas desenvolvidas pela instituição no movimento de formação do caráter público dos museus no cenário internacional e nos processos de institucionalização da ciência, da educação e de formação da nação brasileira.

As ações educativas dirigidas para um público restrito – a elite brasileira –, formada por homens letRADOS, ligados à indústria, ao comércio, às artes, ocorridas desde a criação do museu (1818) até a terceira década da República, compõem o segundo capítulo – *O paladino das ciências naturais no Brasil*. Essas ações corresponderam às iniciativas de apoio à educação junto a outras instituições de ensino, principalmente ao ensino superior; à divulgação de conhecimentos científicos através das exposições nacionais e internacionais das quais o Museu Nacional participou e de cursos e conferências oferecidos pela instituição para esse tipo de destinatário.

A pesquisa referente a esse capítulo implicou o levantamento e a análise de um conjunto de documentos composto de relatórios, catálogos, guias e programas de exposições nacionais e internacionais ocorridas no período entre 1861 e 1922; de publicações de diretores do Museu Nacional referentes à história da instituição e de cursos e conferências oferecidos pelo museu; além de documentos citados anteriormente.

Um dos primeiros procedimentos de pesquisa realizado nessa etapa do trabalho foi o levantamento das exposições nacionais e internacionais das quais o Museu Nacional participou e dos cursos e conferências oferecidos. Para essa busca, consultamos os relatórios anuais produzidos pelos diretores do Museu Nacional e os diversos tipos de livros de registro, correspondentes ao período compreendido entre 1819 e 1934.¹⁸

Em sua leitura e análise, levamos em conta que os fatos registrados foram selecionados, provavelmente, de acordo com critérios adotados pelos responsáveis por sua organização, atendendo aos interesses da instituição em torná-los públicos e de serem preservados como memória institucional.

Encontramos nesses documentos referências à participação do Museu Nacional em exposições nacionais e universais,¹⁹ através de registros de trabalhos de preparação e organização de objetos das coleções, realizados nas seções do museu, para serem enviados para as exposições; assim como convites, ordens oficiais e designações de representantes do museu para participarem desses eventos.

Com essas informações, procedemos ao levantamento dos catálogos, guias e programas confeccionados para as exposições, assim como dos relatórios produzidos sobre esses eventos, na intenção de conhecer de que forma a instituição participou, buscando identificar seus representantes e as coleções enviadas. Alguns desses documentos foram localizados e fotografados na Biblioteca Central do Museu Nacional, em seu Acervo Geral e no Setor de Obras Raras.

¹⁸ Uma descrição dos livros de registro do Museu Nacional no período estudado encontra-se em Sily (2012).

¹⁹ Ver quadro 1 deste livro.

A consulta aos catálogos e guias das exposições permitiu observar que, usualmente, esses documentos foram produzidos por iniciativa de governantes ou das instituições promotoras desses eventos, sendo delegada a uma determinada comissão a tarefa de organizá-los. Tinham como função servir de registro e material de propaganda e divulgação dos “artigos”²⁰ – objetos e coleções – enviados para as exposições para representar o país, a província ou o estado de origem, a depender do caráter nacional ou internacional da exposição.

Além dos catálogos e guias, para algumas exposições²¹ foram organizados álbuns e livros sobre os locais de origem que representavam. Como radiografias nacionais ou regionais, esses materiais eram compostos por textos e imagens – tabelas, gráficos, quadros estatísticos, fotografias – sobre diferentes aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, reunindo informações selecionadas pelos responsáveis por sua composição.

Sobre os cursos e as conferências, encontramos nos relatórios anuais e nos livros de registro referências a alguns poucos programas de curso elaborados e apresentados à Diretoria do Museu Nacional, para apreciação; solicitações de autorização para suspensão, retomada e adiamento dos cursos e das conferências, com indicativos de datas e apresentação das devidas razões para tais pedidos; breves comentários sobre os cursos e as conferências oferecidos.

As informações obtidas permitiram conhecer um pouco mais sobre essas atividades, indicando um movimento que, apesar das interrupções e descontinuidades, foi de permanência, desde sua criação em 1876 até o período limite da pesquisa, na década de 1930. Foi possível também encontrar nos relatórios referências à publicação dos conteúdos dos cursos e das conferências na revista *Archivos do Museu Nacional*, posteriormente consultada.

²⁰ O termo “artigo” aparece com frequência nos relatórios, catálogos e guias das exposições referindo-se aos produtos naturais e industriais, assim considerados como objetos de comércio, mercadoria.

²¹ Como exemplos, para a Exposição Universal de Filadélfia (1876); a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos; e a Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro (1922).

No terceiro capítulo – *A história natural do Brasil em revista* –, foram analisadas as ações educativas dirigidas à comunidade científica, por meio da produção e distribuição da revista *Archivos do Museu Nacional*, objetivando a divulgação dos conhecimentos produzidos pela instituição e sua afirmação e reconhecimento como centro de pesquisas científicas no cenário nacional e internacional.

Serviram como fontes para esse estudo livros de registro e relatórios anuais da Diretoria do Museu Nacional; publicações dos diretores do museu sobre a história da instituição; 35 volumes da revista *Archivos*, publicados entre 1876 e 1933, localizados no Semear e na Biblioteca Central do Museu Nacional.²²

A análise desses documentos e o cruzamento de informações neles encontradas permitiram fazer uma caracterização da revista, levando em conta os objetivos de sua publicação; seus autores; conteúdos e principais temáticas e tendências científicas dos artigos; rupturas e permanências em sua linha editorial; sua distribuição e circulação.

As ações educativas dirigidas para outros públicos, inclusive o escolar, a partir de 1890, são analisadas no quarto capítulo – *Ações educativas para um público mais amplo e diversificado*. Nesse período, por meio de atos do governo republicano, o Museu Nacional foi cada vez mais investido da função de ensinar história natural, o que implicou intensificar e diversificar sua função educativa com base na produção de material didático para estabelecimentos escolares; na oferta de cursos e conferências para professores e alunos de diferentes níveis de ensino; na publicação da *Revista Nacional de Educação (RNE)*, dentre outras iniciativas articuladas à instrução pública.

O estudo dessas ações foi realizado procedendo à análise das seguintes fontes: relatórios, livros de registro e coleções produzidas pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro – coleções didáticas e quadros murais de história natural; *Revista Nacional de Educação* (1932-1934); relatórios ministeriais; correspondência entre o museu e estabelecimentos de ensino.

²² Alguns volumes da revista *Archivos do Museu Nacional* estão disponíveis nos sites: <https://obrasraras.museunacional.ufrj.br/> e <https://www.biodiversitylibrary.org/>.

A pesquisa sobre os quadros murais e as coleções didáticas implicou tanto a busca por referências e registros sobre sua produção e circulação quanto a localização desses materiais nos espaços de guarda e memória do Museu Nacional, em alguns estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro – Núcleo de Documentação do Colégio Pedro II (Nudom) e Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Cemi/Iserj) – e no Centro de Memória da Escola Estadual Padre Anchieta,²³ localizado no bairro do Brás, na cidade de São Paulo.

Apesar da relevância das informações obtidas por meio da própria materialidade das peças de coleções didáticas e dos quadros murais encontrados, alguns deles em bom estado de conservação, outros dados sobre sua produção e circulação eram necessários para conhecer um pouco mais da história dessas coleções,²⁴ o que nos levou à consulta de outros documentos dos acervos dessas instituições, sem muito sucesso.

Nos relatórios anuais dos diretores do Museu Nacional, no período entre 1920 e 1942, encontramos referências aos quadros murais, reproduzidos em imagens em preto e branco, com informações sobre sua produção nas seções do museu, indicação de autoria e ano de produção, dados que nos permitiram compor a coleção com um total de catorze exemplares das áreas de geologia, zoologia, botânica e antropologia. Dados sobre a distribuição desses materiais permitiram verificar sua circulação pelo território nacional e no exterior.

Nos livros de registro e nos relatórios apresentados pelo Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE), criado em 1927, foi possível identificar coleções didáticas de história natural, formadas por filmes, diapositivos e gravuras, assim como informações relativas à sua produção nas seções do museu e distribuição para estabelecimentos de diferentes níveis de ensino.

O levantamento de dados sobre os cursos e conferências públicas oferecidos pelo Museu Nacional para professores e alunos das diferentes redes de

²³ O projeto “A Escola Normal Padre Anchieta: lugar de memória para uma história educacional paulista” é um dos projetos do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, criado em 1992.

²⁴ Para estudo sobre a biografia cultural das coisas, sugerimos a leitura de Kopytoff (2008).

ensino nas décadas de 1920 e 1930 foi realizado através de registros localizados nos relatórios do SAE, que anualmente elaborava quadros estatísticos e tabelas sobre a regularidade dessas atividades e a frequência e origem do público presente, além de informações relativas ao tipo e quantitativo de material disponibilizado pelo museu e utilizado pelos professores e alunos.

A organização desses relatórios com informações detalhadas sobre os cursos e conferências oferecidos pelo Museu Nacional, se comparada com os registros realizados sobre esse tipo de atividade na segunda metade do século XIX e início do XX, pode ser considerada um indicador da grande importância que a função educativa do museu ganhou nesse período por parte dos dirigentes do museu e da nação.

A *Revista Nacional de Educação* (RNE), pertencente ao acervo do Setor de Memória e Arquivo (Semear), onde foi possível consultar toda a coleção, encontrava-se em bom estado de conservação. Produzida pelo Museu Nacional, com tiragem mensal, foram publicados 21 números da revista, no período compreendido entre outubro de 1932 e junho de 1934. Foi distribuída gratuitamente para estabelecimentos de ensino das redes pública e privada de todo o país que solicitasse receber a revista, e colocada à venda para o público interessado.

A pesquisa realizada nos periódicos *A Escola Primária* e *A Educação*, nos relatórios ministeriais e de Bertha Lutz, nas conferências da Associação Brasileira de Educação e nas publicações dos professores Leontina Busch e Francisco Venâncio Filho teve por objetivo situar o debate sobre educação que ocorria na sociedade brasileira nas décadas de 1920 e 1930, particularmente no que dizia respeito aos museus e sua função educativa.

O recorte temático-temporal, na arbitrariedade que se procurou controlar por meio do critério adotado, suscita problemas relativos à compreensão quanto à trajetória do Museu Nacional e das ações educativas por ele desenvolvidas, na medida em que pode parecer que essas ações existiram de forma isolada uma das outras ou que sofreram cortes repentinos ou interrupções na passagem de um período a outro ou quando do desenvolvimento de novas estratégias de divulgação. O estudo aqui realizado procura demonstrar o oposto. O que se observa é uma amplificação da instituição, evidenciada no alargamento de seu raio de ação, condição para

que o museu obtivesse reconhecimento social junto ao governo, setor produtivo, campo científico e malha escolar.

Cabe esclarecer que a opção por essa estrutura levou em conta a necessidade de estabelecer um ordenamento, tomando por base diferentes ações por meio das quais o Museu Nacional do Rio de Janeiro buscou divulgar o conhecimento produzido sobre a história natural, objetivo que o acompanha desde sua criação. Os deslocamentos verificados na trajetória institucional parecem estar dialogando com tendências e concepções de museus que circularam no mundo e nortearam ações educativas em museus da Europa e dos Estados Unidos nos séculos XIX e início do século XX. Tais deslocamentos também podem ser compreendidos na chave de leitura de que a instituição procurou atender aos interesses próprios daqueles que compreendiam o caráter educativo do museu como uma das formas de contribuir para a construção e o progresso da nação brasileira.



Estudar, ensinar e divulgar a cultura e as riquezas do Brasil

Na realidade, um instituto destes [Museu Nacional] é mais do que isso. É uma “colônia” de organismos, para usar a linguagem dos biólogistas. Cabe a esta casa conservar, em miniatura suprema, tudo o que o país é capaz de fornecer; cabe-lhe estudar tudo o que puder guardar. Mas, acima disto, um museu, em país de formação étnica não definida, onde as massas populares têm as admiráveis faculdades nativas em grande parte anuladas pela bruta ignorância em que se debatem, deve ser, antes de tudo, casa de ensino, casa de educação.

(*Archivos do Museu Nacional*, 1919, p. 29).

Ao comemorar o centenário do Museu Nacional em 1918, o professor e cientista Roquette-Pinto¹ expressou para autoridades de Estado, para colegas

¹ Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com grau de doutor. Atuou como médico legista, professor, antropólogo, etnólogo, arqueólogo e escritor. Em 1906 foi nomeado professor assistente de Antropologia no Museu Nacional. Em 1912 participou da Comissão Rondon, resultando dessa viagem a publicação do estudo de antropologia intitulado *Rondônia*. Foi professor de História Natural da Escola Normal do Distrito Federal e professor visitante de Fisiologia da Universidade Nacional do Paraguai. Em 1923 fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; em 1924 participou do Congresso Internacional

de trabalho e demais presentes como compreendia o que era ou deveria ser o museu, suas atribuições, mas, sobretudo, procurou afirmar o papel social que a instituição deveria desempenhar no Brasil daquela época, desenvolvendo a função educativa, atuando como “casa de ensino, casa de educação” para uma sociedade miscigenada e de pouca instrução. Uma casa de combate à “bruta ignorância” das massas populares.

A ideia e a proposta defendidas pelo cientista do Museu Nacional de voltar-se para o ensino e para a educação popular correspondiam a uma concepção moderna de museu disseminada no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, que durante as primeiras décadas do século XX foi posta em prática pelo museu, ganhando pleno apoio nas décadas de 1920 e 1930.

Reconhecendo que desde sua criação, em 1818, o Museu Nacional atuou como centro de ciência, mas também como centro de educação, este capítulo tem por objetivo analisar a trajetória institucional do Museu Nacional e as formas como desenvolveu a função educativa durante o Império brasileiro e nas quatro primeiras décadas da República, buscando pensar como se deu o processo de afirmação do caráter científico e público que procurou assumir.

Após a independência do Brasil, em 1822, classes dirigentes – nobreza portuguesa estabelecida no Brasil e seus descendentes aqui nascidos, proprietários de terras e de escravizados, homens de indústria, de comércio, das artes e letrados – passaram a disputar os caminhos relativos à organização do novo Estado e à invenção da nação.

de Americanistas. Presidiu o Primeiro Congresso de Eugenia em 1929. Foi membro da Associação Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia. Em 1931 foi convidado para dirigir a Rádio Escola Municipal na gestão de Anísio Teixeira, então diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Subscreveu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Criou e dirigiu o Instituto Nacional de Cinema a partir de 1936, onde participou da produção de filmes educativos, para divulgação em escolas do país. Dentre suas publicações estão *Rondônia* (1917) e *Seixos rolados* (1927) (cf. Venâncio Filho, 2002, p. 282-284). Sobre Roquette-Pinto, ver também Rangel (2007) e Lima e Sá (2008).

Para isso, entre diversos desafios, procurou-se criar novas instituições e reformar outras já existentes,² para servirem ao Estado como agências de governo, atuando em diferentes setores da esfera pública como centros agregadores da elite nacional, responsáveis pelo estabelecimento de uma determinada ordem social e pela construção de um projeto nacional comum a todos os “brasileiros” no que se refere ao território, à natureza, à história, ao povo e ao governo, buscando conformar, instaurar e difundir uma concepção de nação una e indivisível (Chauí, 2000, p. 14).

Sobre a “invenção do Brasil”, Gondra e Schueler (2008, p. 28) afirmam que:

[...] constituía-se num projeto político que, gestado no processo de independência, foi incentivado no período regencial (1831-1840) e ao longo de todo o Segundo Reinado (1840-1889), manifesto no incentivo às instituições educacionais, culturais e científicas e no mecenato às artes e à produção cultural – ações que visavam promover um corpo de especialistas produtores de conhecimento científico, os quais colaborariam para difundir a língua pátria, constituir a literatura nacional e conhecer a natureza, o território e a população do Império.

Dentre as instituições que deveriam participar desse projeto se encontrava o Museu Real, responsável por gerar e divulgar conhecimentos científicos sobre as riquezas naturais, gentes e culturas do Brasil; o Real Horto (1808),³

² Para sediar o império de Portugal e atender às necessidades da Corte portuguesa instalada no Brasil durante o período joanino (1808-1821) foram realizadas reformas na cidade do Rio de Janeiro. A estrutura administrativa colonial foi reformulada, passando a funcionar aqui órgãos que só existiam em Portugal, como o Desembargo do Paço; a Casa da Suplicação; a Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Brasil; o Supremo Tribunal de Justiça e o de Polícia; a Mesa de Consciência e Ordens; a Junta da Fazenda; o Erário Régio; e o Supremo Conselho Militar. Ainda em 1808 foram criadas instituições como a Escola de Marinha; o Banco do Brasil; o Observatório Astronômico; a Real Fábrica de Pólvora; nos anos seguintes, o Horto Real (1809); a Biblioteca Real (1810); o Jardim Botânico; a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; a Real Academia Militar (1811); a Imprensa Régia; o Museu Real (1818), entre outras (cf. Cunha, 1970, p. 143).

³ Conhecido também como Jardim de Aclimação, Jardim Botânico Rodrigo de Freitas e Jardim da Lagoa, foi oficialmente instituído mediante alvará de 1º de março de 1811. Sobre

destinado a aclimatar, cultivar, estudar e divulgar conhecimentos sobre plantas nos trópicos; o Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1827), dedicado prioritariamente às atividades de pesquisa e prestação de serviços em meteorologia, astronomia, geofísica, na medição do tempo e determinação da hora;⁴ o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, tendo como função elaborar um saber oficial constitutivo de uma memória e de uma história nacional.⁵ Instituições como essas foram responsáveis por gerar elementos para a formação de uma imagem da nação que deveria servir de identidade àqueles considerados brasileiros.

Na construção da nacionalidade no Brasil pós-independência os intelectuais tiveram um papel fundamental, na medida em que, ao se colocarem como mediadores entre o povo e a nação, tomaram para si a função de construir uma “brasilidade”. Para tanto, buscaram captar, interpretar, expressar e dar forma à realidade, com uma visão idealizada do Brasil e de sua gente. Segundo Velloso (2003), essa imagem romântica resultara de uma produção conjunta que reunia os historiadores do IHGB, os artistas da Escola Nacional de Belas Artes e os literatos, como Gonçalves Dias e José de Alencar, autores respectivamente de “Canção do exílio” (1843) e de *Iracema* (1865), entre outras obras.

No campo da instrução, os dirigentes do Império trataram de elaborar um conjunto de leis e medidas que, de acordo com a primeira Constituição brasileira (1824), mantida durante todo o Império, deveria atender ao seu artigo 179, itens XXXII e XXXIII, nos quais se estabelecia que “a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” teria por base a “liberdade, a segurança individual, a propriedade”, garantidas, dentre outras maneiras, pela “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” e por colégios e universidades, onde deveriam ser ensinados “os elementos de Ciências, Belas Letras e Artes”.

o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ver Begonha (2007).

⁴ Sobre o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, sugerimos a leitura de Videira (2001) e de Oliveira e Videira (2003). Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=170.

⁵ Sobre o IHGB, ver Guimarães (1988, 2003) e Schwarcz (2008).

No que se refere às medidas adotadas no sentido de formar quadros que pudessem atuar na sociedade e ocupar cargos públicos nas diferentes repartições do Estado Imperial, foram criadas instituições de ensino superior no período joanino (1808-1821), como os cursos médico-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia (1808),⁶ a Academia Real de Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos de Economia, Agricultura e Química (1808/1810) e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Outros foram estabelecidos após a independência, como os primeiros cursos jurídicos do país localizados em Olinda (depois transferidos para Recife) e em São Paulo, ambos em 1827, e a Academia Imperial de Medicina (1835).⁷ Para o ensino secundário foi instituído o Imperial Colégio de Pedro II (1837), que atravessou o século XIX formando parte daqueles que ocupariam as cadeiras dos cursos de nível superior no Brasil.

Comprimida entre os ideais iluministas que, no mundo ocidental, a partir das revoluções burguesas, orientavam a organização dos Estados europeus e as novas nações americanas em formação, bem como os interesses econômicos e políticos dos grupos sociais dirigentes do país, a Constituição brasileira outorgada em 1824 refletiu a sociedade do Império, marcada, por sua vez, por heranças do período colonial, mantidas após a independência (1822) e evidenciadas na hierarquização social e na extrema desigualdade entre as classes e grupos sociais. Tais disparidades eram acentuadas pela escravidão e por uma economia em que a propriedade da terra estava concentrada em poucas famílias, assentada predominantemente no setor primário e voltada para a exportação. Desigualdade confirmada pela propriedade de pessoas e de saber, igualmente concentrada em poucos.

⁶ As academias médico-cirúrgicas foram transformadas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832 (Gondra, 2003, p. 210).

⁷ As origens dessa academia remontam à Sociedade Médica do Rio de Janeiro, fundada em 1829, que tinha como finalidade melhorar o exercício da medicina e esclarecer as numerosas questões que diziam respeito à salubridade das grandes cidades e do interior das províncias do Império. Transformada em Academia Imperial de Medicina, em 1835, atuou como órgão que “simultaneamente organizaria a corporação médica em torno de temas considerados candentes e também assessoraria o Governo Imperial no entendimento dos referidos temas e nas formulações de prescrições para os mesmos” (Gondra, 2003, p. 208).

Sociedade e economia eram sustentadas pelo trabalho escravo, realizado por negros africanos importados para o Brasil e por seus descendentes, por nativos apreendidos em terras do sertão brasileiro e pelo trabalho livre, feito por homens pobres, em geral mestiços. A produção no campo era organizada em latifúndios, distribuídos entre a aristocracia agrária brasileira e os núcleos urbanos caracterizáveis por uma economia marcadamente mercantil, controlada por grupos de comerciantes, em sua maioria, constituídos por portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, que compunham, junto de profissionais liberais, militares e funcionários públicos, as classes que procuravam controlar o poder e o mando.

Segundo Mattos (2003), a sociedade imperial brasileira, extremamente heterogênea, encontrava-se cindida em três mundos distintos, que se “tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se”: o mundo do governo,⁸ exercido pela “boa sociedade”, formada por brancos e livres, proprietários de terras e de escravizados, considerados à época o “povo” brasileiro; o mundo do trabalho, exercido pelos escravizados; e o mundo da desordem, composto pelos diferentes tipos de homens livres e pobres, ou a “plebe”, no dizer da “boa sociedade”.⁹

A liberdade que distingua o povo e a plebe dos negros escravizados não era a única marca que diferenciava os indivíduos na sociedade imperial, mas também o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravizados e, sobretudo, os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer (Mattos, 2003, p. 160). Assim, a propriedade e o *status quo* constituíram importantes elementos empregados pelas classes dirigentes para organizar o conjunto de dispositivos que deveriam reger a nação brasileira, de modo a manter o poder sob controle e a desigualdade social como garantia de reprodução e expansão da riqueza.

⁸ Governar deve ser compreendido, conforme Mattos (2003, p. 158), como “‘reger bem’, quer a casa, as distintas propriedades, a começar pela escravaria, regulando sua economia e administração, quer o Estado – isto é, a monarquia constitucional, dando leis e fazendo-as executar”.

⁹ À classificação de “plebe” correspondia um enorme contingente de mulatos, cabras, pardos, mestiços, mamelucos, caboclos, crioulos e quantos mais que receberiam as mais diferentes classificações no decorrer do século XIX: “agregados”, “moradores”, “vagabundos”, “malta”, “a pobreza”, “a mais vil canalha aspirante” (Mattos, 2003, p. 156).

Nessas condições, a concepção de cidadania que se procurou estabelecer na Constituição do Império (1824), em estreita relação com a nacionalidade e o território, determinava os que deveriam ser reconhecidos pela sociedade e pelo Estado como brasileiros, possuidores de direitos e deveres, com acesso aos serviços e bens oferecidos pelo Estado: os nascidos no Brasil – “ingênuos” ou “libertos”; os nascidos em Portugal que permaneceram no Brasil após a independência; os estrangeiros naturalizados. Dessa forma, não eram considerados cidadãos os que compunham a grande população de escravizados que aqui vivia, composta de negros africanos e seus descendentes nascidos no Brasil, estimada em 1818 num total de 1.930.000 pessoas, correspondente a 50,5% da população brasileira.¹⁰

A divisão social acentuada pela escravidão no Brasil não era a única no Império brasileiro. Havia também, no grande território que compunha o Estado, nações indígenas e nações de cor que, para os dirigentes do Império, deveriam ser mantidas à margem do projeto de nação brasileiro.

Nesse sentido, a tarefa dos dirigentes do Império consistia em romper os particularismos existentes entre os membros da “boa sociedade”, em todos os cantos da nação, buscando estabelecer critérios e medidas para construir um sentimento de pertencimento comum, a partir do que homens e mulheres, crianças e adultos, se sentissem brasileiros, isto é, se percebessem como membros de “uma comunidade imaginada, que não se reduzia a um corpo político autônomo” (Mattos, 2003, p. 165). Nessa tarefa civilizatória, ganharam destaque o território nacional e suas riquezas, bens comuns a todos os brasileiros, que passam a ser tema presente na literatura (romantismo), nas artes e na história¹¹ nacionais, sendo o jornal e o livro instrumentos privilegiados dessa difusão.

¹⁰ Segundo Chiavenato (1980, p. 239), a população do Brasil em 1818 era de 3.817.900 pessoas, das quais 1.043.000 eram brancos, correspondente a 27,3% do seu total.

¹¹ Um dos marcos da historiografia do Império, a obra *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen (1857), buscou traçar a origem da nação brasileira na intenção de forjar uma identidade nacional, aproximando-se de uma concepção política de história existente na França no início do século XIX, na qual o ofício do historiador era escrever uma história da nação. A nação imaginada pela história nacional escrita por Varnhagen não reservou igualmente lugar para todos os grupos humanos que viviam no território brasileiro, sendo marcada pela exclusão (Guimarães, 2003, p. 184).

Em seus estudos sobre o nacionalismo, compreendido como fenômeno histórico característico da modernidade ocidental, Anderson (2008) define a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana, expressão política dos Estados nacionais, que ganhou popularidade graças ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse processo, a imprensa – o capitalismo editorial – foi um dos principais elementos na construção da ideia subjetiva de nação, na medida em que a cultura do impresso em língua vernácula e a constituição de um mercado editorial criaram públicos leitores de massa e monoglotas, constituintes de campos linguísticos particulares, embriões da comunidade nacionalmente imaginada.

Sobre a literatura romântica produzida no Império brasileiro e sua importância na construção da nação, Mattos considera que:

A literatura romântica representou um papel na invenção do brasileiro. Mas além de um abrasileiramento idiomático, por meio da fixação de uma língua literária própria, a literatura romântica possibilitaria também um abrasileiramento paisagístico e temático, que parece encontrar na exaltação do nativo americano sua expressão mais significativa. (Mattos, 2003, p. 166)

Na esteira da construção da nação, da invenção do Brasil como tarefa política de seus dirigentes e daqueles que se encontravam à frente das agências de governo, a natureza do Brasil foi também matéria de estudos de centros de ciência como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que, ao longo do Império, atuou prioritariamente no sentido de educar a elite brasileira – proprietária, política e letrada – sobre as riquezas naturais do país, suas propriedades e potencialidades industriais e comerciais.

De Real a Nacional

Criado por Dom João VI em 6 de junho de 1818 com o objetivo de propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais¹² no Reino do Brasil,

¹² A ideia de ciências da natureza ou de história natural que se estende do final do séc. XVIII ao início do XX encampava estudos de fauna, flora, minerais e de nações indígenas.

o Museu Real tinha como uma de suas funções, nomeadamente, o estudo das riquezas naturais, cumprindo assim a tarefa de avaliar potencialidades em benefício do comércio, da indústria, das artes, em consonância com os interesses mercantis portugueses.

Os antecedentes institucionais desse museu remontam à criação, em 1784, no governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, da Casa de História Natural, estabelecida em um depósito de produtos zoológicos como esboço de um jardim zoológico, na cidade do Rio de Janeiro, na atual praça da República. Apelidada pelo povo de Casa dos Pássaros, tinha por finalidade servir como sucursal do Museu de História Natural de Lisboa, para onde enviava exemplares recolhidos dos reinos da natureza, bem como artefatos produzidos pelas gentes do Brasil, integrando o quadro de modernização das instituições lusas, iniciada com a administração do marquês de Pombal em Portugal.¹³

Com o título de inspetor, Francisco Xavier Cardoso Caldeira foi encarregado de sua direção e trabalhos de taxidermia, contando com o auxílio de dois ajudantes, três serventes e dois caçadores. Com a mudança administrativa e a chegada do conde de Resende como vice-rei (1790-1801), o projeto foi abandonado, resultando na extinção da Casa dos Pássaros. Seu acervo foi encaixotado e enviado para guarda no Arsenal de Guerra, onde permaneceu até a criação do Museu Real, em 1818 (Leitão, 1937, p. 96-97).

As pesquisas em antropologia surgidas no final do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, sobretudo com a observação direta de povos de terras distantes dos grandes centros produtores de antropologia (Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha), reposicionam o trabalho da antropologia, que vai se tornando cultural e social e não meramente físico ou biológico.

¹³ No período entre 1750 e 1777, como ministro do governo ilustrado de José I, rei de Portugal, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, promoveu um conjunto de reformas de modernização com o objetivo de melhorar a administração do império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Entre essas, cabe destacar a reforma da Universidade de Coimbra (1772), com a criação de um gabinete de física, um laboratório de química, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico, onde a história natural passou a ser estudada com observações e demonstrações experimentais sobre os produtos dos três reinos da natureza, em sua maioria oriundos das áreas que compunham o império luso (cf. Lopes, 1997, p. 26).

No período compreendido entre a criação do Museu Real (1818) e o ano de 1823, seguido ao da independência do Brasil, o museu funcionou com uma pequena equipe de trabalho formada por um porteiro, um ajudante de preparações zoológicas, um escriturário e um escrivão da receita e da despesa, sob a direção de um religioso, frei José da Costa Azevedo, que, à época de sua nomeação, exercia o cargo de diretor do Gabinete Mineralógico da Academia Militar (Lacerda, 1905, p. 5).

Com a intenção de ampliar os conhecimentos sobre as riquezas naturais do Brasil, por determinação do governo, o acesso aos objetos que compunham o acervo de história natural do Museu Real foi estendido ao público¹⁴ a partir de 1821. Assim, tanto o público nacional quanto o estrangeiro interessado em visitar o museu poderia fazê-lo às quintas-feiras de cada semana, entre dez horas da manhã e uma hora da tarde. Para que fosse mantida a ordem nos salões de exposição no momento das visitas, o governo imperial incumbiu a Guarda Real da Polícia de mandar soldados para manter o sossego que seria conveniente no museu.

Ao longo de sua trajetória institucional,¹⁵ para atender a seus objetivos, foi necessário que o Museu Real – que, após a independência do Brasil (1822), seria denominado Museu Imperial e Nacional – criasse e organizasse, com o apoio do governo, um conjunto de medidas e ações relativas ao processo de produção do conhecimento sobre as riquezas naturais existentes. Nesse sentido, as equipes do museu procederam à exploração do território brasileiro, com coleta e reunião de materiais pertencentes a sua flora, fauna e geologia, assim como de artefatos produzidos pelos povos que aqui habitavam; desse modo passaram a desenvolver o estudo científico desses materiais, promovendo análise, classificação e ordenação de acordo com critérios válidos à época.

¹⁴ Dom Pedro de Alcântara referia-se “a todas as pessoas, assim como estrangeiros e nacionais, que se fizerem dignas disso, pelos seus conhecimentos e qualidades” (Ordem do Príncipe Regente, 24 out. 1821).

¹⁵ Para melhor compreensão da trajetória institucional do Museu Nacional no período aqui estudado (1818-1935), ver o apêndice A deste livro, que contém quadro sobre os diretores do museu, seus respectivos períodos de gestão, acompanhados da legislação da época – decretos, regulamentos e regimentos internos.

No sentido de propagar os conhecimentos produzidos sobre as ciências naturais e as riquezas existentes, o Museu Nacional criou estratégias de difusão desse conhecimento para a comunidade científica, nacional e internacional, e para o público interessado, desenvolvendo ações educativas que permitissem conhecer mais e melhor as riquezas nacionais.

Para atender a essa política de difusão, no século XIX e no início do século XX, o Museu Nacional atuou como uma das mais significativas agências do governo no campo científico, promovendo um conjunto de ações educativas dirigidas a públicos diversificados. Nesse sentido ofereceu cursos e conferências públicas; publicou revistas – *Archivos do Museu Nacional* e *Revista Nacional de Educação*; participou de exposições nacionais e internacionais; organizou visitas para que o público tivesse acesso e conhecesse o acervo do museu; produziu materiais didáticos de história natural para serem utilizados em estabelecimentos de ensino de diferentes níveis em todo o Brasil.

A fim de servirem de suporte e veículo para as práticas educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional ao longo de sua trajetória institucional, foram criados diferentes materiais, como livros, mapas, catálogos, coleções didáticas, revistas, filmes, diapositivos, etc. Inicialmente, contudo, foi necessário criar um espaço para abrigar o Museu Real, organizar o seu funcionamento e formar seu acervo, ainda no período joanino.

Para sediar o museu, em 1818, o governo real adquiriu um prédio no Campo de Sant’Ana¹⁶ no valor de 32 contos de réis, de propriedade de João Rodrigues Pereira de Almeida. À época se considerou que o prédio reunia as proporções necessárias para o bom funcionamento do museu, que permaneceu nesse local até ser transferido para o palácio da Quinta da Boa Vista, em 25 de julho de 1892, onde se encontra atualmente.

¹⁶ O Campo de Sant’Ana em meados do século XVIII servia como limite da cidade pelas grandes extensões de manguezais, pântanos, lagunas e braças de mar. Durante o processo de independência, o campo foi local onde ocorreu a aclamação de Dom Pedro I como Imperador Perpétuo do Brasil, em 12 de outubro de 1822. Dois meses depois, passa a ser denominado Campo da Aclamação. Com o advento da República, recebeu o nome atual, Praça da República (cf. Cardeman, 2004, p. 20).



FIGURA 7 – Prédio da praça da Aclamação que abrigou o Museu Nacional entre 1818 e 1892. Fonte – Acervo do Semear/MN/UFRJ.

Assim, o museu esteve situado em local central do Império, próximo de outros centros de poder e saber com os quais se relacionava, constituindo com eles uma rede de agências de governo como o Senado, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain),¹⁷ a Secretaria de Negócios Estrangeiros do Império, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), o Paço Imperial, o Colégio de Pedro II, a Escola Politécnica, o Teatro Lírico e a Academia de Belas Artes, entre outros. Ademais, o Campo da Aclamação era caminho entre a cidade e a Quinta da Boa Vista, sede de governo e residência da família imperial (Nascimento, 2009, p. 147).

¹⁷ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, também conhecida como Sociedade Promotora da Indústria Nacional, foi criada em 1827 com o objetivo de contribuir para a civilização e o progresso da pátria por meio do auxílio à indústria, com a aquisição de máquinas e o incremento das riquezas nacionais. A Sociedade manteve sua sede no prédio do Museu Nacional desde sua criação até a gestão Ladislau Neto (cf. Gondra; Schueler, 2008, p. 70).

O prédio que abrigou o Museu Nacional na Praça da Aclamação sofreu diversas obras ao longo do século XIX para atender às demandas das seções por maior espaço, tanto para as necessidades funcionais como para o atendimento ao público, no que dizia respeito às exposições. Tais obras implicavam o fechamento temporário do museu ao público sempre que necessário. As precárias condições do prédio e a falta de espaço para armazenar, tratar e expor as coleções do Museu Nacional foram alguns dos problemas com os quais seus diretores e funcionários se depararam durante todo o período em que funcionou naquele local, como é possível ler em registros de reclamações, advertências e solicitações, em geral dirigidas ao governo.

O Museu, senhores, acha-se no mesmo estado que ultimamente lhes foi descrito, e subsistem as mesmas necessidades nessa ocasião apontadas. A falta de acomodações obriga a ter amontoados, em número considerável, produtos naturais, que de um tal modo nem podem ser examinados, nem conservar-se em bom estado. A conclusão de edifício próximo, e que deve fazer parte daquele estabelecimento, é de grande urgência. (Brasil, 1833, p. 11)

Comungando com a ideia de inadequação do prédio com relação ao espaço, mas também no que dizia respeito à sua localização, Ladislau Neto, diretor do museu durante o período compreendido entre 1870 e 1892,¹⁸ comentou:

É muito impróprio o seu local porque o escolheram no coração da cidade, sem jardim ou probabilidade alguma de obtê-lo na sua adjacência, donde resulta para esta instituição de tão alto alcance e de tamanha utilidade a eliminação de seus mais elevados e úteis

¹⁸ A gestão de Ladislau Neto como diretor do Museu Nacional durante 24 anos pode ser compreendida a partir da rede de sociabilidades e de influências que mantinha com pessoas importantes no Império brasileiro, entre elas seu protetor, o imperador Pedro II. Para uma leitura da biografia de Ladislau Neto, sugerimos Duarte (1950).

fins, que são os estudos fisiológicos e anatômicos nos dois reinos orgânicos da criação. (Archivos..., 1919, p. 18)

Muitas foram as reclamações e as sugestões apresentadas pelos diretores do Museu Nacional para o governo do Império, solicitando a tomada de providências no sentido de ampliar os espaços disponíveis às exposições do Museu Nacional para permitir melhor acomodação e distribuição das coleções, fossem elas através de obras de ampliação ou da compra de novos prédios a serem anexados ao Museu Nacional, como se pode ler em ofício enviado por Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, ao conteleiro Afonso Augusto Moreira Penna, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1884:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a. que, apesar dos numerosos objetos adquiridos nestes últimos três anos pelo Museu Nacional, em cujos salões já demasiado ocupados não poderão achar o devido agasalho, espero contudo que dentro de curto prazo me seja dado reabrir ao público em exposições hebdomadárias (semanais) o edifício deste Museu [...]. O edifício do Museu não basta ao seu conteúdo e pena será que, aumentando-se em diurna progressão crescente, cresça relativamente por igual o inconveniente do demasiado acúmulo das preciosidades de valor incontestável, que hoje possui este estabelecimento. (MN, 1881-1885, p. 113)

A impropriedade do prédio no que dizia respeito ao espaço existente para o abrigo do acervo foi observada pelo visitante Carl Von Koseritz¹⁹ em seus relatos de viagem ao Rio de Janeiro, quando visitou o Museu Nacional em junho de 1883:

¹⁹ Carl Von Koseritz (1830-1890), nascido na Alemanha, veio para o Brasil em 1851, onde atuou como soldado mercenário na Guerra contra Oribe e Rosas, travada entre Argentina e Brasil pela influência no território do Uruguai e hegemonia na região do rio da Prata. Permanecendo no Brasil após o conflito, Koseritz viveu no Rio Grande do Sul. Foi professor, literato, homem de ciência e ardoroso anticlerical, destacando-se como jornalista e político de prestígio. Militou em defesa dos direitos dos colonos alemães no Brasil (cf. Franco, 1980, p. 9-10).

Fui assim hoje às 10 horas ao Museu, que se acha num grande e antigo edifício do Campo de Sant’Ana. A casa é grande, solidamente construída, mas nada menos que bonita e está há muito insuficiente para os soberbos tesouros que conserva. (Koseritz, 1980, p. 90)

A ampliação do espaço do Museu Nacional ganhou a atenção do governo republicano, resultando em 1892 na autorização para sua transferência para a Quinta da Boa Vista. Esse processo foi iniciado em 1890, quando Ladislau Neto, diretor do museu, visitou e examinou o prédio, considerando-o perfeitamente adequado às funções de um museu de história natural, destacando as poucas despesas que deveriam ser feitas para as obras necessárias para receber a instituição. O prédio serviria também à desocupação do palácio, onde se encontravam inúmeros móveis que haviam sido transferidos do paço da Cidade, além daqueles que haviam servido ao governo e à família imperial.²⁰

Em relatório dirigido ao governo em 1891 sobre as atividades do MN, Ladislau Neto frisa a importância das atividades desenvolvidas pela instituição e queixa-se da pouca atenção dispensada a ela por parte das classes dirigentes, particularmente quanto ao assunto da nova e futura sede do museu:

Ao Museu Nacional era de urgente necessidade dispor de vastíssimo edifício, de grandes jardins e de terrenos onde fácil lhe fosse estabelecer trabalhos de experimentação e de observação acurada em qualquer dos dois ramos do reino orgânico sem a qual a classificação zoológica e botânica muito pouco tem que esperar dos espécimes mortos. Todas as nações mais cultas têm verificado que, para um museu de história natural, de acordo com o progresso da ciência hodierna, é tudo a biologia ou o estudo vivissecional e experimental nos dois reinos orgânicos. Representante como

²⁰ Segundo ofício de 28 de fevereiro de 1890, enviado por Ladislau Neto ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glicério (cf. MN, 1885-1890, p. 151 v.).

devia ser da ubérrima riqueza natural do país, o Museu Nacional, ao invés do caráter que lhe incumbe ter de indicador das indústrias criáveis sob tantas matérias primas que possuímos, é nada mais que insuficiente depósito de produtos naturais, onde nem ao menos há espaço em que se lhes possa dar, senão metódico agrupamento, a indispensável coordenação sequer. É que falece-ra-lhe até o presente a proteção das classes dirigentes, e a estas a verdadeira intuição dos fins e do caráter do Museu Nacional. (MN, 1891-1893, p. 51)

Em seu discurso, Ladislau Neto demonstra sua concepção de museu de história natural ideal, tendo como referência as concepções de museus das “nações mais cultas”, onde, segundo ele, de acordo com a ciência moderna, a biologia e a pesquisa experimental eram referências para suas atividades. Procedendo a uma comparação, demonstrava sua insatisfação com as condições do Museu Nacional, pouco favoráveis à função que, avaliava, deveria ter a instituição – “indicador das indústrias criáveis” –, lamentando ser o museu “nada mais que insuficiente depósito de produtos naturais”, carente de maior espaço que possibilitasse ao menos uma coordenação das coleções de seu acervo, atribuindo à falta de “proteção das classes dirigentes” a responsabilidade por tais condições.

Quanto à adequação do espaço da Quinta da Boa Vista para abrigar o Museu Nacional,²¹ destacou nesse mesmo documento as funções desenvolvidas pela instituição, entre elas seu caráter educativo:

É uma construção mais que qualquer outra adequada aos intui-
tos do Museu, pois ali se encontra um vasto edifício e, o que é
mais útil e mais apropriado, um parque cortado de canais, onde
viveiros de animais e de vegetais podem ser facilmente mantidos
e cotidianamente estudados, tanto pelos especialistas como pelo
público, a cuja instrução e recreio prestará assim esse novo parque

²¹ Para sede do Museu Nacional, em 1890 foi designado pelo governo o palácio da Quinta da Boa Vista, anexando o parque que o rodeia e o horto-viveiro (cf. MN, 1891-1893, p. 80).

botânico-zoológico os mais relevantes subsídios de civilizador elemento. [...] O Museu Nacional deve reunir às suas coleções expositivas de ensino demonstrativo os organismos diversos sob o múltiplo aspecto de suas respectivas vitalidades e condições fisiológicas, figurando fielmente os meios em que nascem, vivem e multiplicam-se. Copiar, ou melhor, parodiar a existência dos mesmos indivíduos, expondo-os nas coleções votadas ao exame dos estudiosos, tais quais vivem no seio da natureza, tal é a base principal destes estabelecimentos destinados a representar um compêndio fiel das produções naturais do país, de que são os repositórios ou mostradores autênticos. Desse duplo caráter de um museu assim destinado, por um lado, a mostrar ao público em uma espécie de microcosmo todas as riquezas naturais do globo em geral e particularmente do solo da pátria, e por outro lado ensinar a classificação desses mesmos produtos e a coordenação mais moderna que hão recebido das autoridades dos monógrafos e dos juízes mais idôneos; desse duplo caráter, digo, é que emana a alta importância de semelhantes instituições quer encaradas pelo prisma puramente científico, quer pelo lado da aplicação industrial a que possam dar origem. (MN, 1891-1893, p. 51)

Para Ladislau Neto, a instituição deveria ser instalada nesse novo espaço, assumindo uma concepção moderna de museu, aos moldes do de Paris,²² formado por jardins, como um “parque botânico-zoológico”, com “viveiros de animais e vegetais”, voltado para estudos de especialistas e do público, onde os espécimes naturais deveriam ser expostos “tais quais vivem no seio da natureza”. De acordo com as novas tendências, essa moderna organização museológica deveria possibilitar ao espectador observar e conhecer os objetos não de forma isolada, mas integrados ao meio ambiente,

²² Segundo Lopes (2003, p. 64), a reforma do Jardin des Plantes, no final do séc. XVIII, deu origem ao Museu de História Natural de Paris como parte do projeto jacobino de instaurar na França instituições de instrução e de controle público, tendo a história natural papel preponderante. Nesse sentido, o museu parisiense surgiu como um “sítio privilegiado de instrução pública”, tornando-se referência para museus da Europa e América.

classificados de acordo com a orientação de especialistas, tendo, portanto, dupla função: a pesquisa científica e a instrução pública.

Com relação à constituição do acervo do Museu Real, o decreto de 1818 estabeleceu que todos os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existissem em outros lugares deveriam ser transferidos para o prédio do Campo de Sant’Ana. Entre os “outros lugares” a que se referia o príncipe Regente estava a Casa de História Natural ou Casa dos Pássaros. Essa casa, desde sua criação, em 1784, colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para serem enviados para Lisboa.

Já nesse período era costume dos vice-reis²³ o envio de objetos da natureza do Brasil para a metrópole a fim de divulgar e tornar conhecido o que existia na terra, expor o exótico, apresentar à Corte de Lisboa as belezas e as riquezas naturais da colônia. Entre os objetos armazenados e enviados constavam exemplares de animais, plantas, minerais e adornos indígenas, coletados no Brasil por viajantes e colonizadores.

A prática de organizar coleções sobre o exótico, com “objetos” trazidos de terras distantes,²⁴ em geral colônias pertencentes aos impérios europeus, estava em consonância com os objetivos imperialistas dos Estados modernos na medida em que atendia aos interesses dos colonizadores em melhor conhecer e explorar suas colônias, permitindo um maior domínio sobre seus territórios, identificando suas gentes, costumes e culturas, para melhor conhecer, controlar e explorar. É a ciência a serviço da rentabilidade máxima.

Essas práticas corresponderam à proliferação de gabinetes de curiosidades existentes na Europa durante o Antigo Regime.²⁵ Precursors dos museus modernos, esses estabelecimentos foram criados e cultivados por particulares, em geral nobres curiosos pelas novidades do além-mar, expostas

²³ Essas práticas tornaram-se mais efetivas nos governos dos vice-reis: conde da Cunha, marquês do Lavradio e Dom Luís de Vasconcelos e Souza (cf. Lopes, 1997, p. 26).

²⁴ Sobre essas práticas da modernidade, sugerimos a leitura de Rago (2008).

²⁵ O Antigo Regime, situado entre os séculos XV e XVIII, correspondeu ao período da Idade Moderna na Europa.

a um público restrito a convidados e a autoridades de governo atraídas por verem as belezas e excentricidades de terras e de povos distantes.²⁶

Quanto à Casa dos Pássaros, no início do período joanino seu acervo foi guardado e transferido para o Arsenal de Guerra sob a guarda do tenente-general Napión, diretor da Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, quando da destruição do prédio original, para dar lugar ao Erário Real. Em 1818, esse mesmo acervo foi transferido para o Museu Real, estando composto de mobiliário; da “Coleção Werner”, de mineralogia, com 3.326 exemplares;²⁷ de peles de pássaros e mamíferos; de instrumentos físicos, destinados aos estudos práticos dos alunos da antiga Academia Militar; de amostras de ouro e pedras preciosas do Brasil; de uma coleção de quadros, outra de medalhas; de pássaros, conchas e alguns peixes, quase todos europeus; e de alguns objetos de uso e costume de diferentes povos. Com exceção da Coleção Werner, todos os demais objetos encontravam-se acumulados, sem ordem e sem classificação (Lopes, 1997, p. 28).

Com relação ao seu funcionamento, em seus primeiros 25 anos de existência, o Museu Real, futuramente Imperial e Nacional, foi regulado pela *Instrução*.²⁸ Reeditado em 1819, esse documento “expõe em minúcias as concepções de Ciências Naturais e [de] museus vigentes na época e fornece

²⁶ Sobre os gabinetes de curiosidades, indicamos Possas (2005).

²⁷ A Coleção Werner foi comprada por doze contos de réis de Karl Eugen Pabst Von Ohain, da Academia de Minas de Freiberg, Alemanha, provavelmente em 1805, por ordem de Antonio Araújo de Azevedo – conde da Barca –, ministro dos Estrangeiros e da Guerra, para o Museu de História Natural de Lisboa. Seus 3.326 exemplares foram classificados por Abraham Gottlob Werner, que publicou, em gótico, catálogos dessa coleção. Esta foi integrada ao acervo do gabinete da Real Academia Militar, desde sua fundação em 1810, servindo para estudos e ensino de mineralogia (cf. Lopes, 1997, p. 2728).

²⁸ O documento tem a seguinte identificação: “Instrução para viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural. Arranjada pela administração do Real Museu de História Natural de Paris. Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo Excelentíssimo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, do original francês impresso em 1818. Aumentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia Real das Ciências de Lisboa, impressa de 1781; e precedidas de algumas reflexões sobre a História Natural do Brasil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Impressão Régia, 1819” (cf. Lopes, 1997, 44).

orientações específicas para que pessoas não dadas a esta qualidade de estudos possam remeter os produtos ao museu" (Lopes, 1997, p. 44).

De acordo com esse documento, o Museu Real e o Jardim Botânico deveriam seguir o modelo dos museus metropolitanos europeus, conforme as concepções de história natural de Vandelli,²⁹ Buffon³⁰ e Geoffrey Saint Hilaire.³¹ Assim, ambas as instituições deveriam apoiar-se em uma rede de gabinetes de história natural localizados nas províncias brasileiras, buscando manter um intercâmbio de produtos naturais, considerando a originalidade dos espécimes dos três reinos existentes nas diferentes províncias do Brasil e a importância de estudá-los e disponibilizá-los para a ciência e para os museus de todo o mundo. O Museu Nacional buscou cumprir essa função durante todo o século XIX, atuando como incentivador da criação e manutenção de gabinetes de história natural nas províncias; de colecionador de produtos das diferentes regiões do Brasil (Lopes, 1997); mas, sobretudo,

²⁹ O italiano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816) foi um importante naturalista para o desenvolvimento da história natural e da química em Portugal em fins do séc. XVIII e princípios do séc. XIX. Dirigiu inicialmente as expedições filosóficas portuguesas levadas a cabo por Alexandre Rodrigues Ferreira e outros naturalistas que tinham sido alunos seus na Universidade de Coimbra. Publicou, em 1788, o *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu* (Coimbra), assim como uma *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen* (Coimbra). Baseando-se sempre na autoridade de Lineu, publicou o *Viridarium Grisley lusitanicum, Linnaeanis* (Lisboa). Além destes, é autor de um grande número de memórias sobre temas científicos e econômicos (cf. Biblioteca Digital de Botânica. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/domigos-vandelli/>. Acesso em: 1º nov. 2011).

³⁰ Georges-Louis Leclerc, conde de Bufon (1707-1788), foi um naturalista, matemático e escritor francês. Além das contribuições para a matemática, escreveu sobre as origens do universo, acreditando que a origem da vida na Terra foi resultado de fenômenos naturais. Foi precursor de Lamarck e Charles Darwin (cf. Greelane. Disponível em: <https://www.greelane.com/pt/ci%C3%A3ncia-tecnologia-matem%C3%A1tica/animais-e-natureza/georges-louis-leclerc-comte-de-buffon-1224840/>. Acesso em: 15 set. 2020).

³¹ Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), naturalista francês, estabeleceu o princípio da "unidade de composição", postulando um único plano estrutural para todos os animais como um princípio importante da anatomia comparada. Foi fundador da teratologia, estudo da malformação animal. Professor de zoologia da Universidade de Paris (1809), publicou *Philosophie anatomique*, em dois volumes (1818-1822). Seus conceitos evolutivos contribuíram para um público científico receptivo para os argumentos de Charles Darwin (cf. Britannica. Disponível: <https://www.britannica.com/biography/Etienne-Geoffroy-Saint-Hilaire>. Acesso em: 15 set. 2020).

de avaliador das riquezas naturais e divulgador do conhecimento científico produzido sobre elas para um público especializado.

Essa concepção de museu encontrava-se em sintonia com as considerações quanto à organização e às funções dos museus europeus, particularmente os museus franceses, na passagem do século XVIII para o XIX, quando essas instituições passaram a desenvolver uma preocupação educativa, defendendo que suas coleções deixassem de ter caráter privado e de ser conhecidas por grupos restritos da sociedade. A nova orientação defendia que as peças/coleções deveriam ficar disponíveis para toda a população, o que faria com que os museus assumissem um caráter de instituição pública.

Segundo Valente (2003), essa nova concepção de museu surgiu como decorrência de inúmeros fatores sociais ocorridos ao longo dos séculos XVII e XVIII na Europa, entre eles: o espírito iluminista, que propunha ampla divulgação da informação e do conhecimento; a importância dada ao uso dos objetos na aprendizagem, exemplificada por Francis Bacon, que defendia o ensino pela experiência, numa compreensão de que o desenvolvimento do conhecimento e do pensamento científico poderia se processar mais facilmente com base na observação e percepção dos objetos pelos sentidos; a especialização da ciência, com uma classificação sistemática dos objetos da natureza, que passaram a ser mais bem ordenados em coleções científicas;³² a difusão do saber sistematizado por meio da escolarização, que se afirmava como responsabilidade pública, tendo na educação, na qualidade de mediadora entre a teoria e a prática e a transmissão do conhecimento, a condição para o progresso; o surgimento de novas disciplinas – arqueologia, história da arte, etnografia – e suas consequências para a ciência e para os

³² Em 1727, Caspar Friedrich Neickel, mercador alemão, publicou em Leipzig o primeiro tratado sobre museografia, intitulado *Museographia*, como um guia geral sobre a classificação dos objetos, os cuidados para conservá-los e o uso das fontes que auxiliam a ampliação das coleções. Em 1735, Carlos Lineu (1707-1778), botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica – Sistema Natural –, forneceu os princípios da moderna classificação dos objetos da natureza, atribuindo ordem e entendimento ao mundo natural, em função do desenvolvimento dos objetivos científicos de classificação dos espécimes da história natural. Esse método foi universalizado e rapidamente adotado pelo conjunto da botânica, provocando uma substituição da apresentação artística e “emocional”, própria dos gabinetes de história natural, pelo alinhamento sistemático das espécies da natureza nas vitrines (cf. Valente, 2003, p. 27-29).

museus; o surgimento de inúmeras instituições científicas e o incremento de sociedades acadêmicas; a reordenação das nações e o desenvolvimento industrial advindos dos movimentos revolucionários e da conquista do poder pela burguesia.

O público mais amplo, ao qual as ações do museu europeu nos séculos XVIII e XIX deveriam ser destinadas, correspondeu a determinados grupos sociais formados por aqueles que sabiam ler e escrever e que podiam se comunicar e participar do mundo científico e técnico, composto por cientistas, naturalistas e filósofos, e por uma parcela da burguesia, constituída por homens letRADos, profissionais liberais, oficiais de Estado e membros da aristocracia. Tal concepção foi criticada por aqueles que, influenciados pelo espírito enciclopedista, insistiram na necessidade de se colocar as coleções a serviço dos artistas e da educação do povo (Valente, 2003, p. 31).

Na América Latina de tradição hispânica, a condição dos museus não era diferente. Vinculados às universidades, muitas delas fundadas na América colonial pelos espanhóis, diferentemente do Brasil, onde as primeiras universidades foram criadas no início do século XX, os museus da América Hispânica foram constituídos como espaços públicos, marcados por acentuado caráter científico e educacional, com o apoio dos Estados recém-criados, a partir dos processos de independência, ao longo do século XIX. Assim, os primeiros museus latino-americanos foram abrigados nas Universidades do México (1551); de São Carlos, na Guatemala (1676); de São Felipe, no Chile (1738); e de Buenos Aires, posteriormente (Lopes, 2003).

No século XIX, os museus dos novos Estados latino-americanos constituíram-se como espaços de legitimação das nações em formação, atendendo às demandas e aos interesses das classes dirigentes, atuando, igualmente, como centros de instrução pública. Espelharam-se no modelo francês de museu, tomando como referência de concepção, organização e funcionamento o Museu de História Natural de Paris, criado em 1793, durante a Revolução Francesa, caracterizado por se destinar à pesquisa científica, pelo caráter público e pelo incentivo atribuído à função educativa.

No Brasil, os museus existentes durante o Império – Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818); Museu Paraense (1871); Museu Botânico do Amazonas

(1883-1890) –, todos eles etnográficos,³³ tiveram suas trajetórias vinculadas aos cursos de ensino superior, na ausência de universidades, e seguiram a tendência elitista dos museus europeus, ao desenvolver suas atividades de pesquisa, produção e divulgação do conhecimento em atendimento a demandas das classes dirigentes. Essa situação começou a ser alterada nas décadas finais do século XIX, quando ocorreu uma maior preocupação tanto do governo quanto de dirigentes no que se refere ao papel dos museus na maior divulgação do conhecimento científico e das ciências naturais, ampliando o raio de ação para atingir um público mais amplo e diversificado.

Nesse contexto, o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro foi incumbido pelo governo imperial, prioritariamente, do exame, classificação e avaliação das amostras de produtos naturais encontrados no Brasil, atuando como consultor das repartições públicas do Império, que para o museu enviam inúmeros espécimes dos reinos vegetal, mineral e animal, na intenção de conhecer suas propriedades naturais e potencialidades científicas e econômicas e disponibilizar esses conhecimentos aos interessados pela indústria,³⁴ artes e comércio.

A expectativa do governo em relação ao Museu Nacional pode ser compreendida a partir da crise econômica em que se achava o Império brasileiro até meados do século XIX, em função das dificuldades comerciais em que se encontravam os produtores de mercadorias de exportação tradicionais como o açúcar, o tabaco e o algodão, entre outros.

³³ De acordo com Schwarcz (2005), os museus de etnografia surgiram no séc. XIX como instituições dedicadas à coleta, preservação, exibição e estudo de objetos materiais. O primeiro centro desse gênero, de caráter ainda não estritamente antropológico, foi o British Museum, fundado em 1793, seguido da criação do museu etnográfico de São Petersburgo (1836), do National Museum de Leiden (1837) e do Peabody Museum (1866), entre outros.

³⁴ É importante destacar o significado que tinha o termo “indústria” de acordo com os critérios de época. Segundo Pesavento (1997, p. 105, 131), o termo está associado a toda e qualquer “forma de atividade humana, independente do grau de beneficiamento, do emprego de tecnologia ou das relações sociais subjacentes. Assim, a agricultura ou a criação de gado são classificadas como indústrias, e atividades meramente extractivas ou de simples coleta de materiais da natureza também o são”. Também para Nascimento (2009), a categoria “indústria” era utilizada como sinônimo para o produzido pelo homem. Em síntese, o termo “indústria” era utilizado praticamente como sinônimo de atividade econômica (cf. Gualtieri, 2008, p. 32).

Nessa situação de crise econômica, o governo buscou encontrar uma solução nos moldes da estrutura de produção mantida no Brasil desde a colônia, baseada no sistema de *plantation* (escravidão, latifúndio, exportação). Nesse sentido, as possibilidades de exploração do solo e a procura por riquezas naturais foram importantes frentes de investimento e de atuação do governo imperial, sendo o Museu Nacional uma das principais agências de análise, classificação e avaliação desses recursos.³⁵

No Museu Nacional, medidas de governo foram tomadas no sentido de atender a essa demanda. Por exemplo, a necessidade de ampliar as condições de estudos sobre as amostras de riquezas naturais provavelmente foi a principal razão que levou o diretor do Museu Nacional, João da Silva Caldeira,³⁶ a encaminhar em 1824 ao imperador, através do Ministério dos Negócios do Império, ao qual estava subordinado,³⁷ um ofício que apresentava as vantagens que poderia gerar para a nação o estabelecimento de um laboratório químico na Corte, indicando o Museu Nacional como o local

³⁵ Além do Museu Nacional, cabe destacar que outras instituições, entre elas os Jardins Botânicos da Corte, o Passeio Público e a Lagoa Rodrigo de Freitas, tiveram importantes papéis, ora servindo como centros de intercâmbio com outros países, ora atuando como laboratórios e viveiros, onde mudas de plantas trazidas do exterior eram cultivadas e estudadas para ser produzidas no Brasil. Também animais foram importados para o Brasil na expectativa de que se adaptassem, objetivando sua criação com fins comerciais. Fato curioso, em 1859, chegaram ao Ceará quatorze dromedários comprados pelo governo brasileiro, entregues aos cuidados de dois fazendeiros dessa província, sem custos para os cofres públicos, tendo eles a vantagem de tomarem para si a terça parte de sua produção, caso ocorresse a adaptação e a reprodução desses animais, o que não aconteceu (Brasil, 1860, p. 40).

³⁶ João da Silva Caldeira dirigiu o Museu Nacional entre 1823 e 1827. Era médico, formado pela Universidade de Edimburgo, Escócia, com especialidade na área de química. Foi o primeiro diretor a propor a subdivisão da instituição em seções especializadas e a criação de cursos públicos para divulgação do conhecimento sobre as riquezas naturais do país (cf. MN, 2007-2008, p. 9).

³⁷ Ao longo de sua história institucional, até 1937, o Museu Nacional esteve subordinado aos seguintes ministérios: de 1818 a 1822 – Ministério dos Negócios do Reino; 1822 a 1868 – Ministério dos Negócios do Império; 1868 a 1890 – Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; 1890 a 1892 – Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos; 1892 a 1909 – Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 1909 a 1930 – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; 1930 a 1937 – Ministério da Educação e Saúde Pública (cf. Carvalho, 1977, p. 33).

mais apropriado para seu assentamento e anexando uma lista de aparelhos e instrumentos necessários para seu funcionamento.

Em resposta a esse ofício, atendendo positivamente à sugestão e à solicitação feitas, o imperador mandou adquirir naquele mesmo ano os materiais necessários para a criação de um laboratório de química através da Repartição dos Negócios Estrangeiros. O laboratório deveria ser instalado em prédio localizado no mesmo terreno do Museu Nacional, no Campo de Sant'Ana.³⁸

O laboratório teve por objetivo promover os saberes práticos de química, para o maior conhecimento de produtos da natureza, e a obrigação de analisar os que lhe fossem enviados pelas províncias do Brasil. Sua inspeção coube ao ministro dos Negócios do Império, sob a responsabilidade do diretor do Museu Nacional, João da Silva Caldeira. Nessas condições o governo procurava afirmar ser o Museu Nacional um estabelecimento consultivo do Império para assuntos referentes às ciências e às pesquisas sobre as riquezas do país. Após ser devidamente aparelhado em tal ambiente, foram realizadas as primeiras análises de combustíveis nacionais e de amostras de pau-brasil (Lacerda, 1905, p. 13).

A função de consultoria exercida pelo Museu Nacional para atender às demandas das repartições públicas do Império foi uma das principais atribuições desse estabelecimento, implicando intensas atividades nas diferentes seções do Museu Nacional durante o século XIX. A prioridade dada a essa função demonstra os investimentos do Império na exploração do território para melhor conhecê-lo, particularmente no que se referia às suas riquezas naturais, uma das condições para o fomento da indústria no Brasil.

Outros investimentos foram realizados pelo governo imperial ao longo do século XIX com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o território e suas gentes, costumes e culturas, entre eles o incentivo à vinda de naturalistas estrangeiros para o Brasil para que promovessem viagens exploratórias pelo país,³⁹ alguns deles vinculados ao Museu Nacional. Foram

³⁸ Decisão nº 266, de 15 de dezembro de 1824 (cf. Brasil, 1886, p. 189).

³⁹ Sobre os viajantes naturalistas do século XIX, sua formação e práticas desenvolvidas nas viagens ao Brasil, ver Leitão (1937) e Kury (2008).

também expedidas ordens do governo aos presidentes das províncias para a exploração do território, em busca de possíveis riquezas naturais e de objetos arqueológicos, com a remessa de amostras encontradas para exame no Museu Nacional.

Administrativamente, o Museu Nacional esteve vinculado à Instrução Pública desde seus primeiros anos de existência, não só pelo objetivo de sua criação, estabelecido no decreto real de 1818 – o de propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil –, mas também por sua subordinação à comissão dirigida pelo conselheiro José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu. Como inspetor-geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino, ele era o responsável por promover a Instrução Pública, a direção dos estudos e as escolas do reino e do museu (Brasil, 1889, p. 24).

Com a organização do Estado imperial, o Museu Nacional foi vinculado ao Ministério dos Negócios do Império, integrando a seção de Instrução Pública junto com as instituições de ensino das primeiras letras, do secundário⁴⁰ e do superior (Escolas de Direito de São Paulo e Olinda; Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, por exemplo), a Biblioteca Pública e a Academia de Belas-Artes, mantendo essa posição até 1868, quando passou a fazer parte do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Essa mudança ministerial teve por fim atender às novas demandas econômicas referentes à produção e exportação de café e de outros produtos agrícolas em pauta, assim como à diversificação econômica e ao crescimento das atividades industriais – fabris, artesanais e de mineração – e comerciais que acompanharam o desenvolvimento de centros urbanos, acentuadamente na região Sudeste na segunda metade do século XIX.

Durante as duas primeiras décadas de existência do Museu Imperial e Nacional, as ações educativas estiveram voltadas a dar assistência técnica aos estabelecimentos da instrução, em grande parte aos de nível superior, assim como a instituições militares, científicas e culturais, quer fornecen-

⁴⁰ No ano de 1837, o Seminário de São Joaquim, destinado a uma educação mecânica, foi convertido em estabelecimento de instrução secundária, com a denominação Colégio de Pedro II, por decreto do ministro e secretário de Estado interino Bernardo Pereira de Vasconcelos (cf. Brasil, 1838, p. 15).

do materiais diversos e coleções para fins de instrução, quer abrindo suas salas, dependências e laboratórios para atender às demandas de pesquisa e de educação. Muitos são os documentos oficiais encaminhados pelas instituições de ensino ao governo solicitando empréstimo de materiais, em sua maioria, coleções, instrumentos e aparelhos científicos, assim como o uso das dependências do Museu Nacional durante o Império.⁴¹ Quando consideradas procedentes pelo governo, essas demandas eram comunicadas ao diretor do Museu Nacional mediante correspondência do governo que organizava o atendimento a tais pedidos. A precariedade das instalações e a falta de recursos materiais existentes nos estabelecimentos de ensino em todos os níveis da instrução pública são utilizadas como argumentos para justificar alguns pedidos, como é possível perceber nos exemplos que se seguem.

Em 1822, por ordem do imperador, o Museu Nacional foi franqueado à Academia Militar da Corte, uma vez por semana, para demonstrações práticas sobre objetos individuais da história natural para as devidas lições, no sentido de facilitar sua percepção.⁴² Essa decisão buscou atender à solicitação de João da Silva Feijó, tenente-coronel do Corpo de Engenheiros e lente de História Natural Zoológica e Botânica dessa academia, sobre a necessidade que havia de se fazerem no real museu as demonstrações práticas sobre os objetos individuais da história natural, visto serem delas dependentes as exposições de suas lições zoológicas. Em 1828, foi remetida para essa instituição uma coleção de minerais existente no Museu Imperial para as lições de mineralogia.⁴³

Por solicitação do lente de Física Médica da Escola de Medicina da Corte, dr. Francisco de Portela Cândido, em 1833 foram disponibilizados os instrumentos existentes no laboratório do Museu Nacional que se encontravam sem uso, na medida em que a escola carecia desses itens para o

⁴¹ Esses documentos encontravam-se registrados nos livros de correspondências e de ofícios do Museu Nacional, no Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear/MN/UFRJ).

⁴² Portaria de 1/4/1828, por ordem do imperador.

⁴³ Em documento assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 28/3/1828, localizado em pasta sobre Legislação e Correspondências do Museu Nacional.

bom desempenho do ensino, principalmente em aulas de física. Em 1834, outros instrumentos foram remetidos pelo Museu Nacional para o curso de Química, por solicitação do conservador do Laboratório Químico e Gabinetes dessa escola, Francisco José do Couto Castro e Mascarenhas.

Na Sociedade de Medicina da Corte, em 1831, foi facultado a cada um de seus membros utilizar laboratórios e aparelhos químicos que existissem à disposição do governo, em particular o laboratório e instrumentos químicos existentes no Museu Nacional. Essa medida do governo regencial buscou atender à solicitação daquela instituição, quando em ofício expôs a necessidade de analisar substâncias medicinais que lhe eram remetidas e de proceder a outras experiências químicas a fim de ilustrar pontos das ciências, objeto de suas indagações.

Ao ser inaugurada uma sala no Colégio de Pedro II, em 1839, para servir de acomodação para produtos de história natural, por ordem do regente Bernardo Pereira de Vasconcelos,⁴⁴ foi comunicado ao diretor do Museu Nacional, frei Custódio Alves Serrão,⁴⁵ que admitisse acesso ao sr. Alexandre Antonio Vandelli⁴⁶ para proceder à separação das plantas e dos minerais que deveriam ser remetidos do Museu Nacional para aquele estabelecimento de ensino. Nesse ano o regente também solicitou, em nome do imperador, ao diretor do museu, que fossem emprestados instrumentos, máquinas e produtos dos três reinos naturais, para comporem o gabinete de ciências físicas e naturais do Colégio de Pedro II.

Para fins de instrução, o Museu Nacional cedeu, por decreto do imperador, de 1830, “casas por baixo do Museu Nacional e Imperial” para o

⁴⁴ Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) atuou como político, jornalista, juiz de fora e jurista brasileiro no período regencial, tendo ocupado o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça entre 1837 e 1839.

⁴⁵ Custódio Alves Serrão (1799-1873), professor de física e química, formado pela Universidade de Coimbra, foi lente de Zoologia e Botânica da Imperial Academia Militar, diretor do Museu Nacional (1828-1847), diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1849-1861), membro do IHGB e presidente honorário da Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional.

⁴⁶ Alexandre Antonio Vandelli (1784-1862), pesquisador e naturalista português, atuou na Academia de Ciências de Lisboa e foi um dos fundadores da Sociedade Velloziana de Ciências Naturais, criada no Brasil, com a finalidade de incentivar a pesquisa de temas científicos nacionais.

estabelecimento de Escolas Normais, a pedido da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), a serem dirigidas gratuitamente por seus sócios em benefício dos agricultores e artistas do Império.⁴⁷ Para o funcionamento das escolas existentes na Corte, foi disponibilizado o laboratório do museu para os lentes de Química e Física lá ministrarem suas lições.

Em 1832, em atendimento à Sociedade de Instrução Elementar, a Regência, em nome do imperador, ordenou que fossem franqueadas duas salas do pavimento baixo do edifício do Museu Nacional a fim de estabelecer uma escola a ser custeada pelos cofres da referida sociedade para fazer o ensaio de um sistema de ensino que estava sendo adotado, com vistas a melhorar a instrução primária.⁴⁸

Como se pode observar, as relações com a rede escolar se dão de modo heterogêneo. Aqui temos indícios de relações com os níveis superior, secundário e elementar, a partir das quais podem ser percebidas distintas formas de colaboração: exposição, ensino e cessão de espaço. Esse investimento do museu e a rede de colaboradores estabelecida parecem estar associados a certa concepção que inscreve o museu na malha escolar cada vez mais complexa.

O museu para “pessoas decentemente vestidas”

Após o agitado período regencial (1831-1840), marcado por embates políticos entre os grupos oligárquicos que disputaram projetos e poder, mas também por revoltas provinciais que estouraram de norte a sul do país,⁴⁹ algumas contrárias ao Império, à Monarquia e ao monopólio do poder

⁴⁷ Ladislau Neto (1870, p. 58) considera não terem existido no museu tais Escolas Normais concebidas pela Sain, baseando-se na inexistência de documentos com data posterior à sua criação.

⁴⁸ Segundo Ladislau Neto (1870, p. 59), “a pequenina escola primária, destinada sobretudo aos adultos”, surgiu em função da instituição do chamado “ensino mútuo”, em finais de 1832, e provavelmente foi fundada pela Sociedade de Instrução Elementar nos dois gabinetes adjacentes à sala que servia de laboratório do museu, tendo funcionado por dois anos.

⁴⁹ As revoltas provinciais às quais nos referimos são: Cabanagem, no Pará (1831-1836); Farroupilha (1835-1845); Sabinada, na Bahia (1837-1838); e Balaiada, no Maranhão (1838-1841). Sobre essas revoltas, ver Chiavenato (1994).

dos proprietários de terras e de escravizados, resultando em tentativas de emancipação de algumas províncias, com o Golpe da Maioridade, em 1840, o Império iniciava uma nova fase com o reinado de Dom Pedro II.

Correspondendo ao maior período do Império brasileiro (1840-1889), o Segundo Reinado foi marcado por um conjunto de mudanças significativas na sociedade, dentre elas a substituição da mão de obra empregada na produção e a introdução de novas tecnologias nos setores produtivos e de serviços, e por um processo de urbanização, acompanhado de iniciativas no setor industrial.

Essas mudanças corresponderam basicamente a dois fenômenos que, operados no circuito internacional e nacional, encontram-se articulados um ao outro: o processo de industrialização e de organização de uma nova ordem mundial, caracterizada por uma nova ordem internacional do trabalho, com base no mercado mundial, ao qual o Brasil buscou ajustar-se; e a recuperação da economia brasileira com a crescente produção e exportação de café para a Europa e para os Estados Unidos, que passou a exigir uma modernização do setor de produção agrícola.

Na segunda metade do século XIX, a entrada no Brasil de milhares de imigrantes – italianos, suíços, alemães, espanhóis, chineses – promoveu uma maior diversificação populacional e cultural no campo e na cidade, principalmente no Sudeste, que se transformou na principal região do país graças à expansão do café. As novas formas de produção baseadas no trabalho livre e assalariado e a diversificação de investimentos de capitais, aplicados nos setores secundário e terciário da economia – indústria, comércio, serviços, obras públicas –, foram acompanhadas do surgimento de novos atores sociais – classe média urbana e operariado –, com demandas sociais próprias.

O cenário político nas últimas décadas do Império foi sacudido pelas campanhas abolicionista e republicana, acentuando a divisão das classes dirigentes. A reorganização das forças de poder estava em jogo, caracterizada por tensões e embates entre os defensores do antigo regime, monárquico e escravista, e os grupos de apoio a uma nova ordem da nação,⁵⁰ a ser construída

⁵⁰ De acordo com Herschmann e Pereira (1994), entre os grupos que acentuaram as cisões, que foram decisivos para a fundação do regime republicano, destacam-se os militares, os membros do clero e alguns literatos.

com base na ideia de civilização, no molde de sociedades capitalistas europeias, no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc. (Herschmann; Pereira, 1994).

Nessa nova conjuntura, no plano internacional a concepção moderna de museu adquire outros contornos, favorecidos pelo desenvolvimento das ciências. A atração pelos objetos provenientes de escavações arqueológicas, o incremento das sociedades acadêmicas e a passagem das coleções para o controle do Estado permitiram uma nova organização que, pouco a pouco, se abria para o público (Valente, 2008, p. 30).

As demandas do Império por maior conhecimento das riquezas naturais brasileiras, principalmente as referentes à mineração, em consonância com o processo de industrialização que se processava no mundo ocidental e com o desenvolvimento da indústria no Brasil, ocorrido na segunda metade do século XIX,⁵¹ levaram o governo imperial a estabelecer uma nova organização para o Museu Nacional, o que, por sua vez, procurava atender a antigas reivindicações dos seus diretores.

Em sintonia com as tendências dos museus na Europa e América, nos quais as coleções passaram a apresentar uma classificação sistemática das riquezas naturais, expostas de forma ordenada de acordo com uma especialização cada vez mais acentuada da ciência, o Museu Imperial e Nacional foi reorganizado com base no Regulamento de 1842,⁵² o primeiro da instituição, buscando reorientar seu funcionamento com vistas à classificação e à conservação dos objetos, dividindo-o em quatro seções, a saber: 1^a – Anatomia Comparada e Zoologia; 2^a – Botânica, Agricultura e Artes

⁵¹ A partir de meados do séc. XIX, em função de políticas liberais e de tarifas protecionistas ao comércio por parte do governo imperial, bem como de fatores como a Guerra do Paraguai, por exemplo, foram realizados investimentos privados na atividade industrial, principalmente nos setores têxtil e metalúrgico, com base em matérias-primas como o algodão e o ferro. Apesar de não implicarem a superação da prioridade dada ao setor agrícola brasileiro, essas iniciativas serviram de base para uma posterior política de apoio à industrialização no país (cf. Luz, 1974, p. 35-41).

⁵² O Regulamento 123, de 3 de fevereiro de 1842, criado em atendimento ao art. 2º, § 13, da Lei nº 164, de 26 de setembro de 1840, determinava a quantia de três contos de réis para as despesas com empregados do Museu Nacional que tratavam da “melhor classificação e conservação dos objetos”.

Mecânicas; 3^a – Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4^a – Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. Cada uma dessas seções passou a ser confiada a um diretor, que poderia ter um ou mais adjuntos, em relação ao número de subdivisões da respectiva seção.

As propostas de subdividir o serviço do Museu Nacional por seções, assim como de fundar cursos públicos, remetem a João da Silva Caldeira, que foi seu diretor entre 1823 e 1827. No entanto, foi na gestão seguinte, por insistência do então diretor, o carmelita frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), no empenho em tornar o Museu Nacional um estabelecimento científico, que a reforma foi aprovada pelo governo imperial, contemplando tais demandas.⁵³

Por nomeação do governo imperial assumiram como diretores das seções: Emílio Joaquim da Silva Maia⁵⁴ (1^a seção); Luiz Riedel⁵⁵ (2^a seção); frei Custódio Alves Serrão⁵⁶ (3^a seção e diretor do Museu Nacional); Manoel de Araújo Porto Alegre⁵⁷ (4^a seção). Para o lugar de porteiro, guarda e preparador das seções de Zoologia e Botânica do museu, João de Deus de Mattos;⁵⁸

⁵³ A intenção de frei Custódio Serrão de ensinar ciências físicas e naturais nos gabinetes do Museu Nacional não foi aceita pelo governo imperial. Segundo Lacerda (1905, p. 15), essa negativa deveu-se à intenção do governo em preservar essa atribuição às escolas existentes ou ao fato da não existência de verbas no erário público para tal fim.

⁵⁴ Emílio Joaquim da Silva Maia foi diretor da seção de Anatomia Comparada e Zoologia entre 1842 e 1859 (cf. Lacerda, 1905, p. 174).

⁵⁵ Luiz Riedel foi diretor da seção de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas do Museu Nacional entre 1842 e 1861 (cf. Lacerda, 1905, p. 175).

⁵⁶ Frei Custódio Alves Serrão foi diretor do Museu Nacional entre 1828 e 1847 e da seção de Mineralogia entre 1842 e 1847 (cf. MN, 2007-2008, p. 10).

⁵⁷ Manoel de Araújo Porto Alegre foi diretor da seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes entre 1842 e 1859, quando se retirou para a Europa (cf. Lacerda, 1905, p. 175).

⁵⁸ João de Deus de Matos foi nomeado porteiro e guarda do Gabinete Físico e Mineralógico em 1814 e 1816, respectivamente. Com a fundação do Museu Real em 1818, passou a exercer esses mesmos cargos nessa instituição. Assumiu a direção interina do Museu Nacional nos períodos de 1822 a 1823 e de 1835 a 1837. Foi nomeado guarda-porteiro e preparador das seções de Zoologia e Botânica por decreto de 1842 e aposentado nessas funções em 1852 (cf. Lacerda, 1905, p. 171).

para o de guarda e preparador das seções de Mineralogia e Numismática, José da Silva.⁵⁹

Na nova organização do Museu Nacional, a função educativa ganhou relevância na medida em que foram abertas duas novas frentes de atuação: uma relativa à formação de novos profissionais para se ocuparem de atividades auxiliares, referentes às pesquisas desenvolvidas nas seções – os praticantes –, e outra, incumbindo os diretores de seção de ministrar um curso anual de ciências correspondente às especialidades de cada um, à vista dos respectivos produtos, segundo as instruções do governo.⁶⁰

Quanto à formação de novos profissionais, os diretores das seções poderiam apresentar um ou mais indivíduos para ali terem a qualidade de praticantes, os quais, depois das provas convenientes, poderiam ser admitidos como supranumerários, um em cada seção, dentre os quais seriam selecionados os adjuntos dos diretores das seções.

A preocupação do governo e dos diretores do Museu Nacional com a formação de novos profissionais para atuarem nas seções justifica-se pela ausência de funcionários qualificados que pudessem auxiliar nas atividades das seções, mas, principalmente, pela constituição de novos quadros para o exercício da ciência no Brasil, particularmente no Museu Nacional.

Quanto aos cursos públicos, esses somente começaram a existir em meados da década de 1870, na gestão do diretor Ladislau Neto (1874 a 1893), considerada “a idade de ouro do Museu Nacional”.⁶¹ Ainda como diretor da seção de Botânica do Museu Nacional, cargo que assumiu em 1866, Ladislau Neto deu início a um ciclo de conferências abertas a um público restrito, muitas delas com a presença do imperador e dos ministros

⁵⁹ José da Silva foi admitido como escrivário do Museu Nacional em 1824 e, em 1842 e em 1852, respectivamente, foi guarda e preparador das seções de Mineralogia e Numismática (cf. Lacerda, 1905, p. 174).

⁶⁰ Conforme o art. 8º do Regulamento 123.

⁶¹ Essa adjetivação utilizada inicialmente por Lacerda (1905) tem sido mantida por alguns dos autores que escreveram sobre o Museu Nacional: Duarte (1950); Lopes (1997); Gualtieri (2008). É justificada por identificar ter ocorrido durante a gestão de Ladislau Neto um processo de institucionalização da ciência no que diz respeito às pesquisas realizadas desde então, assim como pelo reconhecimento nacional e internacional que o Museu Nacional adquiriu “como grande casa de estudo e ensino no Brasil”, conforme palavras de Roquette-Pinto.

do Império, tendo por objetivo “fomentar o gosto pelas ciências naturais”, sendo o Museu Nacional, em sua opinião, “o paladino do Brasil”. Além do próprio diretor, pronunciaram conferências Charles Frederic Hartt; João Joaquim Pizarro; Nicolau Joaquim Moreira; Claude Henry Gorceix e outros.

Os cursos e conferências iniciados na década de 1870⁶² mantiveram-se no Museu Nacional durante os últimos anos do Império e também na República, algumas vezes interrompidos por motivos referentes à administração e ao funcionamento do museu. A partir de meados da década de 1920, os cursos e palestras passaram a ser dirigidos a um público mais diversificado, principalmente o escolar, em sintonia com as novas concepções de educação em circulação no Brasil e no mundo, assim como em atendimento às demandas dos estabelecimentos de ensino pelo conhecimento científico produzido no Museu Nacional e pelo uso dos materiais didáticos. Estes eram, em sua maioria, material do tipo visual, que o museu passou a produzir e disponibilizar para professores e alunos.

Ao longo do século XIX, a Europa havia se organizado com base em uma economia capitalista, com uma estrutura legal e constitucional liberal, acreditando no avanço da ciência, do conhecimento e da educação como elementos centrais para o progresso material e moral da sociedade. Nessa nova fase do capitalismo, a reprodução do capital e o enriquecimento dos empresários e dos Estados dependiam essencialmente da ampliação de mercados, de novos conhecimentos e de novas tecnologias, como recursos necessários para serem aplicados na produção industrial em expansão, objetivando sua maior eficácia e rentabilidade.

Nesse quadro da ciência a favor da acumulação, materiais básicos, em geral produtos naturais de origem mineral, vegetal e animal, encontrados em grande parte fora da Europa, nos demais continentes, deveriam ser explorados em grande escala, processados nos grandes centros industriais e redistribuídos para diferentes mercados. Para exploração e comercialização das riquezas naturais nessas áreas, foi criada uma estrutura de produção e de circulação de mercadorias, financiada pelos países em processo de industrialização, através de empréstimos e investimentos de capital aplicados em

⁶² Sobre o assunto, ver os capítulos 2 e 4 deste livro.

novos conhecimentos e técnicas para maximizar o uso dos recursos materiais e humanos, resultando em transformações nos sistemas de produção tradicionais, na construção de redes de estradas de ferro, de pontes e de aperfeiçoamento do sistema de navegação fluvial e marítimo, bem como na modernização e racionalização de serviços urbanos, principalmente nos setores de saneamento básico, energia elétrica e transportes.

Todas essas transformações operadas em áreas não industriais alteraram significativamente as estruturas tradicionais, geraram uma maior dependência econômica para com os países em processo de industrialização e provocaram o surgimento de novos grupos e classes sociais e, consequentemente, conflitos sociais, conformando um cenário político no qual o nacionalismo, a transformação social e a liberdade foram convertidos em bandeiras de diversos movimentos.

Nesse cenário de internacionalização dos mercados, saberes e tecnologias ocorreram as exposições universais, organizadas por países em processo de industrialização, entre eles a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, para servirem como grandes feiras de exibição e comercialização dos produtos dos diversos países do mundo que delas participaram.

Como “palcos de exibição do mundo burguês”, conforme expressão de Pesavento (1997), essas exposições estavam associadas ao desenvolvimento industrial, exibindo os produtos alcançados com os avanços e conquistas da ciência e sua aplicabilidade na esfera da produção humana, servindo também como espaços pedagógicos de afirmação e divulgação dos valores capitalistas que deveriam ser difundidos e adotados.

O Brasil participou dessas exposições a partir de 1862, em Londres, comparecendo a outros sete eventos (quadro 1), tendo previamente organizado exposições nacionais para selecionar os objetos que deveriam ser expostos ao mundo, como representações das riquezas naturais, industriais e humanas do país.

**QUADRO 1 – Exposições nacionais e internacionais
das quais o Museu Nacional participou**

Ano	Nacional	Internacional
1861	1 ^a Exposição da Indústria Nacional (RJ), preparatória para a Exposição Universal de Londres, 1862	
1862		Londres
1866	2 ^a Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Paris, 1867	
1867		Paris
1873	3 ^a Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Viena, 1873	Viena
1875	4 ^a Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Filadélfia, 1876	
1876		Filadélfia (EUA)
1881	Exposição da Indústria Nacional	
1882	1 ^a Exposição Antropológica Brasileira	
1885		Exposição Industrial de Nova Orleans (EUA)
1885		Exposição Universal de Antuérpia
1889		Exposição Universal de Paris
1893		Exposição Colombiana de Chicago
1908	Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos Brasileiros	
1916	1 ^a Exposição Algodoreira (Rio de Janeiro)	
1922	Exposição Nacional/Internacional do Centenário da Independência do Brasil	

Fonte – Acervos da Biblioteca e do Setor de Arquivo e Memória do Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ.

Nesses eventos – nacionais e internacionais – o Museu Nacional teve participação efetiva, comparecendo com coleções de objetos pertencentes ao seu acervo, reunindo espécimes naturais dos reinos animal, vegetal e mineral e artefatos produzidos por povos indígenas brasileiros, além de atuar na organização de algumas das exposições nacionais, como será visto no capítulo 2.

No Brasil, as décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por conflitos entre concepções políticas e ideológicas que refletiam o conjunto de transformações sociais e econômicas que se processavam, estando em jogo, principalmente, forças monarquistas e escravocratas, contrárias às republicanas e abolicionistas.

Considerando a década de 1870 como um tempo de transformações significativas na sociedade brasileira, Schwarcz (2008) aponta como elementos em mutação o deslocamento do eixo econômico do país da região Nordeste para o Sudeste, diversificando não apenas a agricultura de exportação com a nova cultura do café, em expansão, mas também os interesses próprios da aristocracia rural, com a afirmação da oligarquia paulista, que se difere dos produtores do Nordeste e do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro; e a diversificação nas áreas de atuação das elites intelectuais nacionais nos Museus Paraense (1855), Paulista (1893) e Imperial Nacional (1818); no Jardim Botânico; nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife; no campo da medicina, com o Instituto de Manguinhos; nos Institutos Históricos, na Corte e nas províncias.

Todas essas transformações no plano conjuntural foram acompanhadas de medidas de governo que buscaram reorganizar a estrutura do Estado imperial para promover o ajustamento de suas agências às novas demandas econômicas e sociais. No que se refere ao Museu Nacional, ele foi vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo Decreto nº 4.167, de 1868, compondo a sua segunda seção junto dos negócios relativos ao comércio, ao Instituto Comercial, à mineração e aos Correios, entre outros serviços.

Em 1876 o Museu Nacional foi novamente reorganizado, passando a ter como finalidades “o estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, e o ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à

agricultura, indústria e artes".⁶³ Por essa nova legislação e organização, o museu passava a ter como prioridade o atendimento às demandas econômicas dos setores produtivos nacionais, atuando mais efetivamente como órgão de consultoria do governo.

Para o ensino científico foi ratificado que o Museu Nacional ofereceria cursos noturnos públicos, gratuitos, por meio de preleções, realizadas pelos diretores de seção e subdiretores, nos salões do edifício da instituição, com início em 1º de março e término em 31 de outubro, devendo cada objeto da preleção ser anunciado no *Diário Oficial*. Para divulgação e instrução sobre os conhecimentos produzidos pelas seções, o Museu Nacional deveria publicar uma revista intitulada *Archivos do Museu Nacional*, com periodicidade, pelo menos, trimestral, para ser distribuída entre instituições de pesquisa e de ensino, museus e bibliotecas em âmbito nacional e internacional.⁶⁴

Ainda de acordo com essa nova organização, o Museu Nacional passou a ter três seções, a saber: 1ª – Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; 2ª – Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; 3ª – Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. As matérias dedicadas ao estudo de Arqueologia, Etnografia e Numismática, que antes constituíam a 4ª seção, deveriam constituir uma seção anexa ao Museu Nacional, até que se realizasse a criação de um estabelecimento especial para seus estudos.⁶⁵

As visitas às exposições do Museu Nacional foram mantidas abertas ao público, franqueadas às “pessoas decentemente vestidas”, o que excluía boa parte da população, limitando assim a entrada a um público restrito, em dias e horas designados pelo regimento interno. Para os “membros correspondentes”,⁶⁶ portadores de cartão especial de entrada, concedido pelo

⁶³ De acordo com o regulamento a que se refere o Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876.

⁶⁴ Ver também o capítulo 3 deste livro.

⁶⁵ Segundo Nascimento (2009), a guarda direta da seção anexa ao Museu Nacional (anteriormente 4ª seção) foi colocada sob a responsabilidade direta de Ladislau Neto até uma posterior separação do museu, o que não ocorreu. Com essa medida, Ladislau Neto passou a ter controle sobre a seção, conseguindo eliminar qualquer nomeação de outros diretores para dirigi-la.

⁶⁶ Título atribuído a pesquisadores nacionais e estrangeiros por reconhecimento aos seus méritos literários e científicos e por serviços prestados ao Museu Nacional, conforme

diretor do museu, a visita poderia ocorrer a qualquer dia e hora, conquanto não fosse inconveniente aos serviços da instituição.

Em 1888, por ordem da princesa imperial regente, em nome do imperador, e pela última vez no Império, o Museu Nacional foi novamente reorganizado. Entre as alterações, cabe destacar que seus objetivos enfatizavam a função educativa do museu ao incluírem que as produções referentes ao estudo da história natural, particularmente do Brasil, deveriam ser coligidas, conservadas sob sua guarda e devidamente classificadas, para serem expostas ao público. Além disso, foi recriada a 4^a seção do museu referente à Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

A Proclamação da República com uma nova organização do Estado a partir de 1889 implicou uma reordenação de forças políticas, deslocando na esfera do poder as oligarquias mais tradicionais, particularmente a dos cafeicultores fluminenses, e afirmando o poder de outras oligarquias regionais, que assumiram o controle da máquina administrativa, especialmente a dos novos empresários paulistas. Assim, apesar de inaugurar o federalismo e a descentralização, a República caracterizou-se pela permanência da oligarquia rural no poder e pela manutenção de uma ordem política excluente em relação à participação das camadas populares.

Em meio a essa conjuntura, quais as tendências da cultura e da educação brasileiras?

Na passagem do Império para a República, o papel dos intelectuais foi decisivo na medida em que, envolvidos com as tendências científicas difundidas pela Europa, particularmente as do evolucionismo, propuseram regenerar o Brasil por meio da ciência, sendo o país analisado e compreendido com base no darwinismo social. Segundo essa teoria, existiria uma hierarquia racial, correspondente a determinados graus de evolução cultural, sendo a civilização o mais alto grau que uma nação deveria alcançar, a exemplo dos países europeus e da América do Norte.

A constituição de uma nação civilizada possuía uma íntima relação com as propostas educativas e de instrução no Brasil e baseava-se numa “visão autoritária e excluente do outro: os pobres, os negros, as mulheres

e os povos indígenas”, situação que se configurou durante todo o Império e que se manteve “intocada no alvorecer do regime republicano” (Faria Filho, 2003, p. 171).⁶⁷

No plano da educação, durante o Império, em que pese haver à época diversas formas de escolarização realizadas pelo aparato do Estado, de forças religiosas e de forças organizadas em sociedades, agremiações, academias, clubes, entre outros, o efeito dessas ações se processou de modo diferenciado nas várias regiões do país e para os distintos grupos e sujeitos sociais. No que se refere aos proprietários, estes já percebiam o valor da escola como instrumento de reprodução social e de aquisição de capital necessário para ocupar as funções administrativas, burocráticas e intelectuais na ordem oligárquica.

O ensino oficial⁶⁸ era ministrado em escolas primárias;⁶⁹ em liceus provinciais, em cada capital de província; nos colégios particulares, em algumas cidades importantes; em alguns cursos normais; no Liceu de Artes e Ofícios, criado na Corte em 1856; e nos cursos superiores de Direito, Medicina, Engenharia e Artes, prioritariamente.

Cabe destacar que o Colégio de Pedro II, em funcionamento na Corte, era mantido pelo governo central para servir de modelo para os demais cursos secundários do país e preparatórios para os cursos de nível superior. Durante o Império essa instituição tinha o privilégio de conferir o grau de bacharel aos estudantes, título necessário para ingresso nas universidades brasileiras.

⁶⁷ Segundo Faria Filho (2003), nas províncias brasileiras houve um grande debate acerca da escolarização da população, principalmente no que dizia respeito à instrução elementar das camadas pobres da sociedade, incluindo a discussão referente à necessidade e à pertinência ou não da instrução de negros, índios e mulheres. O debate não gerou resultados positivos devido a um conjunto de limitações políticas e culturais impostas pela situação de escravidão, autoritarismo e desigualdade social que caracterizaram o Império no Brasil.

⁶⁸ O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 promoveu a descentralização política durante o período regencial brasileiro, criou as assembleias legislativas nas províncias e facultou a elas o poder de legislar sobre instrução primária e secundária, cabendo ao governo imperial cuidar da instrução desses graus de ensino na Corte e do ensino superior no país.

⁶⁹ Sobre a instrução elementar no Brasil Império, ver Faria Filho (2010).

Nos países europeus e nos Estados Unidos, o caráter público da educação havia se afirmado no século XIX à medida que o Estado tomava consciência da importância da educação como instrumento de afirmação e legitimação do próprio Estado. No início do século XX, um dos estudiosos da história da educação, Stephen Pierce Duggan (1870-1950), afirma que naquele período a educação foi caracterizada por um processo de socialização, efetivado na sua secularização e no fim da dominação eclesiástica, sob responsabilidade e controle do Estado.

De acordo com Duggan, desde o final do século XIX sistemas públicos de educação estavam organizados na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a unificação do sistema de educação ocorreu em 1903. Nesses países, o Estado assumiu a responsabilidade da educação geral de todo o povo como uma de suas funções e promoveu a expansão do sistema de escolas públicas, com base na ideia de educação universal, obrigatória e gratuita.⁷⁰

A popularização do ensino e a organização de sistemas nacionais de educação buscaram atender às necessidades impostas pelo sistema capitalista que se afirmou a partir do processo de industrialização ocorrido em países da Europa e nos Estados Unidos no final do século XVIII e durante todo o século XIX, manifestadas tanto nos movimentos sociais das classes médias e de trabalhadores, que passaram a exigir acesso à educação e instrução para seus filhos, quanto nas ações da classe burguesa, a qual, por meio do Estado sob seu controle, buscava organizar e disciplinar a população e assim formar a mão de obra necessária para as funções econômicas em desenvolvimento.

Esse processo de ampliação do modelo escolar de formação, procurando atingir um público cada vez mais amplo, também se fez sentir nos museus europeus e norte-americanos durante todo o século XIX, na medida em que, crescentemente, o museu passou a ser compreendido como centro de

⁷⁰ A Alemanha foi pioneira nos sistemas estaduais de escolas, desde a reforma luterana, no século XVI, afirmada no final do século XVIII com Frederico, o Grande (*Regulamentos escolares*, de 1763). Em 1764, todas as escolas públicas e instituições educativas foram declaradas instituições do Estado, estando as escolas particulares submetidas à sua fiscalização (cf. Monroe, 1976, p. 352).

ciência e de instrução de conhecimentos que deveriam ser divulgados mais amplamente. Essa importante função de formação, por sua vez, estava associada à construção das identidades nacionais.

A mudança operada no caráter do museu foi assim observada por Valente:

A partir da metade do século XIX, contrapondo-se aos museus que difundiam exclusivamente a alta cultura clássica, surgiam e ampliavam-se outros, que se propunham ao serviço de divulgação das coleções com base em propósitos populares. O fato está em parte justificado na manifestação de interesse da sociedade pelas grandes exposições internacionais da época. A continuidade desses eventos foi assumida pelos museus, que tomariam para si a responsabilidade pela preservação das peças das exposições, mostrando em suas práticas a utilidade social do museu público.
(Valente, 2003, p. 35)

Alguns museus buscaram incorporar as inovações de seu tempo, unindo arte e indústria, incentivando a criatividade do artesão e aperfeiçoando os produtos industriais de arte decorativa. Por exemplo, na Inglaterra, o Museu South Kensington (posteriormente Victoria e Albert) passou a funcionar em horário noturno para atender aos trabalhadores, inovando com exposições temporárias que eram emprestadas a particulares. Esse museu procurou facilitar a apresentação das coleções ao público introduzindo o uso de reproduções de suas peças e organizou um serviço de empréstimo de modelos que poderia auxiliar os interessados na arte decorativa. Essas inovações inseriam o museu no conjunto dos esforços pela instrução e vulgarização do saber no último decênio do século XIX.⁷¹

As transformações que ocorriam nas sociedades onde o processo de industrialização se encontrava em ritmo acelerado levaram os museus etnográficos a valorizar em suas exposições as tradições que vinham sendo

⁷¹ O museu Victoria e Albert mantém até hoje cursos que contribuem para a produção de arte decorativa. Na França, em 1881, uma circular ministerial expressava essa tendência do museu, ao ressaltar entre seus termos que “a reorganização do museu é o resultado da organização da escola” (cf. Valente, 2003, p. 36).

alteradas e esquecidas em função das inovações tecnológicas e das novas formas de vida que se impunham. Nessa nova perspectiva de exposição, o homem e seus artefatos passaram a ser apresentados ao público em sua dimensão social, envolvidos em seu contexto, rompendo com uma visão tradicional na qual os objetos de coleção eram vistos e explicados por si mesmos.

A utilização de técnicas de exibição realista, empregando manequins, vestimenta, mobiliários, compondo cenários com representações do homem em seu meio social e natural, foi comum nos museus da Europa e dos Estados Unidos, assim como nas exposições universais da segunda metade do século XIX (Sandberg, 2001). No Brasil, por ocasião da Primeira Exposição Antropológica (1882), organizada pelo Museu Nacional e instalada em suas dependências, essa técnica foi empregada para a representação de grupos indígenas e de algumas de suas atividades cotidianas.⁷²

O conjunto de inovações praticado em alguns museus na Europa no final do século XIX e início do XX colocou em questão as instituições mais tradicionais, encontrando resistências nas ideias predominantes à época quanto à desigualdade entre os homens e à superioridade de algumas raças, valores conservadores que se mostravam contrários às transformações de seu tempo.

Cabe destacar, ainda com relação ao final do século XIX, que algumas capitais europeias, especialmente Paris, haviam se transformado em centros de entretenimento, com múltiplas possibilidades de diversão pública, afirmado esse novo ramo do mercado de consumo, fosse através dos parques de diversões, teatros, museus, fosse, sobretudo, por meio da nova arte que surgia, o cinema. No entanto, o grande responsável pela mobilização do público para esses novos atrativos foi sem dúvida a imprensa de grande tiragem, com jornais de grande circulação, que funcionou como “um resumo impresso do olho errante do *flâneur*” (Schwartz, 2001, p. 412).

Uma nova pedagogia, uma nova forma de apreender através do olhar, e não mais pela prioridade atribuída à oralidade, se afirmou no século XIX. A preocupação com a divulgação de conhecimentos relacionados à natureza,

⁷² Ver capítulo 2 deste livro.

à indústria e às artes para instrução do público foi um dos principais motivos que levaram à organização das exposições universais que marcaram o século XIX. Essa tendência à abertura de exposições para um público mais amplo foi assumida também pelos museus da Europa, e no início do século XX a ideia de museu como um órgão voltado para a “educação do povo” já era uma realidade nos Estados Unidos (Valente, 2003, p. 36).

Como expressão do debate existente nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos sobre o papel social dos museus, o norte-americano John Cotton Dana,⁷³ em defesa do museu a serviço da comunidade, em um artigo intitulado “How museums came to be so deadly dull” [Como os museus podem ser tão mortalmente sombrios], escreveu no ano de 1921:

The new museum, than, is not a museum of art, or science, or industry, or history, or any other type of field; it is such a wide-ranging collection of material as careful observation and controlled experiment indicate are useful and pleasure-giving to the community which supports it.⁷⁴ (Dana, 1999, p. 123)

Na América Latina, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, a afirmação das ideias pedagógicas referentes ao ensino objetivo, com a utilização de recursos didáticos concretos, ao que se convencionou chamar “lição de coisas”, suscitou uma maior aproximação entre o museu e a escola, na medida em que, ao mesmo tempo que foram estimuladas

⁷³ John Cotton Dana (1856-1929) foi um inovador da biblioteca pública quando essa instituição estava iniciando seu desenvolvimento nos Estados Unidos. Defendeu que nela existissem serviços para crianças, materiais em língua estrangeira para imigrantes e informações de negócios para profissionais. Como diretor da Biblioteca Pública de Newark entre 1902 e 1929, aplicou tais princípios de educação progressiva nessa instituição, estendendo-os para o campo do museu. Foi também fundador e primeiro diretor do Museu de Newark em 1909, e um dos autores lidos e comentados por Bertha Lutz, cientista do Museu Nacional, em seu relatório de viagem aos Estados Unidos, em 1932, para estudo sobre os museus norte-americanos (a propósito, ver capítulo 4).

⁷⁴ O trecho correspondente na tradução é: “O novo museu, então, não é um museu de arte, ou ciência, ou indústria, ou história ou um outro tipo de campo; é uma vasta coleção de material com observação cuidadosa e experimento controlado que indicam utilidade e dão prazer para a comunidade que os mantém”.

visitas escolares a museus, também as escolas procederam à organização de coleções de objetos em seus ambientes, em geral com o auxílio dos museus, formando gabinetes de diferentes disciplinas e museus pedagógicos utilizados por professores e alunos na intenção de um estudo prático.⁷⁵

No Brasil, em que pesem as iniciativas e os empreendimentos referentes à educação durante o período imperial, por parte tanto do governo brasileiro, quanto dos indivíduos e grupos sociais, no final do século XIX, período este marcado por debates sobre questões como federalismo, democracia e cidadania, pelo advento do novo regime republicano e consequentemente por uma nova reordenação do Estado brasileiro, a educação vista como um dos elementos possíveis para a regeneração da nação ganhou relevância nos debates⁷⁶ e nas políticas do Estado, que buscou dar maior atenção e apoio às instituições com finalidades educacionais.⁷⁷

Nesse sentido, pelo Decreto nº 377A, de 1890, foi organizada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, compreendendo uma diretoria-geral com três seções. A primeira delas era responsável por tudo que fosse atinente à instrução pública, primária, secundária e superior; a segunda, à instrução especial e profissional, como institutos, escolas normais, academias, museus e demais estabelecimentos congêneres; e a terceira seção responsabilizar-se-ia por associações de ciências, letras e artes.

A Reforma Benjamin Constant, de 1890, procurou criar um sistema de ensino com base na regulamentação da instrução primária e secundária do Distrito Federal, estabelecendo a competência da instrução primária à iniciativa privada e pública, instituindo a instrução pública primária, livre, gratuita e leiga no Distrito Federal e instaurando a divisão da escola primária em primeiro e segundo graus, com os respectivos programas de

⁷⁵ Sobre museus e educação na América latina, ver Lopes (2003).

⁷⁶ As conferências públicas proferidas no final do século, como as que ocorreram no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, e os debates parlamentares ocorridos nesse período são fontes interessantes para uma aproximação com as discussões sobre educação no final do século XIX. Para isso podem ser consultados Carula (2009), Barbosa (1883) e Moacyr (1937).

⁷⁷ Para uma problematização da produção historiográfica e uma reflexão sobre a educação escolar na Primeira República (1889-1930), sugerimos a leitura de Schueler e Magaldi (2009).

ensino. Para a formação de professores para as escolas primárias, o governo se comprometia em criar uma ou mais “Escolas Normais”, anexando a cada uma delas uma escola-modelo e estabelecendo as disciplinas do curso.

Para oferecer ao público e aos professores em particular os meios de instrução profissional de que pudessem carecer – “a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado” –, foi criado na capital federal um estabelecimento de ensino denominado *Pedagogium*, cujas atribuições consistiam em criar e manter um museu pedagógico, gabinetes e laboratórios de ciências físicas e de história natural e em organizar coleções-modelos para o ensino concreto nas escolas públicas.⁷⁸

O ensino secundário, por essa legislação, manteve-se como no Império, sendo oferecido pelo Estado no *Ginásio Nacional*, dividido em internato e externato, com um curso integral de sete anos e programas de ensino estabelecidos por disciplinas. Aos alunos que concluirsem integralmente o curso seria conferido o título de *bacharel em Ciências e Letras*, o que lhes daria direito a matrícula em qualquer curso superior de caráter federal na República.

A direção do ensino e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal do Distrito Federal, sob a administração superior do Ministério da Instrução Pública, seriam exercidas por um inspetor-geral, um conselho diretor e por inspetores escolares do distrito. Entre os onze membros que compunham o conselho diretor, seis eram considerados natos e permanentes e cinco eram de nomeação do governo, com mandato de dois anos. Entre os membros natos estavam o inspetor-geral – presidente –, os dois reitores do *Ginásio Nacional*, o diretor da Escola Normal, o diretor do *Pedagogium* e – cabe destacar – o diretor do Museu Nacional. A estrutura dessa direção era semelhante à que passou a existir na Corte a partir de 1854.⁷⁹

Dessa forma o Museu Nacional integrava-se na esfera de decisões do Estado, articulado a outras agências de governo, com a função de traçar políticas

⁷⁸ Brasil, *Decreto nº 981*, de 8 de novembro de 1890 (Título IV, “Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal”).

⁷⁹ Sobre a organização do ensino na Corte em meados do século XIX, sugerimos a leitura de Borges (2008).

para a educação e a instrução pública do Distrito Federal de acordo com os ideais que se afirmavam no novo regime de governo. Acompanhando esse movimento de reorientação política, o Museu Nacional ganhou nova organização, na qual a sua função educativa foi reorientada para ampliar o público a ser atingido com suas ações.

No que se refere aos objetivos do Museu Nacional, de acordo com a nova legislação, além de suas finalidades científicas, o caráter instrutivo da instituição voltou a ser enfatizado. Inicialmente o foi pelo Decreto nº 379-A, de maio de 1890, que estabeleceu que os estudos de história natural, quando possível, seriam acompanhados de indicações explicativas ao alcance dos entendidos e do público. Em suas “Disposições gerais”, estabeleceu que ao diretor-geral do museu caberia providenciar que todas as seções pudessem ministrar aos estabelecimentos de ensino primário e secundário da capital federal o material de que precisassem para a instrução concreta e demonstrativa que lhes competia.

Até onde foi possível investigar, essa medida levou as seções do Museu Nacional a organizar, classificar cientificamente e distribuir para estabelecimentos de ensino coleções didáticas de história natural compostas com espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral, existentes no próprio museu ou enviadas pelas escolas para esses fins. Da mesma forma, um pouco mais tarde, o museu passou a confeccionar quadros murais didáticos sobre essas mesmas temáticas a fim de evitar que fossem importados, devendo reproduzir nesses materiais espécimes nacionais, o que serviria para instruir e ampliar os conhecimentos sobre o Brasil, valorizando suas riquezas naturais e estimulando no público, principalmente o escolar, um sentimento de pertencimento e de orgulho nacional.

Logo depois, o Decreto nº 810, de outubro desse mesmo ano, substituía todo o capítulo III do regulamento anterior relativo aos cursos públicos, estabelecendo novo regimento para o MN pelo qual “os diretores e subdiretores de seção fariam cursos públicos noturnos de caráter popular e de ensino concreto, segundo programas aprovados pelo ministro”, além de outras medidas referentes à instrução.⁸⁰

⁸⁰ A propósito, ver capítulo 2 deste livro.

Com a Proclamação da República e a política de apagamento por parte dos novos dirigentes da nação de tudo o que remettesse ao regime político anterior, nomes de ruas e avenidas foram substituídos, e esculturas e símbolos que durante todo o período monárquico haviam marcado o Império do Brasil foram deslocados. Como sede do governo e residência oficial da família imperial, o palácio da Quinta da Boa Vista foi um dos lugares que sofreram a intervenção dessa política de apagamento da memória do Império.

Em ofício do diretor de Obras Públicas da capital, dirigido ao diretor interino do Museu Nacional, Batista de Lacerda, dias após a Proclamação da República, foram requisitados, em caráter de urgência, pessoal e aparelhos necessários a fim de descer a coroa que encimava o frontão do edifício (MN, 1885-1990, p. 144 v.). Nesse mesmo sentido, o diretor do museu solicitou ao ministro interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Quintino Bocaiuva, autorização para remeter à Academia de Belas-Artes a estátua em gesso do ex-imperador Dom Pedro II. Alegava não haver no museu lugar apropriado onde ela pudesse ser colocada, em função da falta de espaço existente, onde deveriam ser distribuídas as coleções de história natural a serem expostas ao público. A indicação da Academia de Belas-Artes justificava-se pelo fato de a escultura ter sido feita por um artista nacional (MN, 1885-1990, p. 146 v.).

Uma preocupação com a comunicabilidade das exposições do Museu Nacional, valorizando seu caráter instrutivo e educativo, assim como com a segurança do seu acervo, foi retomada com o advento da República. Em setembro de 1890, por ofício do diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, dirigido a todos os diretores e subdiretores das seções do museu, solicitava-se empenho para se despertar o interesse do público, colocando rótulos explicativos nos objetos das respectivas seções.

Segundo esse documento, a partir dessa data as coleções do Museu Nacional deveriam ter a mais ampla adaptação ao ensino intuitivo, convindo que fosse exposto cada objeto com rótulo⁸¹ explicativo e com todos os auxílios gráficos e convencionais que pudesse concorrer para a instrução

⁸¹ Os rótulos solicitados ao governo deveriam ser produzidos de acordo com determinado padrão e impressos em papel cartão, conforme indicava o ofício de 12 de dezembro de 1890 (cf. MN, 1885-1890, p. 195 v.).

visual do público. O diretor recomendava ainda que recebessem especial atenção das seções os objetos que pudessem despertar maior interesse do público, fosse pela sua natureza especial – histórica, de descobrimento ou de raridade –, fosse pela aplicabilidade que tivessem ou pudessem ter no comércio, na indústria e nas artes.

A preocupação do governo com a segurança das peças das coleções, assim como o sigilo sobre as informações geradas a partir das pesquisas realizadas nas seções do Museu Nacional, levaram que fosse estabelecido em regimento interno do museu, em 1890, em capítulo intitulado “Da polícia do museu”, um conjunto de medidas e regras referentes tanto ao seu funcionamento interno quanto aos seus visitantes.⁸²

Dessa forma, por exemplo, na abertura e no fechamento das portas do edifício, o porteiro ou outro funcionário que o substituísse deveria proceder a uma minuciosa inspeção de todos os salões, gabinetes e laboratórios, que só por ordem expressa do diretor-geral poderiam ser abertos em outra qualquer hora. Cabia ao porteiro ou a outro funcionário que o substituísse inspecionar os serventes residentes no interior do edifício fora do horário de trabalho diário, e o ingresso nos salões do museu nos dias úteis só era permitido aos profissionais, homens de letras, estudantes, funcionários públicos ou aos viajantes nacionais e estrangeiros de passagem pela capital federal e que tivessem sido recomendados ao diretor-geral.

Ainda no sentido da segurança do museu, no capítulo referente às exposições públicas ficou estabelecido que o porteiro, o preparador de serviço e o contínuo deveriam se colocar em pontos diversos do edifício, de onde pudessem inspecionar os serviços dos serventes e, ao mesmo tempo, todas as salas expostas. Ao abrir as portas do edifício do museu nos dias da exposição pública, o porteiro deveria recomendar aos praças que faziam a polícia das duas entradas do museu o maior cuidado para que não permitissem o ingresso nos salões, ou mesmo nos próprios saguões, de menores sem pessoas que os guiassem, indivíduos ébrios, maltrapilhos, descalços ou acompanhados de animais.

⁸² Em setembro de 1890, foram roubados no museu objetos de ouro originários da civilização inca, pertencentes ao acervo da 4^a seção, mais tarde encontrados e restituídos (cf. MN, 1885-1890, p. 180).

No que dizia respeito aos laboratórios, considerados parte integrante deles os gabinetes dos diretores e subdiretores de cada seção, todos os empregados do museu eram obrigados a guardar o mais restrito sigilo acerca das investigações que lá se fizessem, quaisquer que fossem seus autores, não sendo permitido a nenhum empregado efetuar trabalho algum nos laboratórios ou em outra qualquer parte do edifício do museu que não fosse a serviço da repartição.

A hierarquia de poder interna ao museu foi anunciada de forma clara nas “Disposições gerais” do seu regimento, assim como foram estabelecidas as competências para uso dos seus dispositivos de controle e segurança. Por exemplo, competia somente ao diretor-geral ministrar informações às redações de almanaque, jornais diários e publicações particulares acerca do museu; os diretores e subdiretoes de seção poderiam aplicar aos seus subordinados a primeira pena disciplinar, de simples advertência, e a de segundo grau, de repreensão, com recurso voluntário do diretor-geral; nenhum empregado poderia dirigir-se ao governo por memorial ou requerimento sem que fosse por intermédio do diretor-geral.

Ainda sob a administração Ladislau Neto, no ano de 1892, o Museu Nacional foi novamente alvo de medidas dos governantes voltadas para valorizar e reforçar as suas atividades-fins. Em janeiro desse ano, o governo abriu um crédito de 1.409:560\$000 para acorrer às despesas com os serviços de Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária e com os da instrução primária de primeiro e de segundo graus da capital federal, estabelecendo novos vencimentos também aos funcionários do Museu Nacional.⁸³

Em março, outra medida administrativa do governo buscou prestigiar as atividades científicas e educativas do Museu Nacional em atendimento às inúmeras solicitações dos seus diretores, dentre eles Ladislau Neto, por dependências mais adequadas para abrigar a instituição. Desse modo foi autorizada a transferência do museu do prédio da praça da Aclamação para

⁸³ De acordo com o Decreto nº 722-A, de 30 de janeiro de 1892, o diretor do Museu Nacional teve seus vencimentos equiparados aos do diretor da Escola Normal e dos reitores do Ginásio Nacional, no valor de 1:200\$000.

o palácio da Quinta da Boa Vista.⁸⁴ No mês de setembro daquele mesmo ano, o governo aprovou a despesa feita com essa mudança na importância de 25 contos de réis.⁸⁵ Apesar desses incentivos, o processo de transferência do Museu Nacional para a nova sede resultou na interrupção de atividades em funcionamento na instituição, como, por exemplo, os cursos e as conferências públicas, assim como acarretou perda de peças e de coleções de seu acervo.

O ato solene de reabertura do Museu Nacional ao público, em sua nova sede na Quinta da Boa Vista, em julho de 1892, contou com a participação do presidente da República, marechal Floriano Peixoto, e do secretário do ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Borges de Monteiro. De acordo com descrição do diretor-geral interino do Museu Nacional, dr. Domingos José Freire, as coleções foram dispostas em diversas salas, distribuídas da seguinte forma: no saguão de entrada, o esqueleto de uma baleia, o meteorito de Bendegó e um grande bloco de carvão das minas de S. Jerônimo. No pavimento superior, na primeira sala, encontrava-se um grupo de peixes, sobressaindo entre eles a grande jamanta, e grupos de artefatos indígenas, como canoas, ubás, igarités; em seguida, a sala destinada às conchas e polipeiros, com coleções inéditas, e a galeria de aves. No segundo andar, foram organizadas cinco salas com coleções de crustáceos, insetos, mamíferos (entre os quais o elefante africano e o alce da América do Norte), esqueletos de animais e um grande salão com as coleções de mineralogia, geologia e paleontologia; outro, com a coleção de botânica; em sete salas estavam expostas as coleções da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, com peças do Brasil e do exterior.⁸⁶

Em dezembro de 1892, pelo Decreto nº 1.160, com a criação da Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, que fundiu em uma só repartição os Ministérios

⁸⁴ De acordo com o Decreto nº 756-A, de 8 de março de 1892, por ordem do presidente da República Floriano Peixoto.

⁸⁵ De acordo com o Decreto nº 1.056, de 24 de setembro de 1892. Por esse mesmo decreto foi também aberto um crédito suplementar de dezoito contos de réis destinado ao pagamento de vencimentos dos lentes do Primeiro e Segundo Externatos do Ginásio Nacional.

⁸⁶ Essa reabertura foi detalhada no relatório administrativo de 1893 (cf. MN, 1893-1897, p. 19-20 v.).

da Justiça, do Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o Museu Nacional passou a integrar a Diretoria da Instrução, em sua 2^a seção, encarregada também de tratar de assuntos referentes à estatística concernente à instrução primária e normal; ao Pedagogium; aos institutos dos cegos e surdos-mudos mantidos pela União; à Academia Nacional de Medicina; aos institutos, academias, estabelecimentos e sociedades que se dedicassem às ciências, letras e artes, mantidos ou subvencionados pelo Estado; à catequese dos índios.⁸⁷ Cabe lembrar que essa vinculação à instrução pública não constitui novidade, pois desde sua criação o Museu Nacional esteve ligado a esse serviço, medida compreensível, já que almejava a função pedagógica, tendo integrado os ministérios que cuidaram da educação até então.

Entre as inovações estabelecidas pelo Regulamento de 1892, que reorganizou o Museu Nacional, cabe destacar a mudança de nome da revista *Archivos* para *Revista do Museu Nacional* – mantendo-se, no entanto, os mesmos objetivos e a periodicidade da publicação – e a criação de um laboratório para cada seção do museu, destinado à preparação dos objetos que deveriam fazer parte das respectivas coleções e de qualquer estudo ou pesquisa sobre o assunto da mesma seção.

A mudança de nome da revista, até então com oito volumes publicados, pode ser atribuída a certa intenção do governo republicano de tornar invisíveis os feitos da monarquia, na perspectiva de apagar da memória nacional as iniciativas do Império. Nesse sentido, o volume seguinte da revista foi publicado em 1895 como sendo o primeiro volume da *Revista do Museu Nacional*. No entanto, supomos que a tradição da revista e seu reconhecimento no cenário nacional e internacional foram fatores que levaram à continuidade do nome *Archivos* nos volumes subsequentes.

Os investimentos do governo e do Museu Nacional na organização de laboratórios correspondiam à importância que os estudos experimentais e aplicados em biologia ganharam na virada do século XIX para o XX, desenvolvidos também em museus da Europa, entre eles o Museu de História

⁸⁷ A 1^a seção da Diretoria da Instrução passou a tratar do que pertencesse: à instrução superior e secundária no Distrito Federal, inclusive exames preparatórios; aos estabelecimentos de tais ramos de ensino a cargo da União, nos estados; às faculdades livres; aos teatros normal e lírico; às comissões científicas na Europa; à Biblioteca Nacional.

Natural de Paris, no sentido de atender às questões de saúde e higiene da população, assim como a questões relativas a pragas agrícolas.

Em função da aposentadoria de Ladislau Neto por decreto de 28 de dezembro de 1893, Domingos José Freire, médico e professor aposentado de Química Orgânica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assumiu interinamente o cargo de diretor-geral do Museu Nacional, cumprindo essa função até 8 de janeiro de 1895, quando foi substituído pelo dr. João Batista de Lacerda, que permaneceu à frente do museu até agosto de 1915.

Ao findar a gestão de Ladislau Neto, o Museu Nacional havia adquirido reconhecimento nacional e internacional como um dos mais importantes centros de pesquisa e divulgação de ciência na América Latina, tendo concorrido para isso o apoio do governo imperial às iniciativas e ações do museu, dentre elas a considerável ampliação de seu acervo; a publicação e distribuição da revista *Archivos do Museu Nacional* e o intercâmbio científico realizado com instituições brasileiras e de diferentes países do mundo; os cursos e conferências oferecidos ao público; a significativa participação do museu em exposições nacionais e universais, com destaque para a Primeira Exposição Antropológica do Brasil, organizada pela instituição em 1882.

Durante a gestão de Batista de Lacerda⁸⁸ (1895-1915), o Museu Nacional passou por mudanças institucionais significativas, orientadas pelos Regulamentos de 1899, de 1910 e de 1911. Suas determinações foram efetivadas nas duas primeiras décadas do século XX, resultando, entre outras

⁸⁸ João Batista de Lacerda (1846 -1915) nasceu na cidade de Campos dos Goitacazes, província do Rio de Janeiro. Era formado em medicina. Ingressou como funcionário do Museu Nacional em 1876, ocupando, mais tarde, os cargos de diretor da seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; diretor do laboratório de Fisiologia Experimental (1880-1890) e diretor do Museu Nacional (1895-1915). Foi membro de diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras: ex-presidente da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro; professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago do Chile; membro correspondente da Sociedade Italiana de Antropologia, Etnologia e Psicologia Comparada; da Sociedade de Antropologia de Berlim; da Sociedade Francesa de Higiene; da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa; da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Sociedade Médica da Argentina; ex-membro do Conselho Superior de Higiene do Rio de Janeiro. Foi vice-presidente do Congresso Médico Pan-Americano de Washington (1893) e presidente da seção de Psicologia do mesmo congresso; e presidente honorário do Congresso Médico Latino-Americano de Buenos Aires, em 1904 (cf. *Archivos...*, 1903, p. 2).

ações, na organização dos laboratórios das seções, com a valorização de estudos experimentais, particularmente os relativos à fisiologia animal e vegetal, desenvolvidos paralelamente aos trabalhos de sistematização, coordenação e classificação dos espécimes naturais e das coleções do museu. Preocupava-se, igualmente, com a função educativa da instituição e com a diversificação do seu público.

No que diz respeito à função educativa do Museu Nacional, algumas das determinações dos Regulamentos de 1899, 1910 e 1911 apresentam evidências das intenções do governo, em sintonia com demandas de alguns de seus diretores, em tornar a entidade cada vez mais uma casa de instrução, tendência que a partir de então ganhou força, pela organização de nova estratégia em meados da década de 1910.

Por exemplo, no Regulamento de 1899, os diretores de seção do Museu Nacional passaram a ser chamados de professores, sendo um para cada seção, permanecendo aquela denominação apenas para o cargo de diretor-geral. Ainda por esse regulamento foram mantidas as conferências públicas, que deveriam ser oferecidas por professores e assistentes do museu sempre que parecessem convenientes aos interesses do estabelecimento e do serviço, não sendo, portanto, obrigatorias, como ocorria desde o ano de 1888.

No ano de 1900, as reformas promovidas no palácio da Quinta da Boa Vista para a melhoria das instalações do Museu Nacional, assim como a frequência do público, foram comentadas por Batista de Lacerda em relatório das atividades da instituição dirigido ao ministro dos Negócios da Justiça e do Interior, Epitácio Pessoa:

Basta dizer que uma tão bem coordenada adaptação nunca teve, desde os primeiros tempos, o Museu Nacional. Acomodações mais amplas, facilitando a divisão perfeita das seções; móveis novos, bem colocados e bem adaptados ao fim especial a que eram destinados; coleções aumentadas e as classificações revistas, de acordo com as modificações modernamente adotadas na ciência. Tudo isso veio imprimir aspecto novo a este estabelecimento reaberto ao público e aos cientistas no ano passado. A extraordinária concorrência de visitantes, que orçou até o fim do ano por umas

28.000 pessoas, ficando nestas inclusas as visitas de pessoas de elevada graduação social, de diplomatas estrangeiros e de cientistas, demonstra a consideração que ficou deste então merecido o museu. (MN, 1899-1907, p. 52 v.)

Apesar desse reconhecimento, o diretor lembrava as necessidades mais prementes da instituição:

Graças aos importantes melhoramentos pelos quais passou o Museu no ano passado, podemos ter hoje a satisfação de dizer que nenhum outro estabelecimento deste gênero lhe levará vantagem na América do Sul. Logo que hajam melhorado as condições financeiras do país, será necessário aumentar os vencimentos dos empregados deste estabelecimento, que continuam a ser os mesmos do tempo da monarquia, de modo a atrair para o Museu as pessoas de maior competência em ciências naturais; só assim conseguiremos sustentar a elevada reputação que, a custo de grandes esforços, o Museu Nacional do Rio de Janeiro alcançou entre as instituições científicas da América. (MN, 1899-1907, p. 54 v.)

Sobre a frequência de visitantes ao Museu Nacional, conforme informações do diretor João Batista de Lacerda ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Antonio Gonçalves Ferreira, o número total dos que acorreram ao Museu Nacional no ano de 1895 foi de 14.945 pessoas, tendo sido o mês de agosto o de maior fluxo, e de 15.638 no ano de 1896. Segundo Lacerda, esses dados demonstravam o interesse e a atração do público pelo museu, principalmente o que habitava a capital da República.⁸⁹

Quanto à organização dos laboratórios das seções e à valorização de estudos experimentais, pouco tempo depois da nomeação de Batista de Lacerda para o cargo de diretor da seção de Zoologia do Museu Nacional, em 1880, o governo autorizou o funcionamento do Laboratório de Fisiologia

⁸⁹ Cf. relatórios dos fatos mais importantes ocorridos no Museu Nacional nos anos de 1895 e de 1896. Docs. da Diretoria do Museu Nacional. Classe 146.0. Semear/MN/UFRJ.

Experimental, anexo ao museu, sob a supervisão do próprio Lacerda e do médico e cientista francês Louis Couty, passando com o Regulamento de 1899 a se chamar Laboratório de Biologia.

Em *Fastos do Museu Nacional*, obra de sua autoria, Lacerda escreveu sobre as inovações no campo da pesquisa científica e o papel que, segundo ele, o Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional deveria cumprir:

De 1886 para cá a atenção dos sábios, em todo o mundo, começou a voltar-se para os estudos da moléstia dos homens e dos animais. As admiráveis descobertas de Pasteur, nessa órbita de estudos práticos, compeliram os espíritos investigadores a seguirem aquele caminho.

Todas as atividades disponíveis se congregaram então num esforço hercúleo para rasgar o véu que velava esses mistérios, e o microscópio tornou-se o instrumento mais frequentemente manejado, pois só com o auxílio dele se poderia surpreender as formas dos seres infinitamente pequenos, aos quais se atribuíam aquelas moléstias. O Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu obedeceu também a essa nova orientação, e recompôs o seu material técnico de modo a ser também um laboratório bacteriológico. Ele ficou chamando-se então Laboratório de Biologia. (Lacerda, 1905, p. 132)

Seguindo as orientações em curso nos museus europeus com pesquisas experimentais, somadas aos interesses do governo em pesquisas que pudessem resultar em soluções para problemas de ordem social e econômica no Brasil e aos interesses científicos do diretor Batista de Lacerda por estudos experimentais em microbiologia, em 1910⁹⁰ foram criados outros laboratórios – de química vegetal, de química geral (analítica), de entomologia agrícola e de fitopatologia.

De acordo com os Regulamentos de 1910 e de 1911, esses laboratórios deveriam investir em duas linhas de ação: estudar tanto os insetos nocivos

⁹⁰ Em cumprimento ao regulamento a que se refere o Decreto nº 7.862, de 1910.

à agricultura quanto as moléstias das plantas, indicando os processos mais práticos e econômicos para debelá-los, tarefas determinadas aos Laboratórios de Entomologia e Fitopatologia; fazer estudos e pesquisas que concorressem para o desenvolvimento científico ou que estivessem relacionados à agricultura e à indústria (análise de rochas e minerais, adubos e terras); fazer estudo dos princípios ativos das plantas e dos produtos de origem vegetal (féculas, açúcares, óleos, resinas, gomas, bálsamos, etc.); e realizar o estudo químico das plantas têxteis, atribuições estas dos Laboratórios de Química Vegetal e Geral (Analítica).

As pesquisas realizadas pelos professores das seções do Museu Nacional e os seus possíveis resultados deveriam ser publicados em livro especial e, quando conveniente, publicados nos *Archivos*, ou separadamente, a juízo do diretor, a fim de serem divulgados, com distribuição no Brasil e no exterior.⁹¹

Atuando como agência de consultoria técnica do governo, cabe destacar que os laboratórios eram obrigados a atender às requisições que lhes fossem feitas por intermédio do diretor do museu sobre assuntos concernentes às suas especialidades, fossem essas requisições procedentes da Secretaria de Estado, ou de qualquer outra repartição ou estabelecimento do ministério.⁹²

A reforma por que passou o Museu Nacional a partir de sua incorporação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1910, conferindo novas condições tanto às suas partes físicas e instalações, quanto à sua organização, correspondeu às demandas internas e às intenções do governo em aparelhar o museu de forma que pudesse melhor atender, simultaneamente, às funções de investigação científica, de prestação de serviços e de consultoria ao governo. O museu dava assim atenção a toda sorte de necessidades e demandas relativas ao setor produtivo, principalmente o primário, carro-chefe da economia nacional, contribuindo para a melhoria e o aumento da produção.

Em uma detalhada exposição referente ao Museu Nacional, o ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, escreveu em seu relatório anual, dirigido ao presidente da

⁹¹ Ver capítulo 3 deste livro.

⁹² Regulamento do Museu Nacional, art. 11, cap. III, 1911

República, Hermes Rodrigues da Fonseca, sobre o sentido da reforma por que passou o museu e os serviços prestados no período entre novembro de 1910 e todo o ano de 1911:

No intuito de habilitar os agricultores a prepararem e a remetarem o material de estudo, o chefe do laboratório [de entomologia] publicou, em folheto ilustrado e edição de 3.000 exemplares, instruções populares para aquele fim, bem como pôs ao alcance dos interessados um opúsculo intitulado *Inseticidas e outros meios eficazes de destruição dos insetos nocivos*, contendo as fórmulas e processos de preparação dos principais inseticidas, modo de aplicá-los e conselhos sobre outros meios para combater eficazmente as pragas de insetos. (Brasil, 1911, p. 21, 26).

Ao final do relatório, o ministro anunciou a reabertura dos cursos públicos de história natural, a serem ministrados por professores e substitutos de suas quatro seções, com a colaboração dos chefes de laboratório, assim como registrou o projeto de um Museu Escolar de História Natural⁹³ a ser instalado em uma das dependências do estabelecimento, destinado ao ensino intuitivo, especialmente adaptado às crianças, e à exposição ao público do esqueleto do Megatherium,⁹⁴ espécime brasileiro, cuja montagem estava a cargo da seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia.

Como medida para a ampliação do caráter público e educativo do museu, as exposições foram franqueadas às pessoas decentemente trajadas, todos os dias, das 10 horas da manhã às 3 da tarde, exceto às segundas e às sextas-feiras, dias em que visitas podiam ser autorizadas pelo diretor. Apesar de não terem sido encontradas referências quanto à efetivação dessa norma, cabe destacar que sua determinação, embora mantivesse restrito o acesso às exposições do museu a um tipo de visitante específico – aqueles que

⁹³ O projeto de organização de um Museu Escolar de História Natural no Museu Nacional consta no artigo 59 das “Disposições gerais” do regulamento a que se refere o Decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911. Sobre esse museu, ver também capítulo 4 deste livro.

⁹⁴ Preguiça gigante que viveu há, aproximadamente, vinte mil anos na América do Sul e do Norte.

tinham condições de estarem bem vestidos –, ampliava, a partir de 1910, o número de dias e horas para visitas: de três dias da semana – quintas-feiras, sábados e domingos – para cinco, e de três horas e meia – das 11h às 14h30 – para cinco horas – das 10h às 15h.

Além disso, em função da falta de laboratórios apropriados e de aparelhamento necessário para atividades letivas, em 1911, os cursos de especialização da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária que tivessem relação com os assuntos a cargo das seções e dos laboratórios do Museu Nacional passaram a ser realizados no próprio museu.⁹⁵

Sobre as exposições abertas ao público, para demonstrar o quantitativo de visitantes do Museu Nacional referente ao ano de 1908, foi organizada uma tabela em que constava mensalmente o número de adultos e de crianças visitantes, somando ao total 30.924 pessoas, sendo 24.998 adultos e 5.926 crianças. Os meses de maior e de menor frequência foram, respectivamente, agosto e novembro, setembro e outubro, mantendo os demais meses a média de 2.500 visitantes.⁹⁶

As obras de remodelação do edifício do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista que o mantiveram fechado por alguns anos resultaram na construção de uma parte nova, onde se abriram grandes salões, e na adaptação da parte velha a uma mais larga e bem ordenada instalação das coleções, distribuídas em armários novos. Para esse fim, segundo Batista de Lacerda, concorreram as atenções e o auxílio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual o Museu Nacional se encontrava subordinado, e o Congresso Nacional, pela aprovação dos créditos necessários à realização das obras e aquisição de mobiliário.

A reabertura das visitas públicas no Museu Nacional ocorreu em 15 de novembro de 1913, data comemorativa da Proclamação da República, oferecendo aos visitantes novos espaços para as exposições, com salões mais bem iluminados e nova distribuição das coleções em armários de ferro e cristal, encomendados em uma fábrica em Hamburgo, com vidros para

⁹⁵ Regulamento do Museu Nacional, “Disposições gerais”, art. 63, 1911.

⁹⁶ Conforme doc. 268, de 31/12/1908, pasta 51, Semear/MN/UFRJ.

vitrines provenientes de Antuérpia, para substituir os antigos, confeccionados em madeira, sujeitos a estragos produzidos por insetos lignívoros.

Como parte das obras de remodelação do edifício, neste mesmo ano foi realizado o serviço de ligação subterrânea da eletricidade para dentro do edifício do museu e instalado um elevador elétrico, adquirido da empresa Otis, para o serviço de transporte de funcionários e visitantes (MN, 1913, p. 143, 159 e 205). Além disso, foram guarnecidos os novos e os velhos salões com material encomendado por intermédio da casa Theodor Wille, para dar resistência aos assoalhos de forma a suportar o peso dos armários, em torno de 350 quilos cada um, mais o peso dos visitantes, numa média estimada de oitocentas pessoas diariamente (MN, 1913, p. 244).

O museu para todos?

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), afirmaram-se as ideias pedagógicas e as novas tecnologias educacionais que circulavam no mundo ocidental voltadas para um ensino prático e concreto que permitisse um aprendizado e uma formação dos indivíduos para atender às novas demandas, em especial as do capitalismo, resultantes da industrialização que se propagava.⁹⁷

Os museus continuaram a ser abertos em várias cidades do mundo como centros de produção e divulgação de conhecimentos, mas também como centros de memória das nações, dos povos e de suas culturas, muitos deles renovados por coleções e propostas de comunicação mais adequadas ao público, ampliando o interesse e visando uma maior aproximação com o leigo (Valente, 2003, p. 39). Sua função educativa passou a ser cada vez mais valorizada, afirmando seu caráter institucional e público. Assim, deixou de ser lugar dos amadores e privilegiados para caracterizar-se por uma perspectiva na qual um público mais amplo e diversificado passa a ser prioridade em suas ações.

⁹⁷ De acordo com Carvalho (1998), a explicação para as questões da educação nos anos 1920 tem base na temática da sociedade industrial e no processo de organização do trabalho no Brasil.

Na primeira metade do século XX, os museus de ciência e de tecnologia, tanto os já existentes que buscaram se renovar como os que proliferaram no mundo, apresentaram uma preocupação com a popularização de seus espaços e informações por meio da busca por métodos dinâmicos que permitissem ao público maior acesso às coleções e aos conhecimentos disponíveis. São exemplos disso o Museu de História Natural de Nova York, de 1869; o Deutsches Museum, fundado na Alemanha em 1903; o Palais de La Découverte, de 1935, em Paris. Como centros de ciência e de instrução, a preocupação com as relações entre as coleções e o público visitante ganhou destaque, e foram desenvolvidas técnicas de interatividade que buscavam colocar a ciência a serviço de todos (Valente, 2003, p. 38).⁹⁸

No relatório de visita a museus norte-americanos, em 1932, Bertha Lutz destacou os métodos dinâmicos empregados nas exposições:

O som, o movimento e a vida são elementos complementares que tornam muito mais atraentes os museus que os empregam. As fontes e repuxos nos pátios dos museus do Brooklyn e de Reading dão-lhes o ambiente adorável dos jardins clássicos e medievais italianos. O gotejar da água na reprodução de uma floresta paleobotânica no Museu de Albany contribui para dar uma impressão de realidade. Até o fogo já tem sido utilizado como acessório no Museu. No Ramal [do museu] da rua 69, no correr da exposição de pinturas e mobiliários da Renascença Italiana, acendeu-se o fogo da lareira. Sendo visível através da vitrine, serviu para atrair o público para o interior da casa, pelo apelo intuitivo ao instinto que se volta para o lar.

[...]

A única aplicação de armação artificial que vi num museu de história natural foi uma cascavel de celuloide da Seção de Herpetologia do American Museum of Natural History de Nova Iorque, cujo guizo funciona quando se aperta um botão eletrônico no painel. (Lutz, 2008, p. 63, 65)

⁹⁸ Ver também o capítulo 4 deste livro.

Na gestão Bruno Lobo (1915-1923),⁹⁹ o Museu Nacional passou oficialmente a ter como um de seus objetivos a função de ensinar a história natural, como consta no Regulamento de 1916, assinado pelo presidente da República, Venceslau Brás Pereira Gomes, e pelo secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, José Rufino Bezerra Cavalcanti (grifos nossos):

Capítulo I. Do Museu Nacional e seus fins

Art. 1º. O Museu Nacional tem por fim estudar, *ensinar* e divulgar a história natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações.

Essa decisão de fomentar a instrução no Museu Nacional deve ser compreendida não só no âmbito das tendências dos museus em ampliar suas funções educativas e de consolidar o seu caráter público, mas também como uma das ações adotadas pelo governo a fim de responder às demandas dos movimentos sociais pela educação pública no Brasil, a partir de meados da década de 1910 e durante toda a década de 1920, no cenário nacional.

No ano de 1919, o Museu Nacional esteve aberto ao público durante toda a semana, com exceção da segunda-feira, dia reservado à limpeza e manutenção (Brasil, 1916). Com exceção do Laboratório de Química, todas as seções do Museu Nacional achavam-se representadas em um vasto número de salas do edifício da Quinta da Boa Vista, estando os fósseis no

⁹⁹ Bruno Álvares da Silva Lobo (1884-1945), nascido em Belém do Pará, era médico, formado pela Faculdade Nacional de Medicina. Ocupou o cargo de assistente do Laboratório Anátomo-Patológico do Hospital dos Alienados (1905), primeiro hospital psiquiátrico da América do Sul, e foi seu diretor em 1907. Atuou também como médico legista da Polícia do Distrito Federal. Foi professor das cadeiras de Anatomia e Histologia e de Microbiologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Assumiu a direção do Museu Nacional entre 1915 e 1923, período em que desenvolveu importantes pesquisas na ilha de Trindade, com alguns artigos publicados na revista *Archivos do Museu Nacional*. Participou como representante do governo brasileiro do Primeiro Congresso Nacional de Medicina, ocorrido em Buenos Aires, em 1917, sendo incumbido também de visitar museus argentinos e realizar permuta de peças. Em missão oficial visitou o Egito e a França. Assumiu a direção do Laboratório de Entomologia Geral e Aplicada em 1918 (cf. MN, 2007-2008, p. 22-23).

pavimento térreo; as coleções mineralógicas e as coleções antropológicas, etnográficas e arqueológicas no primeiro andar; as coleções zoológicas e botânicas no segundo andar.

A fim de tornar mais interessante e mais proveitoso o estudo das coleções expostas ao público, a Diretoria do Museu Nacional, cumprindo com determinação regulamentar, publicou guias explicativos das coleções.¹⁰⁰ A seção de Botânica, de acordo com projeto do professor Alberto Sampaio, organizou nos jardins anexos um mostruário vivo de plantas de pequeno porte, ao lado das coleções de plantas conservadas em álcool ou secas, dos exemplares de folhas, flores e frutos, madeiras de lei e outros produtos vegetais os mais diversos e do material do herbário, inspirado em mostruários desse tipo existentes no Museu de História Natural de Paris e nas escolas de botânica anexas a outros museus.

Conforme estatística apresentada em relatório do diretor Bruno Lobo ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, dr. Ildefonso Simões Lopes, em 1919, o Museu Nacional recebeu 162.594 visitantes, sendo os meses de junho e setembro os de maior comparecimento. Com relação aos anos anteriores, o número de visitantes apresentava considerável crescimento ao serem comparados os seguintes dados: em 1916, 137.291; em 1917, 147.619; em 1918, 126.595 pessoas (MN, 1920, p. 46).

A partir desses dados, o diretor estimou que, tomando como referência a população da cidade do Rio de Janeiro, um entre dez de seus habitantes frequentava anualmente o Museu Nacional, demonstrando que o público continuava a prestar “a máxima dedicação e atenção, patenteando o seu interesse de modo claro e evidente pelas altas médias de visitantes que diariamente percorrem o museu”.

O Museu Nacional atraía também a atenção de personalidades mundiais que, em visita à capital da República, iam conhecer as riquezas naturais e a

¹⁰⁰ No ano de 1918 foi publicado o *Guia das Coleções de Arqueologia Clássica do Museu Nacional*, elaborado por Alberto Childe, e anteriormente o *Guia de Antropologia*, organizado pelo professor Roquette-Pinto. As guias das coleções etnográficas, zoológicas, mineralógicas, etc. estavam em andamento no ano de 1919 (cf. MN, 1920, p. 46). Apesar das buscas realizadas, não foi possível localizar catálogos das exposições organizados pelas seções do Museu Nacional.

cultura dos povos do Brasil, representadas em suas coleções. Por exemplo, no ano de 1920 percorreram as salas do museu os soberanos da Bélgica, o professor Fedor Krause, dr. Abe, da marinha japonesa, e o príncipe Aimone de Savoia (MN, 1921, p. 42).

De acordo com capítulo do Regulamento de 1916 dedicado especificamente ao ensino no Museu Nacional, seria ele desenvolvido com base nas “coleções cientificamente organizadas; em conferências públicas e em cursos de especialização e aperfeiçoamento, de caráter essencialmente prático, realizados nos diferentes laboratórios”, experiências que o Museu Nacional já acumulara ao longo de anos anteriores. A inovação trazida com a nova organização do museu estava na determinação de que aos professores de todos os institutos de ensino da República seriam fornecidos sala e material para os seus cursos, mediante pedido ao diretor, desde que não implicasse prejuízo para o serviço do museu.¹⁰¹

Essa determinação, de caráter político e pedagógico, de abrir as dependências do museu para os estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, mas principalmente para as redes escolares de instrução primária e secundária, permitia que professores as utilizassem para ministrar aulas fazendo uso do material cientificamente elaborado pelas seções do museu, que deveria ser disponibilizado para ser empregado em aulas práticas, de acordo com as propostas metodológicas do ensino intuitivo. Para sua efetivação foi organizada no Museu Nacional uma sala de cursos, aparelhada com instrumentos de projeção e som, assim como foi intensificada a produção de material científico, didático e visual – gravuras, filmes e diapositivos – pelas seções do museu.¹⁰²

¹⁰¹ Regulamento do Museu Nacional, cap. X, “Das disposições gerais”, art. 50, 1916.

¹⁰² Sobre o uso da sala de curso e materiais visuais, ver também apêndices F, G, H, I e J e capítulo 4 deste livro.



FIGURA 8 – Sala de Cursos do Museu Nacional.
Fonte – Acervo do Semear/Museu Nacional/UFRJ.

Preparada para receber professores acompanhados de turmas de alunos, a Sala de Cursos (figura 8) foi criada para servir de espaço para projeções. Era organizada em sala ampla e com vedação para a luz natural, com cortinas onde estavam inscritas as iniciais do Museu Nacional (MN), e equipada com ventiladores de parede e numerosas cadeiras individuais, sem apoio para escrita e outros materiais, dispostas em fileiras, voltadas para o fundo da sala, onde se encontravam uma tela branca, quadro de giz e cavalete para apoio de material iconográfico, com espaço para que o professor pudesse se movimentar durante suas aulas.¹⁰³

¹⁰³ Ver a figura 19, no capítulo 2, em que a sala aparece em funcionamento.

Atendendo ainda à nova determinação para o ensino no Museu Nacional, mas também às solicitações dos estabelecimentos escolares por material didático para compor gabinetes de história natural e museus pedagógicos, em 1919 as seções do Museu Nacional iniciaram a produção de uma coleção de quadros murais para serem distribuídos aos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis.

Essa coleção de quadros murais, concluída em 1922, reproduzida e distribuída pelo museu até o ano de 1942, foi composta de catorze exemplares relativos à zoologia, à botânica, à geologia e à antropologia,¹⁰⁴ confeccionados com breves textos e imagens, desenhadas e pintadas sobre tela amidoada,¹⁰⁵ contendo informações básicas, de fácil compreensão por parte daqueles que fossem utilizá-los, seguindo a linha de produção de quadros parietais, organizados e vendidos por estabelecimentos comerciais fornecedores de material didático na Europa e que, até então, eram importados pelo Brasil.

A preocupação com uma maior interação do Museu Nacional com o público também levou à organização de guias-catálogo das coleções expostas, preparadas por suas seções para distribuição aos visitantes, e que serviam como suportes para a instrução sobre a natureza do Brasil. Para efeito de ilustração, nos anos de 1920 e 1921, a seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia, sob a chefia do professor Alberto Betim Paes Leme,¹⁰⁶ organizou seu guia-catálogo por partes, representando inicialmente um pequeno compêndio de geologia dinâmica, com ilustração dos fatos e dos fenômenos geológicos pelas respectivas amostras das espécies minerais representadas

¹⁰⁴ Ver quadro 8, capítulo 4 deste livro.

¹⁰⁵ Tela feita de algodão ou cambraia de linho fino, recoberto por camada de gelatina ou amido.

¹⁰⁶ Alberto Betim Paes Leme (1882-1938) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Concluiu os estudos secundários no Liceu Carnot e graduou-se em Engenharia Civil e de Minas pela Escola Superior de Minas, ambos em Paris. Foi professor honorário da Universidade de Paris, exercendo a atividade docente também no Brasil, onde atuou com o cientista Orville Derby, responsável pelo Serviço Geológico e Mineralógico, criado em 1907. Foi membro da Sociedade Geológica da França e da Academia Brasileira de Ciências. Publicou 33 obras sobre geologia e mineralogia, com estudos pioneiros sobre rochas do Brasil, particularmente sobre a Serra do Mar. Ingressou no Museu Nacional em 1911. Entre 1915 e 1918, chefiou na instituição a 3^o seção – Mineralogia, Geologia e Paleontologia. Foi diretor do Museu Nacional entre 1935 e 1938 (cf. MN, 2007-2008, p. 29-30).

nas coleções e, em seguida, uma segunda parte com um resumo da geologia do Brasil (MN, 1922).

Prestando contas das funções desempenhadas pelo Museu Nacional no ano de 1922, o diretor Bruno Lobo declarou em seu relatório dirigido ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida:

Como nos anos anteriores, o Museu Nacional procurou preencher as funções de instituição destinada ao mesmo tempo a contribuir às investigações científicas, à divulgação de seus resultados entre os leigos e ao estreitamento necessário da colaboração entre todos os que trabalham no terreno da observação e experimentação. [...] Aceitando o Museu Nacional as obrigações para com o público, proporcionou ao mesmo, por todos os meios ao seu alcance, oportunidade de estudar a História Natural do Brasil e instruir-se. (MN, 1923, p. 40)

Em seu discurso é possível verificar nesse momento a distinção que fazia o Museu Nacional quanto à divulgação do conhecimento científico por ele produzido entre um público leigo e outro formado por aqueles que faziam parte de uma comunidade científica, com destaque para o empenho da instituição em sua função educativa, motivo pelo qual ela buscava dispor de diversos meios de acesso e de comunicação com o público, a fim de permitir a instrução sobre a história natural. Dentre as ações educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional naquele ano, as coleções expostas em suas galerias estiveram franqueadas ao público durante todos os dias da semana, levando ao museu 43.979 visitantes, com maior frequência registrada no mês de setembro.

Na ausência de um museu de história na cidade do Rio de Janeiro, foi o Museu Nacional encarregado¹⁰⁷ de colecionar objetos e documentos históricos especialmente referentes ao Brasil e de organizá-los em mostruários.

¹⁰⁷ Regulamento do Museu Nacional, cap. XI, “Disposições transitórias”, art. 54, 1916.

Para isso foi criada uma seção, que seria dirigida por um professor e um substituto honorários.

Em discurso proferido na seção comemorativa do centenário do Museu Nacional, em 6 de junho de 1918, Bruno Lobo defendeu a criação de um museu de história argumentando ser urgente que “fossem tomadas provisões antes que desaparecessem os mais belos vestígios da evolução da nossa pátria”. Após narrar a trajetória do museu, considerando as contribuições da instituição para o “desenvolvimento da nossa pátria” e os grandes lucros que obteve a nação com a orientação científica que dele irradiava para diversos serviços públicos, além de órgão consultivo do governo e da nação brasileira, considerou:

Em quatro séculos, já tivemos tempo de estabelecer os fundamentos de uma civilização. Onde lembrar os estágios sucessivos dessa evolução de quatrocentos anos, a não ser em Museu Histórico, no qual se conservem as tradições da nossa vida pública e privada, os atestados da nossa ascendência para a vida autônoma, os troféus das nossas vitórias no domínio material e espiritual?

[...]

A criação de um Museu Histórico é, pois, uma necessidade que a cultura do meio atual, as tendências nacionalistas dos movimentos de agora não consentirão adiar, principalmente quando a aproximação do centenário da independência do Brasil se afigura a todo patriota como um prazo para a apresentação das melhores conquistas que tivermos realizado no terreno do útil e do espiritual. (Archivos..., 1918, p. 25)

Como anunciado por Bruno Lobo, um mês antes da comemoração do centenário da independência do Brasil, o Museu Histórico Nacional foi criado por decreto¹⁰⁸ do presidente da República, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, considerando ser “da maior conveniência para o estudo da História Pátria reunir os objetos a ela relativos que se encontram nos

¹⁰⁸ Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922.

estabelecimentos oficiais e concentrá-los em um museu”, devendo ser seu acervo enriquecido com outros objetos obtidos por compra ou por doação ou legado.¹⁰⁹

Em sucessão a Arthur Neiva,¹¹⁰ em 1926 assumiu a direção do Museu Nacional o médico Edgard Roquette-Pinto, permanecendo no cargo até 1935. Nesse período de nove anos, a função educativa do museu foi radicalizada, na medida em que suas ações pedagógicas se tornaram prioridade na instituição, sendo dirigidas a um público que se pretendeu mais amplo, voltadas principalmente para atender aos estabelecimentos de ensino de todos os níveis.

A trajetória de Roquette-Pinto é parte importante da história da antropologia, da educação, da comunicação e da divulgação científica no Brasil. No Museu Nacional, onde ingressou em 1905, encontrou as condições possíveis, em sua época, para desenvolver políticas em todas essas áreas, atuando como professor, cientista, administrador e escritor.

Pertencendo a uma geração que debateu as perspectivas de construção de uma nação no Brasil nas três primeiras décadas do século XX com ênfase na ciência e na educação, Roquette-Pinto atuou em parceria com intelectuais que partilhavam da ideia segundo a qual os males do Brasil estavam na doença e no analfabetismo. No sentido de combater esses “males”, foi ativo participante dos movimentos nacionalistas do período, em especial

¹⁰⁹ Sobre a constituição do acervo do Museu Histórico Nacional, ver Abreu (1996).

¹¹⁰ Arthur Heil Neiva (1880-1943) era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicou seus estudos e pesquisas à área de entomologia, atuando em instituições científicas, como o Instituto Butantã e o Instituto Biológico de São Paulo, onde ocupou o cargo de diretor entre 1927 e 1931. Em 1912 chefiou uma expedição médico-científica pelo interior do Brasil, com a participação do médico sanitário Belisário Pena (1868-1939), que resultou em um relatório que apresentava um amplo quadro etnográfico sobre os homens do sertão, suas condições de vida, hábitos, cultura e linguagem. Na política, em 1933, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte pelo estado da Bahia, permanecendo no cargo até 1937, quando retornou como pesquisador ao Instituto Oswaldo Cruz.

da Liga Pró-Saneamento do Brasil¹¹¹ e da Associação Brasileira de Educação (ABE),¹¹² criada em 1924, entre outras associações e entidades sociais.

Esse grupo de intelectuais com o qual Roquette-Pinto atuou era formado por profissionais ligados à ciência e à educação que tinham como propósito a valorização da pesquisa básica – da pesquisa pura ou desinteressada – e a defesa da renovação educacional mais ampla no Brasil, que permitisse “resgatá-lo do analfabetismo generalizado”, o que, para eles, implicava acompanhar a modernidade europeia e norte-americana. Para atingir esses ideais, esses intelectuais investiram na divulgação científica como instrumento de difusão de suas ideias e de afirmação da importância da ciência para o desenvolvimento nacional (Moreira; Massarani; Aranha, 2008).

Formado por professores, cientistas, engenheiros, médicos, pertencentes em geral às principais instituições científicas e educacionais do Rio de Janeiro, o grupo contou com a participação de: Henrique Morize (presidente da Academia Brasileira de Ciências), Miguel e Álvaro Ozório de Almeida (médicos e professores), Manoel Amoroso Costa (engenheiro, matemático e professor), Juliano Moreira (médico e professor), Roberto Marinho de Azevedo (cientista e professor), Edgard Sussekind de Mendonça (professor e escritor), Teodoro Ramos (engenheiro e professor), Francisco Venâncio Filho (professor) e Edgard Roquette-Pinto, entre outros.

Tomando a educação como uma das principais bandeiras de sua ação política, por acreditar ser ela um elemento essencial para a modernização do país, e considerando a divulgação científica como necessária para a popularização do conhecimento, Roquette-Pinto, enquanto diretor do Museu Nacional, com o apoio do governo, deu continuidade às ações educativas iniciadas em gestões anteriores e criou outras, inovadoras, buscando atingir com elas o maior público possível.

¹¹¹ Criada em 1918, a Liga Pró-Saneamento do Brasil deflagrou ampla campanha pelo saneamento do país. Seus objetivos consistiam na criação de postos de profilaxia rural e de educação sanitária e, sobretudo, na centralização dos serviços de saúde pública em agência do governo federal, o que foi alcançado em 1919 com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (cf. Lima; Sá, 2008, p. 71).

¹¹² Sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE), sugerimos a leitura de Carvalho (1998).

Nesse sentido, durante sua atuação no Museu Nacional (1905-1935), Roquette-Pinto participou da montagem de diversas exposições; criou a filmoteca do museu, iniciada em 1910; atuou na confecção de quadros murais de história natural; incentivou nas escolas a criação de museus escolares e de gabinetes de história natural; fez conferências e participou de cursos oferecidos ao público; editou a *Revista Nacional de Educação* (RNE), publicada entre 1932 e 1934, entre outras atividades.

Concebendo os museus como instituições fundamentais de apoio ao sistema educacional, como diretor do museu, Roquette-Pinto criou para esse fim, em outubro de 1927, o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional (SAE), primeiro setor de educação em museus no Brasil, instituindo uma separação entre educação e pesquisa, uma vez que esse novo serviço deveria tomar para si as atividades relativas às ações educativas do museu, principalmente as dirigidas para os estabelecimentos de ensino, deixando às seções as atividades de pesquisa científica.¹¹³

Dirigidas para a instrução, essas ações estiveram sintonizadas com novas ideias em educação que circulavam no Brasil na década de 1920 e que inspiraram movimentos sociais por reformas educacionais, como explicou Fernando de Azevedo no documento por ele redigido em 1932, assinado por 26 intelectuais, entre eles Roquette-Pinto. Endereçado ao povo e ao governo, denominado “A reconstrução educacional do Brasil. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, esse documento procurou sintetizar o movimento que pretendia expressar e constituir:

[...] Sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares. Não foram ataques injustos que abalaram o prestígio das instituições antigas; foram essas instituições criações artificiais ou deformadas pelo egoísmo e pela rotina, a que serviam de abrigo,

¹¹³ Sobre o Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, ver Pereira (2010).

que tornaram inevitáveis os ataques contra elas. (Azevedo *apud* Gondra; Magaldi, 2003, p. 126)

As ideias e concepções sobre educação defendidas pelos adeptos da Escola Nova articulavam alguns princípios fundamentais, a saber: a concepção da educação como direito de cada indivíduo; o dever do Estado de considerar a educação, “na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública”; a escola para todos – “escola comum ou única” –, que eliminasse privilégios na educação; a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação.

Para que pudesse ser efetivado pelo novo governo federal, desde 1930 sob a direção de Getúlio Vargas, o “Manifesto dos Pioneiros” apresentou um plano de reconstrução educacional compreendido como “uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional” (Azevedo *apud* Gondra; Magaldi, 2003).

Como uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório,¹¹⁴ em dezembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, do qual o Museu Nacional passou a fazer parte, subordinado ao Departamento Nacional do Ensino,¹¹⁵ junto de outros estabelecimentos, institutos e repartições relacionados às artes, às letras e às ciências.

Em março de 1931, o museu foi reorganizado através de um novo regulamento que estabelecia como finalidades da instituição a pesquisa científica, o ensino de história natural, a divulgação das ciências naturais e os resultados das pesquisas, estudos e explorações por “todos os meios ao seu alcance: publicações (*Archivos*, boletins, guias, tratados, quadros,

¹¹⁴ Com a deposição do presidente Washington Luiz a 24 de outubro de 1930, foi instalada uma junta governativa provisória, que dias depois transmitiu a Getúlio Vargas a chefia do governo. Pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro, Vargas assumiu as funções e atribuições do Poder Executivo e do Legislativo até que fosse eleita uma Assembleia Constituinte para elaboração de uma nova Constituição, o que ocorreu em 1933.

¹¹⁵ Pelo Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi composto de um Gabinete, uma Diretoria e quatro Departamentos Nacionais: do Ensino, de Saúde Pública, de Medicina Experimental e de Assistência Pública.

etc.), fotografias, diapositivos, filmes científicos e radiotransmissão de conferências".¹¹⁶

Para atender às preocupações com a divulgação, entre 1932 e 1934, sob a responsabilidade de Roquette-Pinto, foi publicada a *Revista Nacional de Educação*.¹¹⁷ Sua criação teve como principal objetivo vulgarizar, no sentido de popularizar, a ciência, as letras e as artes, a fim de difundir os conhecimentos para iniciantes nas ciências, para professores e para as famílias brasileiras, como se encontra impresso, em epígrafe, nas capas de seus exemplares: *Em todos os lares do Brasil, o conforto moral da ciência e da arte*.

Para atender à finalidade de ensino, foi criada a 5^a seção do Museu Nacional, incorporando o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE) e suas instruções de funcionamento. Proporcionava-se assim a continuidade das ações pedagógicas desse serviço, que desde 1927 vinham sendo desenvolvidas em atendimento às demandas dos estabelecimentos de ensino, com o oferecimento de cursos e conferências, a disponibilização de material didático (para uso dos professores tanto nas dependências do museu, como nas escolas) e a classificação e organização de coleções didáticas enviadas por professores e pelas escolas.

Para as “pessoas idôneas” que comprovassem ter suficiente preparo científico e demonstrassem interesse em assuntos afins àqueles pesquisados no Museu Nacional, os professores das seções deveriam realizar conferências públicas, expondo anualmente as últimas aquisições de sua especialidade, assim como oferecer cursos práticos de especialização nos laboratórios do museu, desde que não prejudicassem os trabalhos de determinação taxonômica e as pesquisas em andamento.

A abertura do Museu Nacional para que o público pudesse visitar suas coleções em exposição durante todos os dias da semana, inclusive feriados, das 9 às 17 horas, exceto às segundas-feiras, quando estaria em manutenção, foi mais uma das medidas mantidas pela instituição para popularizar o conhecimento científico e dirigir ações educativas para um público mais amplo e diversificado, afirmando o seu caráter público.

¹¹⁶ Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931

¹¹⁷ Objeto de análise no capítulo 4 deste livro.

No ano de 1931, o número de visitantes do museu foi de 133.116, correspondente aos 312 dias do ano em que esteve aberto à visitação, equivalente a uma média diária geral de 426 pessoas. Para um maior controle do público ao museu, pela primeira vez a entrada dos visitantes foi controlada por um torniquete para contagem automática, cedido pela Estrada de Ferro Central do Brasil e instalado em sua portaria, a pedido do Museu Nacional (MN, 1932).

Enfim, a partir de meados da década de 1920, o MN ampliou suas ações educativas para um público maior e mais diversificado, voltando-se em grande parte para atender aos estabelecimentos escolares, alunos e professores, ao mesmo tempo que procurou consolidar seu caráter público, permitindo o acesso a todos os visitantes que quisessem conhecer coleções e obter informações acerca do conhecimento produzido sobre a natureza e as gentes do Brasil. As ações educativas desenvolvidas ao longo desse processo de construção do caráter público do Museu Nacional serão tratadas nos próximos capítulos.



O paladino das ciências naturais no Brasil

São realmente incontestáveis os benefícios que emanam das novas bases que de agora por diante vai se firmar a existência do Museu Nacional, ou, para que mais justa e mais expressiva me seja a frase, a garantia, senão a prosperidade das investigações que se me houverem de tentar sobre os três reinos da natureza deste Império. O Museu Nacional, único repositório do Brasil incumbido oficialmente de reunir em seu edifício os tesouros nativos do país, sente agora que o será de fato, e que para ele deixou de ser uma vã esperança, por tornar-se real, efetiva e tangível, a ampliação do âmbito de seus trabalhos, a eficácia de seu doutrinamento científico e a influção de suas investigações transcendentes sobre a marcha da ciência brasileira. (MN, 1877, p. 2)

Com essas palavras dirigidas por Ladislau Neto para o ministro e secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, o diretor do Museu Nacional expressava sua satisfação com a nova organização do museu, de acordo com o Regulamento

de 1876,¹ em função das possibilidades então abertas de transformar-se efetivamente o museu em casa de ciência e de instrução.

Por essa nova legislação, competia ao diretor-geral nomear naturalistas viajantes ou auxiliares externos e designar os praticantes e os preparadores às seções do museu a que tivessem de servir, aumentando assim o contingente de pessoal para atender aos objetivos da instituição: o estudo da história natural e o ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, à indústria e às artes, entre outras atribuições.

O ensino científico seria dado por meio de cursos e conferências públicos, ministrados pelos diretores do museu, a fim de divulgar a ciência e instruir a todos os que por ela demonstrassem interesse, em especial os homens da indústria, do comércio, das artes e os letrados cujas demandas próprias se identificassem com as do governo, em seus aspectos econômico e político, visto serem eles os dirigentes da nação.

Paralelamente a essas ações educativas, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, o Museu Nacional participou de diversas exposições nacionais e universais, na condição de instituição oficial do governo imperial, exibindo coleções de objetos e representações da nação, além de ter organizado e sediado a Primeira Exposição Antropológica do Brasil, em 1882.

A participação do Museu Nacional nesses eventos serviu para informar e instruir sobre o Brasil, as riquezas da terra e as culturas de sua gente. Através de suas coleções apresentou àqueles que participaram das exposições objetos oriundos de mundos desconhecidos, divulgando as singularidades do país tanto externa quanto internamente e contribuindo para uma determinada imagem da nação.

De acordo com Barbuy (2011, p. 257), o século XIX foi marcado por uma “cultura de exposições” que “permeou o cotidiano das cidades capitais na Europa, manifestando-se nos interstícios de sua vida urbana”, e que “germinou” em outros lugares do globo. Como eventos de caráter internacional, as exposições universais exigiram dos países participantes uma preparação prévia, que implicava, minimamente, a organização e a seleção dos produtos

¹ Regulamento a que se refere o Decreto nº. 6.116, de 9 de fevereiro de 1876.

que deveriam representá-los. Para esse fim, em geral, em diversos países foram organizadas exposições preparatórias de caráter local – em províncias ou estados – e em âmbito nacional.

Como se pode observar no quadro 1, já mostrado, o Museu Nacional esteve presente em nove exposições nacionais e oito internacionais, entre 1861 e 1922. Essa presença regular expressa investimento de dupla direção: dar a ver o que se fazia no Museu Nacional e conhecer experiências realizadas no plano interno e externo. O efeito esperado era duplo, pois: cumprir a “missão” da difusão e a de atualização da pesquisa.

Compreendendo que o ato de expor é uma das formas de comunicar-se com aquele ao qual se destina a informação, instruindo, longe está de ser um ato neutro ou desprovido de intenções. Nesse sentido, vejamos como o Museu Nacional participou dessas exposições nacionais e internacionais; qual o papel por ele desempenhado nesses eventos; como se fez presente; quais as coleções por ele preparadas e enviadas e o que representavam; para qual público se destinavam e o que se pretendia transmitir com elas.

O Brasil não é só o café: o Museu Nacional nas exposições nacionais e universais (1865-1922)

As exposições internacionais promovidas na segunda metade do século XIX, também denominadas metaforicamente de *vitrines do progresso* (Neves, 1986) ou de *festas didáticas* (Kullmann Junior, 2001), foram espaços de exibição de representações de Estados-nações europeus já constituídos e daqueles em vias de organização, como os da América.

Inseridos na ordem capitalista que se afirmava e se expandia, ao atuarem como “espetáculos da modernidade do século XIX” (Pesavento, 1997), esses eventos internacionais serviram para afirmar e divulgar a ideia do desenvolvimento e do progresso alcançados com a ciência aplicada à tecnologia, enfim, o avançado patamar industrial ao qual o homem havia chegado, exibindo máquinas e outros produtos resultantes dessa atividade.

Como espaços de exibição e de propagação da ordem burguesa, as exposições internacionais do XIX tiveram caráter pedagógico ao promoverem

um intenso intercâmbio de informações, instruindo sobre as novas tecnologias e suas potencialidades produtivas aplicáveis a vários serviços e setores da sociedade, entre eles a educação e a instrução, com a demonstração de que um novo padrão de desenvolvimento deveria ser seguido por todas as nações que desejasse alcançar o progresso e o bem-estar comum.

As coleções e objetos apresentados nessas exposições serviram para divulgar as riquezas naturais e da indústria de diferentes nações, apresentadas em um grande mercado ou feira internacional (Kuhlmann Junior, 2001), onde esses produtos se tornavam conhecidos e desejados, podendo ser reproduzidos ou comercializados entre os países participantes.²

Além disso, serviam também como parâmetros de avaliação e comparação quanto ao estágio de desenvolvimento das nações que participaram desses eventos, em uma ordem que tinha cada vez mais a tecnologia e a indústria como indicadores de progresso e de modernização e como princípios de classificação.

João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, assim avaliou as exposições internacionais no início do século XX:

Nesses certames, travados à sombra da paz e da concórdia, as nações se aproximam com sinais de mútuo afeto, cotejam as suas forças produtoras e o valor dos seus produtos; trocam ideias, confrontam opiniões, e os atrasados recebem o estímulo e a animação dos mais adiantados, para melhorarem as suas produções e progredirem no caminho da indústria, das artes e da ciência. (Lacerda, 1905, p. 58)

Com essa compreensão sobre as exposições, Lacerda reforçava o caráter ilusório, de fantasmagoria³ desses eventos, ao realçar os benefícios do progresso, representado pela tecnologia e pela ciência, pela circulação das mercadorias, pelo amplo comércio, ocultando as contradições inerentes

² Sobre os instrumentos científicos e as exposições universais do século XIX, ver Heizer (2001).

³ Segundo Pesavento (1997, p. 35), a função da fantasmagoria-fetiche é a transfiguração da realidade, daí o seu caráter ilusório.

ao sistema capitalista, que não eram reveladas, mas que se encontravam presentes para os que quisessem ver nas próprias mercadorias expostas: o silêncio das fábricas, a exploração do trabalho, as más condições de vida e trabalho em que se encontravam os trabalhadores.

A participação do Brasil nas exposições da segunda metade do século XIX, ao exibir seus produtos com luxo, riqueza e ostentação, também buscou imputar em suas representações esse caráter ilusório na tentativa de atrair a atenção dos visitantes para o exótico, para o mundo tropical, para riquezas naturais e potencialidades econômicas, ocultando as condições de sua exploração organizada com base na escravidão, no trabalho do indígena e dos imigrantes europeus e asiáticos que começaram a chegar ao Brasil em meados do século XIX.

As exposições universais repercutiram em escala internacional a partir dos relatos daqueles que as visitaram ou dos que delas tomaram conhecimento através da imprensa, por exemplo. Em pouco tempo, após as exposições, as tecnologias e as inovações apresentadas, os modismos lançados ao público atingiram um grande raio do planeta, sendo exportados por seus produtores para países de diversos continentes.

Muitas foram as inovações que chegaram ao Brasil após a Primeira Exposição Universal de Londres, em 1851, um grande evento dedicado ao processo de industrialização pelo qual passava a Inglaterra. Segundo Strauch (2008, p. 14), apesar do convite oficial dirigido ao Império brasileiro para participar dessa exposição, através de ofício do enviado extraordinário de Sua Majestade, James Hudson, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o visconde de Uruguai, datado de 30 de novembro de 1849, o governo declinou do convite, por considerar incipiente a indústria brasileira, não tendo o que expor que pudesse ser de interesse universal. Para acompanhar a exposição e representar o Brasil foi nomeado um observador oficial, o cônsul-geral em Berlim, João Diego Sturtz (Strauch, 2008, p. 14).

Em função da grande disponibilidade de recursos no mercado financeiro brasileiro, derivada de uma situação conjuntural de elevação da pauta de exportação do café para a Europa e para os Estados Unidos e da liberação do capital empregado na compra de escravos, a partir da proibição do tráfico de negros africanos pela Lei Eusébio de Queiróz (1850), foi possível,

para uma parcela da população brasileira, consumir e usufruir de novos produtos e de novas tecnologias produzidos nos países em processo de industrialização, muitos deles exibidos e conhecidos nas exposições universais.

De acordo com Strauch (2008), após a Exposição de Londres de 1851, muitos foram os anúncios em jornais brasileiros divulgando produtos como pianos ingleses; relógios e cronômetros suíços; relógios de mesa e de pé franceses; além de fazendas e peças de cristal e de bronze, porcelanas, instrumentos óticos e equipamentos de agrimensura, geodésia e nivelamento, máquinas agrícolas, em sua maioria importadas dos Estados Unidos, atraindo muitos consumidores, em sua maioria pertencentes às famílias da elite brasileira.

Além desses produtos de consumo pessoal, outros, de uso coletivo e de aplicação no setor produtivo, foram importados para a modernização do Brasil, servindo principalmente aos interesses da oligarquia rural e da Corte imperial, através do emprego das novas tecnologias no setor de comunicação e transportes e nas reformas urbanas promovidas na cidade do Rio de Janeiro e nas capitais das províncias.

Dentre essas inovações, podemos tomar como exemplos a implantação do sistema telegráfico no Brasil, em 1852; a construção e operação de estradas de ferro, que passaram a cruzar e interligar diferentes áreas e pontos do país, a partir da Lei nº 651, aprovada no Senado do Império em 26 de julho de 1852, pela qual se prometiam isenções e garantia de juros sobre o capital investido às empresas estrangeiras que se interessassem em construir e explorar ferrovias no Brasil; os investimentos na navegação fluvial em diferentes regiões do país; a inauguração, em 1854, do sistema de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro, utilizando encanamento apropriado para esse fim (Strauch, 2008, p. 144).

Nas exposições internacionais promovidas a partir de 1851, a educação marcou posição cada vez mais crescente, tanto através de coleções e objetos para a instrução que eram expostos em seções específicas, quanto nos debates promovidos nos congressos que ocorreram durante as exposições.

A educação passava a ser considerada cada vez mais como fator de progresso, e todas as nações “civilizadas” deveriam cuidar dela e desenvolvê-la.⁴

Essa presença também pode ser compreendida à proporção que, a partir da segunda metade do século XIX, a educação passava a ser considerada (e inserida em) uma dinâmica de mercado na qual as dimensões pedagógico-científica, econômico-comercial e material e cultural tinham grande relevo e se imbricavam. A primeira se expressava, por exemplo, na legislação sobre educação e nos debates travados na sociedade por intermédio da imprensa, nos encontros e nos congressos promovidos por associações e instituições de governo e particulares, assim como nas publicações sobre esse tema, cada vez mais frequentes; a segunda se referia ao crescente mercado pedagógico e escolar, com a formação de um setor mercantil formado por estabelecimentos de produção e comercialização de produtos didáticos, inclusive de editoras, para atender às demandas por materiais escolares e de ensino, como peças de mobiliário, objetos didáticos e aparelhos científicos, vestuário para alunos e professores, livros, artigos para escrita – caderno, lápis, caneta, etc. –, instrumentos para desenho e artes, etc., elementos que também compõem a dimensão material e cultural da instrução.

Nas exposições nacionais que ocorreram no Brasil na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a educação aos poucos foi ganhando lugar bem demarcado, sendo representada em coleções e em objetos pedagógicos e escolares criados para fins de instrução, assim como esteve presente nos debates e conferências ocorridos nesses eventos. Por exemplo, na Exposição de 1881, na qual a instrução apareceu como seção específica; na Pedagógica de 1883, em que, além da exposição de produtos, houve uma série de conferências; e na Exposição do Centenário da Independência em 1922.

⁴ A realização de congressos – internacionais ou nacionais – sobre variados assuntos, entre eles os referentes à educação, foi um procedimento cada vez mais intenso e frequente durante as exposições universais. Segundo Kuhlmann Júnior (2001, p. 87, 88), a partir da década de 1870 os congressos tornaram-se obrigatórios durante as feiras internacionais, sendo anunciados como os principais espetáculos de “ciência e progresso, mas abertos apenas para públicos selecionados”. Um de seus objetivos era atender à exigência da produção industrial por uma padronização a fim de garantir e ampliar esses mercados, sendo essas reuniões um meio eficiente para definir e difundir padrões.

As exposições nacionais, algumas delas preparatórias para as exposições universais, tiveram a intenção de promover um inventário do Brasil, indicando possibilidades de investimentos econômicos e sociais, como destacou o jornalista Augusto Emílio Zaluar⁵ no comentário sobre a Exposição Nacional de 1875, preparatória para a participação do Brasil na Exposição Universal de Filadélfia, em 1876:

Aos objetos de pura fantasia, destituídos completamente de valor permutável e que não concorrem de modo algum para aumentar o patrimônio da riqueza pública, sucedem-se em grande parte e de todos os pontos geográficos do Império, ainda os mais distantes, produtos naturais e manufaturados, preciosas coleções minerais e geognósticas que são o indício de grandes fontes de abundância latentes e inexploradas, que breve virão aumentar os recursos da nação, à custa da energia das forças produtivas, alimentando simultaneamente os mais importantes ramos da nossa indústria.

(Zaluar, 1875, p. 7)

Demonstrando compreensão sobre a representação e o significado dos objetos expostos, Zaluar chama atenção para alguns dos objetivos das exposições nacionais: reunir produtos dos “mais distantes” lugares do Brasil, constituindo um conjunto que expressasse a unidade da nação e apresentasse as potencialidades das riquezas existentes em diferentes partes do território nacional, na expectativa de serem elas aproveitadas economicamente para “aumentar os recursos da nação”.

Reunindo produtos “de todos os pontos geográficos do Império, ainda os mais distantes”, as exposições nacionais eram organizadas a partir de um levantamento e da reunião de exemplares das riquezas naturais e da indústria nas províncias brasileiras, exibidos ao público em exposições

⁵ Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), nascido em Lisboa, foi escritor, poeta e jornalista. Em 1850 emigrou para o Brasil e naturalizou-se cidadão brasileiro. Participante da Exposição de 1875, publicou no jornal *O Globo* artigos sobre esse evento, depois reunidos e publicados em um único volume, intitulado *Exposição Nacional de 1875* e dedicado ao presidente da exposição, conde D'Eu.

locais cujos objetos e coleções, mais tarde, em parte, eram selecionados e seguiam para compor as exposições nacionais. Conforme afirma Heizer (2008, p. 300), por meio desses eventos, ao mesmo tempo que eram exibidos produtos para possíveis negócios, promovia-se um balanço do progresso do Brasil, buscando-se afirmar a ideia de um país em desenvolvimento e constituído de uma unidade nacional.

Cabe destacar que as práticas desenvolvidas nas províncias do Império para coletar objetos, classificá-los e organizá-los em exposições implicavam investigações sobre o território, seus habitantes e culturas, muitas delas ainda pouco exploradas, o que contribuía para um maior conhecimento sobre o Brasil – suas histórias, riquezas naturais, povos e culturas – e ampliava as possibilidades de integração e de controle por parte do Estado, fornecendo novos elementos para a construção da nação.

Espaços plurais, as exposições nacionais e internacionais permitem muitas leituras e interpretações em diferentes campos de estudo. Para efeito deste livro, consideramos esses eventos como espaços de instrução entre nações,⁶ na medida em que através da exibição dos produtos naturais e industriais circulavam informações sobre as riquezas de diferentes países, promovendo-se trocas de diversas ordens, como as relativas à esfera mercantil e ao conhecimento sobre outras terras, povos e culturas.

Os veículos de comunicação das nações nas exposições eram os próprios objetos expostos, geralmente acompanhados de informações sobre suas características físicas e utilitárias, nomes de seus expositores e procedências, constando também em alguns casos dados relativos à produção e comercialização. Complementares a eles, os catálogos especialmente preparados por cada país para distribuição ao público visitante instruíam sobre aspectos físicos e sociais, através de textos e ilustrações, geralmente organizados por comissões formadas por cientistas, pesquisadores e autoridades em geral. Havia ainda as conferências, cada vez mais frequentes, realizadas

⁶ Kuhlmann Júnior (2001, p. 233) considerou as exposições nacionais e universais também como escolas, como metáfora para destacar suas dimensões educativas. Segundo ele, “encontramos naquelas festas uma ‘pedagogia do progresso’”, que visava a efetuar uma educação normatizadora para os mais diversos aspectos da vida social e moral.

nas exposições nacionais por especialistas, convidados de seus organizadores, e, nas internacionais, pelos representantes das nações participantes.



FIGURA 9 – Capa dos *Catálogos dos produtos naturais e industriais remetidos das províncias para a Exposição Nacional de 1861*.

FIGURA 10 – Modelo de locomotiva segundo sistema de Stephenson, construída e exposta pelo sr. Carlos Petersen na Exposição de 1861, produzida no estabelecimento da Ponta d'Areia, em Niterói.

Fonte – Seção de Obras Raras do Museu Nacional/UFRJ.

Os catálogos das exposições constituem hoje parte da memória desses acontecimentos, servindo como fontes para estudos em diversos campos do conhecimento.⁷ Neles constam registros de informações sobre como foram

⁷ Margarida de Souza Neves observou que Caio Prado Júnior em ensaio intitulado “Roteiro para a historiografia do Segundo Reinado (1840-1889)”, publicado em seu livro *Evolução política do Brasil e outros estudos*, em 1933, indica os catálogos e as publicações das exposições como fontes para uma análise sobre os “esforços do Império no sentido de incorporar à sua agenda política os ideais do progresso” (cf. Neves, 2001, p. 174).

organizadas as exposições; quem as organizou; onde, quando e como ocorreram; quais coleções e peças delas fizeram parte, compondo diferentes seções, grupos e classes, entre outros aspectos.

Na intenção de identificar e conhecer as formas pelas quais o Museu Nacional se fez presente nessas exposições, elegemos três exposições nacionais (1861, 1866, 1875) e a Primeira Exposição Antropológica (1882), dentre as nove organizadas no Brasil entre 1861 e 1922,⁸ a fim de responder a questões como: quais foram e como ocorreram as exposições organizadas no Brasil, na segunda metade do século XIX e início do século XX? O que o Brasil exibiu no exterior? O que se pretendia instruir? Qual a participação do Museu Nacional nesses eventos? Qual o público a ser atingido?

A Primeira Exposição Nacional foi inaugurada na Corte em 2 de dezembro de 1861,⁹ no edifício da Escola Central, situada no largo de São Francisco de Paula, contando com a presença do imperador Pedro II, no dia do seu aniversário, acompanhado de sua filha, a princesa Isabel, e de grande número de pessoas.

A proposta de realização de um primeiro ensaio de um concurso ou exposição de produtos brasileiros apresentada ao governo imperial foi aprovada pela Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e pelo Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), a exemplo das primeiras exposições industriais ocorridas em Paris em 1797, 1801 e 1855 e, em Londres, em 1851.¹⁰

Para a organização da exposição, por decreto do imperador¹¹ foi nomeada uma comissão responsável por reunir produtos agrícolas, naturais e industriais do Brasil, presidida pelo marquês de Abrantes. De acordo com instruções do governo, a comissão solicitou dos presidentes das províncias

⁸ Sobre as demais exposições nacionais, ver Sily (2012).

⁹ Sobre a Exposição Nacional de 1861, ver Neves (2001).

¹⁰ Vários projetos para a organização de uma exposição nacional da indústria já haviam sido apresentados na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e na Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, por conselheiros do Império, como os de Antonio José do Bem e Joaquim Manoel de Macedo, sem sucesso (cf. discurso de Antonio Luiz Fernandes da Cunha, em Brasil, 1862b, p. XX).

¹¹ Trata-se do Decreto de 17 de julho de 1861, assinado pelo imperador Dom Pedro II.

do Brasil, dos principais agricultores e dos gerentes e chefes das fábricas e oficinas do Município da Corte e da província do Rio de Janeiro produtos que lhes fossem comuns para compor a exposição.

De acordo com a proposta encaminhada ao governo, cada província deveria reunir produtos de sua região, organizando uma exposição pública, a fim de também selecionar os objetos que deveriam ser remetidos à Exposição de Indústria Nacional a ser realizada na Corte, ainda naquele ano de 1861. Para isso, todos os objetos deveriam ser rotulados, numerados e relacionados em um relatório, no qual deveria constar o nome comum do produto e o do expositor, caso existisse, e a respectiva referência numérica.

Os tipos de objetos que deveriam ser enviados à capital das províncias para as exposições regionais foram indicados pelos seus organizadores, de acordo com a seguinte classificação: indústria da mineração, metalurgia e artes metalúrgicas; agricultura de produtos espontâneos; produtos animais; indústria fabril, em geral (Programa..., 1862, p. 6-9). Dessa forma, os proponentes – homens de ciências, letras e artes – prescreviam e instruíam as autoridades nas províncias sobre os produtos que deveriam ser selecionados e como proceder para uma organização metódica, orientando as primeiras etapas para identificação e classificação de objetos, segundo determinados critérios científicos.

Os propositores compreendiam que as exposições não deveriam ser meros espetáculos de curiosidades, mas sim “um grande ensino para a agricultura, a indústria, o comércio e as artes; um inquérito prático e palpável, um inventário da riqueza pública, um grande passo na via do aperfeiçoamento e do progresso” (Brasil, 1862b, p. 2).

Para a Primeira Exposição de Indústria no Brasil, por decreto do imperador de 22 de julho de 1861, foram nomeados uma comissão geral e um júri de qualificação, que deveriam avaliar e julgar os produtos expostos, propor os prêmios para os expositores de maior destaque e escolher os objetos que deveriam ser remetidos posteriormente para a Exposição Universal em Londres.

A comissão e o júri indicados foram presididos pelo marquês de Abrantes, sendo composta pelos seguintes membros: visconde de Itaboraí, visconde de Barbacena, conde de Baependi, barão de Mauá, senador José Idelfonso

de Souza Ramos, dr. Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, conselheiro Alexandre Maria de Mariz Sarmento, dr. Bernardo Augusto Nascentes d'Asambuja, dr. Manoel Ignacio de Andrade, tenente-coronel Jacintho Vieira do Couto Soares, dr. Augusto Dias Carneiro, dr. Manoel de Oliveira Fausto, senador José Pedro Dias de Carvalho, Joaquim Antonio de Azevedo, Antonio Luiz Fernandes da Cunha.

Foi intensa a participação do diretor do Museu Nacional, Frederico Burlamaqui,¹² nos trabalhos da comissão dessa Primeira Exposição de Indústria, atuando como secretário e autor da proposta apresentada e aprovada de organização da exposição em quarenta classes, distribuídas de acordo com as seguintes seções: 1^a – Industrial e agrícola; 2^a – Indústria fabril e manual; 3^a – Indústria metalúrgica – artes e produtos químicos; 4^a – Artes liberais e mecânicas;¹³ 5^a – Belas-artes.

Coube à comissão, no período de três meses, deliberar sobre as providências que deveria tomar para organizar a exposição, assim como elaborar e submeter à aprovação do governo as instruções necessárias para a polícia interna da exposição; preparar o programa para realização da solenidade de abertura e determinar as instruções para regular a apreciação e o julgamento dos objetos expostos pelos júris especiais e a adjudicação dos respectivos prêmios pelo júri geral.

Mediante as demandas da comissão por local mais apropriado para a realização do evento, o governo concedeu autorização para que a Escola Central fosse convertida em palácio da exposição e que vários artefatos das oficinas dos Arsenais de Marinha e Guerra, da Casa da Moeda e do Paço Imperial fossem oportunamente lá expostos.

¹² Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui (1803-1886), nascido no Piauí, foi militar, botânico, mineralogista, matemático e escritor. Pertenceu à Academia Nacional de Belas Artes, ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e ainda a outras sociedades literárias e científicas do Brasil e do exterior. Foi lente de Mineralogia e Geologia da Escola Militar, no Rio de Janeiro, e diretor do Museu Nacional entre 1847 e 1866 (cf. MN, 2007-2008, p. 11-12).

¹³ Apesar de constarem nessa seção objetos e instrumentos científicos (um aritmômetro, um caleidoscópio, uma bússola, dezenas de lunetas e óculos diversos), musicais (dois pianos, uma harmoniflauta, um triângulo musical, uma viola), cirúrgicos e de relojoaria, essa seção não se destinou, exatamente, à instrução.

Ao convite feito pela comissão aos que pudessem contribuir com produtos para compor a exposição atenderam 439 expositores, reunindo a comissão cerca de seis mil objetos, expostos nas diversas salas da Escola Central. Muitos eram os que queriam ter seus nomes presentes e em destaque na Corte imperial, ver seus produtos expostos e prestigiados, com a possibilidade de obterem vantagens comerciais para seus negócios.

Para a instalação da exposição, os objetos remetidos deveriam ser previamente classificados para que fossem expostos. Devido ao curto período de três meses em que se deu a organização da exposição, no dia de sua inauguração muitos objetos se encontravam armazenados na medida em que não estavam prontos para serem exibidos, o que foi feito ainda durante a exposição.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com os produtos enviados pelas províncias do Pará, Amazonas, Alagoas, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Outros nem mesmo haviam chegado ao Rio de Janeiro, vindos das províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa situação de pressa na coleta e envio dos objetos das províncias pode ser explicada a partir do interesse do governo imperial em organizar a Exposição Nacional a fim de poder participar do evento em Londres no ano seguinte.

Em relatório enviado pela comissão nomeada para recolher, acondicionar e remeter os objetos naturais e industriais da província do alto Amazonas para a comissão encarregada de organizar a Exposição Nacional, é possível verificar as condições em que o trabalho foi desenvolvido, contando com um curto tempo para ser efetivado.

Cabendo-me por acordo entre nós, os membros da comissão, que pelo Exmo. Sr. Presidente da Província foi nomeada para coligir e escolher os produtos naturais e industriais, que algum modo sirvam a representar esta província na exposição, que deve ter lugar na capital do Império no dia 2 de dezembro, próximo, coletar os objetos que vão abaixo mencionados, cumpre-me algumas observações a seu respeito, que, filhas de algum estudo e informações, que pude fazer e obter no curto espaço de 12 dias,

de que dispôs somente a comissão para satisfazer a todos os seus trabalhos, não podem ser nem profundos, nem exatos; sendo-me porém de necessidade apresentação deste trabalho; e tal qual o ofereço, sentindo que a falta de tempo para a aplicação do estudo e dos meios necessários me não tenha permitido o grau de aperfeiçoamento, que era de meu desejo dar-lhe. (Brasil, 1862, p. 80)

A Exposição de 1861 teve por objetivos reunir produtos naturais e industriais do Brasil, selecionar os que deveriam concorrer à Exposição Universal de Londres em 1862, apreciar e julgar os objetos ali expostos, concedendo prêmios aos seus produtores. Participaram as províncias do Pará, Amazonas, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

A província de São Paulo remeteu alguns produtos por intermédio do respectivo presidente e de pessoas particulares; as de Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Maranhão foram apenas mencionadas em poucos rótulos indicando objetos de sua produção, expostos por indivíduos residentes na Corte. Durante os 42 dias em que esteve aberta ao público, visitaram a exposição 50.703 pessoas, tendo o governo angariado o valor de 15:367\$000 com os ingressos comprados nos dias em que não havia gratuidade para visitação (Brasil, 1862b).

A compreensão do que deveria ser a Exposição Nacional foi explicitada em um relatório enviado pela comissão diretora da Exposição da Província do Pará aos responsáveis pela organização da exposição na Corte, relatando os trabalhos de preparação e organização daquela exposição, instalada no sótão do Palácio do Governo da província do Pará, e como ocorreu o evento, no período entre os dias 3 e 10 de novembro de 1861.

As instruções impõem à comissão a obrigação de classificar os objetos, que tivessem de ser expostos, pela maneira nelas designada; por isso e também porque pensa a comissão, que *uma exposição não é uma simples exibição de objetos mais ou menos notáveis, que sirva de pasto à curiosidade e lisonjeie a vaidade, mas sim um livro escrito em caracteres que representem as coisas úteis e agradáveis de um país por todos*

os lados que devem ser observadas e cujas páginas se desdobrem visíveis e palpáveis, oferecendo os elementos, que de melhor se podem achar para o estudo da estatística dos produtos e da economia social, foi um dos primeiros pensamentos dividir-se em seções, destinadas a compaginar e coordenar esse livro tão completa e convenientemente, quanto se fizesse preciso à facilidade da leitura e estudo, que nele era o povo convidado a ocupar-se. (Brasil, 1862b, p. XXI, grifos nossos)

Um livro aberto sobre a nação que deveria ser lido e estudado pelo “povo” – compreendido por homens de letras, da indústria, do comércio, das artes –, de fácil linguagem e compreensão, foi essa a concepção pedagógica a que se pretendeu a comissão que organizou a primeira exposição da indústria brasileira. Para isso foi necessário selecionar e apresentar produtos da natureza, como também de arte, quer na indústria agrícola, quer na manufatureira, representantes das culturas das diferentes regiões do país. Todos esses componentes deveriam ser classificados e organizados, compreendidos como partes de uma unidade cultural que (re)unia todas as províncias do Império, formando uma só nação brasileira.

Nas exposições organizadas nas províncias foram exibidos e mais tarde enviados para a Corte produtos naturais e da indústria que apresentavam ao público um Brasil rico, vário, desconhecido, exótico e encantador, que transmitiam aos visitantes das exposições impressões que amalgamavam grandeza e progresso em potencial. Os produtos de maior número e destaque na Exposição da Indústria Nacional de 1861 eram oriundos do alto Amazonas, região ainda pouco explorada e conhecida até então.

Para a Exposição Nacional foram selecionados e expostos produtos de mineralogia, com amostras geológicas; vegetais, com destaque para os produtos de exportação, entre eles madeiras, principalmente as empregadas como combustível; espécimes do reino animal e seus derivados como óleos, carnes, peles e couros; material etnográfico, com utensílios e ornatos indígenas, armas e curiosidades naturais, seguidos da explicação desses objetos, suas procedências, usos e significados; pinturas, quadros e objetos de arte produzidos por artistas das províncias (Brasil, 1862).

De acordo com relatos sobre sua inauguração, a exposição contou com a participação de uma banda de música militar que, posicionada nas proximidades da sala do trono, executou o hino intitulado *Marcha da Indústria*,¹⁴ composto especialmente para essa solenidade pelo professor Antonio Carlos Gomes. Após a visita da comitiva imperial à exposição, os salões foram abertos ao público.

Considerando que os expositores assim como grande parte do público que visitou a exposição eram representantes da oligarquia brasileira – homens de indústria, comércio, artes e letrados – e dos seus representantes no governo, governo este de um país que tinha na agricultura a base principal de sua sustentação econômica, estruturada no tripé latifúndio, escravidão e exportação, o hino com tal temática era mais um elemento da exposição de valorização da produção nacional.

A solenidade para entrega dos prêmios¹⁵ e menções honrosas concedidas a cerca de duzentos produtores e expositores do Município da Corte, da província do Rio de Janeiro e de outras províncias ocorreu em 14 de março de 1862, data de aniversário da imperatriz, Teresa Cristina, em um dos salões do Paço Imperial da cidade, contando com grande público.

Ao realizar a Primeira Exposição da Indústria, o Império buscou apresentar um Brasil em condições de progresso, instruindo o público quanto às riquezas, aos produtos e à cultura da nação, procurando integrar as províncias na concepção da unidade nacional. Preparavam-se as condições necessárias para, pela primeira vez, o país se fazer representar entre as grandes nações na Exposição Universal de Londres, onde iria expor suas riquezas naturais e industriais.

Os objetivos da participação do Brasil na Exposição Universal de Londres, em 1862, foram estabelecidos pelo imperador e constaram das instruções enviadas pelo ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas à comissão que foi nomeada para representar o Brasil nesse evento:

¹⁴ Apesar de algumas tentativas, não foi possível localizar a letra do hino nas pesquisas realizadas.

¹⁵ Os prêmios concedidos aos expositores foram medalhas de ouro, prata e cobre.

Tornar o Império *mais conhecido, e devidamente apreciado*, apresentando alguns espécimes de seus *multipliados e valiosos produtos naturais, com o fim de permutá-los, e de excitar os capitais, braços e inteligência da Europa para sua extração e preparo*; dar ideia, posto que fraca, *de nossa atividade e civilização*, fazendo assim desvanecer preconceitos que se hajam formado contra nós, tal é o alvo principal a que visamos, remetendo diversos produtos à Exposição Inglesa. (Brasil, 1862b, p. 67, grifos nossos)

As palavras do imperador refletiam algumas preocupações relativas às questões econômicas e sociais pelas quais passava o país que exigiam solução na metade do século XIX: a substituição de mão de obra escrava pelo imigrante, inserida num novo sistema de trabalho baseado na remuneração e no trabalho livre; a falta de pessoal qualificado e especializado no Brasil para atuar no campo das ciências, condição para exploração e aproveitamento das riquezas naturais existentes no território brasileiro; e a necessidade de atrair capitais externos para investimentos em setores da economia brasileira, a fim de explorar as riquezas naturais existentes.



FIGURA 11 – Paisagem do Brasil. Quadro a óleo exposto pelo sr. C. Linde.



FIGURA 12 – Moenda de ferro para cana, movida a vapor.

Fonte – 1^a Exposição Nacional Brasileira de 1861: coleção de estampas representando vários dos principais produtos que figuraram na exposição.

Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Artístico, 1862. Fotografado do acervo do Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ.

Imagens de uma nação pacífica, bela e rica em produtos naturais e ainda inexplorada, como a da figura 11, onde dois nativos estão sentados em posição de contemplação da natureza e parecendo estarem a ela integrados, compunham, junto de outras de produtos da indústria nacional, como a moenda de ferro para produção de açúcar fabricada no estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói (figura 12), a ideia de um Brasil primitivo, porém em vias de progresso, com grande potencial para investimentos de diversas ordens.

Uma das principais coleções de minerais exibidas na Primeira Exposição de Indústria pertencia ao acervo do Museu Nacional e reunia espécimes minerais de diferentes províncias do Brasil. Essa coleção foi uma das escolhidas dentre as demais expostas para representar o Brasil na Europa¹⁶ e

¹⁶ As demais coleções selecionadas para a Exposição Universal de Londres eram compostas de produtos químicos e farmacêuticos, tais como frutos, sementes, cascas, raízes, fungos, painas, gomas, resinas, sucos lácteos, óleos, etc.; substâncias alimentícias, inclusive vinhos; madeiras; máquinas em geral e instrumentos de agricultura e horticultura; trabalhos de engenharia militar, armamentos, uniforme, artilharia e armas curtas; arquitetura naval e aparelho; instrumentos de ciências naturais e processos relativos a seu emprego; aparelhos fotográficos e fotografias; instrumentos de relojoaria; instrumentos de cirurgia e acessórios; algodões, linho e cânhamo; sedas e veludos; lãs; peles, penas e cabelos; cou-

continha em torno de 217 produtos minerais, incluindo amostras de ouro, diamantes e pedras preciosas. Ela foi organizada pelo então diretor do museu, Frederico Burlamaqui, integrante da comissão geral e do júri da exposição. Em Londres, entre os expositores premiados, o Museu Nacional recebeu o prêmio de menção honrosa pelas amostras de madeira expostas na 1^a seção, denominada “Industrial e agrícola”.

Ao concluir os trabalhos com o encerramento da Exposição de Indústria, a comissão considerou a atividade bem-sucedida e propôs medidas a tomar em nome do progresso industrial e artístico do Brasil para que novas exposições se efetassem, considerando as falhas da primeira experiência, como o pouco tempo para sua organização.

Propunha-se também a organização de uma exposição americana, para a qual concorressem todos os povos que habitavam o continente, e a construção de um vasto edifício com acomodações próprias de um palácio para as futuras exposições. A partir dessa primeira experiência, o Império promoveu outras exposições nacionais, preparatórias para as exposições universais, das quais participavam os países considerados “civilizados”, entre os quais o Brasil buscou se inserir.

A Segunda Exposição Nacional, em outubro de 1866, foi organizada para selecionar as coleções que deveriam representar o Brasil na Exposição Universal de Paris, em 1867. Dentre os vinte mil produtos apresentados na Exposição Nacional, foram enviadas 3.558 peças, com destaque para uma valiosa coleção de minerais organizada pelo então diretor do Museu Nacional, Francisco Freire Allemão de Cysneiros,¹⁷ composta por 34 amos-

ros, inclusive objetos de seleiro e arreios; artigos de vestuário; papel, objetos de escritório, impressão e encadernação; mobília, tapeçarias; ferro e ferragens em geral; aço e cutelaria; obras de metais preciosos, de imitação e joias; vidros; pintura a óleo, aquarela e desenho; escultura e modelo; coleção de medalhas e moedas, cunhadas, gravadas e expostas pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro (Museu Nacional, 1861-1869).

¹⁷ Freire Allemão foi diretor da seção de Botânica e do Museu Nacional entre 1866 e 1870. Era brasileiro, cirurgião, formado na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Frequentou a Universidade de Paris, a convite do governo francês, obtendo o título de doutor pela Faculdade de Medicina. Foi lente de Botânica e Zoologia médicas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e nomeado médico da Imperial Câmara, em 1840. Foi professor das princesas Isabel e Leopoldina; presidente e chefe de expedição ao Nordeste do Brasil entre 1859 e 1861; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade

tras de minerais encontrados nas coleções do Museu Nacional, com 23 exemplares de formação de topázio; seis de formação de ferro; cinco de formação de ouro, todas eles provenientes da província de Minas Gerais (MN, 1861-1869).

De acordo com relatório do secretário da Comissão de Representação do Brasil em Paris, Júlio Constâncio de Villeneuve,¹⁸ o Brasil compareceu à exposição com produtos suficientes para atrair o público internacional.

O que logo impressionava no todo da nossa exposição, *era o seu caráter de grandeza e severidade*. Não tivemos que recorrer a artifícios que muitas vezes não servem senão para dissimular a pouquidade [sic] das exposições, não havia daqueles espetáculos que atraem a multidão, nem manequins em trajes nacionais. Fácil nos era decorar as nossas salas com trajes indígenas, ou com vestuários especiais aos habitantes de nossas províncias: *porém a comissão julgou que os produtos que ela tinha que expor, produtos de primeira necessidade para a indústria e o comércio da Europa, eram mais que bastante para atrair muita gente às salas brasileiras, e não quis dever a vulgar curiosidade um triunfo aparente.* (MN, 1868b, p. XLII, grifos nossos)

Além da coleção de minerais, foram exibidas uma coleção completa de moedas brasileiras, padrões dos pesos das moedas nacionais feitos de paládio e prata, expostos pela Casa da Moeda da Corte; e amostras de madeiras, em toros, e suas essências, com destaque para a palmeira carnaúba e os variados produtos dela extraídos, como esteiras, cestos, chapéus, cordas fabricadas com sua palha, velas produzidas com o pó que cobre as folhas desse vegetal, expostas em uma sala especialmente decorada com pintura

Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade Philomatica; membro honorário do Imperial Instituto Médico Fluminense, e fundador e presidente da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais (cf. MN, 2007-2008, p. 13-14).

¹⁸ Júlio Villeneuve foi também encarregado de Negócios na Suíça, comendador da Ordem de Cristo, condecorado com a Ordem de Medjidié de 5^a classe e comendador de 2^a classe da Ordem Ernestina da Casa Ducal da Saxônia.

nas paredes e teto, representando uma floresta virgem, executada por um dos cenógrafos da Ópera de Paris, M. Rubé (MN, 1868b).

A coleção de madeiras, que tanto sucesso fez em Paris, foi organizada por uma comissão de pesquisadores do Museu Nacional formada por Francisco Freire Allemão de Cysneiros, José de Saldanha da Gama e Ladislau de Souza Mello e Neto. Quanto ao trabalho desenvolvido durante a preparação no Museu Nacional, a comissão se ressentiu do fato de que muitas das árvores florestais de construção não estavam classificadas cientificamente, e de que outras, que poderiam estar, não se encontravam com os esclarecimentos suficientes para serem reconhecidas e identificadas, exigindo um trabalho maior. Segundo eles, de muitos dos espécimes a serem expostos, foi possível, apenas, reconhecer os caracteres de família, enquanto outros, já reconhecidos na ciência, estavam designados por seus nomes técnicos.

De acordo com a descrição de Villeneuve, uma das salas da exposição foi destinada a outros produtos naturais, com destaque especial para o café. O principal produto de exportação do Império nesse período foi exposto em caixas, exibindo seus diferentes estados: café bruto, lavado, com a sua polpa, carvão de café. Em frascos constavam as principais espécies, sobressaindo o moca, colhido no Brasil. Também foram expostas amostras de espécimes designando a idade dos cafezeiros e das terras onde o café era cultivado, permitindo aos visitantes e aos interessados um estudo das condições naturais em que ele era produzido e uma comparação entre as espécies, considerando a composição e as propriedades químicas.

Nessa sala encontravam-se amostras de folhas de tabaco como que decorando as paredes. Em vidraças foram expostos charutos da Bahia, do Rio e de Petrópolis; cigarros de Sorocaba; fumo do Pará em rolo; rapé de várias fábricas brasileiras; amostras de chocolate, mate, chá, conservas, frutos do mar. O açúcar se encontrava representado em várias formas: bruto, refinado, mascavo e branco, compondo uma escala de cores.

Produtos da indústria brasileira foram exibidos em espaços próprios, contíguos à sala das madeiras, em corredores e galerias. Eram amostras de chapelaria, calçados, cera, velas, sabões, peças de mobília, vinhos, aguardentes, cervejas e licores, frutas, livros, encadernações, objetos de marchetaria,

rendas do Ceará, crivos do Paraná, inclusive uma casula bordada de ouro pelos meninos da Casa dos Expostos de Pernambuco.

Havia ainda tecidos de algodão, couros, oleados,¹⁹ marroquins,²⁰ objetos de ferro coado, ferramentas de agricultura, objetos de seleiro, fibras para tecidos, amostras de carvão de pedra, através das quais se pretendia demonstrar que o Brasil não só possuía esse mineral, mas que aproveitava “o precioso combustível sem o qual a indústria de um país via-se condenada a definhlar”. Além desses objetos, modelos de navios feitos em estaleiros brasileiros procuravam dar ideia dos progressos da construção naval no país (MN, 1868b, p. XLVII).

O luxo e a grandeza com que o Brasil procurou se apresentar perante as demais nações contrastava com a realidade social e política em que a sociedade brasileira estava mergulhada no período da Exposição Universal de Paris, caracterizada por uma grande desigualdade e exclusão social, acentuada pela escravidão, que, apesar da crise que vivia, foi mantida até 1888, e pela Guerra contra o Paraguai (1864-1870), na qual o Brasil – aliado ao Uruguai e à Argentina e financiado pela Inglaterra – contraiu dívidas internacionais e enviou negros e mulatos para combaterem em nome da nação brasileira.²¹

Os dois principais prêmios internacionais concedidos ao Brasil na Exposição de Paris de 1867 corresponderam ao algodão e à colônia Blumenau.²² O primeiro, em função de sua produção e comercialização no mercado europeu durante a Guerra de Secesão norte-americana (1861-1865), o que contribuiu para evitar uma crise de abastecimento desse produto nas indústrias têxteis da Europa. Na medalha dada ao Brasil constava a seguinte inscrição: “Ao Brasil a indústria algodoeira reconhecida” (MN, 1868b, p. LXVI).

¹⁹ Tecido de algodão fino, recoberto por uma camada de verniz muito leve, imitando o couro.

²⁰ Couro de cabra ou de bode, próprio para bolsas, encadernação, sapataria, etc., que é preparado de acordo com a finalidade a que se destina.

²¹ Segundo Chiavenato (1980), o governo brasileiro comprou milhares de negros escravizados para lutarem no Paraguai. Após cinco anos de lutas, voltaram vinte mil negros e morreram na guerra entre sessenta e cem mil.

²² Além desses, o Brasil foi premiado com duas medalhas de ouro, dezesseis medalhas de prata, 38 de bronze e 44 menções honrosas (cf. MN, 1868b, p. CXI).

Esse reconhecimento devia-se em grande parte à Inglaterra, a maior beneficiada com a produção e a exportação de algodão do Brasil para abastecimento de suas fábricas têxteis, em um período em que o tradicional e mais importante mercado abastecedor dessa matéria-prima – os Estados Unidos – encontrava-se em guerra civil, entre os estados do norte e do sul, e a produção algodoeira era, cada vez mais, destinada ao abastecimento das fábricas norte-americanas.

O segundo prêmio concedido ao Brasil correspondeu a uma nova categoria, criada pelos organizadores e pelo júri da exposição de Paris, referente a toda e qualquer organização que assegurasse aos trabalhadores – rurais e urbanos – certo bem material, moral e intelectual, estando os estabelecimentos agrícolas compreendidos nessa ampla designação. Foi uma forma encontrada pelas nações, representadas por membros de suas elites e governos, para incluir os trabalhadores nas grandes festas universais das quais estavam excluídos em termos de participação e premiar os produtores que estivessem modernizando as relações de trabalho entre empregados e empregadores em suas propriedades²³ com base em padrões liberais, capitalistas.

A colônia Blumenau, situada em Santa Catarina, representou as condições a que estava sujeita a colonização de imigrantes no Brasil nos anos de 1860.²⁴ O relatório que foi submetido ao exame do júri em Paris havia sido

²³ Por decisão do júri da exposição, os prêmios deveriam ser concedidos às instituições que atendessem aos seguintes merecimentos: 1º. Instituições para remediar a falta de previdência e a miséria; 2º. Instituições para remediar os vícios; 3º. Instituições para melhorar o estado intelectual e moral; 4º. Organização dos trabalhos e de salários tendentes a elevar a condição do operário; 5º. Subvenções tendentes a tornar estável a condição do operário; 6º. Hábitos de economia; 7º. Boa harmonia entre as pessoas que cooperam nos mesmos trabalhos; 8º. Permanência de boas relações entre as pessoas que cooperam nos mesmos trabalhos; 9º. Aliança dos trabalhos agrícolas e manufatores; 10º. Propriedade da habitação, ou permanência dos arrendamentos; 11º. Respeito à inocência das meninas; 12º. Respeito ao estado de mãe de família; 13º. Merecimentos particulares (referia-se ao espírito religioso, propagado e enraizado; condições de saúde do trabalhador e seu zelo pelo proprietário; grande fecundidade das famílias, e aptidões para a colonização rica, etc.) (cf. MN, 1868b, p. LXXVIII-LXXXII).

²⁴ A colônia foi fundada em 1852, pelo dr. Blumenau, às margens do rio Itajaí. A maior parte de seus colonos era de origem alemã. Junto das colônias de Joinville, em Santa Catarina, e de Nova Hamburgo, no Rio Grande do Sul, foi exemplo de colônia que prosperou no século XIX no Brasil. Diferentemente dessas experiências, a colonização de terras e as condições

apresentado à Assembléia Geral Legislativa do Império pelo conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas. Nesse documento foram descritas as condições de agenciamento na Europa para imigração para o Brasil, o modo como eram tratados os colonos à chegada ao Brasil, os meios de transporte que lhes eram oferecidos e os recursos imediatos que achavam ao entrarem na colônia, além dos resultados práticos obtidos com a colonização.

O prêmio Blumenau concedido ao Brasil em uma exposição onde estavam representadas as nações do mundo, ao colocar em evidência condições favoráveis para a imigração, atendia a uma das principais necessidades do Império, a de estimular a vinda de mão de obra para atender à crescente lavoura do café, principalmente, após a proibição do tráfico de negros africanos para o Brasil em 1850, e para a ocupação produtiva de regiões ainda não colonizadas.

Dentre os integrantes da Comissão Imperial Brasileira na Exposição de Paris (1867) estavam dois membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também funcionários do Museu Nacional: Manoel de Araújo Porto-Alegre,²⁵ diretor da seção de Numismática, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas, e Manoel Ferreira Lagos, diretor da seção de Anatomia Comparada e Zoologia, tendo este participado da Exposição Nacional de 1866 como membro da Comissão Diretora.

Na avaliação do secretário da comissão para representar o Brasil em Paris, Julio Constâncio de Villeneuve,

de trabalho e de vida dos imigrantes no Brasil em meados do século XIX apresentavam problemas, situação que gerou inúmeros conflitos. Por exemplo, em função das más condições a que estavam submetidos os colonos nas fazendas de café de São Paulo, no ano de 1857, na fazenda Ibiacaba, ocorreu uma sublevação de colonos, com repercussão no exterior, que, somada a outros fatos e notícias chegadas à Europa, implicou a proibição pelo governo da Prússia da emigração de alemães para o Brasil.

²⁵ Diretor da seção de Numismática, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas no Museu Nacional, comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro de Cristo, professor jubilado da Escola Central e da Academia Imperial das Belas Artes, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Durante o período em que exerceu o cargo de cônsul do Brasil em Lisboa e Dresden foi substituído no Museu Nacional pelo preparador e conservador da seção de Numismática, Carlos Leopoldo Cezar Burlamaqui (cf. MN, 1861-1869, Livro 4).

a exposição de 1867 proporcionou ao Brasil “um raro ensejo de conquistar uma brilhante posição entre as grandes nações do mundo”; e considerada desse ponto de vista, já ocupava uma página importante nos anais da nossa pátria. (MN, 1868b, p. II)

A Exposição de Indústria Nacional, a quarta realizada no Brasil, foi inaugurada em 2 de dezembro de 1875. Durante os meses em que esteve aberta ao público no edifício da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na rua Dom Manoel, defronte à baía de Guanabara, contou com a cobertura jornalística do jornal *O Globo*, que publicou diversos artigos a propósito de sua realização.²⁶

De acordo com discurso proferido pelo presidente da Quarta Exposição Nacional, conde D’Eu, na presença do imperador e da princesa Isabel, no ato de sua inauguração, aquele evento atendia aos objetivos de selecionar e remeter produtos do Brasil para a Exposição Universal em Filadélfia, a ser realizada no mesmo ano de 1876, em comemoração ao centenário da independência dos Estados Unidos da América do Norte. Ao mesmo tempo, essas duas exposições pretendiam aproximar os interesses comerciais existentes entre as duas nações, assim como “promover o estudo comparativo dos produtos procedentes das províncias, fortificando os sentimentos de união e fraternidade entre o povo brasileiro, estimulando o trabalho, para prosperidade geral” (Zaluar, 1875, p. 24).

A Comissão Superior encarregada de organizar a Exposição Nacional de 1875 foi presidida pelo conde D’Eu e teve como membros os conselheiros de Estado visconde de Jaguari; visconde de Bom Retiro – membro correspondente do Museu Nacional –; visconde de Souza Franco, falecido antes da inauguração da exposição; o comendador Joaquim Antonio de Azevedo; como comissário, Ignácio Marcondes Homem de Mello; e como comissário ajudante, Francisco Antonio Gonçalves.

²⁶ Cf. Zaluar (1875). Essa publicação foi dedicada à Comissão Superior encarregada da exposição, especialmente ao seu presidente, o conde D’Eu. O volume reúne os artigos publicados pelo autor no jornal *O Globo* a propósito e durante a Exposição Nacional de 1875, conforme apontado na nota 5 deste capítulo.

Entre os membros adjuntos convidados pela Comissão Superior estavam: Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Carlos Glasl, José de Saldanha da Gama, Rozendo Muniz Barreto, Miguel Antonio da Silva, Nicolau Joaquim Moreira – adjunto da seção de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas do Museu Nacional –, Ladislau de Souza Mello e Neto – diretor do Museu Nacional –, Augusto Francisco Maria Glaziou – membro correspondente do Museu Nacional –, Joaquim Moreira Caminhoá, José Ewbank da Camara, Pedro Dias Gordilho Paes Leme, entre outros.

Na inauguração da Exposição Nacional foi apresentado um livro intitulado *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, contendo 543 páginas, com ilustrações, impresso nas oficinas da Tipografia Nacional. Nesta obra, o Império estava representado através de uma “fotografia” positiva da nação, que deveria ser conhecida por todos os visitantes das exposições no Brasil e nos Estados Unidos.

Trata o livro da descrição geral do Império, encarado geográfica e topograficamente; dos reinos da natureza, de sua constituição política, divisão e população, de sua força pública, arsenais de marinha e guerra; cultura intelectual; museus; imigração e colonização; colônias do Estado, provinciais e particulares; associações científicas, literárias, de caridade e beneficência; agricultura; Fazenda Pública, comércio, instituições bancárias, telégrafo, vias de comunicação e outras informações, escritas com verdade e critério.
(Zaluar, 1875, p. 27)

Ao procurar justificar a participação do Brasil na Exposição Universal norte-americana, na abertura do livro, os organizadores fizeram constar uma “advertência” na qual consideraram a importância das exposições universais como espaço de divulgação do Brasil no cenário internacional e seu reconhecimento como “região agrícola de solo fertilíssimo, e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa”, assim como destacaram as “importantes relações comerciais” e a “constante amizade” que unia os dois países.

Na parte dedicada aos museus de história natural,²⁷ o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi apresentado como instituição destinada aos estudos das ciências da natureza, à sua divulgação e à instrução do povo nos conhecimentos teóricos e práticos, “em estilo acomodado à sua inteligência”. Entre as ações promovidas pelo Museu Nacional para efetivação de suas finalidades foram destacadas as preleções e as visitas públicas, e anunciadas a publicação da revista *Archivos do Museu* e a construção de um anfiteatro para servir ao curso popular que iriam oferecer os naturalistas que atuavam na instituição.

Nos três pavimentos do edifício que abrigou a Exposição Nacional, em diversos salões, ocupando uma superfície de 1.458 metros quadrados, foram expostas coleções de produtos naturais e industriais enviados das províncias do Amazonas, Pará, Ceará, Paraíba, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia.

A exposição foi organizada em dez seções: a primeira destinada a matérias-primas – minerais, vegetais e animais; a segunda, a substâncias e preparações para alimento ou uso das artes, resultados de processos extractivos e de combinação; a terceira, a tecidos, produtos manufaturados de fibras, feltros e lãs, vestidos, trajes, ornatos; a quarta, a móveis e alfaias de uso geral nas construções e nas habitações; a quinta, a utensílios, instrumentos, máquinas e processos; a sexta, a motores e meios de transporte; a sétima, a modelos e métodos para o aumento e a difusão do ensino; a oitava, à engenharia, obras públicas e arquitetura; a nona, às artes plásticas e gráficas; a décima, a objetos ilustrativos dos esforços empregados no melhoramento da condição física, intelectual e moral do homem. Essas seções foram organizadas e divididas em 108 grupos e 1.080 classes (Brasil, 1875).

Para ampliar as instalações da exposição foi construído um anexo, consagrado à exposição de máquinas paradas e em movimento, aos animais e às amostras de minerais e madeiras, dividido em três seções: na primeira encontravam-se todos os produtos naturais da seda e sua fabricação; na

²⁷ Além do Museu Nacional foram citados o Museu Paraense, o Museu Cearense, o Museu Alagoano e o Museu Mineiro.

segunda, as máquinas para descascar, despolpar e “burnir” o café, bem como outras destinadas a diversas indústrias; na terceira, os produtos de tinturaria e grande quantidade de madeiras (Zaluar, 1875, p. 16-17).

No segundo pavimento do edifício encontravam-se especialmente os artefatos da província do Rio de Janeiro, a sala do Museu Nacional, a de zoologia e botânica da Escola de Medicina e tudo quanto dizia respeito às belas-artses, reunindo, portanto, algumas das principais instituições do Império relacionadas às ciências e à instrução, localizadas na Corte.

O gabinete do Museu Nacional foi dividido em três seções. A primeira, compreendendo esqueletos e espécimes da fauna ornitológica, foi organizada por João Joaquim Pizarro, secretário do Museu Nacional e diretor da seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Geral, e por taxidermistas dessa seção; a segunda, composta de coleções arqueológicas, com especial destaque para objetos trazidos da ilha de Marajó, ficou a cargo de Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional e da seção de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; a terceira foi formada pela coleção numismática brasileira, reunindo moedas cunhadas em diversas regiões do Brasil colonial e do Império.

O gabinete da Escola de Medicina foi organizado pelo dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, professor da cadeira de Botânica dessa faculdade, com espécimes dos reinos animal e vegetal de diversas partes do mundo e do Brasil, assim como uma coleção de “tipos plásticos do dr. Auzoux”, destinada ao ensino prático de anatomia e fisiologia comparadas, comprada na Europa; uma coleção de plantas secas preparadas pelos alunos da aula de Botânica, sob a direção do professor Caminhoá; uma estufa para secar rapidamente as plantas destinadas ao herbário (Brasil, 1875, p. 266).

Para participar da Exposição de Filadélfia, o Museu Nacional declinou do convite que recebera do governo italiano para participar da Exposição de Horticultura e do Congresso de Botânica realizados em maio de 1876 na cidade de Florença, alegando estar ocupado em preparar o que, por parte do Museu Nacional, haveria de figurar na Exposição Universal nos Estados Unidos. Esse fato demonstra não só o volume de trabalho necessário a uma participação desse tipo, como também a importância dada ao Museu Nacional e ao Brasil em mais uma das exposições universais.

Reivindicando para o Museu Nacional um espaço de destaque na Exposição Nacional de 1875, o diretor Ladislau Neto escreveu ao conselheiro Fernandes da Costa Pereira Júnior, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

Não tendo sido este museu representado como era de desejar em nenhuma das três exposições nacionais que se tem efetuado nesta corte e achando-se atualmente em estado de poder ocupar o lugar que lhe compete num certame de que bem é que se mostre promotor e primeiro auxiliar como expositor que é permanentemente das riquezas nacionais deste império, rogo a V.Ex^a. se digne de obter da Comissão Superior da próxima Exposição Nacional uma área de 180 metros quadrados a fim de poder o Museu expor ali seis de suas coleções, três das quais são inteiramente novas neste estabelecimento. São elas as de arqueologia brasileira que conta apenas quatro anos de existência, a de anatomia comparada e a de rochas do Rio de Janeiro, formadas nestes últimos tempos. (MN, 1869-1875, p. 192 v)

Os preparativos das coleções, os cuidados com os materiais científicos enviados pelo Museu Nacional e as instruções sobre eles podem ser percebidos na correspondência entre o Museu Nacional e a Comissão Superior da Exposição Nacional:

Em resposta ao ofício de V. Ex^a. de 28 de junho último acompanhando um pacote contendo matéria que se diz inflamável tenho a honra de levar ao conhecimento da Comissão Superior da Exposição Nacional que esta matéria é resina de jatobá ou jatahy, a qual não somente se extrai desta árvore (*Hymenoa Courbasil*) em sua plena vegetação, como é também encontrada pelos campos do interior em lugares em que existiram estas plantas. Quanto à sua aplicação é hoje muito preconizada para flegmasias pulmonares, como ótimo expectorante. (MN, 1869-1875, p. 199)

A sétima seção da Exposição Nacional, destinada a modelos e métodos para o aumento e difusão do ensino, estava composta de 32 objetos, distribuídos em sete grupos, subdivididos em 92 classes: materiais para o ensino e recreio dos meninos (uma peça do silabário Mascarenhas ou jogo de sílabas), compêndios escolares, dicionários e almanaques, literatura geral, periódicos, mapas geográficos e topográficos, mapas de estradas de ferro e de rodagem, aparelhos telegráficos, instrumentos sonafóricos, aparelhos e métodos fotográficos, galvanoplastia, medidas de capacidade sólida, graduadores de pesos, relógios, quadrantes solares, instrumentos musicais de percussão, de corda e pianos.²⁸

Todos esses objetos, oriundos de diversas províncias do Brasil, foram expostos ao público e registrados em catálogo, acompanhados da descrição de suas características físicas e de suas utilidades, dos nomes de seus produtores e expositores. Em alguns, para além dessas informações, constavam também seus preços, como o caso de instrumentos musicais, relógios, objetos para ensino e recreio dos meninos (Brasil, 1875, p. 563-578).

É possível perceber na seção destinada ao ensino uma intenção em apresentar novos instrumentos e tecnologias que deveriam ser utilizados para instruir através dos sentidos, com destaque para instrumentos sonoros e musicais e para aparelhos e métodos fotográficos. Além disso, cabe também destacar a divulgação de obras públicas e de comunicação realizadas por iniciativa do governo imperial, através de mapas de estradas de ferro e de rodagem e da utilização de aparelhos telegráficos, que instruíam sobre o território nacional e difundiam a ideia de um país em processo de integração e desenvolvimento.

O caráter instrutivo que a exposição deveria assumir perante os produtores brasileiros no que dizia respeito aos interesses econômicos e à lucratividade dos negócios foi destacado pelo jornalista de *O Globo* Augusto Emílio Zaluar:

²⁸ A seção especial de Instrução Pública do Brasil foi laureada pelo júri da Exposição de Filadélfia (1876) (cf. Brasil, 1876-1A, p. 20).

A necessidade de se generalizar a instrução torna-se de todo evidente nestas apreciações, pois só o produtor inteligente e que não ignora os princípios mais elementares da economia prática é que está apto para compreender que a perfeição de seus produtos, quer fabris quer agrícolas, deve estar em relação, por um lado, com o emprego dado ao capital e pelo outro com o preço que no mercado obtiver o seu gênero, visto que se este preço for inferior ao de seus gastos de exploração, em vez de aumentar seus rendimentos, ele cavará a sua ruína.

De que serve ter a extulta vanglória de expor em uma vitrine um objeto qualquer ou um artefato que não pode obter no mercado senão valor diminuto, comparativamente àquele em que importou a matéria-prima e a mão de obra?

A instrução geral derramada com profusão entre o povo é a vara de condão que irá de ir esclarecendo gradualmente a inteligência dos produtores e aconselhando-os na direção de seus próprios interesses, sempre prejudicados pela influência das ideias falsas ou dos maus cálculos da ignorância. (Zaluar, 1875, p. 8, grifo nosso)

A Primeira Exposição Antropológica Brasileira foi organizada pelo Museu Nacional e inaugurada em 29 de julho de 1882, sendo Ladislau Neto, então diretor do museu, um de seus protagonistas. Nas salas de exposição foram apresentados ao público objetos até então desconhecidos, pertencentes à cultura de povos nativos que habitavam o Brasil. Entre as coleções exibidas, por exemplo, foram reunidas e estudadas de forma inédita as atividades da cerâmica da ilha de Marajó, representações das culturas de um território brasileiro ainda muito pouco explorado pelo Império.

No prefácio ao sexto volume da revista *Archivos do Museu Nacional*, Ladislau Neto explicitou os objetivos da Exposição Antropológica, enaltecendo o Museu Nacional por sua realização:

Estava no interesse intelectual do Brasil e era de seu estrito dever colocar-se na primeira linha das nações americanas que mais a peito empreenderam o estudo das gerações, a quem antes de Colombo fora, por séculos sem conta, avassalado este vasto continente. E

ao Museu Nacional, o paladino das ciências naturais, no Império Brasileiro, devia caber tamanha glória. (MN, 1885, p. 7)

Havia alguns anos, Ladislau Neto dedicava-se aos estudos antropológicos sobre os índios do Brasil. Em 1870, solicitou ao então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o conselheiro e deputado Manoel Pinto de Souza Dantes, que fossem divulgados no país, em todas as províncias, os estudos paleontológicos que vinham sendo realizados, promovendo assim uma campanha nacional que atraísse a atenção da população e das autoridades para as pesquisas sobre os povos indígenas. Essa campanha tinha por objetivo instruir a população e as autoridades provinciais sobre o que eram os trabalhos de paleontologia, sua importância e seus objetos de estudo, na perspectiva de obter multiplicadores para essas pesquisas que pudessem contribuir com novos achados e descobertas arqueológicas.

A Exposição Antropológica, a primeira desse tipo a ser realizada no Brasil, surgiu de um projeto apresentado por Ladislau Neto em 1880 ao governo brasileiro. Considerada por ele como o “mais belo e útil festival até hoje realizado pelas ciências naturais do Império do Brasil”, a Exposição de 1882 teve por objetivo reunir em um só repositório público artefatos e documentos etnográficos relativos aos indígenas brasileiros (objetos, quadros a óleo, gravuras, estampas e fotografias), colocando-os à disposição da ciência e do público a fim de contribuir para o estudo do homem brasileiro em uma perspectiva antropológica (MN, 1882).

Os estudos sobre as origens do homem americano foi um dos que nesse período atraíam a atenção de muitos cientistas da Europa e da América, divididos em teorias distintas: uma que defendia terem sido os primeiros habitantes da América originários do próprio continente – teoria autóctone – e outra de que o homem americano teria chegado à América através de ondas migratórias, oriundas do continente asiático – teoria alóctone. Apesar de ser um especialista em botânica, Ladislau Neto foi um estudioso da arqueologia e da antropologia, particularmente do homem americano, para o qual voltou suas pesquisas, interessado em conhecer as suas origens. Dados de sua biografia ajudam a compreender de que forma passou a se interessar por esses estudos.

Nascido em Alagoas, Ladislau Neto (1838-1894) aos 16 anos mudou-se para a Corte imperial, onde estudou desenho, matemática e história natural na Academia de Belas-Artes, entre 1857 e 1859, sem, no entanto, concluir o curso. Tendo habilidade para o desenho, ingressou na Comissão Hidrográfica e Astronômica chefiada por Emanuel Liais,²⁹ que foi encarregada da exploração do litoral de Pernambuco, além de expedições à província de Minas Gerais. Com ela percorreu o alto São Francisco e o rio das Velhas, atuando como cartógrafo e desenhista, ao mesmo tempo que viu despertado seu interesse pela arqueologia brasileira.

Com trabalhos publicados no Brasil e na França sobre plantas brasileiras, os estudos do naturalista Ladislau Neto ganharam reconhecimento no meio científico e apoio do imperador, Dom Pedro II. Aos 26 anos viajou para a Europa a expensas do governo brasileiro para aperfeiçoar seus conhecimentos no campo da história natural, onde permaneceu por três anos, participando de aulas no Jardim das Plantas de Paris e na Sorbonne, que lhe concedeu o título de doutor em Ciências Naturais. Naquele país frequentou importantes centros culturais e publicou obras sobre botânica,³⁰ campo no qual se especializou.

Foi em excursões científicas a convite do governo francês pelo norte da África, onde estudou costumes e hábitos de alguns grupos de população árabe e berbere, que Ladislau aprofundou seu conhecimento em antropologia. No ano de 1865 recebeu do imperador Dom Pedro II o convite para dirigir a seção de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cargo vago desde 1863, quando da morte de Manoel Freire Alemão de Cysneiros.

Manteve-se neste cargo durante o período em que assumiu a Direção do Museu Nacional, entre 1870 e 1892, promovendo mudanças significati-

²⁹ Emanuel Liais era francês. Foi geógrafo, geólogo, astrônomo e botânico. Dirigiu o observatório astronômico, na Corte, a convite do governo brasileiro. De regresso à França, publicou sua obra *Climas, geologia, fauna e geografia botânica do Brasil*, sendo este o primeiro trabalho sobre fitogeografia brasileira (cf. Leitão, 1937).

³⁰ Em sua estada na França, entre 1864 e 1866, Ladislau Neto publicou as seguintes obras: *Remarques sur la destruction des plantes indigenes Du Brésil et sur le moyen de les en preserver, sulvis d'une note le même sujet par Naudin; Sur la estructure anormale des tiges de lianes; Aditions à la Flore brésilienne (Trembelya Pradosiana); Aditions à la Flore brésilienne (Pisonia noseia, Pisonia caparrosa, Pisonia Campestris, Pisonia laxa et Odina francoana)* (cf. Duarte, A., 1950).

vas na organização da entidade e incrementando a produção científica em sua gestão. Sua atuação lhe conferiu o reconhecimento de amigos e sucessores como um dos mais destacados diretores do museu, sendo o período de sua gestão identificado como a “Idade de Ouro do Museu Nacional”.

A coleta, o envio e a preparação dos objetos que deveriam compor a Exposição Antropológica Brasileira foram iniciados com antecedência e cuidado, sob a supervisão de Ladislau Neto. Na medida em que pouco havia de material já reunido e organizado no Museu Nacional para compor a exposição, a entidade contou com o estímulo de diversas agências, de órgãos do Estado e de autoridades das províncias.

A fim de conseguir material para a exposição e explorar os depósitos cerâmicos da ilha de Marajó, Ladislau Neto viajou para o norte do país, acompanhado dos empregados do Museu Nacional Gustavo Rumbelssperger e Manoel da Motta Teixeira. Em uma parte da ilha, conhecida pelo nome de Pacoval, a equipe do museu encontrou grandes depósitos de objetos cerâmicos, assim descritos por João Batista de Lacerda, então seu diretor substituto:

[...] todos moldados em argila: ídolos, “phallos”, figuras zoomorfas, outras antropomorfas, urnas funerárias de diferentes tamanhos, figuras humanas agachadas, gebosas, em grotescas posturas de jogral, corcundinhas, tangas para vedar as partes pudendas femininas, pratos com pinturas em volta, parecendo caracteres de uma escrita ideográfica desconhecida, e muitas outras coisas originais e esquisitas, que foram cuidadosamente transportadas para o Museu. (Lacerda, 1905, p. 56)

Na intenção de facilitar o envio de materiais provenientes das províncias brasileiras, foi solicitado ao governo, em dezembro de 1881, que ficasse por conta da verba do Museu Nacional o transporte de quaisquer objetos destinados à Exposição Antropológica que circulassem pelas estradas de ferro do Império, do Estado ou particulares, e pelas linhas de vapores marítimas ou fluviais. Ladislau Neto considerava que essa medida permitiria a

qualquer particular, de lugares distantes, maior facilidade e incentivo para o envio de materiais para a exposição (MN, 1881-1885, p. 4).

Da mesma forma, Ladislau Neto solicitou que o Ministério da Guerra remetesse às diretorias das colônias militares³¹ circular publicada pelo Ministério da Agricultura solicitando o envio do que lhes fosse possível colecionar, no intuito de reunir objetos indígenas para a Exposição Antropológica Brasileira. Tal solicitação se justificava por estarem as colônias militares geralmente localizadas em regiões onde viviam indígenas ou se encontravam seus cemitérios, sendo possível que, nesses lugares, houvesse grande número de crânios, igaçabas, instrumentos de pedra e de barro, assim como muitos outros materiais arqueológicos e etnográficos (Brasil, 1855, p. 5).

A mesma solicitação foi encaminhada ao presidente do Conselho de Ministros, o também ministro e secretário dos Negócios da Fazenda e integrante dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Antonio Saraiva, para que as comissões de engenheiros, oficiais da marinha e outros funcionários em missões de exploração ou de limites por diferentes localidades da costa ou do interior do Brasil promovessem a coleta e o envio de materiais para servirem à Exposição Antropológica, através dos ministérios sob cujas ordens essas comissões trabalhavam.

Para que houvesse um maior tempo para que colaboradores e organizadores da Exposição Antropológica pudessem realizar os trabalhos de coleta, envio e preparação dos espécimes e das coleções que deveriam constar do evento, Ladislau Neto solicitou ao governo, por duas vezes, o adiamento da abertura da exposição, primeiramente para o mês de junho e depois para o dia 29 de julho de 1882, orientando que essas decisões fossem comunicadas aos presidentes das províncias, aos chefes de comissões de todos os ministérios e aos diretores de colônias, aldeamentos e serviços de catequese.

³¹ Criadas pelo governo imperial em meados do século XIX, as colônias militares tinham o duplo objetivo de policiar e promover a ocupação e a cultura em áreas não colonizadas, assim como policiá-las. Localizavam-se em diferentes pontos do território brasileiro, podendo servir para assegurar e proteger as atividades comerciais, por estradas ou por rios, ou para a demarcação e o controle de fronteiras (cf. Brasil, 1856, p. 92).

Para que o Museu Nacional assumisse o controle sobre a organização da exposição, foram enviadas para todas as províncias do país, através do ministério competente, instruções do diretor do Museu Nacional quanto à forma que esses objetos deveriam ser tratados pelos organizadores da exposição, informando aos proprietários que, caso fossem aceitas pelo diretor do museu, as coleções seriam expostas em móveis fornecidos pelo expositor. Nesse caso, os móveis seriam colocados em lugares determinados pelo diretor-geral do museu, a quem seriam entregues as respectivas chaves, depois de verificada a lista dos objetos assinada pelo expositor. Além disso, foi comunicado que os objetos não poderiam ser retirados da exposição antes de seu encerramento e que na redação do catálogo da exposição seriam unicamente atendidas as indicações relativas à procedência de cada objeto e ao nome do proprietário e do expositor (MN, 1881-1885, p. 22).

Além de objetos arqueológicos, Ladislau Neto solicitou ao governo o envio de índios para serem exibidos na exposição e para servirem de base a estudos de antropologia e craniologia comparada.

*Sendo de fácil e de pronta aquisição um certo número de índios Coroados do Paraná e de Botocudos do rio Doce, no Espírito Santo, com destino à Exposição Antropológica, rogo que V. Ex^a. se digne providenciar para que as presidências das duas referidas províncias *tomem a peito a remessa urgente a esta Corte do maior número possível de selvagens*, os quais, devendo figurar na Exposição Antropológica e servir aqui de base a estudos rigorosos de Antropologia, em particular de craneologia comparada, poderão ser agasalhados nesta Corte na hospedaria dos imigrantes.*
(MN, 1881-1885, p. 25, grifos nossos)

As condições sob as quais eram tratados os nativos – como objetos de fácil aquisição, para estudos –, assim como o termo utilizado para se referir a eles – selvagens –, demonstram a forma como eram considerados pelo cientista e diretor do museu, correspondendo a uma visão de dominação e superioridade dos “civilizados” sobre a população indígena, concepção que seria reproduzida na exposição.

Os botocudos³² mandados à Exposição Antropológica pela presidência da província do Espírito Santo foram acompanhados do aldeamento de Mutum à cidade de Vitória pelo engenheiro Cassiano de Menezes e pelo fotógrafo Joaquim Ayres, que, por esse serviço, pediu ao governo uma gratificação.³³ Além deles, vieram de Goiás índios da tribo Cherente (ou Xavante), de ambos os sexos. Segundo Lacerda (1905, p. 56), alguns desses índios foram retratados a óleo em grandes telas por dois pintores brasileiros,³⁴ e os cherentes foram modelados em gesso e papel machê, em tamanho natural (figuras 13 e 14), para compor as esculturas que ainda hoje fazem parte do acervo do Museu Nacional.³⁵ Para futuros estudos foram tiradas medidas antropométricas de todos os índios.

³² Os botocudos pertenciam ao tronco Macro-Jê e viviam no sul da Bahia, ao norte do Espírito Santo e na região do vale do Rio Doce. Segundo Emmerich e Monserrat (1975, p. 8), a aceitação de uma suposta identidade entre aimorés e botocudos é praticamente unânime nos cronistas do século XIX.

³³ A resposta a esse pedido de gratificação foi dada pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, através de ofício de 2 de setembro de 1882, endereçado ao conselheiro, barão de Guimarães, diretor de Comércio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Declarou Ladislau Neto desconhecer contrato ou convite do presidente da província do Espírito Santo para o serviço em questão, não podendo ele “indicar o que convém resolver”. Apesar de considerar que o “suplicante” parecia contentar-se com qualquer gratificação, informou que “pela verba do Museu, já muito onerada”, nada lhe poderia ser dado (cf. MN, 1881-1885, p. 36).

³⁴ Lacerda (1905) não cita os nomes dos pintores. Fátima Nascimento (2009, p. 230) faz referência a um único quadro exibido na Exposição Antropológica de 1882, que representa um indígena de corpo inteiro, sem, no entanto, precisar sua autoria. Segundo a autora, as informações são conflitantes, uma vez que o quadro não está assinado e não aparece registrado no catálogo da exposição, sendo atribuído a dois possíveis pintores: Francisco Aurélio de Figueiredo e Décio Vilares.

³⁵ Há no acervo do Museu Nacional outra escultura, a de um índio botocudo, também molhada ao vivo, pelo artista plástico Cândido de Almeida Reis. Segundo Nascimento (2009), essa escultura não foi feita para a Exposição Antropológica, não constando sua referência em nenhum dos seus registros.



FIGURAS 13 E 14 – Peças moldadas em gesso e em papel machê sobre os índios xavantes, instaladas no Museu Nacional para a Exposição Antropológica de 1882. Autoria de Leon Després. Fonte – Acervo do Museu Nacional, fotografado em 2011.

Ao representar “o primitivo”, essas esculturas apresentam o indígena como um homem robusto, forte e ativo. As duas esculturas foram expostas ao público em 1882, paramentadas com vestimentas e adornos e portando armas, compondo um ambiente com instalações que buscavam retratar o cotidiano dos grupos indígenas brasileiros.

Para efeito de apelo ao espectador que visitasse a Exposição Antropológica de 1882, em suas salas “armaram-se cabanas com as redes e apetrechos domésticos do índio, canoas e ubás, como no ato da pesca; figuras de índio na caça”, representados por manequins, “tudo por imitação do natural”. A lógica visual do museu que procurava relacionar corporalidade e narratividade já era empregada em museus europeus com sucesso.³⁶

Por exemplo, na sala Rodrigues Ferreira, escolhida para inauguração da Exposição Antropológica, foram feitas duas instalações como as que se podem ver nas figuras 15 e 16. Chama atenção o fato de os objetos não terem sido expostos de forma isolada uns dos outros, mas compondo um

³⁶ A ideia e a prática museológica de reconstituir contextos para os objetos ao colocá-los em relação com um ou mais corpos – manequins feitos de cera ou de gesso –, com vestimentas tradicionais, com uma cena ou descrição narrativa, para serem exibidos em salas de exposição ou ao ar livre, foi uma das características dos museus de folclore na Europa no final do século XIX (cf. Sandberg, 2001). O material exposto pelo Museu Nacional e aqui apresentado permite uma análise museográfica, um exame museológico, que não foi objeto deste estudo.

todo que lhes dá sentido em representações da vida cotidiana indígena, técnica de exposição que ganhava destaque em museus da Europa e dos Estados Unidos.

Duas esculturas em tamanho natural (figura 15), feitas em papel machê, estão de frente uma para a outra, ao lado de uma cabana montada de forma que fosse possível ao espectador vislumbrar seu interior, onde estão objetos de cestaria. Um dos indígenas está sentado em um banco, tocando uma flauta, segurada por uma das mãos. Com a outra, conduz um ramo na direção da escultura à sua frente, sentada no chão, segurando uma forquilha. Ao fundo, para compor o cenário, coleções de armas penduradas nas paredes.



FIGURA 15 – Reprodução de cena indígena com manequins na Exposição Antropológica de 1882.

Fonte – Arquivo do Semear/MN/UFRJ.

Essa experiência de comunicação entre os objetos e o público fez parte do surgimento de novas práticas culturais da sociedade moderna, que na virada do século XIX para o XX valorizaram o olhar do observador sobre as coisas e o mundo à volta. Como exemplos de lugares de prazer popular na França no final do século XIX, anteriores ao cinema, para os quais o público acorria para assistir a espetáculos em grande parte divulgados pelo jornal, Schwartz (2001) destaca o necrotério de Paris, os museus de cera e os

panoramas e dioramas (cenários montados com objetos tridimensionais, pinturas e projeções que buscavam reconstituir uma determinada realidade).³⁷

O outro cenário (figura 16) buscava reproduzir o cotidiano da vida indígena no vale do Amazonas, visitado por Ladislau Neto em viagens para estudos e coleta de material para a exposição. Nele, manequins de indígenas em tamanho natural conduzem canoas e carregam cestos e material de pesca, usando chapéus de palha e remos; uma escultura de mulher de pé, coletando plantas, porta um cesto na cabeça enquanto carrega um escavador e uma cesta, cercada de plantas e de aves taxidermizadas, havendo ao fundo, nas paredes, coleções de armas indígenas (Nascimento, 2009, p. 115).



FIGURA 16 – Cenário com manequins na Exposição Antropológica de 1882.
Fonte – *Fastos do Museu Nacional*, p. 96.

Durante o processo de organização da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, Ladislau Neto apresentou a proposta de instituição de uma comissão anexa à 3^a seção de Geologia e de Mineralogia do Museu Nacional,

³⁷ Rago (2008, p. 259) comenta sobre as feiras, teatros de variedades, espetáculos circenses e Exposições Universais, onde, dentre outros atrativos, mulheres e homens africanos eram levados à Europa para serem exibidos ao lado dos animais.

para classificação das coleções de minerais, ficando as coleções de geologia ao encargo do diretor dessa seção, além da criação de uma seção específica de Antropologia no Museu Nacional, perfeitamente organizada, com pessoal próprio e atribuições definidas.³⁸

Os argumentos apresentados pelos srs. João Batista de Lacerda Filho, sub-diretor da seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Geral, e José Rodrigues Peixoto, em ofício dirigido ao diretor do Museu Nacional para a criação da seção de Antropologia, consideravam a importância que vinham adquirindo os estudos da ciência do homem nos centros científicos da Europa e da América do Norte, assim como a criação de inúmeros institutos e sociedades de antropologia em várias partes do mundo. Outra razão pela qual essa proposta foi feita se referia ao grande volume de trabalho que ambos tinham com a preparação e organização das coleções, que lhes demandavam espaço adequado e pessoal próprio para o tratamento das peças.

No sentido de ratificar e fortalecer essa proposta, ao apresentá-la ao governo, Ladislau Neto acrescentou novos argumentos, considerando os estudos sobre os quais deveria se dedicar a nova seção, levando em conta impressões sobre as condições raciais da população brasileira e, particularmente, as da sociedade da Corte:

Uma seção de antropologia onde sejam examinados os caracteres em absoluto dos nossos aborígenes, e estudadas as correlações que têm as diferentes nações americanas entre si e ao mesmo tempo com as raças estrangeiras, sob todos os pontos de vista antropológicos. Neste particular nenhuma cidade do mundo conta vantagens sobre a nossa capital. E de fato o Rio de Janeiro é o cadiño antropológico, em que há três séculos vivem e fusionam-se as mais distintas raças humanas, encontrando-se simultânea e promiscuamente com os produtos híbridos em diversos graus dessas raças os representantes mais puros delas. O negro e o

³⁸ No ano de 1888, pelo Decreto nº 9.342, que reorganizou o Museu Nacional, foi criada a 4^a seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

branco, o malaio e o americano defrontam-se a cada passo com indivíduos que descendem da mescla de duas e muitas vezes de três dessas quatro sortes de representantes da família humana. (MN, 1881-1885, p. 26)

Prosseguindo suas considerações na perspectiva do darwinismo social, enaltecia a existência de tipos puros e compreendia a mestiçagem como sinônimo de degeneração social e racial. Nesse registro, Ladislau Neto profetizou o extermínio do nativo brasileiro, o branqueamento da população e valorizou o papel a ser desempenhado pelo Museu Nacional em uma perspectiva antropológica e etnográfica:

Entretanto ninguém ignora que esse interessante campo de estudos tende a desaparecer como sabemos que raro é já encontrar-se o indígena puro, onde quer que haja chegado o hábito do mercantilismo, vanguarda da civilização. Dentro em poucos anos, bem diminuto tornar-se-á o número de africanos, atualmente existentes no Brasil, assim como reduzidos estarão nos recessos das mais longínquas florestas dos afluentes do Amazonas e do Prata os nossos íncolas primitivos do solo brasileiro. O Museu Nacional ainda chegará a tempo agora de registrar os caracteres desses últimos representantes da família aborígene do Brasil, separando assim, ao menos parcialmente, o que com tamanha profusão desperdiçou o descuido dos nossos antepassados. (MN, 1881-1885, p. 27)

Para a manutenção da ordem por ocasião da inauguração da Exposição Antropológica Brasileira e enquanto se mantivesse aberta ao público, no período de três meses,³⁹ foram requisitados praças do Corpo Militar de Polícia da Corte. Essa medida de segurança justificou-se pela necessidade de impor certa ordem ao espaço da exposição, a fim de garantir proteção

³⁹ A exposição foi encerrada em 29 de outubro de 1882, conforme ofício de 22 de novembro deste mesmo ano (cf. MN, 1881-1885, p. 42 v.).

e segurança não só às coleções expostas, como também às autoridades que deveriam visitar a exposição, entre elas a família imperial.

A exposição foi organizada com objetos de coleções dos acervos do Museu Nacional, Biblioteca Nacional e, em sua maioria, de particulares, como as peças pertencentes ao gabinete particular do imperador, Dom Pedro II, distribuídas em oito salas identificadas com nomes de personagens da história, de cientistas e de naturalistas.⁴⁰ Essa parece ter sido uma forma de preservar a memória e de instruir sobre personagens considerados importantes para a história e as ciências do Brasil, com destaque para os que estiveram relacionados à trajetória do Museu Nacional.

Na sala Vaz de Caminha, em alusão ao navegador português do século XVI que foi um dos primeiros a estabelecer contato com os nativos, encontravam-se objetos de etnografia, como arcos, flechas, lanças, remos, sararacas, ralos e outros objetos de diferentes tribos do Brasil, com a seguinte orientação: “É expressamente proibido tocar nos objetos expostos, ainda sob o pretexto de pô-los em ordem; tanto mais quanto convém advertir que alguns dos referidos objetos estão envenenados” (Brasil, 1882).

As coleções compostas por instrumentos de guerra, caça, pesca e música estavam expostas na Sala Rodrigues Ferreira,⁴¹ junto a instalações constituídas por artefatos pertencentes ao Museu Nacional e a particulares, inclusive aqueles pertencentes ao gabinete do imperador.

⁴⁰ Em ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Manoel Alves de Araújo, foi observado que quase nenhum material havia sido enviado pelos presidentes de províncias para a exposição, sendo a maior parte dos objetos com os quais seria inaugurada a exposição proveniente da iniciativa particular (cf. MN, 1881-1885, p. 29).

⁴¹ Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), nascido na Bahia, foi um naturalista luso-brasileiro. Estudou Filosofia Natural e Matemática na Universidade de Coimbra, onde foi preparador de história natural e obteve o título de doutor. Trabalhou no Museu Real da Ajuda e em 1780 foi admitido como correspondente na Real Academia de Ciências de Lisboa. Por ordem da rainha de Portugal, D. Maria I, o naturalista empreendeu a “Viagem filosófica pelas capitâncias do Grão-Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá”, entre 1783 e 1792, encarregado de descrever, recolher, aprontar e remeter para o Real Museu de Lisboa amostras de utensílios empregados pela população local, bem como de minerais, plantas e animais. Ficou também encarregado de tecer comentários filosóficos e políticos sobre o que visse nos lugares por onde passasse (Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456707/mss1456707.pdf. Acesso em: 20 set. 2020).

Na Sala Lery⁴² encontravam-se expostos fragmentos de louça antiga do Amazonas exumados por Ladislau Neto, Derby, Ferreira Penna e Rhome, e dos sambaquis do Sul, retirados pelo professor Hartt, pelo engenheiro Freitas, pelo dr. Galvão e por outros exploradores, compondo as coleções de arqueologia.

Com coleções arqueológicas, a Sala Hartt⁴³ foi exclusivamente ocupada por produtos cerâmicos antigos, organizados por Ladislau Neto, por Derby, pelo engenheiro Gonçalves Tocantins e pelo correspondente do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Penna, além de alguns vasos exumados por José Lustosa da Cunha Paranaguá, e de outros objetos expostos dos acervos dos Museus Paraense e Paranaense e do Instituto Arqueológico Alagoano.

⁴² Jean de Léry (1534-1611), adepto da reforma calvinista, integrou a expedição francesa ao Brasil, chefiada por Durand de Villegagnon, quando da criação da colônia “França Antártica” na baía de Guanabara (1555-1567). Escreveu e publicou na França em 1578 o livro *Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil, autrement dite Amérique*. Obra ilustrada com seus próprios desenhos, retrata costumes dos nativos, seu imaginário e cenas de guerra (Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrastraras/or813623/or813623.html#page/1/mode/1up). Acesso em: 20 set. 2020).

⁴³ Charles Frederick Hartt (1840-1878), geógrafo e geólogo canadense nascido em New Brunswick e falecido no Rio de Janeiro, veio pela primeira vez ao Brasil em 1865, com a Thayer Expedition, que chefiava Louis Agassiz. Voltou novamente, dois anos depois, para explorar o litoral brasileiro. Em 1870, Hartt retorna pela terceira vez ao Brasil, chefiando a Morgan Expedition, com Orville Derby, Herbert Smith, Richard Rathburn e John Clark. Essa expedição explorou os vales do Tapajós, Maecuru, Ererê, Trombeta e o baixo Amazonas, entre outros lugares. Em 1874, Hartt aceita a chefia da Comissão Geológica do Império, que acabava de ser criada sob as bases por ele apresentadas ao governo brasileiro (cf. Delta Larousse, 1971 e ABN: 51, Disponível em: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=manuscritos_guia_pr&db=manuscritos_guia&use=kw_livre&disp=list&ss=NEW&arg=1014). Acesso em: 18 nov. 2011).



FIGURA 17 – Sala Hartt, dedicada a objetos etnográficos e arqueológicos, expostos em vitrines. Fonte – Caixa José Feio; DR102-109, cx. 8, Semear/MN/UFRJ.

A Sala Lund⁴⁴ foi organizada com esqueletos e crânios de indígenas também e turiuáras exumados pelo dr. Ladislau Neto nas antigas muiracáueras das margens do rio Capim, província do Pará; três esqueletos expostos pelo dr. Duarte Paranhos Schutel; grande número de crânios de diversas tribos de botocudos; muitos ossos retirados dos sambaquis da província de Santa Catarina; e fotografias de botocudos tiradas pela Comissão Geológica dirigida pelo professor Hartt.

⁴⁴ Peter Wilhelm Lund (1801-1880) foi um cientista dinamarquês, bacharel em Letras e estudioso de zoologia e de botânica. Em 1825 veio ao Brasil, onde participou de expedições em Minas Gerais, na companhia do botânico alemão Ludwig Riedel (1790-1861). Em suas escavações na região de Lagoa Santa (MG), foram identificadas diversas formas de animais, além de fósseis do homem pré-histórico (Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/prefeitura/85-prefeitura/turismo/dr-lund/269-dr-lund?showall=1>. Acesso em: 21 set. 2020).

Reunindo objetos de etnografia e arqueologia do Brasil e de outras regiões da América do Sul, na Sala Martius⁴⁵ foram expostas esteiras, jamaxins ou uaturás, pacarás, panacaricas, urupembas e alguns produtos cerâmicos do Amazonas, do São Francisco (Alagoas) e do Paraná, além de coleções cerâmicas do Peru e da Guiana Holandesa, estas de propriedade do imperador Dom Pedro II. Com coleções de arte plumária brasileira, adornos, tecidos e vestes de muitas tribos do Brasil, objetos arqueológicos pertencentes ao Museu Nacional e a particulares, foi organizada a Sala Gabriel Soares, em homenagem ao corógrafo e historiador português, autor da obra *Notícia do Brasil ou Tratado descriptivo do Brasil* (1587).

Na Sala Anchieta⁴⁶ encontravam-se obras relativas à língua tupi ou guarani expostas na sua quase totalidade pela Biblioteca Nacional; livros sobre etnografia americana; quadros a óleo representando tipos de diversas tribos do Brasil; fotografias, gravuras a buril, cromolitografias, litografias, aquarelas pertencentes ao imperador, ao Museu Nacional e à Biblioteca Nacional.

Para registrar essa exposição, Ladislau Neto elaborou um catálogo, bem como organizou e dedicou a ela o sexto volume da revista *Arquivos do Museu Nacional*, ambos publicados em 1885. Além disso, para mais ampla divulgação da exposição e do que foi nela representado, publicou em fascículos a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*,⁴⁷ como uma espécie de complemento ao guia da exposição.

⁴⁵ Carl Friedrich Philipp Von Marthius (1794-1868), médico alemão, dedicou seus estudos à botânica. Integrou com o naturalista também alemão Von Spix a missão científica que veio ao Brasil na comitiva da princesa Leopoldina. Juntos percorreram o interior do Brasil recolhendo valioso material sobre a vida natural e social, estudos que resultaram em extensa obra sobre a botânica e a antropologia do Brasil. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como sócio honorário, em 1839 (Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil>). Acesso em: 21 set. 2020).

⁴⁶ José de Anchieta (1534-1597) nasceu nas ilhas Canárias. Foi padre jesuíta que atuou na catequização de índios e evangelização no Brasil durante a segunda metade do século XVI. Foi também teatrólogo, historiador e poeta. Escreveu poesias em latim, português, espanhol e tupi; numerosos autos bilíngues (português e tupi); uma gramática da língua geral (1595); além de cartas com notícias da fauna, flora e etnologias brasileiras (cf. Houaiss, 1992, p. 940; Daher, 2002, p. 595-599).

⁴⁷ A revista foi dirigida por Alexandre Mello Moraes Filho, jornalista, médico, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), editada pela tipografia

Havia de comum entre a exposição e essas publicações as pesquisas dedicadas às origens do homem americano, particularmente aos primeiros habitantes do Brasil, antes da chegada dos portugueses, em 1500, tema a que Ladislau Neto se dedicava em suas pesquisas, tendendo a se posicionar favoravelmente à teoria autóctone.

Com um mês, desde sua inauguração, a exposição foi considerada por Ladislau Neto um “festival científico de brilhante sucesso”. No sentido de reconhecer e agradecer aos que haviam se destacado pelo empenho e pelos préstimos dispensados para a organização, recomendou ao governo imperial a relação de nomes dos cidadãos que mais concorreram para o bom êxito da exposição. Constavam dessa relação todos os diretores e subdiretores de seção e empregados do Museu Nacional; alguns presidentes das províncias; e auxiliares externos (viajantes naturalistas, engenheiros, militares, nobres) (MN, 1881-1885, p. 34, v. 36).

Entre os expositores que mais concorreram para a Exposição Antropológica constaram: o Instituto Alagoano, o Museu Paraense, o Museu Paranaense, o Instituto 11 de Agosto do Maranhão, o Instituto Pernambucano, o Liceu Cearense, a sra. Amélia Machado Cavalcante de Albuquerque, o visconde de Paranaguá, o barão de Teffé, o conselheiro Caminhoá, o engenheiro Thomaz Bezzi e João Barbosa Rodrigues (MN, 1881-1885, p. 42).

Ao encerrar os trabalhos da Exposição Antropológica Brasileira, Ladislau Neto avaliou ter sido o evento a primeira “festa científica” que desse gênero havia sido celebrada até então em todo o mundo, sendo aplaudida e comentada pelas sociedades de ciências da Europa, com um público visitante de mais de cem mil pessoas, comprovando que “o espírito público do Brasil não era indiferente aos assuntos de real utilidade das ciências pátrias” (MN, 1881-1885, p. 42).

Como decorrência dessa avaliação, Ladislau Neto propôs ao governo imperial a organização de uma exposição antropológica americana, num prazo de dois ou três anos, para a qual seriam convidados todos os povos americanos, de modo que todos os pontos do continente fossem ali repre-

Pinheira (1882), em fascículos posteriormente reunidos em forma de livro. Sobre a revista, ver Nascimento (2009, p. 141).

sentados através dos vestígios do homem que antigamente o habitara, dos espécimes da arte ou da indústria dos indígenas que ainda o habitavam, e para esclarecer sobre a natureza física e moral das numerosas tribos antigas e modernas dos Estados Unidos da América do Norte (MN, 1881-1885, p. 42).

A ideia de uma exposição antropológica americana, não efetivada, foi novamente apresentada por Ladislau Neto ao governo republicano em novembro de 1890, quando sugeriu que a 9^a ou a 10^a sessão do Congresso dos Americanistas, reunindo pesquisadores desse assunto de todo o mundo, fosse realizada no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

Em contraposição à grande distância aos incômodos da penosa viagem e a tantos outros escolhos que para logo antevi, imaginei e figurei os mil atrativos que teríamos na exibição dos numerosos indígenas para aqui trazidos de várias latitudes de toda a América, e especialmente do vasto território brasileiro, onde zonas extensíssimas existem inteiramente desconhecidas à civilização. Figurei e salientei os caracteres antropológicos, a linguagem primitiva ou alterada, a tradição das lendas ancestrais, o canto e a dança, o ritmo bárbaro, porém melancólico e sentimental da música sem arte, e a cadência tosca do verso de insólita metrificação. Representei cada tribo no seu meio de cor local com todos os adornos pátrios, com os instrumentos de suas pescarias e caçadas, de suas emboscadas bélicas ou de suas festas tradicionais. (MN, 1885-1890, p. 189)

Três anos após a antropologia e a etnologia brasileira terem tomado a atenção do público e dos especialistas nessas áreas do conhecimento, a educação ganhou evidência ao tornar-se tema de uma exposição internacional ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de diversos países da Europa e da América, seguindo o exemplo da Exposição Pedagógica ocorrida na Bélgica, em 1880.⁴⁸

⁴⁸ Sobre a Exposição Pedagógica de 1883 na cidade do Rio de Janeiro, ver Colichio (1987) e Sily (2012).

Sobre as ações educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional nas exposições nacionais e universais do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, podemos dizer que a instituição, ao participar desses eventos, ao mesmo tempo que cumpria a obrigação institucional, como agência de governo, de divulgar o conhecimento, instruindo sobre as potencialidades das riquezas e das gentes do Brasil, também se projetava como centro de pesquisa e de saber no Brasil e no mundo.

As pesquisas realizadas e a divulgação do conhecimento produzido sobre o território, a geografia, as riquezas naturais e os povos indígenas e suas culturas, através de coleções de objetos expostos nacional e internacionalmente, ao instruírem o público, contribuíam para a construção de certa imagem da nação.

Cursos e conferências públicos (1876-1919)

A partir da década de 1870 ocorreram na Corte imperial e em algumas províncias do Brasil⁴⁹ reuniões públicas onde conferencistas faziam preleções sobre diferentes temas no sentido de divulgar conhecimentos e instruir principalmente sobre diversos assuntos, em especial aqueles pertinentes às ciências. A elite brasileira, particularmente as camadas letradas, acreditava que o conhecimento das ciências, em especial das ciências naturais, seria o caminho através do qual o país alcançaria o desenvolvimento das sociedades civilizadas. Entre as conferências ocorridas na Corte ganharam destaque as promovidas na Glória e no Museu Nacional.

Seguindo o exemplo dos cursos públicos promovidos nesse período na Inglaterra, na França, em Portugal,⁵⁰ as conferências da Glória foram criadas

⁴⁹ A informação da existência de conferências em outras províncias, sem, no entanto, denominá-las, consta do relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1873, p. 9, citado pelo ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

⁵⁰ Em Portugal, entre 1885 e 1886, ocorreram conferências pedagógicas, com a participação de professores e professoras de diferentes Conselhos, que trataram de temas relativos à educação, tais como métodos e processos de ensino, museus escolares, bibliotecas infantis, educação da mulher, entre outros. Alguns dos trabalhos apresentados podem ser encontrados em *Conferências pedagógicas do Porto*, de 1885, as quais foram presididas por José Antonio Simões Raposo, inspetor primário da 1^a circunscrição escolar.

pelo conselheiro Manoel Francisco Corrêa⁵¹ em 1873, e continuaram até a primeira década do século XX.⁵² Ao divulgar conhecimentos e estimular a vontade de estudar assuntos científicos, tais conferências visavam, por um lado, instruir a população sobre as formas de resolver problemas sociais, e, por outro, ensinar que pelo trabalho aplicado o homem poderia chegar a ocupar importantes lugares na sociedade, moralmente falando. Em ambas as tarefas, a instrução tinha um significativo papel (Carula, 2009).

Segundo Carula (2009), as preleções da Glória possuíam caráter pedagógico e atuavam como um importante projeto educativo popular, constituindo-se em um espaço formador de opinião pública para cujo sucesso a imprensa contribuiu como veículo de divulgação. Os seus cursos, promovidos por intelectuais que atuavam em diferentes instituições do Império, alguns inclusive no Museu Nacional, tratavam de temas variados sobre os assuntos que estavam em pauta nas discussões políticas e sociais de seu tempo, como, por exemplo, os relativos à instrução pública; o socorro aos feridos de guerra; a educação geral e específica da mulher; as influências da medicina sobre a educação; a obra de Luís de Camões; o uso e o abuso do tabaco; as bebidas alcoólicas; a taquigrafia; a origem da terra; a lavoura; a pecuária, etc. Alguns temas resultaram em polêmicas, como os debates públicos sobre liberdade de ensino, a criação de universidades e algumas concepções científicas, por exemplo.⁵³

A ideia de que o Museu Nacional deveria ser também uma casa de instrução pública remete-se à gestão de frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), quando esse diretor apresentou ao governo a proposta de criação de uma

⁵¹ Nascido em Paranaguá, província de São Paulo, Manoel Corrêa possuía prestígio social por ser filho do comendador Manoel Francisco Corrêa e de Francisca Corrêa. Era bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1854. Foi senador do Império (1877), deputado geral pelo Paraná (1869) e presidente da província de Pernambuco (1862); foi ainda fundador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Associação Promotora da Instrução, além de sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Em 1874 instaurou a Escola Normal da Corte (cf. Carula, 2009, p. 28).

⁵² Até o ano de 1874 ocorreram no edifício das escolas da Glória 124 conferências públicas (cf. Brasil, 1874, p. 27).

⁵³ Sobre as conferências da Glória, ver Carula (2009); Massarini e Moreira (2010).

faculdade de História Natural no museu, a exemplo do Musée de France – o que, contudo, não ocorreu.⁵⁴

Com o Regulamento de 1842, criado pelo governo para organizar o Museu Nacional, essa ideia seria atendida de outra forma, ao estabelecer que a instituição deveria oferecer cursos públicos, com duração de um ano, sobre assuntos pertinentes às ciências relativas às suas seções, sob a incumbência de seus respectivos diretores, de acordo com as instruções do governo.⁵⁵ Apesar dessa determinação, os cursos só foram efetivados em meados da década de 1870, sendo oferecidas conferências públicas durante esse período.

Para “servir dignamente” à conferência extraordinária de inauguração das conferências públicas realizada pelo correspondente do Museu Nacional, professor Henrique Gorceix, no dia 11 de dezembro de 1874, às 19 horas, foram feitas obras em um dos salões do Museu Nacional, destinado exclusivamente para esse fim. No dia 26 desse mesmo mês ocorreu a conferência do professor Carlos Frederico Hartt versando sobre a história geológica da bacia do Amazonas. Esta e a conferência de inauguração contaram com a presença do imperador.⁵⁶

Em geral, as preleções científicas eram realizadas com o auxílio de estampas murais e com a demonstração dos próprios objetos referentes a cada lição, empregando-se um método prático e objetivo através do qual os participantes poderiam compreender mais facilmente as lições, que eram, muitas vezes, assuntos estranhos aos conhecimentos das pessoas ali presentes, e ministrados em nível de instrução superior (Ladislau Neto, 1877, v. II, p. 165).

⁵⁴ Segundo Lacerda (1905, p. 15), o plano de Alves Serrão em ensinar ciências físicas e naturais nos gabinetes do Museu Nacional foi negado pelo governo “ou porque não quisesse privar dessas atribuições outras escolas, ou porque a completa execução desse plano devesse importar em grande aumento de despesas, que o erário público não comportava”.

⁵⁵ O Regulamento 123, de 3 de fevereiro de 1842, que reorganizou o Museu Nacional, foi decretado para execução do art. 2, § 13, da Lei 164, de 26 de setembro de 1840.

⁵⁶ Conforme ofício do diretor interino do Museu Nacional, Ladislau Neto, para o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dezembro de 1874.

Paralelamente a essa atuação, durante a segunda metade do século XIX o Museu Nacional continuou a auxiliar a instrução através da cessão de suas salas, de suas coleções e de seus laboratórios para outras instituições de diferentes níveis de ensino. Por exemplo, em 1849, o museu foi colocado à disposição para a realização do curso de Química Aplicada às Artes mantido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) e ministrado pelo seu membro efetivo Pedro de Alcântara Lisboa; em 1850, uma sala no museu foi colocada à disposição do Ginásio Brasileiro para nela serem dadas preleções de física, química e zoologia (Lopes, 1997, p. 123).

Atendendo ao pedido do internato do Imperial Colégio de Pedro II para que fosse ministrado um curso completo de história natural, em 1872 foram preparadas nas seções do Museu Nacional, e cedidas ao colégio, coleções com exemplares dos reinos da natureza, acompanhadas dos seus respectivos catálogos, compostas de exemplares originários de diversas províncias brasileiras e de outros países, com 97 espécimes zoológicos, seis mamíferos e 180 conchas.⁵⁷

O Museu Nacional forneceu, em 1882, a pedido da Secretaria da Guerra, rochas e amostras para ensaios no Gabinete de Mineralogia e Geologia da Escola Militar do Rio de Janeiro. Ainda naquele ano foram cedidas salas do museu para que aulas do professor dr. João Joaquim Pizarro sobre anatomia e fisiologia comparada fossem ministradas aos alunos da Faculdade de Medicina da Corte. Também foram oferecidas ao Gabinete de Botânica da Escola Politécnica 909 espécies vegetais extraídas do herbário da seção de Botânica do Museu Nacional (MN, 1869-1875, p. 85).

Para a Escola Militar da Província do Ceará, em 1889, o Museu Nacional enviou coleções de minerais e de rochas num total de 76 exemplares, com amostras de prata, cobre, enxofre e calcite, hematite, cristal de rocha, ametista, quartzo, ágata, jaspe, opala, topázio, calcário, ardósia, gnaisse, itabirito, carvão e xisto betuminoso, entre outros minerais (MN, 1869-1875, p. 132).

Por determinação do diretor Bruno Lobo, em 1916, os mostruários do Museu Nacional foram colocados à disposição da Faculdade de Medicina

⁵⁷ O catálogo foi organizado com a numeração correspondente a cada peça, nome científico e local de origem (cf. MN, 1869-1875, p. 107-109).

do Rio de Janeiro, para as aulas práticas de história natural; compreendia-se então o Museu Nacional como um instituto que se ocupava principalmente dessa disciplina, devendo ser um complemento indispensável das escolas superiores do Rio de Janeiro. Nesse sentido, sugeriu-se ao diretor, dr. Aloysio de Castro, que as aulas práticas e teóricas da faculdade fossem realizadas no museu, onde existiam sala e material à disposição do professor (MN, 1916, p. 61).

De acordo com o novo Regulamento de 1876, o Museu Nacional dever-se-ia destinar “ao estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes”, evidenciando o seu caráter educativo, sendo o ensino científico uma das finalidades da instituição. Para atender a essas funções, estabelecia que o museu deveria coligir e conservar sob sua guarda, devidamente classificados, produtos naturais e industriais, assim como manter a oferta de cursos públicos.

Diferentemente do regulamento anterior (1842), em 1876 os cursos públicos foram organizados em um capítulo próprio, cabendo aos diretores de seção e subdiretores a competência de organizá-los e oferecê-los ao público, gratuitamente, através de preleções que deveriam ser proferidas semanalmente, pelo menos. Os cursos deveriam ser oferecidos à noite, nos salões do edifício do Museu Nacional, com início em 1º de março e término em 31 de outubro, e o objeto dos cursos de cada seção deveria ser anunciado no *Diário Oficial*.

Referindo-se à reforma que estabeleceu simultaneamente a obrigatoriedade dos cursos públicos no Museu Nacional e a publicação da revista *Archivos*, sobre seu funcionamento e frequência no ano de 1877, o diretor comentou:

Como imediatos benefícios da nossa recente reforma devem ser considerados de primeira plana os cursos públicos do Museu Nacional e o aparecimento de seus *Archivos*. Sobre o primeiro, que fora ensaiado seis meses antes, mas que só depois da criação do regulamento vigente adquiriu a organização regular de um ensino metódico e substancial, firmou-se geral conceito de

que nenhum outro ensinamento popular havia d'antes obtido melhores resultados, nem mostrado mais auspíciosas e eficiente iniciação. [...] Quanto nos coube em posse, referimo-nos, nestes cursos, às ideias mais modernas e às teorias mais transcendentais, empregando a forma que mais nos pareceu coadunar-se com a índole de um ensino popular. Em todas as aulas houve constante menção de assuntos pátrios que não raras vezes fizeram tema de lições quase inteiras. O auditório em que se dignaram incluir o Imperador, a Princesa Isabel e seu Augusto Esposo, e muitos representantes das mais altas classes sociais, mostrou-se digno desta honrosa comparticipação [sic] e durante todas as preleções em que se contavam às centenas as pessoas de todas as camadas da sociedade nunca me vi obrigado a recorrer a quaisquer disposições policiais, porque as não exigiram a boa ordem do salão e o silêncio respeitoso dos ouvintes. (MN, 1877, p. 3)

Para que os cursos públicos fossem efetivados, deveriam ser previamente aprovados pelo governo. Nesse sentido, cada chefe de seção deveria apresentar o programa de seu curso ao Conselho Diretor do Museu Nacional,⁵⁸ órgão a que competiam a aprovação e o encaminhamento das propostas para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao qual estava subordinado, para aprovação do ministro, condição indicativa da centralidade do governo sobre as ações do Museu Nacional, particularmente as consideradas de caráter educativo.

Para o ano de 1877 foram apresentados ao Conselho Diretor do Museu Nacional os programas de curso da cadeira de Antropologia, de responsabilidade do professor dr. João Batista de Lacerda; da seção de Mineralogia, sob a condução do professor dr. Carlos Luiz de Saules Júnior;⁵⁹ de Botânica, a cargo do diretor do Museu Nacional, dr. Ladislau de Souza Mello e Neto;

⁵⁸ O Conselho Diretor do Museu Nacional era composto pelos diretores e subdiretores de seção, reunindo-se ordinariamente a cada primeiro dia útil de cada mês, conforme determinação do Regulamento de 1876.

⁵⁹ Carlos Luiz de Saules Júnior em 1876 ocupava o cargo de subdiretor da 3^a seção, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral.

e de um curso oral de agricultura, sob a orientação do dr. Nicolau Joaquim Moreira.⁶⁰

Com exceção do curso de Antropologia, proposto para o período de dois anos, os das demais seções teriam a duração de um ano e deveriam dar continuidade às preleções realizadas pelos respectivos chefes de seção no ano de 1876. De acordo com o regulamento que instituiu os cursos no Museu Nacional, estes deveriam atender a um conteúdo básico, com noções elementares sobre as ciências em questão, tornando-se mais complexos no seu decorrer, cabendo ao professor responsável a obrigação de preparar o espírito do público com noções elementares antes de começar o ensino das ciências.

Inicialmente, os cursos tiveram grande repercussão e aceitação na Corte, atraindo um público formado por senhoras, estadistas, médicos, advogados, jornalistas e todos os que prezavam as boas letras e as ciências naturais, contando inúmeras vezes com a presença do imperador.⁶¹ Eram oferecidos em salão do Museu Nacional, à noite, abertos a “todas as classes sociais”, desde que os participantes estivessem “decentemente vestidos”, o que implicava a exclusão da maioria da população brasileira.⁶²

A revista *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* publicou o resumo dos cursos de Antropologia (1877), o primeiro a ser oferecido no Museu Nacional sobre essa matéria, e de Botânica (1878),⁶³ sendo assim possível conhecer seus conteúdos e observar os métodos adotados pelos conferencistas em suas preleções.

⁶⁰ Nicolau Joaquim Moreira em 1876 ocupava o cargo de subdiretor da 2^a seção, Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal.

⁶¹ Cf. “Resumo do curso de Botânica do Museu Nacional”, de 1878 (*Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. III, p. 185).

⁶² Na intenção de encontrar possíveis registros dos cursos, conferências e preleções foi realizada pesquisa em documentos oficiais do Museu Nacional, resultando em poucas informações, na medida em que essas atividades aparecem registradas de forma burocrática, trazendo, em geral, as datas de início, encerramento e solicitações de adiamento dos cursos, quase sempre justificadas pelo intenso calor no mês de março, período em que deveriam começar por determinação do governo, ou por motivos de obras nas dependências do Museu Nacional.

⁶³ Respectivamente, revista *Archivos*, v. II, p. 165-169; v. III, p. 185-199.

O curso de Antropologia versou sobre a anatomia e a fisiologia do homem. O professor Lacerda Filho⁶⁴ em suas primeiras preleções apresentou a real importância dos estudos fisiológicos e os progressos que a fisiologia havia alcançado, mediante a influência direta e imediata do método experimental aplicado a essa matéria.⁶⁵ Em seguida estudou cada uma das principais funções do organismo, com base nas noções anatômicas indispensáveis para a compreensão de cada órgão ou de cada aparelho, “no regular exercício das funções da vida”, no intuito de que a anatomia e a fisiologia “caminhassem sempre de mãos dadas, prestando mútuo auxílio e iluminando-se reciprocamente” (Mello Neto, 1877, p. 166).

Ao tratar das funções digestivas, Lacerda Filho aproveitou as lições de anatomia para relacioná-las com as questões de ordem social que ocorriam no país, provocadas pela carência alimentar, os sentimentos de fome e de sede, que levavam o homem a ser movido mais por “instintos da anima-lidade” que pelos “conselhos da razão”, não respeitando outros direitos que não fossem o da força e o da violência, “multiplicando-se os crimes e levantando-se às sedições, fazendo retroceder a sociedade aos tempos da barbárie”.

Os assuntos abordados nas preleções seguintes realizadas por Lacerda Filho incluíam a circulação, o coração, o curso do sangue nas veias, artérias e capilares, a medula e o cérebro, o sistema nervoso, a respiração. Neste último assunto, o professor Lacerda Filho procurou traçar um paralelo

⁶⁴ Ladislau Neto refere-se a João Batista de Lacerda como Lacerda Filho (cf. relato de Ladislau Neto em resumo publicado na revista *Archivos do Museu Nacional*).

⁶⁵ As pesquisas sobre fisiologia foram desenvolvidas no Museu Nacional, em grande parte, por João Batista de Lacerda, em sintonia com estudos do fisiologista francês Claude Bernard (1813-1878), pesquisador do Museu de História Natural de Paris. No Museu Nacional esses estudos ganharam maior importância e força quando Batista de Lacerda e o médico parisiense Louis Couty (1854-1884) fundaram o Laboratório de Fisiologia Experimental, que funcionou anexo ao Museu Nacional no período entre 1880 e 1890. A criação do Laboratório de Fisiologia como anexo ao Museu Nacional, com funcionamento e gestão própria, resultou em sérias divergências com o então diretor do museu, Ladislau Neto.

entre os centros demarcados dos cérebros dos símios e aqueles que lhes deveriam corresponder no cérebro humano.⁶⁶

Cabe destacar que em seu curso Batista de Lacerda tomou por base a teoria evolucionista de Darwin, afirmado o discurso científico em oposição ao discurso religioso, assim como desenvolveu a ideia de sistema ao apresentar uma concepção relacional entre os órgãos do corpo, observando o organismo como uma unidade formada por partes – concepção que, para ele, deveria servir também para compreender a sociedade, vista como um organismo que também deveria ser assim organizado para ser harmonioso.

Unidos à distância pelos liames dos vasos e dos nervos, esses dois órgãos [coração e pulmão] são como dois centros de irradiações dinâmicas, com os quais estão entrosadas todas as peças do organismo vivo. A mais pequena interrupção na emissão das suas forças respectivas abala todo o edifício e destrói o equilíbrio que naturalmente existe entre eles [...]. Dessa dependência mútua e recíproca resulta a estabilidade, a ordem, a harmonia em todas as subordinadas mais ou menos diretamente à influência daqueles dois centros. (Archivos..., 1877, p. 169)

O curso de Botânica ministrado por Ladislau Neto enquanto diretor dessa seção foi por ele resumido e publicado na revista *Archivos* em 1878. As preleções trataram inicialmente da história das plantas, da sua adaptabilidade ao meio natural, sua distribuição pelo planeta e sua influência sobre a indústria humana, demonstrando a apropriação dos vegetais pelo homem e sua utilização na vida social e na cultura dos diferentes povos, em uma perspectiva geológica e paleontológica, seguindo uma concepção darwinista da vida, pela qual os vegetais, assim como os animais, se

⁶⁶ No período compreendido entre 1870 e 1880, os estudos arqueológicos e antropológicos desenvolvidos nos grandes centros do mundo caracterizaram-se pelo interesse dos cientistas em conhecer as origens dos diferentes povos, com base em pesquisa da antropologia física. No Brasil, esses estudos foram desenvolvidos também no Museu Nacional por cientistas que procuraram investigar as origens do homem americano, entre eles Ladislau Neto.

transformam no decorrer do tempo de acordo com leis evolucionistas, adaptando-se ao meio.

Entre os vegetais selecionados como exemplos constaram o lótus, a oliveira, o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, o milho, a bananeira, a batata, a coca, etc. No que diz respeito ao café, principal produto agrícola de exportação do Brasil, o professor dedicou uma preleção para tratar exclusivamente dessa planta, abordando sua trajetória e influência na história da humanidade.

A ordem do discurso sobre esses vegetais acompanhava certa evolução da história da humanidade, iniciando-se com os povos primitivos do Oriente, atravessando a Europa, chegando à América e, por fim, ao Brasil. Ao tratar da apropriação dos vegetais pelos povos para sua transformação e indústria, as lições tomavam como exemplos as atividades produtivas de regiões do mundo, mas principalmente as do Brasil, como o emprego de “certa juncácea” comum em Lagoa Santa, no estado de Minas Gerais, para o fabrico de esteirões e albardilhas, pela povoação que habitava as margens desse lago; a extração da piaçava, na costa meridional da Bahia, e sua utilização na indústria por milhares de indivíduos, trabalhadores nas empresas de ricos negociantes; a produção de mate e quina, entre outros produtos agrícolas cultivados em solo brasileiro durante o Império.

Ao que parece, essas lições tinham a intenção de instruir o público interessado sobre as culturas dos povos de diferentes regiões do mundo, mas, principalmente, as do Brasil. Buscavam ampliar conhecimentos sobre as riquezas naturais e informar sobre suas potencialidades para a economia e a sociedade, tomando como base o pensamento científico, numa perspectiva de valorização da natureza e das ações humanas, assim como de possíveis investimentos a serem realizados nessas atividades produtivas, para que pudessem levar à rentabilidade da cultura em questão e multiplicar os recursos dos investidores.

Sobre o funcionamento dos cursos públicos em 1882, Ladislau Neto escreveu:

De conformidade com o artigo 16 do Regulamento a que se refere o Decreto nº. 6.116, o ensino científico do Museu é dado em

preleções, feitas pelos Diretores e Subdiretores de seção. Posto que o regulamento, artigo 16, estabeleça que de cada matéria seja feita uma preleção semanal, todavia, de acordo com o governo, têm sido espaçadas essas preleções, de modo a ser prelecionada cada uma das matérias de quinze em quinze dias, dando o Museu três preleções sobre matérias diferentes cada semana. A princípio os cursos abriam-se no 1º de março, e encerravam-se a 31 de outubro. Ultimamente, porém, atendendo às reclamações de diversas pessoas que desejavam seguir os nossos cursos, que em virtude do calor excessivo dos primeiros dias de março, não podiam comparecer a eles, resolveu o Diretor Geral, de acordo com o Conselho Diretor do Museu e com V. Ex^a. o Sr. Ministro da Agricultura, adiar a abertura para o primeiro dia útil de abril. As matérias prelecionadas têm sido distribuídas do seguinte modo: Botânica Geral – Dr. Ladislau Netto; Zoologia – Dr. João Joaquim Pizarro; Agricultura – Dr. Nicolau Moreira; Geologia – Dr. Orville Derby; Antropologia – Dr. João Batista de Lacerda. Por estar vago o lugar de Subdiretor da 3^a seção não tem havido preleções de Mineralogia, que deveriam ser feitas por aquele professor. Além destes cursos regulares, nos quais fica ao professor inteira liberdade de estabelecer a ordem e o método do ensino, preleções avulsas, relativas a algum assunto importante e da atualidade, podem ser dadas por qualquer dos professores. Aos membros correspondentes do Museu tem sido sempre facultado o direito de fazer também preleções em dias determinados, sem perturbação dos cursos regulares. Foi usando dessa faculdade que no ano próximo passado fez o Sr. Dr. Louis Couty uma série de preleções sobre a fisiologia do cérebro. (MN, 1881-1885, p. 11)

Em função da organização da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, em virtude da demanda de trabalhos que ocupariam os diretores de seção e seus funcionários, e sendo necessário ocupar o salão destinado aos cursos públicos – por ser o mais cômodo e o maior do pavimento superior do edifício do museu, único de que se poderia dispor para a exposição de

ubás, canoas e grandes objetos, bem como de várias figuras de tamanho natural de alguns tipos indígenas –, o diretor solicitou ao governo a interrupção dos cursos públicos.⁶⁷ Essa interrupção duraria mais tempo que o da Exposição Antropológica ocorrida no Museu Nacional entre julho e outubro de 1882, permanecendo alguns anos até eles voltarem a existir, apesar de diversas tentativas realizadas.

A partir de observações e sugestões dos diretores das seções do Museu Nacional após alguns anos de experiência com preleções, que de acordo com seus argumentos não mais atraíam o interesse do público, em 1884, Ladislau Neto apresentou ao governo a necessidade de modificar a natureza dos cursos.

Não há muito e em ofício de informação, tive ocasião de dizer que o nosso auditório, de ordinário mui limitado, não é composto de estudiosos, nem mesmo de amadores assíduos. Constituem-no as pessoas que por acaso passam no momento em que está aberto e iluminado o salão dos cursos, e que por mera curiosidade aí penetram. Os cursos mais cheios de atrativos, os assuntos mais interessantes e de mais pronunciada atualidade, hão sido feitos algumas vezes diante de meia dúzia de ouvintes inteiramente incapazes de comprehendê-los. Nem admira que semelhante fato se observe em um curso, onde não há inscrição de alunos, donde não resultam habilitações para exames, e de cujos professores não dependem os seus ouvintes, quando nas escolas superiores do Império, onde existem todas estas circunstâncias, muitas vezes as bancadas estão vazias. (MN, 1881-1885, p. 132)

Apesar de ser da opinião de alguns diretores de seção que os cursos deveriam ser extintos em função de existirem muitas tarefas para serem por eles realizadas, além da preparação das preleções e cursos, não compensando esse trabalho em função do pouco interesse manifestado pelo

⁶⁷ Conforme ofício de 3 de maio de 1882 remetido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (cf. MN, 1881-1885, p. 19).

público do Rio de Janeiro nos assuntos científicos tratados por algumas seções, entre eles os da 3^a seção (físicas, mineralogia, geologia e paleontologia geral), Ladislau Neto defendeu que as preleções deveriam continuar a ser efetuadas sem o caráter obrigatório e não mais em forma de cursos, mas como conferências públicas, com a abordagem de assuntos de alto interesse para o museu ou para o país, e à vontade dos preletores.

As considerações e a opinião de Ladislau Neto foram em parte contempladas no Decreto nº 9.942, de 1888, assinado pela princesa Isabel em nome do imperador. O Museu Nacional foi reorganizado com base em regulamento próprio, estabelecendo o fim dos cursos e a manutenção das conferências públicas, sendo suprimido dos objetivos do museu o ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo as do Brasil, como constava em seu regulamento anterior (1876), e mantido o caráter exclusivo de estudo da história natural, devendo o museu proceder à coleta, conservação, guarda e exposição de suas produções ao público, entre outras medidas.⁶⁸

Por esse novo regimento, os diretores e subdiretores das seções do museu ficavam encarregados de realizar conferências públicas sobre assuntos pertinentes à especialidade de cada seção, sempre que fosse conveniente aos interesses do museu e da ciência, suprimindo-se sua obrigatoriedade. Além dos diretores, os membros correspondentes do museu, os naturalistas viajantes e os profissionais que fossem ilustrados nas ciências compreendidas nas diversas seções do Museu Nacional também poderiam oferecer conferências.

Reconhecendo a importância dos cursos e insistindo em sua oferta pelo museu, ainda em 1890, o subdiretor da 2^a seção, Amaro Ferreira das Neves Armond, apresentou um programa do curso a ser por ele ministrado, que propunha fosse “preciso e claro”, procurando “dar-lhe o caráter prático e demonstrativo ao alcance do povo”.⁶⁹

⁶⁸ Cabe destacar que por esse novo regulamento o Museu Nacional passou a ser dividido em quatro seções: 1^a. Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; 2^a. Botânica; 3^a. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4^a. Antropologia, Etnologia e Arqueologia, com a criação desta última.

⁶⁹ Conforme o ofício nº 115, de 26 de setembro de 1890. Doc. n. 116, pasta 29, Semear/ Museu Nacional.

Em sua proposta, o curso abordaria botânica em geral e sua utilidade, passando aos estudos da plântula e do vegetal; da anatomia dos diversos órgãos da planta – raiz, caule, folhas, órgãos sexuais, fruto, semente, embrião; e das funções de todos os órgãos. Propunha fazer para todas as lições, tanto de anatomia quanto de fisiologia, demonstrações práticas em plantas frescas, com o auxílio de mapas existentes e de desenhos na “taboa negra”. Após a classificação dos vegetais, ele passaria ao estudo das famílias, descrevendo seus caracteres distintivos, utilizando exemplares frescos ou aproveitando as coleções do museu para demonstrações.

Segundo a proposta do professor Armond, o curso teria como objeto de estudo as espécies vegetais de aplicação mais usual, fossem elas para uso doméstico, medicinal ou industrial, tomando como referência plantas da flora brasileira, com a análise de suas propriedades e a ordem de sua utilidade. Além disso, propunha vulgarizar os métodos de secar e conservar as plantas e o modo de colhê-las para fins científicos e práticos, assim como o estudo sobre a distribuição geográfica dos vegetais. Informava ainda que algumas das lições poderiam ser substituídas por herborizações em que se faria o estudo prático da flora das circunvizinhanças da cidade do Rio de Janeiro.

No sentido de incentivar a formação de novos profissionais para a área das ciências e reestabelecer os cursos oferecidos pelo Museu Nacional, o governo republicano, através de Decreto presidencial nº 810, de 1890, estabelecia que os diretores e subdiretores de seção deveriam oferecer cursos públicos noturnos de ensino concreto e, o quanto possível, ao alcance do público e dos estudantes de qualquer classe, sendo criado um livro de matrícula com a indicação dos cursos que desejassem seguir e um registro de frequência para a assinatura diária dos estudantes matriculados. A estes, com autorização do diretor do museu, seria facultado o ingresso nos laboratórios e permitida a participação em excursões e em outros trabalhos práticos do pessoal do museu.

Ao estudante que tivesse comprovado a devida frequência do curso e o cumprimento dos trabalhos práticos do museu, com proveito confirmado em provas, poderia ser conferido pelo diretor-geral e sancionado pelo ministro um atestado de idoneidade com declaração das matérias em que

se houvesse habilitado. Esse atestado ou diploma seria considerado pelo governo da República como título de habilitação de preferência a cargos de preparadores das escolas superiores, ou de auxiliares e preparadores de institutos agrícolas e zootécnicos, de laboratórios de assistência pública de escolas normais e de outras instituições de natureza análoga, ou aos cargos públicos que não exigissem mais habilitações.⁷⁰

No entanto, durante o processo de transferência do Museu Nacional da Praça da Aclamação para a Quinta da Boa Vista foram suspensos os cursos e mantidas “as conferências públicas, sempre que parecesse conveniente aos interesses do estabelecimento e do serviço”.⁷¹ Essa medida buscou atender ao pedido do diretor, ao ponderar que a transferência do museu implicava intenso trabalho desenvolvido pelos diretores das seções e naturalistas no arranjo e classificação dos objetos, no sentido de conseguir, no menor tempo possível, franquear ao público as portas da instituição. Após o trabalho de reabertura do museu, haveria grande dedicação desses funcionários para com a confecção dos catálogos das coleções colocadas em exposição, restando pouco tempo para dedicação aos cursos e conferências.

Durante aproximadamente dez anos, os cursos e as preleções públicas deixaram de existir no Museu Nacional. No ano de 1902, o diretor João Batista de Lacerda, considerando as utilidades dos cursos para o museu, assim como as vantagens que se ofereciam para o público que o frequentava, enviou longo documento ao ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Sabino Barros, apresentando o Museu Nacional como uma das melhores instituições científicas desse gênero na América do Sul, em condições de prestar serviços à instrução e à ciência. Considerava que a simples exposição das coleções, apesar de bem credenciadas e classificadas, não era um meio eficaz e proveitoso para a instrução do público, na medida em que nenhuma noção científica seria adquirida pela visão dos objetos expostos nas coleções.

⁷⁰ Regimento interno do Museu Nacional de 25 de junho de 1891 para execução do regulamento a que se refere o Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890, capítulo IV.

⁷¹ Regulamento do Museu Nacional de 26 de dezembro de 1892, capítulo IV. Essa determinação foi mantida no Regulamento do Museu Nacional referente ao Decreto nº 3.211, de 11 de fevereiro de 1899.

Lacerda defendeu que para instruir o público seria necessário fazê-lo tomar conhecimento do valor dos objetos de coleção, “assinalar a sua origem, a sua importância relativa, assim como todas as circunstâncias que a eles se prendem, e que os tornam dignos de apreciação e de estudos”. Em seguida, seria preciso fazer um exame analítico de cada espécime ou de cada grupo de objetos, utilizando esses elementos de estudos com base em princípios ou leis gerais investidas de estudo metódico da natureza. Para promover essas ações educativas, sugeria a criação de cursos regulares de ciências naturais no Museu Nacional, dirigidos para a “classe laboriosa”, que não visava, em sua opinião, à conquista de pergaminhos científicos, mas que nutria “o desejo ardente de saber e de instruir-se”.

Ainda como argumentação e defesa dessa proposta, o diretor do museu assinalava que esses cursos serviriam para compensar as perdas provocadas pela reforma pela qual passavam os cursos de instrução superior no Brasil, inclusive a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, onde os estudos da natureza ficaram incompletos, sendo negligenciados em função de outras disciplinas. Além disso, auxiliariam na difusão dos conhecimentos úteis pelas camadas sociais que não frequentavam cursos nas faculdades ou escolas de instrução superior.

Ao concluir, procurou chamar atenção para o problema da instrução e suas finalidades.

Do que precisamos, Sr. Ministro, no atual momento de nossa evolução política e social, não é somente difundir conhecimentos e multiplicar as fontes de instrução, mas sim e sobretudo *preparar o espírito das gerações que vão chegando com uma instrução sólida e fecunda.* (MN, 1899-1907, p. 92 v., grifos nossos)

Com base nessas argumentações e no debate doutrinário empreendido, apresentou ao governo proposta de reforma complementar do Museu Nacional, a partir da qual a instituição seria considerada estabelecimento científico de instrução superior com as seguintes finalidades e linhas de ação:

1º. Coligar e classificar objetos de história natural, principalmente os que forem originários do Brasil.

2º. Estudar e investigar em seus laboratórios questões de interesse científico geral, principalmente, as que se referem à zoologia, à botânica, à mineralogia, à antropologia e à biologia.

3º. Fazer cursos regulares, relativos a cada uma dessas ciências, com demonstrações práticas, feitas mediante estampas murais, apresentação de objetos e espécimes, preparações macroscópicas e microscópicas, reações químicas.

4º. Serão encarregados desses cursos professores e assistentes conforme a especialidade científica das suas respectivas seções.

5º. A distribuição dos materiais dos cursos assim como os dias e horas em que eles terão lugar será feita pelo Diretor, de acordo com os professores e assistentes.

6º. Cada curso terá um livro de inscrição a cargo do professor ou do assistente em que se inscreverão as pessoas que quiserem frequentar o curso.

7º. O tempo de cada preleção será de 1 hora.

8º. Os professores e assistentes apresentarão ao Diretor, que por sua vez os enviará ao Ministro, o programa das matérias sobre as quais terá de prelecionar durante o ano, devendo dar inteiro cumprimento a esse programa no prazo marcado pelo regulamento dos cursos.

9º. Um resumo de cada preleção será publicado nos principais jornais diários da capital; e um resumo geral de todas as preleções será dado à publicidade nos *Archivos do Museu Nacional*.

10º. O Diretor do Museu poderá, quando julgar conveniente, fazer conferências sobre assuntos de biologia. (MN, 1899-1907, p. 93-93 v.)

Apesar das argumentações e reivindicações apresentadas por Batista de Lacerda, os cursos regulares só foram retomados no Museu Nacional a partir de 1911, com base no regulamento baixado pelo governo junto ao Decreto nº 9.211. Por essa nova legislação, o Museu Nacional passou a ter como finalidades:

estudar e *divulgar a história natural*, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente,

conservando-os e *expondo-os ao público com as necessárias indicações*, e proceder a estudos e investigações relativas à entomologia e fitopatologia agrícolas, química vegetal e química geral (analítica). (MN, 1912b, grifos nossos)

Para atingir tais fins, o Museu Nacional manteve a divisão em quatro seções e criou quatro laboratórios, ganhando uma orientação voltada para atividades experimentais. De acordo com essas finalidades, o governo esperava que o Museu Nacional atendesse às exigências crescentes de estudos dirigidos às questões sociais e econômicas do início do século XX, principalmente as referentes à saúde e higiene da população⁷² e as do setor agrícola, na medida em que, por exemplo, nesse período a lavoura do café passava por sérias crises em função de pragas que provocavam doenças, afetando a produção e a exportação e, assim, a economia nacional.⁷³

A criação de laboratórios reafirmava a função do Museu Nacional como agência de consultoria do governo a serviço do Estado e dos homens de indústria. Nesse período, muitas foram as remessas de materiais enviados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio aos laboratórios do Museu Nacional para identificação de espécimes e avaliação da qualidade de produtos, como café, cana-caiana, hévea e algodão, por exemplo; mas também para identificação e combate às doenças e insetos daninhos

⁷² No laboratório de Biologia do Museu Nacional, especializado em bacteriologia, foram desenvolvidos estudos referentes à febre amarela, ao beribéri e à peste de equinos, bovinos e suínos, com resultados divulgados em publicações avulsas, em comunicações feitas em instituições de ensino e de pesquisa e na revista *Archivos* (cf. Lacerda, 1905, p. 132). Outros institutos científicos também se dedicaram à pesquisa experimental com base nas novas teorias da microbiologia e da medicina tropical, dentre eles o Instituto Oswaldo Cruz, onde o cientista Carlos Chagas (1878-1934) descobriu, em 1909, a existência de uma nova doença tropical, causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, transmitida por um inseto – barbeiro –, frequente em casas de pau a pique típicas das populações pobres nas áreas rurais do Brasil (cf. Kropf, 2010, p. 57).

⁷³ De acordo com o Regulamento de 1911, capítulo III, art. 11, os laboratórios eram obrigados a atender às requisições que lhes fossem feitas por intermédio do diretor do Museu Nacional sobre assuntos concernentes às suas especialidades, quer fossem elas procedentes da Secretaria de Estado, quer de qualquer outra repartição ou estabelecimento do ministério.

que atingiam plantas e animais no país,⁷⁴ com a solicitação de que fossem examinados e de que informações sobre esses materiais fossem enviadas à Diretoria de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola daquele ministério.⁷⁵ Alguns desses estudos foram publicados em forma de artigos na revista *Archivos do Museu Nacional*.

A montagem dos laboratórios ocorreu entre 1911 e 1913, sendo esta uma das principais atividades desenvolvidas nas seções do Museu Nacional. Para que fossem equipados, foram importados materiais (vidros, armários, instrumentos científicos, produtos químicos) da Europa, principalmente da França e Alemanha. No Brasil, empresas especializadas forneceram materiais de papelaria, máquinas de escrever e acessórios, ferragens e utensílios, máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, adubos, sementes e inseticidas, drogas e medicamentos, vasilhames e utensílios para laboratório, material cirúrgico, material fotográfico, forragens, carvão de pedra.

⁷⁴ Casos como o do inseto que destruía os arrozais em Tombos de Carangola (MG), o da moléstia que há anos existia nos cafezais do estado do Espírito Santo e o das doenças em espécimes de parreiras dos municípios de Campo Largo e Araucária, PR, e em árvores da cidade de Belo Horizonte foram analisados e em retorno foram prestadas informações por especialistas em fitopatologia, entomologia e química vegetal atuantes no Museu Nacional (cf. MN, 1911).

⁷⁵ Os estudos realizados pelos laboratórios do Museu Nacional eram enviados tanto para o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas quanto para o próprio diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sob a forma de boletins.



FIGURA 18 – João Batista de Lacerda no Laboratório de Biologia do Museu Nacional. Fonte – LACERDA, J. B. de. *Fastos do Museu Nacional*, 1905, p. 121.

Para atender às finalidades de divulgação do conhecimento científico estabelecidas pelo Regulamento de 1911, o governo esperava que o Museu Nacional atuasse no sentido de “promover por todos os meios convenientes a vulgarização do estudo de História Natural” e para isso os chefes de

seção, os professores⁷⁶ e seus substitutos deveriam realizar cursos práticos gratuitos sobre as matérias que lhes eram peculiares, cabendo aos chefes de laboratórios a realização de conferências⁷⁷ sobre os assuntos de suas especialidades. Deveriam também divulgar os trabalhos efetuados nas seções por meio da revista *Archivos do Museu Nacional*, do *Boletim do Ministério* ou mediante publicações avulsas.⁷⁸

Em sintonia com as tendências de ampliação do público pelos museus e as demandas educacionais do início do século XX, propunha o governo em 1911 que fosse organizado em uma das dependências do Museu Nacional um Museu Escolar de História Natural, destinado ao ensino intuitivo, especialmente adaptado às crianças, para o ensino prático e elementar de história natural, dirigido aos alunos das escolas e colégios de ensino primário e secundário do Distrito Federal. Além disso, deveriam ser feitos no Museu Nacional os cursos de especialização da Escola Superior de Agricultura e Medicina que tivessem relação com os assuntos a cargo das seções e dos laboratórios.⁷⁹

Em consulta aos livros de ofícios nos anos de 1913 e de 1914 foram encontradas informações sobre iniciativas do diretor do Museu Nacional, Batista de Lacerda, para compra do mobiliário para instalação do Museu Escolar⁸⁰ e para contratação de um zelador encarregado de sua guarda, fiscalização e conservação, na medida em que o regulamento que criou o Museu Escolar

⁷⁶ Com o Regulamento do Museu Nacional, de 1899, houve alteração do cargo de “diretor de seção”, que passou a ser designado “professor”.

⁷⁷ De acordo com o Regulamento de 1911, os membros correspondentes e os profissionais ilustres que se tivessem destacado nas ciências compreendidas nas seções e nos laboratórios do museu também poderiam fazer conferências no Museu Nacional. Os programas dos cursos e das conferências seriam anualmente sujeitos à aprovação da Congregação na primeira sessão de cada ano e encaminhados para aprovação do ministro.

⁷⁸ Regulamento do Museu Nacional de 15 de dezembro de 1911, capítulo II, “Das atribuições das seções”.

⁷⁹ Decreto nº 7.862, de 9 de fevereiro de 1910, e Regulamento do Museu Nacional de 15 de dezembro de 1911, arts. 59 e 63, respectivamente.

⁸⁰ Para constituir o Museu Escolar, foram feitas compras no exterior, realizadas através de firmas comerciais estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro. Em uma dessas negociações foram encomendados e comprados armários de ferro e coleções da Europa por meio de Fernandes Malmo e Cia., no valor de 5.988\$080.

não estabelecia a seção do Museu Nacional ao qual deveria estar vinculado e a quem deveria caber essas funções. Para a instalação foi reservada uma sala no segundo pavimento do prédio do Museu Nacional, guarnevida de armários de ferro e envidraçados, que ofereciam todos os requisitos para uma boa exposição, conforme avaliação do diretor, seguindo o modelo dos museus escolares dos Estados Unidos da América.

Apesar dessas determinações, pelo que foi possível observar das atividades do Museu Nacional entre 1912 e 1914, com base na consulta aos livros de sua correspondência oficial e aos relatórios dos diretores das seções, a instituição se voltou integralmente para atividades de estudos realizados em seus laboratórios, atendendo às demandas das repartições públicas, principalmente aquelas relativas ao setor agrícola, com o prédio fechado para visitas públicas.

Sobre as mudanças operadas no Museu Nacional e reivindicando uma reorganização dos seus serviços no aspecto administrativo, João Batista de Lacerda dirigiu-se ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, em 1913, manifestando-se nos seguintes termos:

Com as clarividentes reformas de 1910 e 1911 esta Repartição tornou-se incontestavelmente um estabelecimento *sui-generis*, do mais alto valimento para o progresso e grandeza do Brasil, por isso que deixou de ser somente um museu de História Natural, como era antes, para constituir-se simultânea e concomitantemente a isso *em uma escola de ensino científico-prático e em um órgão consultivo da maior utilidade para a indústria e agricultores do Brasil inteiro*, como bem sabeis, supremo obreiro que fostes em tão magnífica feitura.
(MN, 1913, p. 54, grifos nossos)

Em cumprimento às exigências do governo, estabelecidas nos artigos 18 e 19 do Regimento de 1911, em ofício de maio de 1913 o diretor informava ao ministro o seu empenho para que o Museu Nacional fosse franqueado ao público em 15 de novembro daquele ano, após período de treze anos em que o prédio esteve em obras de remodelação, devendo ser um pouco mais tarde inaugurados os seus cursos. Por esse mesmo documento, recomendava

aos professores e substitutos das seções que apresentassem os programas de curso para serem submetidos à Congregação ainda no mês de junho. No entanto, em função da continuidade das obras de remodelação do edifício, os cursos somente seriam reativados em meados de 1914, e, em 12 de outubro, o museu foi reaberto à visitação, com apresentação de banda de música da Brigada Policial do Rio de Janeiro (MN, 1914, p. 313).

Para melhor atender à função educativa da instituição, no plano de obras realizadas no edifício do Museu Nacional foi inaugurada em 1913 uma sala destinada aos cursos, provida de um anfiteatro e de aparelhos de projeção, com capacidade para setenta ouvintes (MN, 1913, p. 207). Essa iniciativa permite avaliar a importância atribuída à instrução nesse período, assim como a preocupação em investir em novas metodologias educacionais, utilizando tecnologias e recursos técnicos que valorizavam o uso da imagem, em sintonia com as novas propostas educacionais em circulação.



FIGURA 19 – Sala de Cursos do Museu Nacional em funcionamento na década de 1920. Fonte – Arquivo do Semear/MN/UFRJ.

Após o regresso do professor Roquette-Pinto de uma excursão científica a Mato Grosso, onde esteve estudando os índios da serra do Norte, acompanhando a expedição do marechal Cândido da Silva Rondon, no ano de 1913, o Museu Nacional organizou uma conferência desse cientista (MN, 1913, p. 12). Nessa expedição Roquette-Pinto produziu filmes sobre os índios, enviando-os para o Museu Nacional. Os filmes foram incorporados ao acervo da seção de Antropologia do museu, passando a ser utilizados em cursos e conferências públicas promovidos nas décadas de 1920 e de 1930 para estudantes e professores dos estabelecimentos de diferentes níveis de ensino.

Em 6 de agosto de 1915, mediante ofício da Diretoria-geral de Agricultura, o diretor Batista de Lacerda autorizou os professores das quatro seções do museu a oferecer lições de história natural para os alunos do 3º ano da Escola Normal, acompanhados do respectivo lente, nas dependências do museu. Dias depois, o novo diretor do museu, Bruno Lobo, escrevia ao diretor da Escola Normal, Afrânio Peixoto,⁸¹ para ratificar essa autorização e manifestar o papel educativo que deveria cumprir o Museu Nacional:

Aproveito a oportunidade para assegurar-vos que temos o maior prazer em ver divulgado, através do Museu, o ensino no Distrito Federal, e que, apesar de serem consagrados à limpeza do edifício os dias de segunda e sexta-feira, mesmo nesses dias esta repartição

⁸¹ Julio Afrânio Peixoto (1876-1947), baiano, era médico formado pela Universidade de Medicina da Bahia. Foi professor substituto de Medicina Pública na Faculdade de Direito da Bahia; diretor do Hospital Nacional dos Alienados; professor das cadeiras de Medicina Legal e Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina Pública na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; diretor da Escola Normal do Distrito Federal e diretor-geral de Instrução Pública. Em 1924, foi eleito deputado federal pela Bahia. Em 1932, tornou-se catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e ocupou a Cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras, sendo eleito seu presidente em 1923 e também eleito reitor da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Foi signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Escreveu tratados de medicina legal e de higiene; poesias; novelas, romances; livros de e sobre educação; biografias, estudos literários; monografias sobre folclore; pensamentos e reflexões; história; teatro; perfis; impressões de viagens, terras e países (cf. Lopes, 2002, p. 659-663).

ficará d'ora em diante franqueada ao corpo docente e discente da escola que, com tanta proficiência, dirigis. (MN, 1915, p. 304)

Essa aproximação entre instituições permite pensar nos benefícios mútuos daí decorrentes. No caso do Museu Nacional, efetiva-se uma de suas funções. Ao abrir as dependências para a Escola Normal, ele constitui um público especial, sobretudo pela aposta no caráter e no potencial multiplicador dos professores, que ajudariam a disseminar os conhecimentos produzidos no próprio museu, mas também a dimensão prática, experimental, no modo de se ensinar. Da parte da Escola Normal, tal aproximação parece estar autorizada pela busca de procedimentos cada vez mais racionalizados, o que provavelmente funcionaria como sinal das transformações pedagógicas pelas quais a escola passou na breve gestão de Afrânio Peixoto – transformações que representam igualmente uma aposta em novos métodos de “ensinar a ensinar”.

Em reconhecimento aos “relevantes serviços prestados ao país”, a Congregação do Museu Nacional, em sessão realizada em 18 de agosto de 1915, decidiu prestar homenagem ao marechal Cândido Mariano Rondon, realizando conferências públicas sobre o estudo científico de todo o grande material colhido por ele (e oferecido ao museu) nas excursões realizadas pelo interior do Brasil, quando responsável pela implantação de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

Para proferirem essas conferências foram convidados, além dos professores, substitutos e chefes de laboratório do museu, os senhores Von Ihering, diretor do Museu Paulista; Adolpho Lutz, pesquisador do Instituto de Manguinhos; Euzébio Paulo de Oliveira, geólogo no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil; e os botânicos Frederico Carlos Hoehne e João Geraldo Kuhlmann (MN, 1915, p. 314).

Ao promover essa articulação com tal complexo institucional, o Museu Nacional demonstrava ter grande reconhecimento das instituições de pesquisa e de homens de ciência; ademais, buscava o credenciamento das conferências e das ações do próprio museu e dava destaque a saberes nos campos das ciências naturais e da saúde.



FIGURA 20 – Marechal Rondon em visita ao Museu Nacional (1927).⁸²
Fonte – Acervo do Semear/MN/UFRJ.

Para reiniciar a série de conferências públicas, o Museu Nacional investiu em novas tecnologias, principalmente as relacionadas à imagem e ao som. Nesse sentido foi solicitado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, José Rufino Bezerra Cavalcanti, que fosse entregue ao Museu Nacional uma máquina cinematográfica, da marca Pathé Frères, com seus diversos pertences, que fora emprestada pelo ministério à Sociedade Nacional de Geografia. Para esse fim foi também solicitado ao diretor do Instituto Butantã a cessão por empréstimo de fitas científicas não mais utilizadas pelo instituto e, de forma definitiva, as que se encontravam em duplicata. Para a instalação da cabine de projeções do Museu Nacional, em dezembro de 1915 foi adquirida uma tela cinematográfica (MN, 1915, p. 210, 302).

O reconhecimento público do caráter educativo do Museu Nacional foi utilizado como argumento para reivindicar ao gerente da Société Anonyme

⁸² Identificados da esquerda para a direita, na fila da frente: Álvaro Fróes da Fonseca, Alípio de Miranda Ribeiro, Cândido Mariano da Silva Rondon, Edgard Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres; na fila de trás: não identificado, Eduardo May, Júlio César Diogo, Raimundo Lopes da Cunha, não identificado, Jorge Henrique Augusto Padberg-Drenkpol, Benjamin Rondon, não identificado (fonte: Acervo do Semear/MN/UFRJ – Caixa José Feio).

du Gaz do Rio de Janeiro uma redução nas contas a serem pagas pelo museu a essa companhia:

Sendo esta repartição fundamentalmente um estabelecimento de ensino, já pela sua exposição permanente, já pelos cursos obrigatórios que mantém, julga-se com direito de obter descontos nas faturas de gás e eletricidade. Nessas condições, espero que modifiqueis a quantia das vossas faturas [...] relativas aos gastos do mês de agosto do Museu Nacional [...]. (MN, 1915, p. 63)

O argumento utilizado pelo diretor afirma a ideia do Museu Nacional como instituição de educação, ao considerá-lo um “estabelecimento de ensino”, tomando como referência o caráter educativo das exposições permanentes, assim como dos cursos obrigatórios oferecidos pela instituição.

Entre as ações educativas que criou para atender à demanda da instrução e do ensino, além da produção e da distribuição de material didático para as escolas,⁸³ o Museu Nacional passou a oferecer cursos de especialização e aperfeiçoamento em História Natural, de caráter essencialmente prático, para a formação de futuros naturalistas.

Para o desempenho dessa ação educativa voltada para formação profissional, o museu procurou admitir praticantes e voluntários em suas diferentes seções, podendo futuramente recrutar dentre eles novos quadros para o trabalho. Para efeito de ilustração, no ano de 1919, participaram das seções do Museu Nacional nove praticantes, sendo duas mulheres e sete homens, além de alguns médicos que se interessaram pelas pesquisas do professor Antonio Peryassú sobre os culicídeos do Brasil (MN, 1919, p. 48). Essas medidas, tanto de formação profissional, quanto de recrutamento, promovidas pelo museu podem ser pensadas como formas de reprodução de pessoal no sentido de promover uma preservação institucional, preparando novos cientistas para atuarem na instituição, na área de ciências naturais.

No ano de 1919, o Museu Nacional ofereceu cinco conferências ao público, a saber: “Antropologia das novas nações da Europa”, pelo professor

⁸³ Ver capítulo 4 deste livro.

Roquette-Pinto; “Geografia e arqueologia”, pelo professor Alberto Childe, que expôs os resultados do estudo sobre as estreitas relações entre essas duas matérias; “Os psitacídeos brasileiros”, segundo as coleções doadas ao Museu Nacional pela Comissão Rondon, pelo professor Alípio de Miranda Ribeiro; “Os insetos hematófagos brasileiros, nocivos ao homem”, pelo professor Antonio Peryassú; e “Atividade científica de Costa Senna e H. Gorceix”, pelo professor Alberto Betim Paes Leme (MN, 1920, p. 36-37).

Em uma avaliação sobre as conferências oferecidas pelo Museu Nacional em 1919, Bruno Lobo considerou que, apesar de terem sido pouco numerosas para “atender o favor e a preferência do público”, constituíam uma tentativa de introduzir futuramente no Brasil o ensino superior e especializado de ciências naturais. Projeção que pode ser pensada no registro da especialização pretendida, mas também de reprodução e manutenção da instituição.

A década de 1920 foi um dos períodos em que a divulgação científica parece ter sido incrementada no Brasil, em função de um conjunto de fatores relacionados à criação de instituições e organizações sociais a partir da década de 1910, tais como a Sociedade Brasileira de Ciências (1916),⁸⁴ a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923) e a Associação Brasileira de Educação (1924). Dirigidas para diversas áreas da ciência e da comunicação, promoveram encontros, palestras e conferências. Voltaram-se igualmente para a ampliação de publicações de livros, alguns traduzidos para o português, de revistas e de jornais. Além disso, as visitas de importantes cientistas estrangeiros, entre eles Albert Einstein, Jacques Hadamard, Émile Borel, Paul Langevin e Marie Curie, mobilizaram a imprensa, a comunidade científica e um público mais amplo e diversificado (Massarani; Moreira, 2010, p. 118).

⁸⁴ Em 1922 a Sociedade Brasileira de Ciências foi transformada em Academia (ABC) destinada ao estudo e à divulgação das ciências no Brasil. Sua primeira diretoria foi formada por Henrique Morize (presidente), J. C. da Costa Senna e Juliano Moreira (vice-presidentes), Alberto Löfgren (secretário-geral), Roquette-Pinto (1º secretário), Manoel Amoroso Costa (2º secretário) e Alberto Betim Paes Leme (tesoureiro) (cf. Massarani; Moreira, 2010, p. 120).

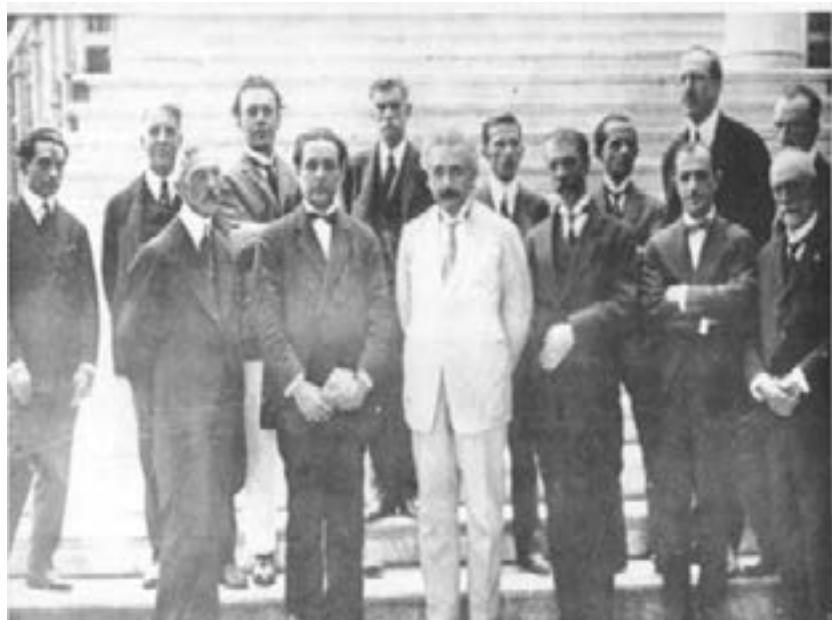


FIGURA 21 – Albert Einstein em visita ao Museu Nacional (1925).⁸⁵
Fonte – Acervo do Semear/MN/UFRJ.

Com a criação do Serviço de Assistência ao Ensino (SAE) no Museu Nacional, a partir de 1927, os cursos e conferências públicas passaram a ser dirigidos efetivamente para um público mais amplo e diversificado, especialmente para atender à instrução primária e secundária, voltados para professores e alunos. Afirmava-se a função educativa como uma das prioridades do museu, procurando-se consolidar, com essa reorientação, o caráter público da instituição.⁸⁶

Para efeito de algumas conclusões preliminares, é possível dizer que, apesar de o Museu Nacional ter desenvolvido práticas científicas e ações

⁸⁵ Identificados da esquerda para a direita, na fila da frente: Alberto Childe, Edgard Roquette-Pinto, Albert Einstein, Alípio de Miranda Ribeiro, Alberto Betim Paes Leme, Isidoro Kohn (Clube de Engenharia); na fila de trás: Raimundo Lopes da Cunha, Eduardo May, não identificado, A. Getúlio das Neves (Clube de Engenharia), Alberto José de Sampaio, Júlio César Diogo, Inácio Azevedo do Amaral (Escola Naval), Henrique Morize (Escola Politécnica) (fonte: Acervo do Semear/MN/UFRJ – Caixa José Feio).

⁸⁶ Ver capítulo 4.

educativas de apoio ao ensino das ciências naturais em diversas instituições durante todo o Império, foi a partir de 1874 que passou a oferecer cursos públicos referentes às suas especialidades, dirigidos à instrução de homens letrados, de indústria, artes e comércio.

Esse investimento, realizado em conjunto por autoridades de governo e por aqueles que atuavam no Museu Nacional, serviu para estimular a função educativa da instituição, ao mesmo tempo que afirmou seu caráter público de serviço ao Brasil, pois seus cursos e conferências visavam a instruir e ampliar conhecimentos sobre os recursos naturais existentes no país e suas potencialidades.

Nos poucos registros referentes aos cursos e às conferências oferecidos pelo Museu Nacional, foi possível observar que suas temáticas correspondiam às áreas de pesquisa das respectivas seções do museu, pela abordagem de questões referentes à geografia, geologia, mineralogia, antropologia, arqueologia, botânica, etnologia, entomologia, entre outras.

Do mesmo modo, cumpre notar os problemas de solução de continuidade, demonstrando que tal ação supunha ambiente interno, destinatário e métodos específicos. Observar a articulação entre esses três aspectos ajuda a compreender as interrupções dessas atividades, indiciando, simultaneamente, o debate a respeito da pertinência, da propriedade e da eficácia dos cursos e conferências desenvolvidos pelo Museu Nacional entre 1874 e 1919.

Cabe destacar que no Brasil tais cursos e conferências serviram para a divulgação de estudos científicos sobre história natural, procurando afirmar a teoria evolucionista, criada por Charles Darwin, em contraste com a teoria criacionista, até então predominante no pensamento e na educação brasileira, assim como permitiram ampliar o conhecimento sobre o Brasil, suas riquezas e suas gentes em novas bases.

De acordo com Gualtieri (2008, p. 45), o Museu Nacional foi uma das instituições pioneiras da divulgação das ideias evolucionistas no Brasil,⁸⁷ considerando que o lançamento do primeiro volume da revista *Archivos do Museu Nacional*, em 1876, coincide com o início da circulação dessas ideias

⁸⁷ Sobre as influências das teorias evolucionistas na produção científica do Museu Nacional, ver Gualtieri (2003).

no Brasil, incluindo trabalhos em que as teorias de Darwin (1809-1882) e de Haeckel (1834-1919) eram não só citadas e discutidas, mas incorporadas às próprias conclusões dos autores.



A história natural do Brasil em revista

A história do Brasil é também fruto dos relatos e das imagens produzidas pelos viajantes que estiveram por aqui desde a chegada dos primeiros exploradores europeus a partir de 1500. Entre aventureiros, exploradores, naturalistas, cientistas, artistas e colonizadores estão os que representaram a terra e o que nela existia, descrevendo e inventando em suas obras um lugar de encantamento e beleza, do exótico e do adverso, onde existiam atraentes possibilidades de exploração e de busca de novos conhecimentos e riquezas.

As primeiras exposições sobre as riquezas naturais do Brasil e sobre os povos que o habitavam remetem aos relatos e às imagens produzidas pelos viajantes europeus que aqui estiveram no século XVI. Atraídos pela curiosidade e impressionados com a variedade e com as novidades encontradas na flora, na fauna, no reino mineral e nos habitantes da colônia portuguesa na América, cuidaram de descrever e representar, por meio de imagens, os animais, as plantas, os minérios, os costumes e os hábitos das gentes do Brasil, em diários, cartas, tratados, relatórios de viagem, crônicas, livros e portulanos.¹ Com essa prática tinham a intenção de tornar conhecida a nova

¹ Portulanos eram cartas marítimas do fim da Idade Média e do Renascimento utilizadas pelos europeus em que se descreviam a posição dos portos, as costas e as marés. Neles, os nomes dos acidentes geográficos e dos portos aparecem escritos perpendicularmente ao traçado da costa, detalhe gráfico que lhes atribuiu o nome.

terra e o que nela havia, instruindo² tanto a respeito de suas características físicas e comportamentais quanto sobre as potencialidades econômicas e comerciais de grande interesse das metrópoles do Velho Mundo – estratégia em que as diversas potências concorrentes competiam em face de seus intentos mercantilistas ou expansão territorial e religiosa.

Na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel, considerada como o primeiro registro escrito sobre o Brasil, é possível ler instruções sobre as pessoas e as culturas que aqui existiam.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta com furador [...] os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas [...]. (Cortesão, 2000, p. 158)

Sobre as possibilidades de exploração da nova terra por parte da coroa portuguesa e o destino que se poderia dar ao povo aqui encontrado, o escrivão instruiu:

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou de ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados [...] Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será

² De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1832 (Pinto, 1832, p. 623), instruir é sinônimo de ensinar. O termo instruir será empregado neste livro como ação educativa que tem por objetivo dar ciência de alguma coisa; formar o espírito de alguém com lições, conhecimentos (cf. Koogan; Houaiss, 1992, p. 471).

salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (Cortesão, 2000, p. 173)

Descrevendo o que viam e sentiam, relatando fatos vividos em suas experiências no Ocidente, os viajantes informavam ao Velho Mundo o que por aqui existia e acontecia. Procedendo dessa forma, muitos foram os que escreveram suas impressões sobre o Brasil e a América. Entre seus pioneiros, Américo Vespúcio escreveu para Lourenço de Médici, em 1501, quando de sua expedição exploradora pela costa da América do Sul, estando em terras do Brasil; Hans Staden de Homberg publicou em 1557 um opúsculo sobre os usos e costumes indígenas,³ baseado em sua experiência como prisioneiro dos tupinambás; o padre José de Anchieta escreveu carta⁴ descrevendo animais do Brasil, classificando-os pela primeira vez.

Utilizando técnicas de impressão e de pintura, muitos artistas europeus exibiram a Nova Terra através de imagens que procuravam representar a natureza, os nativos, seus hábitos e costumes, as relações estabelecidas entre si e com os colonizadores europeus, como as gravuras de cobre do belga Theodor de Bry (1528-1598), que ilustraram obras produzidas sobre a colonização da América a partir das narrativas daqueles que aqui estiveram. Dentre seus trabalhos destacam-se e impressionam as ilustrações feitas para as obras do frei Bartolomeu de las Casas,⁵ denunciando em detalhes

³ A obra intitulava-se *Verdadeira história e descrição de um país habitado por homens selvagens nus, ferozes e antropófagos, situado no Novo Mundo, chamado América, desconhecido no país de Hesse, antes e depois do nascimento de Jesus Cristo até o ano último* (cf. Leitão, 1937, p. 32).

⁴ A carta de Anchieta intitulava-se *Epistola quan plurimarum rerum naturalium quae S. Vicente, provinciam incolunt sistens descriptionem*, publicada em 1799 por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (cf. Leitão, 1937, p. 33).

⁵ Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), espanhol de Sevilha, formado em Direito pela Universidade de Salamanca, fez parte da conquista espanhola na América, para onde veio como *encomiendero*, recebendo um *repartimiento* de índios, no Caribe. Influenciado pelos sermões do padre dominicano Antônio de Montesinos na ilha Espanhola em defesa dos nativos, contra a guerra de dominação desencadeada pelos espanhóis, Las Casas abandonou suas posses, seus lotes de escravos e consagrhou sua vida à defesa dos nativos do Novo Mundo. Entre suas obras estão *Brevíssima relação da destruição das Índias Ocidentais* e *Apologética histórica*, cujo título original é revelador de suas intenções: *Apologética historia sumaria quanto a las cualidades, disposición, descripción, cielo y suelo destas tierras y condiciones*

a violência dos colonizadores durante o processo de conquista do território e de dominação dos povos nativos americanos.



FIGURA 22 – Ilustração de Theodor de Bry para obra de Las Casas, no século XVI. Fonte – Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br>. Acesso em: 1º set. 2011.

Além dessas obras, cabe destacar ainda no século XVI o tratado de Fernão Cardim,⁶ que denominou e descreveu animais e vegetais do Brasil,

naturales, políticas, repúblicas, maneras de viver y costumbres de las gentes destas Indias Oidentales y Meridionales, cuyo império soberano pertence a los reyes de Castilla (cf. Bueno, 2001).

⁶ O conjunto das obras de Fernão Cardim foi publicado em 1625 na Inglaterra com o título *A treatise of Brasil written by a Portugal which had long lived there*. Neste trabalho o viajante classificou plantas brasileiras de acordo com suas propriedades, dividindo-as entre as á-

registrando pela primeira vez nomes locais para os invertebrados; o *Tratado da terra do Brasil* e a *História da província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo; *Les singularitez de la France Antarctique autrement nommée Amerique* (1558), de autoria do franciscano André Thevet; a *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*, de Jean de Lery; o *Tratado descriptivo do Brasil* (1587),⁷ de Gabriel Soares de Souza.

Sobre o homem americano, Jean de Léry assim o descreveu, tomando como referência os tupinambás que conheceu quando esteve na baía de Guanabara entre 1557 e 1558 durante a ocupação dos franceses, acompanhando Durand de Villegagnon durante a invasão de terras no Rio de Janeiro, na intenção de fundar uma colônia francesa no Brasil:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosquiados como já expliquei, com lábios e faces fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente adornadas, de corpo pintado, coxas e pernas riscadas de preto com o suco do jenipapo, e com colares de fragmentos de conchas penduradas ao pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratado bem garboso ao vosso lado. (Léry, 1980, p. 19)

Esses trabalhos encontravam sintonia com os estudos sobre a natureza e sobre o homem, considerado como parte dela, que estavam em voga na Europa entre os séculos XIV e XVI, com a Renascença. Nesse movimento, no campo científico, afirmavam-se a botânica, a zoologia, a anatomia e a fisiologia humana, entre outros estudos, com novos métodos, descobertas e invenções que a partir de então revolucionaram a compreensão de mundo, criando um novo paradigma baseado na razão e na lógica.

vores que dão fruto, as que servem para medicina, que dão óleo; que servem para madeira; as ervas que dão fruto e se come; as cheiroosas e as canas; as árvores que se criam na água salgada – os mangues (cf. Leitão, 1937, p. 50).

⁷ Segundo Leitão (1937), esse tratado foi considerado por Arthur Neiva marco inicial de seu livro *Esboço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil*.

No entanto, essas novas ideias e práticas que corriam o Ocidente estiveram afastadas do Brasil, muito em função do monopólio da coroa portuguesa sobre a sua colônia na América e de seus objetivos imediatos de exploração mercantilista, mantendo durante todo o período colonial o território impedido para a entrada de estrangeiros, sendo poucos os colonizadores interessados em estudar para melhor conhecer as gentes e os recursos naturais aqui existentes.

Apesar desses impedimentos, no século XVII e XVIII o conhecimento sobre o Brasil foi alargado em função da presença de exploradores e de cronistas brasileiros e estrangeiros que estiveram em regiões ainda pouco conhecidas, como as terras do Norte, com especial destaque para a Amazônia. Muitos deles estiveram no Brasil em missões religiosas ou em função da disputa por terras quando da ocupação dos franceses no Rio de Janeiro (1555-1567)⁸ e no Maranhão (1612-1615) e dos holandeses em Pernambuco (1630-1654).⁹

Entre os brasileiros que se dedicaram a descrever a natureza de sua terra nesse período, estão José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)¹⁰ com os trabalhos científicos *Aviário brasílico* e *Flora fluminense*, dentre as cerca de quarenta obras por ele escritas; o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira

⁸ Andre Thevet (1502-1590), cosmógrafo francês, esteve na baía de Guanabara entre novembro de 1555 e janeiro de 1556. É autor da obra *La cosmographie universelle* (1575), na qual escreveu sobre a França Antártica e os índios que habitavam o litoral.

⁹ Willem Piso (1611-1678) chegou ao Nordeste do Brasil em 1638 para atuar como médico particular do conde Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, quando desenvolveu inúmeros trabalhos de história natural, como a *Historia Naturalis Brasiliae*, escrita em colaboração com o cartógrafo e astrônomo alemão George Marcgrave, obra editada pelo cosmógrafo e historiador flamengo Johannes de Laet (1593-1649) (cf. Leitão, 1937, p. 76-81).

¹⁰ José Veloso Xavier nasceu na vila de São José do Rio das Mortes, bispado de Mariana (MG). Teve formação religiosa na Ordem de São Francisco, onde recebeu o nome de frei José Mariano da Conceição Veloso. Estudou filosofia, sendo nomeado na cidade de São Paulo lente de Retórica (1779) e mestre em História Natural (1786). Nesse período fez suas primeiras incursões pelo interior do Rio de Janeiro, iniciando estudos que resultariam anos depois em sua obra *Flora Fluminensis*. Em 1790 viajou para Portugal, onde foi diretor da tipografia calcográfica, tipoplástica e literária do Arco do Cego, retornando ao Brasil em 1809, como padre da província do Rio de Janeiro (cf. Leitão, 1937, p. 104-108).

(1756-1815),¹¹ com a obra *Zoologia paraense*, sobre suas explorações na ilha de Marajó e em vilas do Pará, assim como na região amazônica e em Mato Grosso; Manuel Arruda da Câmara (1752-1810),¹² estudioso da botânica do Nordeste, em especial de Pernambuco, autor de *A memória sobre a cultura dos algodoeiros* (1799); *Flora pernambucana*, com estampas e desenhos; *Tratado de agricultura e Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins nas principais províncias do Brasil*.

No período joanino (1808-1821), após a abertura dos portos brasileiros, contando com o apoio da coroa portuguesa e seguindo o exemplo do legado literário e científico dos naturalistas precedentes, no final do século XVIII e no século XIX foram realizadas grandes viagens de exploração e expedições científicas estrangeiras ao Brasil. As mais conhecidas são as de Alexandre von Humbolt, que explorou o norte da América do Sul, com estudos sobre a região do rio Negro, na Amazônia; as de Guilherme Luís de Eschwege, um dos pioneiros em estudos da geologia do Sudeste brasileiro, descritos em seu livro *Pluto brasiliensis*; as de Henrique Koster, autor de *Viagens no Brasil*, expedições realizadas entre 1810 e 1811 com observações de zoogeografia e registro de lendas sobre animais e plantas do Nordeste do Brasil; e as de Maximiliano Alexandre Felipe de Wied, que, ao percorrer o litoral do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia entre os anos de 1815 e 1817, registrou em seu diário características da população indígena, da fauna e da flora desses lugares, mais tarde publicadas em quatro volumes que formaram a *Contribuição à história natural do Brasil*, com inúmeras imagens

¹¹ Alexandre Rodrigues Ferreira tornou-se doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra, atuando nessa época como auxiliar do mestre Domingos Vandelli, primeiro catedrático da cadeira da faculdade de Filosofia. Em Lisboa, entre 1778 e 1783, estudou e descreveu os produtos naturais do Real Museu da Ajuda. Em outubro de 1783 retornou ao Brasil em missão exploradora no norte e centro-oeste da colônia. Em 1894 foi nomeado em Portugal vice-diretor do Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e anexos (cf. Leitão, 1937, p. 98-101).

¹² Arruda Câmara nasceu na Paraíba, tendo ingressado em 1783 na Ordem dos Carmelitas Descalços em Pernambuco. Viajou para Portugal, onde se formou em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, seguindo para a França, onde recebeu o grau de doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier, em 1789. Retornou a Pernambuco, dedicando-se entre outros estudos à botânica (cf. Leitão, 1937, p. 108-112).

de aves brasileiras, constituindo-se na primeira iconografia faunística brasileira publicada.

Sobre as terras e as matas do litoral do Brasil, Maximiliano Wied escreveu:

O europeu que as percorre pela primeira vez está numa distração contínua. A vida, a vegetação mais abundante espalham-se por toda parte e não se avista o menor espaço desprovido de plantas. Nos troncos das árvores, em toda extensão, vê-se florir, trepar, enrodilhar-se, agarrar-se espécimes de grenadilha, Caladium, Dracontium, Pipper, begônias, baunilhas [...] catolés, figueiras e árvores de mil outras espécies, em sua maior parte desconhecidas, constituem o maciço da floresta. Vê-se a terra juncada de flores, sem que se possa descobrir de que árvore caíram. Alguns ramos gigantescos, carregados de flores, parecem de longe brancos, amarelos escuros, rubros, róseos, roxos, azuis, etc. [...] Plantas das quais descem tufo de raízes como cordas, que causam novos embaraços ao viajante. (Leitão, 1937, p. 126)

Além desses, outros naturalistas de diferentes nacionalidades chegaram ao Brasil no século XIX, como o francês Augusto de Saint-Hilarie, o inglês William Swainson, o norte-americano Carlos Waterton. Também vieram as expedições da Áustria, em 1817;¹³ da Rússia, em 1825, organizada pelo alemão Jorge Henrique von Langsdorff, por ordem do czar Alexandre I para explorar os estados de São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Pará;¹⁴ a expedição francesa chefiada por Francis Castelnau, de 1843; a missão científica belga, em 1872, chefiada por Eduardo van Beneden, tendo como auxiliares

¹³ Na expedição enviada pela coroa da Áustria incumbida de percorrer o Brasil estudando sua história natural, acompanhando a princesa D. Leopoldina para o Brasil, vieram João Emanuel Pohl, nascido na Boêmia, encarregado de organizar as coleções do recém-criado Gabinete de História Natural ou Museu Real, instalado no campo de Sant' Anna; o naturalista José Raddi e o pintor Buchberger; João Natterer; o botânico Mikan; o paisagista Thomas Ender; João Batista Spix e Carlos Frederico Felipe von Martius, entre outros.

¹⁴ Além de Langsdorff, participaram da expedição o astrônomo russo Rubzoff, o botânico Luís Riedel, o zoólogo Cristiano Hasse, os pintores Maurício Rugendas e Amado Adriano Rugendas e o desenhista Hercules Florence (cf. Leitão, 1937, p. 152).

o biólogo Walther de Sellys Longchamps e o botânico Van Volxem. Pelo governo da Inglaterra, Charles Darwin, Alfredo Russel Wallace, Henrique Walter Battes, Luiz Agassiz foram alguns dos exploradores que vieram em missão ao Brasil.

Outros pesquisadores percorreram o Brasil no século XIX atuando como naturalistas viajantes.¹⁵ Alguns foram contratados para fazer parte do pessoal científico do Museu Nacional, participando de expedições e de pesquisas no domínio estrito da história natural. Entre eles estiveram os alemães Fritz Müller (1821-1897), radicado no Brasil desde 1852, e Guilherme Schwacke; Gustavo Rumbelzperger (1825-1892); Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939); Júlio César Diogo (1876-1936); Carlos Guilherme Friedenreich; Ernesto Ule.

Alguns desses viajantes tiveram suas pesquisas disponibilizadas ao público científico por meio da publicação da revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, um dos principais meios de divulgação do conhecimento produzido pelos cientistas do Museu Nacional sobre a natureza e as gentes do Brasil a partir do último quartel do século XIX. Esse impresso procurou difundir tanto os conhecimentos internos como os externos, mecanismo complementar que buscava afirmar o caráter científico e público do Museu Nacional.

¹⁵ De acordo com Leite (1995), o naturalista viajante é aquele que nos séculos XVIII e XIX dedicava-se ao estudo da história natural, ou seja, da natureza, compreendendo os astros, o ar, os animais, os vegetais e minerais da superfície e da profundidade da terra. Enquanto os naturalistas viajantes do período colonial eram exclusivamente súditos da coroa portuguesa, encarregados de revelar as riquezas e a utilidade dos recursos naturais, os que percorreram o Brasil no século XIX, após 1808, vinham de diversas regiões da Europa e estavam empenhados na observação e classificação dos homens e de suas línguas considerados entre as espécies da natureza. Ligados à nobreza ou a sociedades científicas, percorriam o solo brasileiro num esforço conjunto e planejado de revelar, colecionar e classificar os reinos naturais da América. Sobre o naturalista viajante, ver também Kury (2001). O mais remoto registro por nós encontrado sobre naturalistas viajantes no Museu Nacional refere-se à contratação de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) e data de 13 de setembro de 1872 (cf. MN, 1869-1875, Livro nº 5).

Archivos, o veículo de comunicação oficial (1877-1933)

O Decreto imperial nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876, determinava que o Museu Nacional deveria publicar “trimensalmente, pelo menos”, uma revista intitulada *Archivos do Museu Nacional*, com o objetivo de dar conta das investigações e dos trabalhos realizados no estabelecimento; publicar notícias nacionais ou estrangeiras que fossem de interesse das ciências de que se ocupava a instituição; e publicar os catálogos das coleções e os do-nativos feitos ao museu, bem como os nomes dos chamados “membros correspondentes”.

Ainda por esse decreto a redação e publicação da revista ficariam a cargo de uma comissão formada pelo diretor-geral, um diretor e um subdiretor de cada seção,¹⁶ sendo o orçamento das despesas com a revista organizado pelo Conselho Diretor do Museu Nacional, em cada ano, e submetido à aprovação do ministro. Sua distribuição para bibliotecas, estabelecimentos científicos e literários, redações de periódicos e revistas no Brasil e no exterior seria gratuita.

Considerada uma das primeiras revistas científicas editadas no país, seus primeiros oito volumes foram publicados até 1892 com o nome de *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, com publicação anual. Na gestão de João Batista de Lacerda, de acordo com o Regimento de 1892, que reorganizou o Museu Nacional em função do novo regime de governo, passou a ser intitulada *Revista do Museu Nacional*, com a publicação de seu volume I em 1895. No entanto, devido ao reconhecimento da revista em âmbito nacional e internacional, no volume seguinte, conforme o Regulamento de 1899, a revista voltou a ser editada com o nome original – *Archivos do Museu Nacional* –, continuando a sequência numérica dos volumes, até sua publicação ser interrompida com o volume LXVI, em 2005.

¹⁶ Foram eles: dr. Ladislau de Souza Mello e Neto, diretor-geral do Museu Nacional e diretor da seção de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; dr. João Joaquim Pizarro, diretor da seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Geral, e seu subdiretor, dr. João Batista de Lacerda; professor Carlos Frederico Hartt, diretor da seção de Ciências Físicas, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral (cf. Lopes, 1997, p. 182).

Uma breve análise e descrição quanto à formatação e organização dos volumes da revista revelam elementos interessantes para tentar compreender essa publicação. Nas capas dos volumes constavam os dados técnicos do exemplar (nome da revista, número do volume, local e ano de publicação e de impressão) e as armas do Brasil, correspondentes ao Império ou à República, indicando o caráter oficial da revista. Nos sete primeiros exemplares, publicados no período do Império, epígrafes em latim – “Nunquam aliud natura, aliud sapientia dicit. J. 14, 321”, “In silvis academi querere rerum. Quamquam Socratis madet sermonibus. H.”¹⁷ – faziam referência à soberania da natureza, indicando igualmente o pertencimento da sabedoria a essa mesma natureza.



FIGURA 23 – Capa da revista *Archivos do Museu Nacional*, impressa com as armas do Império. Fonte – <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>. Acesso em: 1º set. 2011.

Em página destacada constavam os nomes da comissão de redação da revista; o quadro de pessoal da instituição, distribuídos os nomes dos integrantes de acordo com as seções em que atuavam e suas respectivas

¹⁷ Os trechos correspondentes na tradução são respectivamente: “Nunca a Ciência poderá dizer o contrário do que diz a Natureza”; “Ainda que o pesquisador esteja possuído de toda a sabedoria de Sócrates, deve realizar as pesquisas na floresta, no campo ou na natureza”.

funções; os nomes dos membros correspondentes do Museu Nacional, que incluíam figuras reconhecidas pela comunidade internacional, como Louis Couty, Carlos Darwin, August Françoise Marie Glaziou, M. A. de Quatrifages, J. Wiesner, entre outros.

Essas inscrições nos volumes da revista tinham por intenção dar ao museu um maior lastro científico, através da atuação de seus membros correspondentes, pesquisadores de reconhecimento internacional, assim como tornar conhecidos e inserir os nomes dos responsáveis pelas atividades do Museu Nacional na comunidade científica mundial.

Referindo-se à reforma de 1876, que estabeleceu a obrigatoriedade dos cursos públicos no Museu Nacional e da publicação da revista *Archivos*, o diretor Ladislau Neto comentou:

O segundo dos benefícios que produziu a reforma do Museu, o segundo no aparecimento, mas o primeiro, talvez, na altura de sua importância e fecunda consequência, é a revista deste estabelecimento. *Verdadeiro órgão científico* de uma instituição que tomou por divisa o progredir da ciência de par com o melhor serviço prestado ao país [...]. Os *Archivos*, como os cursos públicos do Museu, não vêm justificar somente perante o tribunal da opinião pública os benéficos desvelos que tem merecido ultimamente o governo do país este, até há pouco, *tão descurado estabelecimento de instrução superior do Império; são também para os países estranhos, ou antes, para o vastíssimo orbe das ciências e das letras que não conhecem delimitação à pátria*, os mais belos fastos do nosso avançado estádio da civilização [...]. (MN, 1877, p. 4, grifos nossos)

Nesse discurso é possível identificar os fundamentos do projeto de publicação e divulgação da revista *Archivos*: elevar o Museu Nacional à condição de “verdadeiro órgão científico”, como “estabelecimento de ensino superior do Império”, contribuindo para o progresso do país; e conquistar um lugar para o Brasil no rol dos países ditos civilizados, onde a ciência e o uso de moderna tecnologia eram marcos de referência de progresso, com base no reconhecimento internacional da produção científica do Museu Nacional.

No que se refere às intenções de Ladislau Neto quanto à publicação da revista *Archivos*, Gualtieri considerou:

A intenção do diretor do Museu era a de que os trabalhos da instituição fossem divulgados para revelar aos brasileiros, mas também aos estrangeiros, o grau de desenvolvimento científico do país. Tal iniciativa, segundo ele, era uma das formas pela qual a instituição poderia colaborar para a construção de uma nova imagem do Brasil que rompesse com a ideia de barbárie cultural que costumava transmitir e contribuir para colocar o país na marcha civilizatória da humanidade. (Gualtieri, 2008, p. 35)

Dirigido à comunidade científica e aos interessados pelo conhecimento em ciências, particularmente os relativos à história natural, ao ter como função publicar as investigações e os trabalhos realizados no museu, esse periódico serviu como suporte para informar a respeito das riquezas naturais do Brasil, de suas gentes e de suas culturas, contribuindo para a invenção de uma nação.¹⁸

A revista foi distribuída em congressos e exposições nacionais e universais;¹⁹ para institutos e sociedades científicas, estabelecimentos de ensino, bibliotecas e museus. Isso permitiu ao Museu Nacional estabelecer uma rede de comunicação e de intercâmbio científico com instituições nacionais e de diferentes partes do mundo (ver quadro 2), com a importante contrapartida do reconhecimento de sua produção científica. A publicação

¹⁸ Em uma concepção antropológica, Benedict Anderson define nação como uma “comunidade política imaginada”, compreendendo imaginada “como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Segundo ele, a nação é imaginada porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (cf. Anderson, 2008, p. 32).

¹⁹ Por exemplo, foram enviadas coleções dos *Arquivos do Museu Nacional* para a Exposição Médica Brasileira, em 1884, e para a Exposição Universal de Antuérpia, realizada em 1885 (cf. MN, 1881-1885, p. 151 v. e 167, respectivamente). No ano de 1886, a distribuição dos *Arquivos* contava com oitocentos exemplares enviados para museus e bibliotecas no exterior (cf. Lopes, 1997, p. 184).

também contribuiu para a afirmação do pensamento científico e das teorias evolucionistas em circulação à época.

**QUADRO 2 – Países destinatários da revista
*Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, por ano de envio***

1877	1878	1919	1920
Alemanha	Alemanha	Alemanha	Alemanha
Argentina	Argentina	Argentina	Arábia
Áustria	Áustria	Barbados	Argentina
Bélgica	Bélgica	Bélgica	Bélgica
Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
Dinamarca	Chile	Chile	Chile
Espanha	Dinamarca	Cuba	Estados Unidos
Estados Unidos	Egito	Equador	Equador
França	Espanha	Estados Unidos	França
Grã-Bretanha	Estados Unidos	França	Grã-Bretanha
Itália	França	Grã-Bretanha e colônias	Holanda
México	Grã-Bretanha	Holanda	Itália
Suíça	Grécia	Japão	México
	Holanda	Mônaco	Mônaco
	Hungria	Portugal	Portugal
	Itália	Suíça	Japão
	Luxemburgo	Uruguai	Java/Indonésia
	México	Venezuela	
	Portugal		
	Rússia		
	Suécia		
	Suíça		
	Venezuela		

Fontes – Revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II e III,
e Relatórios da Diretoria do Museu Nacional de 1920 e 1921.

A constituição de uma rede de intercâmbio possibilitou ao Museu Nacional aumentar as trocas de materiais, principalmente de publicações, incrementando o acervo da biblioteca com revistas e livros majoritariamente produzidos no exterior. Adicionalmente, serviu de veículo para a divulgação do conhecimento produzido por seus cientistas, permitindo

maior visibilidade das riquezas naturais e das gentes do Brasil, bem como da produção realizada pela instituição, de modo a afirmar o museu como centro de ciência.

Nesse sentido, a permanência de contato com alguns países com os quais o Museu Nacional manteve correspondência regular através da revista, tanto na Europa – Alemanha, Bélgica, França, Itália, Grã-Bretanha –, quanto na América – Estados Unidos, Argentina, México, Chile –, pode ser explicada pelo fato de esses países possuírem instituições científicas com pesquisas em história natural.²⁰ A busca pelas trocas intercontinentais e entre continentes supõe também o reconhecimento de um certo tipo de pesquisa realizada nos países com os quais o museu procurou dialogar, adotando o impresso como mais um veículo.

Os artigos publicados na revista, em seus primeiros 35 volumes (1876-1933), corresponderam às pesquisas e trabalhos científicos desenvolvidos nas seções do Museu Nacional e aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por naturalistas viajantes,²¹ por membros correspondentes do museu e por cientistas do exterior, convidados para dela participar.

A revista contou com a participação de duas mulheres: Maria do Carmo de Melo Rego²² e Bertha Maria Júlia Lutz. A primeira foi pioneira no Brasil ao escrever um artigo em uma revista científica nacional, intitulado “Artefatos indígenas de Mato Grosso” (X:1899), com comentários sobre vida e cultura de algumas nações indígenas do Mato Grosso e Paraguai (Bororós), além de informar sobre o quantitativo e as características dos materiais trazidos dessas nações, levadas para o Museu de Berlim pelas missões dos drs. Von Steinen e Meyer. Bertha Lutz escreveu um artigo sobre estudos de biologia floral (*Archivos...*, v. XXVII, 1926) e foi a organizadora do *Índice geral dos*

²⁰ Sobre museus de história natural na América Latina, ver Lopes (2003).

²¹ Nicolau J. Moreira, Hermann von Ihering e Emílio Goeldi foram alguns dos naturalistas viajantes que participaram da revista *Archivos do Museu Nacional* como articulistas.

²² Maria do Carmo de Melo Rego é considerada a primeira mulher a registrar o cotidiano das mulheres em Mato Grosso, em seu livro *Lembrança de Mato Grosso*, escrito em 1897. Casada com o presidente da província de Mato Grosso, Francisco Rafael de Melo Rego, morou em Cuiabá no final do século XIX, quando catalogou, estudou e criou um glossário sobre artefatos indígenas, doado junto com sua coleção de peças indígenas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Arquivos do Museu Nacional (Archivos..., v. XXII, 1919, p. 275-290), com os autores e assuntos referentes aos volumes I a XXII, entre 1876 e 1919.

Na intenção de conhecer a incidência das áreas de pesquisa na revista, analisamos 117 artigos publicados em 24 volumes dos *Archivos*, destacados no quadro 3, em que observamos uma predominância da zoologia (40,18%), seguida da botânica (23,93%), da antropologia/arqueologia (23,07%) e da geologia (12,82%). Essa distribuição pode ser justificada a partir da possível correspondência dos artigos publicados na revista com as pesquisas desenvolvidas pelos cientistas e naturalistas viajantes e com o grau de atividades promovidas pelas seções do Museu Nacional em atendimento às demandas das repartições públicas do Império e da República.²³

QUADRO 3 – Distribuição das temáticas por área das ciências naturais em volumes analisados da revista *Archivos do Museu Nacional*

Volume/ano	Zoologia	Botânica	Geologia	Antropologia/ Arqueologia
I – 1876	2	3	–	5
II – 1877	4	1	1	3
III – 1878	3	2	5	–
IV – 1879	2	–	2	3
V – 1881	–	1	–	–
VI – 1885	–	–	–	3
VII – 1887	–	–	–	1
VIII – 1892	4	1	–	–
IX – 1895	1	1	2	–
X – 1899	1	2	–	1

(continua)

²³ Segundo Gualtieri (2008), a 2^a seção, de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal, e a 3^a seção, de Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral, foram as que mais se envolveram com as questões econômicas e de aplicação prática, a partir de 1876, quando o Museu Nacional foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, atendendo diretamente às demandas por análise de materiais naturais ou sobre questões referentes à agricultura e à mineração.

(continuação)

Volume/ano	Zoologia	Botânica	Geologia	Antropologia/ Arqueologia
XI – 1901	1	–	–	–
XII – 1903	7	2	1	3
XIII – 1905	4	1	1	–
XIV – 1907	5	–	–	–
XV – 1909	3	2	1	–
XVI – 1911	1	–	–	–
XVII – 19??	1			
XVIII – 1916	–	5	–	2
XIX – 1916	2	2	–	2
XX – 1917	–	–	–	1
XXI – 1918	1	–	–	–
XXII – 1919	4	4	2	3
XXXIV – 1932	1	2	–	–
XXXV – 1933	–	1	–	–
Total – %	47 (40,18%)	28 (23,93%)	15 (12,82%)	27 (23,07%)

Fonte – Revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*.

Analisando os oito primeiros volumes publicados da revista *Archivos*, correspondentes à gestão de Ladislau Neto, entre 1876 e 1892, Gualtieri (2008) considerou que a escolha dos artigos que deles fizeram parte buscou atender ao objetivo inicial, o de fazer dos *Archivos* um meio para revelar aos brasileiros e aos “países estranhos” o avanço do Brasil no estágio da civilização, na medida em que esses assuntos estavam sintonizados com o movimento científico predominante à época,²⁴ buscando dessa forma inserir o Museu Nacional e seus agentes na comunidade científica internacional.

²⁴ Na zoologia e na botânica eram priorizados trabalhos que investigavam a origem e a função de características adaptativas dos organismos – animais e plantas – em sintonia com estudos sobre estruturas de adaptação dos seres vivos, procurando encontrar provas experimentais que contribuíssem para melhor compreensão do processo evolutivo; na arqueologia e na antropologia, expandiram-se os interesses pelos estudos que buscavam investigar as origens do homem americano e a evolução social.

Considerando a produção e a circulação da revista *Archivos* como mais uma das estratégias desenvolvidas pelo Museu Nacional para a divulgação dos conhecimentos por ele produzidos e como ação educativa no sentido de instruir a respeito das riquezas e potencialidades do Brasil, em alguns de seus volumes, compreendidos entre os anos de 1876 e 1933, buscamos conhecer os artigos, conteúdos e autores e, com isso, identificar as temáticas predominantes e principais tendências científicas da revista, na intenção de destacar o que informavam e o que buscavam legitimar junto aos seus destinatários.

Para proceder a essa análise e oferecer informações mais detalhadas sobre o conteúdo dos artigos publicados, apresentamos, no apêndice B, um quadro síntese da revista *Archivos*, referentemente ao período analisado, utilizando como fonte para consulta os índices organizados por Bertha Lutz publicados no volume XXII da revista e os volumes pertencentes ao acervo da Biblioteca do Museu Nacional.²⁵

No sentido de identificar tendências e afinidades teóricas dos autores no início da publicação da revista *Archivos*, procedemos a uma leitura e análise dos artigos do volume I (1876), o que permitiu observar no conjunto dos artigos escritos por diretores das seções e por naturalistas viajantes do Museu Nacional uma tendência desses cientistas e pesquisadores em se aproximar da teoria da evolução das espécies proposta por Charles Darwin.²⁶

Os colaboradores da revista, em maioria cientistas e naturalistas viajantes²⁷ do Museu Nacional, produziram seus artigos a partir de trabalhos de

²⁵ Parte dos volumes da revista *Archivos* foi digitalizada pela equipe da Biblioteca do Museu Nacional e está Disponível em: <https://obrasraras.museunacional.ufrj.br/>.

²⁶ Ao promover a leitura e a análise dos artigos sobre botânica e zoologia publicados na revista *Archivos* durante a gestão de Ladislau Neto (1870-1892), correspondente aos seus oito primeiros volumes, Gualtieri (2008) concluiu que seus autores incorporavam diferentemente o ideário evolucionista, ao descreverem e interpretarem os fenômenos estudados. Apresentou as diferentes formas de interpretação e apropriação das ideias de Darwin entre Ladislau Neto e Fritz Müller, em que o primeiro procurou conciliar ciência e religião, afirmando a presença de um criador para os fenômenos naturais, enquanto o outro buscou em seus estudos explicar tais fenômenos através da própria natureza e de suas transformações.

²⁷ Kuri (2001, p. 879) considera que o cientista nem sempre foi um viajante, mas aquele que assim se fez, quis “não apenas ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem”.

pesquisa por eles desenvolvidos sobre animais, vegetais, minerais e povos do Brasil. Para suas pesquisas, era comum tomarem como referência estudos anteriores realizados por renomados cientistas, baseados na análise comparativa e nas teorias evolucionistas, considerando os procedimentos ordenados de observação, análise e comparação, hipótese, experimentação e conclusão.

A análise desses artigos sugere haver adesão dos cientistas do Museu Nacional às teorias darwinistas, ou a parte de suas proposições, no que diz respeito às características de análise e princípios: teoria da evolução das espécies; a luta pela sobrevivência como motor da vida; a adaptabilidade dos seres ao meio e suas transformações; a variabilidade das espécies; a hereditariedade; a seleção natural.²⁸

Essa espécie de adesão plural ao evolucionismo (Gualtieri, 2008) pode ser vista em alguns artigos da revista, nos quais seus autores ressaltam as contribuições de Darwin para a ciência e demonstram o reconhecimento que tinham por cientistas que, no exterior, eram adeptos de suas teorias, como, por exemplo, no prólogo escrito por Ladislau Neto em que destaca a importância das novas teorias para as pesquisas na América:

A doutrina do transformismo, tão habilmente sustentada pelo professor Darwin, já prevista e aceita por não pequeno número de naturalistas antigos, e há pouco mais de meio século apresentada ao mundo por Lamarck,²⁹ tem se constituído com o desenvolvimento a ela dado pelo naturalista inglês o assunto das meditações e pesquisas de sábios de nossos dias [...]. O gênio reformador que caracteriza a nossa época, trazendo a liberdade do pensamento,

²⁸ Conforme Gualtieri (2008), o entendimento e a adesão dos cientistas ao evolucionismo de Darwin variaram tanto que, mesmo aqueles unanimemente reconhecidos como darwinistas, não estavam de acordo com todos os pontos. A ideia de seleção natural, a incorporação do ser humano no reino animal e a exclusão de um criador agindo diretamente no processo de transformação orgânica, três importantes concepções de Darwin, foram diferentemente assimiladas pelos reconhecidos darwinistas.

²⁹ Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck (1744-1829), foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres desenvolvidos, sendo um dos primeiros defensores do evolucionismo das espécies.

favorece a expansão das inteligências; e não admira, pois, que um grande número de sectários da doutrina evolutiva se vá apresentando por toda a parte.

O bom caminho e o progressivo desenvolvimento que começa a ter no Brasil o estudo das ciências naturais, graças à paternal solicitude de seu imperante, pode-se dizer que é em boa parte devido ao impulso grandioso que ao movimento científico desse país deu o gênio de Darwin com a publicação do seu trabalho *Sobre a origem das espécies*. Verdadeiro monumento de paciência e de gênio veio este livro despertar a atenção dos povos do continente sul-americano cujos filhos pareciam dormir o sono da indiferença sobre o mundo de preciosidades que entesouram as suas terras. (Archivos..., 1876, p. 32)

Ao considerar que a América era um continente que estava despertando para a ciência na segunda metade do século XIX, Ladislau Neto parece indicar o distanciamento com que alguns dos cientistas do Museu Nacional se viam com relação à ciência nos países civilizados. Ao situarem o Brasil em um lugar de periferia no cenário científico mundial, classificavam seus estudos como contribuições ao conhecimento, muitas vezes dirigidos aos cientistas europeus e norte-americanos para que tomassem ciência sobre um determinado artefato, fenômeno ou espécime animal, vegetal ou mineral até então desconhecido e que deveria ser estudado. Uma dessas questões se referia ao “homem americano”.

Para tanto, numa perspectiva darwinista no final do século XIX, na seção de Antropologia do Museu Nacional, predominaram estudos craniométricos,³⁰ comparativos, empregando-se instrumentos padronizados para medir, analisar, comparar e classificar crânios a fim de estabelecer a distinção das raças humanas, mas também em busca do conhecimento sobre os nativos brasileiros e as origens do homem americano, questões

³⁰ A craniometria foi uma ciência iniciada no final do século XVIII por Blumenbach, dedicada à mensuração de crânios humanos com o objetivo de elucidar as propriedades morais e intelectuais de indivíduos e raças (cf. Andermann, 2004, p. 10).

de grande interesse e polêmica no meio científico internacional, debate no qual os pesquisadores do Museu Nacional tomaram parte.

No sentido de fornecer bases científicas para estudos futuros sobre as origens dos povos nativos do Brasil e da América, João Batista de Lacerda³¹ e Rodrigues Peixoto escreveram artigo intitulado “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil” (*Archivos...*, v. I, 1876). O artigo resultou das análises realizadas em crânios existentes no Museu Nacional, originários dos índios botocudos, tendo por base os estudos antropológicos de Blumenbach,³² e apresentava desenhos de crânios e quadros demonstrativos de medidas craniométricas.³³

As imagens produzidas e divulgadas sobre os nativos do Brasil e da América correspondiam a uma classificação e hierarquização das raças humanas e eram orientados por princípios darwinistas, como é possível ler em artigo de João Batista de Lacerda e Rodriques Peixoto sobre os índios botocudos:

Alguns de índole bravia e indomáveis têm resistido a todos os meios de catequese e fugindo diante da civilização internam-se cada vez mais no coração das florestas; outros mais dóceis e mais acessíveis vão se deixando conduzir ao grêmio da religião cristã e abandonando, pouco a pouco, os hábitos e costumes da vida selvagem. [...] São eles geralmente indolentes, pouco amigos do trabalho, de um caráter excessivamente desconfiado, vingativo,

³¹ João Batista de Lacerda publicou uma série de artigos na revista *Archivos* sobre suas experiências no Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional (1880-1890), do qual foi um dos fundadores junto com o médico francês Louis Couty (1854-1884) durante a gestão de Ladislau Neto. Por exemplo, os estudos sobre a composição do urari (v. I, 1876) e sobre a ação do veneno de ofídios (v. II, 1877) e de plantas venenosas (v. III, 1878).

³² Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), antropólogo e zoólogo alemão que classificou o ser humano em raças.

³³ Lacerda e Peixoto, após exame em crânios de índios mortos em campanha militar empreendida em Minas Gerais, chegaram à conclusão de que “os indígenas brasileiros, ao lado dos esquimós e dos habitantes da Patagônia, ocupavam a posição mais baixa na escala de evolução humana das Américas, num estado biológico de selvageria que havia se mantido imutável por mais de 3.000 anos” (Anderman, 2004, p. 137).

e sustentam-se, uns com os produtos da caça, outros com os produtos da pesca. (Archivos..., 1876, p. 49)

Ao narrarem as experiências realizadas pelo território brasileiro em incursões e pesquisas sobre ciências naturais em diferentes áreas, os naturalistas descreveram regiões brasileiras ainda desconhecidas ou pouco exploradas, situando sua localização geográfica, instruindo sobre suas características físicas – topografia, hidrografia, clima –, seus recursos naturais – fauna, flora e minerais –, suas gentes e suas culturas. Instruíam sobre o Brasil e simultaneamente construíam imagens da nação em formação.

Muitos desses artigos revelavam ao mundo um Brasil potencialmente fértil para a ciência e para possíveis investimentos econômicos, em função da larga variedade de riquezas naturais em grande parte inexploradas. Apresentavam o nativo como um ser selvagem, indomável, resistente à civilização, e descreviam seus costumes, modos de vida e culturas, que deveriam ser estudados pela ciência.

Com os estudos sobre o território e os fenômenos naturais das áreas percorridas, os naturalistas e pesquisadores também colaboraram para criação de uma geografia do país, a partir de textos e mapas produzidos durante e após as viagens por lugares até então não percorridos anteriormente pelos homens de ciência. Alguns desses materiais foram publicados na revista *Archivos*.³⁴ Seus “desenhos da nação” buscavam tanto louvar as belezas do território quanto “operar técnicas científicas de medição e de representação dos seus elementos naturais” (Mary, 2010, p. 19).

Nesses desenhos e mapas, descreveram, situaram e caracterizaram o relevo, a hidrografia, as costas marítimas; analisaram a geologia; revelaram parte da fauna, da flora e das riquezas minerais; descreveram os povos que

³⁴ Além dos relatos dos viajantes estrangeiros e brasileiros, o espaço territorial brasileiro e as riquezas naturais nele existentes fizeram parte, durante o século XIX, dos estudos e publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), assim como estiveram presentes em livros e em compêndios escolares de geografia utilizados no Colégio Pedro II, no Colégio Militar do Rio de Janeiro e em outros estabelecimentos de ensino no Brasil (cf. Oliveira, 2010, p. 46).

habitavam as terras visitadas,³⁵ estudando e apresentando considerações sobre características físicas, costumes, hábitos e cultura. Criavam, assim, imagens do Brasil que ainda hoje circulam pelo mundo e que serviram de ilustração para os suportes de comunicação – revistas, livros, slides, filmes – utilizados em cursos e conferências públicas e no intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais, assim como nos materiais pedagógicos criados pelo Museu Nacional e distribuídos nos estabelecimentos escolares de todos os níveis de instrução.³⁶ O Brasil encontrava-se em construção por intermédio de um conjunto de representações diversas.

Por exemplo, no artigo intitulado “A flora de Mato Grosso: memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon”, do professor Alberto José de Sampaio, chefe da seção de Botânica do Museu Nacional e membro da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia (1908-1909), foram anexados dez mapas sobre a região, publicados no volume XIX da revista *Arquivos*, de 1916, impressos na Imprensa Nacional.

Essa coleção foi composta com mapas feitos por viajantes que exploraram a região do Mato Grosso no final do séc. XIX e início do XX, muitos deles anteriores à Comissão Rondon, descrevendo e tratando de forma gráfica a herborização, a hidrografia, os limites territoriais; localizando vilas e centros urbanos; indicando as zonas percorridas e os itinerários feitos por vias fluviais e terrestres através de mapas confeccionados nas expedições de Alexandre Rodrigues Ferreira (1788-1791), Langsdorf e Riedel (1826-1828), Silva Manso (1830-1832), D’Orbigny (1832), Gaudichaud-Beaupré (1833), Wedell (1844-1845), Herbert Smith (1886), Spencer Moore (1891-1892), Lindman (1893-1894), Malme (1893-1894; 1902; 1903), Barbosa Rodrigues (1897), R. Pilger (1899), C. Theodor Kock (1899), Júlio César Diogo (1908-

³⁵ Interessante observar que em alguns casos coleções de peças de cultura indígena entraram para o acervo do Museu Nacional no século XIX sendo registradas com uma denominação dada a partir de uma referência geográfica. Nesses casos, poderia ser o nome de um rio, de um lugar ou de uma província onde os grupos ou tribos viviam, sendo essa uma das importantes contribuições das classificações presentes nos catálogos de etnologia. Sobre o assunto, ver Nascimento (2009).

³⁶ Nascimento (2009) chama atenção para a matéria Corografia ensinada nos cursos primário e secundário, cujo conteúdo tratava de descrição pormenorizada dos rios brasileiros e de suas bacias, presente nos livros escolares.

1909), F. C. Koehne (1908-1909; 1910-1912; 1913-1914), J. Geraldo Kuhlmann (1914-1915), além da própria Comissão Rondon (1911-1912).



FIGURA 24 – Mapas produzidos por viajantes em incursões a Mato Grosso. Fonte – *Archivos do Museu Nacional*, 1916.

Em sua análise sobre as viagens de naturalistas do século XIX, Kury chama atenção para o caráter e os procedimentos adotados nessas iniciativas:

A viagem e a grande maioria dos relatos e imagens publicados buscavam dar conta não apenas dos detalhes morfológicos das espécies coletadas, mas descreviam o que viam, ouviam e sentiam. A relação das expedições tende a tratar seus objetos como partes constitutivas do todo, organicamente articulado, onde as diversas partes dependem umas das outras. Os conhecimentos oriundos das viagens do século XIX deveriam, desse modo, ser amplos o suficiente para abranger descrições textuais e imagens dos objetos tais como tipos raciais, sexualidade vegetal, anatomia animal, relações entre o físico e o moral tanto nos indivíduos quanto nas civilizações, além dos aspectos históricos, políticos, literários ou artísticos dos lugares visitados. Para tanto os viajantes que per-

correram vastas regiões do planeta tornaram-se especialistas nas artes da imitação, de acordo com a expressão de Alexander von Humboldt. (Kury, 2008, p. 322)

Em outro artigo, intitulado “Breve notícia sobre os sambaquis do Pará” (v. I, 1876), o naturalista do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Penna³⁷ escreveu sobre as condições de sua viagem ao povoado de Salinas, na costa oriental da província do Pará, tendo por objetivo conhecer e estudar os sambaquis que, segundo informações pouco exatas, existiam naquela região.

Em função de uma viagem de pouco sucesso devido à existência de poucas minas de *sernambi* – sambaquis – na região, graças à exploração e uso de suas conchas para fabrico de cal, utilizado na pintura das casas dos povoados vizinhos ao longo de muitos anos, o naturalista escreveu aos futuros exploradores que porventura fizessem essa mesma incursão sobre as dificuldades e as intempéries vividas ao longo da viagem por falta de provisões, desconhecimento da região e carência de recursos existentes para transporte até o povoado de Salinas. Do mesmo modo, procurou deixar registrado o pouco que encontrou e observou nos sambaquis, dando uma breve notícia sobre suas localidades, o estado a que se achavam reduzidos e os objetos que foram neles encontrados.

Ao comentar um dos sítios arqueológicos da região, destaca:

O sambaqui começa à beira do mangal e acaba em terras enxutas que avançam para a margem do Quatipurá, sua extensão não é superior a 60 metros com uma largura de 40 a 45, e a altura máxima, compreendida a do terreno sobre o que descansa, é aproximadamente de 8 metros. [...] Achei aqui algumas falanges,

³⁷ Idealizador e um dos fundadores do Museu Paraense (1866), o mineiro Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) dedicou-se aos estudos geográficos, abordando a geografia física, a geomorfologia, a geologia e a geografia econômica da Amazônia e em particular a do Pará. Foi arqueólogo pioneiro nas pesquisas sobre a cerâmica e outros vestígios de grupos primitivos, além de etnógrafo e historiador do passado paraense. Foi também articulista e redator de jornais e revistas de categoria literária e política. Foi viajante naturalista do Museu Nacional, tendo auxiliado Ladislau Neto na organização da Exposição Antropológica ocorrida no Museu Nacional em 1883 (Disponível em: <https://www.gov.br/museu/pt-br/a-instituicao/colecoes>. Acesso em: 21 set. 2020).

uma maxila inferior com 9 dentes, fragmentos de crânio, etc., e pequenos pedaços de louça. [...] Entre os fragmentos de crânio que com outros objetos ora remeto ao Museu, vai o de um parietal que encontrei [...]. (Archivos..., 1876, p. 91)

Para situar a localidade de Salinas e indicar os caminhos para chegar até lá, Domingos Ferreira fez uma longa e minuciosa descrição sobre as características naturais da região; traçou um perfil geográfico do lugar, utilizando-se da topografia local e dos inúmeros rios que cortam as matas; citou os diferentes tipos de vegetação existentes, descrevendo suas variações; e indicou, igualmente, os tipos de transportes existentes e por ele utilizados.

Na Ponta do Pinheiro 10 milhas ao norte de Belém começa um cordão de *furos* ou canais naturais que, com pequenas interrupções e a pouca distância da costa, se prolongam até a barra do Caité, donde ainda continuam até além dos limites orientais da província. É por esses furos que transitam as canoas de pequeno porte que regressam da capital para o *Salgado*, denominação geral dada a todos os pontos dos municípios da costa por serem banhados por águas do mar. A península é uma vasta planície sulcada de numerosos rios e coberta por uma floresta contínua, exceto nas terras baixas do alto Quatipurá e seus afluentes, nas quais há extensas campinas que os proprietários de Bragança aproveitam para criarem gado [...]. (Archivos..., 1876, p. 86)

Com a revista *Archivos* foram divulgados importantes estudos das ciências naturais, alguns deles realizados de forma pioneira sobre a natureza do Brasil. A título de exemplo, podemos considerar o estudo de frei José Mariano da Conceição Veloso – *Flora fluminensis* –, concluído em 1790, publicado somente em parte em 1825, que ganhou relevância em 1880 quando o texto completo³⁸ integrou de forma inédita o quinto volume da revista *Archivos*, por iniciativa do diretor Ladislau Neto.

³⁸ O texto completo da *Flora fluminensis* de frei Conceição Veloso foi possível graças à cessão de parte inédita da obra que se encontrava sob a guarda da Biblioteca Nacional, cedida aos *Archivos* por Ramiz Galvão quando foi diretor dessa instituição.

Ao oferecer seis exemplares do quinto volume da revista *Archivos* ao conselheiro José Antonio Saraiva, ministro e secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ladislau Neto escreveu:

A importância desse volume, explico-a nas palavras que servem de prefácio ao único trabalho que ele encerra. Um verdadeiro monumento científico da glória nacional, representado pelo vasto texto da *Flora Fluminense* de frei Mariano da Conceição Veloso, escrito em 1790, isto é, há perto de um século e ainda em parte até hoje inédito. Felicitando a V. Ex^a. pela glória de se haver, sob o Ministério Saraiva, desentranhado do pó do esquecimento este grandioso trabalho de um brasileiro ilustre. (MN, 1881-1885, p. 4 v.)

Dedicado à Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882, o sexto volume da coleção foi publicado em 1885 em função das inúmeras atividades de seu organizador, Ladislau Neto, à época diretor do Museu Nacional, com a preparação e devolução das coleções emprestadas à exposição e com a organização do seu catálogo, com grandes dificuldades para a reprodução de suas inúmeras estampas e figuras xilográficas,³⁹ como é possível ler em ofício encaminhado ao governo, ainda em 1882.

Como me era indispensável dois meses, pelo menos, e agora reconheço que nem isso basta para a redação e impressão do longo e penoso trabalho do catálogo da Exposição Antropológica Brasileira, a qual como sabe V. Ex^a. deve ser acompanhado de notícias minuciosas e de grande cópia de xilogravuras e estampas, aproveitadas estas do 6º volume dos *Arquivos do Museu Nacional*, fixei para termo de prazo de recepção dos objetos de propriedade particular, destinadas à mesma Exposição o último dia do mês próximo findo. (MN, 1881-1885, p. 22)

³⁹ Carlos Pedroso foi um dos xilogravadores responsáveis pela reprodução das imagens para a revista *Archivos* e para o Catálogo da Exposição de 1882, tendo recebido a quantia de um conto de réis (1:000\$000) pelos trabalhos realizados (cf. MN, 1881-1885, p. 59 v.).

O uso de imagens para ilustrar as publicações do Museu Nacional foi uma preocupação permanente de Ladislau Neto. Para a impressão litográfica das imagens que deveriam constar do sétimo volume da revista *Archivos* e do *Álbum etnográfico*, organizados em 1886, foi paga, inicialmente, a importância de seiscentos e cinquenta mil réis (650\$000) pela coloração de duzentas estampas e 25 exemplares (MN, 1885-1890, p. 28).

Posteriormente, para a impressão de 28 estampas que deveriam constar do mesmo volume da revista, contendo em edição de 1.500 exemplares toda a monografia dos invertebrados fósseis do Brasil, escrita pelo especialista norte-americano professor White, foi contratado, pelo valor de 3.360 dólares, o estabelecimento litográfico de Thomaz Sinclair & Filho, da Filadélfia.

Todos esses investimentos com a Exposição Antropológica e com o registro dos trabalhos publicados em um único volume da revista *Archivos* demonstram as intenções do Museu Nacional e dos dirigentes brasileiros em afirmar ao Brasil e ao mundo a potencialidade científica da instituição, bem como a sintonia com os debates e as pesquisas em curso na Europa e nos Estados Unidos no campo das ciências.

O sexto volume da revista, contendo 638 páginas, foi organizado da seguinte forma: quadro de pessoal do Museu Nacional; prefácio; quatro artigos sobre antropologia brasileira; explicação das figuras; notas explicativas e retificação. No prefácio, ao apresentar os artigos, todos eles produzidos por cientistas e naturalistas do Museu Nacional, Ladislau Neto fez referência ao interesse dos pesquisadores europeus e das nações americanas sobre os estudos antropológicos relacionados ao homem americano e suas origens, enaltecendo a tarefa cumprida pelo Museu Nacional e chamando-o de um “paladino das ciências naturais, no Império do Brasil”.

Naquele volume, o primeiro artigo tratava dos trabalhos do geólogo e professor norte-americano Carlos Frederico Hartt, falecido em 1878, quando ocupava o cargo de diretor da seção de Ciências Físicas, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral no Museu Nacional, cujo trabalho seria continuado pelo seu sucessor nesse cargo, dr. Orville Albert Derby. Intitulado “Contribuições para a etnologia do vale do Amazonas”, o artigo trata das expedições do professor Hartt ao Norte do Brasil e de seus estudos sobre

os materiais encontrados em sambaqui de conchas fluviais e marinhas e outros sítios arqueológicos dessa região.

Nesse trabalho, o professor Hartt apresentou análises etnográficas realizadas em fragmentos de louça fabricada com argila,⁴⁰ ossos humanos e de animais, pedaços de madeira carbonizada e potes contendo ossadas, servindo como urnas funerárias, entre outros artefatos escavados. Tratou de hábitos e costumes de grupos indígenas; informou sobre origens de palavras na língua tupi-guarani e sobre pinturas rupestres; descreveu e reproduziu imagens de utensílios e objetos; procedeu a uma descrição do ambiente natural da região percorrida, trazendo informações sobre a vegetação e o clima, bem como registro da topografia e hidrografia em mapas reproduzidos no artigo.⁴¹



FIGURA 25 – Artefatos de caça e ador-
nos pessoais indígenas. Fonte – *Archivos
do Museu Nacional*, 1885.

⁴⁰ Influenciado por ideais evolucionistas darwinistas, Hartt considerava a cerâmica, seus tipos e sua forma de produção um dos indicadores do estágio cultural dos povos nativos (cf. Nascimento, 2009).

⁴¹ Seus estudos na Região Amazônica são complementares a outros realizados por pes-
quisadores, alguns, assim como ele, provenientes da América do Norte.

Uma de suas descrições sobre práticas de enterramento impressiona pelo modo como alguns costumes de nativos brasileiros são representados.

Os Mundurucús selvagens das campinas do rio Tapajós enterram dentro de casa os corpos dos que morrem na maloca do seguinte modo: estende-se o corpo na cova e atira-se-lhe terra por cima, deixando-a acumulada de água por cima, mas tomando o cuidado de não amassá-la. Todos os dias molha-se a terra com água até que fique dura. Enterram-se muitas vezes ornatos e brincos com os mortos, mas nunca se enterram as armas. Quando um guerreiro morre ou é morto perto da povoação, tiram-lhe o intestino e o moqueiam-lhe o corpo para o levarem para casa, a fim de ser enterrado. Se, porém, é grande a distância, cortam-lhe a cabeça, uma perna ou um braço, que depois de moqueado, é levado para casa. (Hartt, 1885, p. 16)

A preocupação de Hartt com a descrição criteriosa dos lugares visitados, suas condições naturais, localizações e objetos encontrados indica sua intenção em gerar informações que instigassem estudos posteriores e facilitassem o acesso aos sítios explorados. Ao lado disso, proporciona determinados conhecimentos sobre povos e região ainda desconhecidos, sinal das possibilidades de realização desse tipo de pesquisa no Brasil.

Os artigos intitulados “O homem dos sambaquis: contribuição para a antropologia do Brasil” e “Novos estudos craniométricos sobre os botocudos” tratam dos trabalhos desenvolvidos pelos naturalistas brasileiros João Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, respectivamente. Considerados por Ladislau Neto como os mais completos até então publicados em anais científicos do Brasil, esses trabalhos contêm os primeiros subsídios rigorosamente determinados de craniometria comparada referentes aos nativos brasileiros.

O último artigo do sexto volume da revista, um ensaio sobre a arqueologia brasileira, produzido por Ladislau Neto, tratou do acervo arqueológico do Museu Nacional, procurando dar uma ideia das antiguidades que o compunham. Segundo ele, procurava apresentar seus inúmeros defeitos,

“na esperança de ver transformar-se um dia o material que, pedra a pedra, tenho aí acumulado em monumento cuja solidez e formosura não dependem de mim, mas dos artistas que tiverem de arquitetá-lo no futuro” (Mello Neto, 1885, p. 257).

A preocupação para que as riquezas arqueológicas de que trata o sexto volume dos *Archivos do Museu Nacional* fossem mantidas sob a guarda do Estado brasileiro levou Ladislau Neto a solicitar aos dirigentes da nação a adoção de medidas para preservar “os documentos” da “fase pré-colombiana” localizados na ilha de Marajó.

Tendo de aparecer em breve o 6º volume dos *Arquivos do Museu* que será seguido do *Catálogo da Exposição Antropológica Brasileira*, a cujos assuntos é consagrada igualmente a primeira dessas publicações, e como contenham ambas copiosos documentos que se constituirão verdadeiras revelações para a fase pré-colombiana da história dos povos americanos, é de meu dever prevenir desde já a V. Ex^a. que é a ilha de Marajó o repositório principal desses documentos, os quais convém sejam quanto antes ressalvados contra a cobiça de particulares e especialmente dos estrangeiros já hoje cientes a respeito de semelhantes tesouros pelos documentos que se deram à luz por ocasião da referida Exposição. (MN, 1881-1885, p. 111)

As riquezas arqueológicas a que se referia Ladislau Neto eram artefatos exumados na colina do Pacoval, na ilha de Marajó, onde, segundo seus estudos arqueológicos, havia existido um povo desconhecido em época remota. Tratava-se de trabalhos artísticos – esculturas, gravuras e pinturas – sobre os quais Ladislau Neto desenvolveu algumas ideias com base no exame comparativo entre culturas de outros povos e civilizações:

Estes trabalhos artísticos de um povo que parece haver desaparecido, ou que se amalgamou e fundiu-se com as tribos da localidade, estão ornados de gravuras e de pinturas que nada menos são do que uma complicada ideografia, escritura hieroglífica embrionária

talvez, mas que teve visíveis analogias com as que se conhecem dos monumentos de Iucatan e do México, lembrando alguma coisa ao mesmo tempo da ideo grafia indo-chinesa e do mais antigo estilo dos hieróglifos egípcios. (MN, 1881-1885, p. 111)

Ao reivindicar o controle sobre os sítios arqueológicos da ilha de Marajó, do vale do Amazonas, de Óbidos, de Santarém e de Miracan, Ladislau Neto em 1888 pediu providências para que qualquer pessoa, sem autorização do governo, ficasse impedida de exumar necrotérios dos primeiros “íncolas” dessas áreas, em particular, as cerâmicas ali existentes, de maior antiguidade e de alto valor arqueológico, tornando aquelas relíquias propriedade do Estado (MN, 1885-1890, p. 97).

A ideia de tornar as riquezas nacionais patrimônio público sob controle do Estado já era uma realidade na Europa desde o final do século XVIII, quando na Revolução Francesa os objetos do Antigo Regime foram ressignificados, ganhando valor de representação nacional em uma perspectiva de valorização do passado e de suas fontes históricas, como representantes de uma identidade nacional que se pretendia construir. Nesse sentido, o patrimônio sob a tutela do Estado deveria guardar e preservar as obras do passado, colocando-as a serviço da história da nação, num despertar de um sentimento nacionalista, e a serviço da instrução, uma vez que esses monumentos passaram a ser considerados meios para a ampliação do conhecimento de novas gerações (Valente, 2003, p. 32).

A preocupação para com a preservação e a guarda do patrimônio arqueológico e etnológico dos povos primitivos do Brasil foi ratificada em 1890 quando Ladislau Neto, através de ofício ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, pediu providências para que os governadores do Amazonas e do Pará enviassem ao Museu Nacional objetos colhidos e obtidos de indígenas habitantes daquela região, como armas de guerra, de caça e de pesca, ornatos, vestes e artefatos de inúmeras aplicações na vida dessas comunidades.⁴²

⁴² O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil foi criado em 1933, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional. Era a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934,



FIGURA 26 – Reprodução de inscrições rupestres brasileiras. Fonte – *Archivos do Museu Nacional*, 1885.

Esse pedido visava não só complementar as coleções etnográficas e os estudos desenvolvidos por pesquisadores do Museu Nacional, mas também denunciar – e impedir – que esses artefatos fossem levados para a Europa por negociantes estrangeiros e missionários, como ocorria frequentemente, correndo o risco de desaparecimento de fontes de grande valor para o conhecimento desses povos e de suas culturas (MN, 1885-1890, p. 175). Aqui, como se pode observar, temos uma dimensão adicional à questão da nação, considerando-se as advertências à preservação do “patrimônio nacional”.

Ao defender a importância dos estudos antropológicos e a preservação das fontes arqueológicas e etnográficas referentes aos primeiros habitantes

que deu origem ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-lei nº 25, em 30 de novembro do mesmo ano. Em 1946, teve seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, transformado em Iphan (Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 21 set. 2020).

do Brasil, reivindicando que fossem consideradas propriedade do Estado, Ladislau Neto se reportou ao ministro Benjamin Constant da seguinte forma:

Sendo hoje reconhecido entre todos os povos do globo que *o valor das antiguidades pré-históricas de cada nação excede o das gemas e dos metais preciosos*, não se devendo cedê-los a qualquer preço ou sob nenhum pretexto, pois que quase sempre apresentam relíquias únicas de gerações extintas [...] chamo a vossa atenção para a violação das necrópoles do vale do Amazonas e do litoral do sul do Brasil, das quais estrangeiros especuladores exumam constantemente, com esqueletos humanos, urnas funerárias, artefatos de barro ou de pedra e muitas outras preciosidades [...] um aviso já foi expedido [...] mas não surtiu efeito algum essa medida, nem pode depender o resultado desejado de um simples aviso, mas de *lei geral que se aplique por decreto a todos os estados da República*. Rogo-vos pois que, tomada em consideração as razões acima expostas, providencieis de modo que seja satisfeita uma das mais importantes disposições exigidas pela ciência brasileira e *salvaguardada uma preciosa propriedade do Estado*. (MN, 1885-1890, p. 175, grifos nossos)

As preocupações de Ladislau Neto quanto à preservação de objetos arqueológicos e etnográficos encontrados no Brasil podem ser compreendidas como expressão da valorização atribuída a esses materiais para estudos posteriores e maior conhecimento sobre o homem americano, mas também demonstram a intenção de salvaguardar para os especialistas brasileiros, em especial, os do Museu Nacional, a exclusividade nas pesquisas sobre tais “preciosidades”.

Para uma maior orientação àqueles que pudessem contribuir com a coleta e o envio de materiais de história natural para o Museu Nacional, em 1890, Ladislau Neto escreveu e fez distribuir pelas províncias do Brasil as famosas *Instruções* sobre os cuidados que deveriam existir para cada tipo de espécime dos reinos da natureza e para com os materiais etnográficos e arqueológicos encontrados.

O volume VIII da revista *Archivos*, publicado em 1892, trouxe na capa os símbolos da República recém-proclamada, sinal da manutenção do caráter oficial da revista. Entre os cinco artigos publicados, o do dr. Augusto Emílio Goeldi referia-se aos estudos realizados durante catorze meses (1886-1887) sobre a moléstia do cafeiro ao norte da província do Rio de Janeiro. Pesquisa e publicação que ocorreram em função das preocupações das autoridades do governo e dos cultivadores de café diante de um mal que atingia o principal produto da economia brasileira à época.

Goeldi organizou seu artigo de 116 páginas em três partes. A primeira dedicava-se aos estudos histórico-geográficos, apresentando um resumo sobre a marcha da moléstia do cafeiro, a extensão geográfica da zona por ela afetada e sua gravidade. A segunda correspondia à parte diagnóstica, com características do mal, exame microscópico da planta doente e da planta moribunda, propagação da doença, caráter contagioso e natureza epidêmica da moléstia. Por fim, numa parte profilática, apresentou uma série de medidas que deviam ser tomadas pelos produtores relativas ao terreno, às sementes e às mudas, já que até aquele momento não havia sido encontrada solução para erradicar a moléstia.

Ao proceder à publicação do estudo da doença dessa forma tão detalhada, o autor lograva contribuir com órgãos de governo e produtores do Norte Fluminense, através de suas entidades representativas e instituições dedicadas à agricultura, para onde eram enviados os resultados dos estudos, sobre as ações a tomar.

É interessante observar que, ao final do artigo, Goeldi manifesta opinião contrária ao sistema de produção do café em vigor, que se baseava na grande propriedade e na cultura extensiva. Dizendo não querer “deixar passar a ocasião sem citar desde já uma interessante observação relativa à possibilidade de com sucesso plantar café em terra cansada”, relatou a experiência de um pequeno produtor, “laborioso e empreendedor”, dono de um “magnífico cafezal”, não muito grande, que era por ele lavrado, estrumado e cuidadosamente tratado todos os anos e que, apesar de situado na zona da província do Rio de Janeiro onde existia a moléstia, apresentava bons frutos.

Referindo-se à experiência relatada, procurava indicar a melhor forma de produzir o café, defendendo a pequena propriedade, a mão de obra livre e de imigrantes, o sistema intensivo. Assim escreveu:

Este exemplo mostra quantas vantagens se poderia com segurança auferir do sistema, e faz saltar aos olhos que a produção do café aumentaria em grande escala pelo estabelecimento de pequenos proprietários, que plantem pouco, mas com cuidado. Imigração, pequena propriedade, sistema intensivo, eis uma associação de fatores de que depende, segundo a minha íntima convicção, o futuro da agricultura da província. É o único meio eficaz que vejo para arrostar corajosamente semelhantes calamidades, que comprometem a riqueza pública. (Goeldi, 1892, p. 94)

Como se pode observar, a posição do autor mantém os compromissos com a rentabilidade, associado a um novo sistema.

Durante as primeiras décadas da República, o Museu Nacional continuou com a publicação da revista *Archivos*, mantendo a distribuição para inúmeras instituições científicas no Brasil e no exterior. No entanto, a partir da gestão de João Batista de Lacerda, uma nova tendência nas temáticas dos artigos pode ser observada, sendo valorizados os estudos experimentais desenvolvidos nos Laboratórios de Biologia (1899), de Química Vegetal, de Entomologia e de Fitopatologia (1910), em detrimento dos artigos na área de antropologia. Apesar dessa mudança na linha editorial e no conjunto de seus artigos, foi mantida a tradição da revista em conferir destaque aos assuntos relacionados à zoologia, ganhando relevância estudos descritivos a respeito dos grandes grupos animais. Em menor escala, foram publicados estudos na área de botânica.⁴³

Os artigos publicados por João Batista de Lacerda sobre a febre amarela, resultado de seus estudos realizados no Laboratório de Biologia do Museu Nacional, constituem exemplos do tipo de estudo publicado na revista *Archivos* nos anos de 1903, 1907 e 1909, assim como as pesquisas

⁴³ Ver o apêndice B deste livro.

sobre as causas do beribéri, também publicadas em 1909, apresentando à comunidade científica considerações a respeito de duas das doenças que eram comuns no início do século XX.⁴⁴ Os artigos de Carlos Schreiner sobre as coleções ictiológicas do Museu Nacional (v. XII, 1903) e os de Alípio de Miranda Ribeiro⁴⁵ sobre peixes do Brasil, publicados em cinco tomos (v. XIV, 1907; v. XV, 1909; v. XVI, 1911; v. XVIII, 1916; v. XXI, 1918), e sobre insetos do Brasil (v. XIII, 1905; v. XIV, 1907) também indiciam o deslocamento e a maior focalização nos estudos experimentais.

A nova linha de artigos adotada para a revista pode ser explicada pela importância atribuída à pesquisa experimental, que, para Batista de Lacerda, deveria ser “exercitada ao lado da sistematização, da coordenação e da classificação dos espécimes naturais e das coleções”, utilizando novos recursos da ciência moderna, tendência das novas pesquisas em voga nos grandes museus da Europa, equipados com laboratórios. A mudança na linha editorial também pode ser justificada pelos interesses dos dirigentes em pesquisas que pudessem encontrar soluções para problemas nos campos da saúde e da produção.

Nos anos de 1918 e 1919 foram publicados, respectivamente, os volumes XXI e XXII. O primeiro trouxe o trabalho do professor Miranda Ribeiro a respeito dos peixes do Brasil, e o segundo, dedicado ao centenário do Museu Nacional, comemorado no ano anterior, contém texto de Bruno Lobo, que tecia o seguinte comentário a respeito do periódico:

Os *Archivos do Museu Nacional*, que encerram os resultados das pesquisas e trabalhos científicos realizados no mesmo e que representam a contribuição do nosso instituto à ciência brasileira, consolidando ao mesmo tempo as relações intelectuais do país

⁴⁴ Cabe lembrar a importância das pesquisas experimentais na área da biologia, higiene e saúde, na virada do século XIX para o XX, para subsidiar os programas de modernização dos centros urbanos, principalmente no combate às epidemias.

⁴⁵ Contratado, em 1894, como preparador da seção de Zoologia, permaneceu neste cargo até 1896, quando se tornou naturalista viajante, assumindo em 1889 o cargo de secretário do Museu Nacional. Adepto do evolucionismo, realizou estudos de identificação animal e de classificação com base em anatomia comparada (cf. Valente, 2008).

com o estrangeiro, constituem o instrumento mais elevado e de maior alcance de que dispomos para a divulgação dos conhecimentos de História Natural. (Relatório da Diretoria do Museu Nacional, 1919, p. 51)

Em seu discurso, destacou o Museu Nacional como instituto de pesquisa científica no Brasil e valorizou a importância que a revista *Archivos* cumpria como instrumento de divulgação dos conhecimentos produzidos pela instituição e para a consolidação de relações intelectuais no país e no estrangeiro.

Com relação à circulação da revista, no ano de 1921, saíram do Museu Nacional 1.226 exemplares dos *Archivos*, como pode ser visto no demonstrativo apresentado no quadro 4, organizado a partir de dados encontrados no relatório do diretor Bruno Lobo ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes

**QUADRO 4 – Número de exemplares da revista *Archivos*
do Museu Nacional distribuídos no ano de 1921**

Ano	Volume	Número de exemplares
1876	I	12
1877	II	13
1878	III	13
1879	IV	7
1881	V	6
1885	VI	1
1887	VII	2
1895	IX	11
1901	XI	11
1905	XIII	3
1907	XIV	13
1909	XV	4
1911	XVI	14
1915	XVII	28

(continua)

(continuação)

Ano	Volume	Número de exemplares
1916	XVIII	25
1916	XIX	25
1917	XX	14
1918	XXI	25
1919	XXII	31
1921	XXIII	968

Fontes – *Índice Geral dos Archivos do Museu Nacional organizado por Bertha M. J. Lutz*, v. I-XXII, 1876-1919; *Relatório da Diretoria do Museu Nacional de 1922*, p. 27.

Em relatório a respeito dos trabalhos executados e dos principais fatos ocorridos no Museu Nacional no ano de 1922, em função de seu pedido de demissão encaminhado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Calmon Du Pin, Bruno Lobo apresentou um balanço de sua gestão, iniciada em 1915. Em um resumo geral das atividades desenvolvidas pelo museu, destacou o quantitativo de volumes da revista *Archivos do Museu Nacional* que haviam sido expedidos a avulsos e a instituições nacionais e estrangeiras entre os anos de 1916 e 1922, totalizando 6.925 exemplares.

Como se pode observar, o Museu Nacional mantém a política de disseminação e articulação interna e externa, o que funcionará como argumento para a continuidade dessa ação, reforçada pelo impacto decorrente do número de revistas distribuído. Ao focalizar o período de sua gestão, Bruno Lobo busca produzir efeito lateral, demonstrando adesão e reforço da política editorial como um dos braços institucionais do Museu Nacional.

No ano de 1922, a comunidade científica nacional e internacional com a qual o Museu Nacional manteve correspondência, enviando e permutando publicações, foi composta pelas seguintes instituições, cabendo destacar, no plano internacional, uma maior aproximação do Museu Nacional com instituições norte-americanas.

QUADRO 5 – Instituições com as quais o Museu Nacional manteve correspondência no ano de 1922

No Brasil	No exterior
Museu Paulista	Museu Nacional de História de Buenos Aires
Museu Göeldi	Museu Nacional do México
Arquivo e Museu Histórico Nacional	Instituto Bacteriológico – Buenos Aires
Universidade do Rio de Janeiro	Sociedade Nacional de Lima
Escola Politécnica	American Museum of Natural History
Conselho Superior de Ensino	American Indian Heye Foundation
Faculdade Hahnemanniana	Field Museum of Natural History – Chicago
Serviço Geológico	United States National Museum
Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária	Smithsonian Institution
Instituto Soroterápico de Butantã	John Hopkins University
Instituto Oswaldo Cruz – Belo Horizonte	Faculdade de Medicina – Peru
Arquivo Público	Pan American Union – Washington
Escola Superior de Comércio	The Carnegie Institution
Instituto Geográfico e Geológico de Minas Gerais	Bernice Pauahi Bishop Museum
Jardim Zoológico	Sociedade Ornitológica del Plata
Instituto de Química	Harvard University – Boston – USA
Sociedade Entomológica do Brasil	Universidade de Praga
Sociedade de Medicina da Bahia	Museu Nacional de Varsóvia
Instituto de Proteção e Assistência à Infância	
Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária	
Faculdade de Medicina Veterinária	
Jardim Botânico	
Horto Oswaldo Cruz de Butantã	
Museu Histórico Nacional	
Centro de Ciências, Letras e Artes	

(continua)

(continuação)

No Brasil	No exterior
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	
Observatório Nacional	
Instituto de Engenharia Militar	
Diretoria do Serviço de Povoamento	

Fonte – Relatório da Diretoria do Museu Nacional de 1922.

A malha constituída a partir da correspondência do Museu Nacional com um conjunto de instituições nacionais e internacionais no início da década de 1920 permite observar no plano de sua composição o raio de alcance da revista *Archivos*, assim como identificar mudanças em seu direcionamento no que se refere ao quadro de seus destinatários.

Enviada para museus, escolas, universidades e faculdades, institutos e centros de pesquisa, sociedades e fundações, congressos e órgãos públicos, no ano de 1922 a revista *Archivos* chegou a seis estados brasileiros – Pará, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – e a países de dois continentes – Europa e América –, com significativa predominância de sua distribuição neste último.

A concentração de grande número de instituições de pesquisa e ensino superior na região Sudeste pode ser um indicativo para explicar a razão da predominância dos destinatários da revista em âmbito nacional. No que se refere à distribuição para o exterior, é possível perceber um movimento de deslocamento do destino dado à revista, considerando que a maioria de seus exemplares foi enviada para instituições americanas, diferentemente do que ocorria em anos anteriores, como pode ser observado quando procedemos a uma comparação entre os quadros 2 e 5.

Essa prioridade dada à distribuição da revista para a América do Norte pode ser compreendida no plano político-conjuntural que caracterizou o período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1919), quando ocorreu uma espécie de movimento “para dentro do continente” e a centralização em torno da expansão norte-americana, com uma remissão difusa a alguns países da América Latina. Nesse sentido, cabe lembrar que na década de

1920 o Museu Nacional procedeu a um conjunto de ações visando a uma maior aproximação com os Estados Unidos, servindo como exemplo as viagens empreendidas pela secretária do museu, Bertha Lutz, para estudos em instituições naquele país.

A partir de 1925, com a chegada de Roquette-Pinto à direção do Museu Nacional, a revista *Archivos* voltou a publicar estudos em antropologia com maior incidência, com destaque para artigos por ele produzidos referentes a estudos antropométricos sobre índios do Brasil (v. XXV, 1925), à anatoma comparada das raças humanas (v. XXVI, 1926) e a tipos antropológicos brasileiros (v. XXX, 1928), além de artigo de autoria do coronel Artur Lobo da Silva, intitulado “Antropologia no Exército Brasileiro” (v. XXX, 1928). No sentido de divulgar estudos realizados quando da revisão do material de paleontologia do Museu Nacional, foram publicados artigos de A. Childe⁴⁶ sobre diversos objetos de coleção, principalmente os da divisão de Egiptologia do museu (v. XXV, 1925; v. XXVIII, 1926; v. XXXII, 1930).

Em artigo intitulado “Contribuição ao estudo antropométrico dos índios urupás” (v. XXV, 1925), Roquette-Pinto, em parceria com A. Childe, publicou estudos realizados com crânios de índios dessa tribo, considerados em extinção junto com outras tribos do médio vale do Ji-Paraná – os rama-ramas e os jarus –, encontrados pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, chefiada por Cândido Rondon, e enviados ao Museu Nacional para composição de seu acervo.

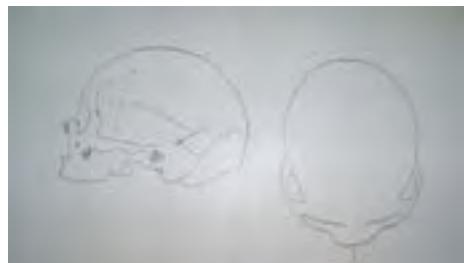


FIGURA 27 – Desenhos de crânio urupá, por A. Childe, estudados pelo professor Roquette-Pinto. Fonte – *Archivos do Museu Nacional*, 1925.

⁴⁶ Preparador do Museu Nacional, A. Childe escreveu diversos artigos para a *Revista Nacional de Educação*, do Museu Nacional, entre 1832 e 1834.

A partir de pesquisas realizadas por Roquette-Pinto com o professor Benjamim Baptista, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi escrito o artigo “Contribution à l'anatomie comparée des races humaines: Dissección d'une indienne du Brésil”, publicado em francês na revista *Archivos* (v. XXVI, 1926). Nesse trabalho foram apresentados os resultados de estudos e observações realizadas em um cadáver de mulher indígena da região do Amazonas que veio a falecer no Rio de Janeiro em virtude de pneumonia grave.

Para Roquette-Pinto, a publicação desse artigo se justificava em função do interesse desses estudos para a antropologia física, a anatomia descritiva e a medicina. Considerando que as numerosas anomalias reveladas com o estudo desse cadáver indígena ainda eram desconhecidas, Roquette-Pinto decidiu alertar que os estudos realizados em antropologia física e por ele conhecidos, assim como o conhecimento até então produzido sobre anatomia humana, restringiam-se ao homem branco, sendo essa a matéria ensinada nas escolas.

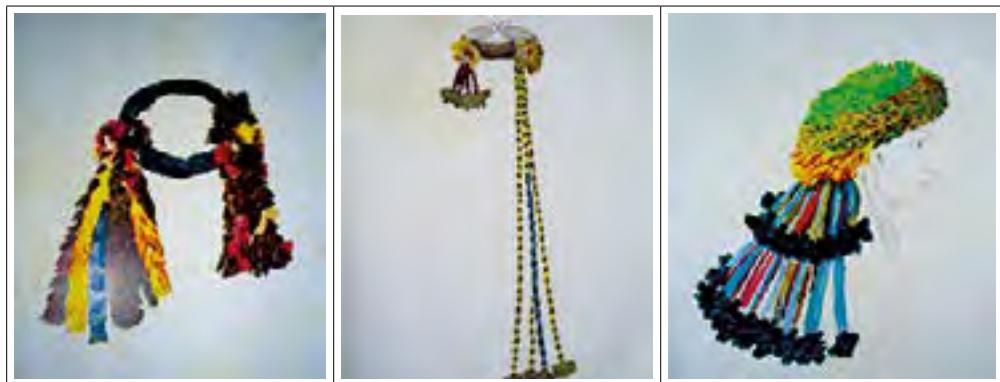


FIGURAS 28 E 29 – Desenhos anatômicos, por A. Childe, a partir de estudos realizados em cadáver de mulher indígena pelos professores Roquette-Pinto e Benjamim Baptista. Fonte – *Archivos*, 1926.

Um interessante estudo realizado sobre o uso de vegetais por indígenas brasileiros para dar coloração aos artefatos por eles produzidos foi publicado na revista *Archivos* pelo professor dr. Alfredo A. de Andrade (v. XXVIII, 1926), depois de ter sido apresentado como tese no XX Congresso de Americanistas, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1922.

O objetivo era demonstrar, através de estudos comparados, que o aborigene brasileiro possuía retina mais sensível às cores neutras que os homens primitivos encontrados em outros lugares do mundo, em mesmo grau de evolução social,⁴⁷ a partir de estudos sobre os produtos da arte e do vocabulário indígena empregado para distingui-los, exprimindo as matizes de suas cores.

Ao tratar da cultura dos povos indígenas, esse artigo apresentava as diversas formas com que os nativos faziam uso de materiais tintoriais naturais para ornamentar o corpo; em seus rituais; na terapêutica; nos símbolos que eram próprios de uma tribo ou grupo; nos registros de seus feitos e de sua descendência; nas manifestações artísticas; em suas manifestações de alegria, de pesar e de luto (*Archivos...*, 1926, p. 180).



FIGURAS 30, 31 E 32 – Artefatos indígenas utilizados para estudos sobre anatomia humana. Fonte: *Archivos do Museu Nacional*, 1926, p. 196-198.

⁴⁷ Fato curioso, na Exposição Antropológica de 1882, o dr. Moura Brasil efetuou várias experiências para conhecer a extensão do campo visual dos índios botocudos, reconhecendo que o campo de cor verde se revelava neles mais ampliado do que costumava ser nos indivíduos de “raça branca” (cf. Lacerda, 1905, p. 101).

Além disso, ao tratar da cultura indígena, o artigo procurava informar a respeito da arte rupestre realizada pelos primitivos brasileiros, descoberta na Bahia e já estudada por Theodoro Sampaio,⁴⁸ assim como apresentava estudos sobre vegetais brasileiros, instruindo sobre suas propriedades corantes e seu uso como bebidas, mas também sobre os significados de seus nomes, em geral de origem indígena, tais como o urucu, o jenipapo, o carajuru ou guarajuru, o pau-brasil, o pau-campeche, o caapia, o guaraná, o curi e o cumaí.

Dessa forma, servindo como veículo de informações sobre as gentes e a natureza do Brasil, a revista *Archivos*, ao circular entre seus destinatários privilegiados – homens da indústria, artes, comércio e letrados –, ao mesmo tempo que os instruía, contribuía para a criação imaginária da nação (Anderson, 2008).

Ao reunir e fazer circular informações resultantes de pesquisas e experiências científicas desenvolvidas por pesquisadores do Museu Nacional, a revista serviu como instrumento para a projeção e o reconhecimento da instituição, no cenário científico nacional e internacional, como centro de pesquisa no Brasil, contribuindo para inserir o país no rol das nações “civilizadas”.

Além disso, o intercâmbio promovido entre o Museu Nacional e instituições de ensino e pesquisa de diferentes continentes, incrementado com a distribuição da revista *Archivos*, resultou em uma maior circulação e troca de materiais científicos e na ampliação dos acervos dos setores e seções do museu.

Como instituição que procurou adotar as teorias do evolucionismo, assim como divulgar os estudos realizados com a publicação da revista *Archivos*, o Museu Nacional contribuiu para afirmar e difundir o pensamento considerado iluminista, racional e científico como forma mais acabada de explicação dos fenômenos naturais e sociais.

⁴⁸ Baiano, de origem humilde, Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) foi engenheiro, geógrafo, cartógrafo, planejador urbano e empresário. Era especialista na língua tupi, em arqueologia e em mineralogia. Destacou-se no Império e na República nos trabalhos de reconhecimento do território nacional, na construção da infraestrutura urbana e em serviços públicos nas cidades de São Paulo e Salvador.

Cabe destacar que a publicação permanente da revista *Archivos* desde 1876 fez parte de uma estratégia do impresso que o Museu Nacional fez por onde manter, como forma de tornar visível sua produção científica, simultânea a outras ações educativas que promoveu, por exemplo, a produção de materiais didáticos para estabelecimentos de ensino e a publicação da *Revista Nacional de Educação*.



Ações educativas para um público mais amplo e diversificado

Em país novo como o nosso em que, devido à extensão do território e às dificuldades do estudo, estamos ainda bem longe da sistematização dos conhecimentos sobre estrutura geológica e mineralógica, flora, fauna e habitantes regionários, faltam forçosamente aos leigos as oportunidades de adquirirem noções elementares e exatas sobre a história natural. Um instituto como o Museu Nacional tem, pois, a obrigação de difundir o resultado das investigações feitas pelos especialistas. (MN, 1920, p. 44)

A compreensão do papel social que o Museu Nacional deveria cumprir no sentido de difundir o conhecimento sobre a história natural, contribuindo para a educação do povo, procurou levar em conta a situação de carência em que este se encontrava em função da dificuldade de estudos e da falta de oportunidades a ele oferecidas. Esse quadro foi um dos fatores determinantes para a criação de um conjunto de ações educativas dirigidas para um público mais amplo e diversificado, principalmente o escolar, desenvolvidas pelo museu nas décadas de 1920 e 1930, concorrendo para consolidar o caráter público da instituição.

As novas ações promovidas pelo Museu Nacional serão analisadas neste capítulo, através de sua materialidade, na intenção de observar a produção e a circulação de coleções didáticas de história natural, compostas por espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral, preparadas e distribuídas pelo museu para estabelecimentos de ensino de todos os níveis, para serem utilizadas por professores e alunos no ensino das ciências naturais.

Com foco nas escolas, observam-se igualmente a produção e a circulação de quadros murais.¹ Esse conjunto procurou levar aos estabelecimentos de ensino o conhecimento científico sobre a natureza do Brasil através de pequenos textos, desenhos e pinturas, que reproduziam espécimes dos três reinos da natureza, impressos em papel, sob a forma de quadros parietais.

Para situar o debate sobre a importância dos museus e sua função educativa e verificar as condições de organização e funcionamento em que se encontravam os museus escolares nas décadas de 1920 e 1930, analisamos publicações de professores e especialistas que se posicionaram sobre esses temas, assim como investigamos parte da correspondência mantida entre o Museu Nacional e estabelecimentos de ensino nesse período.

Além dessas ações educativas, ainda neste capítulo, evidenciamos cursos e conferências oferecidos para professores e alunos nas dependências do Museu Nacional nas décadas de 1920 e 1930. Para essas atividades foi produzido pelas seções do museu um conjunto de materiais sonoros e visuais que deveria ser utilizado como suporte de práticas pedagógicas para o melhor entendimento das ciências naturais.

Por fim, analisamos a *Revista Nacional de Educação*, editada e publicada pelo Museu Nacional no período de 1932 a 1934. Dirigida para a família e para as escolas brasileiras, essa produção foi mais um dos investimentos da instituição no sentido de promover ações educativas a fim de divulgar a ciência e popularizar a cultura.

¹ Esses murais fazem parte de um conjunto de objetos que podem ser classificados como quadros parietais, produzidos para serem utilizados em geral em escolas, dependurados em paredes.

Por um estudo curioso da vida: conhecendo a natureza através de coleções didáticas e de quadros murais

Os objetos que estão em todos os lugares do mundo e nos cercam têm história, trajetória e são portadores de forma, mensagens e linguagens. Em nossos cotidianos, observamos e utilizamos objetos os mais variados e, por muitas vezes, não atentamos e refletimos a respeito das peculiaridades e propriedades que possuem. Foram produzidos pela natureza ou pelo homem e por ele foram apropriados para uso individual e/ou coletivo, compondo, em parte, a cultura de um determinado tempo e lugar.

Etimologicamente, *objectum* significa lançado contra, coisa existente fora de nós, coisa disposta diante, com uma característica material: tudo que se oferece à vista e afeta os sentidos. Os filósofos tomam o termo no sentido do que é pensado e se opõe ao ser pensante ou sujeito. O termo “objeto” se constitui pelo aspecto de resistência ao indivíduo e por sua característica material (Moles, 1972, p. 13).

Coleções² são compostas por objetos produzidos em um determinado tempo e lugar, e, acreditamos, quando estes são tomados como fontes de pesquisa, podem fornecer indícios que permitam, através do conhecimento sobre o processo de produção e trajetórias, conhecer as razões e as intenções que motivaram sua criação, os contextos em que foram produzidos, as prescrições de uso e as apropriações realizadas, entre outras possibilidades de investigação.³

Consideradas por Junghans (2011, p. 62) “o coração dos museus”, as coleções de espécimes ocupam nos museus de história natural um lugar central, na medida em que “interligam as viagens de pesquisa e coleta, os estudos

² Para a definição de coleção, tomamos como referência Krzysztof Pomian (1984), que a considera como o conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar, desempenhando a função de intermediários entre os especiadores e o mundo invisível de que falam.

³ O estudo sobre coleções ganhou grande relevância a partir de 1970 com as pesquisas em história da ciência, história da arte, história da antropologia e os chamados “estudos culturais”. Sobre coleções são relevantes os trabalhos produzidos por Pomian (1984), Latour (2000) e Gonçalves (2007), entre outros.

de classificação dos espécimes, dando-lhes materialidade, e a partir delas são organizadas as exposições e os catálogos". Segundo a autora, através delas é possível "examinar aspectos da trajetória dos cientistas, das redes nas quais esses profissionais estavam inseridos, das práticas de campo e de gabinete e das próprias histórias institucionais" (Junghans, 2011, p. 62).

Analisar coleções didáticas e mapas murais produzidos pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, no campo da cultura material, é um dos objetos de estudo deste capítulo, inserido no quadro maior das ações educativas desenvolvidas por essa instituição no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.⁴ Para isso, procuramos explorar as potencialidades desses objetos para estudos em história da educação, tomando como referências a materialidade e intencionalidade,⁵ buscando ampliar os conhecimentos sobre aspectos do funcionamento dessa instituição e compreender sua participação na educação brasileira.

Vale lembrar que, desde o século XIX, os museus assumiram grande importância no cenário nacional brasileiro, particularmente no que se referia à pesquisa, à educação e ao ensino das ciências.⁶ Nas décadas de 1920 e 1930, o Museu Nacional do Rio de Janeiro produziu e distribuiu coleções didáticas e quadros murais relativos à área de ciências naturais para serem utilizados por professores e alunos de todos os níveis de ensino, em gabinetes de história natural, em museus escolares ou em museus pedagógicos,⁷ em todo o país. Essas coleções foram confeccionadas com base em concepções de ensino e aprendizagem que, à época, defendiam um ensino

⁴ Sobre a confecção e a distribuição de coleções didáticas e mapas murais pelo Museu Nacional, ver Sily (2009a, 2010).

⁵ Sobre a materialidade e a intencionalidade dos objetos, ver Abreu (2005).

⁶ Sobre os museus no Brasil no século XIX, ver Vidal (1999), Schwarcz (2008) e Gualtieri (2008).

⁷ A diferença entre museus escolares e museus pedagógicos foi primeiramente definida por Manoel José Pereira Frazão a convite do Congresso da Instrução, entre 1882 e 1883. Segundo ele, o museu pedagógico seria aquele composto por coleções de objetos relativos ao ensino, metódicamente dispostos de modo que possam ser estudados pelos professores; o museu escolar seria uma reunião metódica de coleções de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor no ensino das diversas matérias do programa escolar (cf. Vidal, 1999, p. 110).

prático, concreto e experimental, que demandava novas práticas educativas nas escolas. Para a formação de professores, o Museu Nacional ofereceu cursos sobre a organização de museus escolares, a conservação de seus acervos e a utilização de materiais didáticos variados por ele produzidos.

A partir dessas informações, buscamos responder a algumas questões referentes aos mapas murais e às coleções didáticas: de que são compostos? Como foram confeccionados? Sobre o que instruíam? Quais intencionalidades orientaram sua criação e circulação? Para qual público foram dirigidos? Para respondê-las, buscamos situar os objetos em estudo no tempo e lugar em que foram produzidos, contextualizando-os e analisando-os à luz de estudos e metodologias desenvolvidos no campo da cultura material,⁸ assim como de contribuições de pesquisas sobre objetos e coleções.⁹

Atualmente pertencente ao acervo documental da Biblioteca do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a coleção de mapas murais de história natural produzida entre 1920 e 1922, com catorze exemplares, recobriu áreas de antropologia, zoologia, geologia e botânica, com temáticas específicas a cada uma delas, e foi confeccionada por professores e técnicos de setores e seções do museu. As coleções didáticas, compostas por exemplares naturais – vegetais, animais e minerais –, foram preparadas para a exposição através de técnicas de conservação, a exemplo da taxidermia. Alguns desses objetos de coleção encontravam-se em prateleiras ou vitrines, armazenados no próprio Museu Nacional, e ainda hoje estão presentes, mesmo que raramente, em espaços escolares – antigos gabinetes e museus – em desuso nas escolas.

Com bases nos questionamentos feitos a esses objetos,¹⁰ pesquisando sobre seu processo de produção e suas trajetórias, encontramos documentos nos arquivos do Museu Nacional que permitiram nos aproximar

⁸ Para estudos sobre cultura material, ver Bucaille; Pesez (1989); sobre cultura material na história da educação, ver *Revista Brasileira de História da Educação*, maio/ago. 2007; jan./abr. 2011.

⁹ Refiro-me aos estudos de Pomian (1984), Baudrillard (2004) e Barthes (2001), entre outros.

¹⁰ Referindo-se aos objetos escolares, José Maria Hernandez Díaz (2002) afirma que os objetos falam e informam, na medida em que são instrumentos de comunicação, elementos de intermediação social e cultural.

da história desses materiais e conhecer algumas das intenções que motivaram sua produção e distribuição pelo Brasil e no exterior.¹¹ Para melhor entender a razão dessas ações, começamos por tentar explicar por que o Museu Nacional foi investido da tarefa de produzir material didático para estabelecimentos de ensino no final do século XIX.

Com o advento da República, a Reforma Benjamin Constant de 1890 consistiu em uma tentativa de organizar o sistema educacional do Distrito Federal.¹² Entre as propostas previstas, apenas parte delas foi posta em prática, com destaque para a substituição de um currículo acadêmico por um currículo enciclopédico; a inclusão de disciplinas científicas;¹³ o estabelecimento do ensino seriado; a busca de maior organicidade ao sistema como um todo e a criação de um museu pedagógico – o *Pedagogium* – para servir como centro de aperfeiçoamento do magistério e impulsor das reformas na educação brasileira.¹⁴

O *Pedagogium* teve como uma de suas finalidades dispor dos melhoramentos necessários à instrução nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional de que poderiam carecer, assim como a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado. Entre os meios necessários para alcançar tais objetivos, foi estabelecida a organização de “gabinetes e laboratórios de

¹¹ Documentos tais como ofícios e relatórios produzidos para correspondência entre o Museu Nacional, instituições de governo e estabelecimentos escolares.

¹² Como já abordado neste livro, no capítulo 1.

¹³ Segundo Duggan (1916), o século XIX foi marcado por progresso nas ciências puras e um grande desenvolvimento nas ciências aplicadas. O resultado foi uma revolução nas condições de vida e no pensamento, gerando uma demanda pela inclusão dessas disciplinas no currículo escolar, primeiramente por causa do valor de seus conteúdos, mas também por seu valor disciplinar. Para ele, um dos maiores representantes da necessidade de inclusão das ciências no currículo foi Herbert Spencer (Inglaterra, 1820-1903), autor da obra *Education*, em que se encontram seus ensaios em defesa da ideia das ciências como matérias de educação.

¹⁴ Proposto ao governo da República em 1890 pelo inspetor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Ramiz Galvão, foi aceito e criado projeto de organização do museu pedagógico, denominado *Pedagogium*, pelo ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant (cf. Brasil, 1890d).

ciências físicas e naturais e a organização de coleções modelos para o ensino científico concreto nas escolas públicas".¹⁵

De acordo com o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, constante do Decreto nº 346, de 19 de abril de 1890, a instrução primária, livre, gratuita e leiga seria dada no Distrito Federal em escolas públicas, em escolas primárias do primeiro e do segundo graus.

As escolas do primeiro grau, destinadas a meninos e meninas de 7 a 13 anos de idade, em estabelecimentos distintos, incluíam em seu curso o ensino de "Lições de Coisas e Noções Concretas de Ciências Físicas e História Natural", devendo ser aplicado em todas as disciplinas o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, de acordo com programas minuciosamente especificados. Nas escolas primárias do segundo grau, destinadas a alunos e alunas entre 13 e 15 anos, deveria ser oferecido, em prédios separados, o ensino de "Elementos de Ciências Físicas e História Natural Aplicáveis à Indústria, à Agricultura e à Higiene", além de outras disciplinas.

Ainda por esse Regulamento ficou estabelecido que

[...] cada escola primária terá, além das salas de classe e de outras dependências, sua biblioteca especial, *um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumento e de quanto for indispensável para ensino concreto*, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos. (Brasil, 1890c, p. 30-31, grifos nossos)

Para o funcionamento das escolas primárias, o governo providenciaria a construção de edifícios apropriados ao ensino, de acordo com os mais severos preceitos da higiene escolar e com habitações anexas destinadas ao professor, sendo de responsabilidade do Conselho Diretor da Instrução

¹⁵ Além dos citados, o Pedagogium deveria utilizar-se dos seguintes meios: a boa organização e a exposição permanente de um museu pedagógico; a oferta de conferências e cursos científicos adequados ao fim da instituição; a promoção de exposições escolares anuais; a direção de uma escola primária modelo; a instituição de uma classe-tipo de desenho e de uma oficina de trabalhos manuais; e a publicação de uma *revista pedagógica* (cf. Brasil, 1890d).

Primária e Secundária a formulação e a aprovação do projeto de construção desses prédios escolares.

No ensino secundário integral, de acordo com a Reforma Benjamin Constant, a disciplina de História Natural comporia o curso integral de estudos equivalente a sete anos, oferecido no Ginásio Nacional.¹⁶ Os conteúdos da disciplina de História Natural seriam ministrados no 6º ano, no 2º período, e referir-se-iam a noções de botânica, zoologia, meteorologia, mineralogia e geologia (Revista Pedagógica, 1890, p. 30).

Para contribuir com tais demandas da instrução pública, de acordo com o Regimento interno do Museu Nacional de 1890,¹⁷ assinado pelo ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, em seu artigo 87, o diretor do Museu Nacional deveria providenciar para que todas as seções pudessem oferecer aos estabelecimentos de ensino primário e secundário da capital federal o material de que eles precisassem “para a instrução concreta e demonstrativa que lhes compete”.

Assim, o Museu Nacional ficou incumbido de fornecer materiais didáticos aos estabelecimentos escolares da Corte, dentre eles coleções formadas por espécimes da flora, da fauna, dos minerais e de artefatos produzidos pelas gentes do Brasil e do mundo, para serem utilizados nos museus escolares, nos museus pedagógicos e nos gabinetes escolares de história natural. Tais materiais destinavam-se a professores e alunos, possibilitando a renovação do ensino por meio de práticas pedagógicas orientadas pelas propostas do método intuitivo.

A utilização de coleções formadas por exemplares da natureza e da produção humana para fins pedagógicos foi uma prática que se afirmou e se generalizou em estabelecimentos de ensino de países da Europa e da América, inclusive no Brasil. Perseguia-se assim uma nova forma de saber que se afirmou na segunda metade do século XIX, a partir de uma pedagogia do olhar, consagrada nas exposições universais promovidas nesse

¹⁶ O Ginásio Nacional, anteriormente denominado Instituto Nacional de Instrução Secundária, hoje é o Colégio Pedro II.

¹⁷ Regimento interno do Museu Nacional de 1890 para execução do regulamento a que se refere o Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890. Esse regulamento foi parcialmente modificado pelo Decreto nº 810, de 4 de outubro de 1890.

período, que orientavam novos métodos de ensino, entre eles o chamado método intuitivo. Sobre essa nova forma de saber, Vidal acentua que:

Deslocado do indivíduo, narrador, homem-memória, para o lugar, o saber sobre o passado e o presente assentava-se em uma nova inteligibilidade no século XIX. Se o aparecimento de uma ciência do olhar, da observação e da verificação, por volta dos séculos XVI e XVII, principalmente na Inglaterra, produzira uma nova forma da vontade de saber, que deslocava de Deus para a natureza a chave de decifração do mundo e de reencontro com a divindade, no século XIX, a ruptura com essa vontade de saber operava-se não pelo descentramento da natureza, mas pela inserção do indivíduo como objeto natural (parte dessa natureza) a ser compreendido pelo conhecimento dela. A nova inteligibilidade colocava o homem, especialmente seu corpo, como objeto de estudo. Decifrar a natureza levaria a decifrar o humano na sua acepção biológica, apartada da ligação com o divino. A construção de um saber positivo sobre o homem e a natureza estava imersa no desenvolvimento das ciências naturais, disciplina percebida como o *locus* de entendimento moderno do real. (Vidal, 1999, p. 108)

Com o processo de institucionalização do ensino nas escolas, afirmado a partir do século XVIII, e em decorrência disso o aparecimento de um crescente mercado escolar, casas especializadas na produção e comercialização de materiais pedagógicos e escolares¹⁸ se estabeleceram em diversos países europeus e nos Estados Unidos, abastecendo o mercado local e exportando para outros países, entre eles o Brasil.

Nesse sentido, a produção e a distribuição de material pedagógico relativo às ciências naturais pelo Museu Nacional a partir de 1890 buscaram atender a objetivos complementares: facilitar aos estabelecimentos de ensino o acesso e o uso desses materiais, evitando sua importação, e, assim, possibilitar que a instrução nas escolas fosse feita por intermédio de objetos que

¹⁸ São exemplos as casas Hachette, Delagrave e Deyrolle.

procurassem representar a natureza, o homem e a cultura do Brasil, contribuindo para um maior conhecimento e afirmação da nação em construção.

A proposta de desenvolver um ensino intuitivo¹⁹ e concreto nas escolas brasileiras fez parte dos debates sobre a instrução pública nas últimas décadas do século XIX, mobilizando “homens ilustres e ilustrados”, empenhados na modernização do país, “fundando escolas e organizando sociedades destinadas a propagar a instrução popular” (Carvalho, 2011, p. 192).

A observação dos objetos parece ter ganhado importância na educação brasileira nesse período, tendo como base o ensino através do método conhecido como “lição de coisas” ou método intuitivo. O conhecimento da realidade sensível, principalmente nas classes das primeiras letras, passou a corresponder a uma pedagogia moderna contrária ao ensino realizado por meio da memorização, repetição e da palavra ditada.

As proposições quanto ao processo de ensino-aprendizagem que procurou valorizar os sentidos do homem e a realidade a sua volta remontam ao início dos tempos modernos na Europa, quando novas concepções de mundo e do homem surgiram a partir do desenvolvimento e da afirmação da ciência como fonte de explicação e compreensão dos fenômenos naturais e sociais.

Pensadores e escritores europeus dos séculos XV ao XVII, conhecidos como realistas e racionalistas, estiveram voltados para questões pertinentes à formação humana, sendo contrários à educação até então predominante, baseada nos livros e nas palavras, defendendo que a educação deveria ter um novo conteúdo e um novo método, com o estudo das coisas, especialmente da natureza, a partir do método indutivo. Consideravam que as únicas realidades são as coisas com as quais fazemos contato através dos sentidos, condição para que pudessem ser compreendidas.

Partidários dessas concepções sobre educação,²⁰ atuantes como renovadores da pedagogia, escritores e filósofos como François Rabelais (1494-1553),

¹⁹ Nas últimas décadas, os estudos sobre o método de ensino intuitivo ganharam a atenção de pesquisadores em história da educação. Sobre essa temática, ver Margotto (1999), Resende (2000), Schelbauer (2003), Valdemarin (2004) e Souza (2005).

²⁰ Segundo Paul Monroe (1976), a educação realista caracteriza-se pela preferência ao estudo dos fenômenos naturais e das instituições sociais em detrimento das línguas e lite-

Francis Bacon (1561-1626), Comenius (1592-1670), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), entre outros, produziram e publicaram ideias em obras literárias que serviram de base ao pensamento moderno, influenciando significativos educadores dos séculos XVIII e XIX, como Bernhard Basedow (1723-1790), Pestalozzi (1746-1827), Herbart (1776-1841) e Fröbel (1782-1852), entre outros.

Nesses pensadores, a educação das crianças ganhou importância, na medida em que eram por eles consideradas indivíduos que deveriam ser preparados para o futuro e para atuar em sociedade. A primeira função da educação consistiria, pois, em prover o indivíduo com o conteúdo do conhecimento que lhe proporcionasse uma compreensão inteligente do mundo natural e social, de que ele é parte, a partir do qual deveria aperfeiçoar a vida profissional.

O método intuitivo foi inicialmente desenvolvido na Europa e na América do Norte no século XIX e depois circulou pelo mundo, sendo adotado em diferentes países, entre eles o Brasil. Seus defensores compreendiam que, para desenvolver o processo ensino-aprendizagem, professores e alunos deveriam conhecer “a coisa”, o objeto de estudo em questão, a partir de uma investigação cuidadosa e minuciosa, através dos sentidos humanos, para depois, então, nomeá-lo e classificá-lo.

Um dos principais instrumentos a serviço da circulação e divulgação do método intuitivo no Brasil foi o livro do norte-americano Norman Allison Calkins intitulado *Primeiras lições de coisas: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*, publicado nos Estados Unidos em 1861 e traduzido para a língua portuguesa em 1886.

Assim como outros manuais de lições de coisas publicados no final do século XIX, o livro de Calkins baseava-se nas teorias de Pestalozzi. Entre os “fatos” apontados por Calkins como aqueles que deveriam servir de base para a educação de crianças, estavam: a compreensão de que é pelos sentidos que advém o conhecimento do mundo material; a percepção como a primeira fase da inteligência, devendo a educação começar pela cultura

raturas. Sendo ulterior ao Renascimento, teve seu destaque no século XVII, quando afetou profundamente o pensamento e a prática educacionais, dando origem ao pensamento filosófico e científico moderno.

das faculdades perceptivas; a existência de uma noção no espírito que nasce de uma percepção das semelhanças e das diferenças entre os objetos; o entendimento de que as crianças possuem energias ativas que devem ser estimuladas no processo de ensino, tais como a sensação, a percepção, a observação, a comparação, a simples retentiva e a imaginação; a associação entre a recreação e o ensino, sendo este o mais natural e saudável incentivo para o desenvolvimento da atenção e para a aquisição de conhecimentos entre as crianças (Calkins, 1883, p. 2).

No Brasil, nas duas últimas décadas do Império, a necessidade de organização de um sistema nacional de ensino sob a responsabilidade do Estado foi uma questão recorrente nos debates sobre educação, resultando na apresentação de sete projetos de reforma da educação pública à Câmara dos Deputados, com o objetivo de criar o ensino primário destinado às classes populares no Município da Corte, que serviria de exemplo às demais províncias.²¹

Todos esses projetos tinham em comum a defesa da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino, conforme prescrito na Constituição do Império de 1824; a certeza da necessidade premente de um sistema nacional de ensino, financiado pelo Estado; e a preocupação com a ampliação do número de escolas e do conteúdo a ser ministrado por elas.

O surgimento desses projetos era fruto do entendimento de políticos da época, seus proponentes, da importância da educação para a sociedade nacional, em um contexto de mudanças no processo produtivo pelo qual o país passava, a saber: a substituição de mão de obra escrava pela livre, um crescente processo de urbanização e o surgimento de novos grupos sociais, em sua maioria pertencentes à classe dos trabalhadores, formada em grande parte por um expressivo número de imigrantes.

²¹ De acordo com Machado (2004), foram apresentados os seguintes projetos à Câmara dos Deputados: o de Paulino José Soares de Souza (1870); de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873); de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874); de Leônio de Carvalho (1879); o Decreto nº 7.247; o parecer/projeto da Comissão de Instrução Pública composta pelos deputados Rui Barbosa, Thomaz do Bonfim Espinola e Ulisses Machado Pereira Vianna; o de Almeida de Oliveira (1882) e o do barão de Mamoré (1886).

Os autores das propostas revelavam também a preocupação com a formação moral do cidadão, laica ou religiosa, e com sua preparação para o trabalho, assim como a necessidade de incorporação e controle dessa nova população, principalmente de imigrantes, por parte do Estado, no âmbito de um projeto de formação e de construção de uma unidade da nação.

Entre esses projetos, a proposta de reforma do ensino primário apresentada por Rui Barbosa²² propunha a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, sob a tutela do Estado, assim como a reorganização de todo o programa escolar existente, para adequá-lo ao seu tempo e às suas exigências. Para tanto, propunha adoção do ensino das “lições de coisas” nas escolas primárias e também o ensino da língua materna e da gramática a partir do método intuitivo.

Para a defesa do método da lição de coisas, Rui Barbosa buscou referências no reformador Martinho Lutero; nas concepções de filósofos como Bacon, Ratke, Comenius e Rabelais; no literato Fénelon; nos estudos de Célestin Hippeau; no pedagogo alemão F. Bussé, diretor da escola superior de meninas de Berlim, entre outros. Todos, em seus respectivos tempos, foram defensores da instrução objetiva, que, na opinião de Rui Barbosa, deveria ter as seguintes finalidades:

[...] cultivar no menino as faculdades perceptivas, assimilar-lhe ao espírito a arte de observar, adestrá-lo em encontrar, diante de cada objeto, a palavra apropriada, em achar diante de cada palavra, na inteligência, a concepção da realidade correspondente. (Barbosa, 1947, p. 210)

Compreendendo a lição de coisas como um método que deveria nortear todo o ensino nas escolas primárias, referindo-se à reforma educacional Leônicio de Carvalho, de 1879,²³ Rui Barbosa criticava a ideia de que a lição

²² Em 1883 Rui Barbosa era um dos membros da Câmara de Deputados, eleito pela província da Bahia.

²³ A reforma conhecida pelo nome de seu proponente, Carlos Leônicio de Carvalho, à época ministro dos Negócios do Império, pasta na qual se encontrava submetida a Instrução Pública, foi por ele decretada sem a prévia discussão e deliberação na Câmara

de coisas deveria ser incluída no programa escolar como uma disciplina, “como capítulo singular, distinto, independente entre as matérias a serem ministradas nos cursos”.

A lição de coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma seção do programa: abrange o programa inteiro; não ocupa, na classe, lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o processo geral, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário a todas. (Barbosa, 1947, p. 214)

Segundo os adeptos e defensores do método intuitivo, para sua aplicação na educação brasileira deveriam ser criados museus pedagógicos e gabinetes escolares, compostos por diversos materiais,²⁴ entre eles coleções didáticas e mapas murais, que permitissem aos professores e alunos desenvolver suas aulas utilizando métodos de ensino e aprendizagem mais práticos, particularmente para os conteúdos das disciplinas das ciências naturais e físicas.

Sobre a necessidade de constituição de bibliotecas e museus pedagógicos, a Reforma Leônio de Carvalho, de 19 de abril de 1879, já havia se pronunciado sobre sua criação nos diferentes distritos do Município da Corte e nos lugares onde existissem escolas normais, sem, no entanto, torná-los obrigatórios.

dos Deputados. Entraram em vigor, de imediato, as disposições que não necessitavam de aprovação da Assembleia, sendo as demais encaminhadas para exame da Comissão de Instrução Pública, cujo relator era Rui Barbosa.

²⁴ Referimo-nos ao mobiliário e aos objetos específicos de cada disciplina, como: globos, mapas, microscópios, lunetas, instrumentos de medição e de precisão, entre outros.

Nos lugares onde houver escolas normais deverão ser instituídas bibliotecas e museus pedagógicos onde os alunos-mestres possam ver e familiarizar-se com todos os livros, quadros, móveis e mais objetos destinados aos estabelecimentos de instrução conforme os diferentes sistemas e métodos. (Moacyr, 1937, p. 193)

Nos pareceres relativos à Reforma do Ensino Primário (1882-1883), Rui Barbosa dedicou um capítulo ao que seria o “Museu Pedagógico Nacional”, no qual argumenta em favor da sua efetiva criação no Brasil, visto que o Decreto nº 7.247, de 1879, estabelecia em seu artigo 8º que o governo poderia fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde houvesse escolas normais.

Com este propósito cada escola, segundo a sua categoria, possuirá completo material de ensino prático e experimental pela realidade, e, em cada uma, se formará pelo professor, com a cooperação dos alunos, uma coleção de objetos naturais e artificiais correspondentes ao seu gênero de ensino. Completará os meios de ensino prático e experimental a coleção do museu escolar, que cada um dos distritos escolares deste Município possuirá e onde se reunirão os recursos complementares da instrução pelos processos intuitivos que não for possível distribuir por todas as escolas. Compõem o pessoal dos museus escolares um preparador e um servente, cujos vencimentos o governo fixará. (Moacyr, 1937, p. 239)

Para destacar a importância dos museus pedagógicos, Rui Barbosa enumerou os países que os possuíam de forma permanente, como aqueles “onde o ensino se acha colocado à altura do apreço que lhe toca, e a afirmar a posição que lhe pertence como membro essencial ao organismo da Instrução Pública”. Nesse registro, destacou a Rússia (1864), o Japão (1871), a Holanda (1877), a Hungria (1878), a Bélgica (1880), a Suíça (1880), a Inglaterra (1875), a França (1879), o Canadá (1879) e os Estados Unidos (1879).

Sobre os museus escolares, Rui Barbosa tomou como referência o relatório apresentado pelo presidente do Museu Pedagógico de São Petersburgo ao Congresso Internacional de Bruxelas, em 1880, destacando a proposta apresentada ao governo russo de criação de um museu em cada um dos distritos da capital, assim como o estímulo à fundação desse tipo de instituição nas províncias russas.

No sentido de possibilitar o mais pleno desenvolvimento dos “benefícios do ensino e da propaganda educadora pela demonstração visual”, com base nas experiências desenvolvidas por outros países, Rui Barbosa apresentou uma ordem de estabelecimentos voltados para esse fim, distribuídos em “coleções escolares”, “museus escolares” e o “Museu Pedagógico Nacional”.

No que se refere à organização e à abrangência dos estabelecimentos da instrução pública, Barbosa (1947, p. 197) defendia que as coleções escolares fossem organizadas em parte pela administração dos estabelecimentos de ensino, em parte pelos alunos e professores. Os museus escolares seriam instituídos em cada distrito, reunindo o material de ensino intuitivo que excedesse os recursos naturais de cada escola, e o Museu Pedagógico Nacional abrangeeria a instrução em todos os graus de ensino, promovendo os seus interesses em todos os aspectos.

As múltiplas funções que deveriam caber ao Museu Pedagógico Nacional foram enumeradas por Rui Barbosa em seus *Pareceres* (1883), organizadas e apresentadas de forma sintética, possivelmente para maior convencimento das autoridades sobre a importância desse tipo especial de museu.

- 1º. Apresentar, por espécimes concretos, documentos autênticos e meios figurativos, a história do progresso do ensino no país;
- 2º. Demonstrar, por meios análogos, a sua situação atual;
- 3º. Reunir, em coleções completas, todos os instrumentos do material técnico do ensino;
- 4º. Oferecer ao exame do professorado os tipos e modelos mais aproveitáveis de mobília escolar;
- 5º. Juntar, numa exposição permanente, as amostras de todas as invenções e aperfeiçoamentos, produzidos pela indústria nacional e estrangeira, no tocante ao material clássico;

6º. Constituir, mediante exemplificações gráficas, planos, amostras, conferências e investigações especiais no seu laboratório, uma escola completa de higiene escolar;

7º. Estabelecer sistematicamente, com as províncias e com os países estrangeiros, a permutação dos objetos, documentos, informações e serviços, que interessem o ensino público em todos os seus graus;

8º. Proporcionar aos interessados na causa da educação nacional a mais completa biblioteca pedagógica;

9º. Criar, manter, e desenvolver por todos os modos a estatística do ensino no país; coligir e coordenar todos os dados possíveis acerca do mesmo assunto no estrangeiro; publicar anualmente, em edições populares, o fruto deste duplo trabalho. (Barbosa, 1947, p. 198)

As funções apresentadas por Rui Barbosa colocavam em evidência não só o lugar de destaque que o Museu Pedagógico Nacional deveria ocupar como centro de irradiação e recepção nacional de informações a respeito de tudo o que estivesse relacionado à educação e à instrução pública, como também destacavam a relevância dos objetos como suporte e veículo de comunicação na educação.

Apesar de não ter seu projeto apreciado pela Assembleia Legislativa,²⁵ Rui Barbosa procurou manter suas preocupações com o ensino brasileiro. Como conhecedor e admirador da obra do educador norte-americano Norman Allison Calkins, Barbosa, em 1886, traduziu e adaptou para as condições do Brasil²⁶ seu livro *Primeiras lições de coisas: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*, considerado na Exposição Universal da Filadélfia, em 1886, “a melhor coleção de lição de coisas de que se há notícia”.

²⁵ De acordo com Moacyr (1937, p. 442), o projeto não teve andamento na Câmara dos Deputados, nem mesmo na Comissão de Instrução.

²⁶ Conforme explicação de Rui Barbosa (1886, p. XIV), não seria possível traduzir alguns lances da obra de Calkins ou, se traduzidos, eles não teriam sentido no Brasil, referindo-se principalmente às seções do livro dedicadas aos sons da linguagem e ao ensino das medidas.

Com esse investimento possibilitou a divulgação do livro entre os professores, contribuindo para a melhor compreensão e utilização do método intuitivo nas escolas brasileiras, conforme estabelecido na Reforma Leônio de Carvalho (1879). Contudo, Barbosa (1886, p. VI) dizia-se preocupado com a possibilidade de uma “falsificação de seu espírito, das suas leis íntimas”, quando de sua aplicação.

Logo após sua publicação no Brasil, a obra de Calkins foi indicada e aprovada pela Congregação da Escola Normal e Conselho Superior do Ensino da Bahia, pelo Conselho de Instrução do Rio de Janeiro e pela província de São Paulo, sendo disseminada pelo país e recomendada até cerca de 1920 como guia para o preparo das lições nas escolas normais de todo o país (Auras, 2004).

Com a Reforma Benjamin Constant (1890), a primeira da República referente ao ensino, foi instituído o ensino das Lições de Coisas e Noções Concretas de Ciências Físicas e História Natural junto com outras disciplinas nas escolas primárias do primeiro grau, abrangendo três cursos: elementar, médio e superior, com a recomendação de que em todos eles fosse “constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar”. Além disso, em cada escola primária haveria, além de outras dependências, “um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto”.²⁷

De acordo com essa legislação, em circular dirigida aos inspetores escolares²⁸ do Distrito Federal, datada de 7 de fevereiro de 1891, o inspetor-geral, Ramiz Galvão, orientava sobre a conveniência de ser criado um museu escolar em cada escola primária do primeiro grau “como instrumento indispensável para o ensino de coisas”, solicitando que chamassem a atenção dos professores para esse fim. Lembrava aos inspetores que, de acordo com

²⁷ Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, Título II, “Das escolas primárias, suas categorias e regime”.

²⁸ Por decisão do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890, o Distrito Federal foi dividido em sete distritos escolares, estando cada um deles sob a supervisão de um inspetor escolar, cidadão nomeado pelo governo para esse cargo, com rendimentos estabelecidos por lei (cf. Brasil, *Relatório do inspetor geral de Instrução Pública*, 1891, p. 8).

o regulamento em vigor, o ensino de coisas deveria ser iniciado na primeira classe do curso elementar, devendo prosseguir até a conclusão do curso superior (primário), “associando-se naturalmente com o correr do tempo às noções concretas de ciências físicas e história natural”.

Argumentava com os inspetores sobre a importância da existência de um “pequeno museu escolar”, que deveria ser uma “simples coleção de objetos naturais e industriais destinados a dar à criança ideias claras e exatas sobre tudo o que a cerca”. Orientava, ainda, que o museu deveria ser organizado e mantido pelos próprios professores com a participação de seus alunos.

Ramiz Galvão, no mesmo documento, sugeria que a organização do museu escolar deveria seguir as instruções que vinham orientando a organização de museus escolares em outros países, tais como: 1º – compor-se o museu escolar com objetos apropriados ao ensino, e não com meras curiosidades naturais; 2º – conforme a situação da escola, urbana ou suburbana, deveriam predominar no museu os produtos industriais ou agrícolas; 3º – não deveria haver predileção sobre um determinado ramo científico, cabendo à criança ter noções sobre tudo que existe a sua volta; 4º – “o museu deveria ser criado pela escola, para a escola”, contando com objetos que poderiam e deveriam ser feitos como contribuição pela comunidade escolar (habitantes da circunscrição da escola, professor, alunos e pais); 5º – iniciada a coleção, o professor deveria classificá-la segundo um plano metódico que se aproximasse do indicado por Buisson²⁹ em seu dicionário pedagógico.

Como forma de melhor orientar e instruir os inspetores e, consequentemente, os professores quanto à organização do museu escolar, Ramiz Galvão apresentou uma proposta de classificação dos materiais, distribuídos em dez classes, como apresentado no quadro 6.

²⁹ Ferdinand Édouard Buisson (1841-1932) foi professor e administrador da Educação na França. Em 1878 publicou o primeiro volume da coleção *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*. Entre 1896 e 1902 foi professor de educação na Sorbonne. Foi fundador e presidente da Liga dos Direitos do Homem e, em 1927, foi agraciado com o Nobel da Paz.

**QUADRO 6 – Materiais para composição do museu escolar,
segundo orientações do inspetor-geral Ramiz Galvão, em 1891**

Classe	Tipos de produtos	Materiais/espécimes
1 ^a	Alimentares	Leguminosas, cereais, farinhas, féculas, café, cacau, mate, chá, açúcar, condimentos, bebidas, etc.
2 ^a	Indústrias diversas	Têxteis, corantes, couros, metais e minérios, vidros, cerâmicas, porcelanas, papel.
3 ^a	Materiais de construção	Madeiras, pedra, gesso, cal, cimento, argilas, ardósia.
4 ^a	Combustíveis	Lenha, carvão vegetal, carvão de pedra, coque, velas, óleos, petróleo.
5 ^a	Geologia e mineralogia	Minerais usuais, fósseis.
6 ^a	Botânica	Hervário, frutos e sementes.
7 ^a	Zoologia	Animais úteis e nocivos (representados por gravuras), aves úteis e nocivas (idem), insetos úteis e nocivos, outros animais usuais.
8 ^a	Agricultura	Instrumentos e máquinas agrícolas (modelos reduzidos).
9 ^a	Física	Pequenos aparelhos.
10 ^a	Química	Produtos químicos usuais.

Fonte – Circular dirigida aos inspetores escolares sobre a criação de um museu escolar em cada uma das escolas primárias do primeiro grau, 7 de fevereiro de 1891.

Publicada em relatório da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Brasil, 1891).

Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 25 set. 2011.

Para melhor desempenho do ensino dessas matérias e de outras que também deveriam ser ministradas, como cosmografia, geografia e história, o inspetor-geral recomendava que se deveria fazer uso de projeções “luminosas”, fotografias, gravuras, litografias, cromolitografias de valor artístico ou de representação de objetos e cenas históricas importantes, na falta absoluta dos próprios objetos.

Com base na exigência da nova legislação referente à reforma da instrução pública de que as escolas primárias se preparassem com os meios necessários para levar a efeito o ensino objetivo, iniciativas foram tomadas por parte de estabelecimentos de ensino e dos próprios gestores, que solicitaram

ao Museu Nacional materiais e apoio técnico para a organização de museus e gabinetes escolares de história natural, como é possível observar nos casos citados em seguida.

Em maio de 1891, a diretora da Quarta Escola Pública de Meninas da Freguesia de São Cristóvão, professora Lydia Paula de Moraes, escreveu uma carta dirigida ao diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, solicitando o envio de duplicatas ou de sobras de materiais referentes à geologia e à mineralogia (minerais usuais, fósseis), à botânica (hervário, frutos e sementes) e à química (produtos químicos usuais) que estivessem disponíveis no Museu Nacional para compor o acervo do museu que estava sendo organizado em sua escola. Ao que tudo indica, a professora procurava seguir as instruções sobre os materiais a serem utilizados na composição do museu escolar, conforme a circular do inspetor-geral.

A diretora argumentava que, para efetivar o ensino objetivo, considerado por ela como “ponto de partida” para o ensino integral, o único que poderia “habilitar o indivíduo para a luta pela vida”, caberia ao professorado organizar um museu escolar, conforme recomendação da Inspetoria-geral da InSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. No entanto, apontava como impedimentos para essa tarefa os altos preços dos materiais necessários para compor o museu escolar, na medida em que faltavam no Brasil estabelecimentos que se encarregassem de prepará-los e coligí-los.

Para ser utilizada na cadeira de História Natural do Internato do Ginásio Nacional, foi oferecida, em 1891, para venda, uma coleção mineralógica pertencente ao naturalista Pinel. Por ordem do ministro da InSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS, foi ordenado ao reitor do Ginásio, professor Luís Cândido Paranhos de Macedo, que fosse a coleção examinada pelo diretor do Museu Nacional, com a presença dos lentes de Ciências Naturais do internato, no sentido de avaliar suas condições de uso.

Nesse mesmo sentido, por ordem do ministro da InSTRUÇÃO PÚBLICA, em junho de 1891, a pedido do diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da InSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS, Pedro Velloso Rebello, foram solicitadas ao diretor providências para que um dos preparadores do Museu Nacional comparecesse ao Internato do Ginásio Nacional a fim de examinar peças anatômicas destinadas ao ensino prático de história

natural, que haviam chegado “desarticuladas” naquele estabelecimento, necessitando serem classificadas e ordenadas. Atendendo a esse pedido, o preparador Carlos Moreira verificou que os objetos se encontravam em mau estado de conservação, não podendo ser aproveitados para finalidades escolares.

Interessante observar o papel que passava a ocupar o Museu Nacional como avaliador, classificador e organizador dos objetos de coleção de história natural para fins educativos, sendo reconhecido pelas escolas e autoridades como centro de conhecimento especializado, prestando um tipo de serviço técnico de apoio às iniciativas escolares.

Até o final do século XIX, as coleções didáticas e os quadros murais já utilizados em estabelecimentos escolares não eram produzidos no Brasil, sendo importados de diferentes países da Europa, como podemos verificar em documento emitido em 15 de maio de 1891 pelo então presidente do Pedagogium, Joaquim José de Menezes Vieira. Nele se dirigia ao ministro Benjamin Constant:

[...] atendendo ao estado miserável do museu³⁰ no tocante ao material para o ensino de ciências físicas e de História Natural, pedi ao Sr. Ministro, em ofício de 13 de outubro de 1890, que por conta do crédito aberto por Decreto de 4 do mesmo mês, ficasse a minha disposição na Delegacia do Tesouro Nacional, em Londres, a quantia de 40.000\$000 para ocorrer às despesas com a aquisição desse material e do mais que se tornasse preciso à biblioteca, à escola-metodologia e às oficinas.

Em 17 de outubro, sendo atendido, imediatamente, encomendei ao representante dos principais editores e fabricantes o material mais urgente. Esta encomenda acha-se na Alfândega a espera que se realize a mudança para o prédio da Rua do Visconde do Rio Branco. (Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891, A-E-7)

³⁰ Menezes de Vieira refere-se aqui ao Museu Pedagógico, pertencente ao Pedagogium.

Dessa forma, em atendimento às solicitações dos estabelecimentos escolares por materiais de história natural, o Museu Nacional realizava empréstimos de peças e de coleções de seu acervo que existissem em duplicata ou organizava e classificava as que eram enviadas por instituições ou por colecionadores particulares.

Em relatório de 1891 destinado ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, em prestação de contas das atividades desenvolvidas pela sua secretaria, o inspetor-geral da Instrução Pública, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, fez referência às dificuldades encontradas para a entrada no almoxarifado de material comprado no exterior, destinado às escolas primárias de segundo grau, em função da demora do desembarque das cargas dos paquetes transatlânticos no porto do Rio de Janeiro.

Dentre os materiais pedagógicos chegados da Europa, o inspetor listou os quadros naturais de P. Gervais; modelos em gesso de L. Chedeville e Sodre, para ensino de desenho; quadros tecnológicos de Armengaud; quadros de anatomia e de fisiologia de P. Regnard e Johnson; globos geográficos de Ch. Simon; parte das coleções de zoologia, botânica e mineralogia do editor Deyrolle; telúrios de Newton; gabinetes escolares de física da casa Hachette; parte das coleções de história natural e mapas geográficos, de Levasseur; os gabinetes de química da casa Delagrange.

Com o intuito de nacionalizar o ensino de desenho, o inspetor-geral encomendou ao artista Benevenuto Cellini modelos em gesso de folhas, flores e frutos brasileiros, avaliando que essas coleções constituiriam uma das partes mais importantes do ensino a ser desenvolvido nas escolas primárias do segundo grau.

O uso de materiais importados foi criticado por aqueles que se ressentiam de não serem eles representativos da natureza brasileira. Argumentavam que sendo o Brasil rico em espécimes naturais – flora, fauna e minerais –, existentes com grande diversidade, abundância e beleza, estes deveriam ser estudados e conhecidos. Esse debate articulava questões de custo com os processos de nacionalização em curso, com rebatimento em aspectos relacionados com as escolas, como livros, mobiliário e outros recursos de ensino.

Produção e circulação de coleções didáticas³¹ de história natural

A pesquisa até aqui realizada indica que a produção de coleções didáticas (e posteriormente a confecção de mapas murais) pelo Museu Nacional buscou atender à demanda por material didático. Nesse caso, o museu deveria preparar pequenas coleções de história natural adequadas ao ensino elementar, que deveriam ser remetidas ao Pedagogium para posterior distribuição aos estabelecimentos de ensino, como comentado em relatório pelo inspetor-geral de Instrução Pública, Ramiz Galvão.

Compreendendo a sua necessidade, ordenou-se ao Diretor do Museu Nacional que preparasse pequenas coleções de história natural apropriadas para este ensino elementar, e tenho o prazer de anunciar-vos que, graças à solicitude do Sr. Ladislau Neto, várias delas estão prontas e serão remetidas ao Pedagogium, onde se organizarão convenientemente para a necessária distribuição.
(Brasil, 1891, p. 7)

As primeiras notícias encontradas em documentos oficiais sobre a preparação de coleções didáticas pelo Museu Nacional com a finalidade de serem usadas em estabelecimentos da instrução pública como suportes de práticas pedagógicas constam do ofício emitido por Ladislau Neto para o ministro Benjamin Constant, em 25 de setembro de 1890. Por esse documento, essas coleções foram preparadas, devidamente classificadas e colocadas à disposição do governo para serem distribuídas e utilizadas de acordo com o método intuitivo nas escolas da capital da República, atendendo às ordens do governo.

Em dezembro de 1890, o diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, remeteu ao diretor do Pedagogium, Menezes Vieira, seis coleções mineralógicas

³¹ A coleção didática, assim conhecida no século XIX, é formada por um conjunto de objetos naturais, exemplares da fauna, da flora ou de minerais, devidamente preparados, organizados e classificados, para serem utilizados com finalidades educativas, em estabelecimentos de ensino, escolares ou não.

destinadas às escolas primárias do segundo grau da capital. No encaminhamento, informava que seis coleções de madeiras do Brasil acompanhavam as coleções didáticas, que estavam sendo preparadas e seriam enviadas às mesmas escolas (MN, 1885-1890, p. 197).

Atendendo à ordem do diretor-geral da Instrução Pública no Distrito Federal, Joaquim da Silva Gomes, em 1895, o diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, enviou a esse ministério dois caixões contendo espécimes zoológicos e etnográficos destinados aos museus escolares desse distrito, preparados a partir de uma listagem anexa à carta enviada ao Museu Nacional com essa determinação.

Sobre a produção de coleções didáticas pelo Museu Nacional para servir ao ensino de história natural nas escolas da capital da República a fim de atender a uma nova orientação pedagógica e metodológica de ensino, o diretor Batista de Lacerda manifestou-se:

No intuito de corresponder ao louvável desejo que externastes, em carta dirigida a essa diretoria [...] devo dizer-vos que essa diretoria é sobremodo favorável ir ao encontro da solicitude com que cooperais para elevar, entre nós, o nível de ensino público primário que ao invés de restringir-se a fórmulas, já condenadas, deve obedecer a orientação que lhe imprimem modernamente todas as nações cultas. (MN, 1893-1897, p. 100 v.)

Nas duas primeiras décadas do século XX, o Museu Nacional buscou atender aos objetivos institucionais relacionados à pesquisa, à organização e à divulgação de seu acervo, conforme registros encontrados nos relatórios anuais organizados pelos diretores, a fim de apresentar as atividades desenvolvidas aos ministérios aos quais esteve vinculado.

A divulgação da História Natural, a propagação do gosto e o interesse pela mesma e as oportunidades de travar conhecimento com os diferentes tipos de rochas, plantas e animais do país e, em grão menor, com os tipos que representam o solo, a flora e a fauna de outros países, eis um dos principais fins a que se destina

o Museu Nacional, à semelhança dos outros institutos congêneres, pátios e estrangeiros. (MN, 1921)

Investimentos por parte do Museu Nacional, com apoio do governo, foram feitos no sentido de enviar funcionários em viagens ao exterior, particularmente à Europa e aos Estados Unidos, para conhecerem as novidades que circulavam sobre museus: organização, ações educativas e iniciativas perante o público. Nessa linha, cabe destacar a atenção e interesse crescente com que alguns intelectuais no Brasil no início do século XX acompanharam iniciativas norte-americanas no plano da educação e dos museus.

No ano de 1911, Alípio de Miranda Ribeiro, substituto da seção de Zoologia do Museu Nacional, como representante dessa instituição, realizou viagem para visitar os principais museus da Europa e dos Estados Unidos a fim de estudar as coleções zoológicas brasileiras lá existentes, e Roquette-Pinto, substituto da 4^a seção, viajou para a Europa, em missão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, representando o Brasil no Congresso Universal das Raças, em Londres, e para visitar os principais museus do continente. Nas décadas de 1920 e de 1930, Bertha Lutz realizou viagem pelo Brasil e outras cinco ao exterior, sendo quatro aos Estados Unidos e uma à Europa, com o objetivo de observar e estudar as ações educativas desenvolvidas em museus, como será visto adiante.

No ano de 1913, por ordem do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, o Museu Nacional organizou uma coleção das duplicatas disponíveis dos exemplares de mineralogia, zoologia e botânica que existiam em suas seções, para ser fornecida à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, conforme solicitação de seu diretor àquele ministério (MN, 1913, p. 130-132).

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), as ideias pedagógicas e as novas tecnologias educacionais que circulavam no mundo ocidental afirmaram-se, dirigidas para um ensino prático e concreto, a fim de permitir o aprendizado e a formação dos indivíduos em consonância com as demandas do capitalismo, em sintonia com o processo de industrialização que se expandia por todo o planeta.

As preocupações do governo brasileiro com a instrução pública também foram dirigidas para o Museu Nacional quando, pela primeira vez,

o termo “ensino” foi incorporado às finalidades do museu, com base no Regulamento de 1916, que o reorganizou. O documento enfatizava o caráter educativo da instituição, definindo como suas finalidades “estudar, ensinar e divulgar a história natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações” (Brasil, 1916, p. 60).

Essas três ações – estudar, ensinar e divulgar –, complementaresumas às outras, correspondiam, respectivamente, às investigações e aos trabalhos científicos desenvolvidos pelas seções do museu; aos procedimentos de coleta, estudo e classificação científica dos respectivos materiais; à instrução daqueles interessados no conhecimento da história natural, através de sua vulgarização³² em exposições abertas ao público, acompanhadas de guias e de catálogos das coleções; a conferências e cursos públicos; à publicação da revista *Archivos*; e a ações que já ocorriam no Museu Nacional.

Entre as novidades que o novo regulamento trazia para o Museu Nacional, cabe destacar a ênfase dada à função educativa da instituição e, consequentemente, o maior incentivo às práticas e ações voltadas para a instrução, em atendimento às demandas do governo e dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, como a produção e a distribuição de material didático para ser neles utilizado.

Para desenvolver essa e outras atividades, o Regulamento de 1916 estabelecia que cada seção do museu deveria ter um laboratório destinado à preparação dos espécimes que comporiam as coleções e ao desenvolvimento de qualquer estudo que interessasse às respectivas especialidades. Para a seção de Botânica foi disponibilizado um horto, destinado a ensaios, pesquisas e demonstrações práticas; para a seção de Zoologia, um local destinado à coleção de animais vivos.³³

Ainda de acordo com o Regulamento de 1916, aos professores de todos os institutos de ensino deveriam ser fornecidos sala e material para os cursos, mediante pedido ao diretor do Museu Nacional, sem prejuízo do serviço da instituição. Dessa forma, o Museu Nacional passou a ter uma participação

³² O termo “vulgarização” era comum à época, podendo ser entendido como popularização.

³³ Regulamento do Museu Nacional adotado pelo Decreto nº 11.896, cap. II.

mais direta e dirigida para a educação, através da disponibilização de suas dependências, assim como dos materiais por ele confeccionados e destinados aos estabelecimentos de ensino, particularmente os voltados à disciplina de História Natural.

A correspondência das instituições de ensino com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual o Museu Nacional estava subordinado, solicitando o envio de coleções didáticas, assim como as respostas dos diretores do Museu Nacional aos estabelecimentos de ensino, demonstra o papel que esse ministério procurou exercer como mediador entre as instituições e como agenciador da educação nacional, bem como o reconhecimento dos professores e das autoridades de ensino quanto ao trabalho científico e educativo desempenhado pelo Museu Nacional, considerado centro de produção de conhecimento e de divulgação da ciência no Brasil.

Exemplo dessa parceria pode ser localizado no livro de ofícios do Colégio de Pedro II datado de 1918, no qual são encontrados documentos referentes à correspondência entre essa instituição e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.³⁴

Com as cópias do ofício do Sr. Professor Bourguy de Mendonça e da relação junta, tenho a honra de remeter ao gabinete de História Natural do Colégio Pedro II uma coleção de peixes, crustáceos e conchas de moluscos, das duplicatas do Museu Nacional. (MN, 1918, f. 103)

Como já visto, desde a Reforma Benjamin Constant (1890), o Museu Nacional passou a atender demandas de diversos segmentos da Instrução Pública, confeccionando coleções didáticas para utilização nas escolas de todo o país, e, a partir de 1919, as quatro seções do Museu Nacional iniciaram a confecção de quadros parietais de história natural, de acordo com suas especialidades.

³⁴ Redigido em papel timbrado do Museu Nacional, o documento dirigia-se ao “Exmo. Sr. Director do Collegio Pedro II”, Carlos de Laet, e era assinado pelo diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo.

Essa produção visava fornecer aos estabelecimentos escolares de todos os níveis de ensino material didático visual, com objetos, imagens e informações referentes a conhecimentos elementares de zoologia, botânica, geologia e antropologia, para serem utilizados em sala de aula ou para comporem museus escolares, pedagógicos e gabinetes de história natural existentes nesses estabelecimentos.

Essas práticas objetivavam tornar o ensino das ciências mais prático, concreto e intuitivo, a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem e o conhecimento do Brasil, como podemos ler em relatório da Diretoria do Museu Nacional sobre o ano de 1919:

Além das coleções didáticas de História Natural, chamou a si o Museu Nacional a confecção de mapas murais, os quais já estão sendo organizados. Com o auxílio das coleções didáticas e dos mapas murais será possível ensinar a História Natural, nos diversos estabelecimentos de ensino, documentando o professor a preleção com os elementos do solo, flora e fauna do Brasil. Demais, representa um dos meios de melhor tornar conhecido o nosso país aos que se iniciam na vida prática. (MN, 1920, p. 51)

Como se pode observar, o relatório apresentado por Bruno Lobo participa do debate em curso em no mínimo três aspectos: o combate à aula-preleção, a defesa do contato com os materiais de estudo e o princípio de que o conhecimento deveria estar a serviço da construção de um pertencimento comum, de uma identidade nacional.

A preparação dos espécimes que fariam parte das coleções e os estudos de interesse de cada uma das seções do Museu Nacional eram realizados em seus próprios laboratórios, onde se reuniam professores, cientistas, preparadores e desenhistas, entre outros profissionais, os quais eram, em sua maioria, funcionários do Museu Nacional.³⁵ A partir de 1927, as atividades

³⁵ Muitos desses professores e cientistas atuavam em diferentes instituições científicas e educativas, além do Museu Nacional, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Observatório Nacional, a Escola Politécnica, o Colégio Pedro II, a Associação Brasileira de Educação (ABE), entre outras, participando de campanhas, debates e ações

dirigidas à educação passaram a ser realizadas no Serviço de Assistência ao Ensino (SAE), criado também para esse fim, como será visto adiante.

Aos professores-chefes e professores substitutos cabia classificar científicamente os objetos de suas seções e organizar seus respectivos catálogos; desenvolver e publicar trabalhos e pesquisas; realizar cursos; organizar o guia geral das coleções; acompanhar o trabalho dos preparadores e desenhistas, entre outras funções. Eram, portanto, os organizadores das coleções, atuando, também, como orientadores dos preparadores e dos desenhistas a respeito do espécime a ser reproduzido para compor as coleções didáticas e os mapas murais.

Preparadores e assistentes eram técnicos de apoio à pesquisa, responsáveis em cada seção por executar os trabalhos de sua especialidade, a partir da orientação dos professores. Regimentalmente ainda deveriam: a) velar pela conservação das coleções e pela guarda dos objetos dos gabinetes e dos laboratórios; b) organizar os inventários dos objetos; c) realizar excursões. Muitas vezes desempenhavam a função de naturalistas, procedendo à coleta de espécimes, em pesquisa de campo, que fossem necessários para compor as coleções do Museu Nacional.

O desenhisto-calígrafo estava incumbido de executar os desenhos que lhe fossem determinados pelo diretor e pelos chefes das seções do Museu Nacional, tendo a obrigação de lhes enviar os desenhos realizados para avaliação. Apesar de o cargo de desenhisto-calígrafo fazer parte do quadro de pessoal do Museu Nacional,³⁶ permitindo àquele que o assume exercer outras funções ao longo de sua vida profissional, nem todos os desenhistas que atuaram no Museu Nacional fizeram parte do quadro de funcionários. Alguns trabalharam como prestadores de serviço.

As coleções didáticas de história natural variavam em suas características de acordo com a natureza dos exemplares que as compunham, podendo ser de espécimes vegetais, minerais ou animais, como as das figuras 38 e 39. Sua produção exigia um conjunto de técnicas específicas para cada tipo

sociais e políticas de cunho regional e nacional. Eram agentes dessas instituições, que procuravam atuar como espaços de doutrinação pedagógica e difusão de uma pedagogia científica.

³⁶ Conforme Regimento do Museu Nacional, de 1916, capítulo IV, artigo 19.

de material, assim como pessoal especializado no trabalho de preparação e composição de cada uma das peças que iriam compor a coleção.



FIGURAS 33 E 34 – Objetos de coleção de zoologia. Fonte – Acervo do Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Cemi/Iserj).

Nas gestões dos diretores Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923) e Arthur Hehl Neiva³⁷ (1923-1926), o Museu Nacional intensificou a produção e a distribuição dessas coleções para os estabelecimentos escolares, assim como ministrou cursos para professores e iniciantes interessados em estudos das ciências naturais com o uso desses materiais. Tais iniciativas objetivavam divulgar as riquezas naturais do Brasil, popularizar a cultura sobre a natureza brasileira e “contribuir para o desenvolvimento das Ciências Naturais nos estabelecimentos de ensino superior e secundário, dando-lhe um cunho prático, pela distribuição de coleções didáticas de História Natural” (MN, 1921, p. 49).

De acordo com as notícias sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1919 enviadas para o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, o diretor Bruno Lobo procurou destacar e valorizar essa função para o país, sublinhando o pouco conhecimento que havia sobre o Brasil à época.

³⁷ Arthur Hehl Neiva (1880-1943) nasceu em Salvador, BA. Era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após sua gestão como diretor do Museu Nacional, assumiu o cargo de primeiro diretor do Instituto Biológico de São Paulo (1927-1931). A partir de 1937 atuou como pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Segundo Bruno Lobo, o serviço de divulgação do Museu Nacional deveria abranger o maior público possível, não se restringindo apenas a uma classe de estudiosos, mas ao grande público que frequentava as exposições do museu por “simples curiosidade” e aos especialistas, que mesmo em número reduzido, procuravam a instituição para pesquisas.

Para atender a essas funções, o Museu Nacional, segundo o diretor, no ano de 1919 atuou no preparo de mostruários cientificamente organizados e de guias das coleções neles expostas; promoveu uma escola de botânica sistemática; ofereceu conferências sobre questões de interesse geral; procedeu à admissão de praticantes nas diferentes seções; distribuiu coleções didáticas; e produziu os *Archivos do Museu Nacional* e outras publicações (MN, 1920, p. 44-45).

Comentando os trabalhos realizados pelas seções do Museu Nacional, avaliou ser boa a contribuição que a instituição estaria dando para a educação, ao cooperar com o desenvolvimento do ensino das ciências naturais de cunho prático. Essa iniciativa, segundo o diretor, era extremamente bem apreciada nos círculos pedagógicos e considerada de grande valor pelo Conselho Superior de Ensino (MN, 1920, p. 51).

Em 1919, atendendo a diversas solicitações, foram distribuídas noventa coleções didáticas³⁸ pelo Museu Nacional, enviadas para cerca de sessenta instituições de ensino no Brasil e seis no exterior, conforme relação a seguir:

Instituto Oswaldo Cruz, Belo Horizonte; Instituto Pasteur, Belém; Instituto Kitasato, Japão; Laboratório Bacteriológico da Saúde Pública; Diretoria de Higiene de Minas Gerais; Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia; Hôpital Du Val de Grace, Paris; Cornell University – Estados Unidos da América do Norte; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Faculdade de Medicina de Belém; Faculdade de Medicina de Belo Horizonte; Faculdade de Farmácia e Odontologia do Rio Grande do Sul; Escola de

³⁸ Desse total, vinte coleções com 504 amostras saíram da seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia destinadas a diferentes estabelecimentos de ensino; uma saiu da seção de Botânica; 62 da seção de Zoologia, além de três esqueletos de animais destinados à Faculdade de Medicina e à Escola Nacional de Belas artes (cf. MN, 1920, p. 24, 32, 34).

Farmácia e Odontologia; Escola Normal Primária de Campinas; Escola Martins Júnior, Bangu; Escola Doméstica de Natal; Escola de Farmácia de Belém; Escola de Engenharia de Juiz de Fora; Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás; Escola de Humanidades do Rio de Janeiro; Escola Normal de Santa Cruz, Juiz de Fora; Escola de Farmácia e Odontologia de Pouso Alegre; Escola Normal de Santa Rita do Sapucaí; Escola de Agronomia e Veterinária do Pará; Escola Normal da Paraíba; Escola Nacional de Belas Artes; Escola de Humanidades do Rio de Janeiro; Instituto Politécnico; Ginásio Leopoldinense; Ginásio Santo Antônio; Ginásio Itajubá; Ginásio Brasileiro; Ginásio Paes de Carvalho, Belém; Ginásio Pernambucano; Ginásio 28 de Setembro; Ginásio Mineiro; Ginásio Espírito Santense; Liceu Rio Branco; Liceu e Escola Nacional de Campos; Liceu Francês; Liceu de Cuiabá; Liceu do Ceará; Liceu Oficial do Maranhão; Liceu da Paraíba; Instituto La-Fayette; Instituto Técnico Profissional de Alfenas; Instituto Comercial do Rio de Janeiro; Instituto Lauro Sodré, no Pará; Instituto Propedêutico de Ponte-Nova; Instituto Júlio de Castilhos; 2º Grupo Escolar de Lorena; Grupo Escolar Gabriel Prestes; Grupo Escolar S. Matheus; Grupo Escolar Dr. Alcides Gonçalves; Grupo Escolar da Onça do Pitangui; Federação das Girl Guides; Colégio de Pedro II; Colégio Pio de Vila Colón; Patronatos Agrícolas (7 coleções); Externato e Semi-Internato Santo Inácio; Academia de Comércio do Rio de Janeiro; Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, Alagoas; Curso Propedêutico Dr. Washington Garcia [...]. (MN, 1920, p. 49-51)

A produção e a distribuição de coleções didáticas destinadas a estabelecimentos de ensino no ano de 1920 corresponderam a 1.050 amostras da seção de Mineralogia; 133 exemplares de botânica, entre frutos, sementes, madeiras, plantas preparadas, modelos, etc., compondo uma única coleção destinada à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás; algumas coleções de dípteros brasileiros, organizadas pelo naturalista Antonio Peryassú, contratado pelo museu; e 25 coleções de zoologia (MN, 1921, p. 25).



FIGURA 35 – Coleção de mineralogia para empréstimo às escolas.³⁹ Fonte – Acervo do Serviço de Assistência ao Ensino (SAE/MN/UFRJ). Fotografia, agosto de 2010.

Dentre os estabelecimentos de ensino primário, secundário, superior e profissional que, por intermédio de seus diretores, solicitaram coleções didáticas ao Museu Nacional no ano de 1920, foram atendidos os seguintes, em ordem cronológica:

³⁹ Ainda hoje a Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional realiza empréstimo de materiais, dentre eles coleções didáticas para professores que queiram utilizá-las em suas escolas (cf. <https://sae.museunacional.ufrj.br/>).

Escola Politécnica do Rio de Janeiro; Instituto de Veterinária de São Paulo; Laboratório de Patologia da Faculdade de Medicina; Laboratório de Mineralogia da Faculdade de Medicina; Faculdade de Medicina do Paraguai; Instituto Politécnico de Florianópolis; Instituto de Engenharia de Porto Alegre; Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária; Arquivo e Museu do Estado da Bahia; Academia de Comércio do Rio de Janeiro; Posto Zootécnico Federal de Pinheiro; Instituto Parobé – Rio Grande do Sul; Instituto Borges de Medeiros – Rio Grande do Sul; Instituto Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul; Instituto Lauro Sodré – Belém – Pará; Instituto Técnico Profissional de Alfenas; Ginásio 28 de Setembro; Liceu de Muzambinho – Estado de Minas Gerais; Colégio Santo Antônio Maria Zacharias; Colégio Silvio Leite; Colégio Batista Americano Brasileiro; Colégio N. S. das Dores – S. João D’El Rei; Colégio Santa Rosa – Niterói; Colégio Paula Freitas; Orfanatório Santo Antônio; Patronato Agrícola Rio Grande do Sul; Faculdade de Pedologia de São Paulo; Escola Profissional Wenceslau Bráz; Escola Normal do Distrito Federal; Patronatos Agrícolas: Pereira Lima, Visconde Mauá, Monção, Wenceslau Brás; Escola Nilo Peçanha; Escola Mista do 6º Distrito; Escola Premonitória 15 de Novembro – Piedade; 2º Grupo Escolar de Lorena. (MN, 1921, p. 44)

Como é possível observar, tanto nessas listagens como no quadro 7, esses estabelecimentos em sua maioria estavam concentrados no Distrito Federal, mas foram enviadas coleções também para outros estados das regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Norte, assim como para o exterior. Cabe destacar, nesse período, a ausência de estados das regiões Centro-Oeste e Norte, com exceção do Pará, demonstrando a falta de maior integração dessas regiões à nação, apesar dos esforços empreendidos nesse sentido desde o Império pelas autoridades da Corte e das províncias.⁴⁰

⁴⁰ Sobre a Instrução Pública nas províncias da região Centro-Oeste durante o Império brasileiro, ver Neves (2009); Abreu e Siqueira (2011).

Cabe igualmente observar a situação do circuito internacional. Nesse caso, diferentemente do que se processa com a revista *Archivos* (ver quadro 2), a ênfase se dá na articulação interna. O museu é peça importante e necessária no jogo da afirmação de uma pedagogia experimental e científica, o que poderia explicar a redução, nesse caso, das relações internacionais. Assim, são os argumentos da nacionalização do ensino e da destinação escolar desses produtos que ajudam a compreender o acento observado nas relações com a malha de ensino superior e secundário no Brasil, sobretudo na capital, mas também o estreitamento da rede estrangeira. Se o conhecimento deveria estar a serviço da construção da identidade nacional, isso pode ajudar a pensar a rede organizada em torno do Museu Nacional quando se trata dos materiais destinados às escolas/professores.

No que se refere ao cenário interno, o que se verifica é uma concentração no Rio de Janeiro, o que pode ser compreendido pela proximidade, dificuldades para o transporte, custos e, talvez, pelo fato de haver outras instituições locais que poderiam cumprir essa função ou mesmo pela ausência de preocupação pedagógica nos termos em que as coleções se enquadram.

**QUADRO 7 – Distribuição de coleções didáticas,
por estado da Federação**

Ano	Estado da Federação	Estabelecimentos de ensino (nº)	Ano	Estado da Federação	Estabelecimentos de ensino (nº)
1919	Rio de Janeiro	22	1920	Rio de Janeiro	20
	São Paulo	1		São Paulo	4
	Minas Gerais	3		Minas Gerais	3
	Rio Grande do Sul	1		Rio Grande do Sul	5
	Santa Catarina	-		Santa Catarina	2
	Paraná	-		Paraná	1
	Bahia	1		Bahia	1
	Alagoas	1		Alagoas	-
	Rio Grande do Norte	1		Rio Grande do Norte	-
	Pará	3		Pará	1

Fonte – MN, 1920, 1921.

A importância atribuída às coleções didáticas e ao seu uso nos museus escolares e gabinetes de história natural nos estabelecimentos que as receberam foi motivo para que um ano após o início da produção e distribuição dessas coleções, em 1920, a Diretoria do Museu Nacional atribuísse ao seu secretário,⁴¹ Bertha Lutz, a incumbência de visitar tais estabelecimentos nos estados de São Paulo e Minas Gerais,⁴² além de outros desejosos de possuir tais coleções. Não bastava ao Museu Nacional produzir e distribuir as coleções, era necessário também prescrever usos, orientar a organização nos espaços escolares e inspecionar as práticas de ensino-aprendizagem que as coleções didáticas possibilitavam.

Essa viagem tinha por objetivo recolher dados sobre a organização dos gabinetes escolares de história natural e sobre o aproveitamento das coleções, compostas por espécimes científicos (de zoologia, botânica, geologia e antropologia). Bertha Lutz procurava saber como essas coleções, uma vez adquiridas por estabelecimentos de ensino, estavam sendo organizadas, verificando o acolhimento e a importância que tiveram, bem como seu alcance e utilização, e observando resultados, acertos, falhas e dificuldades encontradas por professores e alunos.

O investimento realizado pelo Museu Nacional ao enviar um de seus funcionários para visita aos estabelecimentos escolares em diferentes estados brasileiros no final do ano de 1920 e a publicação dos resultados das viagens realizadas em relatório oficial do instituto para o ministério ao qual se encontrava subordinado demonstram, minimamente, as preocupações da instituição com o uso dessas coleções nos estabelecimentos de ensino e a necessidade de prestar contas à Instrução Pública a respeito de seus resultados. Afinal, tratava-se de parte de uma política de governo que tinha por objetivo divulgar conhecimentos sobre o Brasil, através de uma atuação efetiva no ensino das ciências naturais, visando, entre outras finalidades, à construção de uma identidade nacional.

⁴¹ Nos relatórios, a denominação do cargo aparece no masculino, “secretário”. Cabe observar ter sido Bertha Lutz a primeira mulher a ocupar esse cargo no Museu Nacional, nomeada em 3 de setembro de 1919.

⁴² Nessa viagem, Bertha Lutz aproveitou para colecionar exemplares para o herbário da seção de Botânica e plantas vivas para o Horto Botânico do Museu Nacional (MN, 1923, p. 15).

Após seu retorno ao Rio de Janeiro, Bertha Lutz apresentou relatório de viagem ao diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, intitulado “A organização de gabinetes escolares de história natural”. Suas considerações quanto às investigações realizadas foram sintetizadas pelo diretor em seu relatório sobre atividades de 1920, enviado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Nesse relatório, composto de nove páginas datilografadas, Bertha Lutz comentou o estado em que encontrou as coleções didáticas produzidas e distribuídas pelo Museu Nacional nos museus escolares e nos gabinetes de história natural dos estabelecimentos escolares por ela visitados. Apresentou ainda observações sobre a conservação, a organização e a distribuição das coleções nos espaços a elas dedicados, registrando igualmente suas impressões sobre a receptividade dos materiais da parte dos professores e alunos, sobre as necessidades mais comuns por ela percebidas no que dizia respeito ao conjunto das coleções e sobre as falhas mais frequentes encontradas na organização desses museus e gabinetes. Ao final do relatório, Lutz apresenta uma série de sugestões para um melhor e mais eficiente uso das coleções no ensino das ciências naturais. Apesar de encontrar problemas na organização e na classificação das coleções, sugeriu a criação de novos museus escolares com os materiais produzidos e distribuídos pelo Museu Nacional.

De acordo com o relatório de Bertha Lutz, o reconhecimento quanto ao “grande desenvolvimento da instrução pública no estado de São Paulo e, sobretudo, a boa organização dos estabelecimentos estaduais destinados ao ensino primário” foram as razões por ela apontadas para que optasse por iniciar sua inspeção em estabelecimentos localizados em cidades paulistas, seguindo depois para Minas Gerais.

Para a escolha do seu roteiro de viagem, adotou como critérios o bom desempenho das escolas e o fato de terem recebido coleções didáticas do Museu Nacional. Assim, escolheu como ponto de partida o 2º Grupo Escolar da cidade de Lorena (SP), “considerado sob muitos pontos de vista um estabelecimento modelar”, e, em lado oposto da cidade, o grupo Gabriel Prestes. Ainda nessa mesma cidade, visitou o Ginásio São Joaquim, mesmo sabendo que o estabelecimento ainda não havia recebido material didático do Museu Nacional, apesar de já tê-lo solicitado.

Os comentários de Bertha Lutz não se restringiam à investigação dos gabinetes de história natural e dos museus escolares. Considerava também as condições dos estabelecimentos, chamando atenção para a arquitetura e a distribuição de seus espaços; o número de alunos que frequentava a escola; seu tempo de existência e de funcionamento; e a disponibilidade, os cuidados e a receptividade dos seus diretores e diretoras para com as coleções didáticas, entre outras observações. Com esses registros, a relatora considera a importância desses aspectos para poder avaliar as escolas quanto à preservação, ao uso das coleções e ao funcionamento dos espaços de ensino.

Após ter visitado o 2º Grupo Escolar da cidade de Lorena, fez as seguintes observações:

[...] funciona em um prédio moderno e bem adaptado aos fins a que se destina. Tem uma frequência de uns quatrocentos alunos e já possui um incipiente gabinete de história natural graças ao especial carinho que dedica a essa disciplina o Sr. Francisco Prudente de Aquino, seu atual diretor. (MN, 1921, p. 63)

Quanto à inspeção propriamente dita nos gabinetes de história natural e nos museus escolares, Bertha Lutz buscou observar e registrar as condições sob as quais se encontravam acondicionados, dispostos e expostos os objetos das coleções; as suas origens de produção; o que representavam e como o faziam;⁴³ o quantitativo dos objetos que compunham as coleções e as áreas das ciências às quais pertenciam; o que em sua opinião faltava às coleções e aos gabinetes e museus para que estivessem mais completos e mais bem organizados.

No que se refere às visitas realizadas a estabelecimentos escolares do estado de Minas Gerais, destacou o museu de história natural do Colégio

⁴³ No Gabinete de História Natural do 2º Grupo Escolar da cidade de Lorena, Bertha Lutz registrou a existência de mapas importados, produzidos pela casa Deyrolle. Apesar de destacar que o texto dos mapas estava escrito em português, observou que “sua utilidade seria grande se não fosse limitada pelo fato de representarem a maioria de espécies não encontradas no Brasil” (cf. MN, 1921, p. 63).

Santo Antônio, em São João Del Rey, cidade onde também visitou o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Grupo Escolar. Na cidade de Juiz de Fora, visitou e chamou a atenção para o Colégio Grambery, para alguns grupos escolares e para Academia de Comércio, onde funcionava um curso ginásial que possuía um grande museu.

Em suas conclusões, no que diz respeito à organização das coleções didáticas e dos gabinetes escolares de história natural, destacou que, diferentemente do que esperava, as coleções mineralógicas possuíam maior frequência e se encontravam em melhor estado que as demais, mas observou que, em geral, essas coleções não se achavam convenientemente agrupadas e sistematizadas. Com relação ao material botânico e zoológico, registrou a falta, quase que completa, desses materiais na maioria dos colégios e grupos escolares visitados.

Lutz também informou que nos estabelecimentos de ensino não havia uma completa sistematização das coleções nos gabinetes escolares, mesmo quando o material era abundante, faltando, portanto, uma metodologia mais rigorosa de apresentação. Identificou como a origem desses problemas a falta de experiência e de orientação de seus organizadores, diretores e professores.

Na intenção de suprir tais deficiências, Lutz sugeriu algumas medidas para a boa organização dos museus escolares, a saber: a divulgação dos processos de coleta e conservação do material e uma maior e melhor orientação quanto à seleção do material exposto, sua disposição no espaço e documentação. Além disso, indicou os tipos (de espécies) que deveriam compor uma coleção, como obtê-los, agrupá-los e prepará-los para o estudo.

Defendeu que essas deveriam ser tarefas do Museu Nacional a serem enfrentadas com o auxílio do Conselho Superior de Ensino. Sugeriu que fossem organizadas em todas as seções do Museu Nacional coleções-tipo para cada ramo de estudo, destinadas a servir de molde para os museus escolares. Assim, em sua opinião, o Museu Nacional contribuiria na organização dos gabinetes, imprimindo-lhes uma orientação científica, que teria, ao mesmo tempo, valor prático, filosófico e pedagógico. Lembrou que os quadros murais que estavam sendo confeccionados nas seções do Museu

Nacional deveriam ser distribuídos para os estabelecimentos de ensino, complementando as coleções didáticas.

Para Bertha Lutz, assim prestados, esses serviços contribuiriam para uma mudança nos métodos de ensino em geral e para o estudo prático da história natural, como podemos ler em trecho de seu relatório:

[...] essas medidas representariam um real serviço, substituindo o ensino teórico pelo ensino prático, por si só tão estéril e improícuo, despertando o interesse e a curiosidade dos alunos e gravando no seu espírito, por meio de exemplares completos, os princípios de uma disciplina que se baseia essencialmente no estudo da natureza, através de suas variações e modalidades, e que, portanto, possui real interesse filosófico e social. (MN, 1921, p. 70)

Ao final de seu relatório, dirigindo-se ao Conselho de Ensino da Instrução Pública, não deixou de apontar a grande diferença entre os gabinetes de física e de química dos estabelecimentos de ensino secundário, geralmente munidos do aparelhamento necessário, e os de história natural dos mesmos estabelecimentos, que muitas vezes eram “paupérrimos ou mal organizados”.

O fragmento de texto transcrito a seguir é parte do relatório produzido por Bertha Lutz. Ele permite perceber um conjunto de informações levadas ao conhecimento do Museu Nacional e do governo, servindo como chaves de entrada para uma investigação que possibilita refletir sobre as relações estabelecidas entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro e as escolas brasileiras, na década de 1920.

Os espécimes zoológicos que possui o Grupo⁴⁴ estão bem acondicionados e dispostos em ordem sistemática, aguardando a sua instalação definitiva em mostruários especialmente construídos na capital do Estado. Entre eles figuram os espécimes enviados pela Seção de Zoologia do Museu Nacional, que são muito apreciados

⁴⁴ Bertha Lutz refere-se ao 2º Grupo Escolar da cidade de Lorena, no estado de São Paulo (cf. MN, 1921, p. 63).

pelos alunos, cujas aulas de História Natural se realizam na sala onde se acham expostos e que se destina exclusivamente ao estudo dessa disciplina. [...] É possível afirmar que em geral as coleções organizadas por este Instituto são muito apreciadas e prestam reais serviços ao ensino, servindo em alguns casos de ponto de partida para a organização dos gabinetes de História Natural. O exame dos museus escolares dos numerosos colégios visitados demonstrou-me que se já é grande, poderia ser ainda maior a influência benéfica que tem sobre o ensino a distribuição de coleções didáticas pelo Museu Nacional. Sobretudo, se fosse dado maior incremento a essa iniciativa, em boa hora tomada pelo previdente esforço dessa Diretoria e posta em prática nas Seções. (MN, 1921, p. 63-64)

Esse relatório, assim como outros da mesma natureza, serve também como fonte de informação sobre o lugar de destaque que o Museu Nacional ocupava na sociedade brasileira, no que diz respeito à educação e à instrução pública, como instituição de produção de conhecimento e de saberes – trabalho que só foi possível graças a seu conjunto de cientistas, professores e técnicos ligados à pesquisa das ciências naturais no Brasil e sintonizados com as questões sociais em curso nos anos de 1920.

Nesse sentido, as preocupações de Bertha Lutz, em consonância com as do Museu Nacional e da Instrução Pública, se aproximavam das ideias e princípios nacionalistas que marcaram as duas últimas décadas da Primeira República no Brasil, particularmente no que tange à instrução e educação no país, aos novos métodos de ensino e à popularização do conhecimento sobre a cultura brasileira.

Esse não foi o único relatório de viagem que a botânica e zoóloga Bertha Lutz realizou ao longo de sua carreira como professora e cientista do Museu Nacional. Outros foram produzidos após viagens a países da Europa e aos Estados Unidos, a fim de participar de congressos e de conferências, estudar diferentes temáticas científicas e, sobretudo, ampliar estudos e conhecimentos sobre museus, como será visto adiante.

A produção e a distribuição de coleções didáticas destinadas a estabelecimentos de ensino no ano de 1921 corresponderam a duzentas coleções de geologia e mineralogia e a quarenta coleções de zoologia, sendo uma “muito completa”, destinada à Escola Veterinária do Exército. O professor-chefe da seção de Botânica, Alberto José de Sampaio, registrou em relatório encaminhado ao diretor do Museu Nacional que não tinha, até o ano de 1921, podido organizar coleções didáticas que tivessem cunho acentuadamente didático e atendessem adequadamente à finalidade do ensino. No entanto, em função das inúmeras solicitações dos estabelecimentos de ensino, a mesma seção organizou e forneceu coleções, sem caráter didático, compostas pelos exemplares de que dispunha à época, que consistiam em folhas, organizadas em sete pastas; dezoito frutos diversos; sete sementes diversas; três fibras; dois caules anômalos e quatro criptógamos celulares.

Sobre a confecção das coleções didáticas de botânica, o professor substituto dessa seção, Júlio César Diogo, argumentava que, sendo elas destinadas ao ensino, deveriam ter “um cunho acentuadamente didático” e, por essa razão, “não prescindem de método e de sequência na apresentação do material, devendo ocupar-se não somente da morfologia senão também da sistemática botânica”. Considerava, ainda, que deveriam fornecer respectivamente séries de exemplares das partes essenciais das plantas com as principais modalidades e uma coleção de herbário, onde figurassem representantes das grandes divisões do reino vegetal e das famílias mais importantes e características da flora brasileira (MN, 1922, p. 38-39).

No ano de 1922, a seção de Botânica forneceu 24 coleções botânicas escolares a liceus, escolas normais, ginásios e aos patronatos agrícolas de Minas Gerais, do estado do Rio de Janeiro, da Paraíba do Norte e do Pará, organizadas por equipe formada pelo professor Júlio César Diogo, substituto do professor-chefe da seção, Alberto José de Sampaio; pelo dr. Humberto Gusmão, naturalista contratado pelo museu; por Carlos Vianna Freire, preparador interino; e por José Vidal, praticante gratuito.⁴⁵

⁴⁵ Além desses profissionais, compunham também a equipe da seção de Botânica do Museu Nacional no ano de 1922: Benevenuta Ribeiro Tacques, datilógrafa, e Guilherme Santos, desenhista-pintor contratado para os serviços de confecção do mapa fitogeográfico do Brasil e dos mapas murais.

De acordo com a documentação consultada, a produção e a distribuição de coleções didáticas para estabelecimentos de ensino foram ações mantidas pelo Museu Nacional durante as décadas de 1920 e 1930. Em 1942, de acordo com correspondência da diretora do museu, Heloísa Alberto Torres, para escolas solicitantes desses e de outros materiais didáticos, foi informado que não mais seria possível enviar exemplares, restringindo-se o museu a receber os que fossem enviados pelas escolas para estudo e classificação.

Como pudemos ver, ao final do século XIX, a tentativa dos governantes em organizar o sistema educacional do Distrito Federal, por meio da reforma Benjamin Constant, em 1890, implicou, entre outras ações, acionar o Museu Nacional para atuar como colaborador na implantação de um novo currículo nas escolas primárias e secundárias, no qual a história natural deveria constar, entre outras disciplinas científicas, empregando o método intuitivo de ensino.

Para atender a tal demanda em sintonia como os objetivos institucionais do Museu Nacional em produzir e divulgar conhecimentos sobre a natureza e as gentes do Brasil, prioritariamente, foram produzidos e distribuídos para estabelecimentos de ensino de todos os níveis, institutos de pesquisa, laboratórios e hospitais no Brasil e no exterior coleções didáticas e quadros murais, compostos de representações da natureza e da produção humana.

Essas novas ações, somadas a outras já existentes no Museu Nacional, estenderam sua função educativa, orientada agora para um público mais amplo e diversificado, prioritariamente o escolar, o que contribuiu para conferir maior popularidade à instituição e levar ao seu futuro reconhecimento como casa de ciência e casa de educação.

Investidos da função de organizar as coleções didáticas para servirem de suporte de práticas pedagógicas em estabelecimentos de ensino de todos os níveis, professores e técnicos do Museu Nacional imprimiam e afirmavam determinadas concepções científicas, assim como criavam representações particulares da natureza e do homem. Situação semelhante ocorria com a produção e a distribuição de quadros murais, como veremos a seguir.

Produção e circulação de quadros murais de história natural

Quanto aos quadros murais, de acordo com a documentação consultada no Setor de Arquivo e Memória e no Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional,⁴⁶ foram produzidos catorze exemplares entre 1919 e 1922 (ver quadro 8). Eles foram reproduzidos e distribuídos em grande quantidade para estabelecimentos de ensino em todo o Brasil e para o exterior até o ano de 1942.⁴⁷

QUADRO 8 – Coleção de mapas murais produzidos pelo Museu Nacional entre 1919 e 1922, por área de conhecimento, temática e respectivos números dos exemplares

Área	Temática	Número do exemplar
Antropologia	Ordem dos Primatas	1 e 2
Zoologia	Mamíferos	1 e 2
	Aves	3, 4 e 5
	Répteis e batráquios	1
	Peixes	1

(continua)

⁴⁶ No Setor de Arquivo e Memória do Museu Nacional, os quadros murais foram localizados nos relatórios da Diretoria do MN referentes aos anos de 1921 e 1922, publicados em preto e branco; no Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional, encontravam-se originais e cópias de doze exemplares, coloridos. Contudo, não foram encontrados registros referentes à produção de dois deles (Mineralogia n. 1 e Zoologia n. 5) no período estudado, não sendo aqui analisados.

⁴⁷ Cabe destacar que até o início dessa pesquisa os quadros murais arquivados no Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional estavam guardados em diferentes armários, espalhados, sem configurarem uma coleção. As informações trocadas durante a consulta a esses materiais com os funcionários responsáveis pelo setor levaram a um novo arquivamento e catalogação dos mapas murais, em forma de coleção. Dos catorze mapas murais confeccionados entre 1919 e 1922, foram encontrados dez, arquivados no setor, faltando dois exemplares de zoologia – Répteis e batráquios (um) e Peixes (um); e dois de botânica – Caule e raiz (um) e Morfologia externa e interna da folha (um). Este último foi encontrado mais tarde no Setor de Assistência ao Ensino (SAE/MN), emoldurado, encostado entre armários do setor, sendo mais tarde levado para o Setor de Obras Raras, compondo a coleção. Os demais exemplares desaparecidos não foram localizados, apesar das buscas realizadas nas seções e dependências do Museu Nacional. A maioria dos quadros murais arquivados encontrava-se em bom estado de conservação, podendo ser fotografada.

(continuação)

Área	Temática	Número do exemplar
Geologia	Rochas eruptivas	1
	Rochas sedimentares	2
Botânica	Classificação das plantas	1
	Morfologia externa e interna da folha	2
	Caule e raiz	3
Total	14 exemplares	

Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

Intitulada “Quadros elementares de história natural do Brasil organizados pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro”, a coleção foi produzida sob a orientação dos diretores das seções do museu e confeccionada por equipe de especialistas, entre eles professores, auxiliares e desenhistas calígrafos. Os quadros foram compostos sobre folha de papel amidoado, em tamanho e formato padrão, todos com 0,80 m x 1,00 m, com imagens, desenho e pintura em aquarela e breves textos explicativos sobre conhecimentos elementares de história natural.

O primeiro quadro mural de história natural do Museu Nacional foi confeccionado pela seção de Zoologia (figura 36), iniciado em 1919 e concluído no ano seguinte. Foi organizado pelo professor Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça,⁴⁸ com desenhos de Mercedes de A. Braga e S. Lahera. Foi impresso em estabelecimento gráfico FGR, em São Paulo. Tratava-se do primeiro exemplar de uma série de dois quadros dessa seção dedicados a mamíferos, com imagens e textos explicativos sobre símios, chirópteros e carnívoros.

⁴⁸ Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça, nascido em 1864, era engenheiro civil e foi admitido no Museu Nacional em 1886 como praticante gratuito na seção de Zoologia. Em 1894 foi nomeado diretor efetivo da 1^a seção do Museu Nacional (Zoologia) e, em 1910, nomeado professor dessa seção. Por algumas vezes assumiu o cargo interino de diretor do Museu Nacional (cf. MN, *Livro de assentamentos do Museu Nacional*).



FIGURA 36 – Quadro mural de zoologia n. 1.
Fonte –Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

Na composição do quadro estão reproduzidas imagens do macaco roncador, da onça-pintada, do quati, do lobo-guará, do guaxinim e de um tipo de morcego, todos eles animais pertencentes à fauna brasileira, com pequenas

explicações sobre suas características físicas e sua interação com o meio ambiente, alguns acompanhados de descrição de sua anatomia através das imagens de seus esqueletos.

Sob a direção do professor Roquette-Pinto, com desenhos de P. Sandig, o primeiro quadro mural produzido pela seção de Antropologia foi impresso em 1920, dando início à série destinada ao ensino dessa matéria. Intitulado “Ordem dos Primatas”, foi organizado com cinco imagens, representações do *Homo sapiens*, do gorila, do chimpanzé, do orangotango e do gibão, acompanhados de suas denominações científicas.

Nas pesquisas realizadas, encontramos duas versões para esse mesmo quadro, denominado “Antropologia n. 1”: uma no acervo da Biblioteca do Museu Nacional (figura 37) e outra reproduzida no *Relatório da Diretoria do Museu Nacional do ano de 1922* (figura 38). Apesar de terem uma mesma formatação, com informações textuais idênticas, e terem representadas as mesmas espécies, as imagens são diferentes, com destaque para as figuras referentes à espécie humana.

Em uma das versões (figura 37), a espécie humana está representada na escultura “Adão”, atribuída ao artista Rodin, sem constar a denominação *Homo sapiens*, e se encontra separada da figura ao lado – a de um gorila em movimento de braços que se assemelha ao da escultura – por um mapa do globo terrestre com a distribuição das espécies de primatas no planeta, organizado com legendas, onde consta a denominação “Homem”, e não a nomenclatura científica.

Nessa versão, apesar de a espécie humana estar incluída na ordem dos primatas, a figura utilizada para sua representação – Adão – faz alusão à teoria religiosa para explicar a origem do homem e apresenta um tipo humano “civilizado”, europeu, diferente do outro quadro (figura 38), em que a figura humana está representada por um tipo primitivo, branco, barbudo, apoiado em um bastão, em posição semelhante à figura do gorila, estabelecendo uma relação de proximidade entre as duas espécies de primatas.



FIGURAS 37 (esquerda) E 38 (direita) – Quadro mural de antropologia n. 1, em suas duas versões. Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ e *Relatório da Diretoria do Museu Nacional de 1922* (MN, 1923).

Na parte inferior do quadro, em suas duas versões, uma breve descrição informa a respeito da distribuição das espécies, indicando as áreas do globo em que habitam e as relações de proximidade entre os símios e o homem, de acordo com as teorias evolucionistas de Charles Darwin.

O homem é o único primata cosmopolita, vive em todas as regiões. O Gorila e o Chimpanzé vivem na África intertropical. O Gibão acha-se na Ásia Meridional. O Orango encontra-se em Bornéo, Sumatra e mais ilhas do Arquipélago Malaio. Todos esses símios que são os mais próximos da espécie humana, formam a família dos Anthropíniros. São também chamados macacos catarinhos ou do Antigo Continente. Os símios do Novo Continente, macacos platyrhinos, são providos de cauda e afastam-se mais do tipo humano.

O mapa mural de antropologia n. 2 (figura 39), também denominado “Ordem dos Primatas”, tratou de comparar a anatomia humana com a de outros primatas, através da descrição de imagens de vértebras, fórmulas dentárias, tórax, osso externo, cabeça, crânio e coluna vertebral,⁴⁹ tendo como referência a teoria da evolução das espécies. Como o anterior, foi organizado pelo professor Roquette-Pinto e seus desenhos produzidos por P. Sandig.



FIGURA 39 – Quadro mural de antropologia n. 2.
Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

⁴⁹ Nos documentos oficiais do Museu Nacional não foi encontrado registro quanto ao ano de sua produção.

Sobre os conteúdos desses quadros murais, vale a pena lembrar que, ao se vincularem à teoria evolucionista, seus autores tomaram posição quanto aos debates sobre a origem humana, tema que desde a publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, divide opiniões, principalmente nos campos da filosofia e da educação. Além disso, apostaram nesses materiais como instrumentos de explicação da realidade, fornecendo argumentos considerados científicos para a formação do espírito crítico, condição necessária para um projeto de transformação política e social que vinha sendo elaborado por uma parte da elite brasileira.

No ano de 1919, a seção de Botânica já tinha projetado os dois primeiros exemplares de mapas murais, iniciando a fase de confecção, assim como a seção de Zoologia tinha organizado o plano de mapas murais destinados ao ensino de zoologia nos patronatos agrícolas, liceus e outros institutos, também em fase de elaboração (MN, 1920, p. 28, 33).

A seção de Botânica concluiu a confecção de seu primeiro quadro mural no ano de 1921 (figura 40), tratando especificamente da classificação das plantas. O quadro foi organizado pelo naturalista Júlio César Diogo, com desenhos de Guilherme Santos (contratado pelo Museu Nacional) e do desenhista calígrafo Santos Lahera y Castilho, e foi impresso na Companhia Lithographica Ypiranga.

Conforme explicação do professor-chefe da seção,⁵⁰ Alberto José de Sampaio, o quadro mural foi elaborado de forma didática, para fácil compreensão do estudante, e o assunto foi exposto por meio de uma chave de classificação onde constavam “as divisões que compreendem todo o reino vegetal, reproduções a aquarela dos tipos caracterizados de cada uma delas, tomadas principalmente da nossa flora ou dentre vegetais tornados já subespontâneos entre nós” (MN, 1923, p. 39).

⁵⁰ De acordo com o Regulamento do Museu Nacional a que se refere o Decreto nº 3.211, de 11/2/1899, assinado pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio da Silva Pessoa, os chefes de seção passaram a ser denominados professores e não mais subdiretores.

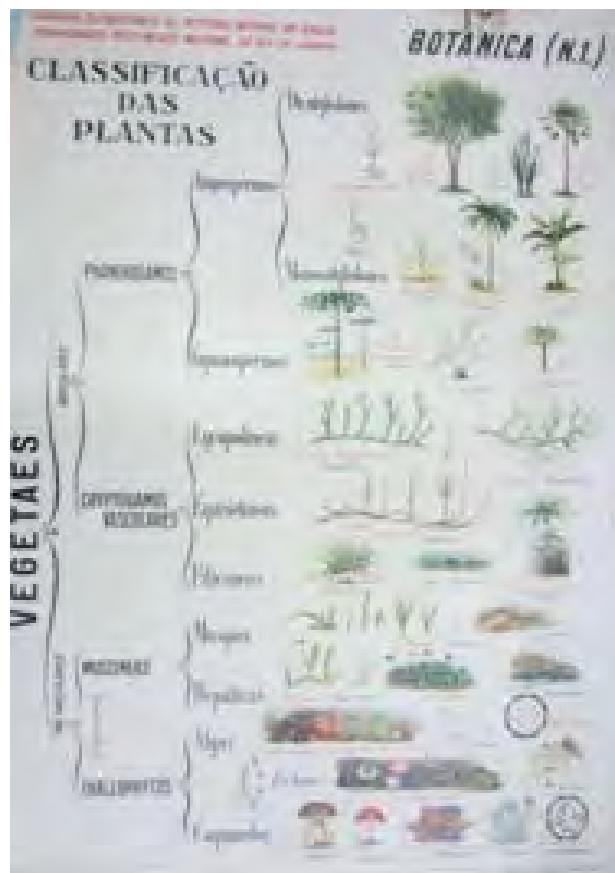


FIGURA 40 – Quadro mural de botânica n. 1.
Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/
UFRJ.

Em 1921, foram concluídos mais dois quadros murais da seção de Zoologia: o segundo sobre mamíferos (figura 41) e o primeiro da série “Aves” (figura 42), que pretendia ter coleção composta de cinco exemplares no total. De acordo com as considerações do professor-chefe da seção, Bourguy de Mendonça, a morosidade com que esses materiais foram feitos decorria das especificidades para a confecção de quadros dessa natureza (MN, 1922, p. 39).



FIGURAS 41 E 42 – Quadros murais de zoologia n. 2 e n. 3.

Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

O quadro de zoologia n. 2, continuação do primeiro, tratou dos mamíferos roedores: cetáceos, desdentados, ungulados, marsupiais. O de n. 3, intitulado “Aves”, definia esses animais como “pertencentes ao ramo dos vertebrados, cobertos de penas, providos de quatro membros, sendo os anteriores (asas) organizados para o voo. São ovíparos, isto é, reproduzem-se por meio de ovos, depositados em ninhos por eles construídos”.

Além disso, apresentava uma subclassificação nas seguintes ordens: corredores, aves de rapina, peensores, trepadores, pássaros, columbíneos, galináceos, pernaltos, palmípedes, apresentando imagens dos quatro primeiros tipos. Ambos os quadros foram organizados pelo professor Bourguy de Mendonça, com desenhos de A. Leal e Santos Lahera, com impressão na Companhia Lithographica Ypiranga.

No ano de 1922, a seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia havia terminado seus dois primeiros quadros murais, referentes às rochas eruptivas

(n. 1) e às rochas sedimentares (n. 2) (figuras 43 e 44, respectivamente). Com fundamento em uma orientação científica, os quadros procuravam explicar os fenômenos geológicos com apoio nas imagens. Foram organizados pelo professor Alberto Betim Paes Leme,⁵¹ com desenhos de A. Marins, e impressos no estabelecimento gráfico FGR, em São Paulo. Além desses, encontravam-se em fase de elaboração os mapas referentes às rochas metamórficas (n. 3), exemplar que deveria completar a série de mapas murais planejada pela seção.⁵²

Para os dois primeiros exemplares, seguindo um padrão de confecção, foram apresentados no alto dos quadros os fatos geológicos – formação de rochas eruptivas e formação de rochas sedimentares –, e na parte inferior, as rochas produzidas em consequência desse fato. A fim de dar um caráter acentuadamente nacional aos quadros, foram reproduzidos cortes geológicos e rochas localizadas no território brasileiro,⁵³ com imagens de conglomerado, arenito, xisto, calcáreo, gipsita, minério de ferro, encontrados em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte e ilha da Trindade.

⁵¹ Alberto Betim Paes Leme nasceu em 1883, no Rio de Janeiro. Trabalhou em algumas das mais importantes instituições científicas brasileiras nas primeiras décadas do século XX, tornando-se referência nas ciências geológicas da época.

⁵² O quadro mural sobre rochas metamórficas não foi localizado nos relatórios da Diretoria e da seção de Geologia de anos posteriores, tampouco estava arquivado no Setor de Obras Raras do Museu Nacional, sugerindo que sua confecção não foi concluída.

⁵³ No período em que foram confeccionados os quadros murais de geologia, os professores da seção desenvolviam pesquisas sobre a serra do Mar, a fim de elaborar um mapa geológico do Brasil para ser apresentado na Exposição do Centenário da Independência, em 1922, no Rio de Janeiro. Fizeram parte da equipe de trabalho o chefe da seção de Geologia do Museu Nacional, professor Alberto Betim Paes Leme; dr. Raymond de Broux, responsável pela parte química desse estudo; o preparador J. B. Leoni; o preparador interino F. Bourguy de Mendonça; o pintor Raul Barbosa e o praticante Ney Vidal.



FIGURAS 43 E 44 – Quadros murais de geologia n. 1 e n. 2.

Fonte – Museu Nacional, *Relatório da Diretoria do Museu Nacional de 1922* (MN, 1923).

Complementando a coleção de quadros murais, a seção de Botânica confeccionou, em 1922, o segundo exemplar da série sobre as morfologias interna e externa das plantas (figura 45), para posterior distribuição aos estabelecimentos de ensino.

Assim como o primeiro, o segundo quadro foi elaborado em cores, em aquarela, com imagens de espécimes da flora brasileira, em sua grande maioria, com desenhos histológicos e elucidativos das funções da folha, sendo a confecção artística de responsabilidade dos desenhistas Guilherme Santos e Santos de Lahera. O mapa mural n. 3, sobre caule e raiz, encontrava-se em fase de elaboração, a fim de complementar a série que a seção se propôs a organizar com objetivos didáticos, visando não só aos cursos de botânica,

como ao ensino dessa ciência no país, “tratados sob feição a mais acessível ao estudante e proveitosa, como auxiliar do professor” (MN, 1923, p. 34).



FIGURA 45 – Quadro mural de botânica n. 2. Fonte – Museu Nacional, *Relatório da Diretoria do Museu Nacional de 1922* (MN, 1923).

Sob orientação do professor-chefe, Bourguy de Mendonça, no ano de 1922 os mapas murais referentes à zoologia continuaram a ser preparados, sendo concluídos outros dois de aves (números 4 e 5). Encontrava-se em andamento um de répteis e batráquios e havia sido iniciado um de peixes, concluindo-se, com estes, a coleção de vertebrados a que havia se proposto a seção. Toda a coleção foi confeccionada com a participação da praticante, d. Mercedes de Andrade Braga, e do desenhista contratado, professor Antonio Leal, com impressão na Companhia Lithographica Ypiranga.

Os quadros murais de zoologia n. 4 (figura 46) e n. 5 (figura 47) apresentam definição para cada um dos tipos de aves representados – pássaros; columbíneos; galináceos; pernaltos; palmípedes –, além de uma breve descrição dos exemplares reproduzidos em desenho, apresentando seus nomes populares e científicos e suas principais características. Cabe destacar a escolha exclusiva de pássaros brasileiros para a composição do quadro, como beija-flores, sabiás,⁵⁴ andorinhas, tiês, canários, gaturamos, joões-de-barro, bem-te-vis, tangarás, arapapás, siriemas, jaçanãs, paturis.

Os textos que definem os conceitos de “pássaros” e de “columbíneos” (figura 46) demonstram tanto uma preocupação dos autores para com o leitor leigo, graças ao uso de uma linguagem de fácil entendimento, quanto orientam a observação para detalhes da anatomia das aves, induzindo um olhar perscrutador sobre as representações da natureza e estimulando, assim, uma das principais características da pesquisa científica no campo da história natural.

Ilustrados com desenhos de duas espécies de pombas brasileiras – aroante e columba –, os columbíneos foram assim definidos: “Aves de bico fraco, tendo nos pés quatro dedos livres, três anteriores e um posterior, articulados no mesmo nível. São bons voadores, alguns vivem em grandes bandos, realizando interessantes migrações”. Para a definição de pássaros, havia o seguinte texto:

Aves geralmente de pequeno tamanho, tendo nos pés quatro dedos anteriores ou um dedo posterior e três anteriores. A maior parte possui um aparelho vocal bem desenvolvido. A forma do bico varia muito nos pássaros, permitindo dividi-los em grupos que estão indicados nas figuras do quadro. Além de nos alegrar com a beleza da plumagem, vivacidade dos movimentos e variedade

⁵⁴ A imagem do sabiá como representação da nação brasileira foi popularizada no poema “Canção do exílio” (1843), de Gonçalves Dias. Atualmente, espécimes da fauna brasileira figuram em objetos de uso comum em todo o território nacional, como nas notas de R\$ 2,00 – tartaruga marinha; R\$ 5,00 – garça; R\$ 10,00 – arara; R\$ 20,00 – mico-leão-dourado; R\$ 50,00 – onça-pintada. Recentemente (2020) foi lançada pelo Banco Central do Brasil a nota de R\$ 200,00 com imagem do lobo-guará estampada. Tais espécimes podem ser pensados como elementos que reforçam a ideia de “projeto” e “pertencimento” comum.

do canto, os pássaros são geralmente úteis porque se alimentam de insetos nocivos às plantações. (MN, Quadros elementares de história natural do Brasil – zoologia n. 4)



FIGURA 46 E 47 – Quadros murais de zoologia – Aves, n. 4 e n. 5. Fonte – Acervo da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

A preocupação com a preservação animal aparece no texto explicativo sobre aves do tipo pernaltos, cujas penas eram utilizadas comercialmente:

Aves de grande bico, pescoço comprido e fino, pernas muito compridas, cauda curta e grandes asas. Vivem geralmente à beira d'água, e às vezes viajam em bandos. Alguns Pernaltos (Garças brancas, Guarás) são impiedosamente massacrados para o aproveitamento de suas penas ornamentais (aigretes). A essa crueldade se devem opor todos os corações bem formados, sobretudo as mulheres a quem são destinados tais enfeites. (MN, Quadros elementares de história natural do Brasil – zoologia n. 5)

A apostila na instrução como forma de sensibilização e conscientização quanto ao meio ambiente e à necessidade de sua preservação parece ter

sido uma das formas pelas quais os professores do Museu Nacional buscaram atuar na questão referente à proteção à natureza, tema sobre o qual os cientistas brasileiros se debruçaram nas décadas de 1920 e 1930.⁵⁵

Exemplares da coleção de quadros murais de história natural foram distribuídos em escolas das redes pública e privada de ensino, para escolas religiosas e laicas, como foi possível observar em um conjunto de documentos relativos à correspondência efetivada entre o Museu Nacional e estabelecimentos de ensino entre as décadas de 1920 e 1940.⁵⁶ pertencente ao acervo do Setor de Memória e Arquivo (Semear/MN/UFRJ).

Cartas, ofícios e comunicados, que compõem essa documentação, foram redigidos pelos estabelecimentos de ensino e endereçados ao Museu Nacional solicitando a remessa de materiais didáticos, entre eles exemplares de quadros murais. Na análise desses documentos foi possível identificar os destinatários dos exemplares, localizados em estabelecimentos de ensino de diversas localidades do Distrito Federal e dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

É interessante observar que na elaboração dos relatórios anuais, redigidos pelos diretores das seções e do Museu Nacional, houve a intenção de registrar informações referentes à produção dos quadros murais, inclusive com a reprodução de suas imagens, sem, no entanto, proceder-se da mesma forma no que se refere à sua distribuição, como feito para outros materiais, por exemplo, as coleções didáticas e a revista *Archivos*.

Sobre os quadros murais de história natural produzidos pelo Museu Nacional, procuramos destacar as seções, os sujeitos e os saberes que atuaram em sua produção, a fim de tentar identificar concepções de ciência e de educação que possam ter orientado sua feitura. Além disso, buscamos

⁵⁵ De acordo com Duarte (2010), a preocupação com a proteção da fauna e de todas as riquezas naturais do Brasil foi pauta de debates e motivo de reivindicações de cientistas brasileiros às autoridades de governo para limitar a ação de elites oligárquicas e de interesses econômicos considerados contrários à nação idealizada. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932, solicitou a criação de um anteprojeto de regulamentação da caça no Brasil. Para sua elaboração foi criada uma comissão formada por três cientistas do Museu Nacional, o zoólogo Cândido de Mello-Leitão, o antropólogo e nessa época seu diretor, Edgard Roquette-Pinto, e o botânico Alberto José de Sampaio.

⁵⁶ Ver o apêndice C desta obra.

analisar algumas das representações da natureza e do homem presentes em seus textos, desenhos e pinturas na intenção de compreender os significados a eles atribuídos por seus organizadores.

Os museus e as concepções de educação nos anos de 1920

Ao lado da produção de coleções e quadros, outros investimentos em educação foram realizados pelo Museu Nacional no início da década de 1920 quando, por exemplo, na gestão do diretor Bruno Lobo, a secretaria do Museu Nacional, Bertha Lutz, entre 24 de março e 5 de abril de 1922, esteve em comissão nos Estados Unidos, encarregada pelo ministro de Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida.⁵⁷

A viagem teve dois objetivos: estudar os principais cursos e estabelecimentos de ensino voltados para trabalhos manuais e economia doméstica, nos diferentes níveis – do elementar ao praticado nas universidades –, com especial atenção para as escolas primárias rurais; e observar o funcionamento dos museus norte-americanos, particularmente os de história natural, em seus métodos de preparo e organização de mostruários e de divulgação do ensino de história natural.⁵⁸

As observações de Bertha Lutz sobre os museus de história natural visitados naquele país foram apresentadas pelo diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em um relatório cujo item se intitulava “Estreitamento de relações com os museus norte-americanos”. Em suas observações, Bertha Lutz destacou a organização dos museus visitados, o que muito a havia impressionado, nos quais predominavam os esforços de suas equipes científicas de despertar em todos a possibilidade de conhecer melhor as ciências naturais, mantendo-se à disposição para fornecer esclarecimentos e convidando o público a colaborar.

⁵⁷ Comissionada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1921, Bertha Lutz também esteve em Washington para participar da Conferência do Trabalho.

⁵⁸ Dessa viagem, resultaram diversos textos relacionados ao ensino doméstico na agricultura e ao ensino doméstico feminino, podendo ser atualmente localizados no Arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, custodiado pelo Arquivo Nacional (cf. Miranda, 2008, p. 15).

[...] como ideia dominante na organização dos museus estava a orientação, verdadeiramente democrática, diferente das interpretações tradicionais do papel dos museus, que faz deles um instrumento de cultura pública, mantido para e pelo público e, essencialmente, destinado ao mesmo. (MN, 1923, p. 44)

Como resultado da orientação dos museus norte-americanos, Bertha Lutz assinalou a importância que assumia o papel didático dos museus e a intensa colaboração com os estabelecimentos de ensino, identificando uma convergência entre a organização daquelas instituições e a do Museu Nacional. No entanto, assinalou que o trabalho didático nos Estados Unidos se dedicava especialmente ao ensino primário, enquanto o do Museu Nacional voltava-se para o ensino secundário.

Valorizando ações educativas voltadas para o público escolar,⁵⁹ a relatora viajante apresentou alguns dos métodos empregados pelos museus norte-americanos para despertar o interesse da população escolar, como, por exemplo: conferências diárias, museus inteiros ou salas especiais organizadas exclusivamente para crianças; bibliotecas infantis de história natural; passeios pelos museus ou pelos jardins públicos; jogos destinados ao ensino da história natural; e empréstimos de projeções e dados para a organização de palestras e pequenas coleções de estudo nas escolas, entre outras atividades.

Em contato com as inovações promovidas no campo da educação nos museus visitados, Bertha Lutz considerou que o emprego desses novos processos e os resultados obtidos estariam produzindo uma verdadeira revolução nas técnicas modernas dos museus, “proporcionando um campo adequado ao ensino visual e uma compreensão muito mais adequada da História Natural aos leigos pela incorporação de dados biológicos ao invés de mero estudo da morfologia” (MN, 1923, p. 46). Lutz julgava oportuna

⁵⁹ Bertha Lutz frisou especialmente o programa do Museu Americano de História Natural de Nova York, no qual o empréstimo de pequenas coleções de estudo por meio de seu serviço de automóveis era feito a todas as escolas da capital; e o Museu de Milwaukee, cujo diretor havia conseguido que as visitas a esse museu constassem como parte obrigatória do programa escolar (cf. MN, 1923, p. 45).

a aplicação gradual desses métodos pelo Museu Nacional, como complemento ao que já vinha sendo realizado pela instituição.

Em seu relatório, Bruno Lobo avaliou que essa viagem iniciou uma colaboração continental mais ampla entre os museus dos Estados Unidos e do Brasil,⁶⁰ fortalecendo, por meio da circulação de ideias e de experiências desenvolvidas, novas relações político-institucionais entre esses dois países, cujos pressupostos se assentavam no caráter educativo dos museus e em sua importância como instituições de formação, isto é, “um instrumento de cultura pública” (MN, 1923, p. 44).

Apesar das iniciativas do Museu Nacional para a instrução de um público mais amplo desenvolvidas nas gestões de Bruno Lobo e de Arthur Neiva, muitas delas inspiradas nas sugestões e inovações apresentadas por Bertha Lutz, as ações educativas do museu foram redimensionadas durante a gestão de Edgard Roquette-Pinto (1926-1935), com vistas a ganhar maior abrangência e importância nacional. Em sua gestão, além da permanência das ações educativas que já vinham sendo desenvolvidas, foram criadas e implementadas novas estratégias educativas relacionadas à radiodifusão, à produção cinematográfica e à produção literária. Além dessas, a publicação da *Revista Nacional de Educação* representou mais uma iniciativa para popularizar a ciência e expandir o raio de ação do Museu Nacional. Na gestão de Roquette-Pinto foi também criado o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE), considerado um dos primeiros setores educativos em museu no Brasil formalmente constituído.

Esse conjunto de ideias e iniciativas em educação no Museu Nacional encontrava-se sintonizado com a crença de que pela multiplicação das instituições escolares, com a disseminação da educação escolar e da instrução pública, seria possível incorporar grande parte da população brasileira à perspectiva do progresso nacional, superando a injustiça social, configurada

⁶⁰ Nessa viagem, Bertha Lutz abriu um canal de permuta de materiais entre o Museu Nacional e os museus visitados, fornecendo material existente em duplicata no Museu Nacional proveniente de remessas enviadas pela Comissão Rondon e trazendo material de tribos indígenas do continente norte-americano para compor o acervo do museu.

na república oligárquica pelo domínio das elites sobre uma população majoritariamente analfabeta, correspondente a 80% dos brasileiros.⁶¹

Na década de 1920, a preocupação com os problemas nacionais, particularmente os relacionados com a educação, favoreceu o surgimento de amplos debates na sociedade brasileira,⁶² estimulando reformas na escolarização no Distrito Federal e em diversos estados da federação, que buscaram modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares nas diferentes modalidades e níveis de ensino. Tais reformas procuraram configurar novos modos de formulação de programa escolar, nova instrumentação para tornar mais eficaz o trabalho docente, além de diversificar as atividades escolares, ao introduzir novos procedimentos que poderiam contribuir para a disciplinarização, principalmente de jovens e trabalhadores. De acordo com Carvalho:

É inegável que o movimento educacional incorporou valores culturais da Europa, dos Estados Unidos do pós-guerra e que nisso residiu muito de sua novidade. Tal incorporação não foi, contudo, a marca de uma ingenuidade ou uma boa intenção progressista equivocada dos reformadores, como postulam diversos estudos. Foi antes de tudo – sustenta-se aqui – o sinal de uma percepção aguda das possibilidades disciplinares dos novos métodos. Não escapava aos renovadores que tais modelos tinham sido gerados no seio das usinas. A organização da sociedade e da escola sob o modelo da fábrica foi um dos principais crivos da apropriação então efetuada. (Carvalho, 1998, p. 29)

⁶¹ Pela Constituição brasileira de 1891, art. 70, § 2º, o analfabeto não tinha direito ao voto. Segundo Ferraro (2009), com base no censo de 1890, o Brasil contava uma população total de 12.212.125, e o número de pessoas não alfabetizadas entre a população de 5 anos de idade ou mais era igual a 10.091.566, correspondendo a 82,6% o índice de analfabetismo no Brasil.

⁶² De acordo com Jorge Nagle (2001, p. 136), destacaram-se nesses debates as Ligas Nacionalistas, tanto a nacional quanto as estaduais, criadas na segunda década do século XX.

Ao sugerir que o caráter prático, experimental, tem força disciplinadora, regulatória, das condutas, a autora aponta para a possibilidade de considerarmos que algo semelhante emergia com base nos novos procedimentos científicos. Portanto, se é possível associá-los ao progresso e à indústria, não é menos fértil pensar que tais procedimentos vinham sendo credenciados pelo que se processava nos diferentes laboratórios, de diferentes campos de saber, que proliferaram em vários países e no Brasil. Nesse sentido, o Museu Nacional parece ser um bom sinalizador do movimento de racionalização e maximização da rentabilidade humana que se encontrava em curso.

Uma das características desse novo ideário assentava-se na crítica ao ensino livresco, abstrato, na forma de ensino acadêmico, predominante nos cursos secundário e superior no Brasil; outra remetia à consideração de que as condições sob as quais se encontrava organizada a instrução pública não daria conta de erradicar o analfabetismo no Brasil, considerado como prioridade nas providências que deveriam ser adotadas para as escolas primárias.

De acordo com os estudos de Carvalho (2011) a respeito do processo de institucionalização da escola republicana no estado de São Paulo, a partir da segunda metade da década de 1920, sob o “impacto da extraordinária difusão internacional da chamada *pedagogia da Educação Nova*” e da intenção republicana de universalizar a escola, ampliando o acesso da população operária, um novo *modelo pedagógico* começou a circular, “operando uma transformação sutil nas representações das práticas escolares e pondo em cena uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo de novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolares” (Carvalho, 2011, p. 194).

Um dos principais representantes dessa nova pedagogia nos Estados Unidos, John Dewey, em discurso proferido em 1938 na cidade de Atlanta, comparou os princípios da “educação progressiva” com os da “educação tradicional”, concepções de educação que caracterizaram os debates ocorridos nesse campo.

O cultivo e a expressão da individualidade se opõem à imposição de cima para baixo; a atividade livre se opõe à disciplina externa;

aprender por experiência em oposição à aprendizagem através de textos e professores; a aquisição de habilidades e técnicas como meio para atingir fins que correspondem às necessidades diretas e vitais do aluno em oposição à sua aquisição através de exercício e treino; aproveitar ao máximo as oportunidades do presente se opõe à preparação para um futuro mais ou menos remoto; o contato com um mundo em constante processo de mudança em oposição a objetivos e materiais estáticos. (Dewey, 2010, p. 22)

Considerando que todos esses princípios são de natureza abstrata, que se concretizam, contudo, nas consequências de sua aplicação, Dewey, através de um raciocínio polar, defende um regime que favoreça a individualidade, a liberdade, a experimentação, a aquisição de habilidades e as técnicas, o presente e a mudança, considerados positivos, em contraposição ao modelo oposto, descrito como negativo.

Os adeptos da chamada “educação nova” defendiam práticas escolares ancoradas em uma pedagogia que se rationalizava com apoio em um conjunto de ciências auxiliares – psicologia, sociologia, biologia, filosofia. A pedagogia científica suscitava novos métodos de ensino, nos quais o aluno teria participação ativa no processo de construção do conhecimento e o professor seria um organizador, um orientador das atividades a desenvolver.

Os anos de 1920 no Brasil foram marcados no plano educacional por reformas empreendidas em diferentes estados da federação. Tais reformas caracterizavam-se pela incorporação de modernas concepções de escola e de educação baseadas fundamentalmente na compreensão da educação como direito de todos, independentemente das condições sociais e econômicas do indivíduo, tendo por objetivo o desenvolvimento do potencial humano de cada pessoa. Essas ideias estavam articuladas a um movimento internacional que ocorria também em países da América, como Uruguai, México, Argentina e Chile, onde a educação passou a ser considerada e tratada em bases científicas.

Os reformadores compreendiam que para essa nova educação não cabiam mais a tradicional organização das escolas e os antigos métodos de ensino, baseados na seriação, como ocorria nas escolas de primeiras letras,

tampouco os princípios ditos tradicionais: a simplificação, a memorização, a intuição, a autoridade e o formalismo. Era necessário criar uma “escola nova”, com um ensino que levasse em conta as contribuições de novas disciplinas e campos de estudos, assentada em tripé científico: estudos de biologia, de psicologia e de sociologia. Nessa nova concepção educacional, o aluno deveria ser levado ao conhecimento a partir de suas próprias potencialidades, estimuladas e afloradas pela curiosidade e por experiências que deveriam ser desenvolvidas nas escolas.

O embate entre essas concepções de educação ganhou arena própria em 1924, quando a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada por alguns intelectuais⁶³ adeptos de reformas na sociedade brasileira. Tal iniciativa representava a abertura de um espaço de debate e de elaboração de propostas relativas à política educacional brasileira, funcionando como uma sociedade civil, de adesões voluntárias, que congregava pessoas de várias tendências em torno da bandeira da educação.⁶⁴

A ABE procurou atuar em âmbito nacional, com diretoria e sede na cidade do Rio de Janeiro e com seções regionais nos estados, que gozavam de autonomia em relação à representação nacional. A associação promoveu encontros destinados ao debate sobre temas educacionais, realizou cursos de interesse de professores e educadores em geral e estimulou a divulgação de publicações e pesquisas em educação. Entre as atividades que alcançaram maior repercussão estão as Conferências Nacionais de Educação, ocorridas a partir de 1927, em diferentes estados do Brasil.⁶⁵

Reformas educacionais promovidas em âmbito estadual procuraram afirmar as ideias pedagógicas modernas, em sintonia com as novas concepções de educação, institucionalizando novos modelos de ensino no Brasil. São

⁶³ A ABE foi fundada em 29 de agosto de 1924, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Heitor Lyra da Silva, Everardo Adolpho Beckeuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho.

⁶⁴ Sobre os projetos políticos educacionais que moldaram a ABE, sugerimos a leitura de Carvalho (1998).

⁶⁵ No período entre 1927 e 1935, a ABE realizou conferências nacionais nos seguintes locais e anos: Curitiba, 1927; Belo Horizonte, 1928; São Paulo, 1929; Rio de Janeiro, 1931; Niterói, 1932-1933; Fortaleza, 1934; Rio de Janeiro, 1935 (cf. Cunha, 1981).

exemplos as reformas da Instrução Pública do Ceará, por Lourenço Filho⁶⁶ (1922-1923); da Bahia, por Anísio Teixeira (1925-1928); de Minas Gerais, por Francisco Campos (1927-1930); do Distrito Federal, por Fernando de Azevedo (1927-1930) e de Pernambuco, por Carneiro Leão (1929).⁶⁷

Obras de educação foram escritas e publicadas no Brasil em defesa dos ideais da Escola Nova. Um dos primeiros livros de um brasileiro empenhado em divulgar o ideário renovador foi escrito por Lourenço Filho: *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), organizado sob forma de lições. A obra teve como objetivo difundir o ideário escolanovista com base nas teorias de Montessori e Decroly adotadas nas escolas norte-americanas, principalmente, e, em alguns casos, já desenvolvidas em escolas privadas no Brasil, como na Escola Regional de Meriti, por iniciativa de Armando Álvaro Alberto, e no Instituto Cruzeiro, no estado de São Paulo, por iniciativa de Álvaro Neiva (Saviani, p. 2006). Em 1933, Anísio Teixeira publicou *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*, compreendendo a organização da educação como um sistema popular e democrático, baseado no pensamento pedagógico de John Dewey.⁶⁸

⁶⁶ Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) nasceu em São Paulo. Formado em 1914 pela Escola Normal de Pirassununga, foi professor primário em Porto Ferreira e professor substituto de Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Primária, em São Paulo, em 1921. Lecionou Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de Piracicaba. Em 1922 foi indicado diretor da Instrução Pública do Ceará, onde realizou reforma geral do ensino, considerada uma das realizações pioneiras da Escola Nova. No ano de 1929 elegeu-se membro da Academia Paulista de Letras e graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1930 foi nomeado diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo. Foi signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932; foi eleito presidente da ABE em 1934. Ocupou os cargos de diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, e o de vice-reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1938, e implantou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que dirigiu até 1946. Foi diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, pela segunda vez, entre 1947 e 1951. Foi eleito em 1952 presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Aposentou-se em 1957, no cargo de professor de Psicologia Educacional da Faculdade Nacional de Filosofia. Além dessas funções, escreveu sobre educação, com vários trabalhos publicados no exterior (cf. Gandini; Riscal, 2002, p. 746-754).

⁶⁷ Sobre reformas da educação nos anos 1920, ver Nagle (2001) e Carvalho (2003).

⁶⁸ Sobre Anísio Teixeira, sua atuação política, suas obras e relações com o pensamento deweyiano, ver Nunes (2000).

Os representantes dessa emergente nova pedagogia defendiam um ensino mais prático, concreto e científico, baseado no método ativo, voltado para a autoeducação do aluno; nele, o professor deveria desempenhar o papel de orientador, guia dos trabalhos e das atividades desenvolvidas pelos alunos, atribuindo-lhes liberdade de experimentação e criação para a construção do conhecimento sobre as matérias em estudo.

Na II Conferência Nacional de Educação, ao apresentar tese sobre a unificação do Ensino Normal, Lourenço Filho alegava que essa unidade escolar deveria ser organizada sob as prescrições do método ativo, na medida em que considerava o professor, principalmente o da educação primária, elemento fundamental para que a pedagogia da ação conquistasse efetivamente o mundo escolar, sendo a criança vista como matéria-prima confiada aos mestres (Silva, 2004, p. 136).

Para explicitar em que, no seu entendimento, consistia o método ativo na escola primária, Lourenço Filho apresentou as seguintes prescrições, segundo ele necessárias para sua efetivação: o trabalho individual do aluno, fundado no interesse da criança pelo objeto submetido à sua atenção; uma disciplina liberal e o *self-government*, como base formadora da individualidade; o trabalho manual pela sua finalidade educativa; as visitas a exposições, museus, oficinas e fábricas; o trabalho pessoal de documentação em todas as matérias de estudo; o trabalho mútuo como elemento educativo no trabalho simultâneo; a apreciação dos trabalhos, feita pelo mestre; a higiene e os desportos, como condição essencial de um estado físico que permitisse dar ao estudo seu máximo rendimento (Silva, 2004, p. 137).

Nesse sentido, a pedagogia da Escola Nova exigia mudanças na educação em prol do objetivo maior de fazer do aluno o agente de sua própria educação. Obviamente, isso impunha aos educadores uma nova postura, com a utilização de métodos que pudessem desenvolver determinadas capacidades nos alunos, conforme podemos ler nos Anais da III Conferência Nacional de Educação, realizada em São Paulo, em 1929:

[...] desenvolver, disciplinar e apurar a percepção externa, a atenção, o raciocínio, a comparação, a generalização [...] as operações intelectuais, em suma, mais necessárias à observação perspicaz, ao

estudo paciente e à interpretação exata dos fenômenos da natureza, à experimentação cuidadosa, à análise, à crítica e à contraprova dos resultados obtidos nessa aplicação rigorosa do método objetivo. (Conferência Nacional de Educação, 3., 1929, p. 157)

Para desenvolver a percepção externa e a observação perspicaz dos alunos, era necessário lhes possibilitar a experimentação cuidadosa. Essa foi uma das razões pelas quais experiências de aprendizagem em museus, teatro, excursões e aulas ao ar livre foram incentivadas. A exploração da imagem através de diversos recursos visuais, entre eles as novas tecnologias oferecidas pelo cinema, principalmente filmes e diapositivos⁶⁹ científicos e educativos, também parece ter seguido orientação semelhante.

De acordo com Valente (2003), os museus no início do século XX apresentaram-se renovados por coleções e propostas mais adequadas ao público, ampliando o interesse deste e proporcionando maior aproximação entre ambos. No entanto, esse movimento de ampliação do caráter público não ocorreu de forma equânime em todos os museus.

Os novos museus do século XX, de forma geral, abriram suas portas com um universo de coleções ampliado e tratado por uma museografia que também procurou se renovar. Não era apenas o belo, no sentido clássico do termo, que deveria ser conservado, mas também o popular. Surgiram museus interativos, com maior preocupação com a relação com o público. Este foi o caso dos museus de ciências criados nessa época, onde, por exemplo, os dioramas⁷⁰ passaram a compor as exposições.

⁶⁹ Diapositivos ou diafilmes são materiais visuais obtidos numa película inversível de 35 mm, mediante fotografia, vulgarmente conhecido pelo termo inglês *slide*. Em vez de as imagens serem cortadas e montadas num caixilho, o diafilme é constituído por uma sequência de imagens, dispostas horizontal ou verticalmente, segundo uma determinada ordem lógica, que se vai enrolando numa bobina de recepção, à medida que as imagens vão sendo projetadas.

⁷⁰ Os dioramas, em inglês *habitat-group*, também conhecidos como grupos faunísticos e florísticos, são, segundo definição de Bertha Lutz (1920, p. 60), “reproduções de cenas inteiras da natureza, comparáveis com as cenas de teatros, que reproduzem a vida real, contidas dentro de uma moldura, parecida com um palco, que os isolam dos espectadores”. De outro modo, Valente (2003, p. 39) os define como forma de apresentação de caráter didático que permite ao público observar as relações da fauna e da flora de um mesmo meio.

A ideia de universalização do conhecimento para que um maior número de pessoas tivesse acesso à informação e aos bens do patrimônio cultural foi uma preocupação constante das instituições museais principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Essa tendência de abertura dos museus correspondeu a uma perspectiva em que o público era visto como prioridade, o que foi enfatizado no plano educativo, sendo essa uma das notáveis características dos museus norte-americanos desde o início do século XX.

John Cotton Dana, um importante representante dessa nova concepção de museus nos Estados Unidos, considerava-os instituições públicas que, mantidas e sustentadas pelos impostos pagos pela população, deveriam estar a seu serviço e prestar-lhe conta.

Todas as instituições públicas (e museus não são exceções à regra) devem dar retorno de seus custos; e esses retornos podem ser em bom grau positivo, definido, visível, mensurável. O bom de um museu não está na razão direta com os custos de sua construção e manutenção diária, ou a raridade, o valor do leilão, ou o custo de dinheiro de suas coleções. Um museu só é bom na medida em que é de uso... O senso comum exige que uma instituição apoiada publicamente deve fazer algo por aqueles que lhe dão apoio e que pelo menos alguma parte do que faz possa ser de clara descrição e franca avaliação. (Dana *apud* Weil, 1999, p. 16, tradução nossa)

Nessa conjuntura marcada pela coexistência de inovações e tradições que orientaram os debates no final da década de 1920 e início dos anos 1930, articulados ao projeto de nacionalização da educação brasileira, cabe interrogar: como eram vistos os museus e sua função educativa pelos intelectuais da época? Eram os museus escolares uma realidade nos estabelecimentos de ensino brasileiros? Como estavam organizados? Quais foram as permanências e as transformações operadas nas ações educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional? Como o Museu Nacional se posicionava nesse quadro?

Para melhor entendimento dessas questões, buscamos situá-las no debate sobre a educação no período proposto a partir de algumas das teses

apresentadas nas conferências da Associação Brasileira de Educação; em livros publicados sobre museus; no relatório produzido por Bertha Lutz após viagem de estudos aos Estados Unidos em 1932; e na documentação do Museu Nacional, especialmente a sua correspondência com os estabelecimentos de ensino nas décadas de 1930 e 1940.

Na I Conferência Nacional de Educação (1927), dentre as 112 teses apresentadas, quatro trataram diretamente do uso de novas tecnologias na educação e de atividades escolares a serem desenvolvidas de acordo com novos métodos, práticas de ensino, instrução e educação na perspectiva da pedagogia da Escola Nova.⁷¹

Uma das teses de maior interesse para este livro tratou da organização dos museus escolares. Ela foi apresentada pelo professor da Escola Normal Secundária de Curitiba (Paraná) Nicephoro Modesto Falarz, defensor de uma educação que tivesse por finalidade principal formar cidadãos conscientes de seus deveres para com a pátria, responsáveis por seu progresso e aproveitamento de suas riquezas. Nesse modelo, o professor seria o principal responsável por despertar nos alunos, por meio do ensino, sentimentos de patriotismo e de nacionalismo.

Para o professor Falarz, concorriam para alcançar esse fim atividades como viagens científicas, visitas a centros de atividade econômica, excursões científico-naturais, além daquelas desenvolvidas no museu escolar e nos laboratórios existentes na escola. Estas últimas, ao serem organizadas pelos professores, permitiriam aos alunos desenvolver “a faculdade de observação, a fixação da atenção e da memória, a coordenação das observações ou a experimentação própria, a elaboração de conclusões pessoais e outras vantagens práticas”, proporcionando-lhes “o maior conhecimento do seu país, das suas riquezas, da sua vida e costumes, da sua história”.

⁷¹ Foram apresentadas as seguintes teses: *Divertimentos infantis* (n. 6), por Maria Luiza Camargo de Azevedo, com referências ao cinema, ao teatro, aos museus e pinacotecas, à literatura e a visitas ao ar livre como formas de recreação escolar; *Organização de museus escolares: sua importância* (n. 15), por Nicephoro Modesto Falarz; *Cinematógrafo escolar* (n. 23), por América Xavier Monteiro de Barros, sobre o uso do cinema educativo; *O teatro e sua influência na educação* (n. 25), por Decio Lyra da Silva, apresentando as vantagens e as desvantagens do uso do teatro na educação (cf. Costa; Shena; Schmidt, 1997).

Assim, os museus escolares, em sua opinião, tinham grande valor, por propiciarem o desenvolvimento das aptidões da criança, graças ao contato direto dela com as coisas que pudessem por sua natureza ilustrar as lições, através de coleções bem organizadas, completas e bem conservadas, com representações da “localidade, da pátria, do mundo e da natureza em geral com seus três reinos” (Falarz, 1997, p. 118).

Além de coleções didáticas com objetos da natureza, sugeria que nos museus escolares constassem “álbuns fotográficos, quadros históricos e diversas vistas dos panoramas mais belos do país, modelos de máquinas e aparelhos, como telefone, telégrafo, automóvel, armas de fogo, coleções de artefatos das indústrias locais, dos produtos agrícolas, etc.”. Para ele, o museu funcionaria como um verdadeiro laboratório onde o aluno deveria proceder como um “operoso frequentador” e não como mero visitante (Falarz, 1997, p. 118).

Como forma de resumir sua compreensão quanto aos fins da educação e a importância dos museus, conclui sua tese com as seguintes palavras:

Organizemos os museus escolares, porque, por intermédio deles, aprenderemos a conhecer, amar e glorificar o nosso Brasil, guiando os nossos alunos na tarefa de observar e adquirir experiências em contato com as coisas que nos são caras; desta forma daremos ao nosso ensino as mais completas bases objetivas. Só assim procedendo, desde a escola primária, é que teremos formado homens de ação. (Falarz, 1997, p. 120)

Na opinião do educador, os alunos deveriam ser orientados pelo professor à observação e experimentação com objetos de diferentes tipos, organizados em museus escolares, a fim de ampliar o conhecimento sobre o país e desenvolver sentimentos de amor pela pátria e de orgulho da nação, assim formando indivíduos de tipo ideal, “homens de ação”.

Algumas considerações apresentadas pelos conferencistas no primeiro encontro nacional da ABE defendiam ideias em circulação sobre o tipo de educação pretendido e como a criança deveria vivenciar o processo de

aprendizagem de forma concreta, saindo da condição passiva e passando a ocupar a centralidade absoluta do processo educativo.

Belisário Pena, em sua tese intitulada *Qual o melhor processo para a educação da memória?*, também defendeu o papel ativo que a criança deveria ter no processo educativo:

A criança é um ser que pensa, uma inteligência em formação com poder de julgar, de querer, de refletir; ela raciocina. Seria, portanto, um crime deixá-la sem ação, sem liberdade de querer, sem poder de criar; um crime forçá-la à passividade de ouvinte, quando ela pode ser toda atividade e trabalho. (Penna, 1997, p. 637)

Considerando que a aprendizagem deveria partir dos sentidos para chegar à inteleção, privilegiar o conhecimento do que era próximo para atingir o distante, o concreto para alcançar o abstrato, o método intuitivo deveria abrir as portas da escola para a introdução de um grande conjunto de objetos a serem observados e tocados pelas crianças em seu processo de aquisição de conhecimentos (Vidal, 2009, p. 9).

Essa forma de pensar e de fazer a educação também pode ser percebida no trecho do artigo “Lições de desenho”, publicado em 1932 na *Revista Nacional de Educação*, em que o autor chama a atenção para o *saber ver* e para a importância da ciência no desenvolvimento das faculdades humanas e dos sentidos.

Já é conhecida a frase: para desenhar é preciso saber ver. Evidentemente, neste saber ver é que se revela o verdadeiro artista. Essa faculdade de impressão fácil é natural e espontânea num indivíduo que já nasceu artista, mais tardia e difícil nas pessoas que, sem ser uma negação absoluta, não mostram queda especial para o desenho. Mas o fato de alguém não ver diante de si um Miguel Ângelo não quer dizer que desconheça o necessário das regras do desenho, matéria hoje tão útil à vida quanto à escrita, que toda gente sabe, e que afinal de contas nada mais é que um desenho aprendido metódicamente na escola. Aquilo, pois, que a

natureza não nos deu espontaneamente, pode a ciência nos favorecer, uma vez que tenhamos o necessário ponto de partida – que são a vontade e a persistência. Quando dizemos ciência nos referimos à ciência do desenho, dado que, por muito vivo que seja o sentimento da arte, dentro de nós, jamais podemos dispensar o auxílio da ciência, que é, no caso, o método de reproduzir o que sentimos. (Seth, 1932, p. 70)

Na intenção de educar o olhar e disciplinar os movimentos para o desenho, outros quatro artigos foram publicados na revista, com esse mesmo título.⁷² Para o autor, educação e ciência deveriam estar interligadas no processo de aprendizagem. Procedimentos científicos, metódicos e pedagógicos garantiriam o desenvolvimento das habilidades humanas e o conhecimento seria adquirido.

As ideias que circulavam e moviam os debates sobre educação nos anos de 1920 e 1930 foram divulgadas pela imprensa da época em revistas especializadas em educação,⁷³ entre elas *A Escola Primária* e *A Educação*. Mensais e editadas no Rio de Janeiro, tinham, contudo, alcance nacional, uma vez que aceitavam assinantes de demais estados brasileiros.

A primeira era dedicada à temática que lhe deu título. Foi publicada pela Sociedade Anonyma entre 1916 e 1938, cabendo à sua diretoria a aprovação dos artigos a publicar. Foi organizada em três seções: Ideias e fatos; A escola; Lições e exercícios.

A segunda, dedicada à defesa da instrução pública no Brasil, foi publicada no período entre 1922 e 1925 e dirigida por seu fundador, José Augusto de Bezerra de Medeiros, e por Heitor Lyra da Silva,⁷⁴ um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924. Inicialmente foi organizada em três seções: Instrução nos Estados; Livros e revistas; Notícias pedagógicas, sendo alterada em 1924 para duas seções, destinadas a assun-

⁷² Os cinco artigos foram publicados nos números 2, 3, 4, 5 e 7 da *Revista Nacional de Educação*.

⁷³ Sobre Imprensa Pedagógica no Império brasileiro e início da República, ver Teixeira (2016).

⁷⁴ Sobre Heitor Lyra da Silva, ver Leal (2002).

tos nacionais e internacionais. Foram seus colaboradores Afrânio Peixoto, Bertha Lutz, Manoel Bonfim, Heitor Lyra, entre outros.

A revista *A Educação*, em sintonia com algumas das teses que foram apresentadas e debatidas nas Conferências Nacionais de Educação, publicou artigos que sinalizavam para uma perspectiva de materialização do ensino: a necessidade de se fazer uma educação concreta, científica, não devendo “o mestre usar de linguagem abstrata, mas concretizar e objetivar sempre a lição, para que a criança possa intuitivamente compreendê-la” (Costa; Shena; Schmidt, 1997, p. 169).

Por exemplo, com relação à orientação dos novos programas da Escola Normal do Rio, para os quais o diretor da Instrução Pública defendia o ensino prático e o estudo sobre as riquezas naturais do Brasil, foi publicado na revista o seguinte trecho de artigo:

O Sr. Carneiro Leão, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, fez proceder à publicação dos novos programas organizados para a Escola Normal [...].

Em História Natural, cujo estudo deve ser feito o mais possível diante do objeto, revestindo o aspecto de lição de coisas, o professor procurará salientar os produtos da nossa natureza, com o fim de fazer a mentalidade brasileira cada dia menos abstrata, mais capaz de utilizar o que possui. (A Educação, 1924, p. 624)

Com relação ao museu escolar, as revistas *A Educação* e *A Escola Primária*, assim como as teses apresentadas na I Conferência, a ele se referem inúmeras vezes, tanto nos títulos como no corpo dos textos publicados, apresentando-o como elemento articulado ao ensino objetivo na instrução primária.

O ensino, porém, deve basear-se na observação. Sempre que possível, o estudo se fará objetivamente, apresentando o professor às crianças arbustos, flores, frutos, insetos, pássaros etc., do material existente no museu escolar. (A Escola Primária, 1925, p. 136)

Na década de 1920, os museus escolares passaram a fazer parte da agenda dos gestores da Instrução Pública, não só na capital da República, mas

também em outros estados brasileiros, como é possível ver em notícia publicada sobre a Instrução para o ensino primário e secundário no estado de Sergipe:

A Assembleia Legislativa decreta:

Art. 1º – É o governo autorizado a reformar a atual organização do ensino primário, adotadas as seguintes bases:

[...]

XV – [...] Os mestres e os alunos poderão constituir também um museu escolar, especialmente aplicado ao ensino, com aspectos das ciências físicas e naturais. (A Educação, 1923, p. 557)

Inseridos no debate sobre a educação na década de 1920, os museus ganharam a atenção de educadores e cientistas que consideravam a importância de sua função educativa e suas potencialidades para o ensino prático e concreto, dirigido, principalmente, para o público escolar. Nesse sentido, o museu, considerado um espaço educativo, foi objeto de estudo de especialistas e tema de inúmeras conferências, debates, matérias de jornais, revistas e livros, alguns deles analisados a seguir.

A função dos museus em publicações de professores

O livro *Organização de museus escolares*, escrito pela professora Leontina Silva Busch, publicado em 1937, foi uma das publicações contribuintes para o debate a respeito dos museus escolares no final da década de 1920 e início dos anos 1930. Essa publicação resultou do curso de prática de ensino, oferecido no ano de 1936, a 203 “professorandas” da Escola Normal Padre Anchieta, localizada no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, tendo por temática a organização de um museu didático.

Ocupando nessa época o cargo de assistente da seção do Curso de Formação Profissional de Professores, para o qual havia sido incumbida três anos antes, a professora Leontina lecionou sucessivamente em duas Escolas Normais, entre elas a Padre Anchieta. Com esse livro, pretendeu exprimir o desenvolvimento teórico-prático que foi dado ao curso.

Com prefácio assinado pela própria Leontina, apêndice e índice, o livro foi organizado em cinco partes, intituladas: “Os museus escolares e a legislação escolar paulista”; “Material para um museu”; “O museu de Escola Normal”; “Jogos aplicados ao ensino”; “Quadros para ensino de linguagem, com exercícios de observação de imagens e escrita”.

Em seu prefácio destacou as razões que a levaram à publicação do livro. Em primeiro lugar, o compromisso com a divulgação do trabalho de organização do museu didático desenvolvido pelas alunas durante o curso, sobre o qual avaliou ter demonstrado “prova da capacidade de ação didática das novas professoras paulistas em prol de iniciativa tão fundamental como essa para renovar o ensino”. Em segundo, afirmar “a quantos venham a ler-nos e o tenham olvido” a existência na legislação escolar brasileira da instituição de museus de classe, de escola e central, “cuja função auxiliar do bom ensino pode ser poderosíssima, desde que saibam utilizá-los”. Por último, apelar aos “altos administradores do ensino público em todos os estados brasileiros” para que tornassem realidade os museus escolares.

O propósito do livro, segundo sua autora, foi o de contribuir para preencher uma lacuna existente na educação da época – a falta de museus nas escolas –, considerando ser esta uma das causas da deficiência do ensino de cunho intuitivo, predominante nas “milhares” de escolas, principalmente nas matérias de Ciências Aplicadas, Geografia, História, Cálculo e Linguagem, o que, para ela, implicava o mau aproveitamento do tempo, do esforço do professor e do dinheiro aplicado na instrução pública.

Ao justificar a orientação pedagógica do curso, a partir das considerações sobre a falta de museus escolares, assinalou:

Foi com o pensamento nessa grande lacuna pedagógica do nosso sistema escolar que resolvemos agir, sem desfalecimento, no sentido de ensinar nossas discípulas a ter iniciativas para investigar, criar ou manipular materiais, com que possam dar suas aulas com o máximo de eficiência. (Busch, 1937, p. 21)

Continuando sua narrativa, argumentou sobre o objetivo do curso da seguinte forma:

Quisemos dar a todas o hábito de jamais dar uma aula sem dispor de objetos ou elementos ilustrativos que facilitem a motivação do aprendizado. Firmamos bem o princípio de que sem motivação, em consciência, não há ensino, e que sem a causa a ensinar ou sua representação, é quase nula a ação docente para despertar, dirigir e manter a atividade dos aprendizes. (Busch, 1937, p. 21)

Defensora do método intuitivo como melhor forma de ensinar e da existência de museus escolares como uma das principais estratégias para sua efetivação, em seu curso e livro a professora Leontina buscou justificar e defender suas convicções apoiando-se nas determinações oficiais do governo. Para tanto, apresentou uma pesquisa realizada sobre a legislação escolar do Distrito Federal e em oito estados brasileiros, demonstrando a preocupação dos “reorganizadores do ensino primário” no sentido de “prover as escolas desse precioso órgão facilitador do ensino intuitivo que é o museu escolar” (Busch, 1937, p. 11).

Reproduzindo dispositivos de regulamentos de ensino que instituíam ou recomendavam a criação de museus escolares nos estabelecimentos de ensino, principalmente os da instrução primária, nas décadas de 1920 e 1930, como melhor forma de atender às novas concepções em educação, Leontina remeteu-se às reformas educacionais desenvolvidas no Distrito Federal por Fernando Azevedo (1927-1930) e por Anísio Teixeira (1931-1935);⁷⁵ em Minas Gerais, por Francisco Campos (1927-1930); ao Código de Educação do estado de São Paulo (Decreto nº 5.584/1934); aos Regulamentos da Instrução Pública dos estados do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.383/1929) e de Sergipe (Decreto nº 867/1924); ao Regulamento do Ensino Primário e Normal da Bahia (Decreto nº 4.218/1925); ao Regulamento Geral do Ensino do estado do Piauí (Decreto nº 1.438/33); ao Regulamento para o Ensino Primário do Maranhão (Decreto nº 252/1932).

⁷⁵ Refere-se ao Decreto nº 4.387, de 8 setembro de 1933, que consolidou a organização técnica e administrativa do aparelho de direção do Sistema Escolar do Distrito Federal, transscrito em *Educação pública, sua organização e administração* e editado em 1935 pelo diretor-geral do Distrito Federal, professor Anísio Teixeira.

Ao final dessa apresentação, a professora registrou suas conclusões sobre a realidade dos museus escolares nos estabelecimentos de ensino:

[...] podemos com grande satisfação afirmar que nossas leis e regulamentos de ensino dispõem sobre a organização de museus escolares. Mas não bastam os preceitos regulamentares. É mister dar corpo à lei, traduzindo em realidades proveitosas aquilo que ela dispõe. Que surjam logo os primeiros museus escolares, incentivados pelo governo, pelo professorado e pelos amigos da escola! (Busch, 1937, p. 19)

Ao advertir quanto à não execução da legislação no que se referia à criação de museus escolares, a professora Leontina ressentia-se de sua não implementação e afirmava a necessidade de “dar corpo à lei”, buscando para isso mobilizar diferentes agentes: o governo, os professores e os “amigos da escola”.

O museu foi também uma das temáticas tratadas no livro *A Educação e seu aparelhamento moderno*, de Francisco Venâncio Filho,⁷⁶ escrito em parte em 1938 e publicado em 1941. Dedicado a Paulo Carneiro,⁷⁷ o livro presta homenagens a Afrânio Peixoto, Edgard Roquette-Pinto e Alberto Rangel. Foi organizado em sete capítulos, intitulados: “Brinquedos”; “Cinema”; “Rádio”; “Fonógrafo”; “Viagens e excursões”; “Os museus”; “Os livros”.

Como um guia de informações, essa publicação buscou divulgar o que denominou de aparelhamento escolar, ou seja, as novas tecnologias dis-

⁷⁶ Francisco Venâncio Filho (1894-1946), diplomado pela Escola Politécnica, foi professor e diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal; livre-docente do Colégio Pedro II; professor do Colégio Bennett. Participou do movimento educacional dos anos 1920 como adepto das ideias da Escola Nova, sendo um dos fundadores e presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE) e signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932). Como educador preocupado em ampliar a esfera de ação da escola e em aumentar a eficiência do ensino, incentivou o uso de novas tecnologias na educação, principalmente o rádio e o cinema, assunto sobre o qual escreveu e publicou livros e artigos, além de dedicar especial atenção aos museus e sua importância para a educação popular (cf. Sucupira, 2002, p. 399-407).

⁷⁷ O autor, possivelmente, faz referência a Paulo Estevão Berredo Carneiro (1901-1982), químico, professor, embaixador e escritor brasileiro.

poníveis para uso na educação, resultando na ampliação do potencial de comunicação e, assim, de informação.

Nesse livro, o autor reconhecia ser a educação um processo permanente de formação do indivíduo e que estaria assim dividida: a orgânica;⁷⁸ a formal, que se faz na escola; e a informal, que está por toda parte e a todo momento, considerando ser, muitas das vezes, a que preponderava na formação do indivíduo, “plasmindo-lhe a personalidade”.

Venâncio Filho ressaltou também a importância do uso dessas inovações em países de larga escala territorial, como o Brasil, pois permitiam pôr a serviço da educação instrumentos de longo alcance, possibilitando uma ampliação da comunicação e da obra educacional, em paralelo com a que se encontrava em andamento, realizada pela escola.

Além dessas tecnologias, destacou outros meios e atividades úteis à educação, como os brinquedos infantis, através dos quais se inicia a atividade da criança; as excursões e passeios, apontando as dificuldades encontradas comumente para sua realização; os museus, já em sua época com uma diversidade de especialidades; e, principalmente, aquele que adjetivou como “o grande educador, o grande fator da educação”, referindo-se ao livro.

Organizou sua obra dedicando um capítulo para cada um desses “fatores de educação”, fazendo um histórico de sua criação e utilização; relacionou os exemplares existentes de cada um e apresentou as possibilidades para sua aquisição, além de ponderações sobre as formas possíveis de uso e os cuidados que deveriam ser tomados, considerando as vantagens e desvantagens de seu emprego; citou também, ao final de cada capítulo, a bibliografia existente sobre o assunto.

Na parte destinada aos museus, o autor enalteceu a modernização pela qual eles vinham passando, tornando-se cada vez mais “casas de educação” ao alcance de todos e “a qualquer momento”. Nesse particular, ressaltou as novas técnicas de exposição e mostruários dos museus, em que os cuidados com a arrumação das coleções, o uso de cores e a forma dos letreiros, entre outros elementos, passavam a permitir uma maior comunicação entre o museu e o público visitante.

⁷⁸ Segundo Venâncio Filho (1941, p. 13), essa denominação dada por Afrânia Peixoto diz respeito à educação na qual o organismo adquire certos modos definitivos de comportamento.

Passando pela Europa, Estados Unidos e América Latina, comentou sobre os diversos museus, jardins botânicos, zoológicos e planetários existentes, seus tipos e especialidades, destacando como elemento de comparação os que se encontravam no Brasil, particularmente o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paulista e o Museu Goeldi, em Belém do Pará, que, segundo ele, se encontravam bem equipados e organizados, em nada devendo aos grandes museus no exterior, ao que parece, buscando estimular o leitor à sua visitação.

No entanto, foi o “museu técnico” o que ganhou de Venâncio Filho uma atenção especial, que o considerou como o mais novo tipo surgido como representação das maiores escolas técnicas do século XX. Esse tipo de museu, segundo o autor, resumia em pequenos espaços, em plena função, todos os mecanismos e técnicas de seu tempo, reunindo instrumentos científicos e ferramentas de diferentes ofícios e representações do mundo contemporâneo, industrial e tecnológico.

Como exemplo desse tipo de museu, citou e descreveu o Conservatoire des Arts et Métiers, criado em Paris em 1794, durante a Revolução Francesa; o Museu de Ciências de South Kensington, com sua origem na Exposição Universal de Londres, em 1851; o Museu de Ciências e Tecnologia de Munique, conhecido como Deutsches Museum, iniciado em 1903 e inaugurado em 1922, considerado por ele o maior de todos os museus desse tipo; e o Rockefeller Center, em Nova York.

Em todos eles, Venâncio Filho chamava a atenção para a dinâmica e a interatividade que cada uma das peças expostas procurava estabelecer com o público, através de mecanismos e técnicas modernas, que, colocados em movimento, permitiam aos visitantes identificar seus elementos de composição, ver e entender seu funcionamento, instruir-se sobre as funções, não apenas pela observação das máquinas e outras tecnologias em exposição, mas também através de informações claras, muitas vezes apresentadas em forma de cursos e conferências populares oferecidos aos interessados.

Destacou também a intensa e permanente relação educativa desses museus com as escolas. Eles estavam sempre repletos de crianças e estudantes de diversos níveis de ensino, que aprendiam se divertindo, podendo tocar as peças, conhecendo e aprendendo através das coleções expostas e das informações disponibilizadas, muitas vezes complementadas com projeções fixas e animadas.

Na intenção de explicar o crescimento do número de museus pedagógicos e de casas comerciais especializadas na produção e na oferta de material escolar e didático, apropriado e moderno aos novos métodos de ensino, Venâncio Filho relacionou esse fato ao movimento ocorrido na educação em nível mundial nas primeiras décadas do século XX. Procurou mostrar como as demandas por esse tipo de material fez crescer todo um novo ramo do mercado, sendo que algumas casas comerciais, especializadas em sua produção, como as da Alemanha, apresentavam-se como verdadeiros museus, expondo aos clientes uma diversidade material capaz de “aparelhar uma escola desde o giz até os maiores animais empalhados”.⁷⁹

Valorizando os museus pedagógicos que se encontravam espalhados em muitas cidades pelo mundo, Venâncio Filho afirmou que eles consistiam na fonte em que o professor encontraria as informações mais completas e precisas, permitindo-lhe escolher tudo o que precisasse, de acordo com suas necessidades. Como exemplo, citou os museus existentes nas cidades de Dresden, Berlim e Montevidéu e recordou o Museu Pedagógico Central criado com a Reforma do Ensino Federal, de 1928, na cidade do Rio de Janeiro, organizado pelo professor Everardo Backeuser, não mais em funcionamento no momento da escrita do seu livro.

Por fim, considerando que os museus poderiam vir a ser no Brasil grandes escolas de educação popular, concluiu o capítulo com uma descrição pormenorizada dos principais museus brasileiros.⁸⁰ Além deles, citou outros, criados no início do século XX, como a Casa de Rui Barbosa e o Museu do Instituto Histórico, na cidade do Rio de Janeiro; o Museu de Ouro Preto (MG); o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; o Júlio de Castilho, de Porto Alegre (RS), e o Museu Paranaense.

No capítulo sobre o livro, descrito como “a grande urna do pensamento humano”, Venâncio Filho reconheceu o valor das bibliotecas, para as quais defendeu a existência de pessoal especializado e informado que pudesse orientar e esclarecer o público nas consultas.

⁷⁹ Como exemplo desses grandes estabelecimentos comerciais citou o Schröpp, de Berlim, e as Froebel-Pestalozzi e Köhler, de Leipzig, na Alemanha.

⁸⁰ A saber: Museu Nacional do Rio de Janeiro; Museu Goeldi, do Pará; Museu Histórico Nacional; Museu Paulista.

O autor salientou como o maior problema na ordem do dia, nos meios pedagógicos de todo o mundo, a escolha de leitura apropriada, em face da diversidade e da grande oferta de livros existente no mercado, desde a crescente produção dirigida para o público infantil – na qual, segundo ele, já se investigava o vocabulário próprio das crianças – até a literatura produzida para adultos.

Para auxiliar o leitor na escolha de boas leituras para as crianças, sugeriu a consulta à relação de livros de literatura infantil produzida pelo Bureau Internacional de Educação, em 26 línguas, a partir de pesquisas realizadas com crianças, assim como o folheto “Biblioteca para crianças e adolescentes”, elaborado sob a direção de d. Armando Álvaro Alberto, da Associação Brasileira de Educação (ABE), que contabilizava 742 obras.⁸¹

Além da literatura infantil, apresentou relação de livros escolares para alunos e para professores, lembrando a existência de um folheto feito por d. Alexina Magalhães Pinto, em 1912. Apresentou também relação dos livros mais indicados para adultos feita por autores franceses e elenco dos títulos existentes na Biblioteca Positivista, também denominado “Sistema de leituras aconselhadas por Augusto Comte”,⁸² organizado em quatro seções sobre poesia, ciência, história e assuntos relativos à religião, filosofia, política e moral.⁸³

Por fim, apresentou o que denominou de “Esboço de tentativa de anteprojeto de uma biblioteca mínima de cultura”, listando cem autores brasileiros e suas respectivas obras, entre prosadores, poetas, romancistas, críticos, historiadores, escritores de contos, de ensaios, de biografias e representantes da cultura brasileira, além de uma relação de cem autores estrangeiros e suas obras, organizada por suas nacionalidades e especialidades.

⁸¹ O folheto foi dividido em quatro partes: leituras para crianças até 11 anos; leitura para crianças de 12 a 14 anos; leitura para adolescentes de 15 a 18 anos; cultura brasileira, para mentalidades mais amadurecidas (cf. Venâncio Filho, 1941, p. 150).

⁸² Demonstrando sua simpatia com essa biblioteca e seu acervo, Venâncio Filho apresentou, ao final do capítulo, o seu índice bibliográfico, publicado pelo Apostolado Positivista do Rio de Janeiro.

⁸³ A preocupação com a “boa leitura” vem sendo naturalizada em vários momentos da história da educação. A respeito das prescrições de leitura na Corte, ver Teixeira (2008); Gondra, Vieira e Morais (2006).

Presente em conferências, periódicos e livros especializados no campo educacional, a relação entre museu e pedagogia também repercutia dentro do Museu Nacional, como se pode observar na produção de Bertha Lutz.

A função dos museus por Bertha Lutz (1932)

Além das viagens realizadas no início da década de 1920, Bertha Lutz viajou mais uma vez aos Estados Unidos nos meses de abril a julho de 1925, comissionada pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida.⁸⁴ Nessa viagem tinha inúmeras missões: tomar parte no Congresso Interamericano de Mulheres;⁸⁵ realizar atividades referentes ao estudo de árvores “fruteiras” de regiões tropicais e subtropicais, principalmente aquelas cultivadas no Brasil, além dos referentes à genética e à seleção de vegetais; realizar intercâmbio e permuta de espécimes da flora e materiais etnográficos; colher ideias novas sobre organização de hortos botânicos; e obter informações sobre os métodos de divulgação do ensino da agricultura e da economia doméstica naquele país (Miranda, 2008, p. 16).

Aproveitando a viagem, procurou dar continuidade às suas pesquisas sobre educação em museus investigando os métodos inovadores de preparo de material para mostruários e de organização destes, bem como sobre os métodos de divulgação do ensino de história natural pelos museus norte-americanos, principalmente entre a população escolar, com destaque para a feitura de dioramas.

Paralelamente a tais estudos, Bertha procurou conhecer melhor a organização de museus especializados dirigidos para o público infantil, realizando visitas aos museus desse tipo existentes no Brooklyn e em Boston. Considerando sua importância para o desenvolvimento da observação e do estímulo ao conhecimento da criança, a pesquisadora manifestou o desejo de que museus semelhantes fossem introduzidos no Brasil, onde, devido

⁸⁴ Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1879-1935), engenheiro e político na Primeira República, ocupou os cargos de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas (1906-1909) e de ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926).

⁸⁵ Nesse congresso Bertha Lutz obteve para o Brasil a presidência do movimento interamericano feminino (cf. Lutz, 1926).

à “porcentagem de analfabetos, seriam mais instrutivos do que as bibliotecas populares para crianças” (Lutz, 1926).

Em 1929, Bertha Lutz foi à Europa em missão oficial a fim de conhecer o ensino doméstico e os museus, especialmente os da Alemanha, França e Bélgica, reunindo conhecimentos que, acrescidos aos que foram realizados em viagem aos Estados Unidos em 1932, contribuíram para sua formação como especialista em museus.

As quatro viagens de Bertha Lutz aos Estados Unidos no período de onze anos suscitam questões como: por que os museus norte-americanos atraíam a sua atenção e a do governo brasileiro, que, por duas vezes, a enviou para estudos nesse país? O que fez com que instituições norte-americanas levassem Bertha Lutz de volta aos Estados Unidos em 1932? Qual foi a função desempenhada pela cientista nas relações estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos no período entreguerras?

Essas questões permitem conhecer algumas das concepções sobre museus que vinham sendo desenvolvidas nos Estados Unidos no início do século XX. Para isso cabe uma aproximação com a literatura produzida pelos especialistas em museus citados por Bertha Lutz no relatório da viagem de 1932.⁸⁶

Foi nesse relatório, intitulado “A função educativa dos museus norte-americanos”, organizado após a visita a 58 museus norte-americanos, em vinte cidades, entre elas Nova York, Saint Louis e Chicago, durante dois meses e meio, que Bertha Lutz escreveu sobre os museus de forma mais completa. Nesse documento procurou apresentar as características dos museus modernos visitados e suas práticas educativas, destacando as possibilidades e potencialidades dessas instituições para a educação popular.

⁸⁶ Nesse sentido foram realizadas consultas ao acervo documental da Biblioteca do Museu de História Natural da cidade de Nova York, onde foram encontradas diversas publicações produzidas por especialistas em museus nas quatro primeiras décadas do século XX. Alguns desses autores encontram-se citados e comentados por Bertha Lutz em seu relatório sobre a viagem de 1932.

Essa viagem foi possível graças a um prêmio oferecido a Bertha pela Carnegie Corporation e Endowment for International Peace,⁸⁷ por intermédio da União Pan-Americana⁸⁸ e da Associação Americana de Museus,⁸⁹ em reconhecimento ao seu empenho nos estudos sobre museus, e teve por objetivo estudar os departamentos e serviços educativos mantidos pelos citados museus.

De volta ao Brasil, apresentou em 1933 seu relatório de viagem ao diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto, após o documento ter sido submetido às autoridades norte-americanas que financiaram a viagem e indicaram a sua divulgação na América Latina e no Brasil. Apesar das tentativas de Bertha Lutz perante autoridades e editores brasileiros em publicar esse relatório nos anos de 1930 e 1940, isso não aconteceu.⁹⁰

Enriquecido com fotografias, panfletos e folhetos reunidos por Bertha Lutz durante a viagem, o relatório foi organizado com uma introdução,

⁸⁷ The Carnegie Endowment for International Peace é uma central de política exterior baseada em Washington, fundada em 1910 por Andrew Carnegie, dedicada à cooperação entre nações e à promoção de atividades internacionais em aliança com os Estados Unidos. Atualmente possui representação em diversos países.

⁸⁸ Antigo nome do corpo permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Pan-Americana surgiu de uma organização estabelecida em 1890 com o objetivo de congregar as nações americanas.

⁸⁹ Fundada em 1906, a organização congregava funcionários, voluntários e instituições, entre elas, museus de arte, história, ciência, museus militares e marítimos, museus para jovens, bem como aquários, zoológicos, jardins botânicos, locais históricos e centros de ciência e tecnologia (cf. Lutz, 1933, p. 190). A American Association of Museums mantém atualmente os mesmos objetivos.

⁹⁰ De acordo com Miranda *et al.* (2008, p. 16), Bertha Lutz buscou junto a autoridades e editoras publicar o texto nas décadas de 1930 e 1940, sem sucesso. Somente em 2008 o relatório foi publicado, sob o título “A função educativa dos museus”, graças à iniciativa de funcionários do Arquivo Nacional, onde se encontra o fundo “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, seção Bertha Lutz, com sua correspondência ativa e passiva, e de professores e técnicos do setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear/UFRJ), onde, a partir de 2004, foi organizado o arquivo de Bertha Lutz. Essa publicação, além de evidenciar historicamente as preocupações dos museus nacionais e estrangeiros e a atuação de Bertha Lutz na promoção da ciência nas décadas de 1920 e 1930, apresenta questões e reflexões que ainda são desafios para a museografia e o campo da museologia referentes à arquitetura de museus, iluminação, interação com o público, disposição de vitrines, montagem de exposições e dosagem de coleções expostas, por exemplo.

seguida de cinco capítulos nos quais: apresenta considerações sobre a evolução dos museus e o museu em si; enfatiza a metodologia educativa do museu, com especial atenção para a educação visual; trata dos educandos, dos educadores e da mulher no museu, enfatizando que as instituições do tipo devem manter relações com as escolas; classifica as ações educativas. Além das considerações finais, inclui uma bibliografia composta por livros e periódicos escritos por especialistas em museus, dentre eles 53 autores norte-americanos, num total de 163 obras, sendo em sua maioria publicações relacionadas à educação em museus.

No capítulo intitulado “Educandos e educadores”, Bertha Lutz destaca a atenção e o carinho dos museus norte-americanos com pessoas de todas as faixas etárias, mas especialmente com os “tolhidos por defeitos físicos”, como os cegos, os surdos-mudos e os paralíticos. Dizendo-se emocionada ao presenciar uma visita de crianças cegas a um dos museus visitados, declara que “não pode haver missão mais nobre e generosa do que proporcionar conhecimentos do mundo exterior a um grupo de crianças cegas ou alegrar os surdos pela contemplação das grandes obras de arte do mundo” (Lutz, 2008, p. 67).



FIGURA 48 – Meninos em visita ao Educational Museum of Saint Louis Public Schools, manipulando objetos em exposição, de forma interativa. Fonte – Lutz, 2008, p. 179.

Ratificando suas considerações sobre a organização e o funcionamento de parte dos museus escolares visitados no Brasil no ano de 1920, em um dos itens do relatório de 1932, Bertha Lutz, em sintonia com especialistas em museus nos Estados Unidos, condenou o museu escolar. Para tanto, argumentou que a organização das exposições, quando não realizadas de forma científica, por especialistas e técnicos competentes, conduzia a resultados insatisfatórios, sendo, muitas vezes, entregue ao abandono o material que os estabelecimentos escolares recebiam, como é possível ler em trecho de seu relatório:

Condenados os museus escolares

É um fato incontestável e muito interessante que o museu escolar se acha em fase de evolução regressiva. Dizem as autoridades no assunto que a organização de museus por instrutores não especializados não conduz a resultados satisfatórios e que a doação de material dos estabelecimentos de ensino é condenável, porque, no maior número de casos, o material permanece em abandono. [...] se o museu escolar não for dirigido por técnico muito capaz, degenera em coleção de curiosidades composta de espécimes sem nexo. [...] Filio-me à escola que proscreve inteiramente os museus escolares. (Lutz, 2008, p. 98)

Como se pode observar, a posição assumida demonstra uma filiação conceitual que se ancora em uma compreensão hierarquizada das instituições. Tal procedimento parece reforçar o papel dos especialistas do Museu Nacional.

De volta ao Brasil e apresentadas essas considerações, quais foram as suas repercuções, na medida em que o atendimento aos museus escolares eram, na década de 1930, uma das principais estratégias do Museu Nacional e da Instrução Pública para a divulgação da ciência no Brasil? A condenação ao museu escolar pode ter imobilizado a publicação do relatório de viagem em 1933?

É possível suspeitar que a condenação do museu escolar pela especialista Bertha Lutz, apoiada em estudos de especialistas norte-americanos

em museus, foi de encontro à criação de museus escolares no país, como defendia o Museu Nacional, e, nesse sentido, para os defensores dessa estratégia, a publicação do relatório seria inconveniente, ainda que, no limite, a filiação da brasileira estivesse a serviço de uma maior legitimação do Museu Nacional, de seus agentes e saberes.

O museu em atendimento às escolas

Apesar da posição abalizada de Bertha Lutz, contrária ao museu escolar, o Museu Nacional continuou a produzir e distribuir coleções didáticas e quadros murais para os estabelecimentos de ensino de todo o país, estimulando a criação e a organização de museus escolares e de gabinetes de história natural, como pode ser visto nas defesas e orientações de professores e cientistas do Museu Nacional em artigos publicados na *Revista Nacional de Educação* nos anos de 1932 a 1934; na *Revista do Museu Nacional*, entre 1944 e 1945, assim como na correspondência entre os estabelecimentos de ensino e o Museu Nacional nas décadas de 1930 e 1940.

Em artigo de 1932 intitulado “Toda escola deve possuir uma coleção de botânica”, por exemplo, o professor e cientista Carlos Vianna Freire, convidado por Roquette-Pinto para participar da revista, estimulava as professoras primárias a criarem com seus alunos e alunas coleções escolares compostas com espécimes de vegetais, em forma de álbum. Empregando uma linguagem científica e de fácil compreensão, o autor procura descrever as diferentes etapas para a composição das coleções de botânica, ilustrando seu artigo com desenhos explicativos.

Propondo um método de ensino e aprendizagem em que os alunos fossem os criadores das coleções, participando de todas as etapas de confecção do álbum, sob orientação das professoras, o autor defendia que por meio da observação e da experimentação com os objetos de coleção, no caso os vegetais, seria possível desenvolver o interesse pelos estudos da botânica e das ciências naturais em geral, estimulando nos alunos o amor pela natureza e o conhecimento sobre as riquezas do Brasil.

Para despertar no jovem estudante o gosto e a observação pelas plantas é necessário contato direto.

Mas como se fará esse contato direto?

É tão fácil dizer como executar; citaremos um exemplo [...].

A criança que for educada aprendendo a amar assim as coisas da natureza, ao chegar à adolescência não depredará as árvores da via pública, não apedrejará os passarinhos como infelizmente fazem os ignorantes [...].

Daremos aqui apenas as principais noções e orientações sobre os diversos modos de colher, preparar e colar as plantas no álbum. (Freire, 1932, p. 23, 25)

Em editorial da *Revista do Museu Nacional* de meados da década de 1940, sob responsabilidade da Seção de Extensão Cultural,⁹¹ na contracapa dos cinco exemplares encontramos o estímulo aos museus escolares como uma das funções desse setor:

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional tem como principais finalidades divulgar conhecimentos de ciências naturais e antropológicas e assistir os professores no ensino dessas ciências.

Para isso proporcionará assistência aos visitantes; promoverá palestras de divulgação científica e sessões de projeção educativa; [...] organizará anualmente cursos para professores primários e secundários; orientará os professores na organização dos museus escolares; dará instruções para coleta de material científico; realizará pesquisas sobre problemas de ensino das ciências naturais; [...] enfim, utilizará todos os meios ao seu alcance para a consecução dos seus objetivos. (Revista do Museu Nacional, 1944)

⁹¹ A Seção de Extensão Cultural, anteriormente denominada Seção de Assistência ao Ensino da História Natural (SAE), foi criada pelo diretor Roquette-Pinto em 1927 com a finalidade de coordenar e promover as atividades educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional. Hoje é denominada Seção de Assistência ao Ensino, com semelhante função.

Além dessas publicações, a correspondência entre estabelecimentos de ensino e o Museu Nacional entre as décadas de 1920 e 1940⁹² demonstra que o Museu Nacional, apesar das considerações de Bertha Lutz contrárias aos museus escolares, não abandonou a estratégia de produção e distribuição de coleções didáticas e quadros murais de história natural para estabelecimentos de ensino.

Através de cartas endereçadas ao Museu Nacional, manuscritas e assinadas por professores e professoras, em geral ocupantes de cargos de direção dos estabelecimentos de ensino, era solicitado o envio de material para o ensino das ciências naturais. Nesse mesmo documento, ao final da folha ou em seu verso, a resposta positiva do Museu Nacional discriminava o tipo de material que estava sendo enviado, entregue, muitas vezes, em mãos, a funcionários das escolas solicitantes.

Cabe destacar que os estabelecimentos de ensino solicitantes de materiais didáticos nesse conjunto de correspondências pertenciam, em sua maioria, ao setor público: dez ginásios municipais, cinco Escolas Normais e cinco grupos escolares, com uma expressiva demanda da rede privada de ensino (quinze), incluindo escolas religiosas e laicas.⁹³

Entre os materiais didáticos solicitados nessas cartas predominaram os quadros murais. Além deles, os estabelecimentos escolares pediam que o Museu Nacional lhes enviasse, gratuitamente, coleções didáticas, atlas fitogeográficos, livros e revistas científicas, bem como instruções sobre procedimentos para a organização de museus escolares.

Como é possível verificar, na maioria das cartas analisadas, a demanda por esses recursos encontrava justificativa na intenção dos estabelecimentos de ensino em obter materiais para a organização de museus escolares e gabinetes de história natural, muitos deles em fase de organização no

⁹² Nos inúmeros documentos guardados em dois arquivos no Setor de Memória e Arquivo (Semear/MN/UFRJ), ainda não organizados/catalogados, foram localizados cartas, ofícios, comunicados, etc., enviados pelos estabelecimentos escolares para o Museu Nacional. Em apenas um desses arquivos encontrei 35 cartas originárias de diferentes colégios e ginásios, em sua maioria do estado de Minas Gerais e do antigo Distrito Federal, onde já existiam ou estavam sendo organizados museus escolares ou gabinetes de história natural, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 (ver o apêndice C).

⁹³ Consultar o apêndice C deste livro.

ínicio da década de 1940, de modo a permitir a aplicação de um método prático e concreto para o ensino em seus cursos, particularmente o de ciências naturais, muito aos moldes do método intuitivo das “lições de coisas”.

A observação e a análise das informações existentes nessas cartas permitem saber quais foram os destinatários das coleções didáticas e quadros murais enviados pelo Museu Nacional. Com isso pode-se perceber sinais de sua circulação no Brasil, além de identificar os estabelecimentos escolares que, no início do século XX, se interessaram em travar contato com os conhecimentos, métodos e práticas pedagógicas baseados nos recursos elaborados pelo Museu Nacional, voltados para o ensino da história natural.

Em uma dessas cartas, datada de 17 de janeiro de 1936, o professor F. Affonso de Carvalho, diretor do Colégio Rocha Pombo, localizado no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, escreveu ao diretor do Museu Nacional:

Respeitosos cumprimentos.

Necessitando o Colégio Rocha Pombo, com sede à rua Aristides Caire 247, e sucursal à rua Imperatriz 133, Realengo, sob nova inspeção e sendo estabelecimento exclusivamente primário, com 10% de suas matrículas gratuitas, de material para o ensino de Zoologia, Botânica, Geografia, etc., pedimos a V. Excia, caso o Museu, que tão sabiamente dirige, o tenha para fornecer, nos ceda o referido material.

Reiterando os protestos de alta estima e consideração, antecipamos os nossos agradecimentos.

Em resposta, no verso da folha, com carimbo da Biblioteca do Museu Nacional, assinado pelo funcionário J. Rocha, do Setor de Expedição de Material, com data de 25 de janeiro de 1936, consta que foram entregues, em mãos, os seguintes quadros murais: “Antropologia, n. 1 e 2; Botânica, n. 2; Zoologia, n. 3 e 4, *Mappa Phytogeographico do Brasil*”.⁹⁴

⁹⁴ Essa correspondência encontrava-se arquivada no Setor de Memória e Arquivo (Semear/MN/UFRJ).

Durante as décadas de 1920 e 1930, o Museu Nacional buscou atender às demandas das escolas com o envio dos materiais solicitados. No entanto, no ano de 1942, na gestão da diretora Heloísa Alberto Torres,⁹⁵ os estabelecimentos de ensino foram notificados, em resposta às suas cartas, que o Museu Nacional não poderia atender às suas solicitações, pois os quadros murais se encontravam esgotados, não mais sendo confeccionados. Com relação às coleções didáticas, o Museu Nacional informava que não seriam mais enviados exemplares de animais, mas que mantinha o compromisso de estudar e classificar os que lhe fossem enviados pelas escolas.

O cruzamento de informações, obtido por meio dos documentos analisados, leva-nos a supor que os museus escolares, apesar de estarem na ordem do dia dos discursos e das propostas de intelectuais, educadores e grupos dirigentes, nas décadas de 1920 e de 1930, ainda não estavam organizados e em funcionamento em parte expressiva das redes escolares brasileiras.

A ciência em proveito da vida (1920-1930)

No início do século XX, na opinião de Eric Hobsbawm, em seu livro *A era dos extremos*, as duas únicas artes de vanguarda foram o jazz e o cinema, ambas oriundas mais do Novo que do Velho Mundo. Para ele, essas marcas da modernidade na vida cultural do mundo ocidental foram afirmadas a partir da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1919).

Em 1910, o Rio de Janeiro, com quase um milhão de habitantes, era uma cidade de muitas novidades. Após as reformas urbanas ocorridas nos primeiros anos do século XX terem posto fim à febre amarela, o turismo cresceu.

⁹⁵ Heloísa Alberto Torres (1895-1977) nasceu no Rio de Janeiro. Era filha de Alberto Torres, jornalista, bacharel em Direito e político. Com estudos em Antropologia na Inglaterra, Heloísa ingressou no Museu Nacional atuando nos primeiros anos como estagiária na seção de Antropologia junto a Roquette-Pinto. Em 1925 foi aprovada em concurso para professor substituto da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Em 1931 foi nomeada para o cargo de professor-chefé dessa seção, ministrando a partir de então cursos de extensão universitária no museu. Em 1932, representou o Museu Nacional no Congresso Internacional de Americanistas na Universidade de La Plata. Assumiu o cargo de vice-diretora da instituição na eleição de 1935, sendo reeleita para esse cargo em 1936 e 1937. Foi nomeada diretora do Museu Nacional por Getúlio Vargas em 1938, exercendo sua gestão até o ano de 1955.

Na cidade proliferaram teatros e cinematógrafos, estes últimos se tornando o grande entretenimento da época para a elite carioca e seus visitantes.⁹⁶

No Brasil da década de 1920, o cinema comercial entrou em fase de expansão, apesar da forma artesanal e incipiente de sua produção em razão da falta de recursos técnicos e de maiores investimentos. Pioneiros do cinema nacional como José Medina e Gilberto Rossi, em São Paulo; Ademar Gonzaga e Pedro Lima, no Rio de Janeiro; Humberto Mauro, em Minas Gerais; Edson Chagas e Gentil Roiz, em Pernambuco; e Eduardo Abelman e Eugênio Kerrigan, no Rio Grande do Sul, enfrentaram corajosamente a concorrência do cinema norte-americano que predominava nas salas de projeção do país (Nosso Século, 1981).

As origens do cinema educativo no Brasil estão diretamente ligadas às ideias pedagógicas em circulação no mundo ocidental no início do século XX, defendidas por cientistas e educadores que acreditavam ser a imagem e o cinema, assim como o rádio, os mais eficientes meios para promover a popularização da educação. Entre esses intelectuais, destacam-se Roquette-Pinto,⁹⁷ Fernando de Azevedo, Humberto Mauro, Francisco Venâncio Filho, Lourenço Filho, Venerando Graça e Sérgio Barreto Filho.

Esses educadores impulsionaram debates sobre o cinema educativo, realizando experiências e escrevendo artigos para revistas pedagógicas, como *A Escola Primária*, *Educação*, *Escola Nova*, *Revista Nacional de Educação*, *Boletim da Educação*, e para revistas cinematográficas, como a *Cinearte*. Através desses impressos, analisavam as características e o potencial do novo instrumento de difusão de informações que poderia se transformar em importante auxiliar do ensino, defendendo a utilização do cinema e de suas potencialidades na sala de aula.⁹⁸ No ano de 1930, Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho escreveram o livro *Cinema e educação* e, em 1931, Joaquim Canuto Mendes de Almeida publicou *Cinema contra cinema*.

⁹⁶ Sobre a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, ver Neves (2003).

⁹⁷ Sobre a musealização da educação promovida por Roquette-Pinto no Museu Nacional, ver Rangel (2007).

⁹⁸ Sobre as origens do cinema educativo e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince), sugiro a leitura do trabalho de Galvão (2004).

Instrumentalizar a educação através de novas tecnologias e recursos visuais e sonoros foi um dos desafios postos a alguns educadores no Brasil que, para além das dificuldades materiais e econômicas encontradas para sua efetivação, depararam com grande resistência, principalmente do meio letrado, que via o uso popular das imagens e do cinema com *pré-conceito*.

Apesar de considerarem seu grande potencial técnico de documentação e reprodução, além das possibilidades pedagógicas, as elites letradas tinham para com o cinema “desprezo e desconfiança, como divertimento julgado popularesco, duvidoso e, do ponto de vista moral, perigoso por sua permissividade” (Schvarzman, 2007, p. 3). Julgavam o uso das imagens pelo cinema desnecessárias, irrelevantes e perigosas, sob o ponto de vista moral, pela capacidade de influenciar negativamente os espectadores, podendo levá-los a práticas nocivas à sociedade.

Assim, foi preciso que existisse o controle e o domínio sobre a exibição de filmes, por meio de órgãos de censura, assim como de sua institucionalização, sob a tutela do Estado. Nesse sentido, durante o governo Vargas foram criados a primeira Comissão de Censura de Cinema,⁹⁹ em 1932, sendo Roquette-Pinto seu diretor, com sede no Museu Nacional, e, em 1936, o Instituto Nacional de Cinema (Ince), órgão do Ministério de Educação e Saúde, tendo como ministro Gustavo Capanema.

Oficialmente, o cinema educativo foi instituído em dois momentos significativos: em 1928, quando Fernando de Azevedo, como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, estabeleceu seu emprego em todas as escolas do Rio de Janeiro,¹⁰⁰ e em 1932, quando, através do Decreto nº 21.240, tornou-se obrigatória a exibição de filmes educativos nas salas de projeção de todo o país, como instrumento para a divulgação do conhecimento científico, conforme podemos ler no referido decreto: “Art. 12. A partir da data que

⁹⁹ A Comissão Nacional de Censura foi criada pelo Decreto nº 21.240/1932. Em seu artigo 3º, determinava que a comissão seria composta: a) de um representante do chefe de Polícia; b) de um representante do Juizado de Menores; c) do diretor do Museu Nacional; d) de um professor designado pelo Ministério de Educação e Saúde Pública; e) de uma educadora escolhida pelo mesmo ministério. Além desses poderiam tomar parte nos trabalhos da comissão: um delegado da Associação Brasileira Cinematográfica e o proprietário do filme ou seu representante. Sobre a Comissão de Censura Cinematográfica, ver Alvarenga (2013).

¹⁰⁰ Cf. Decreto nº 2.940/1929.

for fixada, por determinação do Ministério da Educação e Saúde Pública, será obrigatória em cada programa a inclusão de um filme considerado educativo pela Comissão de Censura”.

No ano de 1929, na cidade do Rio de Janeiro, na escola José de Alencar, foi realizada a Primeira Exposição de Cinematografia Brasileira,¹⁰¹ sob a responsabilidade de Jonathas Serrano e Venâncio Filho. Esse evento foi extremamente significativo para a futura criação do Ince e para que o público, particularmente os professores, conhecesse as mais inovadoras técnicas de projeção e de recursos visuais¹⁰² passíveis de serem utilizadas nas escolas para facilitar o processo ensino-aprendizado, como, por exemplo, episcópios, diascópios, aparelhos de projeção de 16 mm e de 35 mm.

O Ince foi o primeiro órgão estatal brasileiro de alcance nacional voltado para implantar e difundir o cinema educativo. Idealizado pelo antropólogo Roquette-Pinto, foi instituído por Getúlio Vargas como instrumento de educação e transmissão de ideologias, sob inspiração de instituições europeias similares. Entre 1936 e 1966, um terço da produção do Ince foi de filmes educativos, mas esse número diminuiu, significativamente, quando Roquette-Pinto deixou a direção do instituto em 1947 (Carvalhal, 2009).

Acreditando na potencialidade do uso das imagens no processo educativo, Roquette-Pinto organizou no Museu Nacional, em 1910, a primeira coleção de filmes científicos da Pathé, originários da Comissão Rondon. Tinha por objetivos disponibilizar informação científica ao público e popularizar a educação.

Segundo Rangel (2007), a produção antropológica de Roquette-Pinto procurou construir uma visão “positiva” da mestiçagem brasileira, refutando noções de inferioridade racial e étnica e apresentando como razões para o fracasso civilizatório do Brasil as precárias condições de vida às quais o homem do sertão estava submetido. Por essa razão, Roquette-Pinto buscou trazer ao público um conhecimento mais amplo sobre as populações

¹⁰¹ No *Boletim da Instrução Pública* de 1930, a exposição foi analisada de forma positiva, atraindo milhares de visitantes e tendo uma excelente cobertura da imprensa carioca (cf. Galvão, 2004, p. 34).

¹⁰² A exposição contou com amostras de técnicas existentes na França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Brasil (cf. Galvão, 2004, p. 35).

do interior do Brasil, suas vidas e suas culturas. “O desafio para ele era o de nacionalizar o país sob os princípios de uma nova ordenação científica e social baseada em educar para civilizar” (Rangel, 2007, p. 11).

De forma pioneira, em 1912, Roquette-Pinto filmou *Os nhambiquaras*, primeira película sobre temática indígena no Brasil, baseada em sua viagem pelo sertão brasileiro, à serra do Norte, em Mato Grosso, quando integrou a Comissão Rondon.¹⁰³ Dirigiu outros filmes e participou nos roteiros de *Descobrimento do Brasil* (1937) e *Argila* (1942), produzidos por Humberto Mauro. Compreendia o cinema como meio de documentação, reprodução e divulgação do conhecimento por parte daqueles que conheciam e dominavam suas técnicas.¹⁰⁴

Por empréstimo pelo Museu Nacional, em janeiro de 1916 foram enviadas quinze fitas destinadas à divulgação da história natural do Brasil, atendendo à solicitação do presidente da Câmara de Itajubá (MG), Jorge Braga. Em março de 1916, o Museu Nacional adquiriu no Rio de Janeiro uma máquina cinematográfica, com os respectivos utensílios indispensáveis ao seu funcionamento (Rangel, 2007, p. 48, 237).

No início de sua gestão como diretor do Museu Nacional, em outubro de 1927, Roquette-Pinto criou de forma pioneira no Brasil o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional (SAE), institucionalizando a prática educativa na instituição. Atribuiu a ele as seguintes funções e finalidades, conforme registrado no relatório anual: oferecer cursos e palestras, sessões e exibição de filmes para alunos e escolas; realizar a determinação e o tratamento do material didático educativo

¹⁰³ No período de escrita deste livro, o filme estava guardado na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, que foi atingida por um incêndio em julho de 2021. (cf. Schvarzman, 2007, p. 3).

¹⁰⁴ Os investimentos do Museu Nacional em imagens e novas tecnologias para divulgação das ciências naturais podem ser atestados em ofício remetido ao diretor-geral de Contabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em novembro de 1915, através do qual o diretor, Bruno Lobo, solicitou que fosse entregue diretamente no Museu Nacional uma caixa contendo fitas cinematográficas que se encontrava nos armazéns da alfândega do Rio de Janeiro, vinda de Nova York. Além disso, o Museu Nacional recebeu a visita de dois peritos oficiais para examinarem a sua cabine de projeções cinematográficas, enviados pelo chefe de Polícia, Aurelino Leal, em atendimento ao pedido do mesmo diretor (cf. Rangel, 2007, p. 278).

produzido anteriormente nas seções do Museu Nacional; fazer a preparação e a determinação das peças de museu, material colecionado pelos próprios alunos e professores.

A criação de seções ou departamentos especializados para atender ao público, principalmente o escolar, como afirmação da função educativa do museu foi uma das características de instituições museais nos Estados Unidos a partir da década de 1920, como observado por Bertha Lutz nas viagens realizadas àquele país, tendo como objetivo principal investigar os programas educativos dos seus museus.

Em seus relatórios, Bertha comentou sobre conversas e entrevistas realizadas com chefes de seções e departamentos educativos existentes nos museus visitados, observando que, em sua maioria, as ações educativas desenvolvidas por eles estavam cada vez mais voltadas para o empréstimo de material e para a colaboração com as escolas e que, por essas ações exigirem uma organização aperfeiçoada, afirmava-se uma nova tendência de criação de departamentos de serviço escolar e de museus anexos à Diretoria de InSTRUÇÃO PÚBLICA (Lutz, 2008).

No sentido de organizar o funcionamento do SAE, em 1927, foram estabelecidas suas regras através das *InSTRUÇÕES para o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*, com aprovação do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Germiniano Lyra Castro, regras essas incorporadas ao Regulamento de 1931.¹⁰⁵

A preocupação com a maior abertura do Museu Nacional para outros públicos, particularmente o escolar, não foi desprovida de um conjunto de medidas que buscavam dar garantias de segurança para o uso de suas dependências; controlar, através de conhecimento e autorização prévia, aqueles que pretendessem utilizar seus serviços; e punir os que não cumprissem

¹⁰⁵ O Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE/MN) passou a compor a 5^a seção e a 9^a divisão técnica do Museu Nacional, de acordo com o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931. Pelo Decreto-lei nº 2.974, de 23 de janeiro de 1941, o Museu Nacional foi organizado em órgãos, passando a 5^a seção à denominação de Seção de Extensão Cultural. Em 1946, quando o Museu Nacional foi incorporado à Universidade do Brasil como instituição nacional, integrando o Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), retomou-se a denominação Seção de Assistência ao Ensino, até hoje mantida, de acordo com o último regimento, de 1971.

as normas determinadas. Medidas que possivelmente podem ter contribuído para inibir iniciativas de utilização do museu por parte de muitos estabelecimentos escolares e professores.

Pelas *Instruções*, o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural facultava aos professores considerados idôneos pela Diretoria do Museu Nacional o uso do Salão de Conferências,¹⁰⁶ do material de diaprojeções¹⁰⁷ e de outros meios de ensino existentes no museu. Para isso, os professores interessados deveriam fazer um requerimento, declarando um conjunto de informações de identificação pessoal e profissional,¹⁰⁸ para ser apreciado pela diretoria do museu, podendo ou não ser deferido.

Para os professores inscritos e autorizados seria previamente marcada hora para uso do Salão de Conferências, sempre no período entre 10 e 16 horas, para ministrarem suas lições, escolhendo com oito dias de antecedência os diapositivos fornecidos pelo Museu Nacional/SAE que gostariam de usar em suas aulas, não ultrapassando o número de vinte exemplares, quantitativo nem sempre cumprido.¹⁰⁹

Além dessas exigências, os professores e os conferencistas que franqueassem a entrada para suas atividades ao público ficavam dispensados do pagamento de qualquer taxa. Aos que desejasse reservar a sala exclusivamente para seus alunos, deveriam pagar ao Tesouro Nacional, mediante guia própria, a quantia de 100\$000 (cem réis) por lição ou conferência.

Pelas *Instruções*, eram absolutamente proibidas no salão as lições ou conferências referentes a assuntos de religião, política ou propaganda comercial, sendo exclusivamente permitidos assuntos científicos ou artísticos. Para eximir o Museu Nacional da responsabilidade ou cumplicidade com

¹⁰⁶ O Salão de Conferências também era conhecido como Sala de Cursos ou Sala de Projeções.

¹⁰⁷ Além de serem emprestados para uso nas aulas de ciências ministradas na Sala de Cursos, os diapositivos produzidos no Museu Nacional eram vendidos aos interessados pelo preço de 2\$000 cada um. Os valores adquiridos com a venda “eventual” deveriam ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo porteiro do museu, mediante guia visada pelo diretor (cf. MN, 1927).

¹⁰⁸ Os professores deveriam declarar: nome, nacionalidade, profissão, especialidades a que se dedicavam, colégio ou escola onde ensinavam, residência e mais títulos que possuíam (MN, 1927).

¹⁰⁹ A propósito, ver o apêndice D deste livro.

aulas ou conferências que versassem sobre os temas não autorizados, o professor ou conferencista responsável pela atividade deveria registrar em documento próprio a seguinte fórmula: “Esta conferência é de exclusiva responsabilidade do seu autor”.

Quanto às punições, o professor inscrito deveria assinar um termo declarando ser responsável por qualquer dano causado ao museu pelos seus ouvintes ou alunos, comprometendo-se em acatar, sem reclamação ou protesto, as deliberações do diretor, que poderia, em qualquer tempo, mandar cancelar sua inscrição. Essa mesma medida cabia para o professor ou conferencista que deixasse de utilizar o salão na hora marcada, por duas vezes consecutivas, sem prévia comunicação à diretoria.

Além de receber professores e seus alunos para utilização da Sala de Cursos e de disponibilizar material de ensino, por empréstimo e por venda, para uso nas aulas, o SAE também oferecia cursos sobre história natural, com o objetivo de instruir os professores interessados em técnicas referentes ao tratamento das coleções, preparando-os para atuar em seus estabelecimentos de ensino com a organização de herbários, museus escolares e gabinetes de história natural.

Com frequência quase diária, os cursos, também denominados “aulas práticas”, aconteciam nos laboratórios do SAE, dentre eles na Sala de Preparação, Montagem e Determinação, e eram realizados em média através de cinco a sete aulas oferecidas por funcionários do Museu Nacional – professores e preparadores das seções – aos interessados sobre diferentes técnicas de coleta, preparação e montagem de espécimes animal, vegetal e mineral.¹¹⁰

¹¹⁰ Sobre o assunto, ver o apêndice E deste livro.



FIGURA 49 – Sala de preparação e determinação de materiais do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional.

Fonte – Acervo do Semear/MN/UFRJ.

Outra importante atividade educativa dirigida às escolas consistia na preparação e na determinação de materiais de história natural – animal, vegetal e mineral – enviados ao SAE pelas escolas e pelos professores, em geral coletados pelos alunos. Após serem preparados, classificados e ordenados cientificamente por especialistas do museu, esses materiais eram devolvidos aos estabelecimentos de ensino para serem utilizados no ensino das ciências naturais.¹¹¹

¹¹¹ Devido à carência de mobiliário apropriado e adaptável e à precariedade de recursos existentes no SAE para “guardar, estudar, preparar, montar ou determinar o material enviado pelas escolas” e atender a outros interessados nesses serviços, Roquette-Pinto ofereceu à seção uma “mesa elástica”, de sua propriedade, e facilitou a transferência de materiais disponíveis nas seções de Botânica, Mineralogia, Zoologia e Antropologia, como: microscópio, lente montada, armário para material histológico, pinça, agulha para histologia,

Ocupando-se dessas funções, o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural assumiu o lugar de intermediário entre o Museu Nacional e os estabelecimentos de ensino,¹¹² buscando estabelecer uma relação mais sistemática com as escolas, com alunos e professores, afirmando e ampliando sua função educativa, na intenção de atender ao que considerou ser seu objetivo maior: “Pôr a ciência ao proveito da vida” (MN, 1929).

Ao passar unicamente para o SAE a função de realizar a determinação do material educativo voltado para o público, principalmente o escolar, atividade antes realizada exclusivamente pelas seções do Museu Nacional, Roquette-Pinto tinha entre seus objetivos “não perturbar ou prejudicar os trabalhos científicos do estabelecimento”, instituindo no Museu Nacional a separação entre as funções de pesquisa e de instrução.

Podemos considerar que a atribuição das ações educativas do Museu Nacional ao novo setor representou uma maior valorização de sua função educativa, ao mesmo tempo que procurava eximir as seções do museu da responsabilidade com essas atividades, fortalecendo, com isso, a distinção e a estratificação entre pesquisa e instrução, tendência que se afirmava no movimento de especialização das ciências e de criação das universidades no Brasil.

Nos relatórios anuais organizados pelo SAE a partir de 1927, prestando contas à Diretoria do Museu Nacional quanto às atividades desenvolvidas, constam informações sobre as temáticas das aulas, as conferências ministradas e os cursos oferecidos; os professores e funcionários do Museu Nacional responsáveis pelas práticas educativas desenvolvidas; as escolas participantes e o número de professores e alunos presentes em suas atividades; os materiais utilizados – diapositivos, filmes e gravuras –, entre outras.¹¹³

navalha, vidros diversos para preparação em meio líquido, bico de Bunsen, prensa para secar plantas, armário (arquivo), estendedores para lepidópteros, aquários, etc. (cf. MN, 1929).

¹¹² O Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, hoje, Seção de Assistência ao Ensino (SAE), continua atuando como intermediário entre o Museu Nacional e as escolas.

¹¹³ Esse conjunto de documentos permitiu organizar quadros demonstrativos, quando já não os encontramos prontos, para efeito de melhor visualização, leitura, análise e compreensão do movimento operado no plano educacional do Museu Nacional. Tais quadros, junto de outras informações sobre as atividades desenvolvidas pelo SAE, com detalhamento dos trabalhos realizados e os materiais produzidos, permitem dimensionar o seu

No relatório anual do SAE de 1929 consta um quadro comparativo sobre o movimento de frequência e o uso da Sala de Cursos nos três primeiros anos de sua existência (quadro 9), através do qual é possível perceber o acentuado crescimento do número de escolas, alunos e professores entre os anos de 1927 e 1928 e o relativo decréscimo no número de alunos no ano de 1929; paralelamente, o uso de materiais fílmicos em aulas e cursos apresentava-se em permanente crescimento, substituindo gradativamente a utilização de gravuras.

QUADRO 9 – Quadro comparativo do movimento da Sala de Cursos do Museu Nacional nos três primeiros anos de sua existência

	1927	1928	1929
Escolas	2	36	24
Professores	5	25	22
Alunos	959	4673	1415
Diapositivos	365	1185	1291
Gravuras	88	16	21
Filmes em atos	10	35	50
Aulas	13	46	38

Fonte – Elaborado pelo autor a partir de MN, *Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1929*.

Essa situação foi avaliada pelo Museu Nacional como consequência da aquisição nas escolas de grande número de tecnologias, como projetores de imagens,¹¹⁴ o que fez aumentar a solicitação dos estabelecimentos escolares de filmes e diapositivos da “coleção tipo” criada pelo SAE para tornar mais eficiente o ensino da história natural. Essa pode ter sido uma

funcionamento e a concepção, segundo seus agentes, do que deveria ser oferecido para a instrução dos professores voltados ao ensino da história natural nas escolas.

¹¹⁴ Em referência aos aparelhos de projeção: episcópio, diascópio, epidiascópio, assim como os de medida universal (de 16 mm e de 35 mm).

das consequências da reforma da educação promovida por Fernando de Azevedo¹¹⁵ que se processava no Distrito Federal.

De acordo com dados encontrados no relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino enviado ao diretor Roquette-Pinto no ano de 1929, relativos ao atendimento prestado às escolas e aos estabelecimentos de ensino com o objetivo de fornecer aos professores o material necessário à ilustração de suas aulas, foi possível compor um quadro estatístico¹¹⁶ e verificar que nesse período ocorreram no museu 35 aulas e conferências ministradas por professores do próprio museu e de outras instituições, reunindo um número estimado de 1.419 alunos, entre eles estudantes das escolas de nível secundário, da Escola Normal do Rio de Janeiro e do Exército.

Analizando esse quadro no que se refere à frequência dos cursos, é possível verificar a presença de professores e alunos dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal no Museu Nacional ao longo de todo o ano, com uma média de duas a três aulas e conferências a cada mês, com uma maior incidência nos meses de março (cinco cursos) e julho (oito cursos).

Nas aulas e conferências realizadas prevaleceram temáticas relacionadas à biologia – humana (41%), animal (23%), botânica (23%) –, e outras (14%) relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, à profilaxia da febre amarela, às fronteiras e sertões do Brasil e à travessia da África.¹¹⁷ Em todas elas foram utilizados recursos visuais, em torno de 21 gravuras, vinte filmes e 1.093 diapositivos, estes produzidos pelo SAE, sob orientação de professores das seções de Zoologia, Botânica, Antropologia e Geologia.

Os responsáveis por ministrarem as aulas e conferências na Sala de Cursos e utilizar o material visual oferecido pelo SAE pertenciam ao quadro funcional do Museu Nacional, como Mello Leitão e César Salles, ou eram professores e professoras que haviam feito suas inscrições na instituição

¹¹⁵ Sobre as representações de modernidade, saberes e práticas escolares na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920, ver Silva (2009).

¹¹⁶ Conferir o apêndice F deste livro.

¹¹⁷ O filme *Fronteiras do Brasil* era composto de seis partes e referia-se à inspeção das fronteiras pela Comissão Rondon; o outro, *Travessia da África em automóvel Citroen*, foi oferecido ao Museu Nacional pelo comandante da Missão Militar Francesa nesse continente, general Spire (cf. MN, 1929).

para esse fim, como Cecília do Prado Fiqueiredo, Maria José de Avellar Lacerda, Maria Novaes Nicodemus, José Francisco da Rocha Pombo, dr. Antonio de Castro Leão Velloso e dr. Luiz Sobral Pinto.

Com relação aos trabalhos solicitados ao SAE referentes à preparação, conservação e determinação do material para estudos de história natural, no ano de 1929 foram atendidas as seguintes escolas públicas e privadas:

Eannes de Souza; Eusébio de Queiroz; Frei Caneca; Epitácio Pessoa; João Kopke; Medeiros e Albuquerque; Tiradentes; Basílio da Costa; Paulo de Frontin; Sergipe; Pereira Parobé; Panamá; José Veríssimo; Delfim Moreira; Pernambuco; Chile; Bolívia; 1^a Mista do 20º Distrito; 4^a Mista do 4º Distrito; Colégio Sion de Petrópolis; Colégio Externato São José; Instituto Orsina da Fonseca. (MN, 1929)

Apesar de não ter sido possível diferenciar as escolas de acordo com as redes de ensino (pública ou privada) às quais pertenciam, na intenção de perceber como se processavam as demandas por novos materiais didáticos, cabe destacar que em ambas eram utilizados objetos e coleções de história natural, e que, para que fossem organizados com base em princípios científicos, essas escolas solicitavam os serviços do Museu Nacional, reconhecido como instituição autorizada a exercer essa função.

Para o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca,¹¹⁸ na cidade do Rio de Janeiro, foram preparadas e determinadas coleções de botânica, com 101 peças; de zoologia, composta de 432 exemplares; e de mineralogia, com 494 amostras, num total de 1.027 exemplares.¹¹⁹ Para informar sobre o trabalho científico realizado pelo SAE, foi registrado no relatório

¹¹⁸ Criado por decreto em 1897 como Instituto Profissional Feminino, foi inaugurado em 1898 no atual bairro da Tijuca. A partir de 1912 recebeu o nome de Orsina da Fonseca em homenagem à esposa do então presidente da República, Hermes da Fonseca. O instituto era destinado à educação de meninas pobres, em sua maioria órfãs. Sobre o ensino profissional feminino na década de 1920, sugerimos a leitura de Câmara (1997).

¹¹⁹ No relatório, apenas o material enviado para esse estabelecimento de ensino foi discriminado (cf. MN, 1929).

que para a “determinação do material mineralógico foi efetuado um total de 475 reações químicas e pesquisas físicas” (MN, 1929).

Com esmerado detalhamento, o SAE procurou oferecer informações sobre os demais trabalhos desenvolvidos, referentes: à iniciação do serviço de microscopia, com preparação de lâminas sobre fauna e flora de água doce dos arredores da cidade do Rio de Janeiro; às montagens demonstrativas de pequenos pássaros e de mamíferos; às aulas práticas de museologia; aos dezenove negativos sobre animais do Brasil, “tirados ao vivo”; aos vinte desenhos para confecção de diapositivos; ao desenvolvimento da coleção de negativos e diapositivos para atender aos pedidos “peculiares” dos professores;¹²⁰ ao preparo e conservação de coleções didáticas; aos trabalhos de fotomicrografia; à confecção de desenhos esquemáticos sobre vegetais; à coleta e identificação de material botânico e zoológico destinado à organização de coleções-tipo; à coleta de material e observação sobre a nidificação (construção de ninhos) das aves da Quinta da Boa Vista, com fotografias; aos ensaios de micro e macrofilmagem científica; à confecção de quadros demonstrativos sobre moluscos; à confecção de negativos sobre insetos; aos ensaios sobre modelagem em gesso de ofídios; à distribuição de folhetos sobre a captura, o preparo e a conservação de insetos e aracnídeos e sobre o Museu Nacional, sua história, trabalhos e divisões, de autoria de Roquette-Pinto.

As dificuldades encontradas pelo SAE para proceder aos trabalhos, assim como a importância das ações educativas para o ensino da história natural, a visão do homem integrado à natureza e a ideia de uma educação moderna, foram registradas em seu relatório:

Esperamos poder, com auxílio de material e pessoal, aumentar a capacidade produtiva da seção e desenvolver os trabalhos parciais iniciados com os parcos recursos atuais para maior auxílio prestar ao ensino da História Natural fundamentalmente importante na educação moderna que visa à compreensão do homem

¹²⁰ Foram produzidos e distribuídos para os estabelecimentos de ensino, inclusive os adquiridos por compra, 1.189 diapositivos (cf. MN, 1929. p. 14).

em relação à natureza de que faz parte, em benefício do progresso da humanidade. (MN, 1929, p. 17)

A intenção de criar um acervo imagético no SAE levou a direção do Museu Nacional em 1929 à cessão de 56 filmes científicos, em sua quase totalidade produzidos em um ato, com pesquisas desenvolvidas pelas seções de Zoologia e de Botânica, com predominância de temas relativos à microbiologia, anatomia humana e animal, entomologia, fauna e flora marinha e fluvial.

No sentido de valorizar e afirmar positivamente os trabalhos que o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural vinha desempenhando para o público, o relatório de atividades foi encerrado com a reprodução de uma matéria publicada no jornal *O País*, de 9 de novembro de 1929, na qual o Museu Nacional é citado como exemplo de repartição pública, com comentários elogiosos à iniciativa de Roquette-Pinto pela criação do SAE. Essa consideração foi justificada pela alta competência dos técnicos que nele trabalhavam e a sua boa atuação, atribuída, em parte, “ao acolhimento que tem merecido de professores oficiais e particulares”.

Sobre o funcionamento do SAE, a matéria do jornal considerou boas as suas dependências, com destaque para a sala de conferências; fez comentários sobre os serviços oferecidos às escolas, os materiais de história natural utilizados nas aulas e o método de trabalho adotado. Nesse caso, a matéria assinalava que os trabalhos de determinação eram realizados em materiais levados pelos próprios alunos ao Museu Nacional, o que, na opinião do jornal, estimulava os professores a realizar excursões escolares aos arredores da cidade para coleta de produtos naturais.

Valorizando o Museu Nacional e o SAE, a matéria fazia uma propaganda positiva de sua atuação perante o público ao considerar suas ações educativas sintonizadas como a educação moderna, baseada em novos métodos de ensino da biologia.

Nada mais útil. O ensino da história natural torna-se, assim, mais interessante, espelhado em exemplos concretos, levando ao estudante o hábito da observação, com o que aprenderá a conhecer as

relações e dependências causais na natureza, melhor compreendendo a nossa própria vida, eivada de problemas que desafiam soluções. Começa-se assim entre nós uma reação salutar contra os métodos de estudo da história natural, que deixará de ser um estudo árido, de decorar sistemas e nomes, para tornar-se o estudo curioso da vida, aprofundando-se na verdadeira biologia. (MN, 1929, p. 19)

No ano de 1930 o Museu Nacional aprovou a inscrição de oito professores¹²¹ para ministrarem aulas na Sala de Cursos da própria instituição e para utilização do material disponível pelo SAE. Foram oferecidas vinte aulas, conferências e palestras para vinte estabelecimentos de ensino, em sua maioria do Distrito Federal, sendo um da cidade de Niterói, com frequência de 34 professores e conferencistas e de aproximadamente 2.895 alunos e alunas. Além disso, recebeu um contingente de 530 militares pertencentes às tropas gaúchas que apoiaram o movimento de 1930 ao lado das forças que colocaram Getúlio Vargas no poder. Em visita à Quinta da Boa Vista e ao Museu Nacional, os militares foram convidados por Roquette-Pinto a assistir aos filmes *Em pleno coração do Brasil*, *Nos sertões do Brasil* e *Carnaúba*.

As aulas, palestras e conferências ministradas nesse ano majoritariamente versaram sobre biologia – do homem, animal e vegetal (nove); geologia e geografia (duas); botânica (duas); etnografia (uma), até então pela primeira vez oferecida para alunos de curso secundário no Museu Nacional. No total foram exibidos quarenta filmes de 35 atos, 486 diapositivos e 63 gravuras. Cabe destacar que entre os filmes exibidos e as aulas ministradas para uma mesma escola e turma de alunos nem sempre havia coincidência de temáticas, o que sugere que essas sessões pedagógicas foram oportunidades para que professores diversificassem suas aulas, levando alunos para o Museu Nacional.

Para atender ao item do relatório de 1930 denominado “Como tem sido apreciado o SAE”, foram incluídas seis avaliações daqueles que utilizaram

¹²¹ A saber: Stella Janot de Mattos, Ilda Otoni Maurício de Abreu, Aracy Nevares, Marina Ribeiro Corimbaba, dr. Sílvio Fróes de Abreu, dr. Jorge da Costa Ferreira, dr. La-Fayette Cortes e dr. Moyses Xavier de Araújo (cf. MN, 1930).

os seus serviços. Ao que parece, a publicação das avaliações por parte dos elaboradores dos relatórios correspondeu a uma intenção em afirmar o bom desempenho do Museu Nacional e a eficácia dos materiais filmicos utilizados nas atividades. Nessas avaliações, professores destacaram suas impressões sobre as reações dos alunos quando da exibição dos filmes, que manifestaram o desejo de poder retornar mais vezes para assistirem a mais filmes sobre outros assuntos.

Em suas considerações, um dos professores destacou “o vivo interesse por parte do professor e dos alunos pelo grande trabalho científico que possui o Museu Nacional”; outras professoras manifestaram-se com as seguintes frases: “A excelente impressão que causaram nos meus alunos os filmes assistidos”; “Excelente a impressão dos alunos durante a passagem dos filmes dos produtos de nossa terra – o Brasil – e da visita ao Museu”; “Ótima a impressão causada pelo filme assistido – [sobre] a carnaúba. Os alunos sentiram-se vivamente interessados”.

Em comemoração ao dia da criança (12 de outubro), o SAE exibiu os filmes *Carnaúba* e *Babaçu* em seis sessões consecutivas para 1.072 crianças, das quais 472 foram acompanhadas de professores de onze escolas, a saber: Padre Antônio Vieira, Grupo Escolar Floriano Peixoto, Grupo Escolar Nilo Peçanha, Escola de Aplicação, Grupo Escolar Uruguai, Grupo Escolar Delfim Moreira, Grupo Escolar Rio Grande do Norte, 2^a Escola Mista do 20º Distrito; Grupo Escolar Professor Visitação; Escola Normal do Distrito Federal e Escola Rio de Janeiro.

Convidado pelo Centro Militar de Educação Física, o professor Roquette-Pinto realizou em 30 de maio, na Sala de Cursos, a conferência “A antropologia na educação física”, com a presença de sessenta pessoas. É interessante observar o interesse crescente dos estabelecimentos de ensino por temas referentes à antropologia, cada vez mais presente nos cursos oferecidos pelo Museu Nacional, o que demonstra a afirmação dessa área do conhecimento no início do século XX. Além disso, essa experiência permite verificar o ajuste do discurso feito pelo antropólogo no sentido de demarcar seu pertencimento e compromisso, ao mesmo tempo que procura inscrever outros domínios no campo de saber ao qual se encontra vinculado.

Quanto ao atendimento à demanda das escolas por material de história natural, o SAE preparou e determinou coleções dos reinos vegetal, animal e mineral, contendo aproximadamente 1.077 exemplares distribuídos da seguinte forma: para estabelecimentos de ensino foram fornecidas amostras de minérios e rochas (236), de produtos industriais (três), de conchas e moluscos (240), de mamíferos (três), de répteis (três), de peixes (quatro), de batráquios (duas), de crustáceos (seis), de aves (seis), de ovos de aves (oito), de miriápodo (uma), de aracnídeo (uma), de ambulacrários (seis), de insetos (122), de vermes (duas) e sobre botânica (66); para o próprio SAE, forneceram-se quatrocentos exemplares entre insetos, répteis, mamíferos e ninhos de aves.

Foram atendidos os seguintes estabelecimentos de ensino:

Escola Pedro Lessa; Escola Medeiros de Albuquerque; Escola Uruguaí; Escola Bezerra de Menezes; Escola de Farmácia e Odontologia de Guaratinguetá (São Paulo);¹²² 6^a Escola Mista do 23º Distrito; Escola Delphim Moreira; 4^a Escola Mista do 19º Distrito; 5^a Escola Mista do 21º Distrito; Colégio Sion do Rio de Janeiro. (MN, 1930)

A fim de atender às necessidades do SAE e de serem disponibilizados para venda, no ano de 1930 foram produzidos 690 diapositivos de diversos assuntos, dos quais 597 foram vendidos aos interessados mediante guia de pagamento em favor do Tesouro Nacional conforme determinavam as *Instruções do Museu Nacional*.¹²³ Essa informação demonstra não só o interesse dos estabelecimentos de ensino pelo uso de material imagético relativo

¹²² Sobre botânica, foram produzidos para esse estabelecimento quatro quadros representando dezoito tipos de folhas; dois representando tipos de inflorescência; dois de flores completas; três de dezoito tipos de frutos (cf. MN, 1930).

¹²³ Adquiriram diapositivos do Museu Nacional os seguintes professores: dr. Francisco Venâncio Filho (trinta); Lain Pinheiro Guimarães (cem); Helena P. Soares (150); dr. Euclides Roxo (oito); dr. David Peres (25); dr. La-Fayette Côrtes (250); Armando Magalhães Corrêa (cinco); dr. Paranaguá Moreira (sete); dr. José Mariano (53); Adélia Godoy (vinte); dr. Othon Leonardos (cinquenta). Essas aquisições resultaram em um valor de 1:396,000 contos de réis recolhidos ao Tesouro Nacional.

às ciências naturais em suas atividades pedagógicas, mas também o fato de já terem adquirido aparelhos necessários para projeção.

No laboratório do SAE foram atendidos os professores Nicodemus de Novaes, dr. Claudio Mello e dr. Edgar William Allen, que receberam instruções relativas ao modo de captura, preparação e conservação de material zoológico, botânico e mineralógico. A pedido da professora Celina Padilha, e com autorização prévia do diretor do museu, os preparadores procederam à montagem de uma ave – arara vermelha –, e para uso do próprio SAE foram modelados onze frutos e montados um réptil, quatro batráquios e insetos destinados à confecção de diapositivos.

Para a composição do acervo do SAE entraram um aparelho de projeções cinematográficas da marca Pathé Baby, tipo pequeno, acompanhado de trinta filmes de dez metros; um microscópio da marca Zeiss; um condensador para microscópio; catorze lâminas sobre histologia animal; 81 peles de aves e de mamíferos, que, não servindo para coleções científicas, foram cedidas pela seção de Antropologia para serem aproveitadas nas coleções de ensino; 31 frascos de diversos tamanhos, com rolhas esmerilhadas; um ninho de pássaro e dois exemplares de zoologia.

Dos filmes entrados para o SAE apenas um – *Criação de frutos* – era de dois atos, sendo todos os demais de um ato. De acordo com suas temáticas, podem ser distribuídos por áreas das ciências naturais da seguinte forma: zoologia (catorze); botânica (nove); antropologia e etnografia (quatro); geologia e geografia (três). Quanto às suas abordagens, em sua maioria, tratavam de aspectos naturais do Brasil, mas também de outras partes do mundo.

No relatório anual de 1932, o Ministério da Educação e Saúde Pública, procedendo a um discurso em que buscou valorizar as medidas que promoveu, reconheceu na parte referente às atividades do Museu Nacional “o sensível desenvolvimento de suas funções educativas”, considerando terem sido executadas todas as medidas progressistas compendiadas na reforma decretada pelo governo provisório¹²⁴ com acentuada vantagem para a cultura popular, concorrendo como nunca havia feito antes o Museu

¹²⁴ Refere-se ao regulamento de mesma data aprovado pelo Decreto nº 19.801, que reorganizou o Museu Nacional.

Nacional para o ensino público. Destacou ainda que os cursos de extensão universitária, de especialização e de aperfeiçoamento realizados no ano anterior pela instituição tinham repercutido positivamente em todo o país.

Naquele ano, o Serviço de Assistência ao Ensino (SAE/MN), mantendo seu atendimento às escolas públicas e particulares, bem como aos professores, atendeu a dezenove estabelecimentos, com uma freqüência de 2.282 alunos, em um total de 135 aulas e conferências. Quanto ao material de ensino, foram utilizados 832 diapositivos e exibidos 61 filmes educativos. Além disso, o SAE procedeu à preparação e determinação de 927 materiais científicos apresentados por escolas e professores.

Compareceram ao Museu Nacional para utilização da Sala de Cursos e dos materiais de ensino disponibilizados pelo SAE dez estabelecimentos de ensino e escolas primárias e secundárias, em sua maioria do Distrito Federal, com 746 alunos e alunas, acompanhados de professores, quando foram exibidos filmes educativos e um total de 638 diapositivos.¹²⁵

Com relação aos trabalhos solicitados ao SAE referentes à preparação, conservação e determinação do material para estudos de história natural, foram atendidas as seguintes escolas públicas e privadas, num total de novecentos exemplares, aproximadamente:

Colégio Silva Leite; 5^a Escola Mista do 21º Distrito; Nilo Peçanha; Colégio Anglo-American; Escola Brasileira; Escola México; Escola Profissional de Nilópolis; Instituto La-Fayette; Colégio São José (internato e externato); 5^a Escola Mista do 21º Distrito; Colégio Sílvio Leite de Petrópolis; Escola Soares Pereira; Escola Pedro Varella; Grupo Escolar Rio Grande do Norte; Escola Affonso Penna; Escola Nerval de Gouvêa; Escola Joaquim Manuel de Macedo; Escola Basílio da Gama; Instituto Ferreira Vianna; Escola Brasileira (montagem de um roedor e preparação de um peixe); Escola Pareto (montagem de uma ave e preparação em meio líquido de um roedor). (MN, 1932)

¹²⁵ Ver o apêndice H desta obra.

O cruzamento das listagens de estabelecimentos de ensino apresentadas nos relatórios de 1929, 1930 e 1932 permite observar um fluxo de atendimento que varia ao longo desses anos, uma vez que apenas alguns estabelecimentos solicitaram serviços do SAE por mais de uma vez. Outro dado interessante a destacar refere-se à solicitação de serviços feita ao SAE da parte de estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades (internatos, externatos, profissionais, grupos escolares, etc.).

Para um público formado por estudiosos e interessados em determinadas temáticas científicas, os professores do Museu Nacional ofereceram cursos de “extensão universitária”, como o de “Análise espectral aplicado à mineralogia”, por Alberto Betim Paes Leme; “Fitogeografia (o patrimônio florístico do Brasil)”, por Alberto José Sampaio; sobre escorpiões e outros aracnídeos peçonhentos do Brasil, por Cândido Firmino de Mello Leitão; de biologia, por Edgard Roquette-Pinto; de estratigrafia e paleontologia com especial aplicação à geologia do Brasil e à evolução dos organismos, por J. H. Pardberg Drenkpol, e o de antropometria, por Astos de Ávila. Foi realizada conferência sobre Champolion, por Alberto Childe, preparador de arqueologia do Museu Nacional (Brasil, 1932b).

Na intenção de ministrar aulas aos seus alunos (ou abertas ao público no Museu Nacional), utilizando-se da Sala de Cursos, inscreveram-se quatro professores dos seguintes estabelecimentos de ensino: Grupo Escolar Quintino Bocaiúva (um); Escola Profissional de Comércio Amaro Cavalcanti (um); Escola Superior de Comércio e Instituto de Contabilidade (um) e Escola Prudente de Moraes (um).

Para compor o arquivo do SAE entraram para a seção os seguintes filmes pertencentes à coleção do Ministério da Educação e Saúde Pública: *Amoeba* (negativo e positivo, 82 metros); *Circulação do sangue* (124 metros); *Vida das abelhas* (169 metros); *O que diz um violino* (215 metros); *Vida dos pássaros* (172 metros); *Garimpo de Mato Grosso* (337 metros); *Viagem ao Roraima* (1^a parte, 318 metros; 2^a parte, 323 metros).

No ano de 1933, compareceram à Sala de Cursos do Museu Nacional cerca de 1.437 alunos de diferentes níveis de ensino de oito estabelecimentos escolares, em sua maioria da cidade do Rio de Janeiro. Num total de

49 aulas ministradas por nove professores, foram realizadas 68 exibições de filmes educativos e utilizados 455 diapositivos com temática científica, produzidos pelo Museu Nacional (MN, 1934).¹²⁶

Poucos filmes utilizados nos cursos, contudo, tiveram títulos registrados no relatório do SAE no ano de 1933, sendo possível perceber entre os que o foram a predominância de temáticas relativas à botânica – *Babaçu; Carnaúba; Movimento dos vegetais e plantas que capturam insetos*; zoologia – *Vida das abelhas*; e outros – *Mimetismo; Nos sertões de Mato Grosso*. Apesar do reduzido número de registros relativos aos títulos, cabe destacar que em todas as aulas ministradas foram utilizados filmes do acervo do Museu Nacional.

Com relação aos cursos oferecidos pelo SAE em seus laboratórios a professores de diferentes estados do Brasil no ano de 1933, com exceção de duas aulas práticas sobre mineralogia ministradas pelo diretor, todas as demais foram de responsabilidade de preparadores das seções do Museu Nacional. Como nos anos anteriores, as aulas práticas que compunham os cursos estiveram essencialmente voltadas para a instrução sobre a coleta, a preparação e a montagem de espécimes naturais, culminando com instruções sobre a organização de museus escolares, objetivo maior dos cursos.¹²⁷

Para fazerem uso da Sala de Cursos e dos materiais de ensino disponibilizados pelo SAE inscreveram-se no Museu Nacional seis professores do Distrito Federal, a saber: o capitão Augusto da Silva Sevilha, do Colégio Militar do Rio de Janeiro; Edgard Ribeiro Bastos, do Colégio Júlio Ribeiro; Fernando Augusto Chaves Faria, do Externato Chaves Faria; Walter Lúcio de Oliveira, do Ginásio Metropolitano; dr. Luiz Quirino, da Escola Wenceslau Brás; e dr. Neif Antônio Alem.

De acordo com quadro comparativo do movimento da 5^a seção de 1927 a 1933 (quadro 10), foi considerado elevado o número de estabelecimentos de ensino que buscavam o Museu Nacional para atender às demandas por materiais de ensino de ciências. A justificativa para tal observação apresentada pelo SAE era a de que, desde sua criação, a seção vinha procurando por todos os meios possíveis fazer com que as escolas tivessem o seu museu escolar, afirmando, dessa forma, a política do Museu Nacional de apoio à

¹²⁶ Ver o apêndice I deste livro.

¹²⁷ Ver o apêndice E deste livro.

instrução pública, particularmente no ensino de ciências naturais nas escolas, por meio da utilização de método concreto e prático para o qual os museus escolares deveriam existir.

**QUADRO 10 – Quadro comparativo do movimento
da 5^a seção de 1927 a 1933**

	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	Total
Visitas escolares	4	36	24	19	20	19	33	155
Aulas, cursos, conferências	13	46	38	20	26	107	90	340
Frequência de alunos e professores	959	4.673	1.415	2.895	1.840	2.262	2.229	16.273
Diapositivos utilizados	365	1.185	1.291	497	804	832	427	5.401
Gravuras utilizadas	88	16	21	65	0	0	0	190
Filmes utilizados	10	35	50	51	24	61	80	311
Material enviado pelas escolas para determinar e preparar	0	893	1.127	1.112	1.108	927	842	6.009

Fonte – Elaborado pelo autor a partir de MN, *Relatório do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural de 1933*.

No que se refere aos materiais visuais produzidos e disponibilizados pelo museu para aulas, cursos e conferências, cabe destacar o grande número de diapositivos e filmes utilizados, em contraste com as gravuras, que a partir de 1931 deixam de ser usadas, provavelmente em função da preferência dos professores e alunos por esses outros materiais de maior atração para o público.

Quanto ao acervo relativo ao material de ensino visual do SAE, no ano de 1933, por iniciativa de Roquette-Pinto, foi incorporado o filme falado *Amoeba – lição popular de microscopia*, produzido no Museu Nacional pela Cinédia. Foram também confeccionados e “montados convenientemente” pela auxiliar Lavínia Lacerda 635 diapositivos destinados à coleção de ensino e às escolas que os solicitasse para compra pelo gabinete fotográfico do museu. Além desse trabalho, a funcionária procedeu à catalogação e ao arquivamento de diapositivos já existentes (MN, 1933).

Outros serviços de interesse do SAE e do Museu Nacional foram desenvolvidos pelo assistente Paulo Roquette-Pinto e pelo preparador da 5^a seção José Vidal, referentes à pesquisa bibliográfica, a investigações diversas e a estudos sobre ciências naturais. Ambos também escreveram artigos em suas especialidades para jornais e revistas.

Nos meses de abril e maio de 1933, o Museu Nacional participou do Curso de Ensino Regional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, com sete aulas ministradas pelos professores Roquette-Pinto e A. J. Sampaio, pelo assistente Paulo Roquette-Pinto e pelo preparador José Vidal, com temáticas referentes à botânica – *A flora brasileira*; à etnografia – *A nossa gente*; à educação – *O Museu Nacional e o ensino de história natural e Preparação de material de história natural e organização de museus escolares*, para um público médio de quarenta professores em cada aula.

De acordo com dados disponíveis em relatório referente ao ano de 1934, o movimento do SAE foi de 25 conferências oferecidas a 1.308 alunos e visitantes, sendo utilizados 96 diapositivos e exibidos 41 filmes, preparados e determinados 670 exemplares a pedido das escolas e atendidas 35 pessoas que procuraram a seção.

Entre as escolas atendidas, a 5^a seção preparou uma coleção para o Museu Professor Roquette-Pinto, da escola Honduras, com o seguinte material: ofídios venenosos do Brasil, em gesso e em cores; caixa representando o fundo do mar, apresentando classes de celentérios, equinodermos, crustáceos e moluscos; caixa representando os antrópodos, com aracnídeos, crustáceos, insetos e miríapodes; quadro de botânica, a óleo, representando um cacaueiro, com frutos em cera colorida; chelônio e palmípede; peixe montado em líquido conservador, com descrição; uma preparação de batráquio em líquido conservador.

Para os professores da prefeitura do Rio de Janeiro, o SAE ofereceu curso de aperfeiçoamento em história natural, de 28 de abril a 16 de dezembro de 1934, constando de 99 aulas práticas e teóricas ministradas pelo professor Roquette-Pinto. Dedicado ao estudo de museus e laboratórios, a matéria dada foi referente à fotografia, desenho de história natural, botânica e zoologia.

Nas aulas de fotografia foram tratados os seguintes assuntos: nomenclatura da máquina fotográfica; manejo da máquina; escolha das diversas

marcas de chapas e o modo de operá-las; focalização e iluminação dos objetos; niquelação; composição dos banhos e ação que exercem sobre a camada sensível das chapas expostas; impressão, revelação e cópia das provas. A todas as professoras foi ensinado como focalizar, “dar pose”, revelar e copiar.

Na parte dedicada ao desenho de história natural, constaram as seguintes atividades: desenhos coloridos de preparação de batráquio, molusco, crustáceo, protozoário; preparação e desenho de uma flor; modelagem e forma em gesso e em cera de um fruto. Na parte de botânica foram tratados assuntos relativos à “colheita”, preparação e conservação de material botânico a seco e em meio líquido; organização de herbários; preparação de folhas e flor e aplicação de material a seco para fins educativos.

No que se refere à zoologia, o curso foi dedicado à observação, colheita e transporte de material zoológico; preparação de insetos; emprego de câmara úmida; colheita e preparação de larvas, ninhos e ovos de insetos; dissecação e conservação de batráquios; técnica de preparação de moluscos; definição, técnicas e conceito de taxidermia; montagem de um chelônio, de uma ave e de um mamífero; preparação de um peixe em meio líquido; preparação de ninhos e de ovos de aves; orientação sobre a organização de pequenas coleções de ensino, de acordo com o plano traçado pelo SAE.

No ano de 1934, o SAE atendeu às solicitações de dezenas de estabelecimentos de ensino, em sua maioria escolas, para a determinação de material de história natural, em sua maioria composto de exemplares de mineralogia (511), mas também de botânica e de zoologia, como vemos no quadro seguinte.

**QUADRO 11 – Demonstrativo de material determinado pelo SAE,
enviado pelos estabelecimentos de ensino no ano de 1934**

Estabelecimento de ensino	Exemplares de mineralogia	Exemplares de botânica	Exemplares de zoologia
Escola Elementar do Instituto de Educação	8		
Curso particular	14		
Escola Amazonas	27		
Escola Sílvio Leite	126		
Escola Joaquim Manuel de Macedo	1		15

(continua)

(continua)

Escola Basílio da Gama	23	9	
Escola --	62		
Estabelecimento de ensino	Exemplares de mineralogia	Exemplares de botânica	Exemplares de zoologia
Escola Ferreira Vianna	25		
Curso particular	8		
Grupo Escolar Rio Grande do Norte	19		
Curso particular	6		
Escola Normal de Gouvêa	39		
Escola México	9		
Escola São José	33		
Escola Nilo Peçanha	101		
Escola Instituto La-Fayette			
Total de escolas (dezesseis)	501	9	15

Fonte – Elaborado pelo autor a partir de MN, *Relatório do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional de 1934*.

A predominância por objetos de mineralogia talvez possa ser explicada pela facilidade em sua coleta, guarda e transporte por parte de professores e alunos, diferentemente dos objetos das demais áreas. Cabe ainda observar a não presença de materiais de antropologia e etnologia, talvez pela dificuldade em sua obtenção ou pelo pouco interesse e conhecimento sobre esses objetos pelo público escolar.

No ano de 1934, quarenta professores estavam inscritos na 5^a seção para utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional e dos materiais de ensino disponibilizados para suas aulas e conferências. Destes, dezesseis compareceram, reunindo um total de 1.392 alunos, em dezenove aulas, nas quais foram utilizados aproximadamente 39 filmes e setenta diapositivos, em sua maioria, relacionados à anatomia humana e botânica. Cabe destacar, pela primeira vez, a exibição de filmes sobre índios brasileiros – *Indígenas* e *Carajás* – para turmas de escolares na Sala de Cursos.¹²⁸

Com o objetivo de fornecer dados oficiais ao Ministério da Educação e Saúde que permitissem fazer um balanço das ações educativas realizadas

¹²⁸ Ver o apêndice J deste livro.

pelo SAE junto às escolas e de dar uma visão ampliada da função educativa do Museu Nacional durante toda a década de 1930, foi elaborado, no ano de 1940, na gestão de Heloísa Alberto Torres, um quadro demonstrativo, organizado com dados quantitativos anuais, reproduzido a seguir.

QUADRO 12 – Quadro demonstrativo das ações educativas desenvolvidas pelo SAE/Museu Nacional junto às escolas na década de 1930

Anos	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Escolas	19	20	19	33	18	20	18	34	7	17	11
Aulas, conferências	20	26	27	90	61	24	162	185	14	189	303
Frequência de alunos	2.895	1.845	2.282	2.229	1.308	1.234	2.333	2.185	433	1.223	1.372
Diapositivos utilizados em aulas	497	804	832	427	90	152	266	252	156	172	48
Gravuras utilizadas em aulas	63	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Filmes exibidos	51	24	61	80	41	46	41	133	18	88	68
Preparações e determinações de material destinado às escolas	1.112	1.108	927	842	670	140	39	124	55	55	813
Diapositivos fornecidos às escolas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte – Museu Nacional, *Relatório da Diretoria do Museu Nacional para o Ministério da Educação e Saúde*, 1940.

A escolha dos elementos que deveriam compor o quadro por parte de seus organizadores demonstra uma preocupação em registrar e destacar duas situações que, ao que parece, eram prioridade para as ações educativas do SAE e do Museu Nacional: a existência permanente de atividades

pedagógicas dirigidas às escolas, através de aulas e conferências, com a presença de alunos e o atendimento às demandas escolares por material didático para uso pedagógico; e a utilização de material essencialmente imagético – gravuras, filmes e diapositivos – nas aulas e conferências, com o emprego de novos recursos e tecnologias aplicados à educação, particularmente os relacionados ao cinema.

A partir dos dados fornecidos pela diretoria do museu (quadro 12) é possível verificar dois momentos distintos, correspondentes a um primeiro período, de 1931 a 1937, durante as gestões de Edgard Roquette-Pinto (1926-1935) e de Alberto Betim Paes Leme (1935-1938), e aos primeiros anos da gestão de Heloísa Alberto Torres (1938-1955). Verifica-se que na passagem de um para outro período ocorre uma acentuada queda no número de aulas e conferências, e, consequentemente, no número de escolas e alunos no Museu Nacional, assim como de materiais utilizados, voltando a crescer numericamente nos anos seguintes.

Esse movimento talvez possa ser explicado pelo momento político de reorganização do Estado brasileiro, quando o governo federal, na presidência de Getúlio Vargas, deu início a um período de ditadura, conhecido como Estado Novo. Esse fato, sem dúvida, repercutiu em suas agências, dentre elas o Museu Nacional, o que implicou mudanças de seus quadros administrativos, alterando a composição interna e o conjunto das atividades realizadas.

Ademais, é possível perceber que o período de 1930 a 1937, correspondente, em parte, às gestões de Roquette-Pinto e de Alberto Betim Paes Leme, foi o que mais desenvolveu a função educativa junto ao público escolar, sendo os anos de 1932 e 1933 os mais significativos.

No que diz respeito aos materiais empregados em aulas e conferências, destacam-se aqueles relacionados à imagem e ao cinema, através da prioridade do uso de filmes e diapositivos, em detrimento da utilização da gravura, que, aos poucos, foi deixando de ser empregada nessas atividades. A opção pela utilização desses materiais pode ser atribuída à variedade de material fílmico de caráter científico e educativo existente no Museu Nacional, em função dos investimentos realizados pelo diretor Roquette-

Pinto na aquisição de máquinas e aparelhos de projeção, bem como na produção de filmes e diapositivos para compor o seu acervo.

Quanto à preparação e determinação de material pelo Museu Nacional para ser utilizado nas escolas, é possível observar um movimento decrescente, mais acentuado a partir do ano de 1935, coincidente com a saída do professor Roquette-Pinto da Diretoria do Museu Nacional. O movimento decrescente também pode ser atribuído à aquisição de material de projeção pelas escolas, a partir de meados da década de 1930, o que teria colaborado para diminuir sua demanda por coleções didáticas, quadros murais e outros materiais, que poderiam ser vistos e estudados através de projeções fixas e animadas nas próprias escolas.

O conforto moral da ciência e da arte na *Revista Nacional de Educação* (1932-1934)

Cigarras, formigas e abelhas, frutos e flores, estrelas, meteoritos e astros são algumas das temáticas que compõem as seções de ciências da *Revista Nacional de Educação*, editada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro entre outubro de 1932 e junho de 1934. Sua produção e publicação corresponderam a mais uma das estratégias de educação e de ensino do Museu Nacional do Rio de Janeiro, fazendo parte de um conjunto de ações educativas promovidas nas décadas de 1920 e 1930 para atingir e instruir um público mais amplo e diversificado, como vimos anteriormente.

Sua criação teve como principal objetivo vulgarizar, no sentido de popularizar, as ciências, as letras e as artes, a fim de difundir conhecimentos para alunos, professores e também para as famílias brasileiras, como consta em epígrafe de todas as capas: *Em todos os lares do Brasil, o conforto moral da ciência e da arte*. Foi organizada em seções, compostas por artigos; poesias; lições de ciências naturais; artes e literatura; cartas de eminentes personalidades brasileiras; decretos e leis de governo contemporâneos à revista e

notícias sobre fatos considerados de relevância ocorridos no Brasil, entre outros assuntos.¹²⁹

Em todos os números, imagens encontram-se alternadas entre as seções. São fotografias de paisagens naturais do Brasil, pinturas clássicas, como as de Victor Meirelles, e estampas inéditas de viagens científicas ao Brasil. Desenhos ilustram os artigos científicos e as lições de ciências; mapas, tabelas, quadros estatísticos e gráficos imprimem à revista uma nova linguagem científica e uma nova forma de aprender, explorando didática e pedagogicamente a imagem.

Na análise da revista procuramos focalizar as lições de ciências, orientando-nos pelas seguintes questões: sob quais condições o Museu Nacional produziu a RNE? Quais eram as ideias pedagógicas e como foram apropriadas por seus colaboradores? Quais as estratégias utilizadas pelos autores que publicaram nas diferentes seções da revista? O que os autores pretendiam transmitir aos leitores e, particularmente, aos professores? Enfim, com essas indagações, procuramos observar o papel desempenhado pela RNE nos primeiros anos da década de 1930 e a representação de ciência difundida pelo periódico.

Durante o período no qual a RNE foi publicada delineavam-se as bases institucionais do movimento iniciado em 1930 e definiam-se diretrizes educacionais para o país. Esse foi um período de tensão entre grupos políticos participantes do movimento que culminou com a derrubada da oligarquia cafeeira do poder, instalando um novo governo, com Getúlio Vargas na Presidência da República.

De acordo com Mendonça (1996a), o período de 1930 a 1937 pode ser definido como de “crise aberta”, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas pudesse impor sua hegemonia em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado – à burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia em face dos interesses em disputa.

¹²⁹ Para uma apresentação e análise da *Revista Nacional de Educação* em seu conjunto, ver Duarte (2004, 2010) e Sily (2009b).

A ação do Estado buscava responder às demandas sociais em jogo, representadas pelos diferentes setores envolvidos, definindo sua atuação no sentido da centralização e da nacionalização dos instrumentos de controle e de decisão, tentando sobrepor-se aos regionalismos, marca incondicional do período anterior. Por essa via operava-se uma abertura das estruturas do Estado à participação dos diferentes grupos nele integrados, não mais como blocos regionais, mas como participantes de campos específicos de interesse, configurando-se os contornos de frações nacionais de classe (Mendonça, 1996a, p. 263).

O nacionalismo serviu de pano de fundo para os debates em torno das políticas econômicas do governo ao longo dos anos 1930 e 1940, mas também serviu de eixo para a elaboração de um conceito de “cultura brasileira”: o da construção da nação pela incorporação da classe trabalhadora, através de maior ou menor controle do Estado (Mendonça, 1996b, p. 289).

Segundo Horta (1994), desde o início do governo Vargas, após o golpe de 1930, a educação passou a ocupar um lugar importante nos discursos oficiais através de temas que, mesmo não constituindo um programa educacional estruturado, tornaram-se acentuados à medida que o caráter autoritário do governo se efetivava. Ao mesmo tempo, nos níveis do discurso e da legislação, esses temas evoluíram sempre no sentido de colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária. Foram eles: a concepção da educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral.

Nesse sentido, nos 21 exemplares da RNE, foram publicados quatro discursos oficiais de ministros e um do presidente da República, Getúlio Vargas, levando aos lares brasileiros a voz oficial do governo, com exaltação à nação, por meio seja de seus símbolos, que ilustram os documentos e textos, seja do discurso, apresentando e defendendo ideias e propostas de governo sobre a educação e a saúde pública.

O primeiro número da revista, em suas primeiras páginas, publicou o discurso do sr. Washington Pires ao assumir a direção do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1932. Em seu discurso referia-se às tarefas de saúde, educação e instrução a que se propunha sua gestão, afirmando a

centralidade do governo Vargas e sua fidelidade aos ideais revolucionários. Entre seus objetivos destacava a redução das taxas de exclusão, particularmente no curso secundário, ressaltando que, no tocante à educação nacional, pretendia o governo federal, “revolucionário”, realizar a organização do ensino técnico profissional e se interessar diretamente pelo ensino primário.

Ainda no primeiro número da revista foi publicada cópia da carta do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, datada de 8 de setembro de 1932, com timbre do gabinete do ministro: globo e insígnia da bandeira do Brasil, sobreposta pelos dizeres *República dos Estados Unidos do Brasil*. Nessa carta, o ministro assumia a RNE como obra do governo Vargas, valorizando a iniciativa de sua edição e publicação.

[...] Até agora a União nada havia realizado em benefício da cultura popular. Esta revista representa a primeira contribuição federal à obra de educação do povo brasileiro, constituindo um notável empreendimento, destinado a ter uma longa e proveitosa repercução no país. (RNE, out. 1932, p. 3)

Ao se referir à publicação da *Revista Nacional de Educação* como “a primeira contribuição federal à obra de educação do povo brasileiro”, o ministro demarca o governo do presidente Vargas como ponto inicial de políticas do governo federal dirigidas à cultura e educação popular, desmerecendo iniciativas dessa ordem por parte de governos anteriores.

Sob o título “Educar” foi publicado o discurso proferido por Getúlio Vargas na Bahia, em 28 de agosto de 1933, dirigido ao homem pobre e do campo, que enaltecia a história regional e nacional, apresentava propostas de um governo dito “regenerador” para a educação brasileira e configura-va, assim, um discurso de caráter nacionalista e integração. Segundo Vargas, os caminhos a seguir seriam “como soluções primárias, educar as populações rurais e ao mesmo tempo valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o” (RNE, ago./set. 1933, p. 3).

Outros discursos publicados foram proferidos por professores e intelectuais brasileiros, todos eles em defesa dos ideais revolucionários pós-1930, como o discurso do professor Álvaro Fróes da Fonseca na Sociedade Carioca

de Educação no momento de sua eleição como presidente. Nesse pronunciamento conclamava os brasileiros a participar da cruzada pela educação como salvação para os problemas do país, principalmente os relacionados ao voto e ao analfabetismo (RNE, jan. 1933, p. 1). Usando a expressão “cruzada educativa”, para referir-se à extensão da educação ao sertão brasileiro, registrava a falta de conhecimento do homem brasileiro e de sua cultura, principalmente o do interior, ressentindo-se de uma instituição promotora no Brasil de uma pesquisa antropológica, investigativa, sobre esses temas. Defendia, ainda, a educação como direito de todos os brasileiros.

A *Revista Nacional de Educação* foi idealizada por Roquette-Pinto e custeada pela taxa cinematográfica cobrada aos produtores de filmes. Atendia também essa taxa às despesas com a Filmoteca Nacional do Ministério da Educação e com o Serviço de Filmes Técnicos, no Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional (SAE/MN).

De acordo com o Decreto nº 21.240, publicado no *Diário Oficial da União* em 15 de abril de 1932, o governo federal nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos, considerando a importância do cinematógrafo como meio de diversão e também como amplo instrumento de cultura popular e de educação, desde que devidamente regulamentado.

Para o exercício da regulação, criou a comissão de censura responsável pela avaliação e autorização dos filmes produzidos, condicionando sua exibição à autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública mediante pagamento da “taxa cinematográfica para a educação popular”, como é possível ler no decreto em seu artigo 18: “Fica criada a taxa cinematográfica para a educação popular, a ser cobrada por metragem, à razão de \$300 por metro, de todos os filmes apresentados à censura, qualquer que seja o seu número de cópias”.

A RNE, há muito defendida por Roquette-Pinto, encontrou nas *Instruções* do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que complementam o Decreto nº 21.240, as condições legais e econômicas para sua criação. Em seu artigo 20, ficou estabelecido que a taxa cinematográfica fosse recolhida à Tesouraria do Departamento Nacional de Ensino e empregada pelo Museu Nacional, de acordo com autorização do ministro, na

manutenção da Filmoteca Nacional, no Serviço de Cópias e Circulação de Filmes Técnicos (que deviam ser fornecidos rotativamente aos institutos de ensino oficiais e particulares) e na publicação de uma revista popular de vulgarização de ciências, letras e artes, sob o título de *Revista Nacional de Educação*.

Os objetivos, conteúdos e formatação que a revista deveria ter encontravam-se explícitos nas *Instruções* do ministro, condicionando sua circulação à autorização do governo:

Art. 21. A Revista Nacional de Educação, redigida em linguagem acessível ao povo, será amplamente ilustrada e terá tiragem suficiente para que o Ministério da Educação e Saúde Pública possa distribuí-la por todos os institutos de ensino federais, estaduais e municipais, gratuitamente.

Art. 22. Todas as despesas realizadas pelo Museu Nacional para o Serviço de Filmoteca Nacional, para o Serviço de Cópias e Circulação de Filmes Técnicos e para a publicação da Revista Nacional de Educação serão previamente autorizadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública [...]. (Brasil, 1932, p. 15)

Assim, sendo produzida e editada pelo Museu Nacional, a RNE era custeada por verba federal, sob controle do Estado, atendendo às suas exigências, servindo-lhe de porta-voz e veículo de informação e divulgação das propostas e políticas de governo.

Nas orientações dadas para a confecção da RNE, no que se refere ao seu alcance, é possível perceber um duplo indício da representação que se constrói do povo: pela linguagem acessível e pela recomendação do uso amplo da ilustração. As duas orientações parecem refletir e reforçar a imagem do incapaz, inculto, iletrado, que para ser atendido exigiria um projeto editorial ajustado a esse modelo.

Como parte das ações educativas desenvolvidas pelo Museu Nacional, a RNE se consolidou principalmente pelo esforço de Roquette-Pinto, Alberto Childe, Cândido de Mello-Leitão e Heloísa Alberto Torres, entre tantos

outros professores e cientistas, colaboradores da revista, afinados com as novas ideias pedagógicas em circulação no mundo e no Brasil.

Levando em conta o quadro de disputas e embates sobre a educação e de centralização política do governo Vargas em que foi produzida e publicada a RNE, passamos a uma apresentação e análise das lições de ciências que compuseram a *Revista Nacional de Educação*, buscando compreendê-las à luz das ideias pedagógicas que circulavam no Brasil no início dos anos de 1930, presentes em grande parte dos artigos. Com esse movimento, procuramos identificar as prescrições e o tipo de instrução que o periódico pretendia realizar junto ao público para o qual foi pensado – as escolas.

Uma leitura das lições de ciências

Em seus 21 exemplares, a RNE dedicou parte de suas seções às lições de ciências naturais.¹³⁰ Elas foram escritas em pequenos textos, com uma linguagem de fácil compreensão, acompanhadas de ilustrações, como desenhos e gráficos. Algumas dessas lições foram organizadas em textos que tinham continuidade em números seguintes da revista, sempre organizados com uma preocupação didática de partir do mais elementar para o mais complexo.

Em algumas lições é explícita a preocupação de seus autores em instruir o público, principalmente os professores, em como fazer, como organizar, em suas escolas, coleções científicas, laboratórios, herbários, etc., atendendo às novas propostas pedagógicas que defendiam a produção do conhecimento por meio de um ensino prático, concreto e experimental.

Carlos Vianna Freire, organizador de coleções botânicas, convidado pelo professor Roquette-Pinto para participar da RNE, escreveu artigo intitulado “Toda escola deve possuir uma coleção de botânica”. Nele procurava incentivar esse tipo de iniciativa junto aos professores, considerando os alunos agentes dessa construção, como podemos ler nos seguintes trechos:

¹³⁰ Ver o apêndice K deste livro.

[...] as coleções devem ser esforço e interesse dos próprios alunos e não um presente a ser arquivado [...] não são apenas os professores, mas também os alunos, e esses com muito mais ardor, os maiores interessados no estudo do nosso Brasil [...] para despertar no jovem estudante o gosto e a observação pelas plantas é preciso contato direto [...]. Mas como se fará esse contato direto? É tão fácil citar como executar; citaremos um exemplo. (RNE, n. 1, 1932, p. 23)

Através de exemplo, o autor segue orientando a respeito do modo como as crianças deveriam ser estimuladas à observação da natureza e à produção de uma coleção botânica, com catalogação, registro de plantas e criação de um relicário ou álbum da escola ou da turma. Apresenta as vantagens do uso de etiquetas com dados e características das folhas, data e autor da coleta, e procedimento científico do botânico.

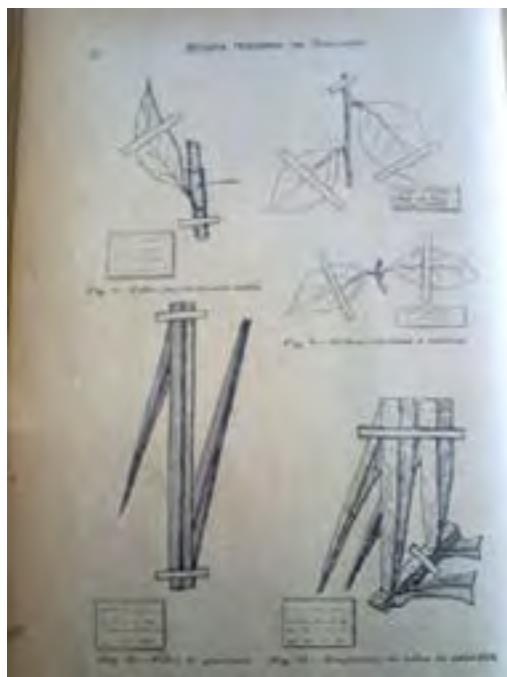


FIGURA 50 – Fragmentos de folhas e procedimentos para organização de coleção. Fonte – *Revista Nacional de Educação*, 1932, p. 30.

As orientações prescritas em textos e figuras instruíam, por exemplo, como proceder à coleta e preservação de vegetais, ou como tratar “folhas compridas como as da cana ou muito alongadas como as do mamoeiro, da imbaúba, etc. ou das palmeiras”, que deveriam ser seccionadas de maneira que o exemplar desse a impressão da folha inteira, como demonstrado na figura 50.

Em outro artigo, de Alberto J. de Sampaio, intitulado “Como se classifica uma planta”, a preocupação central está em orientar o público sobre a metodologia científica necessária para tal procedimento. O autor apresenta cada uma das etapas a ser desenvolvida, a saber: colher material adequado, preparar convenientemente o material colhido, examiná-lo detidamente, órgão por órgão, e classificar a planta segundo um dos sistemas existentes à época. Cada uma dessas etapas é apresentada, de forma descriptiva, em detalhes, seguida de desenhos ilustrativos sobre anatomia das plantas.

Outro aspecto importante das lições é o destaque dado pelos seus autores ao uso, nas escolas, de novas tecnologias, aparelhos e técnicas, indicados para um estudo mais apropriado, experimental, que estimulasse a observação dos objetos em análise, valorizando os procedimentos ditos científicos e suas inovações, como na figura 51.



FIGURA 51 – Microscópio binocular utilizado em laboratórios. Fonte – RNE, 1932, p. 9.

Segundo Sandberg (2001), uma característica da passagem do século XIX para o XX foi a institucionalização do visual, em que a imagem foi amplamente explorada como recurso educativo, estando presente nas grandes exposições internacionais, museus e novas salas de projeção do mundo. Cabe considerar que a imagem pensada como dispositivo de popularização supõe um leitor que necessita de uma relação mais direta e imediata com “a coisa” – o objeto – à proporção que é menos experiente com o universo da escrita, mais ignorante em termos de língua escrita.

Seguindo essa tendência, os autores dos artigos da RNE exploraram a imagem com o objetivo de instigar a curiosidade e estimular os leitores na prática da observação, disciplinando os sentidos, principalmente o olhar.

Nesse sentido, os artigos destinados às lições de astronomia, por exemplo, valorizavam temas nacionais, apresentando ao público estudos sobre meteoritos, estrelas e sobre o céu brasileiro. Utilizando a fotografia, a pintura e ilustrações como mapas, desenhos e gráficos, produzidos por pesquisadores e cientistas do Brasil e do mundo, os autores procuravam levar ao público o conhecimento sobre a ciência através de textos escritos e imagéticos, como apresentado na figura 52.



FIGURA 52 – O céu do Brasil.
Fonte – RNE, 1933, p. 81.

Na intenção de orientar “engenheiros, geógrafos, exploradores” ou todo aquele que precisasse se localizar geograficamente, estando em qualquer ponto do Brasil, “ou para quaisquer outros fins”, foram publicadas na RNE doze cartas do “céu do Brasil”¹³¹ organizadas pelo astrônomo Louis Cruls,¹³² compondo um *Atlas celeste*, seguidas de orientações sobre como utilizá-las. Com essas informações, ao que parece, o Museu Nacional buscava popularizar conhecimentos científicos e afirmar uma identidade nacional, em um país de território continental.

As lições de zoologia e agronomia, com artigos de Mello-Leitão e ilustrações de cigarras (figura 53), com o estudo do professor E. L. Bouvier, do Museu de História Natural de Paris, intitulado “Formigas agricultoras”, e com os trabalhos de Othello Reis sobre o trigo e o algodão, por exemplo, revelam as preocupações com o Brasil rural e o homem do campo, assim como as intenções de seus editores e colaboradores em levar para os sertões do país o conhecimento científico e as pesquisas realizadas nessas áreas. São estudos e experiências realizados em outros países e no Brasil, que, apresentados ao público interessado, poderiam contribuir para uma maior produtividade agrícola por meio do combate às pragas.

Numa visão de conjunto, apesar de a RNE ter como objetivo a divulgação, popularização e vulgarização das ciências, artes e literatura, as lições de ciências ocuparam a maior parte de suas seções. Foram publicados 218 artigos, em 21 números da revista, sendo que, desse total, 110 foram dedicados às ciências, representando 50% de todos os trabalhos.¹³³

¹³¹ Essas cartas mostravam o aspecto do céu no dia 15 de cada mês, cerca de oito horas da noite (RNE, 1932, p. 80).

¹³² Louis Ferdinand Cruls (1848-1908) foi um astrônomo belga que trabalhou grande parte de sua vida no Brasil. Foi diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro entre 1881 e 1908 (Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/cientistas/>. Acesso em: 23 set. 2020).

¹³³ Ver o apêndice K deste livro.



FIGURA 53 – Coleção de cigarras.
Fonte – RNE, 1933, p. 6.

Com as áreas científicas distribuídas por ordem quantitativa de publicação (quadro 13), é possível observar a prioridade dada pelos editores da revista, nas seções de ciências, para a botânica e a educação. Acreditamos que assim buscaram atender a objetivos que se complementavam, a saber: a afirmação das ciências no Brasil e, por meio dela, a formação de uma cultura nacional.

QUADRO 13 – Quantitativo de artigos sobre ciências, publicados na RNE, por área de conhecimento

Área das ciências	Quantitativo de artigos
Botânica	26
Educação	22
História	10
Antropologia	9
Astronomia	6

(continua)

(continuação)

Área das ciências	Quantitativo de artigos
Agronomia	6
Zoologia	5
Geografia	5
Geologia	5
Biologia	4
Matemática	4
Arqueologia	3
Física	3
Química	2
Total	110

Fonte – Elaborado pelo autor a partir de MN, *Revista Nacional de Educação*.

Com relação à botânica, supomos que sua prioridade deveu-se aos trabalhos desenvolvidos pelo Museu Nacional em um de seus principais campos de pesquisa e às preocupações dos editores e colaboradores da revista em popularizar o conhecimento por eles produzido, levando aos leitores informações sobre a natureza brasileira, particularmente de sua flora, valorizando, assim, um dos componentes da economia e da cultura nacional.

Com relação à educação propriamente dita, buscava-se a sua afirmação como campo de pesquisa e conhecimento paralelo ao das demais áreas científicas. Com a proposta de novos métodos e práticas de ensino e aprendizagem, a RNE levava ao público os debates e as questões educacionais presentes no período. Eram procedimentos derivados e ancorados na experimentação realizada em diversos domínios aos quais o Museu Nacional se dedicava. Portanto, a racionalização da pedagogia parece ter trilhado o caminho proposto pela ciência da natureza e pelos métodos por ela legitimados.

Para uma compreensão das estratégias que nortearam a produção e a publicação da RNE, consideramos a ideia de que toda e qualquer “obra” – literária, artística, científica – é resultado das condições conjunturais que determinaram sua forma, conteúdos, mensagens, sendo fruto de seu tempo histórico, como expressão dos debates e como mecanismo para agir sobre eles.

Nesse sentido, a RNE foi instrumento de divulgação e popularização do conhecimento científico, assim como das ideias pedagógicas que circulavam no Brasil e no mundo, sob a orientação de cientistas e intelectuais brasileiros, submetida à chancela do Estado, em uma lógica de centralização política e controle do governo Vargas sobre as instituições e os meios de comunicação no Brasil, o que se consolidou no período conhecido como *Estado Novo* (1937-1945).



Considerações finais

Casa de ciência, casa de educação, o Museu Nacional do Rio de Janeiro durante o Império e nas primeiras quatro décadas da República atuou como agência do governo brasileiro no sentido de produzir conhecimentos sobre suas riquezas naturais, suas gentes e suas culturas, promovendo ações educativas com o objetivo de divulgar e instruir diferentes tipos de público, buscando atender a demandas internas e externas. Com esse investimento, as ações do Museu Nacional contribuíram para a construção da nação brasileira.

Ao longo desse período, as ações educativas promovidas pelo Museu Nacional foram ampliadas. Dirigindo-se para um público cada vez maior e mais diversificado, a instituição buscou formas de demonstrar sua função social, em sintonia com o movimento de construção do caráter público dos museus e com os processos de institucionalização da educação e de racionalização da pedagogia que ocorriam no Brasil. Assim, buscava também garantir as condições para se manter.

As funções educativas do Museu Nacional correspondentes ao período de 1818 a 1935, até onde foi possível conhecer, não foram ainda estudadas em seu conjunto. A perspectiva da maioria dos trabalhos realizados sobre o Museu Nacional foi dirigida para o estudo da história da instituição sob o ponto de vista de sua atuação e produção como centro de ciência e/ou daqueles que nela atuaram e de suas contribuições para o campo científico. Nas últimas décadas, pesquisadores da história da ciência e da educação em museus desenvolveram pesquisas e publicaram trabalhos sobre esses

temas, alguns poucos sobre o Museu Nacional. Esses procedimentos resultaram em um estado de esquecimento quanto às ações educativas do museu, função desempenhada em sua trajetória institucional desde sua criação, em 1818.

Cabe destacar a grande variedade e quantidade de documentos oficiais que compunham os acervos do Museu Nacional referentes ao período consultado, condição que pode ser compreendida, principalmente, em função de exigências de prestação de contas pela instituição aos órgãos de governo e pela intenção de seus agentes em preservar sua memória.

Levando em conta que a pesquisa é sempre inacabada e seus resultados, incompletos, quando consideramos a potencialidade informational das fontes e a diversidade de interpretações possíveis daqueles que as interrogam e examinam, compreendemos que o trabalho que resultou neste livro tem caráter provisório no que se refere aos seus resultados.

Nesse sentido, nestas últimas páginas procuramos apresentar algumas considerações, não no sentido de um entendimento final, acabado, sobre o resultado do que foi possível realizar, mas sim no de refletir sobre as pretensões que moveram o trabalho. Assim, buscamos indicar o que foi possível realizar, apontar para o não feito e considerar o que suscitam os resultados encontrados.

No estudo das ações educativas do Museu Nacional, entre outras possibilidades, foi possível perceber suas implicações para as concepções de ciência e de educação que circularam no Brasil no século XIX e na primeira metade do século XX, assim como identificar demandas político-econômico-sociais que as ações buscaram atender.

Nas duas primeiras décadas de existência, o Museu Imperial e Nacional dirigiu suas ações educativas para dar assistência aos estabelecimentos de ensino do Império, em grande parte aos de nível superior, assim como a instituições militares, científicas e culturais, principalmente as da Corte, quer fornecendo materiais diversos e coleções para fins de instrução, quer abrindo suas salas, dependências e laboratórios para atender às demandas de pesquisa e educação.

A partir de meados do século XIX, a função educativa do Museu Nacional foi ampliada por meio da oferta de cursos e conferências públicas para

atender às demandas do setor produtivo e de circulação de mercadorias, assim como às expectativas de governo no sentido de oferecer suporte técnico e científico para os setores da economia nacional. O ensino científico oferecido em tais cursos e conferências foi ministrado pelos diretores do museu para a elite brasileira, a fim de divulgar a ciência e instruir todos que por ela se interessassem, em especial os homens da indústria, do comércio e das artes, além dos letrados em geral, em atendimento às demandas daqueles segmentos. Em outros termos, o ensino ministrado conquistava legitimidade também ao demonstrar o impacto positivo da racionalização de procedimentos em muitos setores da economia, cuja melhor expressão poderia ser verificada em termos de rentabilidade e elevação da produtividade, isto é, multiplicação do capital.

Divulgadores de um saber científico, os cursos e as conferências serviram no Brasil para a afirmação dos estudos em história natural apoiados na teoria evolucionista, criada por Charles Darwin, em contraste com a teoria criacionista até então predominante no pensamento e na educação brasileira. Ademais, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre o Brasil e as potencialidades de seu território, suas riquezas, suas gentes e culturas.

Com a intenção de elevar o Museu Nacional à condição de verdadeiro órgão científico, como estabelecimento de ensino superior do Império, e de obter o reconhecimento internacional de sua produção científica a fim de conquistar um lugar para o Brasil no rol dos países ditos civilizados, a partir de 1876 foi publicada e distribuída no Brasil e em países da Europa, Ásia e América a revista *Archivos do Museu Nacional*.

Dirigido à comunidade científica e a interessados pelo conhecimento em ciências, particularmente os relativos à história natural, esse periódico serviu como suporte para a divulgação do que se produzia no Brasil, particularmente as investigações e os trabalhos realizados no Museu Nacional, tanto em nível nacional quanto no exterior.

Em um cenário de internacionalização dos mercados mundiais, em vigor ao longo do século XIX, exposições universais foram organizadas por países em processo de industrialização, entre eles a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, para servirem como grandes feiras de exibição e comercialização dos produtos dos diversos países do mundo que delas participaram, como o Brasil.

Nesses eventos, o Museu Nacional teve participação efetiva, muitas vezes como representante oficial do governo brasileiro, comparecendo com coleções de objetos pertencentes ao seu acervo, reunindo espécimes naturais dos reinos animal, vegetal e mineral e exibindo artefatos produzidos por povos indígenas brasileiros. Buscava-se assim construir uma imagem do Brasil como uma nação em construção e em progresso.

No que diz respeito à função educativa do Museu Nacional, algumas das determinações em seus regulamentos nos anos de 1899, 1910 e 1911 contêm evidências das intenções do governo, em sintonia com as demandas de alguns de seus diretores, em tornar o museu cada vez mais uma casa de instrução, tendência que ganhou força e se efetivou no Museu Nacional em meados da década de 1910.

A partir de 1890, medidas de governo adotadas para a Instrução Pública levaram as seções do Museu Nacional a organizar, classificar cientificamente e distribuir para estabelecimentos de ensino coleções didáticas de história natural compostas com espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral existentes no próprio museu ou enviadas pelas escolas para esses fins. Da mesma forma, a partir de 1919, as seções confeccionaram quadros murais didáticos sobre esses mesmos temas, a fim de evitar que fossem importados, devendo reproduzir nesses materiais espécimes nacionais. Essa iniciativa serviu para instruir e ampliar os conhecimentos sobre o Brasil, valorizando suas riquezas naturais e estimulando no público, principalmente o escolar, o caráter prático do ensino e um sentimento de pertencimento, de identidade nacional.

A reforma por que passou o Museu Nacional a partir de sua incorporação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1910 conferiu à instituição novas condições em suas partes físicas e instalações, como, por exemplo, a criação de laboratórios para pesquisas experimentais. Os investimentos na reorganização da instituição corresponderam às intenções do governo em aparelhar o museu de forma que pudesse melhor atender, simultaneamente, às funções de investigação científica, prestação de serviços e consultoria ao governo. Desse modo, com as melhorias trazidas ao setor produtivo, principalmente o primário – como, por exemplo, as recomendações de possíveis medidas para o combate a pragas agrícolas, bem como

para o aumento da produção –, vinha o Museu Nacional ao encontro das necessidades e demandas relativas ao incremento da economia nacional, além da evidente vulgarização do estudo da história natural.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), as ideias pedagógicas e as novas tecnologias educacionais que circulavam no mundo ocidental desde o final do século XIX afirmaram-se, voltando-se para um ensino prático e concreto, que permitisse um aprendizado e uma formação dos indivíduos tais que servissem ao atendimento das novas demandas da indústria e do capitalismo, em sintonia com o processo de industrialização que se expandia por todo o planeta.

Na primeira metade do século XX, os museus de ciência e os de tecnologia, tanto os já existentes que buscaram se renovar como os que proliferaram em vários países, apresentaram preocupação com a popularização de seus espaços e informações por meio da busca por métodos dinâmicos que permitissem ao público ter um maior acesso às coleções e ao conhecimento.

A decisão do governo brasileiro em fomentar a instrução no Museu Nacional a partir da década de 1910 deve ser compreendida não só no âmbito das tendências dos museus em ampliar suas funções educativas e consolidar o seu caráter público, devendo ser igualmente considerada como uma das ações do governo no sentido de responder às demandas dos movimentos sociais pela educação pública no Brasil, que, nesse período e durante toda a década de 1920, atuaram de forma significativa no cenário nacional.

Uma das inovações relativas à função educativa do Museu Nacional com a nova organização em 1916 foi a determinação de que aos professores de todos os institutos de ensino da República seriam fornecidos sala e material para os seus cursos. Essa determinação, de caráter político e pedagógico, abriu as dependências do museu para os estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, principalmente para a rede escolar de instrução primária e secundária. Ela permitia que professores utilizassem essas dependências para ministrar aulas fazendo uso dos materiais cientificamente elaborados pelas seções do museu, que deveriam ser disponibilizados para emprego em aulas práticas, de acordo com as novas propostas metodológicas do ensino. Para sua efetivação foi organizada no Museu Nacional uma Sala

de Cursos, aparelhada com instrumentos de projeção e som, assim como foi intensificada a produção de material científico, didático e visual – gravuras, filmes e diapositivos – pelas seções da instituição.

No que diz respeito ao caráter público das exposições, a partir do ano de 1919 o Museu Nacional esteve aberto durante toda a semana, com exceção da segunda-feira, dia reservado para limpeza e manutenção, com todas as seções representadas em um vasto número de salas do edifício da Quinta da Boa Vista. A fim de tornar mais interessante e mais proveitoso o estudo das coleções expostas ao público, a Diretoria do Museu Nacional, cumprindo determinação regulamentar, publicou guias explicativos das coleções.

Durante a gestão de Edgard Roquette-Pinto na direção do Museu Nacional entre 1926 e 1935, a função educativa da instituição parece ter sido radicalizada, à medida que ações pedagógicas se tornaram prioridade, dirigidas a um público mais amplo e diversificado, voltadas principalmente para atender aos estabelecimentos de ensino de todos os níveis. Ao conceber os museus como instituições fundamentais de apoio ao sistema educacional, Roquette-Pinto, além de manter as ações educativas já em desenvolvimento, criou em 1927 o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional (SAE), setor dedicado exclusivamente à educação.

O SAE, efetivamente, contribuiu para consolidar o Museu Nacional como uma instituição pública que tem na função educativa uma de suas prioridades. Para tanto, ofereceu cursos e conferências sobre história natural, deu acesso às suas dependências e disponibilizou material didático de grande qualidade, produzido para todos os níveis de ensino.

Podemos afirmar que o Museu Nacional, por meio de ações educativas que desenvolveu ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, contribuiu para estabelecer uma rede de comunicação e de intercâmbio científico com instituições nacionais e de diferentes partes do mundo, adquirindo importante reconhecimento pela sua produção científica e colaborando para inserir o Brasil no cenário científico internacional.

Além disso, como instituição que se aproximou das teorias do evolucionismo como princípio orientador de suas pesquisas e trabalhos, e que promoveu a disseminação de ideias científicas, o Museu Nacional contribuiu para afirmar o pensamento iluminista, racional e científico como a forma

mais acabada de explicação dos fenômenos naturais e sociais, apresentando interpretações e explicações que diferiam das práticas ordinárias consideradas como misticismo, feitiçaria ou bruxaria. Esse caminho, ao mesmo tempo que classifica e estratifica um conjunto de experiências sociais, procura erguer um papel para a instituição que colabora para organizar a vida nesses termos: o de paladino da ciência.



Referências

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. *Pró-positões*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 145-164, jan./abr. 2005[46]. Revista quadrienal da Faculdade de Educação da Unicamp.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ABREU, Sandra Elaine Aires; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Educação e instrução nas províncias de Goiás e Mato Grosso. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte imperial (Brasil, 1822-1889)*. Vítoria: Edufes, 2011. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 3).

A EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: Albuquerque, Neves e Cia Ltda, 08/1922 a 09/1924. Revista mensal.

A ESCOLA PRIMÁRIA. Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma A Escola Primaria, 03/1925 a 02/1930. Revista mensal.

ALBUQUERQUE, Júlio Pompeu de Castro (org.). *Álbum do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1908.

ALMANAK LAEMMERT. Disponível em: www.crl.edu/brasil/almanak. Acesso em: 6 mar. 2011.

ALVARENGA, Ana Gabriela Saba de. *Intelectuais da educação na Comissão de Censura Cinematográfica (1932-1935)*. 2013. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

- ANDERMAN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica de 1882. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 128-170, 2004.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, A. de. *O Museu Nacional e a difusão da química*. Rio de Janeiro: Tipografia do Museu Nacional, 1922.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços não formais. *Educação patrimonial*, Chapecó, Argos, p. 257-266, 2007. Cadernos do Ceom.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876. Trimestral. v. I.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877. Trimestral. v. II.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1878. Trimestral. v. III.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Trimestral. v. VI.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Trimestral. v. VIII.
- ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (REVISTA). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. Trimestral. v. XXII.
- AURAS, Gladys Mary Teive. Manual de lições de coisas de Norman Calkins: produzindo professores para tecer a República em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3. 2004, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. Disponível em: <https://sbhe.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- AZEVEDO, Fernando de. A reconstrução educacional no Brasil. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José Gonçalves (org.). *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

- BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. In: BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1883. v. X, tomo II. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/372>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- BARBOSA, Rui. Preâmbulo do tradutor. In: CALKINS, Norman Alisson. *Primeiras lições de coisas*: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- BARBUY, Heloisa. Cultura de exposições em São Paulo no século XIX. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (org.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 257-268.
- BARTHES, A. *A aventura semiológica*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos).
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Pedagogium: templo da modernidade educacional republicana brasileira (1890-1919). In: BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 251-350.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; VIEIRA, Joaquim José Menezes de. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil*: da colônia aos dias atuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 568-576.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BEGONHA, Bodiaga. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1.131-1.157, out./dez. 2007.
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino*: a inspeção de professores primários na capital do Império brasileiro (1854-1865). 2008. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. Decisão nº 266, de 15 de dezembro de 1824. *Colleção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Decreto de 6 de junho de 1818. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Santa' Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa. Colleção das leis do Brazil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 60-61. Disponível em: bd.camara.leg.br/colleccao_leis_1818_parte1.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Decreto de 26 de fevereiro de 1821. Coleção das Leis do Brasil de 1821. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1889. p. 24. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18334>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Ministério dos Negócios do Império, 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720968&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Ministério dos Negócios do Império, 1838.

BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição política do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 23 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Império. Ofício s/n. Rio de Janeiro: 15 dez. 1824.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do anno de 1855 apresentado à Assembléa Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do anno de 1859 apresentado à Assembléa Geral Legislativa. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1860.

BRASIL. Ministério do Império. Relatórios da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1821-1860.

BRASIL. Catálogos dos produtos naturais e industriais remetidos das províncias do Império do Brasil que figurarão na Exposição Nacional inaugurada na Corte do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

BRASIL. Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862b.

BRASIL. Relatório Ministerial do Império, 1876-1A. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRASIL. Catálogo da Exposição da Indústria Nacional em 1881. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

BRASIL. Catálogo da Exposição Nacional em 1875. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Carioca, 1875.

BRASIL. Decreto nº 377-A, de 5 de maio de 1890. Organiza a Secretaria dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Rio de Janeiro: [s. n.], 1890. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387329/publicacao/15836213>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890. Reorganiza o Museu Nacional. Rio de Janeiro: [s. n.], 1890b. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890c. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislação>. Acesso: 15 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890. Cria um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium. Coleção de Leis do Brasil – 1890. Rio de Janeiro: [s. n.], 1890d. p. 1.877. v. VIII.

BRASIL. Relatório do inspetor geral de Instrução Pública. Rio de Janeiro: Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891. [S.n.t.]

BRASIL. Decreto nº 756A, de 8 de março de 1892. Transfere o Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislação>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.862, de 9 de fevereiro de 1910. Reorganiza o Museu Nacional. Rio de Janeiro: Officinas da Diretoria Geral de Estatística, 1910.

BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Rio de Janeiro: Officinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911. v. I.

BRASIL. Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Dá novo Regulamento ao Museu Nacional. Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1916. p. 60. col. 1. v. 2. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/422224>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e

dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-norma-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BRASIL. Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 abr. 1932, p. 7.146 (Publicação original).

BRASIL. Relatório do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1932b. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 17 jul. 2011.

BRASIL. Relatório do Ministério da Educação e Saúde de 1932. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora Unesp; Museu Paulista, 2005.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. Tradução de Rui Santana Brito. In: GIL, Fernando. *Encyclopéida Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 11-47. v. 16.

BUENO, Eduardo. Apresentação. O genocídio de ontem e hoje. In: LAS CASAS, Frei Bartolomé. *O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2001.

BUSCH, Leontina Silva. *Organização de museus escolares*. São Paulo: Empreza Editora Brasileira, 1937.

CADERMAN, David; CADERMAN, Rogério Goldfield. *O Rio de Janeiro nas alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CALKINS, Norman Alisson. *Primeiras lições de coisas: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*. Tradução de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CAMARA, Sonia de O. *Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930*. 1997. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CAMARA, Sonia de O. “Progredir ou desaparecer”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil moderno. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José Gonçalves

- (org.). *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 29-44.
- CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência: as conferências populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- CARVALHAL, Fernanda Caroline de A. *Instituto Nacional de Cinema: da história escrita à história contada – um novo olhar*. 15 maio 2009. Disponível em: <http://www.mnemocine.art.br/index>. Acesso em: 11 jun. 2010.
- CARVALHO, José Cândido de Melo. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Brasília, jul./ago./set. 1977. Publicação do MEC.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista: Edesf, 1998.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia moderna, pedagogia da Escola Nova. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.
- CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro: do descobrimento a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COLEÇÃO das leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: fev. 2011.
- COLLICHIO, Therezinha A. Ferreira. Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as conferências

populares da freguesia da Glória. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 1987. Publicação da Faculdade de Educação da USP.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., São Paulo, 1929. *Anais* [...]. São Paulo: A Conferência, 1929.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009. (Coleção Obras Completas).

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). *I Conferência Nacional de Educação (1927)*. Brasília: Inep, 1997.

CUNHA, Luís Antônio Rodrigues da. *A organização do campo educacional: as Conferências Nacionais de Educação*. Educação e Sociedade, São Paulo, n. 9, p. 5-44, jan. 1981.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p. 135-178. Tomo II, v. 1.

DAHER, Andréa. José de Anchieta. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 595-599.

DANNA, John Cotton. How museums came to be so deadly dull. In: PENISTON, William A. *The new museum: selected writings by John Cotton Danna*. Washington: The Newark Museum and the American Association of Museum, 1999.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Textos Fundantes em Educação).

DÍAZ, José María Hernandez. Etnografía e historia material de la escuela. In: DÍAZ, José María Hernandez; BENITO, Agustín Escolano (org.). *La memoria y el deseo: cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2002. p. 227-246.

DUARTE, Abelardo. *ladislau Neto (1838-1894)*. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934). *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-56, jan./abr. 2004.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DUGGAN, Stephen Pierce. *A student text-book in the history of education*. Nova York; Chicago: D. Appleton and Cia., 1916.

EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. Sobre os aimorés, kcreens e botocudos. Notas linguísticas. *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n. 3, out. 1975. Publicação da Fundação Nacional do Índio.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. *Catálogo geral ilustrado*. Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo: [s. n.], 1908.

FALARZ, Nicephoro Modesto. Organização dos museus escolares: sua importância. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). *I Conferência Nacional de Educação* (1927). Brasília: Inep, 1997. p. 116-120.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XX. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 171-182.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.

FARIA, L. de Castro. *As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Imprensa Nacional, 1949.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Educação, ciência e progresso: a Revista Pedagógica e o problema social do Brasil no final do século XIX. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 333-357, 2005. Publicação da UFRJ.

- FERRARO, Alceu Ravanello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Prefácio. In: KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 22).
- GALVÃO, Elisandra. *A ciência vai ao cinema: uma análise dos filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince)*. 2004. Dissertação (mestrado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Relatório de atividades. Do inspetor-geral da Instrução Pública, Correios e Telégrafos ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, em prestação de contas das atividades desenvolvidas. Rio de Janeiro, 1891. A-F1-4.
- GANDINI, Raquel Pereira Chain; RISCAL, Sandra Aparecida. Manoel Bergström Lourenço Filho. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 746-754.
- GIL, F. B. Museus de ciência, preparação do futuro, memória do passado. Colóquio/Ciências, *Revista da Cultura Científica*, n. 3, p. 72-89, out. 1988.
- GOELDI, Emílio. Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na província do Rio de Janeiro. *Archivos do Museu Nacional*, v. VIII, p. 7-123, 1892.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, jan./dez. 1997.

GONDRA, José Gonçalves. Abílio César Borges. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 35-44.

GONDRA, José Gonçalves. No cenáculo da ciéncia: a ordem médica e a questão da instrução. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 203-225.

GONDRA, José Gonçalves; VIEIRA, Rosemaria; MORAIS, Aline de. "Leituras muito necessárias para professores, meninos, mancebos e adultos": análise de uma proposta destinada à biblioteca dos professores de primeiras letras do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, Uberlândia, 2006. *Anais* [...]. 2006.

GONDRA, José Gonçalves; MAIA, Marilene Alves. Pelo "Amor das letras e das sciencias": reflexões acerca da campanha em prol da elevação dos estudos no Brasil Imperial. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., Porto (Portugal), 2008. *Anais* [...]. 2008.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

GOUVÊA, Guacira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (org.). *Educação em museu: a construção social do caráter público dos museus de ciéncia*. Rio de Janeiro: Acess, 2003.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 45-96.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *Evolucionismo no Brasil: ciéncia e educação nos museus – 1870-1915*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e nação: uma pedagogia para a modernidade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 183-202.
- HARTT, Carlos Frederico. Contribuições para a etnologia do vale do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, v. VI (consagrado à Exposição Antropológica Brasileira), p. 1-174, 1885.
- HEIZER, Alda. Os instrumentos científicos e as grandes exposições do século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 165-172.
- HEIZER, Alda. Entre mudanças e permanências, Le Brésil en 1889 e o Bolletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Resende (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008.
- HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- HEIZER, Alda. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2010.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHEMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HORNE, Janet. *Le Musée Social: aux origines de l'Etat Providence*. Paris: Belin, 2004.
- HORTA, José Silvério B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS. [Documento]. Rio de Janeiro: Inspetoria-geral da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891. A-E-7.

JUNGHANS, Miriam. Abrindo as gavetas: Emília Snethlage (1868-1929) e as coleções ornitológicas do Museu Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1922. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (org.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: Eduep, 2011. p. 61-73.

KEULER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876- 1939)*. Tese (doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOOGAN; HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1992.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu-educação formal. In: SEMINÁRIO SOBRE O FORMAL E O NÃO FORMAL NA DIMENSÃO EDUCATIVA DO MUSEU, 1. e 2., 2001, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Mast, 2001. p. 16-25.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Eduff, 2008. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 41).

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 22).

KROPF, Simone Petraglia. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 57-79.

KULLMANN JUNIOR, Moisés. *As grandes festas pedagógicas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

- KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2001, v. VIII (suplemento), p. 863-880. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzq3FRhdYhZWY94k/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Resende (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008.
- LACERDA, João Batista de. *Fatos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; CHRISTIAN, J. (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- LEAL, Maria Cristina. Heitor Lyra da Silva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC/Inep/Comped, 2002. p. 435- 440.
- LEITÃO, Cândido de Mello. A biologia no Brasil. *Biblioteca pedagógica brasileira*, série 5^a, v. 99. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1937. [Coleção Brasiliana].
- LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-19, nov. 1994-fev. 1995.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 57-84.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Júlio Afrânio Peixoto. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 659-663.

- LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOPES, Maria Margareth. Museus e educação na América Latina: o modelo parisiense e os vínculos com a universidade. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (org.). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Acess, 2003. p. 63-82.
- LUTZ, Bertha Maria Julia. A função educativa dos museus. In: MIRANDA, Guilherme *et al.* (org.). *A função educativa dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008. (Série Livros do Museu Nacional, v. 33).
- LUTZ, Bertha. *Relatório de viagem aos Estados Unidos, 1926*. Rio de Janeiro: MN, 1926. Pasta 98, doc. 20B, 11/1/1926 – Semear/MN/UFRJ.
- LUTZ, Bertha. *O papel educativo dos museus americanos: relatório apresentado ao diretor do museu, dr. Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro, MN, 1933. BL. 0, MUS 22/3; BL. 0, MUS. 22/2.
- LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 28-41. Tomo II, v. 4.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Os projetos de reforma da escola pública no Brasil propostos entre 1870 e 1886: a ênfase na formação moral do cidadão. *QUAESTIO: Revista de Estudos de Educação*, v. 7, n. 2, nov. 2005. Publicação da Universidade de Sorocaba. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/n12029.htm>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José Gonçalves. *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- MAGALHÃES, Fernando. *Museus, patrimônio e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições, 2005.
- MARANDINO, Martha *et al.* Estudo do processo de transposição museográfica em exposições do Mast. In: GOUVÊA, Guacira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (org.). *Educação em museu: a construção social do caráter público dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Acess, 2003. p. 161-183.

MARGOTTO, Lilian Rose. Leituras sobre o lugar da memória e das práticas de memorização no método intuitivo. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez de Souza (org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 107-116.

MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias: Portugal e Brasil – 1875/1889*. Niterói: Eduff, 2010.

MASSARINI, Luísa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Rio de Janeiro na década de 1920. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 115-135.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. A construção do Império da Boa Sociedade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 147-170.

MELLO NETO, Ladislau de Souza. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1870.

MELLO NETO, Ladislau de Souza. Resumo do curso de Anthropologia do Museu Nacional em 1877. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II, p. 165-169, 1877.

MELLO NETO, Ladislau de Souza. Resumo do curso de Botânica do Museu Nacional, em 1878. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. III, 1878.

MELLO NETO, Ladislau de Souza. Investigações sobre a Archeologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. VI, 1885.

MELLO NETO, Ladislau de Souza. *Museu Nacional: instruções sobre a preparação e remessa das colecções que lhe forem destinadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

MENDONÇA, Edgard Süsskind de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996a. p. 252-266.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996b. p. 267-299.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 2 dez. 2006.

MIRANDA, Guilherme *et al.* (org.). Apresentação. In: LUTZ, Bertha Maria Julia. *A função educativa dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquità, 2008. (Série Livros do Museu Nacional, v. 33).

MOACYR, Primitivo. A Instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil (1854-1888). In: MOACYR, Primitivo. *Biblioteca Pedagógica Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 2. v. (Coleção Brasiliana, série 5^a, v. 87).

MOLES, Abraham. Objeto e comunicação. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Pierre Boudon; WAHL, Henri Van Lier Eberhard. *Semiologia dos objetos*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MONROE, Paul. *História da educação*. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v. 34).

MORAES, Lydia Paula de. [Correspondência]. Dirigida ao diretor do Museu Nacional, solicita materiais de geologia, botânica e química para compor o museu escolar da Quarta Escola Pública de Meninas da Freguesia de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 28 maio 1891. Pasta 30, doc. 70. Semear/MN/UFRJ.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa; ARANHA, Jayme. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 247-270.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livros de ofícios do Museu Nacional e Correspondência Oficial*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1819-1842.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento de 8 de maio de 1870*. Estabelecido em decorrência do Decreto nº 4.167, de 29 de abril de 1868, que reforma

a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passando o Museu Nacional à sua 2^a Seção.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório sobre a Exposição Universal de 1867*. Paris: Typografia de Julio Claye, 1868b. Tomo I.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de avisos recebidos e ofícios dirigidos ao governo*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1861-1869.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de avisos recebidos e ofícios dirigidos ao governo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1869-1875.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento*. Anexo ao Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional. [S.n.t.]

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1877. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1882.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de atas do Conselho Administrativo do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1876-1885.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de decretos, portarias e nomeações dos empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e os ofícios dirigidos ao governo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1881-1885.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento*. Anexo ao Decreto nº 9.342, de 25 de abril de 1888. Reorganiza o Museu Nacional. [S.n.t.]

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Instruções sobre a preparação e remessa das coleções que lhe forem destinadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regimento interno do Museu Nacional*. Anexo ao Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890. Em execução do regulamento a que se refere o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, 1890. [S.n.t.]

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de decretos, portarias e nomeações dos empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e ofícios dirigidos ao governo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1885-1890.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de objetos entrados na 2^a seção e daí saídos em permuta*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1879-1889.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de lançamento feito pelo Porteiro, dos objetos saídos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1876-1892. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro da correspondência oficial do Museu Nacional – cópias de ofícios*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1891-1893.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de ofícios dirigidos a diversas autoridades pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1893-1897.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional, de 26 de dezembro de 1899*. Anexo ao Decreto nº 9.942, de 25 de abril de 1888. Reorganiza o Museu Nacional. [S.n.t.]

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro das atas do Conselho Administrativo do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1893-1904.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de registro de ofícios a diversas autoridades*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1899-1907.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1907-1910.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1911.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1912a.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional, de 15 de dezembro de 1911*. Anexo ao Decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911. Reorganiza o Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912b.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1913.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1914.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1915.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livro de ofícios do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1916a. Semear/MN/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional*. Anexo ao Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916b.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Livros de ofícios do Museu Nacional*. Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1918.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1919*. De Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1920*. De Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1921*. De Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1922*. De Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1923*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1924.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria de 1926*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1926. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL. *Instruções para o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1927. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1929*. Rio de Janeiro: SAE/MN, 1929. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1930*. Rio de Janeiro: SAE/MN, 1930.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1932*. Rio de Janeiro: SAE/MN, 1932. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional*. Anexo ao Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

MUSEU NACIONAL. (Brasil). *Relatório do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1933*. Rio de Janeiro: SAE/MN, 1933.

MUSEU NACIONAL. *Relatório da 5ª seção do Museu Nacional – Serviço de Assistência ao Ensino de 1934*. Rio de Janeiro: SAE/MN, 1934.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Diretoria do ano de 1940*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1940. Semear/Museu Nacional/UFRJ.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Os diretores do Museu Nacional/UFRJ. Organização do Setor de Museologia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007-2008. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso em: 5-11 mar. 2011.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX*. 2009. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Dimas Santana Souza. *Razões de Estado: as reformas da instrução pública em Mato Grosso e Minas Gerais e na Corte Imperial (1851-1859)*. 2009. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso: o Brasil nas Exposições Internacionais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Finep/CNPq, 1986.

NEVES, Margarida de Souza. A “machina” e o indígena. O Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 173-206.

NEVES, Margarida de Souza. Uma capital em trompe l’oeil: o Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES,

- Cláudia; GONDRA, José G. (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 253-285.
- NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1981. v. 2. 1910/1930.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2000.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.
- O ESTADO do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1908. Acervo da Biblioteca do Museu Nacional.
- O IMPÉRIO do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- OITICICA FILHO, J. As publicações do Museu Nacional como contribuição para a ciência e a cultura. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, n. 42, 1961.
- OLIVEIRA, Januária Teive de; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. As polêmicas entre Manoel Pereira Reis, Emmanuel Liais e Luiz Cruls na passagem do século XIX para o século XX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. 2003. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=170.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Nação, região, geografia. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 45-55.
- PENNA, Belisário. Qual o melhor processo para a educação da memória? In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). *I Conferência Nacional de Educação (1927)*. Brasília: Inep, 1997. p. 625-642.
- PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Educação museal entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. 2010. Dissertação (mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa, 1775-1869*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 4 jun. 2011.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: LE GOFF, J. (org.). *Encyclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. V. 1: Memória-História.
- POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005. p. 151-162.
- PROGRAMA das Exposições Provinciais e da Geral ou Nacional de 1862. In: *Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- RAGO, Margareth. Michel Foucault e o zoológico do rei. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 253-268.
- RANGEL, Jorge Antonio da Silva. *A musealização da educação na antropologia de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional (1905-1936)*. 2007. Tese (doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- RAPOSO, José Antonio Simões. *Conferências pedagógicas do Porto em 1885*. Porto: Tipografia do Comércio do Porto, 1885.
- REBELLO, Pedro Velloso. [Correspondência]. Solicita ao diretor do Museu Nacional que mandasse averiguar o estado de conservação de peças anatômicas para o ensino de história natural no Ginásio Nacional. Rio de Janeiro, 13 jun. 1891. Pasta 30, doc. 86, Semear/MN/UFRJ.
- RELATÓRIO do Inspetor-geral de Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Rio de Janeiro: Semear/Museu Nacional/UFRJ, 1891.
- RESENDE, Fernanda Mendes. Divulgação e apropriação do método intuitivo em Minas Gerais (1^a década do século XX). In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, 2000.

REVEL, Jacques. A instituição e o social. In: REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Tradução de Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Campinas: Autores Associados, maio/ago. 2007-jan./abr. 2011. Quadrimestral.

REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (RNE). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública/Museu Nacional, out. 1932-jun.1934. Mensal.

REVISTA PEDAGÓGICA. Rio de Janeiro: Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1890.

SANDBERG, Mark B. Efigie e narrativa: examinando o museu de folclore do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu: centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal? *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 18, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 115-135.

SAVIANI, Demerval. Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as ideias pedagógicas de Abílio César Borges, barão de Macahubas. *História da educação*, n. 7, p. 41-58, abr. 2000.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHELBAUER, Analete. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)*. 2003. Tese (doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

- SCHVARZMAN, Sheila. Salvando o cinema do cinema – Edgard Roquette-Pinto e o cinema educativo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 2007, Santos. *Anais* [...]. Santos: Intercom, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do século XIX. *In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 8. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARTZ, Vanessa R. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris do fim-de-século. *In: SCHWARTZ, Vanessa R.; CHARNEY, Leo (org.). O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p. 411-439.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.
- SETH. Lições de desenho. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 71-73, 1932. Publicação do Museu Nacional.
- SILVA, Arlette Pinto de Oliveira (org.). *Páginas da História: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: MEC-Inep, 2004.
- SILVA, José Cláudio Sooma. *Teatros da modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. 2009. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SILY, Paulo Rogério Marques. Práticas educativas do Museu Nacional do Rio de Janeiro no início do século XX. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (CBHE)*, 5., Aracaju, 2008. *Anais* [...]. Aracaju, nov. 2008.
- SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. 2012. Tese (doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILY, Paulo Rogério Marques. História, educação e cultura material: um estudo das coleções didáticas e mapas murais do Museu Nacional. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, IX.*, São Carlos, 2009. *Anais* [...]. São Carlos, 2009a.

SILY, Paulo Rogério Marques. Lições de ciências: vulgarização do conhecimento na *Revista Nacional de Educação*. *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, IX.*, Rio de Janeiro, 2009. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Uerj, 2009b.

SILY, Paulo Rogério Marques. Coleções didáticas do Museu Nacional do Rio de Janeiro: produção e circulação na primeira metade do século XX. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VIII.*, São Luís do Maranhão, ago. 2010. *Anais* [...]. São Luís do Maranhão, 2010.

SILY, Paulo Rogério Marques; SANTOS, Josy de Almeida. Ações educativas do Museu Nacional para a divulgação das ciências e popularização da cultura brasileira nas décadas de 1920 e 1930. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6.*, Vitória, maio 2011. *Anais* [...]. Vitória, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tecnologias de ordenação escolar no século XIX. Currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860-1880). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 9, p. 9-42, jan./jun. 2005.

STRAUCH, Paulo Cesar. *Pindorama e o Palácio de Cristal*: um olhar brasileiro sobre a Exposição de Londres de 1851. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

SUCUPIRA, Newton Lins Buarque. Francisco Venâncio Filho. *In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais. 2. ed.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 399-407.

TAUNAY, Alfredo de Escragnolle. *A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4868>. Acesso em: 5 set. 2011.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. 2008. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- TEIXEIRA, Giselle Baptista. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1910)*. 2016. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo*. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).
- VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges, o barão de Macahubas (1856-1892)*. 2006. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- VALENTE, Maria Esther. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (org.). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Acess, 2003.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Tempos de modernização. Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 349- 373.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Edgard Roquette-Pinto. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 282-284.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A educação e seu aparelhamento moderno*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. (Atualidades Pedagógicas, série 3^a, Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 38).
- VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane M.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia Grave (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília C. C. de. (org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 107.

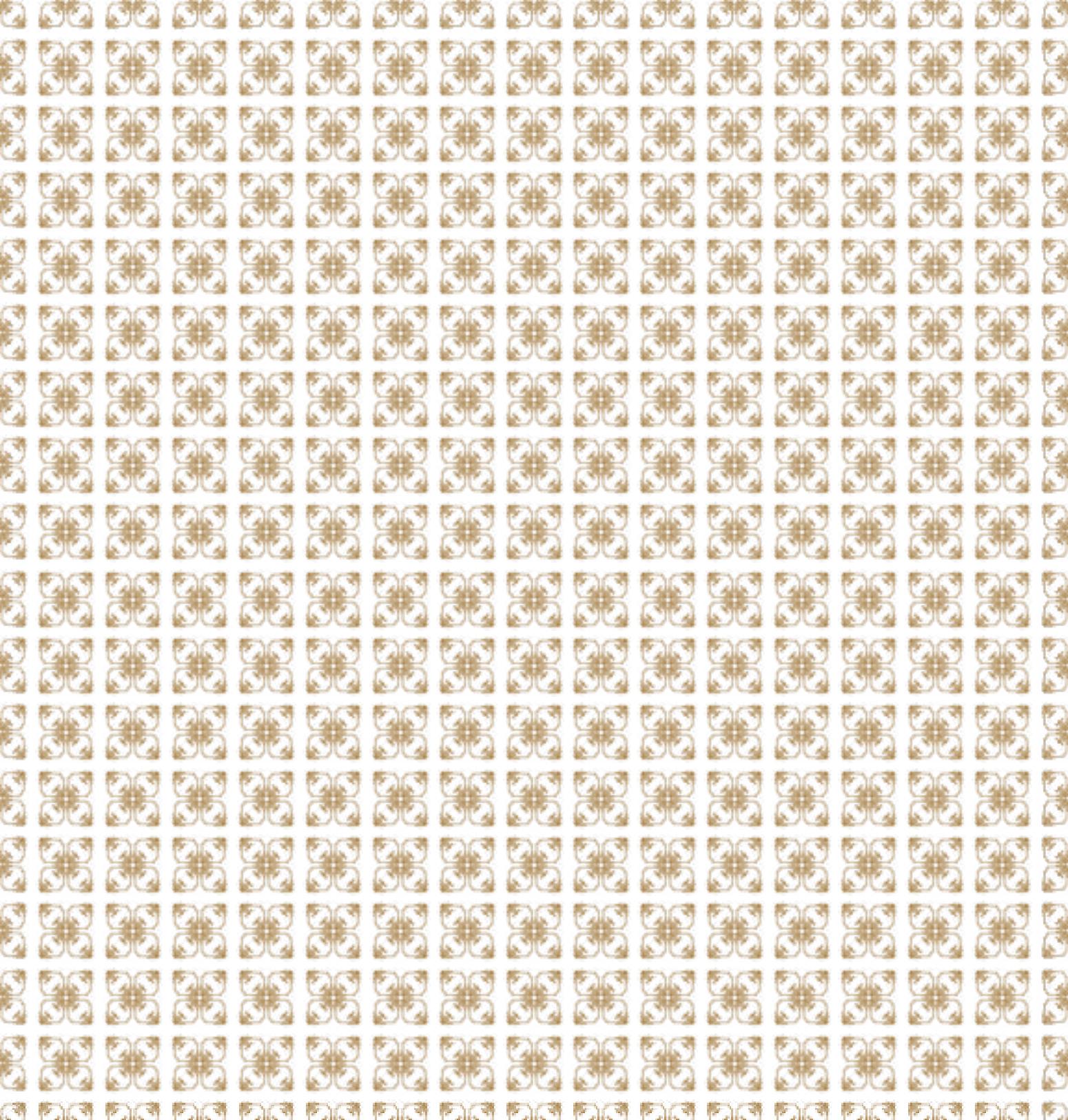
VIDAL, Diana Gonçalves. As viagens, os viajantes – tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO: A MATEMÁTICA MODERNA NAS ESCOLAS DO BRASIL E DE PORTUGAL: ESTUDOS HISTÓRICOS COMPARATIVOS, 7., Florianópolis, 2009. *Anais* [...]. Florianópolis, 2009.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Luís Cruls e a astronomia no Imperial Observatório do Rio de Janeiro, entre 1876 e 1889. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 123-143.

WEIL, Stephen E. Introduction. In: PENISTON, William A. *The new museum: selected writings by John Cotton Danna*. Washington: The Newark Museum and the American Association of Museum, 1999.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Exposição Nacional Brasileira de 1875*. Rio de Janeiro: Tipografia de O Globo, 1875.

Apêndices





Apêndice A

**Trajetória institucional do Museu Nacional,
de acordo com seus diretores e legislação
referentes ao período de 1818 a 1935**

Diretores/gestão	Diploma legal	Regulamento	Regimento interno
Frei José da Costa Azevedo (1818-1822) João de Deus e Mattos (1822-1823) - interino João da Silva Caldeira (1823-1827)	Decreto de criação do Museu Nacional, 6 de junho de 1818, por D. João VI.	Instrução para viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de história natural [...]. Reeditado em 1919.	
Frei Custódio Alves Serrão (1827-1847) Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui (1847-1866)	Decreto de 3 de fevereiro de 1842, para execução do art. 2º, § 13, da Lei nº 164, de 26 de setembro de 1840.	Regulamento 123, de 3 de fevereiro de 1842, primeiro do Museu Nacional. Dá a ele uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos.	
Francisco Freire Allemão de Cysneiros (1866-1870)	Decreto nº 4.167, de 29 de abril de 1868. Reforma a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passando o Museu Nacional a pertencer à sua 2ª seção.	Regulamento de 8 de maio de 1870.	Regimento interno para execução do regulamento de 1870.

(continua)

(continuação)

Directores/gestão	Diploma legal	Regulamento	Regimento interno
Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893)	Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional. Decreto nº 9.942, de 25 de abril de 1888. Reorganiza o Museu Nacional.	Decreto nº 6.116/1876. Regulamento a que se refere o Decreto nº 6.116/1876.	Decreto nº 9.942/1888. Regulamento a que se refere o Decreto nº 9.942/1888.
Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893)	Decreto nº 377/A, de 5 de maio de 1890. Organiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, passando o Museu Nacional a pertencer à sua 1ª secção.	Decreto nº 377/A, de 5 de maio de 1890. Regulamento a que se refere o Decreto nº 377/A, de 5 de maio de 1890.	Regulamento interno para execução do regulamento a que se refere o Decreto nº 377/A, de 5 de maio de 1890.
Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893)	Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890. Reorganiza o Museu Nacional.	Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890. Regulamento a que se refere o Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890.	Regulamento interno para execução do regulamento a que se refere o Decreto nº 379-A, de 8 de maio de 1890.

(continua)

(continuação)

Diretores/gestão	Diploma legal	Regulamento	Regimento interno
Amaro Ferreira das Neves Armond (6/9/1892-1893) - interino Domingos José Freire Júnior (1893-1895) - interino	Decreto nº 1.160, de 6 de dezembro de 1892. Regulamento a Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, passando o Museu Nacional a pertencer à Diretoria da Instrução, em sua 2 ^a seção.		
João Batista de Lacerda (1895-1915)	Decreto nº 1.179, de 26 de dezembro de 1892. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.	Decreto nº 1.179, de 26 de dezembro de 1892, de 26 de dezembro de 1892.	Regulamento a que se refere o Decreto nº 1.179, de 26 de dezembro de 1892.
Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923) Arthur Heil Neiva (1923-1926)	Decreto nº 3.211, de 11 de fevereiro de 1899. Aprova novo regulamento para o Museu Nacional.	Decreto nº 3.211, de 11 de fevereiro de 1899. Aprova novo regulamento para o Museu Nacional.	Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.211/1899.
	Decreto nº 7.862, de 9 de fevereiro de 1910. Dá novo regulamento para o Museu Nacional.	Decreto nº 7.862, de 9 de fevereiro de 1910. Regulamento a que se refere o Decreto nº 7.862/1910.	
	Decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.	Decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.	Regulamento a que se refere o Decreto nº 9.211/1911.
	Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.	Decreto nº 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Regulamento adotado pelo Decreto nº 11.896/1916.	

(continua)

(continuação)

Diretores/gestão	Diploma legal	Regulamento	Regimento interno
Edgard Roquette-Pinto (1926-1935)	Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública e dá outras providências, sendo o Museu Nacional subordinado ao Departamento Nacional de Ensino.	Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931. Dá novo regulamento ao Museu Nacional.	Instruções para o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, de 6 de outubro de 1927.
Alberto Betim Paes Leme (1935-1938)		Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto nº 19.801/1931.	
Heloísa Alberto Torres (1938-1955)	Decreto-lei nº 2.974, de 23 de janeiro de 1941.. Reorganiza o Museu Nacional e dá outras providências. Decreto nº 6.746, de 23 de janeiro de 1941, aprova o regimento do Museu Nacional.		Regimento interno do Museu Nacional de acordo com o Decreto nº 6.746/1941.

Fontes: MUSEU NACIONAL. *Diretores do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007-2008. Disponível em:
<http://www.museunacional.ufrj.br>. Acesso em: 18 ago. 2011; Legislação referente ao Museu Nacional, pertencente ao acervo documental do Semear/MN/UFRJ.



Apêndice B

Revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* (1876-1933) – volume, ano, autor/função, temáticas ou títulos dos artigos e sobre o que instruem/informam

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
I Capa com símbolo do Império do Brasil	1876	Prof. Carlos Wierner (em comissão especial do MN)	Sobre os sambaquis do Sul do Brasil	<p>Etnografia, arqueologia. Relato de viagem de Carlos Wierner, acompanhado do viajante naturalista do Museu Nacional Carlos Schreiner, para estudo sobre sambaquis do Sul do Brasil (Santa Catarina). Dos materiais de que se compõem os sambaquis; da disposição interior dos sambaquis; breve descrição dos objetos colhidos pelos membros da expedição; síntese e conclusão. Uso do método analítico, descritivo, comparativo. Considera a unicidade de características dessa espécie, tendo como referência os preceitos evolutivos da teoria darwinista.</p>

(continua)

¹ Pizarro era médico, adepto do evolucionismo e das teorias darwinistas. Segundo Batista de Lacerda, “um transformista e radical e exagerado”, que escandalizou o público em sua conferência no Museu Nacional ao tratar da descendência do homem, destacando os pontos comuns que os homens tinham com os macacos (cf. Guaitieri, 2008, p. 55).

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?	
1 Capa com símbolo do Império do Brasil	1876	Batista de Lacerda	Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil: nota sobre a conformação dos dentes	<p>Segundo Lacerda, o século XIX teria como missão universalizar a ciência e harmonizar os povos.</p> <p>Analise dos dentes de nativos brasileiros, comparados com os de nativos americanos. Método analítico comparativo, utilizando elementos comparativos apresentados por Morton (em estampas), entre eles dentes de nativos brasileiros e nativos de demais regiões da América e da Nova Zelândia.</p>	<p>Exposição do que foi observado sobre sambaquis da região de Salinás, no Pará, informando sobre as localidades, seus estados de conservação e sobre os objetos que têm sido neles encontrados.</p> <p>Descrição das coleções, por ordem, família, gênero, espécie. Método de classificação científica.</p>

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		Batista de Lacerda (diretor da seção de Antropologia)	Ação fisiológica do urari	<p>Estudo da composição do urari, substância venenosa utilizada na ponta de flechas de povos nativos brasileiros, já estudada na França e comentada por diversos viajantes e cientistas europeus, desde o século XVI. Método analítico experimental e comparativo.</p> <p>Utiliza-se das observações e das versões de viajantes e naturalistas em incursões pelo Brasil, como Humboldt von Martius e Francis Castelnau, comparando-as, procurando suas afirmativas comuns.</p>
1 Capa com símbolo do Império do Brasil	1876	Carlos Frederico Hartt	Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no MN	<p>Antropologia.</p> <p>Ilustrado com imagens e desenhos de objetos utilizados por grupos indígenas do Brasil. Descrição das peças segundo sua morfologia e composição. Apresenta a localização onde foram encontrados, a que grupos pertenciam, seguindo uma metodologia indicada para incursões científicas, e quais procedimentos adotar para coleta, registro, guarda e transporte dos objetos encontrados. Utiliza-se dos estudos e da classificação de Evans.</p>
		Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto	Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil	<p>Estudos científico-antropológicos sobre raças indígenas do Brasil. Análise de crânios que pertencem ao acervo do MN, muitos dos quais são de índios botocudos. Utiliza-se de estudos e descrições de viajantes e naturalistas estrangeiros (von Tschudi, Semes, etc.). Faz referência aos trabalhos sobre craniometria de Blumenbach e às pesquisas etnográficas de Buffon, assim como a estudos de cientistas e antropólogos de seu tempo, em geral europeus e americanos (Morton/EUA e Moreno/Argentina). Os estudos baseiam-se na terminologia e nos processos craniométricos da escola do dr. Broca (anatomia comparada) e nas normas de representação de Blumenbach. Método comparativo e analítico.</p>

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		João Bátista de Lacerda Filho	Investigações experimentais sobre a ação do veneno da <i>Bothrops jararaca</i>	Descrição das experiências desenvolvidas no Museu Nacional com aplicação do método experimental para o estudo e a solução dos problemas toxicológicos derivados de picada de cobra venenosa.
II	1877	Frederico Müller (naturalista viajante do Museu Nacional)	A correlação das flores versicolores e dos insetos pronudos	Estudo de botânica.
		Frederico Müller	As máculas sexuais dos indivíduos masculinos das espécies <i>Danais erippus</i> e <i>Danais gilippus</i>	Estudo de lepidópteros.
		Frederico Müller	Os órgãos odoríferos das espécies <i>Epicaila aconitius</i> L. e de <i>Myscelia orsis</i> Dru.	Estudo de lepidópteros.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		Frederico Müller	Os órgãos odoríferos nas permas de certos Lepidópteros	Estudo de lepidópteros.
		Domingos Soares Ferreira Penna (membro correspondente e naturalista viajante do Museu Nacional)	Apontamentos sobre os cerâmios do Pará	Notas sobre antiguidades do Pará, enviadas por carta ao diretor Ladislau Netto, dando notícias sobre o material arqueológico existente em municípios do Pará e ilha de Marajó, com descrição geográfica, climática, topográfica e hidrográfica da ilha e informações sobre principais doenças endêmicas. Descrição dos sítios arqueológicos e do material indígena encontrado, alguns semelhantes aos já estudados por viajantes anteriores. Importância de estudos sobre cerâmios para a história do Brasil.
II	1877	Orville A. Derby	Contribuições para a geologia da região do baixo Amazonas	Resumo dos resultados mais importantes dos estudos executados sobre a Amazônia pelo professor Carlos Frederico Hartt e sua equipe, extraídos e condensados de um extenso relatório preparado por ele e pela equipe da Comissão Geológica do Império, da qual era chefe. Estudos da topografia, geologia e hidrografia da região amazônica.
		Ladislau Netto (diretor do Museu Nacional)	Apontamentos sobre os tembetás (adornos labiais de pedra) da coleção arqueológica do Museu Nacional	Estudo étnográfico sobre o uso de adornos por povos de todo o mundo, com especial atenção aos indígenas do Brasil.
		Ladislau Netto	Resumo do curso de Antropologia no Museu Nacional em 1877, ministrado pelo dr. João Batista de Lacerda	Estudo de fisiologia e anatomia humana por meio do método experimental.
		Ladislau Netto	Bibliografia	Nota das publicações recebidas em permuta com a revista <i>Archivos do Museu Nacional</i> no ano de 1877.
III	1878	Frederico Müller	Os órgãos odoríferos da <i>Antirrhina archaea</i> Hübner	Estudo de lepidópteros.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		H. Gorcik (diretor da Escola de Minas de Ouro Preto)	Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da província de Minas Gerais pelos alunos engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto	Descrição de trabalho de pesquisa de campo realizada por alunos de engenharia, fornecendo informações sobre geologia, topografia e hidrografia do município de Ouro Preto.
		Leandro Dupré Junior (aluno da Escola de Minas de Ouro Preto)	Estudo geológico e mineralógico da região E. de Ouro Preto, compreendida entre aquela cidade e a povoação de Taquaral e o rio do Camo	
		Luiz Adolpho Correa da Costa (aluno da Escola de Minas de Ouro Preto)	Estudo geológico de São Bartolomeu e da mina de ouro da Tapera perto de Ouro Preto	
		João Batista de Lacerda Filho	Algumas experiências com o veneno do Bufo ictericus, Spix (Crapaud du Brésil)	Analise comparativa com espécimes de plantas venenosas do Brasil e da Europa.
III	1878	Frederico Müller	A prega costal das Hesperídeas	Estudo de lepidópteros.
		João Batista de Lacerda Filho	Investigações experimentais sobre o veneno do <i>Crotalus horridus</i> (Serpent à sonnette) (trabalho executado no Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional)	Estudo de venenos de ofídios.
		Orville A. Derby	A geologia da região diamantífera da província do Paraná no Brasil	Descrição da posição geográfica, da topografia e da geologia da região no estado do Paraná.
		Frederico Müller	Sobre as casas construídas pelas larvas dos insetos <i>Trichopteros</i> da província de Santa Catarina	Estudo de entomologia.
		Orville A. Derby	A baía cretácea da Bahia de Todos os Santos	Descrição das condições geológicas e hidrográficas da Bahia de Todos os Santos.
		Richard Rathbun (ajudante da Comissão Ictiológica dos Estados Unidos)	Observações sobre a geologia: aspecto da ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos	Descrição da localização geográfica, da geologia e da hidrografia da ilha de Itaparica.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
III	1878	Ladislau Netto	Resumo do curso de Botânica no Museu Nacional, em 1878	História das plantas sob aspecto de sua distribuição, nas diversas zonas do globo, e de sua influção sobre a indústria humana.
		Nicolau Moreira	Insectologia - lepidópteros	
		Domingos Soares Ferreira Penna (membro correspondente e naturalista do Museu Nacional)	Algumas palavras da língua dos aruans	Relato de experiência e pesquisa com o último representante da nação dos aruans, na ilha de Marajó. Estudo linguístico.
IV	1879	João Batista de Lacerda	Crânios de Maracá Guiana Brasileira: contribuição para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil	Estudo de ossos e crânios remetidos ao Museu Nacional pelo naturalista viajante Ferreira Penna.
		Fritz Müller	A metamorfose de um inseto diptero	Primeira parte - descrição do exterior da larva.
		Orville A. Derby	Contribuição para o estudo da geologia do vale do rio São Francisco	Descrição dos caracteres topográficos e geológicos dessa região.
		Orville A. Derby	Observações sobre algumas rochas diamantíferas da província de Minas Gerais	Descrição dos caracteres topográficos e geológicos de distritos de Minas Gerais.
		João Batista de Lacerda	Nota sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos	Estudos antropológicos sobre conservação de material ósseo, através de análise comparativa de espécimes.
		[Não consta]	Bibliografia	Nota das publicações recebidas em permuta com os <i>Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro</i> , em 1879.
V	1881	José M. da Conceição Velloso	<i>Florae fluminenses - Classis I</i>	Texto completo, com parte inédita, do frei Mariano Velloso, botânico brasileiro do século XVIII.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/funcção	Temática/título	O que informam? O que instruem?
VI		J. Rodrigues Peixoto	Novos estudos craneoídicos	
	1885	Ladislau Netto	sobre os botocudos	Investigações sobre a arqueologia
		João Batista de Lacerda	Contribuição para a antropologia	brasileira - o homem dos sambaquis
		Carlos Frederico Hartt	Contribuição para a etnologia do vale do Amazonas	
VII		Charles A. White (diretor de Paleontologia do Museu Nacional dos Estados Unidos, paleontólogo da Comissão Geológica do Brasil)	Contribuições à paleontologia do Brasil	Estudos feitos sobre os fósseis invertebrados cretáceos, parte das coleções formadas pela Comissão Geológica do Brasil, depositadas no Museu Nacional (com gravuras reproduzindo os espécimes), com descrição de aspectos físicos, com maior atenção aos geológicos, da região Nordeste do Brasil.
	1887	Emílio Augusto Goeldi	Moléstias do cafeeiro na província do Rio de Janeiro	Descrição histórica-geográfica da região do Norte Fluminense e da cultura do café nessa região; características da moléstia com estudos científicos de botânica e biologia; características geológicas da região e suas propriedades para o cultivo do café; formas de propagação da moléstia; profilaxia.
		Fritz Müller (naturalista vijante do MN)	Trichodactylus, siri de água doce, sem metamorfose	Estudo de biologia animal.
		Hermann von Ihering	Descrição e anatomia da <i>Peltella</i>	Estudo de biologia animal.
VIII		Fritz Müller	O camarão preto, <i>Palaeomon potuna</i>	Estudo de biologia animal.
	1892		Descrição da <i>Janira exul</i> , crustáceo isópode do estado de Santa Catarina	Estudo de biologia animal.
				(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
IX ou I, da Revista do Museu Nacional	1895	John M. Clarke Orville A. Derby	As trilobitas* do Grec de Eteré e Macurú. Estado do Pará - Brasil (*classe de articulados marinhos, fósseis da Era Primária) Notas sobre a geologia e paleontologia do Mato Grosso	Fauna fóssil em distritos do Pará estudados inicialmente pelo professor Hartt (1870-1871) e mais tarde pela Comissão Geológica do Brasil, com trabalhos sobre a geologia da região publicados em periódicos dos Estados Unidos.
		Orville A. Derby	Estudo sobre o meteorito de Bendegó	Histórico sobre a descoberta e a remoção do meteorito, da Bahia ao Rio de Janeiro.
		Ernesto Ule	Relatório de uma excursão botânica feita na serra de Itatiaia	Descrição da topografia da região Sudeste, das alterações sofridas pela cultura do café, da topografia, da hidrografia, do clima e da vegetação da serra do Mar, particularmente da serra da Mantiqueira.
	1899	John M. Clarke John M. Clarke	A fauna siluriana superior do rio Trombetas Moluscos devonianos do estado do Pará	Descrição de fósseis encontrados na região do Amazonas, com estudos geológicos de diferentes eras, implicando a descrição da topografia e da hidrografia da região.
		Maria do Carmo de Mello Rego	Artefatos indígenas de Mato Grosso	Descrição de costumes e hábitos, arte e cultura em geral dos índios parecis, e de suas características físicas, bem como da região que habitam nas cabeceiras do Rio Paraguai e de descobertas arqueológicas feitas na região.
		Ernesto Ule	Utricularias epiphylitas	Estudo de botânica.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XI Capa com fotografia do palácio da Quinta da Boa Vista	1901	Carlos Moreira (assistente da seção de Zoologia do Museu Nacional)	Contribuições para o conhecimento da fauna brasileira - crustáceos do Brasil	Estudo da fauna carcinológica do Brasil.
XII	1903	João Batista de Lacerda (diretor do Museu Nacional)	Recherches sur la cause et la prophylaxie de la fièvre jaune faite au laboratoire de biologie du Musée National de Rio de Janeiro	Apresentação da pesquisa realizada por Batista de Lacerda sobre a causa e a profilaxia da febre amarela, com observações e experiências demonstrando que a causa da doença é uma bactéria; apresentação das formas pelas quais o germe patogênico da febre amarela penetra no organismo e do método de imunização contra a doença. Ilustrações das experiências, com pranchas cromolitográficas, com desenhos feitos pelo assistente do Museu Nacional Santos Lahera y Castillo.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		Carlos Schreiner (subdiretor da seção de Zoologia) e Alípio de Miranda Ribeiro (naturalista ajudante da seção de Zoologia)	A coleção de peixes do Museu Nacional	
	1903	Carlos Moreira (assistente da seção de Zoologia)	Contribuições para o conhecimento da fauna brasileira - crustáceos do Brasil	
	XII	Carlos Moreira (assistente da seção de Zoologia)	Crustáceos da Ponta do Farol, em São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina	
		Carlos Moreira (assistente da seção de Zoologia)	Contribuições para o conhecimento da fauna brasileira - vermes oligochaetos do Brasil	
		Catálogo da Exposição de História do Brasil (1883)	Declarações e certas notícias do sítio do Pará, ações dos moradores e seus costumes de vida	Descrição histórico-geográfica da região da Amazônia, suas gentes, hábitos e costumes indígenas.
		Alexandre Rodrigues Ferreira	Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Pará	Descrição de práticas culturais indígenas relativas ao uso do peixe-boi.
		Alípio de Miranda Ribeiro (secretário do Museu Nacional e naturalista viajante)	<i>Basilia ferruginea</i> , gênero novo e espécie nova da família das Nycteribiadas	Estudo de entomologia.
		Alexandre Rodrigues Ferreira	Memória sobre a Yurara-reté	Descrição de práticas culturais indígenas relativas ao uso desse tipo de tartaruga da Amazônia.
		John C. Branner	A bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brazil	
		Alferes José Augusto Caldas	Apontamentos para a organização da gramática bororó - o alfabeto	Língua falada pelos bororós coroados. Estudo e descrição da representação gráfica e fonética dos vocábulos que a constituem.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XII	1903	Ernest Hemmendorff e Carlos Moreira (assistentes das seções de Botânica e Zoologia do Museu Nacional)	Relatórios das excursões efetuadas na margem esquerda do Rio Branco em São Paulo e no Itatiaia na serra da Mantiqueira	Descrição do itinerário de São Paulo a Itatiaia com destaque para a topografia, hidrografia, clima e vegetação local (com fotografias).
		P. Dusén	Sur la flore de la Serra do Itatiaia au Brésil	Descrição geológica, topográfica, da fauna e da vegetação local.
		Carlos Moreira	Campanhas de pesca do <i>Annie</i> - crustáceos	
XIII	1905	Alípio de Miranda Ribeiro	Genus <i>Megalobrycon</i> , Gnthr. Seu enumeratio systematica hujus generis <i>Characinaidarum specierum</i>	Descrição em latim de estudo entomológico.
		Alípio de Miranda Ribeiro	Braula Cœca, Nietsch.	Descrição em latim de estudo entomológico.
		Alípio de Miranda Ribeiro	Vertebrados do Itatiaia (peixes, serpentes, sáurios, aves e mamíferos)	Resultados da excursão de sr. Carlos Moreira, assistente da seção de Zoologia do Museu Nacional. Descrição da hidrografia, clima e zoologia da região.
		João Batista de Lacerda	O micrório da febre amarela	
		Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Peixes - tomo I	Descrição enumerativa, científica e detalhada de todos os peixes conhecidos como habitantes de águas brasileiras. Noções gerais de morfologia, fisiologia e taxonomia, com indicação bibliográfica.
XIV	1907	Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Peixes - tomo II	
		Alípio de Miranda Ribeiro	O porquinho-dá-índia e a teoria genealógica	
		Alípio de Miranda Ribeiro	Alguns dipteros interessantes	Estudo de entomologia.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XV	1909	João Batista de Lacerda R. Krone	De variis plantis Veneriferis Estudo sobre as cavernas do vale do Ribeira	Estudo de paleoziologia brasileira, particularmente da região Sudeste, com exposição de teoria e sistemática das cavernas; notas topográficas e geológicas, com descrição da hidrografia local; índice das cavernas e grutas do vale da Ribeira; pesquisas e achados paleoziológicos.
		Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Os peixes - tomo III	
		Alberto José de Sampaio	Uma Orchidacea nova	Estudo sobre a flora de Santa Catarina.
		João Batista de Lacerda	Le microbe de la fièvre jaune (trabalho apresentado na Conferência Sanitária Internacional, México, 1909)	
		João Batista de Lacerda	Contributions à l'étude de la cause de du béribéri (a segunda parte desse trabalho corresponde à comunicação feita à Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro)	Exposição de experiências científicas realizadas no Museu Nacional sobre a doença.
XVI	1911	Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Peixes - tomo IV	Resenha histórica sobre pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre peixes; estudo de <i>Eleuterobranchii</i> , com fotografias, bibliografia e índice.
XVII	19??	Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Peixes - tomo V - segunda parte	Idem.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XVIII	1916	A. J. de Sampaio	Contribuição ao estudo da flora de Minas Gerais	
		A. Childe	A drama Tâkushit do Museu Nacional do Rio de Janeiro: algumas considerações sobre a estatária egípcia	
		A. J. de Sampaio	Plantæ Novæ vel minus cognitæ - Orchidaceæ I	
		A. J. de Sampaio	Relatório da Comissão desempenhada na Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos	
XVIII	1916	A. Childe	Autopsie d'un monstre céphalothoracopage monosymétrique de race porcine	
		Eugenio Rangel	Contribuição para o estudo dos Puccinias das Myrtaceas	
		Eugenio Rangel	Fungos do Brasil, novos e mal conhecidos	

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		A. J. de Sampaio	A flora de Mato Grosso. Memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon	Histórico das herborizações feitas até então no estado, as coleções obtidas e sua distribuição pelos herórios mundiais, catálogo das plantas mato-grossenses e bibliografia botânica relativa ao estado de Mato Grosso. Complementado com dez mapas do estado de Mato Grosso.
XIX	1916	A. Childe (conservador das antiguidades clássicas e orientais no Museu Nacional)	Arqueologia clássica e americanismo (conferência lida em março de 1915 na Biblioteca Nacional)	Exposição sobre o valor das ciências dedicadas aos estudos da Antiguidade: etnografia, história, arqueologia, antropologia, filosofia, psicologia, sociologia. Apresentação de teorias sobre as origens do homem americano, com base na monogenia e na poligenia. Ilustrações com imagens de inscrições pré-históricas norte-americanas e fotografias de peças de cerâmica Marajó.
		A. Childe	Os deuses e os mortos nas crenças antigas (conferência lida em março de 1916 no Museu Nacional)	Descrição de pesquisas realizadas, com ilustrações.
		A. da Costa Lima	Considerações sobre a campanha contra a formiga saliva (pesquisa desenvolvida pelo autor quando funcionário no Serviço de Agricultura Prática do Ministério da Agricultura)	Descrição de pesquisas realizadas, com ilustrações.
		A. da Costa Lima	Sobre alguns calcídeos parasitas de sementes de Myrtaceas	Descrição de pesquisa em botânica, com ilustrações.
XX	1917	Edgard Roquette-Pinto	Rondônia	Antropologia - etnografia. Estudo dos índios da serra do Norte, do estado de Mato Grosso.
XXI	1918	Alípio de Miranda Ribeiro	Fauna brasiliense - Peixes - tomo V - primeira e terceira partes.	(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		Afonso D'Escragnolle Taunay	Discurso pronunciado na sessão comemorativa do centenário do Museu Nacional	
		Bruno Lobo (diretor do Museu Nacional)	O Museu Nacional de História Natural	
		Edgard Roquette-Pinto	Centenário do Museu Nacional	
XXII Volume dedicado ao centenário do Museu Nacional	1919	Alberto Bétem Paes Leme	Síntese geológica do Brasil	Esboço da geologia do Brasil, sobre o que foi feito dentro e fora do Museu Nacional. Trata em primeiro lugar da descrição geológica do litoral do Nordeste até o Sul do Brasil, descrevendo a serra do Mar; em seguida, destaca as riquezas minerais e o potencial industrial e comercial da serra Geral.
		Alberto José de Sampaio	A seção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional	Descrição das coleções botânicas do Museu Nacional e histórico das pesquisas que permitiram organizá-las.
		Alípio de Miranda Ribeiro	A zoologia no século do Museu Nacional do Rio de Janeiro	Histórico da zoologia no mundo e no Brasil, através de seus pesquisadores e obras. As contribuições do Museu Nacional para a zoologia.
		Adolpho Ducke	Pajurá e oity-coró	Estudo de botânica do estado do Pará.

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
		F. C. Hoehne (botânico do Instituto Butantan)	Orquídáceas dos arredores da cidade de São Paulo	
		Basilio de Magalhães	Biografia de Antonio Luiz Patrício da Silva Manso	Biografia do botânico paulista que contribuiu para as coleções do Museu Nacional no início do século XIX, acompanhada de documentos inéditos.
		Álvaro A. da Silveira	Espécies novas da flora do estado de Minas Gerais	
		Bruno Lobo	A ilha de Trindade (conferência realizada na Biblioteca Nacional em julho de 1918)	História e coordenadas geográficas da ilha de Trindade; posição geográfica e geologia da ilha; flora e fauna da ilha; as lendas e a ilha de Trindade; mapas da ilha (topográfico/ofisico); ilustrações com inúmeras fotografias referentes aos habitantes e à cultura da ilha.
XXII Volume dedicado ao centenário do Museu Nacional		Lauro Travassos	Informações sobre o material helminítico coletionado na ilha de Trindade em 1916	Relatório de experiência com expedição do Museu Nacional para pesquisas na ilha de Trindade em 1916.
		Alípio de Miranda Ribeiro	A fauna vertebrada da ilha de Trindade	Estudos de zoologia da ilha.
		Theofílus Henry Lee	A historical sketch of the development of mining in Brazil	História do Brasil e sua colonização, com destaque para a mineração no século XVIII.
		Carlos Tschauer	Algumas notas sobre etnologia e “folklore” na flora e avifauna	Descrição de lendas e mitos, em sua maioria indígenas, sobre vegetais e aves brasileiras.
		Ermelino S. de Leão	Antonina pré-histórica	Pesquisas arqueológicas e antropológicas nos sambaquis do município de Antonina, no estado do Paraná.
		H. H. Manizer	Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915	Apresentação dos resultados obtidos pela expedição científica à América do Sul por grupo de estudantes russos, com pesquisas sobre indios guaranis, do alto Paraná, guaranis e caingangues de São Paulo e botocudos de Minas Gerais.
		Bertha M. J. Lutz	Índice geral dos Arquivos do Museu Nacional - v. I a XXII - 1876-1919	Organizado com índice alfabético dos autores e índice alfabético dos assuntos.

(continua)

(continuação)

	Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XXII	1921	Antonio Gonçalves Periassú	Antonio Gonçalves Periassú	Os anophelíneos do Brasil	
			Alberto Betim Paes Leme	Atividade científica dos professores Gorceix e Costa Sena (discurso)	
		Antonio Olinto Santos Pires	Discurso em agradecimento, em nome da Escola de Minas, à homenagem prestada a Costa Sena e Gorceix pelo MN		
		A. Childe	Geografia e arqueologia		
		Álvaro A. da Silveira	Espécies Novas Civita Minas Gerais		

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XXIV	1923	A. Childe	O rio Iran-vedi nas tradições persas	
		A. Childe	Notas filológicas	
		Thomaz Borgmeier	Catálogo sistemático e sinônimo das formigas do Brasil	
		Mello Leitão	Opiliones Laniatores do Brasil	
		Alípio de Miranda Ribeiro	Observações sobre algumas fases evolutivas sobre <i>Ceratophrys</i> e <i>Strombus</i>	
		Edward May	Observações sobre a fase pupal de <i>Rothschildia speculum</i> e espécies congêneres (versão em inglês)	
		José Bonifácio de Andrade e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrade	Viagem mineralógica na província de São Paulo (hoje estado)	
		Alípio de Miranda Ribeiro	Nota crítica sobre a onça do Itatiaia	
		Pedro Pinto Peixoto Velho	Avifauna da serra do Itatiaia	
		Alípio de Miranda Ribeiro	Dez dias de observação sobre a fauna do estado do Pará	
XXIV	1923	Álvaro da Silveira	Um cafeiro interessante	
		Max Sellnick	Oribatídeos brasileiros	
		Thomaz Borgmeier	Contribuição para o conhecimento dos phorídeos do Brasil	
		Edward May	Observações sobre a fase pupal de <i>Rothschildia speculum</i> e espécies congêneres	

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XXV	1925	Edgárd Roquette-Pinto e A. Childe	Notas antropométricas sobre os índios urupás	
		A. J. de Sampaio	Contribuições para a nova Flora Brasiliensis (Crateáceas)	
		Thomaz Borgmeier	Novos subsídios para o conhecimento da família Phoridae (Dipt.)	
		A. Childe	Inscrições dos sarcófagos egípcios n. 525, 526, 532	
		A. Childe	Estela n. 2.419	
		Edgárd Roquette-Pinto e Benjamim Baptista	Contribution à l'anatomie comparée des races humaines: Dissection d'une indienne du Brésil	
XXVI	1926	M. Sellnick	Alguns novos ácaros (Uropodidae) Myrmecófilos e Termílófilos	
		Fritz Kessel	Sinopse geral do gênero <i>Laemophlorus</i> Cast.	
		Afrânio Amâra	Novos gêneros e espécies de Ophídeos brasileiros	
		Bertha Lutz	Estudos da biologia floral da Mangifera Índica I.	
XXVII	1926	Alípio de Miranda Ribeiro	Notas para servirem aos estudos dos Gymnobatráchios (Anura) brasileiros - tomo I	
XXVIII	1926	Miranda Ribeiro	Notas ornitológicas	

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XXVIII	1926	Júlio César Diogo	As famílias das Veloziás e seu aparelho regulador da transpiração	
		A. Childe	Estela n. 2420	
		A. Childe	Sarcófago n. 529 e 530	
		A. J. de Sampaio	O problema florestal no Brasil, em 1926	
		A. J. de Sampaio	O problema florestal no Brasil, em 1926 - bibliografia	
		Alfredo Antonio de Andrade	Estudo das matérias corantes de origem vegetal em uso entre os índios do Brasil e das plantas de que procedem	O problema florestal no Brasil, em 1926.
XXIX	1927	Alípio de Miranda Ribeiro	Reivindicação do gênero Carolibertia de Mercrat	
		R. Locchi	A artéria célica e suas ramificações no gênero 'Bradypus'	
		Thomaz Borneier	Algumas novas formigas brasileiras	
		Thomaz Borneier	Catálogo sistemático e sinonímico das formigas do Brasil (2ª parte)	
XXX	1928	Artur Lobo da Silva (corone)	A antropologia no Exército Brasileiro	
		E. Roquette-Pinto	Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil	
XXXI	1929	Mello-Leitão	Aphantochilidae e Thomicidas do Brasil	
XXXII	1930	J. de Sampaio	Eufílicas do rio Cuminá	
		Mello-Leitão	Aranhas do Cuminá	
		A. Childe	Trabalhos da divisão egíptologica	

(continua)

(continuação)

Volume	Ano	Autor/função	Temática/título	O que informam? O que instruem?
XXXIII	1931	Mello-Leitão	Pedipalpos do Brasil e algumas notas sobre a ordem	
		Mello-Leitão	Notas sobre os Bothriuridae sul-americanos	
		Mello-Leitão	Opiliões novos ou críticos	
XXXIV	1932	Mello-Leitão	Notas sobre escorpiões sul-americanos	
		J. de Sampaio	Flora do rio Cuminá	
XXXV	1933	C. Brade	Espécies novas de plantas do estado do Rio de Janeiro	
		J. de Sampaio	A flora do rio Cuminá - Resultados botânicos da Expedição Rondon à serra Tumuc-Humac, em 1928	

Fonte: Acervo da Biblioteca do Museu Nacional e Revista *Archivos*.Disponível em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>. Acesso em: 1 jul. 2011.



Apêndice C

Correspondência entre o Museu Nacional e estabelecimentos escolares sobre material didático de história natural

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita, papel de carta pautado, sem selos ou timbre da escola.	27/7/1927	Grupo escolar de Curvelo (MG)	Sabendo da distribuição gratuita dos quadros para o ensino de história natural, pede a remessa, sabendo que tem sido feita.	Diretor Sebastião Perpétuo dos Santos	15/8/1927	Na mesma página	Resposta à lápis: "Satisfazemos o pedido".	Registro no protocolo 585, fl. 126, 15/8/1927, por Zobelia de Castro
Carta manuscrita	13/6/1928	Escola Normal Official de Itabira (MG)	Solicita uma coleção de quadros murais.	Diretor Benjamin Ramos Cesar	s/ data	Na mesma página	Zool., 1 a 4; Bot., 1 e 2; Geol., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita Papel almanço pautado, uma folha, com carimbo do colégio	2/5/1929	Colégio Parochial de São José, Av. Amaro Cavalcanti, Engenho de Dentro, Distrito Federal.	Solicita uma coleção de mapas de antropologia, zoologia, botânica, e mineralogia, para estudos de história natural.	Diretor Álvaro Ferreira Leite	7/6/1929	Na mesma página, manuscrito	Quadros murais, entregues em mãos: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto Biblioteca do MN

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com timbre do ginásio e selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde, com firma do diretor reconhecida	24/7/1929	Gymnásio Municipal de Pouso Alto, sul de Minas Gerais.	Solicita mapas geográficos e de história natural.	Diretor junto com o secretário Marco Neto	30/7/1929	Na mesma página	Entregues em mãos: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.
Carta datilografada, com timbre do ginásio Constante vários timbres do ginásio e dizeres: "Sob fiscalização prévia para os efeitos de equiparação ao Colégio Pedro II"	6/8/1930	Gymnásio Municipal de S. João Nepomuceno, externato, semi-internato e internato, bancas federais e instrução militar.	Escola Normal d. Prudenciana - escola livre de farmácia (anexa)	Diretor dr. André Dumortout	18/8/1930	Na mesma página	Enviados: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita, idem	22/9/1930	Colégio Robert Kalley, R. da Costa, 62. Externato, fundado neste ano de 1930.	Solicita a coleção de mapas organizada por esse museu para estudos da história natural.	Diretor Alfredo de Azevedo	3/10/1932	Na mesma página da carta, manuscrito	Entregue em mãos: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto
Carta datilografada, com timbre do ginásio	26/9/1930	Gymnásio Municipal Sul-Mineiro, Itanhandu (MG)	Solicita uma coleção dos quadros de zoologia, botânica e mineralogia.	Diretora, assinado pelo primeiro-secretário, Pedro Coutinho Filho.	1/10/1930	Na mesma página	Enviados: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto; Biblioteca do MN
Carta manuscrita	24/7/1931	Escola Normal Modelo de Luiz de Fora (MG)	Solicita atlas fitogeográfico e uma coleção de quadros murais.	Diretora Maria do Carmo Penido Monteiro	24/7/1931	Na mesma página	Entregues, em mãos: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com timbres da escola	1/3/1932	Escola de Topographia de Uberaba (MG)	Solicita uma coleção de quadros murais.	Diretor Silvério José Bernardes e outros.	s/ data.	Na mesma página	Enviados: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita	14/3/1932	Colégio Regina Coeli - R. Conde de Bonfim, 1305, Tijuca (RJ)	Solicita uma coleção de 12 quadros, com cerca de 1,30 metro de altura e 1,00 metro de largura, para máxima atenção ao estudo da história natural.	Mádre superiora Lorena	15/3/1932	No verso da página	Enviados (em mãos): Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita	6/5/1932	Colégio São Geraldo - R. Borda da Mata, 74, Andaraí, atual Escola Amazonas, R. Luiz Barbosa, 68, praça Sete de Março, Vila Isabel	Pede coleção de mapas murais sobre história natural, como tem feito a outros estabelecimentos congêneres.	Diretora junto com o secretário Oscar Siqueira Amazonas.	7/5/1932	Na mesma página	Quadros murais, entregues em mãos: Zool., 1 a 4; Geol., 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto; Biblioteca do MN

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com timbre do ginásio	9/6/1932	Gymnásio Municipal São João, Campanha, sul de Minas Gerais	Solicita remessa de quadros murais de história natural.	Diretor, Pe. Osório M. Tavares	s/ data	Na mesma página	Enviados: Zool., n. 1 a 4; Geol., n. 1 e 2; Bot., 1 e 2; Antropol., 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita	27/1/1933	Escola Normal de São Gonçalo do Sapucaí, Jacinto de Almeida, MG	Solicita coleção de quadros murais de história natural.	Diretora Anna Edith de Resende	28/1/1933	No verso	Entregues em mãos: Zool., n. 1 a 3 e 4; Bot., n. 1 e 2; Geol., n. 1 e 2; Antropol., n. 1 e 2.	Diretor Roquette-Pinto

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde, com firma do diretor reconhecida	Ginásio Municipal São Luiz Gonzaga, cidade de Conceição do Rio Verde, atual município de Lambaú, MG.	Solicita fornecimento de quadros murais para o ensino de ciências.	Educandário fundado por iniciativa particular, depois subencionado pela Câmara do Município, considerado de utilidade pública.	Diretor José Bernardes Fontes	No verso	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto e o bibliotecário R. Cataião.
Carta manuscrita com carimbo da escola	Escola Normal N. S. Auxiliadora, Ponte Nova, MG.	Em favor do método intuitivo, solicita a oferta de quadros murais.	Diretora Rina Fasoli.	No verso	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto.	(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com timbre do ginásio e selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde, com firma do diretor reconhecida	27/10/1933	Ginásio Municipal São Geraldo, de Pará de Minas, MG	Manda fornecer para esse ginásio uma coleção de quadros murais para ensino aos alunos.	Diretor, proprietário do Ginásio Municipal São Geraldo, de Pará de Minas.	19/1/1934		Na mesma página	Enviadas as seguintes publicações, pelo correio: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.
Carta datilografada, com timbre do ginásio e selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde, com firma do diretor reconhecida	13/12/1933	Ginásio de Peçanha, MG	Pede uma coleção de quadros murais para uso e proveito de seus alunos.	Reitor Alfredo Marinho Faicão.	19/1/1934		Mesma folha e página.	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.
Folha pautada e datilografada	25/3/1934	Gymnásio Nossa Senhora do Rosário, Entre Folhas de Caratinga, MG	Interessado em fundar um ginásio na cidade, solicita material escolar ao diretor do MN.	Tadeu Dionygio Homem de Faria.	s/ data		Na mesma página.	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita, papel almoço pautado, 1 folha	6/8/1934	Colégio e Externato Santa Therezinha – R. Alice, 42, Laranjeiras (RJ)	Solicita envio de coleção de quadros elementares de história natural.	Diretora Irmã Júlia	4/9/1932	Na mesma página	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita, papel almoço pautado, 1 folha, com selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde	21/8/1934	Colégio São Jorge – Avenida João Ribeiro, 359, Terra Nova, Distrito Federal	Requer, por equidade, coleção de mapas murais, para maior eficiência de seus alunos.	Diretor Antônio Cyriaco de Oliveira	21/8/1934	Na mesma página	Quadros murais, entregues em mãos: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto; Biblioteca do MN.
Carta manuscrita, papel almoço pautado, 1 folha, com selos do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação e Saúde	4/12/1934	Colégio Santa Therezinha – R. Jacy, 51, Penha, RJ	Solicitação de mapas que o MN fornece a escolas particulares.	Diretora e professora Laura Santos de Lyra	14/12/1934	Na mesma página	Quadros murais, entregues em mãos: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto e assinado pelo sub-bibliotecário

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta datilografada, com timbre do ginásio	14/1/1936	Externato Brasil, Santos Dumont, MG	Remessa de alguns mapas murais de ciências naturais	Fundador do estabelecimento escolar, Waldemar Lucas Rego Carvalho (bacharel em Direito).	21/1/1936	No verso	Remetidos: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto
Carta manuscrita	17/1/1936	Colégio Rocha Pombo - R. Aristides Caire, 247 (sede) e sucursal à rua Imperatriz, 133, Realengo (RJ)	Solicita material para o ensino de zoologia, botânica e geografia.	Diretor F. Afonso de Carvalho	25/1/1936	No verso da carta, manuscrito	Quadros murais, entregues em mãos: Bot., n. 2; Zool., n. 3 e 4; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor do MN

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita, papel almoço pautado, com timbre da escola	Ginásio de Passos, MG	Internato, semi-internato e externato para ambos os sexos	No sentido de facilitar o conhecimento da fauna e da flora brasileiras, bem como do estudo da geologia, num ato de verdadeiro e saudoso patriotismo, solicita a remessa de mapas.	Diretor Lealdino Alcântara	s/ data.	No verso, manuscrito.	Enviados: Zool., n. 3 e 4; Bot., n. 2; Antropol., n. 1 e 2; Mapa fitogeográfico.	Diretor Roquette-Pinto e R. Catão, bibliotecário

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita, papel salmão, sem selos ou timbre da escola	14/10/1941	Grupo Caetano Azáredo, escola pública - R. Guajajaras, s/n, Belo Horizonte, MG	Em função da organização do museu escolar, solicita remessa de folheto explicativo de quadros murais que o MN tem distribuído. O grupo é frequentado por mais de mil crianças.	Encarregado de organizar o museu escolar, Stael Fonseca.	23/10/1941	No verso da página final, manuscrito	Enviamos: MN: seus fins, sua história, seus trabalhos; Assistência ao ensino de hist. natural;	Diretora Heloísa A. Torres e um bibliotecário
Carta datilografada, com timbre do ginásio	1/4/1942	Ginásio de Peçanha, MG	Solicita o envio de alguns quadros murais e informações sobre conservação de animais empalhados.	Diretor Waldemar de Almeida Barbosa	17/9/1942	No verso e em carta datilografada.	Informa que os quadros murais estão inteiramente esgotados.	Diretora Heloísa A. Torres e bibliotecária

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de Documento	Conteúdo	Responsável	
Carta manuscrita Papel almanço pautado, sem selo ou carimbo.	4/9/1942	Grupo escolar Desembargador Drummond, de Nova Era (ex-Presidente Vargas e antigo S. José da Lagoa), MG	Pede remessa de livros e de alguns espécimes, como conchas e caramujos, além de armas, utensílios e indumentária de índios; pede também cartazes coloridos de animais e plantas e amostras de madeira (inclusive de pau-brasil) de todos os estados.	Diretor José Coelho de Lima	30/9/1942	Papel manteiga, datilografado	Informa que sómente poderão ser enviados: Instruções populares para a coleta e remessa de material; Lições de botânica sistemática, quadro n. 2; Assistência ao ensino de hist. natural; Taxidermia. Informa que os demais materiais estão inteiramente esgotados, até mesmo os quadros murais. Quanto aos especimes, não é permitido ao MN o envio, podendo receber para estudo e classificação.	Diretora Heloisa Alberto Torres

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita	15/7/1943	Escola Normal Oficial de Rio Branco, MG	Com vistas à organização de um museu escolar, solicita o envio de quadros murais e outros materiais didáticos.	Professora Ofélia Lisboa Braga	19/7/1943	No verso e em folha datilografada	Informa não mais enviar exemplares de animais, podendo classificar os remetidos pelas escolas. Envia exemplares da Revista Nacional de Educação, n. 2 (Bot.), entre outros materiais.	Diretora Heloísa A. Torres.
Carta manuscrita Papel de carta pautado, sem selos ou timbre da escola	29/3/1946	Grupo escolar Campos do Amaral, de São Sebastião do Paraiso, MG	Comunica recebimento de dois exemplares da Revista do Museu Nacional e solicita orientações e materiais para o museu escolar, em organização.	Diretora Iracema Serra de Paula e Silva	13/4/1946	Verso da folha	Anotado	Juvenal O. Pinto

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita Papel almanaco pautado	16/3/1946	Escolas Reunidas Dr. José Augusto, de Entre Folhas, MG.	Informa ter recebido Revista do Museu Nacional e orientações sobre a criação do museu escolar, a partir da leitura dos exemplares 1 e 2.	Diretora Dulce de Paiva.	26/3/1946	No verso	Anotado	Diretora Heloisa A. Torres.
Carta manuscrita	2/4/1946	Escolas Reunidas de Remédios, Município de Barbacena, MG.	Solicita todo tipo de material didático.	Diretor José Raimundo Pinheiro	8/4/1946	No verso	Fichado para remessa da Revista do Museu Nacional e de outras publicações	Diretora Heloisa Alberto Torres

(continua)

(continuação)

Tipo	Data de envio	Origem/ endereço	Conteúdo	Responsável/ autor	Data de resposta	Documento	Conteúdo	Responsável
Carta manuscrita Papel almanço, pautado, com timbre da escola	2/8/1946	Grupo Escolar Dr. Afonso Pena Junior Sacramento, MG.	Acusa recebimento de exemplares da <i>Revista do Museu Nacional</i> e, tendo lido na Seção de Extensão Cultural sobre organização de museus escolares, pede orientações e publicações para organizar um museu.	Diretora Corália Verrittes Malry	9/8/1946	Verso da folha	Anotado	Diretora Heloísa A. Torres e Juvenal Pinto
Carta manuscrita com carimbo da escola	4/8/1948	Escolas Reunidas de Divino de Ubá, MG	Solicita livros e quadros.	Diretora Celestina Maria dos Santos	23/9/1948	Em carta dátilografada	Informa que os quadros murais editados e distribuídos pelo Museu Nacional estão há muito esgotados.	Diretora Heloísa A. Torres

Fonte: Arquivos do Semear/MN/UFRJ.

Apêndice D

**Filmes, diapositivos e gravuras
utilizados em aulas e conferências no
Museu Nacional nos anos de 1928 e 1929**

Temática da aula ou conferência	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
Osteologia	3 jan. 1928	Castor; Escorpiões; Abelhas; Plantas carnívoras; Bicho da seda; Circulação do sangue - todos de um ato.	75	Dr. Cesar Salles	18
Aparelho digestivo no homem	10 jan.	45			35
Ap. respiratório	31 jan.	32			36
Ap. circulatório no homem	1 fev.	24			36
Ap. visual, auditivo, urinário	17 fev.	39			35
Ap. olfativo e gustativo no homem	23 fev.	22			33
Osteologia	12 mar.	55			52
Sistema nervoso no homem	18 mar.	25			36
Ap. digestivo no homem - tecido vegetal	30 maio	53			36
Ap. circulatório no homem - flor e folha	7 jul.	59			70
Tecido vegetal - esqueleto humano	19 jul.	87			39

(continua)

(continuação)

Temática da aula ou conferência	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras Professor(a) ou responsável	Escola	Nº de alunos
Ap. digestivo e urinário no homem	18 ago.		48		51
Ap. nasal e auditivo	5 set.		39		43
Botânica	27 set.		56		46
Músculos e ap. digestivo no homem	2 out.		65		44
Castor; Escorpiões; Loura-Deus; Medusas; Echinodermas; Tamanduá; Batráquio; Polvos.				Escola Normal do Estado do Rio de Janeiro	47
				Dr. Mello-Leitão	
Trypanozoma; Movimento dos leucócitos; Amoeba; Medusas; Plantas que capturam insetos; Mimetismo - todos de um ato.	23 out.			Escola Normal do Estado do Rio de Janeiro	
Raiz, Caule e Cryptogamos	7 mar. 1929		40	Dr. Hlio de Lacerda Gama	6
Flor e fruto	9 mar.		32		8
Visão - tecido animal	12 mar.		26		9
Célula	12 abr.		22		5
Osteologia	7 jun.		22		7
Tecido vegetal	21 jun.		29		8
Tecido animal	10 jul.		16		6
Tecido animal	12 jul.		40		9

(continua)

(continuação)

Temática da aula ou conferência	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
Profilaxia da febre amarela		6	Dr. Antonio Leão Velloso	Escola Nilo Peçanha	120
Vegetais do Brasil	jul.	23	Profª Cecília do Prado Figueiredo	Escola Medeiros e Albuquerque	93
	jul.	Filme <i>Fronteiras, da Comissão Rondon</i>		Escola Cesário Motta	100
Cidade do Rio de Janeiro	19 jul.	43	Profª Helena Moreira Guimaõeas	Escola Nilo Peçanha	91
Músculos, glândulas, sistema linfático		52	Dr. Luiz Sobral Pinto	Colégio Baptista	11
	ago.	Filme <i>Fronteiras, da Comissão Rondon Visita ao Museu Nacional</i>	Prof. José Francisco da Rocha Pombo	Escola Normal do Distrito Federal	26
	6 set.	Travessia da África em automóvel		Escola de Intendentes do Exército	96
Ap. digestivo no homem		Xingu - 1ª parte	Profª Maria Novaes Nicodemus	Escola Pedro Lessa	10
		Sertões do Brasil/ em três atos. Seguido de palestra do prof. Fróes da Fonseca.		Escola de Sargentos do Exército	120 militares

Fonte: Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE) de 1929.



Apêndice E

**Aulas práticas oferecidas para professores
nos laboratórios do SAE – ano de 1933**

Data	Temática	Responsável/SAE/MN	Público a que se destina
15/2	Taxidermia	Preparador	
16/2	Montagem de pequenos mamíferos		João Mojen, professor da Escola de Agricultura de Viçosa
17/2	Montagem de pequenos répteis e preparação de invertebrados		
18/2			
20/2	Botânica - herborização e sistemática		
21/2	Técnica histológica aplicada à botânica		
22/2	Histologia vegetal	Preparador	Amador Landões, Escola Brasileira de São Cristóvão
22/2	Histologia vegetal		
3/3	Preparação de montagem de mamíferos, a seco e em meio líquido	Preparador	Anselmo Paschoal
4/3			Uriel Garcia de Macedo
7/3	Preparação de peles de aves	Preparador	
9/3	Montagem de aves	Preparador	Uriel Garcia de Macedo
9/3			
5/4	Montagem de répteis	Preparador	Amador Landões, Escola Brasileira de São Cristóvão
17/5	Preparação e montagem de aves	Preparador	Nilton Castro
19/5	Taxidermia (preparação e montagem de pequenas aves)	Preparador	Dr. Raimundo Lopes, do Museu Nacional
25/5	Preparação e montagem de réptil	Preparador	Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-Fayette
30/5	Taxidermia	Preparador	
31/5	Técnica histológica e histologia vegetal	Preparador	Capitão Augusto Sevilha, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro

(continua)

(continuação)

Data	Temática	Responsável/SAE/MN	Público a que se destina
1/6	Taxidermia	Preparador	Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-Fayette
2/6	Histologia vegetal	Preparador	Capitão Augusto Sevilha, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro
5/6	Preparação de aves	Preparador	
8/6	Preparação de batráquios		Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-fayette
20/6	Preparação de peixes		
21/6			
26/6	Preparação de material de história natural e organização de pequenos museus de história natural	Preparador	16 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
3/7	Captura, preparo e conservação de artrópodos	Preparador	19 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
13/7	Taxidermia em pequenos mamíferos	Preparador	8 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
19/7	Mineralogia	Professor Roquette-Pinto	31 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
26/7			
27/7	Caracteres físicos dos minerais e caracteres gerais dos artrópodos	Preparador	6 professores dos estados do Maranhão e do Pará
31/7	Preparo de lepidópteros e organografia vegetal	Preparador	3 professores dos estados do Maranhão e do Pará
7/8	“Colheita”, preparo e conservação de material botânico, em excursão ao horto botânico do Museu Nacional	Preparador	6 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação

(continua)

(continuação)

Data	Temática	Responsável/SAE/MN	Público a que se destina
10/8	Taxidermia em aves e fórmula de líquidos conservadores de vegetais e de animais	Preparador	5 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
14/8	Organização de herbários	Preparador	2 professores do estado do Ceará
21/8	Histologia vegetal	Preparador	6 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
26/8	Botânica	Preparador	2 professores do estado do Ceará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
31/8	Técnica histológica vegetal	Preparador	3 professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
4/9	Organização de museus escolares	Preparador	Professores dos estados do Maranhão e do Pará, em curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação
21/10	Taxidermia e montagem de aves	Preparador	Dr. Hildebrando Leal, prefeito de Cajazeira, estado da Paraíba
23/10	Taxidermia de mamíferos	Preparador	Fritz Lauter, professor
23/10	Preparação, conservação e montagem de artrópodos	Preparador	Dr. Hildebrando Leal, prefeito de Cajazeira, estado da Paraíba
24/10	Preparação e conservação de vegetais, a seco e em meio líquido		
27/10	Montagem de animais	Preparador	Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-Fayette
28/10	Microscopia e técnica histológica vegetal	Preparador	Dr. Hildebrando Leal, prefeito de Cajazeira, estado da Paraíba
30/10	Fabrico de olhos de vidro para montagem de animais, demonstração prática		

(continua)

(continuação)

Data	Temática	Responsável/SAE/MN	Público a que se destina
6/11	Organização de museus escolares	Preparador	Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-Fayette
10/11	Preparação e conservação de invertebrados	Preparador	Professores das escolas Octávio Correa e Cesário Motta
21/11	Técnica histológica vegetal	Preparador	Nair Bruno Rosas, professora do Instituto La-Fayette
22/11	Taxidermia	Preparador	Professores das escolas Octávio Correa e Cesário Motta

Fonte: MN, Relatório da 5ª seção do Museu Nacional – o Serviço de Assistência ao Ensino de 1934.



Apêndice F

**Utilização da Sala de Cursos do
Museu Nacional – assuntos tratados e
material utilizado durante o ano de 1929**

Temáticas do curso	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras	Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
Osteologia	3 jan.	Câstori; Escorpiões; Abelhas; Plantas carnívoras; Bicho da seda; Circulação do sangue - todos de um ato	75	Dr. Cesar Salles		18
Aparelho digestivo no homem	10 jan.		45	Idem		35
Aparelho circulatório no homem	26 jan.		32	Idem		35
Ap. respiratório	31 jan.		24	Idem		36
Ap. circulatório no homem, etc.	1º fev.		24	Idem		36
Ap. visual, auditivo e urinário	17 fev.		39	Idem		35
Ap. olfativo e gustativo no homem	23 fev.		39	Idem		35
Raiz, Caule e Cryptogamos	7 mar.		40	Dr. Hílio de Lacerda Gama		6
Flor e fruto	9 mar.		32	Idem		8
Visão - tecido animal	12 mar.		26	Idem		9
Osteologia	12 mar.		55	Dr. Cesar Salles		52
Sistema nervoso no homem	18 mar.		25	Idem		36
Profilaxia da febre amarela	10 abr.		6	Dr. Antônio Leão Velloso	Escola Nilo Pecanha	120
Célula	12 abr.		22	Dr. Hílio de Lacerda Gama		5

(continua)

(continuação)

Temáticas do curso	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras	Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos	
Ap. digestivo no homem - tecido vegetal	30 maio		53	Dr. Cesar Salles		36	
Osteologia	7 jun.		22	Dr. Hílio de Lacerda Gama		7	
Tecido vegetal	21 jun.		29	Idem		8	
Ap. circulatório no homem - flor e folha	7 jul.		59	Dr. Cesar Salles		70	
Tecido animal	10 jul.		16	Dr. Hílio de Lacerda Gama		6	
Cidade do Rio de Janeiro	14 jul.		43	Profª Helena Moreira Guimarães	Escola Nilo Peçanha	91	
Tecido animal	19 jul.		40	Dr. Hílio de Lacerda Gama		9	
Tecido vegetal - esqueleto humano	19 jul.		87	Dr. Cesar Salles		39	
		Castor; Escorpiões; Louva-deus; Medusas; Equinodermas; Tamanduá; Batráquio; Polvos - todos de um ato.		Dr. Mello-Leitão	Escola Normal do Estado do Rio de Janeiro	47	
Vegetais do Brasil	julho		23	9	Profª Cecília do Prado Figueiredo	Escola Medeiros e Albuquerque	93
	julho	Filme <i>Fronteiras, da Comissão Rondon</i>		Profª Maria José de Avellar Lacerda	Escola Cesário	100	

(continua)

(continuação)

Temáticas do curso	Data	Filmes	Diapositivos	Gravuras	Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
Ap. digestivo e urinário no homem	18 ago.			48	Dr. Cesar Salles		51
Músculos, glândulas, sistema linfático	28 ago.			52	Dr. Luiz Sobral Pinto	Colégio Baptista	11
	agosto	Filme <i>Fronteiras, da Comissão Rondon</i> <i>Visita ao Museu Nacional</i>			Prof. José Francisco da Rocha Pombo	Escola Normal do Distrito Federal	26
Ap. nasal e auditivo	5 set.			39	Dr. Cesar Salles		43
	6 set.	<i>Travesia da África em automóvel</i> (nove partes)				Escola de Intendentes do Exército	96
Botânica	27 set.			56	Dr. Cesar Salles		46
Ap. digestivo no homem	27 set.	<i>Xingu - 1ª parte</i>		18	Profª Maria Novaes Nicodemus	Escola Pedro Lessa	10
Músculos e aparelho digestivo no homem	2 out.			65	Dr. Cesar Salles		44

(continua)

(continuação)

Temáticas do curso	Data	Filmes	Diapositivos Gravuras	Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
	23 out.	<i>Tripanozoma;</i> <i>Movimento dos leucócitos;</i> <i>Amoeba;</i> <i>Medusas;</i> <i>Plantas que capturam insetos;</i> <i>Mimetismo – todos de um ato</i>		Dr. Mello-Leitão	Escola Normal do Estado do Rio de Janeiro	
	19 nov.	<i>Serões do Brasil</i> , em três atos		Palestra do prof. Fróes da Fonseca	Escola de Sargentos do Exército	120 Militares

Fonte: MN, *Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE) de 1929*.



Apêndice G

**Utilização da Sala de Cursos do
Museu Nacional e de material de ensino
disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de
Assistência ao Ensino – ano de 1930**

Data	Temáticas do curso/ Título dos filmes	Filmes Diapositivos Gravuras Professor(a) responsável	Escola	Nº de alunos
20 jan.	Osteologia e sistema nervoso central	- 65	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 33
26 jan.	Aparelho digestivo e sistema nervoso periférico	- 36	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 24
1 abr.	Osteologia Filmes: Plantas que capturam insetos; Circulação do sangue	2 40	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 142
14 maio	Exercício prático sobre fósseis, rochas e orografia do Brasil Filme: Carnaúba	1 -	Dr. Sílvio Fróes	Escola Normal do Distrito Federal 40
27 maio	Neurologia humana e osteologia comparada	- 56	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 123
6 jun.	Biologia Filmes: Plantas que capturam insetos; Mimetismo	2 -	Jorge da Costa Pereira	Instituto La-Fayette 12
13 jun.	Vegetação do Brasil Filmes: Tamanduá; Cachoeira do Niágara; Camelôs	3 -	Dr. Sílvio Fróes	Escola Normal do Distrito Federal 58
15 jun.	Aparelho digestivo e tecidos vegetais	- 50	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 80
9 ago.	Aparelho circulatório e respiratório	- 43	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 140
17 ago.	Aparelho urinário, sistema nervoso e botânica	- 64	Dr. Cesar Salles	Curso Superior de Preparatórios 95
5 set.	Etnografia do Brasil	- 15	Dr. Sílvio Fróes de Abreu	Escola Normal do Distrito Federal 38

(continua)

(continuação)

Data	Temáticas do curso/ Título dos filmes	Filmes Diapositivos Gravuras Professor(a)	Escola responsável	Nº de alunos
17 set.	Conferência do dr. Pádberg-Drenkpol sobre região calcárea do vale do rio das Velhas	–	40 Professor de Geografia	25 e 10 convidados
18 set.	Aparelho auditivo e visual	–	32 Dr. Cesar Salles	42 Curso Superior de Preparatórios
29 out.	Aparelho olfativo, gustativo e tátil no homem	–	45 Dr. Cesar Salles	36 Curso Superior de Preparatórios
11 nov.	Filmes: <i>Em pleno coração do Brasil; Nos sertões do Brasil; Carnaúba</i>	3 –	– –	530 Contingentes das forças revolucionárias gauchas
–	Filmes: <i>Coração de coelho; Coloides; Circulação do sangue; Movimentos dos leucocitos; Movimentos do protoplasma; Carnaúba</i>	5 –	– Dr. Mello-Leitão	32 Escola Normal do Distrito Federal
–	Filme: <i>Em pleno coração do Brasil</i>	1 –	– Marina Ribeiro Corimba	45 Escola Normal do Distrito Federal
–	Visita ao Museu Nacional	1 –	– Dr. La-Fayette Cortes	46 Instituto La-Fayette
–	Visita ao Museu Nacional e palestra do prof. Edgard Roquette-Pinto intitulada "O Museu e os seus fins"	– –	– Dr. Montenegro Cordeiro	50 Instituto La-Fayette
–	Visita ao Museu Nacional	5 –	– Maria Francisca Pereira	64 Grupo Escolar Arthur Bernardes (Niterói)

Fonte: MN, Relatório anual do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE) de 1930.



Apêndice H

**Utilização da Sala de Cursos do
Museu Nacional e de material de ensino
disponibilizado pela 5^a seção, Serviço de
Assistência ao Ensino – ano de 1932**

Nº de aulas	Estabelecimento de ensino	Nº de alunos(as)	Professor(a)	Tipo de material/quantitativo	Título do filme
4	Instituto de Educação	-	C. Werneck	Filmes (catorze atos) Diapositivos - 425	-
7	Instituto Superior Preparatório	412	Dr. César Salles	Filmes (vinte atos) Diapositivos - 190	-
1	Colégio Anglo-American Paula Freites	-	Dr. Barros Câmara	Diapositivos - 23	-
-	Curso Geral Superior do Instituto La-Fayette	53	Dr. Montenegro Cordeiro	Filmes - um	-
-	Grupo Escolar Paulo de Quintino Bocayuva	54	Ruth Vieira da Silva Faria	-	-
-	Colégio Batista	26	Victor Stawianski	Filmes - três	-
-	Escola Presidente Moraes	14	Almerinda Santos Silva	Filmes - um	-
-	Escola Modelo Profissional de Niterópolis	32	Dr. Xavier de Freitas	Filmes - três	-
-	Grêmio Floriano Peixoto (visitou o SAE)	74	-	Filmes - um	<i>A Escola Veterinária do Exército</i>
-	Professores e normalistas	81	Dr. Mello-Leitão	Filmes - dois	-

Fonte: MN, *Relatório da Série de Assistência ao Ensino do Museu Nacional de 1932*.



Apêndice I

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional
e de material de ensino disponibilizado pela 5^a seção,
Serviço de Assistência ao Ensino – ano de 1933**

Data	Estabelecimento de ensino	Nº de alunos(as)	Professor(a)	Tipo de material/	Título do filme
Quantitativo					
5 maio	Escola primária do Instituto de Educação	60	Celia Tinoco Seidl Nair Viana Freire	Filmes (três)	Mimetismo; Vida das abelhas; Movimento dos vegetais e Plantas que capturam insetos
9 maio	Instituto de Educação (3º e 4º turnos)	-	C. Werneck	Filmes (três)	Babaçu; Carnaúba; Nos sertões de Mato Grosso
10 maio	Curso Superior de Preparatório	80	Dr. Cesar Salles	Diapositivos (cinquenta)	
15 maio	-	10	Elvira Carneiro	Filmes (dois)	Vida das abelhas; Nos sertões de Mato Grosso
19 maio	Instituto de Educação	140	Dr. Edgard Sussekind de Mendonça	Filmes (cinco)	-
21 maio	Curso Superior de Preparatório	146	Dr. Cesar Salles	Filmes (seis) Diapositivos (sessenta)	
9 jun.	Curso Superior de Preparatório	135	Dr. Cesar Salles	Filmes (cinco) Diapositivos (27)	
20 jun.	-	20	Fernando Faria	Filmes (quatro) Diapositivos (27)	
22 jun.	Instituto de Educação	46	Dr. Mello-Leitão	Filmes (cinco)	-
14 jul.	Curso Superior de Preparatório	165	Dr. Cesar Salles	Diapositivos (61)	-
18 jul.	-	12	Fernando Faria	Filmes (três) Diapositivos (81)	-
22 ago.	Ginásio Metropolitano	30	-	-	-

(continua)

(continuação)		Estabelecimento de ensino	Nº de alunos(as)	Professor(a)	Tipo de material/Quantitativo	Título do filme
26 ago.	Curso Superior de Preparatório	132	Dr. Cesar Salles	Filmes (seis) Diapositivos (sitetenta)		-
7 ago.	Instituto de Educação (duas turmas)	-	C. Werneck	Filmes (dois)		-
28 ago.	Curso Superior de Preparatório	135	Dr. César Salles	Filmes (seis)		-
13 set.	Escola Rivadávia Corrêa	10	Mª Luiza Hussek	Filmes (dois)	Babaçu; Carnaúba	
10 nov.	Liceu de Humanidades de Campos	47	-	Filmes (um) Diapositivos (36)		-
12 nov.	Curso Superior de Preparatório	149	Dr. César Salles	Filmes (seis) Diapositivos (43)		-
16 nov.	Instituto de Educação (duas turmas)	-	C. Werneck	Filmes (-)		-
19 nov.	Instituto La-Fayette (4ª classe)	40	-	Filmes (três)		-
23 nov.	Curso Superior de Preparatório	40	Dr. Cesar Salles	Filmes (três)		-
	Escola Wenceslau Brás	40	-	Filmes (três)		-

Fonte: MN, Relatório do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional de 1933.



Apêndice J

**Utilização da Sala de Cursos do Museu Nacional
e de material de ensino disponibilizado pela 5^a seção,
Serviço de Assistência ao Ensino – ano de 1934**

Estabelecimento de ensino	Nº de alunos(as)	Professor(a)*	Tipo de material/Quantitativo	Título do filme*
Curso particular	17	Neif Antonio Alem	Filmes (quatro)	Vidas das abelhas; Preparação das borboletas
Curso Superior de Preparatórios	49	Dr. Cesar Salles	Filmes (cinco)	Aparelho digestivo do homem
Curso Superior de Preparatórios	62	Dr. Cesar Salles	Filmes (dois)	Aparelho urinário e digestivo do homem
Curso Superior de Preparatórios	143	Dr. Cesar Salles	Filmes (três) Dispositivos (vários)	Esqueleto humano e articulações; Desenditados ruminantes; Vida das plantas
Instituto La-Fayette	12	-	Filmes (dois)	Inspeção das fronteiras "Comissão Rondon"; Índios do Araguaia
Escola Instituto Ferreira Vianna (turmas do 4º e do 5º anos)	-	Judith Rodrigues Pereira	Filmes (um)	Vida das plantas
Escola Rivadávia Correa	-	Maria Lúiza Nussak	Filmes (três)	Vida das plantas; Carnaúba
Instituto de Educação Ginásio Profissional de Nilópolis	110	Alessandro F. P. da Silva	Filmes (diversos)	-
-	82	Edith Silva	-	-
Escola Estados Unidos	160	Maria Rosaly dos Reis Pereira	Filmes (dois)	Babaçu; Carnaúba
Externato Chaves Faria	32	Fernandes Augusto Chaves Faria	Filmes (três) Diapositivos (21)	-
Escola Estados Unidos (turmas do 4º e do 5º anos)	160	Amélia Pereira e Maria Rosaly dos Reis Pereira	-	-
Escola Estados Unidos	124	Alice Alves Paraíso	Filmes (três) Diapositivos (19)	Babaçu; Carnaúba; Vida das plantas
Instituto La-Fayette	88	A. Ferreira Nogueira	Filmes (três)	Babaçu; Carnaúba; Indígenas
Escola João Barbalho	71	J. Vieira e Iara Campelo Pimentel	Filmes (dois)	Carajás; Marajó

(continua)

(continuação)

Estabelecimento de ensino **Nº de alunos(as)** **Professor(a)*** **Quantitativo/
Tipos de material/
material** **Título do filme***

Estabelecimento de ensino	Nº de alunos(as)	Professor(a)*	Quantitativo/ Tipos de material/ material	Título do filme*
Escola Paraguai	77	Eulina da Costa e A. Lopes	Filmes (diversos)	-
Curso Superior de Preparatórios	98	Dr. Cesar Salles	Filmes (cinco) Dispositivos (trinta)	-
Escola Maria Amália	57	Edgar Ribeiro Bastos	Filmes (dois)	<i>Vida das plantas; Gêmpos do Mato Grosso</i>

Fonte: MN, *Relatório da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional de 1934.*

* Todo o relatório de 1934 foi manuscrito com "caligrafia corida", o que não permitiu a compreensão de alguns nomes de professores e de títulos de filmes exibidos.



Apêndice K

**Autores e colaboradores da
Revista Nacional de Educação,
respectivos títulos dos artigos, áreas
temáticas e números dos exemplares**

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Jonathas Serrano	Datas e séculos Eras e calendários	História História	1 3
Carlos Vianna Freire (quinze artigos)	Toda escola deve possuir uma coleção de botânica Noções elementares de botânica (estudo de raiz - II) Noções elementares de botânica (estudo de raiz - III) Quadros didáticos de iniciação de botânica sistemática (1) - monocotilédones Noções elementares de botânica (estudo de caule) Noções elementares de botânica (estudo de caule - II - morfologia interna) Noções elementares de botânica (estudo de caule - II - morfologia interna) Noções elementares de botânica (estudo dos caules anômalos) Noções elementares de botânica (estudo de caule - III) Noções elementares de botânica (estudo de folha) Noções elementares de botânica (estudo de folha) Noções elementares de botânica	Botânica Educação botânica Educação botânica	1, 3 4, 5 6 7 8 9 10 11-12 13-14 15 16-17, 18-19, 20-21
Alberto Childe (catorze artigos)	Vasos gregos A leitura dos hieróglifos Origens da moeda Strigilos, espelhos, etc. A medida do tempo A Rússia na Idade Média O toucador na Antiguidade Notícia explicativa sobre o poeta Omar Khayyam	História Arqueologia Numismática Saúde e higiene História História História	1 2 3 4 5 6, 7, 8, 9, 10 13-14, 16-17 11-12 15
O. R.	Travessia demorada (sobre fusos horários) A regra da justiça	Geografia	1 1
M. A. Teixeira de Freitas (quatro artigos)	Estatística e educação (no Brasil) A radiodifusão educativa Primeira ronda Educação rural	Estatística Radioeducação Educação	1 8 11-12 18-19

(continua)

(continuação)

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Alberto J. de Sampaio (onze artigos)	Como se classifica uma planta Conselheiro Saldanha da Gama O babassú ¹ A carnaúba Sistemática das plantas Prof. Emmanuel de Martonne O tricentenário da quina Clubes de amigos da natureza nas escolas primárias Proteção à natureza no Brasil A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza Histórico da taxonomia vegetal	Botânica Educação Botânica Botânica Botânica Educação e natureza Educação e natureza Educação e natureza Botânica	2 6 7 11-12 8 10 13-14 15 16-17 18-19 20-21
Bastos de Ávila	Noções de estatística aplicada à biometria	Estatística Biometria	2
Othello Reis (seis artigos)	Quantas estrelas existem? Adições longas O “nó” Para somar ligeiro As invenções industriais – o processo doméstico primitivo O algodão	Astronomia Geografia Matemática Matemática Botânica História da tecnologia Agronomia	2 3 4 5 6 7
Seth	Lições de desenho	Desenho e geometria	2, 3, 4, 5, 6, 7
Mello-Leitão (catorze artigos)	Papel educativo do Museu Nacional de História Natural Os meteoritos Celentérios As cigarras Vida das aranhas: o lar As aranhas: sua posição sistemática. Seus afins Teias de aranha Eolitos e tectitos Darwin e o Brasil Vida das rãs A gênese dos continentes e oceanos segundo Wegener Genética A grande serpente do mar	História natural Educação Geologia/ Meteórica Zoologia Zoologia Zoologia Zoologia Arqueologia História natural Geologia Biologia	2 4 5 6 7 8 9 10 11-12 13 15 16-17 18-19, 20-21

(continua)

¹ Atualmente grafado como “babaçu” (N. do E.).

(continuação)

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Dr. Sebastião M. Barroso (quatro artigos)	Decálogos sanitários. Os exames médicos preventivos.	Saúde	2, 6
	InSTRUÇÃO e educação sanitárias	Educação	7
	Saúde e doença	Sanitarismo	8
Alberto Betim Paes Leme	Como se obtém o ferro A formação geológica do Distrito Federal	Química Física Mecânica Geologia	4 16-17
E. L. Bouvier (Museu Natural de Paris)	Formigas agricultoras	Zoologia	4
Dr. Luiz Cruls (oito artigos)	O céu do Brasil	Astronomia Geografia	4, 5, 6, 7, 9, 11-12,13- 14, 15
Edgard Roquette-Pinto (cinco artigos)	Reafirmando comentários O cinema e a educação popular no Brasil	Educação Cinema/ Fotografia	1 3, 5
	Parques nacionais	Educação	11-12
	Alberto Torres	Biografia	18-19
F. Guerra-Duval (quatro artigos)	Palestra sobre fotografia. Noções elementares sobre objetivas	Fotografia	4, 5
	Palestras sobre fotografia (o aparelho)	Cinema	6
	Palestras sobre fotografia	Educação	7,8
Magalhães Corrêa	Porque se chama carioca a quem nasce na capital federal	História	5
Raimundo Lopes (oito artigos)	Ouro Preto e a Conjuração Mineira	História	5
	Curso de Filosofia e Letras	Educação	9, 10
	Antropogeografia	Geografia/ Antropologia	11-12,16-17
	A etnologia na arte e na educação	Etnologia	13-14
	O homem em face da natureza	Educação e natureza	15
O. F. (seis artigos)	Faixas culturais dos Andes	Educação e natureza	20-21
	Assuntos agrícolas - o trigo	Botânica Agronomia	5, 6, 11-12, 13-14, 15, 20-21

(continua)

(continuação)

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Moysés Gikovate (do Museu Nacional) (onze artigos) (dois em um mesmo número)	As estearias Mounds A origem das lendas Os sambaquis A carta de Caminha e a etnografia Literatura brasileira O livro e a educação Como os primitivos faziam fogo Sinais empregados em revisão O Brasil e a geologia A origem do calendário	História Antropologia Arqueologia/ História Arqueologia História/ Etnografia Literatura Educação História História Geologia História	6 7 8 9 10 11-12 13-14 15 16-17 16-17 20-21
Afonso Penna Júnior	Oração aos escoteiros		7
Julio Nogueira	Falar e escrever		7
Ariosto Espinheira	Estatuária grega História das artes	História Arqueologia História	7 20-21
Alayr Guterres da Silveira	Espectroscopia	Física	7, 16-17, 20-21
Alexandre Rodrigues Ferreira	Memória sobre as cuias Memória a propósito de uma estampa representando um índio cambeba Memórias	Antropologia	6 7 10
Lina Hirsh	A tarefa de proteção à natureza. A paisagem	Geografia História natural	7
Spix e Martius (doze artigos)	Viagem ao Brasil (tradução)	Geografia História natural	3, 6, 7, 8, 9 10, 11-12, 13-14, 15, 16-17, 18-19, 20-21
Carlos Magalhães Lebeis	Cinema e censura	Cinema	1
Aloysio de Castro	O culto nacional	Educação	1
Alberto de Oliveira	A fumaça da fábrica	Poesia	1
Fernando Magalhães	Não esmorecer		1
F. A. Monteiro de Barros	Seara alheia		1, 4, 6
Ferreira da Rosa	Universidades	Educação	3
Hilário L. Leitão	Contabilidade industrial	Contabilidade	3

(continua)

(continuação)

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Frei Pedro Sinzig	Como ouvir música?		4, 5
Leoni Kaseff	Notas à margem da educação dos supernormais	Educação especial	4
Sílvio Júlio	Brasil-Indochina Gregório de Mattos e Quevedo	Geografia	4 11-12
Bastos Tigre	Aos capazes		4
Antenor Nascentes	Itabira, cidade do ferro	Geografia	4
Alberto Torres	Os trabalhadores no Brasil		6
Herta Julich	Impressões do microlaboratório (tradução)		6
Benedicto Lopes	Cristo		6
Aprígio Gonzaga	Como criar o ensino profissional quase sem despesa	Educação	8
Antonio Faure	Educação	Educação	8
Magalhães Corrêa	A escola de Viçosa	Educação	8
Sampaio Ferraz (cinco artigos)	Dicionário metereológico	Educação Geografia	8, 9, 10, 11-12, 13-14
Raul de Leoni	Transsubstanciação		8
Dr. Blumenau	Eu não bebo	Educação	8
Anna Amélia Queiróz Carneiro de Mendonça	A casa do estudante na vida universitária	Educação	9
Mario Pinto Serva	A dinâmica da educação nacional	Educação	9
Raul Machado	Indulgência		9
Alexandre Rodrigues Ferreira	Misclânea de observações filosóficas do estado do Pará		9
Affonso Taunay	Uma fase do bandeirantismo	História	9
Plácido Castelo	Metodologia do ensino da história pátria	História/ nacionalismo	9
Maria da Glória Ribeiro de Almeida	Utilinda brincando	Educação	10
Bourguy de Mendonça	Notas de aula do prof. Saldanha da Gama O prof. Wilhelm Michler	Educação	10 15
Félix Pacheco	Zíngaros em marcha	Antropologia	11-12
Maria da Glória Valente	O museu da escola regional	Educação/museu	11-12
Paulo Roquette-Pinto	Um naturalista brasileiro O instituto Pasteur	Biografia Educação/ pesquisa	13-14 15
	Proteção à natureza	Educação/ natureza	16-17

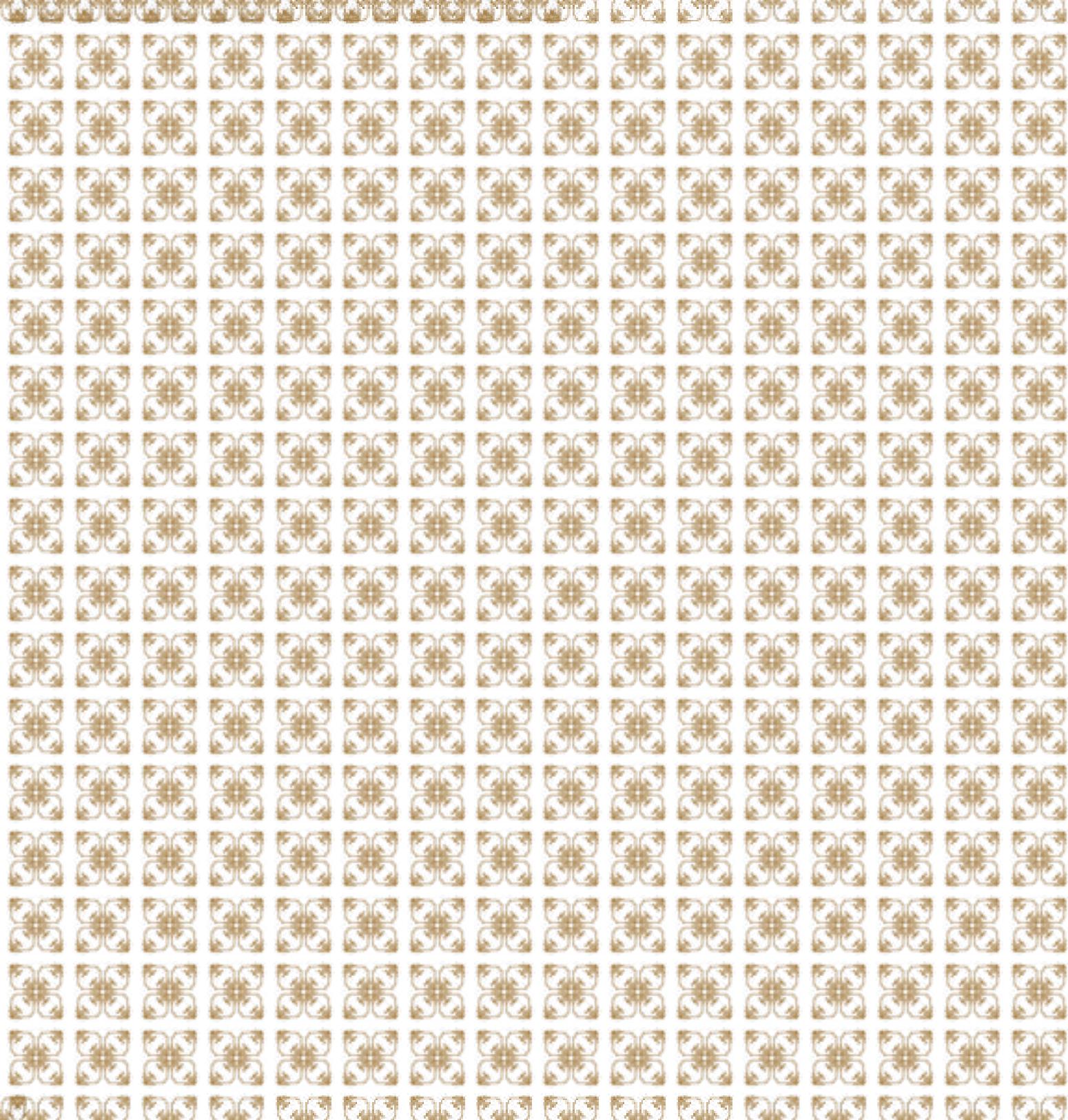
(continua)

(continuação)

Autor/colaborador	Título do artigo/assunto	Temática	Nº da RNE
Mario Vilhena	A sericicultura no Brasil	Sericicultura	13-14
Cesário de Andrade	Origem do tracoma no Brasil	Saúde e educação	13-14
Deodoro Reis	Fonte de saúde	Saúde	13-14
Roger Arlé	A indústria das vespas solitárias		15
Oscar Ferreira Júnior	A aula objetiva	Educação/ensino	15
Sodré Viana (três artigos)	Notas de viagem João Ribeiro	Biografia	16-17, 20-21 18-19
Delgado de Carvalho	Os limites e a formação territorial do Distrito Federal	Geografia/ espaço urbano	16-17
Francisco Souza	A indústria do níquel no Brasil	Geografia/ economia	16-17
Antonio Vieira de Mello	O ensino regional no Brasil	Educação/ ensino regional	16-17
Eduardo Brito	Begônias	Botânica	16-17
Ilka Labarthe	Uma visita ao jardim botânico Uma visita à Escola de Belas Artes Viagem à África	Botânica/ Educação Educação Educação	16-17 18-19 20-21
Joaquim Ribeiro	Anchieta e o poema da virgem	Educação	18-19
Haroldo Lisboa da Cunha	Sobre a quadratura do círculo	Educação	18-19, 20-21
Bastos D'Ávila	Técnica antropométrica	Antropometria/ educação	20-21
Virgílio Campello	Um dos patrimônios florestais do Brasil	Educação/ natureza	20-21
Augusta Queiróz de Carvalho Oliveira	Evaporação	Química	20-21

Total: 74 autores/colaboradores.

Fonte: Museu Nacional/UFRJ, *Revista Nacional de Educação*.



Casa de ciência, Casa de educação trata do Museu Nacional, tão presente no imaginário afetivo de largas parcelas da população da cidade do Rio de Janeiro e do nosso país, como locus e agente ativo nos primeiros encontros com a ciência de muito(a)s brasileiro(a)s, na superação de preconceitos e imagens distorcidas da humanidade e da natureza. Com riqueza empírica e interpretação arguta, traz a lume a história da educação para a ciência, mostrando-nos um museu cheio de vida, gente, artefatos e afetos, como foi e seguirá sendo.

Antonio Carlos de Souza Lima

Prof. Titular de Etnologia
Museu Nacional/UFRJ